

INTERAÇÃO

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS APLICADAS**

ARTHUR CASER
CRISTIANO CAMPOS (COORD.)
GABRIEL DA FONSECA ONOFRE
GUIDO FABIANO
JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE CASTRO
JULIO PAIXÃO SANTOS
LIER PIRES FERREIRA (COORD.)
MÁRCIO COELHO REIS
RAFAELA MATEUS A. S. FREIBERGER
RENATA SILVA (COORD.)
ROBERTA MARTINELLI E BARBOSA
THIAGO TURIBIO

**VOLUME
ÚNICO**

HISTÓRIA
**DEMOCRACIA E
PROTAGONISMO**

**MANUAL DO
PROFESSOR**

ENSINO MÉDIO – 1º, 2º E 3º ANOS
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS – HISTÓRIA



**Editora
do Brasil**



HISTÓRIA ▶ DEMOCRACIA E PROTAGONISMO

ARTHUR CASER

- ▲ Mestre em Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- ▲ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

CRISTIANO CAMPOS (COORD.)

- ▲ Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▲ Licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

GABRIEL DA FONSECA ONOFRE

- ▲ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)
- ▲ Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

GUIDO FABIANO

- ▲ Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▲ Bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE CASTRO

- ▲ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral (doutorado sanduíche) na Universidade de Lisboa (UL), Portugal
- ▲ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▲ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

JULIO PAIXÃO SANTOS

- ▲ Mestre em Ciências e Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- ▲ Bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

LIER PIRES FERREIRA (COORD.)

- ▲ Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Usal)
- ▲ Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▲ Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Professor de Sociologia do Colégio Pedro II

MÁRCIO COELHO REIS

- ▲ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Especialista em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes (Ucam)
- ▲ Especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

RAFAELA MATEUS A. S. FREIBERGER

- ▲ Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Professora de História do Colégio e Curso PH

RENATA SILVA (COORD.)

- ▲ Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
- ▲ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Maracanã

ROBERTA MARTINELLI E BARBOSA

- ▲ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▲ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ▲ Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
- ▲ Professora de História do Colégio Pedro II

THIAGO TURIBIO

- ▲ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ▲ Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ▲ Professor de História do Colégio Pedro II

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História : democracia e protagonismo : volume
único / (coordenação) Cristiano Campos, Lier
Pires Ferreira, Renata Silva. -- 1. ed. --
São Paulo : Editora do Brasil, 2024. --
(Interação ciências humanas e sociais aplicadas)

Vários autores.

ISBN 978-85-10-10275-9 (aluno)

ISBN 978-85-10-10276-6 (professor)

1. História (Ensino médio) I. Campos, Cristiano.
II. Ferreira, Lier Pires. III. Silva, Renata.
IV. Série.

24-225788

CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2024
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Paulo Serino de Souza

Diretoria editorial: Felipe Ramos Poletti

Gerência editorial de conteúdo didático: Erika Caldin

Gerência editorial de produção e design: Ulisses Pires

Supervisão de design: Catherine Ishihara

Supervisão de arte: Abdonildo José de Lima Santos

Supervisão de revisão: Elaine Silva

Supervisão de iconografia: Léo Burgos

Supervisão de digital: Priscila Hernandez

Supervisão de controle e planejamento editorial: Roseli Said

Supervisão de direitos autorais: Luciana Sposito

Supervisão editorial: Agueda C. Guijarro del Pozo

Leitura crítica: Anna Cristina C. M. Figueiredo

Edição: Giovana Meneguim e Nathalie Pimentel

Assistência editorial: Marcelo dos Santos Saccomann

Apoio editorial: Amanda Felix, Felipe Augusto dos Santos Vaz, Grazielle
Ribeiro, Lucimara Regina de Souza e Maria Elisa Sonda

Revisão: Alexander Siqueira, Amanda Carvalho, Andréia Andrade,
Graciela Papparazo, Maisa Akazawa e Sandra Garcia

Pesquisa iconográfica: Erika Freitas e Priscila Ferraz

Tratamento de imagens: Robson Mereu

Projeto gráfico: Talita Lima, Diego Lima e Rafael Gentile

Capa: Gláucia Koller

Imagem de capa: Thampitakull Jakkree/Shutterstock.com

Edição de arte: Camila de Camargo

Ilustrações: Acervo editora, Fábio Nienow, Hugo Araújo,
Laura Barrichello, Mario Matsuda e Zeni Oliveira

Produção cartográfica: Alessandro Passos da Costa, Allmaps,
Mario Yoshida, Sonia Vaz, Studio58 e Tarcisio Garbellini

Editoração eletrônica: Grapho Editoração

Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Renata Garbellini e
Solange Rodrigues

Controle e planejamento editorial: Ana Fernandes, Bianca Gomes,
Juliana Gonçalves, Maria Trofino, Renata Vieira, Terezinha Oliveira e
Valéria Alves

1ª edição, 2024



Avenida das Nações Unidas, 12901
Torre Oeste, 20º andar
São Paulo, SP – CEP: 04578-910
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros(as) estudantes,

Esta obra foi desenvolvida por profissionais com vasta presença no ensino de História, em instituições públicas e privadas. Dessa forma, para além da formação acadêmica, a obra reflete vivências e experiências diárias na sala de aula.

Mais do que os conteúdos clássicos, da Antiguidade ao presente, você terá acesso a uma obra crítica, reflexiva, de caráter decolonial, no qual fatos e personagens tradicionalmente presentes no ensino de História são entremeados por sujeitos frequentemente invisibilizados nos livros didáticos. Para além dos personagens que emolduram a História sob uma visão eurocêntrica, mulheres, indígenas, negros e outros grupos socioculturais são valorizados, permitindo um olhar mais amplo e plural da realidade.

Metodologicamente, a obra busca integrar as dimensões factual, conceitual, procedimental e atitudinal do conhecimento histórico, permitindo uma visão integral dos fatos, processos, teorias e conceitos sem os quais a História fica desprovida de sentido. Dessa forma, ela contribui para a compreensão da História enquanto processo, no qual o presente influencia a percepção que temos do passado.

Esperamos que a obra contribua na trajetória de todos e de cada um, para além da escola e dos exames de vestibulares. Que ela possa auxiliar na formação de novas visões de mundo, capazes de contribuir para uma sociedade mais solidária, justa e fraterna, para a qual a presença dos jovens é absolutamente fundamental.

Bons estudos!

Os autores

CONHEÇA SEU LIVRO



Abertura de unidade

Cada abertura de unidade apresenta uma ou mais imagens, um texto de introdução e questões iniciais que vão prepará-lo para as descobertas que você fará no decorrer do trabalho proposto.



Abertura de capítulo

As aberturas dos capítulos promovem o debate e estimulam a curiosidade sobre os temas que serão tratados.



Aprendizagens em processo

Propõe atividades diversas ao longo de cada unidade, com foco nas aprendizagens atitudinal, conceitual, factual e procedimental.

Perfil

Apresenta uma breve biografia de sujeitos históricos (personagem ou instituição) no contexto abordado.

Para ampliar

Apresenta sugestões de livros, filmes, vídeos, sites, entre outros, que ampliam os conhecimentos sobre os temas tratados no capítulo.

Combates pela História

Desenvolve a atitude historiadora no que tange ao aspecto da construção do conhecimento científico, combatendo a desinformação, a pseudociência e o negacionismo.

Relacionando

Estabelece relações entre eventos históricos, apresentando fatos que têm conexão entre si.

História em debate

Desenvolve a atitude historiadora por meio do trabalho com textos que apresentam diferentes pontos de vista (complementares ou antagônicos) sobre o mesmo tema.





Para retomar

Propõe atividades e situações-problema que contribuem para a construção do seu aprendizado sobre temas e conceitos abordados ao longo do capítulo.



Ferramentas da História

Apresenta atividades de análise de documentos históricos.

Ficha de estudos

Propõe a revisão e a verificação dos conteúdos abordados no capítulo por meio da organização de fichas de estudos.



Para aprofundar

Apresenta conteúdos complementares ao tema estudado por meio da citação de textos de terceiros.



Escola em movimento

Propõe, ao final de cada unidade, atividades interdisciplinares, que, com base em temas atuais, promovem o pensamento crítico, o debate, a compreensão histórica dos temas propostos e o protagonismo social.



De olho no Enem

Apresenta temas de redação do Enem, incentivando o desenvolvimento do conteúdo e a contextualização histórica presente no tema.



Exames Brasil a fora

Propõe a realização de questões do Enem e de vestibulares que abordam o conteúdo dos capítulos.

Ícones



Atividade realizada em grupo



Atividade realizada em dupla



Atividade de resposta oral



Trabalho interdisciplinar



Este ícone indica o trabalho sobre um Tema Contemporâneo Transversal



Faça no caderno



Carrossel de imagens



Infográfico



Video



Mapa interativo



Podcast

SUMÁRIO

Unidade 1 Sociedades antigas e medievais 10

Capítulo 1

Os estudos históricos e as primeiras sociedades 12

O que é a História? 12

A formação da humanidade 15

Os primeiros seres humanos: vida em sociedade 17

As sociedades do Oriente 21

A Índia no Mundo Antigo 22

 Vídeo 22

Outros povos orientais na Antiguidade 26

Para retomar 27

Capítulo 2

As sociedades africanas 29

As cinco grandes regiões da África 29

África: da Antiguidade ao século XVII 30

O Egito Antigo (3100 a.C.-30 a.C.) 30

 Infográfico 34

O Reino de Cuxe (2000 a.C.-300 d.C.) 34

O Império de Axum (100-900) 36

Os povos do Sahel 37

O comércio transaariano 38

O Reino de Gana (500-1240) 38

O Império do Mali (1230-1670) 39

Para retomar 43

Capítulo 3

As sociedades europeias: Grécia e Roma 45

As primeiras sociedades gregas 45

A formação da Grécia Clássica 46

Legado cultural 50

Além das fronteiras: Roma 51

Guerras e expansão 53

O Império Romano 54

Para retomar 56

Capítulo 4

O mundo muçulmano e a Europa 58

O islã 58

A expansão do islamismo 60

O islã no mundo contemporâneo 62

A Europa Medieval 63

O Império Bizantino 64

O Império Carolíngio 65

O feudalismo e as relações feudo-vassálicas 65

O revigoramento comercial e urbano dos séculos XII e XIII 68

Para retomar 70

Exames Brasil afora 72

De olho no Enem 73

Escola em movimento 74

Unidade 2 O mundo moderno 76

Capítulo 5

Os Estados Modernos e a Expansão Marítima europeia 78

O Estado Moderno e a Expansão Marítima 78

A formação das monarquias centralizadas europeias 79

Teorias políticas defensoras do absolutismo 82

A sociedade no Antigo Regime absolutista 83

O mercantilismo 84

A Expansão Marítima europeia 85

Para retomar 91

Capítulo 6

A cultura moderna: arte, religião e conhecimentos 93

O surgimento do mundo moderno europeu 94

 Podcast 95

Conhecimentos e técnicas da África, América e Ásia 96

O Renascimento europeu 98

A filosofia natural moderna na Europa 101

As reformas religiosas 101

Conhecimentos, artes, religiões e colonização 105

Para retomar 106

Capítulo 7

Sociedades indígenas na América 108


Povos do continente americano 109

As sociedades da Mesoamérica e dos Andes 110

Antes de Cabral: os povos originários do Brasil	115
 Infográfico	115
Para retomar	121
Capítulo 8	
A colonização europeia nas Américas	123
A chegada dos espanhóis	123
A colonização espanhola	125
A colonização portuguesa	126
Tráfico negreiro e conflitos coloniais	131
A colonização inglesa	132
As colonizações francesa e holandesa	134
Resistências à opressão nas Américas	134
Para retomar	137
Exames Brasil afora	139
De olho no Enem	140
Escola em movimento	141
Unidade 3 Iluminismo, revoluções e independências	142
Capítulo 9	
O Iluminismo e as revoluções burguesas	144
A Inglaterra e as dinastias Tudor e Stuart	145
Revolução Puritana	145
Restauração: os Stuarts voltam ao poder	146
A Revolução Gloriosa (1688)	146
John Locke e as revoluções inglesas: o caminho das luzes	147
O movimento iluminista	147
Os pensadores iluministas	148
Os enciclopedistas	149
As mulheres e as luzes	150
Eurocentrismo	150
A ideologia liberal	151
A sociedade francesa	152
Assembleia dos Estados-Gerais	153
As fases da revolução	154
Era Napoleônica	156
Para retomar	159
Capítulo 10	
O Circuito Atlântico e o Brasil no século XVIII	161
O Circuito Atlântico	161

Reino do Congo	163
Angola	164
Benim	165
Oió, Aladá, Daomé: disputas pelo mercado atlântico	166
O Brasil no século XVIII	167
A sociedade mineradora	168
 Podcast	169
 Carrossel de imagens	170
O Estado português e a mineração no Brasil	170
O declínio da mineração no Brasil	171
Para retomar	174
Capítulo 11	
Revolução Industrial, lutas e ideologias no século XIX	176
A formação da sociedade liberal e o advento do capitalismo	176
A Revolução Industrial Inglesa	177
A Revolução Gloriosa e o papel do Estado na industrialização	178
As revoluções liberais do século XIX	185
Nação e nacionalismo	187
Para retomar	188
Capítulo 12	
As independências nas Américas	190
A independência das Treze Colônias	190
As independências na América Espanhola	194
A formação dos Estados Unidos no século XIX	198
O Destino Manifesto	200
A Marcha para o Oeste	201
Antecedentes da Guerra de Secessão	202
A reação sulista	202
Os Estados Unidos do final do século XIX: as diversas Américas	203
Para retomar	205
Exames Brasil afora	207
De olho no Enem	208
Escola em movimento	209
Unidade 4 O imperialismo e a formação do Estado brasileiro	210
Capítulo 13	
A Independência e a formação do Estado brasileiro	212

Entre pressões francesas e inglesas, D. João e sua Corte embarcam para o Brasil	212
A Corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro	213
A Revolução Pernambucana	214
A Revolução do Porto e a ameaça de recolonização	214
A Independência do Brasil	215
Quanto custou a nossa independência?	216
O Primeiro Reinado (1822-1831) e a Constituição de 1824	216
A abdicação de D. Pedro I	218
O Período Regencial (1831-1840)	219
A cidadania no Primeiro Reinado e nas regências	220
As revoltas do Período Regencial	221
Para retomar	224
Capítulo 14	
A consolidação e a crise do Segundo Reinado	226
A política no Segundo Reinado brasileiro	226
A sociedade escravista, hierárquica e desigual	228
Relações internacionais e conflitos na América do Sul	232
O Império e suas crises	234
Para retomar	239
Capítulo 15	
O imperialismo e a Segunda Revolução Industrial	241
O século XIX e a fase imperialista do capitalismo	241
A dominação europeia na África	243
O imperialismo estadunidense	246
As políticas imperialistas e suas consequências	247
O tempo da <i>Belle Époque</i>	248
 Carrossel de imagens	249
As artes	251
As ciências	254
Para retomar	256
Capítulo 16	
O tempo do imperialismo	258
Norte da África e Oriente Médio: o declínio do Império Otomano	259
Ao sul do Saara: entre o tráfico de escravizados e o avanço do colonialismo	259

Ásia	263
Os Estados Nacionais na América Espanhola	267
 Mapa interativo	269
Estados Nacionais latino-americanos	269
Para retomar	270
Exames Brasil afora	273
De olho no Enem	274
Escola em movimento	275

Unidade 5 Crise, Autoritarismo, Revoluções e Guerras **276**

Capítulo 17

A Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos	278
Um mundo em transformação	278
Antecedentes da Primeira Guerra Mundial	278
O início da guerra	280
 Infográfico	281
O final da guerra	283
As consequências da guerra	283
A participação das mulheres	284
A Rússia no início do século XX	285
As revoluções de 1917	287
A construção do socialismo soviético	289
O capitalismo: da prosperidade à crise	291
Os Estados Unidos no início do século XX	291
A Grande Depressão	293
Para retomar	296

Capítulo 18

A Primeira República	298
O imaginário republicano	298
A consolidação da República	299
A República Oligárquica	302
A economia na Primeira República	303
A Primeira República e as “classes perigosas”	306
Os movimentos religiosos nas áreas rurais do Brasil	306
Revoltas no mundo urbano	308
A década de 1920 e o desgaste da Primeira República	311
Outubro de 1930: o fim da Primeira República	314
Para retomar	315

Capítulo 19

O surgimento do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial 317

A extrema direita surge na Europa 317

O fascismo na Itália 318

O nazismo na Alemanha 319

Salazarismo e franquismo: dois regimes autoritários de direita na Europa 321

Por que outra guerra? 322

O avanço do Eixo na Europa 324

A contraofensiva dos Aliados 325

 Vídeo 325

A guerra como falência humana 327

Os Direitos Humanos como resposta à desumanização 328

Para retomar 329

Capítulo 20

A Era Vargas 331

Governo Provisório (1930-1934) 331

O governo constitucional (1934-1937) 333

O Estado Novo (1937-1945) 335

Para retomar 341

Exames Brasil afora 343

De olho no Enem 344

Escola em movimento 345

Unidade 6 Mundo

contemporâneo 346

Capítulo 21

A Guerra Fria e as lutas anticoloniais 348

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial 348

A Guerra Fria 350

As guerras “quentes” 351

Os movimentos de contestação política e social na Guerra Fria 354

A longa agonia dos impérios coloniais 357

O fim da Índia britânica 357

O pan-africanismo e a luta anticolonial africana 359

A luta contra o *apartheid* 362

Para retomar 364

Capítulo 22

O Período Democrático de 1945 a 1964 366

A redemocratização brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial 366

O Governo Dutra 368

O retorno de Vargas 368

O Governo Juscelino Kubitschek 369

O breve governo de Jânio Quadros 371

Jango: entre a cruz, a espada e a enxada 372

A crise do Governo

João Goulart (1961-1964) 373

Para retomar 375

Capítulo 23

Ditaduras Civil-Militares no Brasil e na América do Sul 377

O início da Ditadura Civil-Militar no Brasil e os primeiros Atos Institucionais 377

O ano de 1968 e o endurecimento do regime 380

O início da abertura política 382

Ditaduras Civil-Militares na América do Sul 385

Para retomar 389

Capítulo 24

O tempo presente 391

O surgimento da Nova Ordem Mundial 391

O início da crise da União Soviética 392

O fim do socialismo no Leste Europeu 393

As reformas na China 394

Permanências e rupturas do socialismo na atualidade 395

O Brasil da redemocratização à Nova Ordem Mundial 396

 Podcast 397

Os desafios da Nova Ordem Mundial 399


Novos problemas de ordem global 401

O Brasil no século XXI 401

A ascensão da extrema direita e o Governo Bolsonaro 403

O terceiro Governo Lula 404

O Brasil e os desafios do século XXI 404

 Vídeo 405

Para retomar 408

Exames Brasil afora 410

De olho no Enem 411

Escola em movimento 412

Gabarito 413

Referências comentadas 415



Vera Cruz (BA), Brasil, 2019.



Seul, Coreia do Sul, 2023.



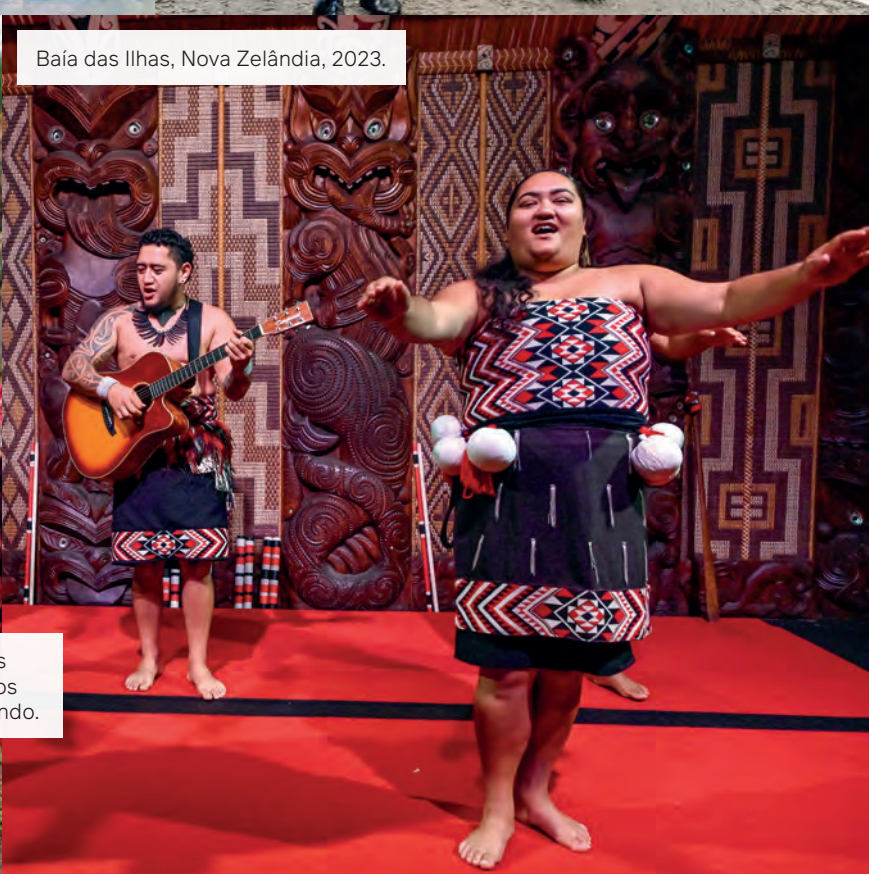
Jaipur, Índia, 2024.



Belfast, Irlanda, 2024.



Quênia, 2023.



Baía das Ilhas, Nova Zelândia, 2023.

A forma de se vestir reflete a cultura, os costumes e as tradições de cada país. Nas fotografias, vemos pessoas com vestimentas de várias partes do mundo.

Sociedades antigas e medievais

Observando as fotografias, podemos perguntar: Será que os seres humanos sempre se vestiram da mesma maneira? As formas de se vestir mudam conforme o tempo e o espaço. Assim, diversos aspectos ambientais, políticos, sociais, econômicos e culturais influenciam as vestimentas.

As roupas podem identificar a participação de um indivíduo em determinado grupo social ou cultural ou, ainda, demonstrar distinção em relação a outras pessoas. Em alguns casos, as vestimentas têm relação com atividades religiosas ou com a formalidade ou informalidade das situações. Ao estudar a história do vestuário, é possível perceber que não existem divisões naturais – por gênero, por exemplo – e que as roupas expressam significados sociais em circunstâncias diversas.

Ao compreender as diferenças sociais na forma de se vestir, é importante ter em mente o respeito a todas as pessoas enquanto seres humanos, independentemente de como estão vestidas. Discriminar pessoas com base em suas vestimentas é um ato contra os direitos individuais.

1. Observe algumas vestimentas utilizadas em diferentes partes do mundo. Você conhece alguma delas?
2. Será que as roupas também têm uma história?
3. Quais fatores ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais poderiam influenciar a forma de vestir?



Acra, Gana, 2023.



Provincia de Calca, Peru, 2022.

Os estudos históricos e as primeiras sociedades

▼ Para começar

1. O que você sabe sobre os griôs?
2. Qual é a importância da contação de histórias para as sociedades tradicionais?
3. Em sua opinião, qual é a diferença entre as formas tradicionais de lidar com o passado e a narrativa histórica?

Ao longo da história, existiram diversas formas de refletir sobre os acontecimentos do passado. Contações de histórias, fábulas, parábolas e mitos são formas tradicionais de pensar sobre o que ocorreu antes de nós. Você conhece outros exemplos de transmissão de histórias? No presente, também utilizamos a História como maneira de refletir sobre o passado, selecionando fatos importantes e analisando-os por meio da interpretação de fontes históricas.

Ao relembrar o que é História e como surgiu a vida em sociedade, é importante destacar que os agrupamentos humanos são diversos, tendo suas formas próprias de organização, visão de mundo e desenvolvimento intelectual. Assim, devemos compreender tais diferenças como possibilidades de agir no mundo para construir uma sociedade com horizontes de futuro mais amplos.



Pessoas se reúnem para ouvir as histórias do griô. Kokemnoure, Burkina Faso, 2007.

O que é a História?

A palavra **história** tem dois significados: história – com h minúsculo – envolve os acontecimentos do passado, descritos em sua dimensão factual de desenvolvimento das sociedades. Já essa palavra com H maiúsculo se refere à ciência que estuda a vida e as ações dos seres humanos ao longo do tempo. O estudo científico da História parte das fontes primárias – documentos, vestígios e objetos do passado – para construir análises sobre os fatos e processos históricos.

A compreensão dos acontecimentos do passado permite perceber mudanças e continuidades ao longo do tempo e do espaço, bem como alargar o conhecimento das possibilidades das ações humanas em sociedade. Os estudos históricos atuais demonstram que diversas sociedades construíram narrativas sobre o passado, em diferentes lugares e tempos. Contudo, recuperar os fatos do passado, registrá-los, discuti-los e analisá-los não foi uma necessidade em todas as sociedades.

No presente, compreendemos que a História, enquanto disciplina, teve seu processo de formalização científica iniciado no século XIX. Nesse sentido, o historiador é um estudioso que interpreta os acontecimentos com base em diferentes registros do passado. Ao selecionar as fontes históricas, ele organiza os fatos em uma narrativa processual com base em questões do presente. No século XX, os tipos de fonte e fatos históricos se diversificaram, abarcando as dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais, entre outras.

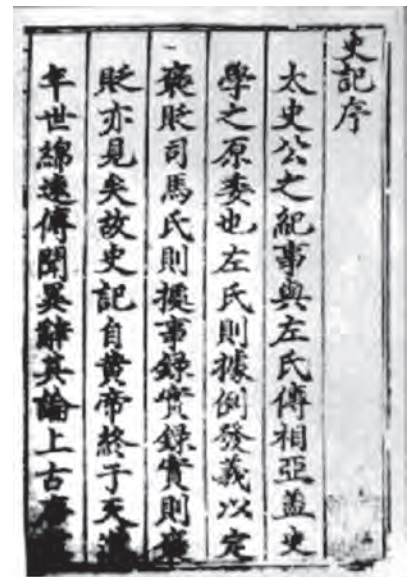
Para que serve a História?

Em nosso século, considera-se que a ciência histórica colabora para a reflexão sobre problemas da atualidade, com base no passado, e para pensar na diversidade de experiências humanas. Ao estudar diferentes povos, períodos e formas de pensar e agir, é possível analisar nossa identidade, as rupturas e continuidades dos tempos e espaços históricos e desenvolver nossa capacidade de compreensão acerca da diversidade humana. Não existe uma única resposta para o questionamento sobre o sentido da História, embora existam muitas reflexões sobre o assunto.

Além disso, duas preocupações sociais demandam a atenção e o cuidado de historiadores. De um lado, há uma conexão crescente entre sociedades por meio das tecnologias de informação e de comunicação, das mídias sociais e de processos em escala global. Por outro lado, a pluralidade de personagens, lugares e contextos gerou o crescimento de alguns discursos equivocados sobre o passado. Esses fatos têm reafirmado a necessidade do estudo de eventos por meio de procedimentos metodológicos da historiografia, como a análise e a comparação de fontes, para que os cidadãos não sejam conduzidos a negacionismos e análises errôneas sobre a história.

Marc Bloch buscou em suas pesquisas legitimar a ciência histórica, definindo seu objeto, seus objetivos e tendo na sua prática política uma preocupação constante com o tempo presente, sem desconsiderar o rigor teórico-metodológico.

O historiador francês Marc Bloch. Sem local, sem data.



Primeira página de *Shiji*, de Sima Qian. A obra, conhecida como "Registros do Historiador", é a primeira grande compilação da historiografia chinesa, produzida em 90 a.C. Sem local, sem data.



A humanidade como sujeito e objeto da História

Os seres humanos praticam continuamente ações que se interligam por meio de conexões. Os resultados dessas interações e vivências constroem a história humana. Assim, tudo tem uma historicidade, ou seja, uma posição histórica em um tempo e espaço, relacionada a diversos contextos históricos.

Os historiadores selecionam e interpretam fatos ocorridos, a fim de refletir sobre as ações humanas. A ciência histórica precisa ter uma base comprobatória dos acontecimentos. Contudo, devido às interpretações, também carrega uma perspectiva subjetiva dos processos históricos. Não obstante, nem todos os vestígios do passado foram conservados até a atualidade, havendo diversas lacunas que o trabalho dos historiadores procura preencher. A História contada também tem uma historicidade, sendo fruto de um tempo e espaço determinado.

Ao escolher um objeto de estudo, o historiador busca fontes diversas para organizar uma explicação dos fatos e compreender determinado processo. A compreensão histórica parte de perguntas que o pesquisador faz sobre aspectos da realidade passada que foram registrados. Com base nessas questões, nos conceitos e procedimentos de pesquisa, o profissional analisa os documentos, reformula suas perguntas, interpreta os fatos e procura demonstrar suas hipóteses sobre os processos humanos em determinado recorte temporal e espacial.

Historiadorxs Negrxs

Com o crescimento do acesso às fontes históricas e com a diversificação de métodos, abordagens, teorizações e personagens históricos, nas últimas décadas, os estudos históricos têm sido feitos de forma coletiva por meio de redes de pesquisadores que compartilham suas produções e ações. Um exemplo é a Rede de Historiadorxs Negrxs – que conta com a adesão de centenas de historiadores e historiadoras –, criada em julho de 2015 com o objetivo de fortalecer reflexões voltadas para a superação do racismo no Brasil e para a democratização do conhecimento.

Com publicações de artigos acadêmicos, parcerias com jornais, universidades, instituições públicas e privadas e outros grupos da sociedade civil, o coletivo se destaca no cenário da historiografia nacional. No ano de 2023, a professora de História da Universidade de Brasília Ana Flávia Magalhães Pinto, da Rede

de Historiadorxs Negrxs, se tornou a primeira mulher negra a ocupar o cargo de diretora-geral do Arquivo Nacional. Os trabalhos dessa historiadora ampliam o reconhecimento das trajetórias de pessoas negras brasileiras.

Ao identificar que os arquivos públicos brasileiros precisam reconhecer histórias plurais, o trabalho dessa rede de historiadores contribui para pesquisas sobre a produção intelectual e material de estudiosos negros e negras, para a formação cidadã em sentido coletivo, bem como para o respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Diversidade social e cultural da humanidade e os usos do passado

O passado foi utilizado por diferentes sociedades como forma de transmitir às novas gerações valores, tradições e saberes por meio de relatos orais, fábulas, narrativas mitológicas e escritas do passado. Assim, nem todas as sociedades desejam ter mais exatidão na narração do passado. Entre mesopotâmicos, romanos e chineses antigos, surgiram formas de contar o tempo por meio de festas religiosas ou cívicas.

No século XIX, surgiu a ideia de que era necessário narrar os fatos como eles “efetivamente ocorreram”, um uso do passado vinculado diretamente à afirmação dos Estados Nacionais e da verdade histórica baseada em documentos oficiais. Desde meados do século XX, os debates históricos avançaram, chegando a uma concepção de história que, sem deixar de lado as exigências do método e da prova documental, não se coloca mais como uma verdade absoluta e única sobre o passado.

A inclusão de mulheres, trabalhadores, pessoas negras, indígenas e de outros grupos excluídos como sujeitos históricos relevantes nas pesquisas trouxe grande diversidade social e cultural para o entendimento da história humana. Hoje sabemos que existem diversos usos do passado, que estão ligados a visões de mundo e expectativas de presente e de futuro. Por isso, nos estudos históricos, torna-se cada vez mais importante a reflexão sobre o passado

com base em um ponto de vista ético, democrático e humanista. Nesse contexto, os movimentos indígenas e de pessoas negras são grandes protagonistas na luta por uma educação que leve em conta a diversidade de narrativas e histórias.



Mulheres kayapó durante a Segunda Marcha Nacional Indígena em busca da garantia de seus territórios. Brasília, DF, 2021.



Rede de Historiadorxs Negrxs, no Simpósio Nacional de História, realizado em 2023. São Luís do Maranhão (MA), 2023.



Leia o texto a seguir e responda às questões.

A sociedade brasileira pode aprender com os povos indígenas a valorizar o papel da mulher porque recebemos uma herança muito forte que deve ser repassada para as novas gerações: o respeito.

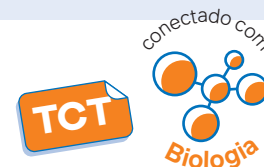
Quando uma mulher cria o novo é como o ato de amar. Amar a si mesmo, amar ao próximo, amar à natureza. E se ela cria um texto, uma música, uma pintura, um jarro de barro ou qualquer outra arte ela está no caminho da sua intuição ancestral. Mas, para se chegar até aí, muitos caminhos foram bloqueados, tivemos de tomar muita água envenenada; muitos fantasmas tivemos de enfrentar. Nossas vidas foram ceifadas. Enfim, um caminho árido e infértil. Estivemos enclausuradas dentro de nós mesmas pela história da colonização, neocolonialismo e novos brasileiros. Mas não aguentamos mais e demos um basta! Por isso criamos pacientemente. Aí soltamos as amarras que sufocam a nossa alma, a nossa anima, a nossa essência. Nosso corpo

pode estar doente porque nossa alma também está. E temos de buscar a cura do espírito, a cura da alma que o capitalismo vem destruindo nos últimos séculos. E mulheres de todos os segmentos vêm construindo a cura de si mesmas e das novas gerações a partir das artes e do seu empoderamento na história [...].

POTIGUARA, E. Mulheres étnicas sempre foram sagradas. In: POTIGUARA, E. *O vento espalha minha voz originária*. Rio de Janeiro: Grumim, 2023. p. 51.

1. Para Eliane Potiguara, o que a sociedade brasileira pode aprender com os povos indígenas?
2. De acordo com o texto, como a contribuição das mulheres indígenas colabora para a melhoria da sociedade?
3. A autora afirma que o colonialismo trouxe muitas mortes e fantasmas para a vida indígena. Como podemos colaborar para que as mulheres e os povos indígenas tenham a sua “cura do espírito” e o respeito que merecem?

A formação da humanidade



Há cerca de 6 milhões de anos, surgiram os primeiros ancestrais dos homínídeos no continente africano. Essas espécies se espalharam pelos continentes e deram origem a outras espécies. Os primatas mais antigos receberam o nome de *Australopithecus* e viveram no sul da África há aproximadamente 4,3 milhões de anos. Eles eram bípedes e tinham alguma habilidade com as mãos, possibilitando o uso de galhos, chifres e ossos como ferramentas.

Em 1947, arqueólogos encontraram na África do Sul um dos crânios mais antigos de homínídeo já descoberto, a Senhora Ples. A datação original afirmava que ela teria vivido há cerca de 2,3 milhões de anos atrás. Contudo, datações de 2022 levantaram a hipótese de que sua idade seria entre 3,4 e 3,7 milhões de anos.

A Arqueologia, ciência surgida no fim do século XVIII, desempenha um papel central nesses estudos. O trabalho dos arqueólogos é fundamental para a compreensão da história, pois fornece evidências variadas para o estudo do modo de vida de grupos humanos ao longo do tempo. A Arqueologia tem feito novas descobertas de homínídeos em diversas partes do mundo, sobretudo com o auxílio de pesquisas biológicas e genéticas, colaborando para a revisão de teorias a respeito da vida dos primeiros seres humanos.

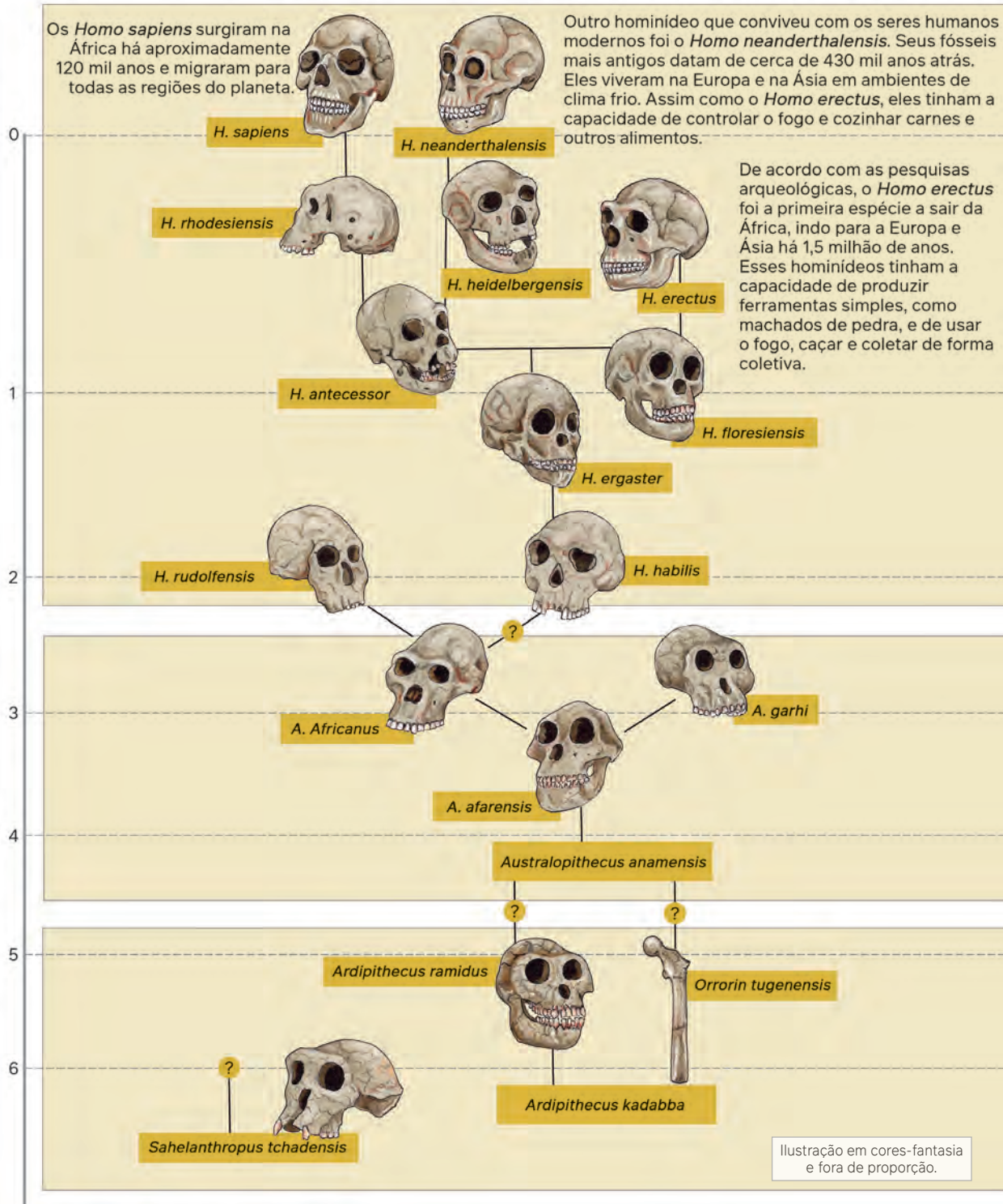
A teoria da evolução: da diversidade dos homínídeos à singularidade dos *Homo sapiens*

Teorias a respeito da origem e das transformações das espécies foram muito debatidas desde o início do século XIX, principalmente as ideias de adaptação ao ambiente e a capacidade de modificação dos seres vivos. A partir de meados daquele século, os naturalistas britânicos Alfred Russel Wallace (1823-1913) e Charles Darwin (1809-1882) construíram a teoria evolucionista das espécies, baseados na ideia de que os seres vivos estavam em constante transformação e que aqueles que se adaptassem melhor ao meio ambiente tenderiam a sobreviver. Esse conceito de evolução dos seres vivos apresentava o motivo da existência de diferentes espécies em vários lugares do mundo, com possíveis antepassados comuns entre eles.

O gênero *homo* surgiu há cerca de 2,5 milhões de anos. Hoje, os pesquisadores sabem que homínídeos diferentes conviveram e se relacionaram com os seres humanos modernos, conhecidos como *Homo sapiens sapiens*. As espécies desse gênero tinham características comuns, como o bipedismo (andavam sobre duas pernas), habilidades manuais e polegar com grande movimentação, cérebro maior em relação a outros primatas e capacidades variadas de articulação de linguagem e criação de símbolos.

Atualmente, são identificadas similaridades genéticas em vários pontos do DNA humano com as sequências genéticas do *Homo neanderthalensis*, o que comprova cruzamentos e assimilações de hominídeos diferentes. São muitas as hipóteses sobre os motivos que levaram à supremacia e à singularidade dos seres humanos modernos sobre outras espécies do gênero *Homo*. Mesmo tendo menor força física do que as outras espécies, os seres humanos modernos têm um desenvolvimento cerebral maior, o que permite a capacidade de simbolização da realidade. Isso permite a produção da linguagem, da cultura e de invenções complexas. A construção de ferramentas e ideias que modificaram a convivência coletiva ajudou na manutenção da espécie.

Laura Barrichello



Árvore filogenética dos gêneros *Ardipithecus*, *Australopithecus* e *Homo* que demonstra a diversidade de hominídeos existentes e que conviveram com os *Homo sapiens*. A linha cronológica à esquerda indica, em milhões de anos, o momento em que surgiu cada uma das espécies representadas.

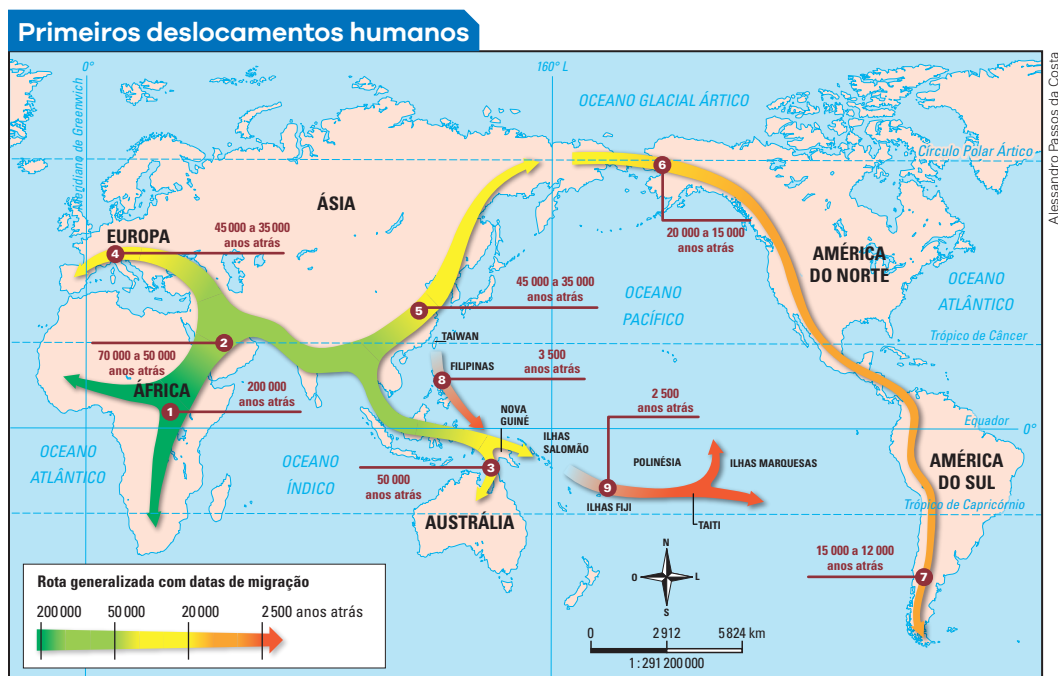
A dispersão espacial dos seres humanos pelo planeta

A partir de diversos movimentos migratórios, os *Homo sapiens* chegaram à Ásia por volta de 100 mil anos atrás e à Europa por volta de 50 mil anos, tendo migrado também para a Austrália posteriormente. Os primeiros grupos humanos chegaram às Américas há aproximadamente 20 mil anos. Nessas diversas localidades, esses grupos precisaram se adaptar a ambientes diversos, além de lutar por territórios ou, em alguns casos, conviver com outros homínídeos.

A teoria mais aceita atualmente a respeito da chegada dos seres humanos ao continente americano defende que diversos grupos atravessaram o Estreito de Bering entre 20 mil e 15 mil anos, durante um período de resfriamento da temperatura global, por meio de uma passagem terrestre entre os dois continentes (Ásia e América). Essas migrações teriam continuado até cerca de 12 mil anos atrás.

Uma hipótese mais controversa defende que os seres humanos tiveram outras rotas migratórias e chegaram às Américas pelo oceano, vindos da Oceania e das ilhas do Pacífico. Fósseis encontrados no Chile e no Brasil, na região de Lagoa Santa (MG), seriam evidências arqueológicas mais antigas do que as encontradas na teoria do Estreito de Bering. Entre esses fósseis, Luzia, nome dado ao fóssil, foi destacada como sendo a mais antiga humana da região do atual Brasil.

Contudo, estudos genéticos divulgados em 2018, por um grupo de 72 pesquisadores de oito países, demonstraram que houve pelo menos três migrações diferentes que deram origem aos humanos da América do Sul, todas vindas da América do Norte.



Os primeiros seres humanos: vida em sociedade

Os estudos arqueológicos atuais, com novos métodos de pesquisa genética, têm reinterpretado as migrações e a vida em sociedade dos primeiros seres humanos por meio de novas teorizações. Assim, além das fontes não escritas tradicionais – como pinturas em rochas, paredes e cavernas, vestígios de moradias e ferramentas, ossadas de enterramentos e de pessoas mortas em caçadas, entre outras fontes materiais –, a pesquisa de DNA em fósseis e seres vivos atuais tem se mostrado eficaz na produção de novas evidências.

Cena de caça coletiva de um cervídeo registrada no Parque Nacional da Serra da Capivara. São Raimundo Nonato (PI), 2021.



Nomadismo como prática social

Os primeiros seres humanos praticavam o nomadismo, ou seja, viviam em constante migração por diversos territórios em busca de locais mais adequados para viver. Entre 120 mil e 12 mil anos atrás, todos os hominídeos eram nômades, vivendo como caçadores-coletores e utilizando o fogo como fonte de calor e cozimento dos alimentos.

Entre os primeiros agrupamentos humanos, a prática do nomadismo foi importante para a caça de animais e a coleta de frutos e vegetais existentes em lugares diferentes de acordo com as estações do ano. Além disso, a variação do clima também influenciava mudanças de locais de habitação, assim como a busca de fontes de água potável e de pedras duras e cortantes para a produção de ferramentas.

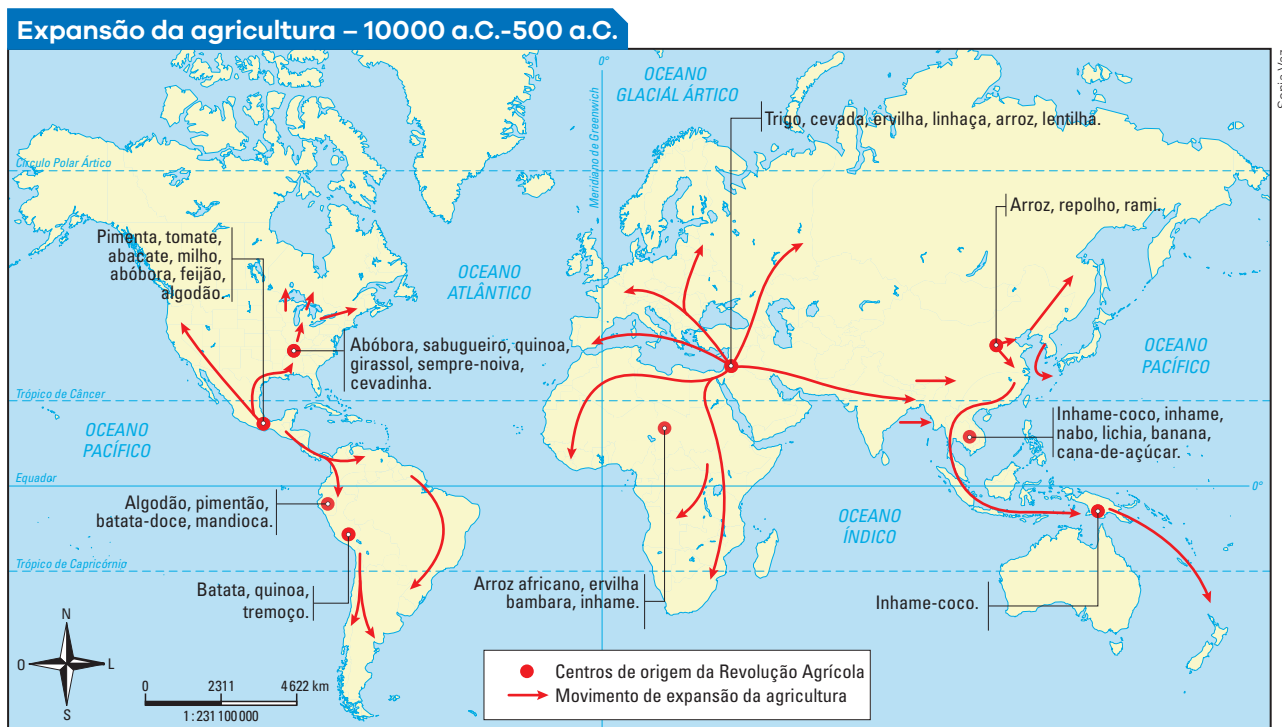
Agrupamentos humanos que vivem de forma nômade podem ser encontrados até hoje em regiões do norte da África e do Tibet. Muitos comerciantes, mesmo depois do sedentarismo, viviam como nômades, comprando produtos em uma região para vender em outra.

Estudos arqueológicos e etnográficos têm demonstrado que a manutenção do nomadismo ou do seminomadismo se constituiu como uma atividade sustentável e condizente com a natureza local, principalmente em algumas regiões com abundância de matérias-primas e alimentos, como na América do Sul. Nesse sentido, os estudos sobre os primeiros seres humanos da Amazônia têm procurado demonstrar que a passagem evolutiva do nomadismo para o sedentarismo tratou-se de uma construção histórica baseada em um tempo e espaço determinado. Logo, em vários locais, o desenvolvimento do sedentarismo não foi necessário.

Sedentarismo: a organização da agricultura e das primeiras cidades

Entre 12 mil e 10 mil anos atrás começaram a surgir agrupamentos humanos sedentários. Os seres humanos passaram a dominar técnicas agrícolas, possibilitando o contínuo plantio de alimentos variados. Esse processo resultou na domesticação de plantas e animais, tendo ocorrido em pelo menos nove pontos do planeta. Posteriormente, as técnicas agrícolas se espalharam para outras regiões, transformando o modo de vida de milhares de seres humanos, que, com o tempo, deixaram o nomadismo e estabeleceram as primeiras comunidades fixas.

O domínio da agricultura está intimamente ligado à existência de terras férteis nas proximidades dos vales dos rios. Nesses locais, era possível utilizar a água para o plantio e para o consumo de seres humanos e animais. A sedentarização possibilitou o surgimento das primeiras cidades e de formas de produção artesanal de utensílios, moradias e cuidados de saúde.



A inventividade e a vida humana nas primeiras cidades

Os primeiros seres humanos tinham necessidade de viver em grupo. Usando os recursos naturais, as sociedades criaram formas de interação com a natureza e entre os próprios humanos, utilizando a inventividade humana para dar conta das necessidades de agrupamentos maiores. No início, sem uma propriedade privada e individual das terras, as plantações e construções eram locais coletivos de vida em sociedade.

A construção de habitações mais sólidas possibilitou a expansão territorial e populacional das cidades. Surgiram templos, palácios e uma maior divisão da sociedade. As famílias de **elite** comandavam com ideias místicas e religiosas e com violência para dominar a produção e organizar a sociedade. Isso originou novas atividades, e o trabalho começou a ser dividido entre os membros da comunidade.

A sociedade passou a ser dividida entre agricultores, artesãos, comerciantes, soldados, funcionários do governo, autoridades religiosas, cuidadores e curadores. Por um lado, aumentaram os excedentes, estimulando o comércio e o armazenamento coletivo para períodos de estiagem e secas. Por outro, as guerras e as formas de dominação se intensificaram, seja por justificativa religiosa, seja por dívidas.

As primeiras ferramentas eram pedras com formato pontiagudo amarradas a pedaços de madeira, formando machados ou facas. Os *Homo neanderthalensis* e *Homo sapiens* começaram a quebrar pedras, produzindo fios de corte conscientemente, no Período Paleolítico. Alguns grupos de hominídeos perceberam que algumas dessas pedras, ao serem batidas, provocavam faíscas, o que foi fundamental para o controle do fogo. Assim, foi possível cozinhar alimentos e barro, produzindo os primeiros potes, vasos, pratos e esculturas. A fabricação de utensílios facilitou o armazenamento de alimentos e água, bem como o cozimento de carne.

As ferramentas eram de madeira, ossos, chifres de animais ou pedras, dependendo da região. Para machados, enxadadas, foices e martelos eram utilizadas rochas duras e resistentes, como as **rochas magmáticas** – obsidiana, diabásio, granito –, o sílex e o quartzito. Para facas, instrumentos de corte fino e pontas de lança, utilizavam o quartzo e outros cristais de rocha, que, apesar de menos duros e leves, são mais cortantes. O avanço da técnica de polimento permitiu melhores fios de corte no Período Neolítico.

Há cerca de 7 mil anos, os humanos desenvolveram a metalurgia em algumas regiões do planeta. Foram fabricados enfeites e estatuetas de cobre, prata e ouro, além de espadas, escudos e lanças. Em cerca de 4000 a.C., os povos do norte da África, do Oriente Médio, da Ásia Menor e da Península Balcânica passaram a utilizar ferramentas e armas de metais, modificando o curso das guerras.

Os primeiros seres humanos se expressavam artisticamente com pinturas nas paredes rochosas, **monólitos** e **geóglifos**. Utilizando tintas e pigmentos produzidos com sangue, minerais, argila, gordura animal ou resinas vegetais, pintavam cenas de caçadas, animais que viam na natureza, figuras humanas em diversas circunstâncias, entre outros elementos.

Os *Homo sapiens* também necessitaram de vestimentas para se adequar ao meio ambiente e ao clima. Em regiões mais frias do planeta, utilizavam o couro e peles de animais para aquecimento. Em regiões mais quentes, era possível viver com vestimentas mais leves, protegendo somente as partes que eram consideradas mais delicadas ou que entravam em contato com o solo.

Sepultura 43 da Necrópole de Varna, datada de 4600 a.C., com as joias mais antigas de que se tem conhecimento. Varna, Bulgária, 2017.



GLOSSÁRIO

Elite: pequeno grupo de pessoas que tem domínio sobre uma comunidade, baseado em prestígio social, argumentos religiosos, poder econômico ou força.

Geóglifos: figura de grande proporção construída no solo por meio de escavação, organização de rochas ou outros materiais cujas cores ou propriedades formam um desenho no terreno que pode ser visto a longa distância.

Monólito: monumento ou obra constituída por um só bloco de pedra.

Rocha magmática: rocha dura proveniente do resfriamento de lava vulcânica.

As mulheres nos primeiros agrupamentos humanos



Reúna-se em dupla e leia um trecho do livro de Vere Gordon Childe e outro da obra de James Adovasio, Olga Soffer e Jake Page. Em seguida, analise como esses autores compreendem a vida das mulheres nos períodos Paleolítico e Neolítico.

Texto 1

Mas não é necessário supor a existência de uma especialização industrial dentro da aldeia, além da divisão de trabalho entre os sexos. À semelhança dos bárbaros modernos, cada domicílio neolítico preparava e cultivava seus alimentos, fabricava seus utensílios, roupas, instrumentos e outras coisas necessárias. As mulheres aravam o solo, moíam e cozinhavam os grãos, fiavam, teciam e fabricavam as roupas, confeccionavam e coziavam os potes, preparavam ornamentos e objetos mágicos. Os homens, por seu lado, limpavam o terreno da plantação, construíam as palhoças, cuidavam do gado, caçavam e fabricavam as ferramentas e armas necessárias.

[...] A Etnografia mostra que os ceramistas que empregam a roda são habitualmente especialistas do sexo masculino, não mais as mulheres, para as quais a cerâmica é apenas uma tarefa doméstica como cozinhar ou fiar.

CHILDE, V. G. *O que aconteceu na História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 63-89.

Texto 2

No tempo de Childe, e até os mais recentes anos do século XX, prevaleceram as presunções conceituais milenares sobre os homens como sendo os benfeitores proativos e as mulheres como a maquinaria reprodutiva (e preparadora de comida) da sociedade. Isto levou à ideia de que aquelas maravilhosas estatuetas, as Vénus da Eurásia e as encontradas mais tarde nas primeiras aldeias agrícolas, eram símbolos de fertilidade criados para garantir a fecundidade da terra e das próprias mulheres.

[...] A maioria dos arqueólogos agora concorda que a imagem das mulheres no passado foi severamente distorcida ou totalmente ignorada por gerações de arqueólogos homens. Nas décadas recentes, têm sido feitas tentativas por muitas arqueólogas e diversos outros homens para retificar isto. Ocasionalmente, no longínquo passado evolucionário o sexo é discernível, mas o *status* genérico dos humanos — sejam eles do feminino, masculino ou *gay* — é muito mais opaco e provavelmente permanecerá em grande medida assim mesmo

com os previsíveis progressos na técnica e alcance da arqueologia. Mas temos conhecimento de que as mulheres foram inventadas como *status* genérico em tempos razoavelmente recentes — até pelo menos 30 mil anos atrás — e esta invenção é uma assinatura ou marca inconfundível de humanidade *comportamentalmente* moderna.

Uma ideia que aqueles que estudam as vidas dos povos pré-históricos terão que superar é a noção de um patriarcado monolítico mundial empenhado na opressão das mulheres. Podemos agora vislumbrar, olhando milhares e até milhões de anos no passado, que fêmeas e mulheres não foram invisíveis. Apenas nós é que estivemos cegos por muito tempo. Outra percepção inquestionável que temos agora incorporada é que mulheres e fêmeas foram tão importantes quanto os homens, se não bem mais importantes que eles, como as forças-motrizas de nossa emergência como espécie e de nosso sucesso em colonizar e viver neste planeta.

ADOVASIO, J.; SOFFER, O.; PAGE, J. *Sexo invisível: o verdadeiro papel da mulher na pré-história*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 255, 283-284.

geophotos/Alamy/Fotorena



Pinturas rupestres em Tassili N'Ajjer, Argélia, 2022.

1. Com base na contraposição entre os dois textos, responda às questões.
 - a) Como o autor do primeiro texto descreve a “divisão sexual do trabalho”?
 - b) Como os autores do segundo texto questionam a visão de Vere Gordon Childe?
 - c) Segundo Adovasio, Soffer e Page, qual é o consenso científico sobre a visão das mulheres nos primeiros agrupamentos humanos?
 - d) Para os autores do **texto 2**, qual é a ideia que deve ser superada pelos estudos históricos e arqueológicos a respeito do Paleolítico e Neolítico?

As sociedades do Oriente

Os rios foram vitais para o desenvolvimento das sociedades do passado, como mesopotâmica, hindu e chinesa. A história dos povos do subcontinente indiano está intimamente ligada aos rios do Vale do Indo, assim como a história da China está diretamente associada aos rios Azul e Amarelo. Da mesma forma, os rios mesopotâmicos foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e a consequente fixação de pessoas no seu entorno.

Além disso, essas sociedades construíram cidades com palácios, templos e sistemas de irrigação. Eram, em sua maioria, politeístas, estabeleceram sólidas estruturas sociais, políticas e econômicas e promoveram avanços extraordinários nas artes, no comércio e nos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, deixando um legado fundamental para a humanidade.

A sociedade mesopotâmica

Os historiadores consideram a Mesopotâmia como o berço de inúmeros povos. A partir de 4 mil a.C., sumérios, assírios, babilônicos e acádios estabeleceram grandes **impérios** nessa região. A palavra Mesopotâmia tem origem grega e significa “terra entre rios”, especialmente o Tigre e o Eufrates. Os ciclos de cheias e vazantes desses rios fertilizavam o solo, favorecendo a agricultura e a sedentarização dos primeiros humanos da região.

A compreensão dos ciclos de cheias dos rios permitiu a realização de uma grande inovação na forma de produção de alimentos: a Revolução Agrícola. O domínio da agricultura ampliou a base alimentar, permitindo a fixação em um único território.

Grande parte do trabalho desempenhado para a construção da infraestrutura de palácios e templos foi feito com base na servidão coletiva, na qual as pessoas eram arregimentadas para o trabalho de acordo com sua posição social e seus vínculos com a sociedade e o Estado. Assim, embora existisse, a escravidão não era necessariamente a base da mão de obra.

Os sumérios se desenvolveram na parte sul da Mesopotâmia, entre os anos 4 mil e 2 mil a.C., nas cidades de Eridu, Lagash, Uruk e Ur (atuais Iraque e Kuwait). Estavam organizados em cidades-Estado independentes, governadas por um rei ou assembleia, que compartilhavam o idioma e outros elementos socioculturais. A economia suméria estava baseada na agricultura e na produção artesanal, feita por camponeses e, em menor escala, por escravizados. Esse povo criou cerâmicas, joias, tecidos, roda, irrigação e metalurgia, especializando-se no comércio. Os sumérios eram politeístas, tendo **Ishtar** como a deusa da fertilidade. Além disso, criaram a primeira forma de escrita da humanidade: a **escrita cuneiforme**.

Os acadianos (2334-2154 a.C.) venceram os sumérios por volta do ano 2 mil a.C., provavelmente liderados pelo rei Sargão I. Entre as cidades principais, estava sua capital, a Acádia. Os pesquisadores acreditam que os sumérios foram assimilados pelos acadianos, que, entre outros elementos da cultura suméria, mantiveram a escrita cuneiforme, os avanços técnicos, como a arquitetura e a irrigação, e as atividades econômicas da agricultura e do comércio. Eles eram governados por um monarca que centralizava o comando jurídico, militar e administrativo. Já no plano sociocultural, a religião era central na vida desse povo, por meio do culto aos deuses. A arte acadiana foi marcada por representações de deuses e animais. Os acadianos tinham como peculiaridade o culto ao rei mesmo após sua morte, já que essa autoridade era vista como um representante dos deuses na Terra.

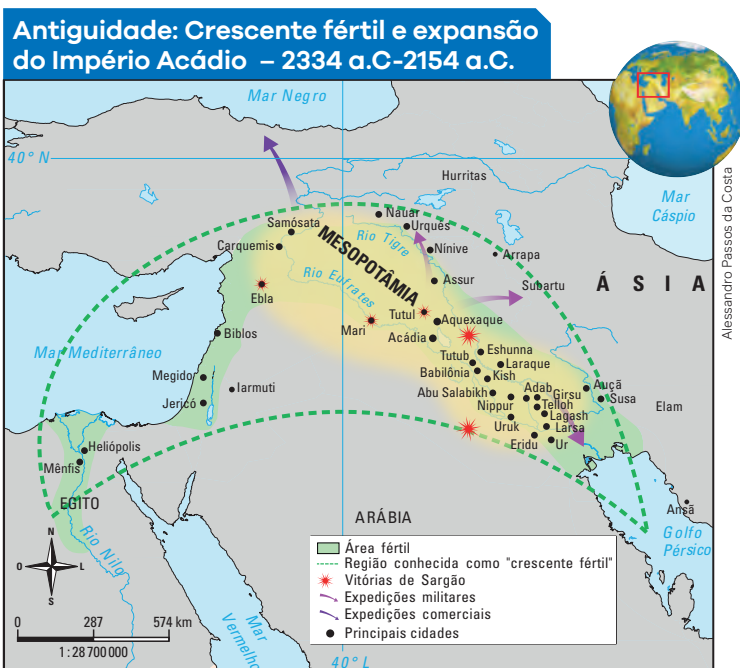
Fontes: BLACK, J. (ed.). *World History Atlas*. Londres: Dorling Kindersley, 2008. p. 220; HALLO, W. W.; SIMPSON, W. K. *The ancient Near East: a history*. New Haven: Yale University, 1997. p. 24; BORGES, D. Acádios, quem foram? *História, principais características e Império Acádio*. R7: *Conhecimento Científico*, [s. l.], 5 set. 2020. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/acádios/>. Acesso em: 6 maio 2024.

GLOSSÁRIO

Escrita

cuneiforme: meio de comunicação por símbolos que eram inscritos com estiletos em forma de cunha – que termina em ângulo diedro agudo – sobre placas de argila úmida.

Império: unidade política composta de vários povos e territórios, unificado e submetido ao domínio de um único líder ou grupo social.



Impérios Babilônicos e Assírio



Sargão II ficou conhecido pela conquista de Uratu, no Planalto Armênio, e pela reconquista da Babilônia, onde residiu até que a nova capital assíria, Dur Sarruquim, estivesse concluída, em 706 a.C.

Erich Lessing/Alamy/ Fotorena

Alto-relevo com a imagem de Sargão II. Iraque, século VIII a.C.

GLOSSÁRIO

Semita:

grupo étnico-linguístico do qual descendem árabes e judeus. Sumérios, caldeus, hicsos e outros povos antigos eram de origem semita. Biblicamente, os semitas representam a descendência de Sem, filho de Noé.

Zigurate:

construções piramidais típicas dos povos da antiga Mesopotâmia, serviam como templo e centro administrativo.

AstralManSigmaDelta/Shutterstock.com



Os famosos jardins, às margens do Rio Eufrates, foram dedicados à Amitis, esposa de Nabucodonosor. Além da arquitetura, os jardins primavam por uma rica botânica, dando uma noção do desenvolvimento técnico e do conhecimento natural do Império Neobabilônico.

Representação artística dos Jardins Suspensos da Babilônia, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo.

O Primeiro Império Babilônico (1894-1595 a.C.) foi erguido da unificação de cidades pelos amoritas, povo **semita** que invadiu a região e fundou a cidade da Babilônia, às margens do Rio Eufrates. Um dos mais importantes reis babilônicos foi Hamurábi, que reinou por mais de 40 anos, tornando-se conhecido pelo Código de Hamurábi. A base da norma era a Lei de Talião (“olho por olho, dente por dente”). Embora fosse uma máxima dura, que para muitos soa como vingança, ela estabeleceu um critério de justiça pelo qual delitos e penas foram previamente estipulados, para que todas as pessoas pudessem conhecer as leis, fossem *Awilum* (elite), *Mushkenum* (indivíduos livres)

ou *Wardum* (escravizados). Houve muitas transformações socioculturais; contudo, após a morte de Hamurábi, o império entrou em decadência por revoltas internas e lutas contra hititas e assírios.

O Império Assírio (2500-612 a.C.) teve seu auge em 729 a.C., conquistando a Babilônia e estabelecendo a capital em Assur, a leste da Mesopotâmia. Os assírios alcançaram seu máximo desenvolvimento nos reinados de Sargão II e de seu filho, Senaqueribe. A capital foi transferida de Dur Sarruquim para Nínive, cidade com grandes muralhas, templos, palácios e jardins. A partir do século VII a.C., os assírios foram sistematicamente atacados pelos caldeus, grupo semita da Península Arábica. As cidades controladas pelos assírios foram conquistadas até a queda de Nínive, em 612 a.C.; contudo, ainda hoje existem minorias étnicas assírias no Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos.

A conquista de Nínive marca a ascensão do Segundo Império Babilônico (626-539 a.C.), também conhecido como Império Neobabilônico. Nabucodonosor foi seu principal governante, expandindo o império e sua cultura. Nabucodonosor II reconstruiu o **zigurate** de Etemenanki, que inspirou os relatos bíblicos sobre a Torre de Babel. Ele também foi o responsável pela conquista dos hebreus. Todavia, esse império teve curta duração. Em 539 a.C., na Batalha de Ópis, o império, comandado por Nabonido, foi derrotado pelos persas, sob comando do rei Ciro II.

A Índia no Mundo Antigo

O povoamento do subcontinente indiano teve início por volta de 7 mil a.C., com diferentes grupos ocupando as terras férteis do Vale do Indo. As ruínas de grandes cidades, como Harapa, Moenjodaro, Dolavira e Raquigari, indicam uma sociedade estruturada por volta de 3 mil a.C., com domínio da agricultura, da mineração e da metalurgia. A sociedade do Vale do Indo (3300-1300 a.C.) era capaz de produzir selos e trabalhar com materiais como bronze, cobre e estanho. No seu auge, havia aproximadamente 5 milhões de habitantes, que pereceram por causas não completamente esclarecidas. Alguns arqueólogos especulam que um grande terremoto teria destruído suas centenas de cidades, que, como as dos sumérios, eram independentes umas das outras, levando à dispersão da população. Outros creditam esse desaparecimento à invasão de povos estrangeiros.



Vídeo

Índia: passado e presente

Entre 3000 a.C. e 500 a.C., floresceu no norte e noroeste do subcontinente indiano a sociedade védica, que explorava os recursos de rios pertencentes à bacia do Rio Indo. Séculos depois, por volta de 700 a.C., surgiram os Mahajanapadas, dezesseis grandes reinos cuja base étnica era composta de povos **indo-arianos**.



Ilustração do Rigveda, documento mais antigo da literatura hindu, século XVII.

Os **textos védicos**, em idioma sânscrito, foram sistematizados aproximadamente em 1500 a.C., e abarcam diferentes elementos materiais e espirituais da vida humana, como sacrifícios religiosos e rituais de cura.

GLOSSÁRIO

Indo-arianos: subgrupo dos povos indo-europeus, cuja base linguística é formada por línguas como sânscrito e bengali. A palavra **ariano** deriva do sânscrito *arya*, que significa “nobre”.

Textos védicos: textos sagrados, considerados as escrituras religiosas mais antigas da humanidade. Para os povos hindus, são a fonte primordial de seus valores filosóficos, culturais e sociais.

A sociedade védica

Cada reino védico da Índia Antiga era liderado por um monarca (*Rājan*), cuja função era proteger o território com o auxílio de funcionários, como *purohitas* (sacerdotes) e *senānis* (chefes militares). *Pattis* (soldados), *spas* (espíões) e *dutas* (mensageiros) também compunham o aparato de mando dos reis, auxiliando tanto nas guerras quanto nas ações administrativas cotidianas, entre as quais a coleta de impostos. A sociedade védica estava organizada, de acordo com a mitologia védica, em quatro *varnas* (castas) hierarquizadas. Essas castas eram hereditárias e determinavam as obrigações e os direitos de cada indivíduo. As quatro *varnas* clássicas eram:

- **Brâmanes:** casta mais alta, de cunho sacerdotal, que teria nascido da boca de Brahma, da qual provêm filósofos, professores e líderes religiosos.
- **Xátrias:** casta que, conforme a mitologia, teria nascido dos braços de Brahma, da qual provêm nobres, governantes e militares.
- **Vaixás:** casta de comerciantes e administradores de bens públicos ou privados, nascidos das coxas de Brahma segundo os mitos, da qual também fazem parte agricultores e comerciantes.
- **Sudras:** casta de trabalhadores braçais que, conforme a mitologia, teriam nascido dos pés de Brahma e prestam serviços pouco especializados e socialmente desprestigiados.

Além dessas castas, existem os **párias** (*dalits* ou intocáveis), que seriam oriundos da poeira sob os pés de Brahma, aos quais cabem as tarefas menos valorizadas naquela sociedade, como coleta do lixo. Hoje, embora o sistema de castas seja muito criticado, ele ainda tem peso na organização social das sociedades indianas.

A sociedade védica desenvolveu a pecuária, a agricultura e o comércio. As práticas religiosas dessa sociedade foram as precursoras históricas do hinduísmo e do bramanismo, hoje difundidos em diferentes partes do mundo. Em suas raízes védicas, essas práticas eram baseadas nos sacrifícios de pessoas e animais como forma de obter favores dos deuses, como saúde, fortuna e boas colheitas.

Os impérios Máuria e Gupta

Após o final da sociedade védica, surgiram dois grandes impérios na região. O primeiro foi o Império Máuria (321-185 a.C.), cujos domínios foram do Indo aos Montes Vindias, passando pelo Himalaia. Foi nesse período que Alexandre Magno invadiu a Índia. Governantes desse império se converteram ao budismo, abandonando a tradição védica.

Outro grande Império Hindu da Antiguidade foi o Império Gupta (320-499 d.C.), fundado por Chandragupta I, o Marajadiraja (rei dos reis), descendente de Sri-Gupta, fundador da dinastia. Esse império se estendeu por todo o subcontinente da Índia, e seu período foi marcado por inúmeras descobertas nos campos da Arte, da Arquitetura, da Astronomia, da Filosofia e da Matemática.

Como visto, as sociedades indianas estavam entre as mais avançadas de seu tempo, mas a história da Índia alcança muitos outros períodos históricos, chegando até o presente. Hoje, está entre os países que mais crescem em termos científicos e econômicos, sendo, desde abril de 2023, o mais populoso do mundo, com 1,42 bilhão de pessoas.

CHINA: DAS ORIGENS AO IMPÉRIO

O território chinês foi ocupado entre 7 mil e 5 mil a.C., embora haja vestígios de grupos humanos na região por volta de 13 mil a.C. As comunidades Huá e Xia, Longshan e Yangshao (3500-1800 a.C.) foram algumas das primeiras sociedades conhecidas na China; no entanto, a primeira dinastia foi Xia (2070-1600 a.C.), que teve seu governante Xia Jie, um ditador corrupto, deposto pelo líder do clã Shang, T'ang.

A Dinastia Shang (1600-1046 a.C.) tinha economia agropastoril, com mão de obra escravizada, e produzia e comercializava artesanatos de jade, peças de bronze e tecidos de seda. Foi seguida pela dinastia Zhou (1046-256 a.C.), com a qual coexistiram, e cujo domínio foi o de mais longa duração na história chinesa. Seu sistema político-social, o *Fengjian*, era baseado na subordinação de diversos estados ao poder central.

A CHINA IMPERIAL

O império corresponde ao mais longo período da história chinesa, sendo caracterizado por uma sucessão de dinastias que perpassam a Antiguidade até o mundo contemporâneo.

A Dinastia Han expandiu seu poder político e militar à Península Coreana, à Mongólia e à Ásia Menor, fortaleceu agricultura e comércio, consolidando a identidade cultural e adotando o confucionismo como religião oficial.



Tom Pij/Shutterstock.com

As esculturas de terracota representam o poder militar do imperador Qin Shi Huang, fundador da Dinastia Qin, e que foram enterradas com ele para protegê-lo no pós-morte. Xi'an, China, 2023.

Primeira dinastia a unificar a China, centralizando a administração. Período marcado pelo início da construção da Muralha da China e pelo desenvolvimento da filosofia legalista, base do direito chinês.

DINASTIA HAN
(202 a.C.-220 d.C.)

DINASTIA QIN
(221-206 a.C.)

A queda de Wu para a Dinastia Jin marca o fim da Han, dividindo a China em três impérios rivais: Wei, Shu e Wu, em um período marcado por conflitos e grande queda populacional.

A Dinastia Jin, originada do clã Sima, se fragmentou em Ocidental e Oriental devido a invasões de povos nômades e seminômades. As invasões originaram os Dezesesseis Reinos (304-439), que coexistiram com a dinastia Jin.

A queda da Dinastia Jin resultou na formação de dois impérios rivais. Ao norte, prevaleceram as dinastias Wei, Qi do norte e Zhou. Ao sul, as dinastias Song, Qi do sul, Liang e Chen.

Originária do clã Yang, deu fim à intensa divisão política presente na China por quase 400 anos, reunificando o império. Todavia, derrotas militares, como a campanha da Coreia no início do século VII, provocaram sua queda.

TRES REINOS
(208-265)

DINASTIA JIN
(266-420)

DINASTIA DO NORTE E DO SUL
(439-581)

DINASTIA SUI
(518-618)

Jian Lin / Shutterstock.com



As porcelanas da Dinastia Ming. Sem local, sem data.

Essa dinastia reorganizou as instituições políticas, comerciais e militares do país, expandiu as forças armadas, reestruturou a produção agrícola, fomentou o comércio e estabeleceu relações com potências europeias da época, como Espanha, Portugal e Países Baixos.

As artes e as ciências prosperaram na Dinastia Ming, mas revoltas, crises climáticas e econômicas levaram à sua queda, sendo o marco final a queda de Pequim diante das forças lideradas por Li Zicheng.

DINASTIA QING MANCHU (1644-1912)

A última dinastia imperial do país estabeleceu um governo absolutista cuja administração do Estado ficava a cargo de uma burocracia especializada. Nessa dinastia, destacou-se a proximidade com os jesuítas, que garantiu a tolerância do cristianismo em solo chinês. Corrupção, revoltas populares e guerras com potências estrangeiras decretaram o fim da era imperial e forçaram o imperador Pu Yi a abdicar do trono em 1911, dando início à república.

Os mongóis conquistaram a China a partir do início do século XIII, sob a liderança de Gêngis Khan. Entre 1270 e 1309, o domínio mongol formou o maior império de terras contínuas já registrado na história, com aproximadamente 24 milhões de quilômetros quadrados. Após a morte de Kublai Khan, em 1294, o Império Mongol foi dividido em diferentes canatos.

A Dinastia Song passou a perder territórios, inclusive sua capital, para uma Dinastia Jin renovada, até a invasão mongol. Assim como as dinastias Song e Jin, a Dinastia Xia, que existiu nesse mesmo período, desapareceu sob o domínio de Gêngis Khan.

DINASTIA MING (1368-1644)

DINASTIA YUAN (1271-1368)

XIA (1038-1227)

JIN (1115-1234)

DINASTIA SONG (960-1279)

A Dinastia Tang, herdeira direta das instituições políticas da Dinastia Sui, consolidou as bases da burocracia imperial chinesa e expandiu territórios. Codificou o direito (Código Tang), desenvolveu o comércio e o sistema bancário nacional. Incentivou as artes e as ciências, avançando áreas, como alquimia, astronomia, engenharia, matemática e medicina.



Hugo Araújo

Após a queda da Dinastia Tang, a China enfrentou um período de instabilidade política e militar, no qual a Dinastia Khitan Liao (de raízes mongóis) foi a mais longeva, situada ao norte do país. Nessa mesma região, entre 907 e 960, uma sucessão de dinastias e reinos deu origem ao período das Cinco Dinastias e Dez Reinos, que terminaram quando o general Zhao Kuangyin fundou a Dinastia Song.

DINASTIA TANG (618-907)

A pólvora mudou o curso das guerras. Suas origens remontam aos alquímicos taoístas da Dinastia Han, e sua fórmula foi fixada na Dinastia Tang, passando a ser utilizada em fogos de artifício e artefatos militares, como flechas e granadas rudimentares.

DINASTIA KHITAN LIAO (907-1125)

Outros povos orientais na Antiguidade

Os persas

Os persas são povos que viviam no Planalto Iraniano, oriundos dos caucasianos que migraram para o Oriente Médio, cerca de 2 mil a.C. No século VI a.C., Ciro II liderou os persas no comando de diversos povos, dominando vasta região em 550 a.C. Em sua máxima extensão, o Império **Aquemênida** tinha aproximadamente 8 milhões de quilômetros quadrados na África, Ásia e Europa. Foi o maior império de seu tempo, que se renovou em diversas dinastias. Para gerir um território tão extenso, os persas o dividiram em **satrapias** autônomas, mas com unificação de idioma e desenvolvimento de um sistema postal e viário para manter a coesão do império.

Dario I foi o maior dos reis aquemênidas. Ele expandiu o império e promoveu as artes e as ciências, renovou as estruturas jurídicas e deu início à construção da nova capital imperial, Persépolis. Os persas eram monoteístas, ou seja, cultuavam um único deus. A religião era o zoroastrismo, cujo deus, Ahura Mazda, era visto como o criador de todas as coisas. A economia era agropastoril e comercial, utilizando também mão de obra escravizada. Hábeis gestores, os persas implantaram uma moeda única e um eficiente sistema de cobrança de impostos, o que preservou sua integridade territorial, até serem vencidos por Alexandre, o Grande, em 334 a.C.

Detalhe de um baixo-relevo, de fim do século VI a.C. e início de V a.C., representando Dario I (à direita). Irã, 2022.



GLOSSÁRIO

Aquemênida: relativo à dinastia fundada por Aquêmenes, governante de Parsuma, que liderou a luta contra o rei assírio Senaqueribe, em 681 a.C.

Satrapias: unidades político-administrativas do Império Aquemênida, pelas quais o rei mantinha seu domínio por meio de sátrapas, ou seja, governadores locais por ele designados e controlados.

Talassocracia: potência naval, em geral governada por uma aristocracia marítimo-comercial.

Os hebreus

Os hebreus são um povo monoteísta de origem semita que provavelmente migrou da cidade de Ur, na Mesopotâmia, para a região da Palestina, nas cercanias do Rio Jordão, por volta de 2 mil a.C. Segundo a tradição hebraica, Abraão teria sido o fundador e primeiro patriarca do povo hebreu, sucedido por Isaac e Jacó. Em aproximadamente 1800 a.C., várias tribos migraram para o Egito, então sob domínio hitita, povo semita que os acolheu. Com a retomada do poder pelos egípcios, os hebreus foram escravizados. Segundo a Bíblia, a libertação dos hebreus foi liderada por Moisés, que os conduziu a Canaã, a terra prometida, na Palestina.

Dominando os cananeus, as tribos judaicas foram unificadas por Saul, dando origem à Era dos Reis, cujo auge se deu nos reinados de Davi e Salomão. Os hebreus formaram exércitos e expandiram seus domínios, seja pela influência comercial, seja pelo casamento de Salomão com a rainha negra de Sabá, Makeda, cujo reino ficava onde hoje está a Etiópia.

Após o reinado de Salomão, os hebreus se dividiram entre os reinos de Israel (norte) e Judá (sul), que foram dominados respectivamente por assírios e babilônios. O cativeiro babilônico durou aproximadamente 200 anos, sendo interrompido quando Ciro II, da Pérsia, libertou os hebreus. Da vertente monoteísta judaica, cerca de 500 anos depois, seria criada a religião cristã.

Os fenícios

Os fenícios são um povo semita do norte da Palestina (atuais Líbano, Síria e Israel). Entre os séculos X e V a.C., construíram um grande domínio marítimo, que incluía partes do Oriente Médio, da Península Ibérica, Sicília e norte da África. Eram organizados em cidades-Estado autônomas, como Acre, Biblos, Sidon e Tiro. A mais importante cidade da **talassocracia** fenícia foi Cartago (atualmente Tunísia), fundada em 814 a.C.

Hábeis navegadores, os fenícios construíram uma economia baseada no comércio naval, já que suas terras eram pouco férteis para a atividade agropastoril. Suas embarcações, velozes e resistentes, eram muito eficientes, possibilitando o domínio marítimo e o comércio de cereais, vidros, tecidos, cedro e marfim. Politeístas, cultuavam El, o criador do mundo, sua esposa As-tarte e seu filho Baal, senhor das chuvas e da fertilidade. O desenvolvimento da Astronomia, da escrita fonética e do primeiro alfabeto estão entre suas invenções mais destacadas. Caldeus, persas e gregos estão entre os povos responsáveis pela decadência dos fenícios.



1. Leia o texto a seguir e responda às questões.

Observe os objetos ao seu redor, começando por este livro. Ouça os ruídos do ambiente, os sons da rua. Você sabia que todo objeto, todo som, tudo o que você vivencia ou experimenta tem historicidade? Como a ideia não é complicar a sua vida, nem perder tempo, vamos direto ao ponto: historicidade significa que todas as coisas e todas as atividades humanas têm um sentido para a História ou sentido histórico.

O que fazemos, pensamos, sentimos, produzimos, assim como o significado que atribuímos a tudo isso, depende da época em que vivemos, das relações sociais estabelecidas, do contexto histórico. Tudo o que, às vezes, nos parece natural e eterno é, na verdade, fruto da criação humana, ao longo do tempo.

BOSCHI, C. C. *Por que estudar História?* Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. p. 9.

- a) Explique o conceito de historicidade.
- b) Ao estudar os objetos da História antes da invenção da escrita, é possível interpretar a vida dos seres humanos que viveram nesse período. Cite três objetos que podem ajudar a explicar o passado anterior à escrita.

2. A Paleopatologia é a ciência que estuda possíveis doenças e causas de morte em seres humanos ao longo do tempo, além das formas de cura de comunidades humanas sem escrita. Uma das primeiras neurocirurgias, encontrada entre os incas e os antigos egípcios, foi a trepanação, que consistia em fazer uma abertura no crânio para descompressão do cérebro ou retirada de tumores.

British Library/Flickr.com



Ilustração de um crânio com trepanação, colecionado por Maria Ana Centeno de Romainville ([181?]-1874), peruana que criou um museu histórico arqueológico no Peru. O vestígio arqueológico inca tem datação entre 1400 d.C. e 1530 d.C.

- a) O que a descoberta desse crânio pode ajudar a comprovar?
- b) Como a Paleopatologia pode ajudar a entender a vida dos primeiros seres humanos?

3. (Fatec-SP – 2023)

A palavra tecnologia se refere a toda e qualquer técnica que tenha se desenvolvido devido à atividade humana. Propositais, sistemáticas e utilizadas para um determinado fim, as técnicas desenvolvidas na Pré-História vão desde o domínio do fogo à invenção da roda e até mesmo à fundição de metais, que possibilitaram a sobrevivência dos homens na Terra.

<<https://tinyurl.com/55cmrw79>> Acesso em: 28.10.2022. Adaptado.

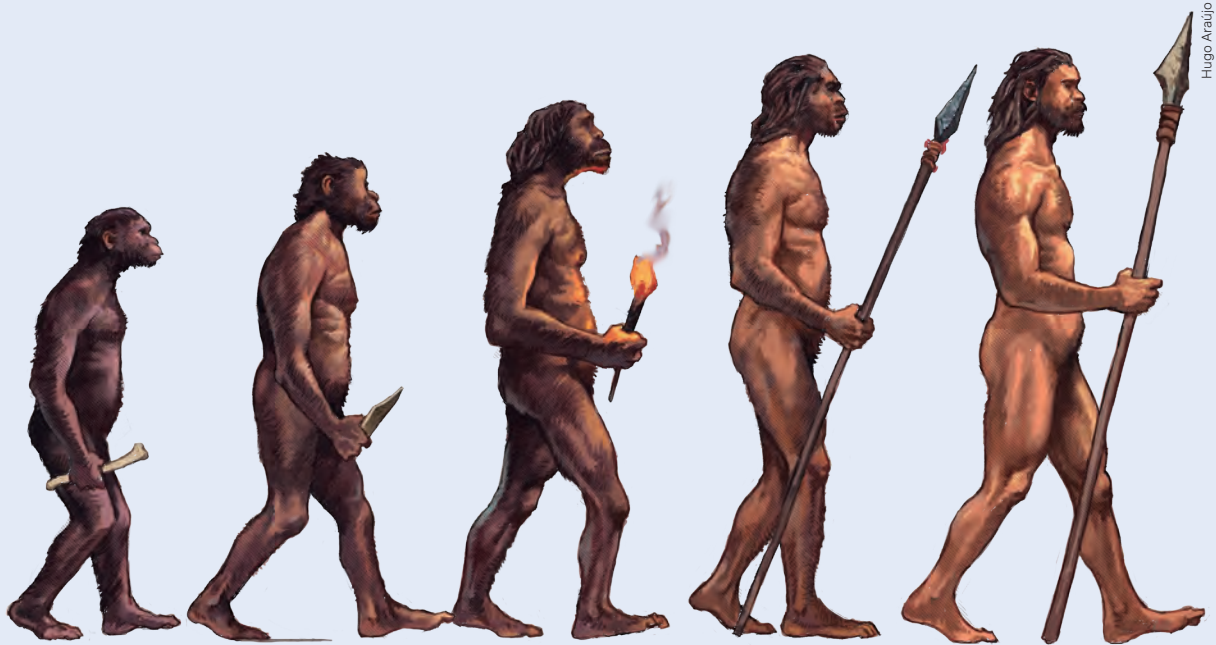
Entre as tecnologias desenvolvidas no período citado no texto, destaca-se

- a) a criação de máquinas simples movidas a energias renováveis, como eólica e solar, para produção de armas e utensílios domésticos.
 - b) a utilização de tecidos finos para a confecção de bolas utilizadas na prática de esportes de guerra, disputados por grupos nômades rivais.
 - c) a invenção da escrita e dos rudimentos de um sistema de remessa postal que atuava como uma forma de estabelecer comunicação à distância.
 - d) a produção de tecidos de seda, cultivado em grandes lavouras às margens dos rios Tigre e Eufrates, na região conhecida como Crescente Fértil.
 - e) a atividade de lascas pedras umas nas outras a fim de produzir ferramentas pontiagudas e cortantes, utilizadas para a caça e para o manuseio de alimentos.
- 4.** Leia as frases a seguir, relativas às sociedades da Mesopotâmia. No caderno, marque **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) para cada uma das sentenças.
- a) Mesopotâmia significa “terra entre rios”, tendo as bacias do Tigre e do Eufrates como as mais importantes.
 - b) Os sumérios tinham elevados conhecimentos nos campos da Astronomia e da Matemática, mas não conheciam a escrita.
 - c) Tal como os sumérios, os acadianos eram governados por monarcas que centralizavam o comando do Estado.
 - d) O Primeiro Império Babilônico foi formado por povos semitas que ocuparam a região após a queda de sumérios e acadianos.
- 5.** Explique como a religião hindu impactou a organização social e política das sociedades indianas, fornecendo uma sólida base para o sistema de castas.
- 6.** Qual é a importância dos rios Azul e Amarelo para o surgimento e o desenvolvimento social da China na Antiguidade?

Ferramentas da História



1. O significado da teoria da evolução da espécie humana foi muitas vezes lido de forma equivocada com base em uma ilustração muito reproduzida. Observe-a a seguir.



Hugo Araújo

Esquema equivocado que representa a evolução humana como um processo linear.

Ilustração em cores-fantasia e fora de proporção.

- a) Crie um parágrafo corrigindo o equívoco da ilustração.
- b) Quais provas arqueológicas existem no presente para comprovar o equívoco da imagem?
- c) Nessa ilustração, os hominídeos desenhados apresentam objetos nas mãos. Relacione os objetos aos saberes dessas espécies.
- d) Qual crítica histórica podemos fazer à linearidade dos objetos que estão nas mãos dos hominídeos?



Ficha de estudos

Capítulo 1 – Os estudos históricos e as primeiras sociedades

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que para cada tópico indicado a seguir você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones, setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O que é a História?
- A formação da humanidade
- Os primeiros seres humanos: vida em sociedade
- As sociedades do Oriente
- A Índia no Mundo Antigo
- Outros povos orientais na Antiguidade

As sociedades africanas

▼ Para começar

1. Afinal, Cleópatra era negra ou branca?
2. Qual era a cor da pele dos antigos egípcios?
3. O que a reação à escolha da atriz negra Adele James para interpretar Cleópatra nos diz sobre o racismo no mundo contemporâneo?

Em 2023 foi lançada uma série sobre a rainha Cleópatra, que foi a última soberana do Egito Antigo (51 a.C.-30 a.C.). Ao lançamento da série se seguiu uma grande polêmica no Egito em razão da escolha da atriz britânica Adele James para interpretar a protagonista da série. Adele James é negra e sua escolha foi questionada por alguns, que afirmam que a rainha possuía pele branca.



Netflix/courtesy Everett Collection/Fotoarena

Atriz Adele James como Cleópatra. Sua escalção para o papel da protagonista da série *Rainha Cleópatra* acendeu uma polêmica sobre as características raciais da última rainha do Egito.

As cinco grandes regiões da África

A África é um continente com grande diversidade política, social, cultural e étnica. Como vimos, a espécie humana surgiu nesse continente, espalhando-se por suas mais diversas regiões e assumindo distintas formas de organização social e política. Destacam-se a constituição de grandes reinos e impérios nos quais floresceram a agricultura, a pecuária, o artesanato, o comércio e a vida urbana e o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias.

Em razão de toda essa diversidade, os pesquisadores da História e da Geografia do continente propuseram diferentes formas de dividi-lo. Neste livro, adotaremos a divisão da África em cinco regiões: África Setentrional ou do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional ou Austral.



Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 51.

África: da Antiguidade ao século XVII

O Egito Antigo, o Reino de Cuxe, o Império de Axum, o Reino de Gana e o Império do Mali estão entre as principais sociedades que se desenvolveram na África. É importante destacar que, se os demais quatro Estados citados jamais foram contestados em sua africanidade, o mesmo não se pode dizer sobre o Egito, ao qual muitas vezes foi negado esse atributo.

Como afirma o estudioso Alberto da Costa e Silva (SILVA, A. da C. e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. p. 157), ainda que o Egito tenha sido uma “região de convergência, onde se combinaram Mediterrâneo, Ásia e África” e que, portanto, tenha sido “uma esquina do mundo”, é fundamental não esquecer que essa é “uma esquina que fica na África”, o que significa, entre outros aspectos, que o Egito Antigo recebeu o legado de diversas formas culturais africanas anteriores a ele.

Além disso, como testemunham diversos depoimentos ao longo da história, a civilização egípcia, a despeito de certa miscigenação derivada de sua própria localização geográfica, tem origem negra. Dessa forma, o historiador grego Heródoto (480 a.C.-425 a.C.) refere-se aos egípcios como pessoas de “pele negra e cabelos crespos” e, muitos séculos depois, o também historiador Amiano Marcelino (citado por MUNANGA, K. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009. p. 47-49) afirma que “a maior parte dos homens do Egito são morenos ou negros”.

O Egito Antigo (3100 a.C.-30 a.C.)

Os faraós, as múmias, os sarcófagos, os obeliscos, as pirâmides e os hieróglifos são elementos do Egito Antigo que até hoje fascinam pessoas de todas as partes do mundo. A sociedade que os produziu localizou-se ao longo do Rio Nilo – da primeira catarata até a sua foz em forma de delta no Mar Mediterrâneo – e durou mais de 3000 anos (3100 a.C.-30 a.C.), o que faz dela uma das sociedades que, a despeito de algumas importantes mudanças, conservou por mais tempo os mesmos fundamentos linguísticos, culturais, sociais e políticos.

Uma das mais célebres frases sobre o Egito Antigo foi aquela atribuída ao historiador grego Heródoto (485 a.C.-425 a.C.), segundo a qual o Egito é “uma dádiva do Nilo”. Se, por um lado, a formulação tem o mérito de chamar a atenção à importância central do Rio Nilo para a sociedade egípcia, por outro ela desconsidera o elemento mais importante para a sua formação e desenvolvimento. Afinal, o Nilo sozinho não produziu a civilização egípcia da mesma forma que o Tigre e o Eufrates não produziram a civilização mesopotâmica, o Rio Amarelo não produziu a civilização chinesa e o Sena não produziu a civilização francesa. O Egito Antigo é o resultado do engenho, da organização e do trabalho de homens e mulheres que souberam utilizar em seu proveito as águas do rio e o solo fértil de suas margens para produzir os alimentos que sustentaram sua civilização.

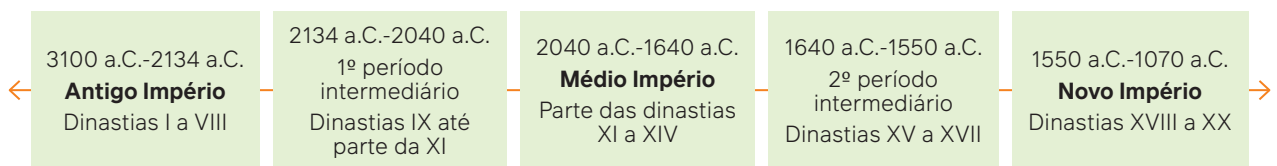
A formação do Império do Egito

O povoamento do vale do Rio Nilo remonta a aproximadamente 7000 a.C. Ele se adensou, no entanto, entre 3300 a.C. e 3000 a.C., quando o clima no nordeste da África ficou mais seco, com acentuada queda da pluviosidade. Em razão disso, as áreas desérticas se expandiram e apenas o vale e o delta do Nilo continuaram a oferecer condições viáveis para a agricultura e a criação de animais. Nesse momento, a população da região concentrou-se à margem do rio, desenvolvendo uma agricultura dependente da irrigação, realizada a partir de técnicas que controlavam o fenômeno natural das cheias do rio.

A principal dessas técnicas era a divisão da terra em tanques alimentados pelas águas do Nilo através de uma série de canais e valas. Esse sistema de tanques tinha um caráter local e era organizado por estruturas políticas que ficaram conhecidas como nomos. Tais nomos reuniram-se em dois reinos distintos: o Alto Egito, no vale do Nilo, e o Baixo Egito, no delta. Por volta de 3100 a.C., a partir de um processo de conquista que se realizou no sentido sul-norte, ou seja, do Alto Egito para o Baixo Egito, esses dois reinos unificaram-se, dando origem ao Império do Egito, cujo primeiro faraó foi Narmer.

As fases da história do Egito

A história do Egito é tradicionalmente dividida em uma série de fases ou períodos. Tal divisão é tributária do trabalho do historiador egípcio Manethon, que estabeleceu as trinta dinastias da história egípcia. Veja a linha do tempo.



CARDOSO, C. F. F. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 14.

O Antigo Império (3100 a.C.-2134 a.C.)

Foi no Antigo Império que se fixaram as bases políticas, sociais e culturais do Egito Antigo. A centralização política sob os faraós, a organização fiscal capitaneada pelos escribas e a escrita hieroglífica ganharam contornos precisos nesse período. Datam do Antigo Império, ainda, as pirâmides de Gizé: Quéops, Quéfren e Miquerinos. A maior delas, a de Quéops, tinha originalmente mais de 145 metros de altura e atesta por si só a existência de um sistema político e econômico bem organizado e pujante no período.

Nick Brundle Photography/Shutterstock.com



As três pirâmides foram erguidas no Antigo Império e simbolizam o enorme poder dos faraós egípcios.

Pirâmides de Gizé: Quéops, Quéfren e Miquerinos. Cairo, Egito, 2023.

O Médio Império (2040 a.C.-1640 a.C.)

Um período de crise política e econômica se instalou entre a IX e a XI dinastias, marcado pelo enfraquecimento do poder dos faraós, por inundações insuficientes do Nilo que provocaram episódios de fome e pela invasão da porção oriental do delta por nômades de origem asiática. Por volta de 2040 a.C., a XI dinastia, de origem tebana, reunificou o Egito e realizou uma série de obras de irrigação que promoveram sua recuperação econômica, dando início ao Médio Império, período próspero que durou até 1640 a.C., quando o Egito caiu sob o domínio dos hicsos, soberanos estrangeiros oriundos da Ásia.

O Novo Império (1550 a.C.-1070 a.C.)

Após o fim do domínio hitita veio à luz o período mais próspero da civilização egípcia: o Novo Império. Nessa fase de sua história o Egito tornou-se uma potência expansionista, realizando incursões militares que levaram ao domínio da Síria-Palestina a leste e da Núbia ao sul. Esse expansionismo fez com que os militares ocupassem no Novo Império uma posição de prestígio que jamais tinham tido até então.

Ao final da XX dinastia o Egito entrou em um longo período de crise que levou à tomada do poder, sucessivamente, por persas, gregos – a dinastia ptolomaica, de origem macedônica – e, finalmente, romanos. Estes últimos puseram fim ao Império do Egito como entidade política autônoma, transformando-o em uma província romana.

A economia do Egito Antigo

A base da economia do Egito Antigo era a agricultura. A partir das condições propiciadas pelo regime de águas do Rio Nilo, os antigos egípcios desenvolveram um sistema de irrigação que permitiu o cultivo de uma série de produtos agrícolas, em especial cereais – trigo e cevada – e linho. A força da agricultura possibilitou que o Egito Antigo pudesse contar com uma população estimada em 7 milhões de pessoas.

Além da agricultura, a criação de animais – bois, asnos, cavalos, ovelhas, cabras, porcos, gansos, patos e pombo –, a pesca e a caça também foram praticadas no Egito Antigo, assim como o artesanato e o comércio. Este último dividia-se entre o modesto comércio local, realizado através de trocas de produto por produto, e o grande comércio internacional, realizado por meio de expedições ocasionais ordenadas pelo faraó. Quanto ao artesanato, merece destaque o uso do papiro, planta aquática que existia em abundância no Rio Nilo, na produção de cordas, redes, móveis e suportes para a escrita.



Museu Egípcio, Cairo

Papiro de cerca do século X a.C. À esquerda uma mulher oferece flores de lótus e comida para Hórus e Thoth, e à direita ela é purificada com água pelos deuses.

A sociedade do Egito Antigo

As principais características da sociedade do Egito Antigo são sua estabilidade e sua extrema desigualdade. Estabilidade porque, apesar das inúmeras crises e mudanças políticas pelas quais o Egito passou ao longo de seus mais de 3000 anos de existência, a sociedade egípcia conservou suas principais características. Desigualdade em razão da imensa diferença de poder, prestígio e riqueza entre seus grupos, diferença esta que tendia a se perpetuar de geração a geração.

Na base dessa sociedade estavam os felás, camponeses que formavam a maioria absoluta da população e que se dividiam entre o trabalho agrícola realizado em suas aldeias às margens do Nilo e o trabalho em obras públicas, como a construção de templos e pirâmides.

No polo oposto estava o faraó, considerado ele mesmo um deus e o intermediário entre seu povo e os demais deuses. Próxima ao faraó estava uma elite formada por sua família, pelos principais funcionários e sacerdotes do país e pelas mais importantes famílias dos nomos.

Entre os felás e essa aristocracia havia uma camada intermediária formada por escribas, funcionários reais e sacerdotes de baixa hierarquia e artesãos e artistas a serviço dos templos, da corte e do faraó.

A organização política do Egito Antigo

O poder era altamente centralizado no Egito Antigo, cuja vida política orbitava em torno do faraó. Cabia a ele a propriedade da maior parte das terras do país, o controle do comércio exterior e da exploração de minérios, além do comando dos exércitos em tempo de guerra.

Para exercer seu poder, o faraó contava com um amplo conjunto de funcionários de variados graus hierárquicos responsáveis por auxiliá-lo a administrar o Império, por levar suas ordens às mais longínquas aldeias e zelar por seu estrito cumprimento, bem como pela arrecadação dos impostos necessários à manutenção do Estado.

Nos períodos de crise, a autoridade do faraó se enfraquecia e o poder se dividia entre lideranças locais oriundas dos nomos. Além disso, autoridades religiosas ligadas aos templos também se aproveitavam dessas ocasiões para amealhar mais poder e fortalecer sua posição política no Império. Foi o que ocorreu nos dois períodos intermediários e na crise final que culminou com o fim do Egito Antigo.

Máscara funerária do faraó Tutancâmon, que governou o Egito entre 1333 a.C. e 1323 a.C. Os túmulos dos faraós eram ricamente decorados com objetos que simbolizavam seu poder e sua autoridade.



Museu Egípcio, Cairo. Fotografia: A. Jemolo/De Agostini Picture Library/Albun/Fotoarena

O politeísmo egípcio

A religião ocupava um lugar de extrema relevância na vida dos antigos egípcios. Seu politeísmo tem origem nas divindades cultuadas pelos nomos, que acabaram por ser reunidas em um panteão quando da unificação do Egito. Ilha de fertilidade, prosperidade e estabilidade cercada por desertos estéreis e povos nômades, a situação especial do Egito era vista por seus habitantes como resultado da ação dos deuses, que, por isso, precisavam ser permanentemente agraciados em elaborados rituais realizados nos templos pelos sacerdotes.

O mito que envolve a principal tríade religiosa egípcia é representativo desse contraste entre a ordem e a estabilidade no Egito e o caos fora dele. Conta ele que Osíris reinava sobre o Egito casado com sua irmã Ísis, mas foi assassinado pelo invejoso irmão Seth, que usurpou o trono e retalhou o corpo de Osíris em 14 pedaços que foram espalhados pelo país. Ísis, então, recolheu esses pedaços e os levou a Anúbis – deus responsável pela condução das almas ao mundo dos mortos – que, a seu pedido, mumificou o corpo de Osíris.

Por meio de um poder mágico, Ísis fez o corpo reunido e mumificado do marido reviver e engravidou dele, dando à luz Hórus. Este último, com o objetivo de vingar o pai e tornar-se o governante do Egito, enfrentou e venceu seu tio Seth, que acabou expulso do Egito. Assim, Hórus passou a governar o Egito, Osíris tornou-se o senhor do mundo dos mortos e Seth o senhor do deserto.

Ainda de acordo com o mito da tríade de Ísis, Osíris e Hórus, Osíris teria sido a primeira múmia da história, constituindo-se, portanto, em modelo para todas as demais múmias. Na verdade, a prática da mumificação entre os egípcios remete aos primeiros faraós; com o passar do tempo, disseminou-se também entre chefes locais e, posteriormente, entre todos aqueles que tinham condições para arcar com os custos do processo, composto de muitas etapas e realizado por embalsamadores profissionais. Ela possui relação com a crença religiosa dos egípcios na vida após a morte e na necessidade de preservação do cadáver para que essa segunda vida se tornasse possível.



G. DAGLI ORTI/DEA/Albun/Fotoarena

Tríade de Osorkon II (865 a.C.-830 a.C.). Estatueta de ouro e lápis lazúli que representa Osíris ao centro, entre Hórus – à esquerda, com cabeça de falcão – e Ísis, a mais importante tríade do panteão egípcio.

As escritas egípcias

Outro aspecto importante da sociedade do Egito Antigo é o uso da escrita, em especial aquela conhecida como hieroglífica, desenvolvida aproximadamente em 3000 a.C. e utilizada sobretudo para fins religiosos.

Como a escrita hieroglífica era muito complexa, com o passar do tempo surgiram duas versões simplificadas dela: as escritas hierática e demótica tornavam mais fácil e rápido o trabalho dos escribas, profissionais responsáveis pelos registros escritos no Egito Antigo. Os escribas eram extremamente valorizados por serem detentores de um saber útil ao poder faraônico. Afinal, por meio da escrita era exercido o controle da produção agrícola e dos rebanhos, a orientação a respeito de normas diversas e o registro de nascimentos, enterros e festas religiosas e populares.

O Reino de Cuxe (2000 a.C.-300 d.C.)

Naveed Hussain/Alamy/Fotoarena



Infográfico
Escribas no
Egito Antigo

Pirâmides de Meroé, localizadas no atual território do Sudão. Os soberanos de Cuxe, influenciados pelos faraós do Egito, também ergueram pirâmides como monumentos funerários para si. Sudão, 2019.

O Reino de Cuxe foi o nome dado pelos egípcios ao Estado que surgiu na região da Núbia por volta de 2000 a.C. Em um primeiro momento, o Reino de Cuxe tinha como principal centro de poder a cidade de Querma. Posteriormente, o poder se deslocou respectivamente para Napata e Méroe, quando, finalmente, uma crise debilitou o reino, que caiu diante do ascendente Império de Axum.

Localizado ao sul do Egito, o Reino de Cuxe tem sua história marcada por relações estabelecidas com seu vizinho mais poderoso. Alternando períodos conflituosos com fases em que as relações se davam de forma mais amistosa, Cuxe e Egito mantiveram por milhares de anos uma série de trocas econômicas e culturais que marcaram ambas as sociedades.

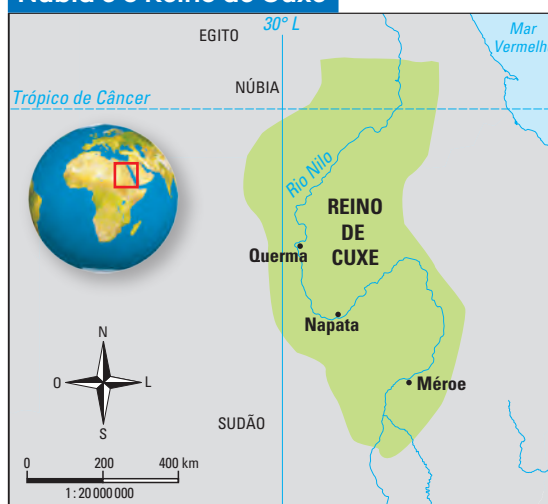
Os núbios e a formação do Reino de Cuxe

Elo entre a África Central e o mundo mediterrâneo, a Núbia era habitada por volta de 3000 a.C. por africanos negros que se dedicavam sobretudo à pecuária e viviam de forma seminômade, ainda que não desconhecêssem a agricultura. Por volta de 2000 a.C. os textos egípcios já mencionam a existência de um reino na região, localizado ao sul das fronteiras de seu Império, ao qual dão o nome de Reino de Cuxe.

Preocupados com a ameaça representada por esse reino, os egípcios construíram uma série de fortalezas para proteger a fronteira sul de seu território. Tais fortalezas, no entanto, não impediram o estabelecimento de diversas trocas econômicas e culturais entre egípcios e núbios, que cruzavam constantemente as fronteiras entre os dois Estados.

Inicialmente reunidos em torno da cidade de Querma (2000 a.C.-800 a.C.), posteriormente os núbios do Reino de Cuxe tiveram como capitais as cidades de Napata (800 a.C.-300 a.C.) e Méroe (300 a.C.-300), localizadas entre a terceira e a sexta cataratas do Rio Nilo.

Núbia e o Reino de Cuxe



Sonia Vaz

Fontes: BLACK, J. *World history atlas*. Londres: Dorling Kindersley, 2008. p. 30-31; VICENTINO, C. *Atlas histórico: geral e Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 33.

O poder no Reino de Cuxe

Cuxe era uma monarquia, isto é, o poder político estava centralizado nas mãos do rei, cuja autoridade era considerada sagrada. Acredita-se que desde o século VIII antes da Era Cristã até o século IV dessa era a mesma dinastia reinou em Cuxe, assegurando grande estabilidade política ao reino.

Ao contrário da maior parte das monarquias, em Cuxe o sucessor do rei não era necessariamente seu filho mais velho. Ele era escolhido pelos chefes militares, altos funcionários e chefes de clãs entre os “irmãos reais”, ou seja, os filhos biológicos ou adotados do rei. Posteriormente tal escolha era confirmada por um oráculo, que conferia legitimidade divina ao escolhido.

Além disso, no Reino de Cuxe as mulheres exerciam profunda influência na política. A rainha-mãe desempenhava um papel importante nas cerimônias de eleição e coroação de seu filho, e, em diversos casos, mulheres assumiram diretamente o governo do país e receberam todos os títulos honoríficos relacionados à condição de chefe de Estado.

A economia cuxita

A principal atividade econômica do Reino de Cuxe foi a pecuária. Há inúmeros vestígios que dão prova da centralidade ocupada pela criação de gado entre os cuxitas, como a iconografia e os ritos funerários, por exemplo. A agricultura também era praticada, com destaque para o cultivo de cereais: a cevada, o trigo e, sobretudo, o sorgo, originário da própria região.

O surgimento e crescimento de cidades fomentou o artesanato e o comércio. O primeiro desenvolveu-se sobretudo nos ramos da cerâmica e da joalheria, mas também havia marceneiros e tecelões no reino, além de escultores, arquitetos e outros artistas. Muito provavelmente havia oficinas de artesãos ligadas a templos e à corte real, a exemplo do que ocorria no Egito.

O comércio exterior tinha como principal parceiro o Egito, mas também havia rotas direcionadas ao Mar Vermelho e à savana nilo-chadiana. Entre os principais produtos exportados por Cuxe estavam o ouro, pedras semipreciosas, marfim, ébano, incenso, entre outros.

Por fim, vale dizer que os cuxitas conheciam e praticavam a metalurgia do ferro, como atestam os montes de escória desse metal encontrados em diversos pontos do reino, sobretudo nas proximidades de Méroe.

A sociedade cuxita

A estrutura social do Reino de Cuxe ainda não é conhecida de maneira aprofundada, mas sabe-se que em seu topo havia a família real, uma corte, uma elite provincial que atuava na administração e no exército e um clero bastante poderoso e influente. As camadas médias eram integradas por artesãos, negociantes, pequenos funcionários e criados. Criadores de gado e agricultores provavelmente formavam a maior parte da população do reino, que contava, ainda, com escravizados – capturados nas guerras travadas contra povos inimigos.

A sofisticação da joia atesta o importante desenvolvimento do artesanato – no caso, a ourivesaria – no Reino de Cuxe. O tema, por outro lado, revela a influência egípcia na religião cuxita.



Peitoral de ouro que representa a deusa Ísis, encontrado na tumba de Amaninatakilebte, rei de Cuxe entre 538 a.C. e 519 a.C.

Bible Land Pictures/Alamy/Fotorena

Aprendizagens em processo • Factual



Leia o texto sobre o reinado de Taraca, quinto faraó da XXV dinastia egípcia, de origem cuxita.

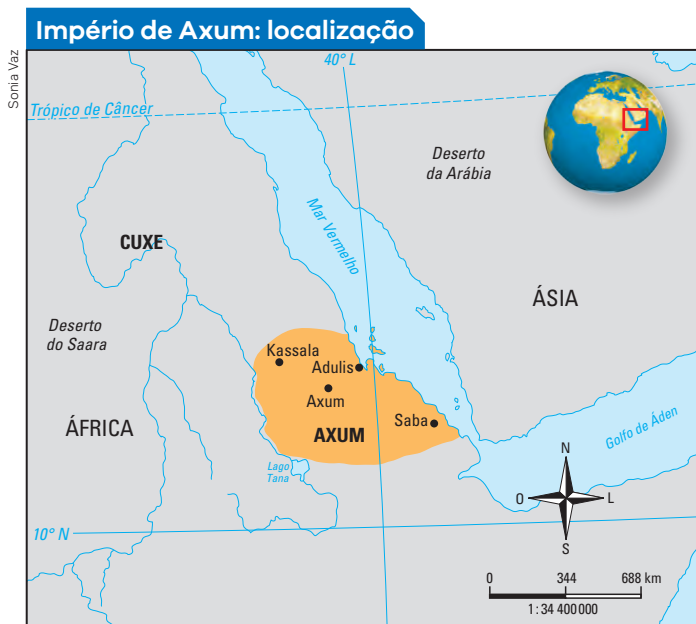
‘No sexto ano de seu reinado, houve uma grande e benéfica cheia do Nilo. Taraca mandou, então, trazer sua mãe, Abale, de Napata para Tanis, a fim de que ela o reconhecesse coroado, como Ísis vira seu filho Hórus no trono do pai’. O episódio soma-se à riqueza dos túmulos das rainhas em Kurru e em Nuri, para atestar a importância das mulheres na sociedade cuxita. A mãe do rei talvez fosse um dos principais chefes do partido que o levara ao trono. Ela aparece, nas paredes dos templos, subordinada somente ao próprio rei e, nos túmulos, na posição mais destacada como portadora de oferendas.

O poder da rainha, fosse esposa, viúva ou mãe, devia ser considerável. E também o das princesas. A grande sacerdotisa de Amon, em Tebas, era filha ou irmã do rei. E princesas, as que se consagravam aos outros quatro grandes santuários de Amon: em Jebel Barcal, Torá, Kawa e Pnubs. Elas conservavam o cargo na família, com sucessão de tia a sobrinha.

SILVA. A. da C. e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. p. 124-125.

1. Escreva sobre o papel político e religioso desempenhado pelas mulheres oriundas do Reino de Cuxe.
2. Cite um exemplo presente no texto para corroborar sua resposta à primeira questão.

O Império de Axum (100-900)



Fonte: BLACK, J. *World history atlas*. Londres: Dorling Kindersley, 2008. p. 161.

O fim do Reino de Cuxe guarda relação com a emergência do Império de Axum, na atual Etiópia. Acredita-se que o esgotamento dos recursos naturais pelos imensos rebanhos, pelo corte intensivo de madeira para alimentar as fundições e pelo uso multissecular da rega tornou o sul da Núbia mais hostil à habitação humana, o que, somado ao empobrecimento do Egito – principal mercado consumidor dos produtos da Núbia e então dominado pelos romanos – e à rivalidade com o cada vez mais poderoso Império de Axum, levaram ao fim do Reino de Cuxe no século IV.

Os axumitas teriam invadido Cuxe, no episódio que pôs fim à existência desse reino e marcou a ascensão da nova grande potência da região; potência que se formou ao final do primeiro século da Era Cristã a partir da reunião de pequenos reinos nos quais se misturavam influências culturais vindas de Cuxe, do Egito e do sul da Península Arábica. Tal reunião teria sido levada a cabo, não sem conflitos, pela cidade de Axum, localizada no Planalto de Tigré, em uma área de solo fértil e de fácil acesso ao Rio Nilo e

ao Mar Vermelho, que havia se tornado importante polo comercial de marfim e de outros artigos valorizados no comércio internacional do período.

Economia, sociedade e política em Axum

Em Axum praticava-se sobretudo a pecuária – criavam-se bois, carneiros, cabras, asnos e mulas – e a agricultura – plantavam-se diversos cereais e uvas –, mas também havia artesãos, metalúrgicos, oleiros, pedreiros e escultores, bem como um importante comércio internacional controlado pelo rei que envolvia o interior da África, o Rio Nilo, o Mar Vermelho e, através deles, o Mar Mediterrâneo, o Golfo Pérsico e a Índia. Por meio desse comércio – que tinha no porto de Adulis seu principal entreposto –, Axum exportava obsidianas, tartarugas, mármore, couro de hipopótamo, macacos e, em especial, marfim, além de pessoas escravizadas. Por sua vez, era abastecido por gêneros agrícolas oriundos da Síria, da Itália, do Egito e da Índia.

Acredita-se que o Império Axumita era formado pelo território de Axum propriamente dito somado aos territórios de reinos vassallos, localizados no Planalto de Tigré, na Baía de Zula, nas zonas áridas das montanhas etíopes, no sul da Península Arábica e, após a vitória sobre o Reino de Cuxe, na Núbia. Com o passar dos séculos teria havido um crescente processo de centralização, com a ampliação do poder do imperador em detrimento de seus vassallos.

A força e a prosperidade do Império foram expressas em seus grandes palácios e nas altas estelas construídas para marcar os túmulos dos imperadores. Em paralelo, desenvolveu-se cada vez mais um estilo de construção decorativo, voltado para atender às exigências de luxo e conforto por parte da rica classe dirigente do Império.

A cristianização de Axum

Até o século IV predominava em Axum uma religião politeísta, destacando-se o culto aos deuses Marém – associado ao sol e à guerra –, Astar – associado ao céu – e Beher – associado ao mar. O primeiro desses deuses também tinha o papel de conferir legitimidade aos governantes do Império.

Acredita-se, no entanto, que desde o primeiro século da Era Cristã já havia comunidades judaicas instaladas onde atualmente está a Etiópia. Tais judeus, vindos provavelmente do sul da Península Arábica, disseminaram o monoteísmo. Além dos judeus, por volta do século IV também já havia cristãos no reino, provavelmente estrangeiros ou indivíduos próximos a eles.

Zoom Historical/Alamy/Fotoarena



Frente e verso de uma moeda cunhada em Axum, entre os anos de 300 e 340, durante o reinado de Ezana.

Segundo a narrativa tradicional etíope, Frumêncio e seu irmão Edésio seriam cristãos naturais de Tiro, no atual Líbano, e teriam chegado ainda meninos à corte de Axum, após serem capturados e vendidos ao soberano do reino como escravizados. Ambos teriam ganhado a confiança do rei e exercido cargos de prestígio, atuando, após a morte do soberano e já como homens livres, como preceptores de seus filhos. Quando os príncipes atingiram a maioridade, os dois irmãos partiram. Edésio retornou a Tiro, enquanto Frumêncio dirigiu-se a Alexandria com o objetivo de convencer o eparca Atanásio a nomear um bispo para a Etiópia. Como o escolhido pelo eparca foi o próprio Frumêncio, este retornou a Axum, onde teria convertido a família real ao cristianismo.

Ainda que tal narrativa contenha elementos fidedignos – de fato existiu um Frumêncio e este teve papel relevante na disseminação do cristianismo em Axum –, é fundamental destacar que o sucesso de Frumêncio só foi possível em razão da familiaridade dos axumitas com o monoteísmo e do crescente prestígio do cristianismo – o imperador romano Constantino se converteu em 312 – no Mundo Antigo, que ajudou a seduzir os soberanos de Axum, os quais viam com bons olhos uma aproximação política com o poderoso Império Romano.

Os povos do Sahel

O Sahel é uma região da África que se localiza ao sul do Deserto do Saara, estendendo-se do Senegal, no oeste, até o Sudão, no leste. A região é marcada pela transição do árido deserto ao norte para as savanas ao sul, e funciona como uma espécie de cinturão: as estepes locais atuam como uma proteção para a parte sul do continente, que, sem ela, poderia passar por um processo de desertificação. Esse papel, no entanto, é ameaçado atualmente por transformações ocasionadas pelo aquecimento global e pelo aumento da população local, tornando a região suscetível a crescente aridez, perda de vegetação e esgotamento de recursos naturais.

Histórica e culturalmente, o Sahel é uma espécie de fronteira entre duas Áfricas. A expansão islâmica ocorrida entre os séculos VII e VIII tomou todo o norte do continente, integrando-o política e culturalmente à Península Arábica e ao Oriente Médio. Até hoje, os países que compõem essa região adotam o árabe como língua oficial, praticam majoritariamente o islamismo como religião e se consideram parte do mundo árabe no que diz respeito à representação diplomática. A difusão da religião islâmica não ficou restrita ao norte do continente, mas ocorreu de forma mais limitada na África Subsaariana, onde línguas, costumes e religiões locais foram mais resistentes à chamada **arabização**.

Desde os séculos VII e VIII, os povos do Sahel atuavam na conexão entre os árabes do deserto e os povos das selvas e savanas ao sul. O comércio era uma das atividades mais importantes para eles. Com as mercadorias circulavam também ideias, conhecimentos e crenças – a mais importante delas: o Islã.

O islamismo se tornou influente no Sahel, mas nunca deixou de coexistir com crenças tradicionais locais, de caráter politeísta. Isso despertava certa sensação de desconfiança dos árabes em relação aos povos do sul, vistos como supersticiosos e, portanto, praticantes de um islamismo impuro. Esse estranhamento era intensificado por **diferenças fenotípicas**, uma vez que a pele das populações subsaarianas era mais escura. Daí surgiu a ideia de que os povos da África Setentrional eram inteiramente diferentes daqueles do restante do continente.

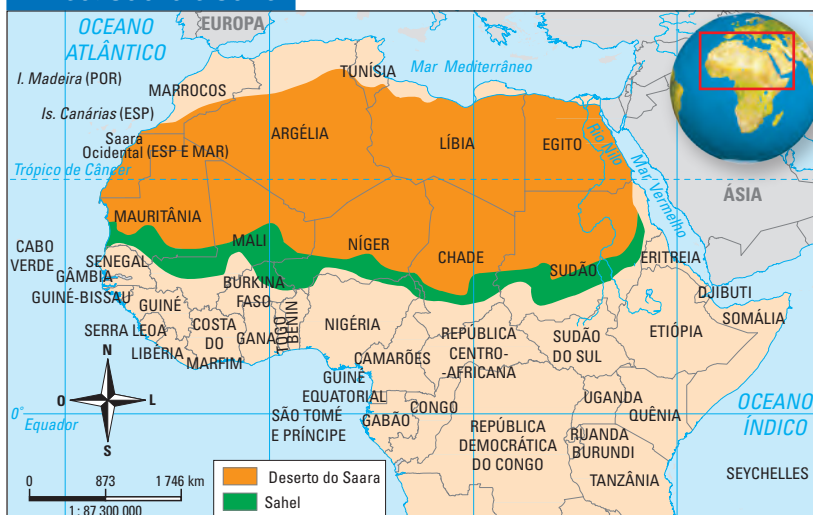
Para manifestar essa distinção, os berberes criaram a expressão Bilad al-Sudan (“terra dos negros”, em árabe) em referência aos territórios do sul. Disso se originam palavras como “Sudão” e “sudanese”, hoje associadas ao nome de dois países africanos (Sudão e Sudão do Sul), mas que no passado eram utilizadas pelos árabes e demais povos do norte da África em referência a todos os povos subsaarianos.

GLOSSÁRIO

Diferenças fenotípicas:

refere-se à existência de traços físicos distintos, como a cor da pele, a cor dos olhos e o tipo de cabelo.

África: Saara e Sahel



Fonte: GIRARDI, G; ROSA, J. V. *Atlas geográfico do estudante*. São Paulo: FTD, 2011. p. 101.

O comércio transaariano

GLOSSÁRIO

Harém: pode se referir à parte da casa de um sultão na qual moravam as mulheres ou ao conjunto de mulheres que habitavam esse espaço.

Noz-de-cola: semente nativa da África Ocidental rica em cafeína, também conhecida como obi. No Brasil, sua utilização está muito associada aos cultos de matriz afro.

O comércio transaariano já existia na Antiguidade, mas em escala reduzida. Travessias do deserto com regularidade só foram possibilitadas pelo uso do camelo, animal que começou a ser introduzido no norte da África a partir do século III. Sua utilização para o transporte de carga e como montaria propiciou um grande aumento no fluxo comercial e na integração entre as regiões situadas ao norte e ao sul do Deserto do Saara.

A travessia do Saara podia durar mais de 50 dias e não era tarefa simples, exigindo um nível considerável de experiência: era preciso conhecer as rotas e ser capaz de se orientar em meio a um oceano de areia, onde a paisagem está em constante mutação em razão dos ventos que alteram o local e a configuração das dunas. Essa atividade era dominada pelos tuaregues, povo nômade que vivia no deserto.

O mundo islâmico integrava uma gigantesca trama de rotas comerciais marítimas e terrestres que iam da Península Ibérica até a Índia e a China. Em razão desse comércio, o Saara era palco de intensos e frequentes deslocamentos de mercadores. As caravanas que atravessavam o deserto e o Sahel integravam a África Subsaariana nessas redes. De lá, diversos produtos chegavam ao mundo árabe, incluindo o marfim, o ferro, o cobre, o sal, especiarias africanas – como a **noz-de-cola** e a pimenta – e o principal: o cobiçado ouro.

Atrás apenas do ouro em termos de importância estava o comércio de pessoas escravizadas, que privava um número enorme de habitantes do Sahel e de outras regiões subsaarianas de sua liberdade. Essas pessoas eram deslocadas para regiões distantes, como o extremo norte do continente, o Oriente Médio e até mesmo a Europa, onde poderiam ter diversos destinos, incluindo o trabalho nos campos ou o serviço nos **haréns** de poderosos senhores. Nesse período a escravização não era uma exclusividade africana, sendo praticada em diversas partes do mundo e podendo vitimar pessoas de diferentes etnias – não se tratava, portanto, do modelo de escravização que vai prevalecer mais tarde na colonização europeia da América.

Ao chegarem ao Sahel, as caravanas tuaregues vindas do deserto tinham de pagar taxas aos habitantes locais para descansarem em suas aldeias ou utilizarem suas fontes de água. Ademais, muitos sahelianos (povos do Sahel) também atuavam como mercadores. Tal participação no comércio transaariano os enriquecia, mas também gerava disputas entre eles.

No Sahel, essa e outras atividades econômicas – como a mineração e a agricultura – eram organizadas por grandes grupos familiares. Com o tempo, algumas famílias foram se tornando mais poderosas, na medida em que venciam disputas locais e passavam a controlar rotas comerciais e outras fontes de riqueza, ou mesmo a impor o pagamento de tributos a seus rivais derrotados. Essa foi a origem de pequenos reinos locais, um dos quais se transformaria em uma grande potência regional: Gana.

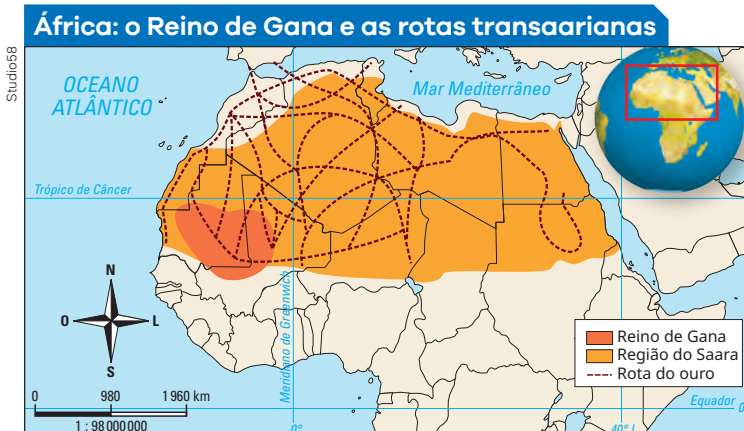
O Reino de Gana (500-1240)

O Reino de Gana foi estabelecido pelo povo soninquê, que habitava o Sahel entre o Níger e o Senegal, rios que lhes propiciavam água para o cultivo de cereais e a criação de animais. Com o crescimento do comércio transaariano, os soninquês ampliaram seu poder e passaram a controlar rotas que passavam por suas terras, estabelecendo uma dinastia de chefes guerreiros.

Na verdade, a palavra **gana** era utilizada originalmente para se referir a esses chefes – o reino propriamente dito era conhecido por seus habitantes como Uagadu.

É difícil precisar exatamente quando e como o reino se estabeleceu, mas acredita-se que sua origem remonte ao século IV. Entre os séculos VIII e IX ele atingiu o ápice de seu poder. Sua capital e mais importante centro comercial era Cumbi Salé, cidade localizada às margens do Saara que chegou a ter mais de 15 mil habitantes.

Fonte: NIANE, D. T. (ed.). *História geral da África: África do século XII ao XVI*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 4. p. 173. (Coleção História Geral da África).



Economia, sociedade, política e cultura no Reino de Gana

Do ponto de vista econômico, a principal fonte de riqueza do Reino de Gana era o ouro. Inicialmente, os ganas taxavam pesadamente as caravanas que transportavam esse minério, mas com o aumento de seu poder eles conquistaram as terras ao sul, de onde o ouro era proveniente, e passaram a controlar a extração do metal. Essa expansão foi facilitada pelo fato de o povo de Gana dominar o ferro, o que lhes conferia grande vantagem nas batalhas contra seus inimigos que utilizavam armas feitas de marfim.

No que diz respeito às divisões sociais, no topo havia uma nobreza formada pela família real, por chefes militares e lideranças locais. Abaixo deles havia homens e mulheres livres que praticavam diferentes atividades, incluindo o comércio. Por fim, uma boa parte da população tinha seu trabalho explorado nas plantações, nas minas de ouro ou no serviço doméstico, em condição servil ou escravizada.

Em termos de organização política, o poderio dos ganas se exercia mediante a submissão de outros reinos ou povos locais, que, derrotados, passavam a lhes prestar obediência e a lhes pagar tributos, preservando o direito de manter seus líderes e alguma autonomia.

Ainda assim, o controle do ouro garantia aos ganas enorme poder e riqueza. Tais soberanos viviam luxuosamente no interior de um distrito palaciano localizado em Cumbi Salé, acompanhados por numerosa corte e engalanados com ricas joias, e por isso eram conhecidos como “senhores do ouro”. Embora o cargo de gana fosse exclusivamente masculino, sua sucessão, como em outras monarquias africanas, era matrilinear – ou seja, os sobrinhos sucediam os tios maternos como soberanos.

A queda de Gana

O declínio do Reino de Gana teve início por volta do século XI. Entre as causas destaca-se a expansão árabe vinda do norte, que buscava difundir a fé islâmica e alcançar as minas de ouro localizadas abaixo do Saara. Ao mesmo tempo, etnias até então submetidas ao poder dos ganas começaram a oferecer forte resistência. Esse foi o caso dos mandingas, que viriam a formar o Império do Mali.

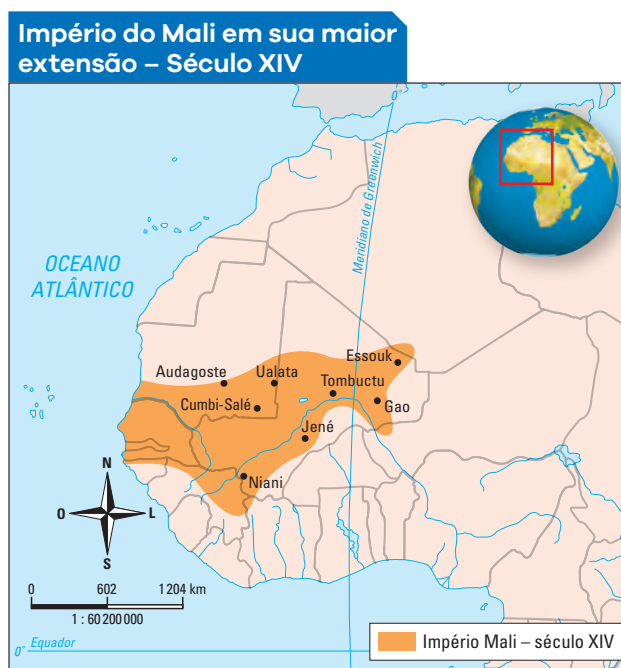
O Império do Mali (1230-1670)

A fundação do Império do Mali é atribuída a Sundiata Keita, soberano que teria sido o responsável pela unificação da etnia mandinga e por vitórias militares que culminaram na submissão de diversos povos à sua autoridade, no domínio das minas de ouro da África Ocidental e no controle das rotas comerciais do Sahel. Seu sucesso fez com que ele fosse agraciado com o título de mansa (soberano) e recebesse o direito de transmiti-lo aos seus descendentes.

Em termos de extensão, o Império do Mali controlou áreas atualmente ocupadas por países como Burkina Faso, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali e Senegal. No auge de seu poder, os mansas controlaram as cidades de Cumbi Salé – antiga capital do Reino de Gana –, Tombuctu, Niani e Dyeriba, as duas últimas disputando o *status* de capital.

Parte do sucesso do Mali se explica por sua superioridade militar diante dos rivais. Os mandingas dominavam a metalurgia, o que lhes possibilitava produzir armas de ferro. Ao controlar o comércio no Sahel, eles incorporaram tecnologias bélicas dos povos árabes, como cotas de malha, arcos e cavalos de batalha. Além disso, ao conquistar outros povos, eles passaram a exigir o envio de soldados para servirem ao mansa. Assim, formou-se aquele que pode ter sido o primeiro exército profissional da região, com combatentes mobilizados de forma permanente e dedicando-se exclusivamente às atividades militares.

Fonte: COLLINS, R. O.; BURNS, J. M. *A History of Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 86.



Política e economia no Império do Mali

Do ponto de vista político, o Império do Mali foi mais centralizado do que o Reino de Gana. Embora os povos conquistados pudessem manter suas lideranças, foi criado o cargo de *farban*, comandante militar pessoalmente escolhido pelo mansa para exercer o poder sobre uma província do Império. Havia, ainda, diversos outros funcionários que auxiliavam na administração do Império e atuavam como assessores pessoais do governante, entre os quais podemos destacar os grîôs.

A prosperidade do Império baseava-se em um conjunto de atividades econômicas, entre as quais se destacavam o comércio realizado na região do Sahel, o cultivo do algodão e, sobretudo, a mineração do ouro. Em relação a esta última atividade, para além da taxaço que incidia sobre a extração do ouro em pó, as leis do Império determinavam que as pepitas do minério eram propriedade exclusiva do mansa, que, dessa forma, acumulava enorme riqueza pessoal.

O papel do Islã no Império do Mali

O Islã era a religião oficial do Império do Mali. Inicialmente, sua difusão estava associada às caravanas comerciais, mas a partir do século XI houve incursões militares oriundas do norte da África que tinham entre seus objetivos a expansão da religião islâmica.

O saldo desse processo foi o aumento da influência do Islã, o que se acentuou, já que alguns líderes passaram a adotar essa religião como estratégia para ampliar seu poder político. Esse é um dos aspectos da conversão dos mansas: ao se tornarem oficialmente muçulmanos, eles aumentavam a integração diplomática, cultural e comercial de seu reino com o mundo árabe.

No entanto, o islamismo praticado no Império do Mali, assim como no Reino de Gana, tinha características próprias, pois estava associado a práticas religiosas tradicionais – no caso malinês, as dos mandingas. Em razão disso, os malineses, assim como os ganeses, eram encarados com desconfiança pelos árabes e demais muçulmanos do norte da África, que questionavam a autenticidade de sua conversão à nova religião.

Ainda assim, o Mali se empenhou no aprofundamento das relações com os povos do norte da África. Um exemplo desse esforço de integração era a realização do *Hajj* – peregrinação a Meca – por parte dos mansas. A peregrinação era, ainda, uma forma de demonstrar riqueza e poder, como ilustra o *Hajj* realizado por Mansa Musa em 1324. Nesse momento, o Mali estava no auge de seu poder e a fortuna do soberano era tal que as doações em ouro distribuídas no trajeto chegaram a provocar inflação em alguns locais.

Além disso, a adoção do islamismo inseria o Mali nas redes de trocas culturais e intelectuais do mundo muçulmano. O maior símbolo dessa integração foi a fundação da Universidade de Tombuctu ao final do século X. Essa instituição transformou-se em um importante polo de produção intelectual e de circulação de conhecimentos não apenas para a África Ocidental, mas para o mundo todo, mantendo seu prestígio mesmo após o fim do Império do Mali.

Heritage Image Partnership Ltd/Alamy/Fotorena



A gravura retrata Mansa Musa e sua comitiva a caminho de Meca. Segundo relatos do período, ele teria se dirigido a Meca acompanhado por milhares de súditos ricamente vestidos e por camelos carregando toneladas de ouro que foram distribuídas ao longo do caminho.

Gravura publicada na obra *A História do mundo*, de 1903.

O declínio do Império do Mali

A partir da segunda metade do século XIV, o Império do Mali entrou em decadência. Entre os motivos estariam a **grande extensão do Império**, que trazia desafios para sua administração e para a manutenção da autoridade do mansa sobre o território; as **disputas internas pelo poder**, pois uma das causas dessas contendas era a incerteza sobre as regras de sucessão. No início de sua história, o Mali era uma monarquia matrilinear. Porém, à medida que o Islã se difundia, houve tentativas de transformar a sucessão em patrilinear. A incerteza em torno da regra de sucessão levou a lutas fratricidas pelo trono. Por fim, o **fortalecimento de etnias rivais**, visto que novas etnias politicamente organizadas passaram a disputar influência e territórios com o Mali. Entre essas novas potências estava o Império Songai, que passaria a dominar a região.

Perfil

Os griôs

Desde o surgimento dos hieróglifos no Egito Antigo, diferentes sistemas de escrita foram utilizados na África. Apesar disso, a oralidade sempre foi um elemento muito importante em diversos povos africanos, constituindo-se em uma das principais formas de preservação e transmissão das tradições desses povos.

Na África Ocidental em específico, os griôs são os responsáveis por guardar e difundir conhecimentos e valores através da oralidade. Eles são historiadores, conselheiros, diplomatas, poetas, músicos e mediadores de disputas. Em sua formação, passam por um treinamento no qual aprendem poemas, histórias e leis locais através da oralidade. Como entre suas atribuições está também o entretenimento, muitos griôs recorrem à música, mas também há aqueles que a dispensam e fazem uso apenas da palavra falada, seja contando histórias ou recitando poesias. Geralmente a função de griô é transmitida de pais para filhos.

Não se sabe ao certo quando surgiram os primeiros griôs, mas trata-se de uma profissão muito antiga, que remonta a dezenas de gerações. No Império do Mali, os soberanos, chefes militares e nobres mais poderosos sempre eram acompanhados de um griô, que era o responsável pela exaltação e recordação de seus feitos, atuando também como seu porta-voz e conselheiro.



Vincent Bosson/Fotoarena

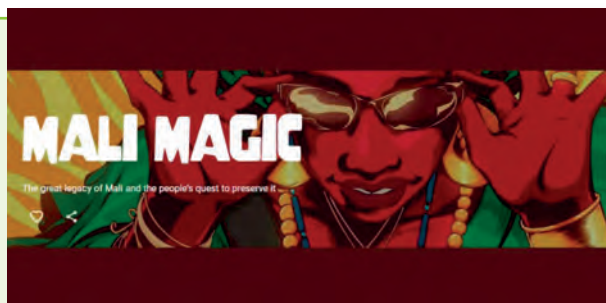
Sona Jobarteh, mestre de kora, é oriunda de uma das principais dinastias de griôs da África Ocidental. São Paulo, 2023.

Para ampliar

▼ Acesso

Google Arts & Culture: **Magia do Mali**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/project/mali-heritage>. Acesso em: 2 maio 2024.

O site Mali Magic é o resultado de um esforço voltado à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Mali. Seu conteúdo está dividido em quatro campos: música, monumentos, arte moderna e manuscritos. Na página, é possível ouvir melodias malinesas, apreciar obras de arte e visitar virtualmente construções históricas. Vale destacar a enorme coleção de manuscritos de Tombuctu digitalizados.



Mali Magic



Quem construiu as pirâmides do Egito?



Mohamed Abd El Ghany/Reuters/Fotoarena

Papiros de Wadi al Jarf, que contêm informações sobre a construção das grandes pirâmides do Egito. Museu do Cairo. Cairo, Egito, 2016.

É possível que você já tenha ouvido falar sobre a teoria de que as grandes pirâmides do Egito não foram construídas por seres humanos, mas sim por alienígenas. Apesar de profundamente desacreditadas por especialistas, explicações fantasiosas sobre a forma como esses e outros grandes monumentos do Mundo Antigo foram construídos têm se mantido bastante populares – sobretudo em razão de sua difusão por meios de comunicação de massa como a televisão, por exemplo. Segundo seus defensores, os povos antigos não possuíam tecnologia suficientemente avançada à disposição para realizar esses grandes feitos de engenharia. Além disso, eles argumentam que não há informações, vestígios ou registros a respeito das técnicas utilizadas nessas obras. Essas alegações, no entanto, não são corroboradas pela pesquisa arqueológica e histórica, como se vê no texto a seguir, escrito por Zahi Hawass – importante arqueólogo e egiptólogo que exerceu o cargo de diretor do complexo das pirâmides de Gizé e de Ministro das Antiguidades do Egito.

A maior descoberta arqueológica do século 21 [...] é a descoberta dos papiros ‘Wadi al-Jarf’ [...].

É o maior e mais antigo papiro em todo o mundo, que remonta ao reinado do rei Khufu. [...]

[...] o inspetor Merer transcreve o diário de seu trabalho na construção da Grande Pirâmide. Merer era o chefe de 40 trabalhadores, que ele levou para as pedreiras de Tora.

Por sua descrição, Merer preparou um grande barco para transportar as pedras pelo Nilo. Ele descreve o método de transporte até as pedras atingirem a área de construção em Gizé. Ele indica que o peso da pedra chega a 2,5 toneladas cada, e registra que essas pedras, que foram cortadas, foram arrastadas para os barcos.

HAWASS, Z. Aliens construíram as pirâmides! Tradução de Márcia Jamille. *Arqueologia Egípcia*, Aracaju, 17 nov. 2018. Disponível em: <http://arqueologiaegipcia.com.br/2018/11/17/aliens-construiram-as-piramides/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

1. Qual é a principal evidência documental, tema do texto de Zahi Hawass, de que a construção da pirâmide de Khufu – conhecida no Brasil como Pirâmide de Quéops – foi obra dos antigos egípcios?
2. Transcreva o trecho do texto em que Zahir Hawass descreve detalhes técnicos do trabalho de construção da Pirâmide de Quéops a partir dos papiros de Wadi al-Jarf.
3. Atribuir explicações fantasiosas para as obras monumentais realizadas por povos africanos indica o preconceito sofrido por esses povos. Escreva no caderno um texto de aproximadamente cinco linhas sobre o tema, levando em consideração a leitura do texto e o que foi estudado ao longo do capítulo.



1. Leia atentamente o texto a seguir.

Heródoto, historiador grego que viveu no século V, tem uma célebre frase em que afirma ser o Egito uma dádiva, um presente do Nilo. Existe uma discussão bizantina em torno da paternidade da expressão, que alguns atribuem a Hecateu de Mileto; mas não importa tanto o pai natural e sim o de criação: este foi Heródoto.

A frase atravessou séculos e é repetida acriticamente por todos os manuais de história que falam do Egito. Fica, para muitos, a impressão de que [...] mais importante do que a ação do homem, é o dom da natureza. Etnocêntricos e pretensiosos, os gregos tinham um despeito enorme do Egito, sabidamente já uma grande civilização, quando eles mesmos ainda viviam em aldeias isoladas. Considerando-se superiores, não podiam aceitar esse fato a não ser atribuindo-o a razões sobrenaturais ou, simplesmente, a razões geográficas.

PINSKY, J. *As primeiras civilizações*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 66.

- a) Jaime Pinsky afirma que a frase “O Egito é uma dádiva do Nilo”, atribuída ao historiador grego Heródoto, é etnocêntrica. Indique uma passagem do texto que explicita esse ponto de vista do autor.
- b) Com base no que você estudou no capítulo, explique por que é um equívoco atribuir o desenvolvimento do Egito Antigo apenas ao Rio Nilo.

2. (Acafe-SC – 2023) O Reino Kush formou-se no interior do território da Núbia, por volta de 2000 a.C., e tem sua história estreitamente ligada à do Império do Egito. Apesar dessa proximidade, o Reino Kush preservou muitas de suas características.

No que diz respeito a essa civilização, é CORRETO afirmar:

- a) O papel das mulheres na sociedade cuxita era bastante restrito, uma vez que não exerciam influência nos negócios e nas decisões políticas.
- b) No ano de 730 a.C., os habitantes do Reino Kush, chamados de cuxitas, conquistaram o Egito, sendo que essa ocupação deu início a 25ª dinastia, que ficou conhecida como a dinastia dos faraós negros.
- c) Assim, como ocorria no Egito, no Reino Kush o rei chegava ao poder pela sucessão paterna e se mantinha no cargo com apoio de grupo de sacerdotes.
- d) O declínio do Reino Kush ocorreu pela dominação egípcia de seu território. Essa dominação ocorreu pelo interesse do Reino do Egito em manter sobre seu poder a rota comercial do Rio Nilo.

3. Muitas sociedades africanas utilizavam – e algumas ainda utilizam – a matrilinearidade como regra sucessória para a definição de seus governantes. Em razão disso, alguns intelectuais propõem a ideia de que as culturas africanas são predominantemente materno-centradas.

Leia o texto a seguir, escrito por uma especialista em estudos africanos.

Dentro da matriz materno-centrada, equilíbrio entre os princípios feminino e masculino é buscado dos planos físico e material ao espiritual. Materno-centrado literalmente significa construções sociais e culturais conduzidas maternalmente. Em tais sociedades, a linha de herança através da mãe é conhecida como matrilinear [...] ao contrário da Europa, mesmo as sociedades patrifocais [...] na África, em que a linha de descendência é através do pai, buscam relações de poder feminino-masculino recíprocas [...]. As mulheres Ga (do Gana), por exemplo, não levam nomes de seus maridos quando se casam [...]. A mãe é vista como portadora da vida, o canal para a regeneração espiritual dos ancestrais, a portadora da cultura e do centro de organização social [...].

CALDEIRA, C. Teologia negra e mulherismo africana. O poder das mulheres negras de matrigestar potências de vida. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 1, jan./abr. 2023. p. 226. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21768757v55n1p213/2023>. Acesso em: 26 out. 2023.

Agora, responda às questões:

- a) De acordo com a leitura, qual seria o significado do conceito de “materno-centrado”?
- b) O texto reconhece que nem todas as sociedades africanas são materno-centradas. De acordo com a autora, como seriam as relações de poder entre o feminino e o masculino em culturas africanas patrifocais?
- c) Relacionando a leitura do texto com o conteúdo trabalhado neste capítulo, explique como a tentativa de alteração das regras de sucessão matrilinear no Império do Mali pode ter levado à sua decadência.



Ibn Battuta foi um viajante muçulmano que viveu no século XIV e visitou diversas regiões, incluindo o norte da África, a Europa, o Oriente Médio e o Extremo Oriente. Em uma de suas expedições, ele atravessou o Deserto do Saara e alcançou o Império do Mali. Mais tarde, em 1356, Battuta registrou suas experiências e impressões em um relato manuscrito que se tornou uma das principais fontes existentes sobre o Império do Mali.



Leia atentamente uma parte do seu registro.

Menção do que considere louvável no comportamento dos sudaneses, e o que considere reprovável.

Entre as boas qualidades, podem-se citar:

A raridade dos abusos. Trata-se da gente que mais detesta a injustiça e seu rei não perdoa o mínimo deslize.

A total segurança de seus territórios, de modo que nem os estrangeiros e nem a gente do lugar temem ladrões ou salteadores.

[...]

Sua exatidão nas orações e a assiduidade com que praticam as reuniões da comunidade, assim como o fato de que castigam os filhos se faltam a elas. Às sextas, a pessoa que não se apressa para ir à mesquita corre o risco de não encontrar lugar para rezar de tanta gente que há. [...]

Vestir-se com boas roupas brancas às sextas-feiras. Mesmo aqueles que têm apenas uma camisa, lavam-na para comparecer às orações na mesquita.

Sua grande atenção ao ensino do venerável Alcorão. [...]

Entre as más ações dos sudaneses, podem-se citar:

O fato de que as escravas e meninas apareçam nuas em público, com suas vergonhas à mostra.

Versão em língua portuguesa do relato da viagem de Ibn Battuta ao Bilad al-Sudan em 1352-1353.

THOMAZ, F. (org.). *Afrikas: histórias, culturas e educação*. Tradução de José Rivair Macedo. Juiz de Fora: UFJF, 2019. p. 54-55.

Com base na leitura do texto e nos estudos deste capítulo, responda às questões.

1. Transcreva um trecho do relato que deixe evidente a grande autoridade do musa em seu Império.
2. Indique os aspectos positivos que Ibn Battuta observou no Mali e que se relacionam à prática do islamismo.
3. Apesar de reconhecer os malineses como parte da comunidade muçulmana, no relato é possível perceber o estranhamento de Battuta em relação a certos costumes deles. Retire do texto o trecho em que ele descreve um costume malinês considerado inadequado.
4. Em sua opinião, por que relatos como o de Ibn Battuta são importantes registros históricos?



Ficha de estudos

Capítulo 2 – As sociedades africanas

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O Egito Antigo (3100 a.C.-30 a.C.).
- O Reino de Cuxe (2000 a.C.-300 d.C.)
- O Império de Axum (100-900)
- O Reino de Gana (500-1240)
- O Império do Mali (1230-1670)

As sociedades europeias: Grécia e Roma

▼ Para começar

1. É possível identificar alguma influência da cultura greco-romana no Brasil atual?
2. Em sua opinião, por que setores dos movimentos conservadores e de extrema-direita elegeram a cultura greco-romana como símbolo dos tempos de ouro?
3. É possível estabelecer um modelo de cultura superior às demais? Justifique sua resposta.

“Tornando os prédios federais bonitos novamente”: esse era o título do projeto de lei que seria proposto pelo Governo Trump ao Congresso estadunidense. Seu objetivo era obrigar que todos os edifícios federais, dali em diante, fossem construídos no estilo clássico greco-romano. Em resposta, o Instituto Americano de Arquitetos publicou uma carta repudiando a intenção. Nela, afirmou que “todos os estilos arquitetônicos têm valor”.

Nos últimos anos, setores dos movimentos conservadores e de extrema-direita têm recuperado a tradição greco-romana como símbolo de um tempo de ouro, enquanto o presente aparece como uma era de decadência e perda de valores fundamentais.

Wirestock Creators/Shutterstock.com



O Capitólio estadunidense, que abriga o Congresso do país, foi construído no final do século XVIII e tem inspiração na arquitetura clássica greco-romana.

O Capitólio dos Estados Unidos. Washington, D.C., Estados Unidos, 2022.

As primeiras sociedades gregas

A Grécia Antiga se organizou em um território formado por cidades-Estado que abrigou ampla diversidade étnica, social e política. Sua unidade remete a uma matriz cultural comum cujo fundamento era a língua grega. Eles próprios se denominavam como helenos, ou seja, habitantes da Hélade.

A maior parte das cidades gregas se localizava no litoral do Mar Mediterrâneo, o que permitiu que estabelecessem contato umas com as outras por meio do comércio marítimo. Já as condições continente adentro eram mais hostis, com cadeias de montanhas e desfiladeiros difíceis de transpor na Antiguidade. Ao longo de sua história, cidades gregas se espalharam pelo litoral das penínsulas Balcânica e Itálica, pelo norte da África e pela Ásia Menor, formando o que ficou conhecido como Grécia Antiga.

Minoicos e micênicos

O início da história da Grécia Antiga remonta à ilha de Creta, localizada ao sul da Península Balcânica. Em virtude do prestígio e poder adquiridos por um de seus monarcas, chamado Minos, a primeira civilização da ilha ficou conhecida como **minoica**.

Reconhecida por seus suntuosos palácios, sendo o mais resplandecente o de Cnossos, a sociedade minoica acumulou riqueza explorando o comércio marítimo. Os constantes deslocamentos de seus comerciantes resultaram em contatos com diversas civilizações da região, sobretudo a egípcia, com a qual aprenderam a desenvolver uma escrita hieroglífica chamada por pesquisadores de Linear A, que permanece até os dias de hoje indecifrada.

Por volta de 1400 a.C., os minoicos tiveram seu território invadido pelos aqueus, povo guerreiro do Peloponeso. Esses ataques enriqueceram líderes guerreiros, dando origem a novas monarquias na ilha. Uma das principais foi a de Micenas, cujo nome é utilizado para denominar um novo período histórico: o **Micênico**.

Os micênicos não estavam às ordens de um único rei. Eles formaram monarquias independentes, abrigadas em palácios fortificados e administradas por uma burocracia. Sob a influência da cultura minoica, eles desenvolveram uma escrita hieroglífica, a Linear B. Muito do que se sabe atualmente dessa civilização se deve às escavações arqueológicas e, sobretudo, à sua escrita. A sociedade micênica entrou em declínio ao longo do século XI a.C., tendo se desagregado por causas ainda desconhecidas.

O Período Homérico

Os historiadores sabem pouco a respeito do período seguinte ao desaparecimento da sociedade micênica. A escrita deixou de ser usada, e os suntuosos palácios viraram ruínas. Em seu lugar, surgiu uma sociedade reduzida a guerreiros e camponeses. Os grupos guerreiros ampliaram seus domínios territoriais, dando origem a uma aristocracia que controlou a terra.

Os poucos documentos conhecidos que abordaram esse período foram a *Ilíada* e a *Odisseia*. Esses poemas épicos são atribuídos à figura de Homero. Por isso, esse período da história grega ficou conhecido como **Homérico**.

Para ampliar

Assista

Troia, direção de Wolfgang Petersen (Warner Bros, 2004, 163 min).

Com base na obra de Homero, o filme Troia conta a história da famosa guerra desde o momento do ataque grego, acompanhando de perto a sorte de seus principais personagens.



A formação da Grécia Clássica

Ao final do Período Homérico, inicia-se o Período Arcaico (séculos VIII-VI a.C.). Esse período foi marcado por transformações importantes, como o desenvolvimento da escrita alfabética, a adoção de técnicas de cunhagem de moedas e a retomada do comércio de longa distância. Isso estimulou o avanço da urbanização e um processo de colonização, espalhando cidades gregas pelo litoral mediterrâneo. No final do século VI a.C., por exemplo, existiam cerca de 1 500 cidades gregas.

Do ponto de vista social, as cidades gregas estavam fundamentalmente divididas entre proprietários, camponeses livres, artesãos e escravizados. Os primeiros, controlando as terras férteis, consolidaram-se como uma aristocracia de guerreiros, enquanto os últimos eram, em geral, prisioneiros de guerra ou camponeses endividados.



Granger/Fotoarena



Tetradracma, moeda de prata ateniense de cerca de 499 a.C. O emprego de moedas, sobretudo de prata, contribuiu para a reativação do circuito comercial mediterrâneo.



A pólis

A Grécia Clássica encontrou na pólis o coração de sua vida política. Constituída ainda no Período Arcaico, por volta de 900 a.C., a pólis abrigava uma população variada, contando com diferentes formas de participação política. Cada pólis tinha suas próprias leis e regras.

Na pólis, destacava-se a **ágora**, praça pública na qual os cidadãos deliberavam sobre a vida da cidade. Havia ainda a **acrópole**, parte alta da pólis onde eram construídos os templos religiosos e que servia como posto de defesa.

As pólis tinham constituições políticas diversas. Em algumas, a população estava sob o domínio direto dos proprietários de terras, ou seja, da aristocracia. Em outras, a participação se tornou menos restrita, alcançando até mesmo os homens pobres, regime chamado pelos gregos de **democracia**.

Aprendizagens em processo • Conceitual

1. Sobre o conceito de pólis, faça o que se pede.
 - a) Compare o conceito de pólis ao de Estado-Nação.
 - b) De acordo com o texto, as pólis nem sempre compartilhavam o mesmo regime político. Identifique dois regimes políticos existentes na Grécia Antiga e explique as suas diferenças.

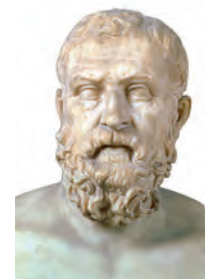
Atenas: conflitos sociais

Além do poder político, a aristocracia se apropriava das terras mais férteis, produzindo alimentos como trigo, cevada, uvas e oliveiras, que eram comercializados no Mediterrâneo. No território ático, também abundavam minas de prata, facilitando a inserção de Atenas no amplo comércio mediterrâneo.

Os camponeses, por outro lado, enfrentavam dificuldades para sobreviver. Ocupando as terras menos férteis, eram forçados a tomar empréstimos com os eupátridas. Muitos, no entanto, não conseguiam restituir a dívida e terminavam escravizados. A aristocracia buscou atenuar os conflitos promovendo reformas.

Foi nesse contexto que líderes como Drácon e Sólon criaram medidas para reduzir os conflitos. Em 620 a.C., Drácon formalizou as leis por meio da escrita. Já Sólon, em 594 a.C., perdoou o débito dos camponeses e aboliu a escravidão por dívidas. Politicamente, instituiu uma divisão entre quatro faixas de renda, dando a cada uma delas algum direito de participação. O último degrau de renda, por exemplo, tinha direito de voto em assembleia.

Passados 30 anos, contudo, os conflitos entre aristocratas e camponeses pobres não cessaram, visto que a estabilidade da posse da terra ainda não estava garantida, permitindo a ascensão política dos tiranos. Eles aproveitavam o estado de revolta entre os mais pobres para propor alianças e controlar a vida política da pólis. Em troca, promoviam reformas que diminuía a fúria popular e consolidavam sua popularidade. Em Atenas, o mais importante dos tiranos foi Pisístrato.



Busto de Sólon, do século IV a.C., exposto no Museu Arqueológico de Nápoles, na Itália.

Raffaello Bencini/Bridgeman Images/Fotoarena

A democracia ateniense

As reformas promovidas por diferentes líderes consolidaram a democracia ateniense. No governo de Clístenes, todos os homens atenienses obtiveram o direito pleno de cidadania. Foi também sob Clístenes que se instituiu o **ostracismo**, isto é, a expulsão e o exílio por dez anos de um cidadão condenado em assembleia por meio do voto popular.

Por conta do trabalho, nem todos os atenienses frequentavam as reuniões e assembleias. Em resposta, em 450 a.C., no governo de Péricles, foi criada uma remuneração oficial. No século V a.C., a democracia ateniense funcionava por meio de duas instituições fundamentais: a **eclésia**, assembleia popular cujo quórum obrigatório era de 6 mil cidadãos, e a **bulé**, conselho composto de 500 cidadãos escolhidos por meio de sorteio. A democracia em Atenas era, sobretudo, direta, e até os juízes eram sorteados.

O avesso da cidadania: mulheres e escravizados

O mundo da liberdade e participação política, no entanto, não era universal. Em Atenas, apenas os homens maiores de 18 anos e que eram filhos de pais atenienses tinham direito de participação política. Com isso, escravizados, mulheres e estrangeiros estavam excluídos das decisões políticas da pólis.

Ao longo do processo de consolidação da democracia, houve um aumento significativo do número de escravizados em Atenas. Estima-se que, no século V a.C., na pólis ateniense habitassem por volta de 250 mil pessoas, sendo cerca de 90 mil escravizados. Sem eles, as pessoas livres não teriam o tempo e o ócio necessários ao exercício da política e da reflexão. Além disso, ocorria também a exclusão das mulheres, ocupadas em tarefas de cuidado da casa e dos filhos.

Vaso com pintura em terracota que apresenta escravizados trabalhando em uma mina ou pedreira de barro, século V a.C. Na Antiguidade Clássica, as pessoas escravizadas desenvolviam diversas funções nas minas, nos campos ou no espaço doméstico.

A mulher ateniense

Desde a infância, a ateniense era educada para a vida doméstica. As meninas de famílias aristocratas viviam em cômodos separados chamados gineceus, tendo pouco contato com meninos. Quando chegavam à adolescência, eram preparadas para o casamento, quase sempre arranjado pelos pais. Os homens costumavam casar-se próximo dos 30 anos, já as mulheres, em geral, antes dos 20. Era esperado delas, então, que proovessem filhos para Atenas.

A ateniense era parte da pólis, embora não gozasse de cidadania plena. Apesar de excluídas dos exércitos e das assembleias, as mulheres participavam dos rituais religiosos e funerários, centrais para a vida pública.

De toda forma, quando se fala da ateniense, implicitamente se pensa nas mulheres de famílias aristocratas. Uma família pobre não podia abdicar do trabalho feminino para a manutenção da casa. Sendo assim, elas trabalhavam como camponesas ou em atividades artesanais. Sem grandes heranças a preservar, estima-se que o casamento entre os pobres fosse mais livre, não passando por arranjos familiares. Portanto, para entendermos a situação das mulheres atenienses, é preciso pensar também na sua condição social.

Ostracismo deriva da palavra **óstraco**, pedaço de cerâmica no qual se escrevia o nome daqueles que os cidadãos atenienses acreditavam ser necessário exilar da cidade por dez anos. O objetivo declarado do ostracismo era defender a democracia contra possíveis ameaças, sobretudo a dos tiranos.



Óstraco ateniense datado de 480 a.C.

Luisa Ricciarini/Bridgeman Images/Fotoarena



Peter Willi/Bridgeman Images/Fotoarena



Vaso grego com representação de mulheres abastecendo seus vasos com água em uma fonte. Terracota. Atenas, Grécia, 510 a.C.-500 a.C.

Rogers Fund, 1906/Museu Metropolitano de Nova York, Nova York

Esparta: razão militar no poder

Esparta e Atenas compartilhavam um aspecto comum: a dominação social do trabalho por meio da força. A pólis de Esparta começou a ser organizada com a tomada, pelos dórios, da Lacônia e, posteriormente, da Messênia, ambas localizadas no Peloponeso.

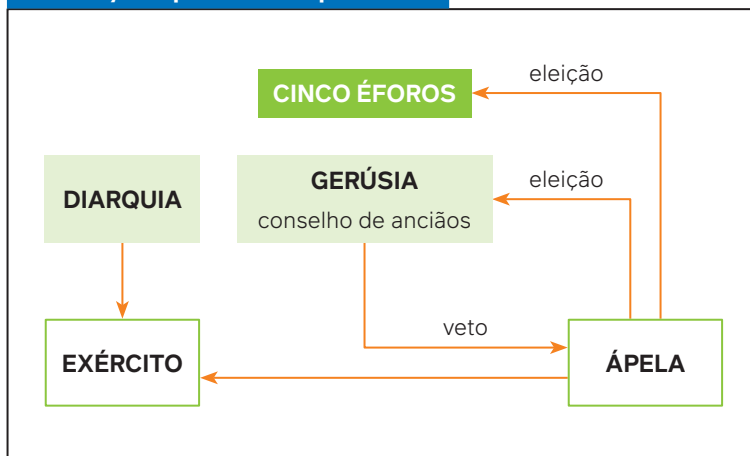
Os espartanos submeteram a população da região à condição de escravizados do Estado, conhecidos então como **hilotas**. Diferentemente dos escravizados atenienses, os hilotas não podiam ser vendidos. Na região, habitavam ainda os **periecos**, pessoas livres, em geral ocupadas em atividades artesanais e no trabalho da terra. Embora não fossem consideradas espartanas propriamente, eram empregadas como força militar em tempos de guerra.

O espartano era, antes de tudo, um soldado. Aos 7 anos, os meninos abandonavam suas casas e iniciavam treinamentos militares, condição que exerceriam até os 60 anos. Hoplitas, eles proviam suas armas e seus equipamentos. Cada espartano deveria contribuir para a *syssitia*, imposto por meio do qual se financiavam as refeições coletivas diárias. Os espartanos não apenas lutavam juntos. Eles estudavam, alimentavam-se e dormiam juntos, até depois do casamento, que costumava acontecer aos 30 anos. Cada um deles recebia uma parte das terras do Estado (*kleroi*), que, embora não fossem repartidas igualmente, eram suficientes para que vissem a si mesmos como *hoi homoioi*, ou seja, os iguais.

Em termos políticos, os espartanos formavam uma **diarquia**, isto é, eram governados por dois reis que faziam parte da aristocracia guerreira. Existia ainda a **ápela**, assembleia de cidadãos responsável pela eleição da **gerúsia**, conselho de 28 anciãos, e dos cinco éforos, que, em seus breves mandatos, assumiam amplos poderes. Os éforos supervisionavam os reis, administravam a educação, decidiam a guerra e a paz.

Fonte: VICENTINO, C. *História para o Ensino Médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001. p. 61. (Parâmetros).

Instituições políticas espartanas



Acervo editora

Para aprofundar

Ao contrário das atenienses, as espartanas praticavam atividades físicas e participavam de competições esportivas.

‘As Heraias se constituíram certamente no único festival atlético feminino [...]. Este festival em homenagem à Hera contava com uma série de corridas nas quais competiam jovens mulheres. Estas provas eram disputadas no estádio de Olímpia a cada quatro anos, mas eram completamente independentes dos jogos Olímpicos em homenagem a Zeus, dos quais somente os grupos masculinos participavam [...]. [...]

O percurso era de 500 pés, isto é, 160 m e, segundo Pausânias, as jovens – parthenoi – eram agrupadas em categorias de acordo com a idade. [...]

LESSA, F. de S.; ROCHA, F. B. Mulheres nas práticas esportivas gregas antigas. *Phoïnix*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 86-87, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoïnix/article/view/33182/18613>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Escultura de cerca de 520-500 a.C. que representa uma velocista espartana.



Museu Britânico, Londres. Fotografia: Bridgeman/Fotoarena

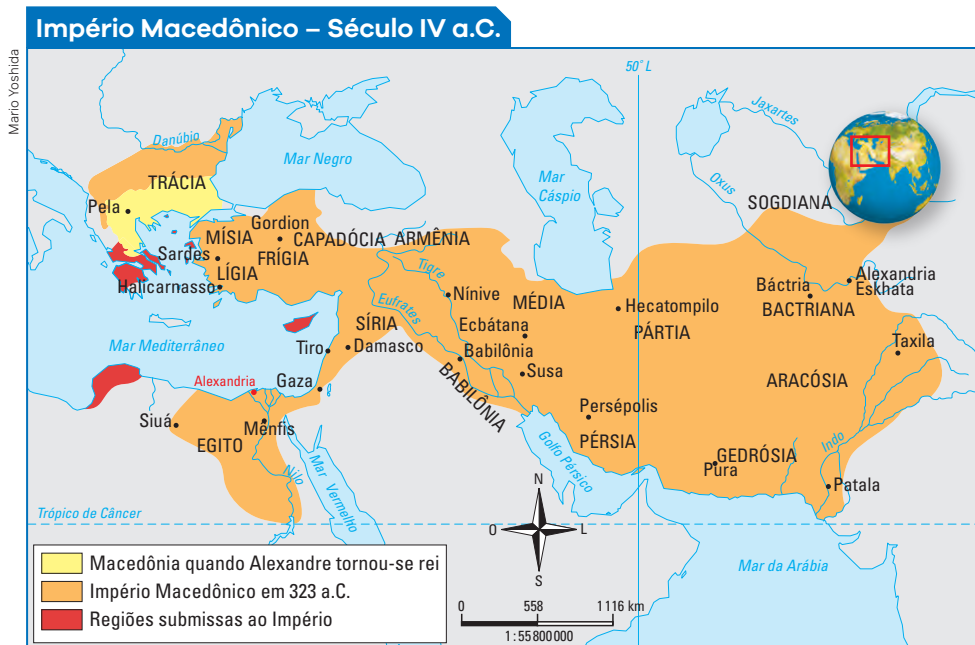
O triunfo macedônico e o declínio de uma era

As constantes guerras de que participavam as cidades-Estado gregas terminaram por enfraquecê-las. Em uma delas, as chamadas **Guerras Médicas** (499 a.C. a 449 a.C.), diversas pólis, entre as quais Atenas e Esparta, uniram-se para resistir à invasão persa. Após anos de batalhas, os gregos venceram os invasores.

Sendo uma das principais responsáveis pela vitória, Atenas emergiu da guerra como importante liderança. Sob a direção da **Liga de Delos**, que havia fundado com o intuito de organizar uma frente militar, Atenas passou a cobrar impostos de outras cidades-Estado. Aos poucos, a cidade assumiu ambições imperiais. Em resposta, Esparta fundou, com outras cidades, a **Liga do Peloponeso**. O aumento das tensões culminou na **Guerra do Peloponeso**, ao longo da qual as cidades envolvidas sofreram várias perdas, tanto que, mesmo vencedora, Esparta logo depois sucumbiu diante de Tebas.

O enfraquecimento da região permitiu o avanço das forças macedônicas, que articulavam com excelência cavalaria e infantaria, dispendo de equipamentos mais leves e da lança de longo alcance. Sob o comando de Filipe II, os macedônios se deslocaram do norte da Grécia e derrotaram as pólis gregas, inaugurando o que ficou conhecido como Período Helenístico.

Essa formação social, no entanto, não durou muito tempo, caindo sob domínio romano décadas depois. Com isso, o que conhecemos como Grécia Clássica entrou em colapso.



Fonte: O'BRIAN, P. *Atlas of World History*. Nova York: Oxford University Press, 2010. p. 42; DUBY, G. *Grand Atlas Historique*. Paris: Larousse, 2011. p. 18.

Legado cultural

Além das ideias de democracia e participação política, a Grécia Antiga legou uma rica tradição cultural que, ao longo dos séculos, tem sido apropriada de diversas formas, com destaque para o teatro e a Filosofia.

Teatro

O teatro surgiu na Grécia do século VI a.C. e inicialmente fazia parte dos rituais consagrados a Dionísio, em que se dançava e cantava ao redor de um animal oferecido como sacrifício. Aos poucos, ganhou autonomia ao se tornar uma arte de representação encenada em espaço próprio.

Os atores eram exclusivamente homens. Como em outras atividades, as mulheres eram proibidas de atuar.

Existiam três gêneros fundamentais no teatro grego: a tragédia, a comédia e o drama satírico. Desses, a tragédia era o mais prestigiado. Tinha como objetivo implícito impactar o público, dando início a um momento de catarse, ou seja, purificação da alma. Já as comédias ressaltavam o caráter risível da vida. A sátira, por sua vez, tinha como fim a depreciação e a crítica de figuras célebres.



Representação de máscara teatral satírica grega feita em terracota. Grécia, século I a.C.

Giancarlo Costa/Bridgeman Images/Fotoarena

Filosofia

A Filosofia, enquanto campo do saber organizado, originou-se na Grécia por volta do século VI a.C. As condições sociais na pólis foram decisivas para seu aparecimento, como a liberação do trabalho de uma minoria por meio da escravidão, a intensa circulação cultural das redes comerciais e a valorização do debate e da argumentação na arena política.

A Filosofia tem como principal característica a busca de uma explicação racional do Universo. Nesse sentido, diferencia-se do mito, outra forma discursiva muito relevante. Enquanto o mito se pretende verdade constituída e, portanto, inquestionável, a Filosofia apresenta a si mesma como uma busca pela verdade, sempre aberta à discussão e à crítica. A grande inovação da Filosofia é o princípio do método: o discurso precisa se fundamentar e pode ser questionado.

Palácio Apostólico, Vaticano



A obra de arte apresentada, produzida no século XVI pelo italiano renascentista Rafael Sanzio, é uma homenagem aos filósofos gregos da chamada Academia de Platão e retrata Platão, Aristóteles, Sócrates, Pitágoras, Heráclito, entre outros.

Rafael Sanzio. *Escola de Atenas*, 1511. Afresco, 5,00 m × 7,00 m.

Além das fronteiras: Roma

Roma conta com uma narrativa mítica sobre sua fundação. Rômulo, seu fundador, era filho do deus da guerra, Marte, com Reia Sílvia, sacerdotisa cuja posição exigia que permanecesse virgem. Ela, por sua vez, era filha de Numitor, rei de Alba Longa, destituído à força pelo próprio irmão, Amúlio, que desde então se empenhou em impedir que sobrinhos legítimos disputassem seu trono.

Nesse contexto, não restou a Reia Sílvia outra alternativa senão abandonar Rômulo junto a seu irmão gêmeo, Remo. Ambos foram colocados em um cesto nas águas do Rio Tibre e encontrados e cuidados por uma loba. Já adultos, receberam sinais sobre o Monte Palatino. Ali, deveriam fundar uma nova cidade. Após descobrirem sua ascendência e vingarem o avô Numitor, restituindo-lhe o trono de Alba Longa, os irmãos se desentenderam. Rômulo assassinou Remo e fundou Roma, cidade nomeada em sua homenagem.

Evidências arqueológicas, por sua vez, sugerem que a região da Península Itálica, onde se organizou a cidade, foi ocupada por diversos povos, entre os quais gregos, sabinos e etruscos, sendo os últimos responsáveis por instituir a primeira forma de governo estável de Roma: a monarquia.

Peter Paul Rubens. *Histórias da fundação de Roma*, 1615-1616. Óleo sobre tela, 2,10 m × 2,12 m.

A pintura mostra Rômulo e Remo sendo acolhidos e alimentados pela loba. A obra faz parte de uma série de pinturas de Peter Paul Rubens retratando a formação de Roma.



Museus Capitolinos, Roma

A monarquia

No início de sua história, no século VII a.C., Roma esteve sob domínio de monarcas etruscos. Apesar de reunir muitos poderes, os reis deveriam submeter a aprovação das leis a um conselho de anciãos composto da aristocracia local, o Senado, que, por sua vez, tinha suas decisões respaldadas pela Cúria, assembleia de cidadãos em idade militar.

Aos poucos, o Senado entrou em conflito com os reis etruscos. O saldo das tensões foi a queda da monarquia e o advento da república, em 509 a.C., cujo núcleo de funcionamento permaneceu sendo o Senado. O governo que emergiu era aristocrático, sem maior espaço para participação dos plebeus.

A República

Durante a República, a sociedade romana estava fundamentalmente dividida em três grupos.

Os **patrícios** compunham a aristocracia. Seu poder derivava do domínio sobre as terras férteis, que colocava à sua disposição uma extensa clientela, ou seja, pessoas em geral sem propriedade cuja sobrevivência dependia dos favores dos poderosos. De início, a nobreza patricia tinha o controle direto das principais instituições da República. O Senado, cujos cargos eram vitalícios, era ocupado inteiramente por eles. As magistraturas, apesar de serem escolhidas em parte por plebeus, estavam sob a influência permanente da nobreza.

Os **plebeus** eram trabalhadores da cidade, artesãos, camponeses e comerciantes. Em geral, os plebeus mais pobres compunham a camada de clientes dos patrícios.

Já os **escravizados**, como entre os gregos, eram prisioneiros de guerra ou, ao menos até 326 a.C., pessoas que não conseguiam pagar suas dívidas. Inicialmente pouco relevantes, tornaram-se fundamentais para a economia da cidade à medida que Roma se envolvia em guerras com seus vizinhos.



Pierre-Olivier/Shutterstock.com

Ruínas do Fórum Romano, que sediou reuniões para eleições dos principais cargos da República. Roma, Itália, 2023.

Lutas sociais

O domínio patricio sobre as melhores terras, inclusive as terras públicas, ampliou-se ao longo do tempo, provocando o empobrecimento dos plebeus.

Essa situação gerou diversos conflitos, que os patrícios buscaram amenizar admitindo a criação, em 494 a.C., do Tribunato da Plebe, assembleia de plebeus que, inicialmente, apenas supervisionava o poder senatorial e do consulado. O estopim para a conquista foi uma ameaça de greve militar por parte da plebe. No século III a.C., o Tribunato conseguiu não só poder de veto ao Senado, mas também o de propor leis.

Aos poucos, os plebeus acumularam conquistas. Por volta de 450 a.C., as leis a que se submetiam passaram a ser obrigatoriamente escritas. O conjunto dessa legislação ficou conhecido como Lei das Doze Tábuas. Outra medida favorável à plebe se deu em 445 a.C., quando foi autorizado o casamento entre plebeus e patrícios, dando origem a uma nova elite, que passava a compartilhar o estatuto de nobreza com a aristocracia tradicional. A plebe empobrecida, no entanto, permanecia à margem.

O contingente da população que era conhecido como proletário, aqueles que não tinham nada senão seus filhos – ou seja, sua prole – cresceu. Sem terra ou ocupação, muitos iam para as cidades. No século III a.C., assim, o proletariado romano se tornou a maior parte da população.

No século II a.C., as lutas sociais se tornaram mais agudas em Roma, quando os irmãos Tibério e Caio Graco propuseram, na condição de tribunos da plebe, a redistribuição de terras da aristocracia entre a massa deserdada. Apesar do grande apoio popular, a propriedade da terra permaneceu intocada. Tibério Graco foi assassinado sob estímulo do Senado. Seu irmão Caio, por sua vez, tirou a própria vida, impelido pelas mesmas pressões.

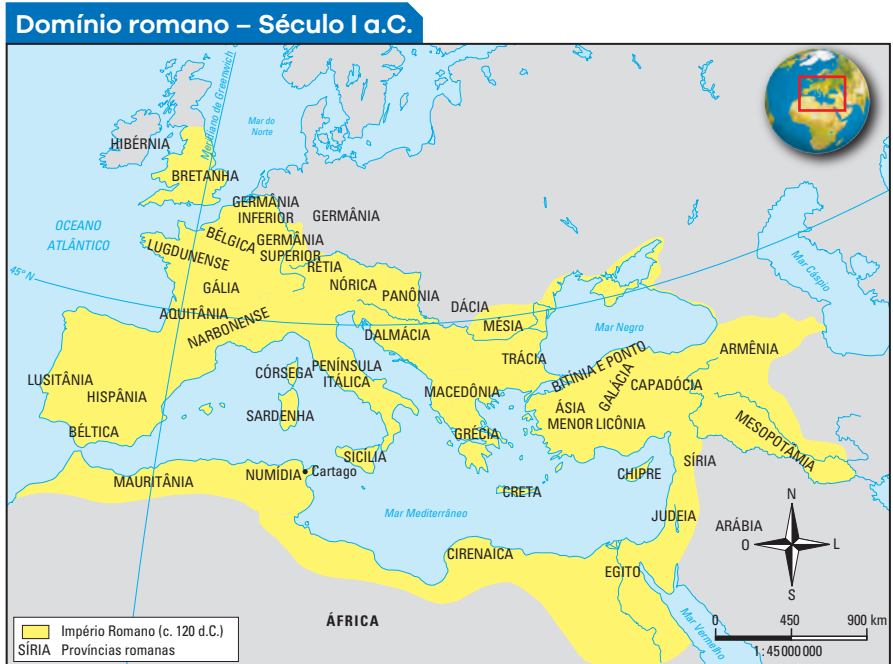


Alamy/Fotorena

Jean-Baptiste Claude Eugène Guillaume. *Os Graco*, c. século XIX. Escultura em bronze. Busto que representa os irmãos Graco, tribunos da plebe que lutaram pela reforma agrária em Roma.

Guerras e expansão

Após expandir seus domínios sobre a Península Itálica e intensificar sua participação no comércio marítimo, Roma entrou em tensão com Cartago, cidade norte-africana fundada pelos fenícios em 800 a.C. Romanos e cartagineses travaram três grandes campanhas militares, chamadas de **Guerras Púnicas**, iniciadas em 264 a.C. e terminadas somente em 146 a.C. Roma saiu vitoriosa, controlando a Península Itálica e parte do Mediterrâneo. Ao longo dos anos, seguiram-se ainda as conquistas da Sicília, da Península Ibérica, dos reinos helenísticos, de parte da Ásia Menor, do Egito e da Gália.



Sonia Vaz

Fonte: GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 140.

Essa dinâmica belicista forçou uma reconfiguração profunda da sociedade romana. As guerras de conquista colocaram à disposição da nobreza um número crescente de terras férteis e de escravizados, cujo trabalho permitia manter a mobilização para a guerra de grande número de plebeus.

Estima-se que, entre 200 a.C. e 176 a.C., 10% da população romana participasse de forma permanente de campanhas militares. Nos anos seguintes, esse processo se intensificou. Com isso, formou-se uma configuração da propriedade ainda desconhecida na Antiguidade Grega: o latifúndio, isto é, enormes extensões de terra sob controle de uma mesma pessoa ou família.

Com o aumento das guerras, cada vez mais romanos ficavam sob a influência dos generais, que compartilhavam os espólios das batalhas com os soldados, aumentando seu prestígio popular. Dessa forma, muitos generais passaram a usar o domínio das armas como meio para a conquista política.

Em 45 a.C., o poder foi dividido entre três generais – o que ficou conhecido como Segundo Triunvirato –, Lépido, Marco Antônio e Caio Otávio, filho adotivo de Júlio César. A derradeira guerra civil republicana rivalizou os membros do Triunvirato. Vitorioso, Otávio recebeu do Senado o título de Augusto e concentrou poderes. Na prática, ele passou a governar com poderes reais, marcando o início do Império Romano.

O Império Romano

Para ampliar

Assista

Gladiador, direção de Ridley Scott (Universal, 2000, 155 min). O filme narra a saga da vingança do general Maximus contra o imperador Cómodo, responsável por matar sua família e criar as condições que o fizeram escravizado nos combates de vida e morte de gladiadores.



DreamWorks Pictures/
Universal Pictures

Após uma sucessão exaustiva de guerras civis, o Império trouxe um período de estabilidade: a **Pax Romana**. Os imperadores romanos tinham sob seu domínio um vasto território. Administrá-lo era difícil, por isso houve uma política de expansão da cidadania iniciada com Caio Otávio Augusto.

Desse modo, o Império Romano pôde contar com a fidelidade de uma nova elite que ajudava em sua administração. No plano cultural, isso significava reconhecer outras matrizes religiosas e formas de pensamento.

Além disso, Augusto iniciou um amplo programa de construções, abrindo estradas, fundando edifícios e monumentos. Isso gerou empregos para a população urbana, reduzindo as tensões sociais.

Os governos imperiais também garantiram a distribuição de cereais àqueles que não podiam comprá-los, bem como organizou grandes espetáculos circenses e lutas de gladiadores. Essa política ficou conhecida como “pão e circo”, sendo o resultado da pressão da massa plebeia.

Ainda como aceno aos descontentes, Augusto distribuiu terras aos camponeses mobilizados pelo exército e garantiu uma indenização equivalente a 13 anos de soldo para aqueles que fossem exonerados das legiões.

Estátua do imperador romano Caio Otávio Augusto, que pacificou temporariamente Roma e inaugurou uma nova era: o Império. Roma, Itália, 2020.



Endless Travel/Alamy/Fotorena

As contradições da paz e a crise do Império

O período de paz trouxe problemas para a economia romana, já que houve uma redução na expansão territorial e da população escravizada. Manter uma estrutura ampla como o Império Romano exigia vultosos recursos, que, por sua vez, eram garantidos pelas constantes guerras de expansão.

No entanto, após ampliar suas fronteiras, por volta do início do século I d.C., o Império começou a avançar muito lentamente nas terras dos povos germânicos, no centro da Europa. Isso resultou em práticas de convivência mais ou menos pacíficas entre romanos e germânicos. Alguns germânicos, por exemplo, foram integrados aos exércitos romanos como força regular nas regiões de fronteira ao norte da Europa.

O fim das guerras aos poucos provocou a escassez de mão de obra escravizada e de novos recursos oriundos das pilhagens, com os quais se controlava as legiões e as elites provincianas. Foram vários os sinais da crise do sistema escravista: nos séculos I e II d.C., o preço de uma pessoa escravizada tornou-se oito vezes maior em comparação aos séculos II e I a.C. Por volta do século III, o denário, moeda romana, desvalorizou cerca de 25%, e a cunhagem de prata entrou em colapso. Em diversas regiões do Império, o banditismo e a pilhagem praticados por bandos armados se tornaram frequentes. A violência política, por sua parte, cresceu radicalmente: entre 235 e 289, Roma conheceu 20 imperadores, dos quais 18 morreram violentamente.

No rastro de invasões, epidemias e colapso econômico, muitas pessoas abandonavam as cidades em direção aos campos. Um dos sintomas dessa crise foi a ruralização do Império. Paulatinamente, ao longo dos séculos IV e V, o modo de produção escravista foi substituído pelo colonato, sistema em que trabalhadores rurais se assentavam em terras de grandes proprietários, que lhes garantiam proteção contra a violência generalizada, bem como contra as constantes convocações militares por parte do Império. Em troca, os trabalhadores cediam metade da produção.

Fine Art Images/Bridgeman Images/Fotoartena



Feita com inspiração na história romana, a obra de arte faz parte de uma série de pinturas que representam a ascensão e a queda de um império imaginário.

Thomas Cole. *O curso do Império - Destruição*, 1836. Óleo sobre tela, 1,00 m × 1,63 m.

Cristianismo: de crença dos dominados a religião de Estado

Por volta de 30 d.C., Jesus, filho de uma família de carpinteiros da Judeia, na região da Palestina, começou a pregar contra o controle romano. Ele se apresentava como Cristo, ou seja, o messias que há tempos seu povo aguardava. Em vez de guerra e dominação, falava da necessidade de amar o próximo e abdicar dos poderes materiais. Em aliança, hebreus e romanos selaram a condenação de Jesus. Em 33 d.C., ele foi crucificado.

Sua memória permaneceu viva entre seus seguidores. A mensagem de Cristo conquistou inicialmente os desvalidos do Oriente: pobres pescadores, escravizados, mulheres, pastores, entre outros. Por meio de Paulo de Tarso, ela se expandiu ainda mais pelo Mediterrâneo oriental, alcançando povos gregos e latinos.

Apesar da sua proibição, ao longo dos anos, o cristianismo conquistou cada vez mais adeptos, expandindo sua influência em direção ao Ocidente do Império. Em um império em crise, a mensagem de um reino de paz após a morte encontrou campo fértil. Um momento de virada ocorreu durante o governo de Constantino, que, por meio do Édito de Milão, em 313, autorizou a liberdade de culto aos cristãos.

Ele mesmo, antes de morrer, converteu-se ao cristianismo. Depois, outros imperadores reivindicaram a religião. Com Teodósio, ao fim de um longo processo, a lógica se inverteu. O cristianismo tornou-se a religião oficial do Império, transformando o politeísmo romano em paganismo e o proibindo. A partir daí, a Igreja Cristã constituiu uma ampla burocracia.



Bob Collier/Sygma/Getty Images

Reconstituição artística do provável rosto de Jesus Cristo, diferente da forma como foi representado pela arte europeia ao longo do tempo.

De invasor a invadido

Em 395, o Império Romano se dividiu entre Ocidente, com maiores dificuldades, e Oriente, com sede em Constantinopla, que permanecia mais estável. Após um longo período de invasões e conquistas, sem maior capacidade de expansão, as fronteiras abertas romanas sofreram uma inversão de fluxo.

Ao longo do século III d.C., povos germânicos passaram a ocupar territórios romanos. A primeira grande invasão ocorreu em 406, quando suevos, vândalos e alanos ultrapassaram o Rio Reno. Daí, seguiram-se o saque de Roma por visigodos em 410 e outras incursões em diversas partes do território imperial. Aos poucos, os germânicos estabeleceram assentamentos, formando novas configurações sociais onde antes era território romano. Fragilizada, a parte ocidental do Império não resistiu e caiu sob domínio “bárbaro”, termo **etnocêntrico** com o qual os romanos se referiam aos povos germânicos.

GLOSSÁRIO

Etnocêntrico: aquilo ou aquele que julga a cultura alheia segundo seus próprios valores e critérios.



1. (Fuvest-SP – 2023)

“A Pólis apresenta-se como um universo homogêneo, sem hierarquia, sem planos diversos, sem diferenciação. (...) Segundo um ciclo regulamentado, a soberania passa de um grupo a outro, de um indivíduo a outro, de tal maneira que comandar e obedecer, em vez de se oporem como dois absolutos, tornam-se os dois termos inseparáveis de uma mesma relação reversível”.

VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Sobre a noção de pólis expressa no texto, é correto afirmar que ela pressupõe

- a) uma concepção excludente do poder político.
 - b) uma oposição absoluta entre comando e obediência.
 - c) um modelo político de democracia representativa.
 - d) uma participação isonômica dos cidadãos.
 - e) uma ausência de soberania no espaço cívico.
2. (Fuvest-SP – 2016) Os impérios do mundo antigo tinham ampla abrangência territorial e estruturas politicamente complexas, o que implicava custos crescentes de administração. No caso do Império Romano da Antiguidade, são exemplos desses custos:
- a) as expropriações de terras dos patrícios e a geração de empregos para os plebeus.
 - b) os investimentos na melhoria dos serviços de assistência e da previdência social.
 - c) as reduções de impostos, que tinham a finalidade de evitar revoltas provinciais e rebeliões populares.
 - d) os gastos cotidianos das famílias pobres com alimentação, moradia, educação e saúde.
 - e) as despesas militares, a realização de obras públicas e a manutenção de estradas.
3. Leia o texto do antropólogo francês Lévi-Strauss e responda às questões.

A Antiguidade confundia tudo que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob o mesmo nome de bárbaro; a civilização ocidental em seguida utilizou o termo selvagem no mesmo sentido. Porém, atrás desses epítetos, se disfarça um mesmo juízo: é provável que a palavra bárbaro se refira etimologicamente à confusão e à inarticulação do canto dos pássaros, opostos ao valor significativo da linguagem humana; e selvagem, que quer dizer “da floresta”, evoca também um gênero de vida animal, por oposição à cultura humana. Nos dois casos, recusa-se a admitir o próprio fato da diversidade cultural; prefere-se lançar fora da cultura, na natureza, tudo o que não se harmoniza com a norma sob a qual se vive.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 236.

- a) Qual é a relação que o autor estabelece entre os termos “bárbaro” e “selvagem”?
 - b) De acordo com o autor, esses termos recusam a diversidade cultural e repetem “a norma sob a qual se vive”. Explique essa parte do texto.
4. Leia o fragmento a seguir.

Os homens que lutam e morrem pela Itália compartilham o ar e a luz e nada mais... Lutam e perecem para dar suporte à riqueza e à luxúria de outros, e, apesar de chamados senhores do mundo, eles não possuem um único torrão de terra de seu.

PLUTARCO. Tibério e Caio Graco. In: ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 55.

Sobre a questão fundiária em Roma, identifique a alternativa correta e a registre no caderno.

- a) Apesar da ampla concentração de terras nas mãos da aristocracia patricia após a expansão militar, a reforma agrária liderada pelos irmãos Graco assegurou aos camponeses a posse da terra no Período Imperial.
- b) Diferentemente de Atenas e Esparta, Roma jamais conheceu o latifúndio, o que permitiu que a nobreza contasse com a fidelidade dos camponeses durante as guerras de expansão.
- c) Apesar das tentativas de reforma agrária dos tribunos da plebe Caio e Tibério Graco, ao longo da expansão romana, a aristocracia manteve sob seu controle enorme parte das terras.
- d) Como política de integração, a aristocracia romana permitia que os povos conquistados mantivessem o controle da terra.
- e) Não houve grandes disputas fundiárias em Roma, a não ser em finais dos séculos IV e V d.C., quando o modo de produção escravista começou a entrar em declínio.



1. Analise a imagem a seguir e responda às questões.



Bridgeman Images/Fotoarena

AFresco produzido por volta de 1550-1450 a.C. exposto no Palácio de Cnossos. Nele, é possível observar o salto de um touro. Creta, Grécia, 2023.

- a) Que tipo de documento está representado na fotografia?
- b) Onde e em que momento o documento foi produzido?
- c) Descreva a cena representada na imagem.
- d) Quais hipóteses a obra nos permite levantar sobre a vida social daquela localidade?

Ficha de estudos



Capítulo 3 – As sociedades europeias: Grécia e Roma

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas e informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones, setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- As primeiras sociedades gregas
- A formação da Grécia Clássica
- Além das fronteiras: Roma
- Guerras e expansão
- O Império Romano

O mundo muçulmano e a Europa

▼ Para começar

1. Você acompanhou a Copa do Mundo de 2022?
2. O que você sabe sobre o Catar, país sede dessa Copa?
3. O que você sabe sobre a cultura árabe, típica do Catar e outros países?



ANP/Alamy/Fotorena

Na abertura desse capítulo, Lionel Messi, capitão da seleção argentina, aparece vestindo o *bisht* – uma espécie de manto decorado com fios de ouro que faz parte da cultura árabe. O Catar é uma nação muçulmana, pautada pelo islã.

Durante a Copa de 2022, o país esteve sob os holofotes da mídia. Se por um lado o evento deu visibilidade para sua cultura e suas tradições, por outro pôs em evidência aspectos socioculturais estranhos ao Ocidente, como a realidade das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Neste capítulo, vamos aprender sobre a história dos países árabes, destacando sua principal religião, o islã.

Lionel Messi, acompanhado do presidente da Fifa (à direita) e do emir do Catar (à esquerda), na entrega da taça da Copa do Mundo de Futebol. Lusail, Catar, 2022.

O islã

Você sabe o que as palavras **islã**, **muçulmano** e **árabe** significam? Islã é o nome da segunda maior religião do mundo, atrás do cristianismo. Islã significa “submissão” (dos fiéis a Deus). Já muçulmano é “aquele que se submete”. O islamismo surgiu na Península Arábica, cujos habitantes são os árabes, ou seja, pessoas que falam o árabe como língua materna e compartilham determinados traços culturais. A forte ligação do islã com a língua e a cultura árabes leva muitos a crer que esses são conceitos equivalentes, mas isso é um equívoco, pois nem todo árabe é muçulmano e há islâmicos que não são árabes.

Península Arábica: território e povos

O islã surgiu na Península Arábica, no Oriente Médio. Na Antiguidade, essa região foi dividida em três partes: a Arábia Petreia, área montanhosa localizada ao norte; a Arábia Feliz, a região mais fértil, localizada no litoral sudoeste; e a Arábia Deserta, território árido composto do restante da península e habitado por povos nômades, os beduínos.

Ainda nesse período, a península ingressou na rota de comércio de **especiarias** da Índia. Por terra, as rotas passavam pela Arábia Petreia e pela Arábia Deserta. Isso favorecia os beduínos, que dominavam a travessia dessas regiões onde a sobrevivência era um desafio. Antes do islã, os povos da península eram politeístas e se dividiam em tribos que disputavam o controle das rotas comerciais e a ocupação dos oásis.

GLOSSÁRIO

Especiarias: temperos, como canela, cravo e pimenta.



Christoph Weigel. Representação da divisão da Arábia na Antiguidade, 1720. Em amarelo, vemos a Arábia Petreia, em verde, a Arábia Deserta e, em rosa, a Arábia Feliz.

Biblioteca do Congresso, Washington DC.



Almaps

Fonte: GIRARDI, G.; ROSA, G. V. *Atlas geográfico do estudante*. São Paulo: FTD, 2011. p. 100.

Maomé e o islamismo

A partir do século VII, a história dos povos árabes foi muito influenciada por Maomé (ou Muhammad). Ele teria nascido na cidade de Meca, em 571, e atuado como pastor e mercador até por volta dos 40 anos, quando teria recebido a visita do anjo Gabriel, que lhe revelou as palavras (versos) enviadas por Alá (Deus). A compilação desses versos forma o Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos.

Ao iniciar sua pregação em Meca, Maomé entrou em conflito com as elites locais. Como a maioria das tribos beduínas, essas elites eram politeístas, enquanto o islã, fundado por Maomé, cultuava um único Deus. Isso obrigou Maomé a fugir para Iatreb, posteriormente chamada de Medina an Nabi (Cidade do Profeta). De Medina ocorreu a expansão islâmica pela Península Arábica. Em 630, Maomé capturou Meca, vencendo antigos oponentes.

Características do islamismo

O islamismo é uma religião abraâmica, como o judaísmo e o cristianismo. Essas religiões têm sua origem em Abraão, que, na tradição islâmica, teria construído a Caaba. Embora a Península Arábica fosse majoritariamente politeísta ao tempo de Maomé, havia a presença significativa de judeus e cristãos, que muito influenciaram o Profeta, que reconhecia seus textos santos, profetas e o próprio Cristo como precursores do islã.

O livro sagrado do islã é o Alcorão, tido como a transcrição da palavra de Alá ditada pelo anjo Gabriel ao profeta. Para os islâmicos, o Alcorão é a principal fonte da *sharia*, palavra que pode ser traduzida como “o caminho”. Na atualidade, há grupos e regimes islâmicos autoritários que interpretam a *sharia* como um conjunto de leis sagradas a fim de reforçar e manter seu poder. No entanto, para muitos muçulmanos, a *sharia* é apenas uma orientação espiritual, e não a base para leis impostas para toda a sociedade.

Muçulmanos oram em volta da Caaba. Antes do islã, a Caaba já era sagrada para povos locais. Meca, Arábia Saudita, 2023.

SATRIA NANGISAN/Shutterstock.com



A expansão do islamismo

A partir do século VII, a religião islâmica se expandiu, unificando a Península Arábica e atingindo todo o Oriente Médio, o Norte da África, o atual Paquistão e a Península Ibérica, na Europa. Mais do que a propagação da religião, tal processo representou uma conquista militar dos povos árabes sobre as regiões vizinhas. Podemos dividir esse movimento em três fases.

Liderança de Maomé (622-632): a partir da conquista de Meca, o islamismo ganhou mais adeptos, enquanto o profeta liderava a unificação das diferentes tribos, povos e cidades da Península Arábica. Elementos como o fim das guerras internas e a coesão cultural permitiram aos árabes as conquistas seguintes.

Califado Ortodoxo (632-661): após a morte de Maomé, os muçulmanos dividiram-se em dois grupos: os xiitas, que admitiam apenas membros consanguíneos de Maomé como sucessores; e os sunitas, que defendiam a sucessão por qualquer muçulmano. Inicialmente, os sunitas prevaleceram e Abu Bakr, genro do profeta, foi escolhido, tornando-se o primeiro califa (título do chefe de Estado no comando de uma comunidade muçulmana). Ele e seus sucessores iniciaram a expansão para territórios controlados pelos impérios Bizantino e Sassânida.

Califado Omíada (661-750): o árabe se tornou a língua oficial do império e a sucessão do califado tornou-se hereditária. Foi um período de relativa estabilidade, no qual a expansão islâmica atingiu seu auge.

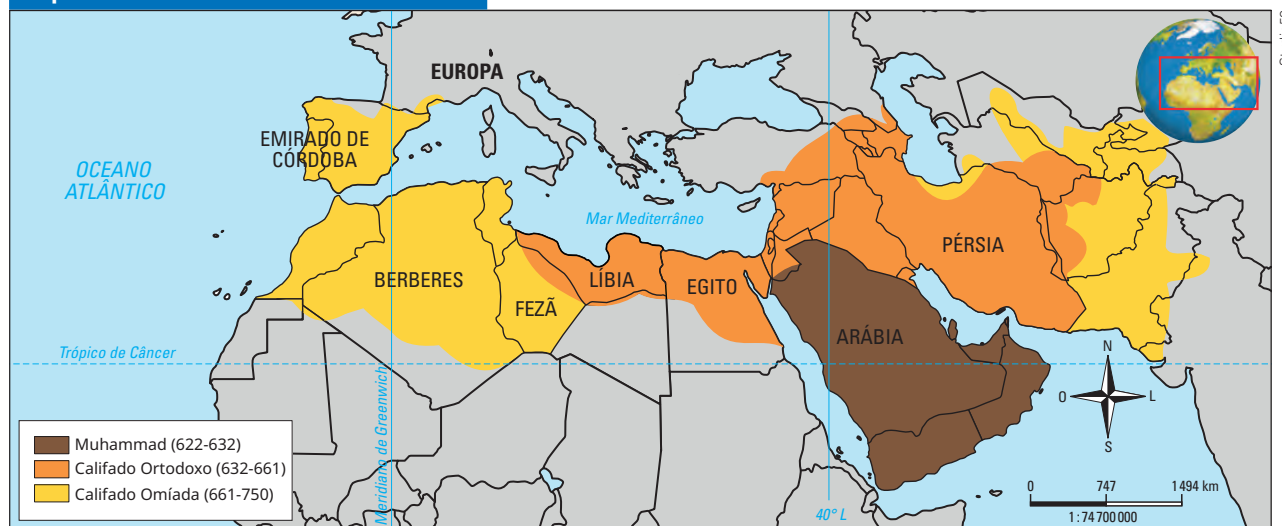
Ao fim do califado omíada, o Império Islâmico vivia um período bastante próspero, que permitiu, durante o Califado **Abássida** (750-1258), o surgimento da chamada “Era de Ouro do Islã”, marcada por um grande desenvolvimento econômico, intelectual e artístico. Além da transferência da capital para Bagdá, essa época foi também marcada por rupturas na unidade do império, com o surgimento de califados independentes no Norte da África e na Península Ibérica.

GLOSSÁRIO

Abássida:

dinastia que alegava descender de Al-Abbas, tio de Maomé.

Expansão islâmica – Séculos VII-IX



Studio58

Fonte: NETCHEV, S. Islamic Conquests in the 7th-9th Centuries. *World History Encyclopedia*, Surrey, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/image/14212/islamic-conquests-in-the-7th-9th-centuries/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Outros impérios de povos islamizados

A expansão do Império Islâmico também foi uma expansão da cultura e da língua árabes. Isso decorreu da ocupação, mas também teve razões religiosas. Para os islâmicos, o Alcorão (ou Corão) não deve ser traduzido, o que estimulou a difusão da língua árabe. A despeito disso, a conversão ao islã não implica a adoção do árabe. Diversos povos que se tornaram majoritariamente islâmicos mantiveram suas línguas, costumes e tradições. É o caso do Irã, onde se fala a língua persa.

Historicamente, o Império Árabe foi sucedido por mongóis e turcos, que também aderiram ao islamismo sem adotar o idioma. Em 1258, no período abássida, Bagdá foi tomada pelo Império Mongol, iniciado por Gêngis Khan, que havia conseguido unificar as tribos mongóis e conquistar a China, em 1219. Outro império que também contribuiu com a propagação do islamismo foi o Império Turco-Otomano. Uma de suas conquistas mais importantes foi a da cidade de Constantinopla, em 1453, sob a liderança de Muhammad II, levando ao fim o Império Bizantino.

Expansão islâmica na Península Ibérica

A partir do século V, grande parte da Península Ibérica foi controlada pelos visigodos, um povo germânico. No início do século VIII, todavia, o Reino Visigodo vivia uma crise política. Além disso, os judeus que viviam na região eram perseguidos pela maioria cristã.

No mesmo período, o islamismo se expandia vigorosamente. Com o apoio de visigodos aliados do poder e dos judeus então perseguidos, os islâmicos conquistaram a Península Ibérica a partir de 711. Em dois anos, o Reino Visigodo foi destruído. Entre os séculos VIII e XV, quase toda a Ibéria foi governada por árabes e **berberes** islamizados. Os cristãos se refugiaram no norte, onde organizaram o processo de Reconquista, findo em 1492, com a queda de Granada.

A vida em Al-Andalus

Os árabes chamavam a Península Ibérica de Al-Andalus, sendo a parte mais a oeste conhecida como Al-Garb. Essa é a origem da Andaluzia e do Algarve, regiões de Espanha e Portugal, respectivamente. Embora inicialmente a península estivesse submetida ao Império Árabe, ela se tornou independente e viveu momentos de maior ou menor centralização e independência em relação às potências muçulmanas. Portanto, não houve uma única Al-Andalus como estrutura política estável durante a longa ocupação islâmica.

Do ponto de vista econômico, o domínio islâmico permitiu maior integração da península às rotas comerciais árabes, levando ao enriquecimento da região, assim como ao desenvolvimento urbano, intelectual e cultural. Em comparação aos reinos cristãos no mesmo período, havia relativa tolerância religiosa. Judeus gozavam de mais liberdade e os cristãos não eram obrigados a abandonar suas crenças.

Com relação à população, apesar da migração de árabes e berberes, os cristãos seguiram em maior número. Ao longo da Reconquista, conforme os reinos cristãos retomavam os territórios dos muçulmanos, descendentes de árabes, berberes e ibéricos islamizados, além de judeus, passaram a ser perseguidos. Mesmo quando se convertiam ao cristianismo (espontaneamente ou não), o estigma persistia.

Saberes e culturas no mundo islâmico

Durante a Idade Média, o mundo islâmico se destacou na produção cultural e na inovação tecnológica, artística e filosófica. O Califado Abássida, que incluía regiões como a Península Ibérica e a Península Índica, foi um dos mais ricos. Durante a “Era de Ouro do Islã”, a capital do império, Bagdá, foi um forte polo intelectual, produzindo, preservando e difundindo conhecimentos. Vários tratados filosóficos da Antiguidade Clássica, por exemplo, só chegaram à atualidade por terem sido traduzidos para o árabe, guardados em bibliotecas e compartilhados entre os sábios da época.

A filosofia estava profundamente ligada às reflexões teológicas, campo no qual se destacou o persa Al Ghazali (1058-1111), que questionou o pensamento aristotélico e utilizou técnicas filosóficas clássicas para refutar posturas céticas ao islamismo. A circulação de ideias no mundo árabe também favoreceu o desenvolvimento de muitos saberes e técnicas, como o sistema numérico indo-arábico, que utilizamos. Os árabes também criaram importantes produções artísticas e literárias. A obra *As mil e uma noites* é um exemplo. Ela apresenta uma compilação de contos e personagens populares do Oriente Médio e do Sul da Ásia, como Aladdin, Simbad e Ali Babá.

Outro pensador árabe importante foi Avicena (980-1037), que escreveu profusamente sobre diferentes áreas do saber, inspirando pensadores de diversas culturas, incluindo a grega, a persa e a indiana. Seus escritos sobre medicina se tornaram conhecidos em todo o mundo.



Biblioteca Nacional, Paris. Fotografia: Niday Picture Library/Alamy/Fotografia

Ilustração de Rachid Ad-Din mostrando a conversão do líder persa Gazã, antes budista, ao islã. Século XIV.

GLOSSÁRIO

Berberes: povos do Norte da África, de maioria muçulmana.



Eraza Collection/Alamy/Fotografia

Cânone da medicina, de Avicena (980-1037). A obra é formada de um extenso compilado de informações médicas e anatômicas.

Entre as construções da ocupação islâmica na Península Ibérica, está a Mesquita de Córdoba, na Espanha, convertida em Catedral Nossa Senhora da Assunção após a conquista cristã.



VD Image Lab/Shutterstock.com

Legados árabes e islâmicos

Colonizado por Portugal, o Brasil também herdou diversas manifestações da cultura árabe e de povos islamizados. Isso se deve, antes de tudo, à presença desses povos na Península Ibérica até o início do século XV. Nas Grandes Navegações, os ibéricos utilizaram técnicas e saberes incorporados durante a ocupação islâmica. Entre eles estão a bússola e o astrolábio. Na arquitetura, características árabes foram trazidas ao Brasil durante a colonização. A língua portuguesa também foi influenciada pelo árabe, que deu origem a palavras como açúcar, enxaqueca, garrafa e outras.

Vale destacar que a presença da cultura de árabes e povos islamizados na história do Brasil não chegou somente pelos europeus. Africanos islamizados e, posteriormente, sírios, libaneses e outros imigrantes árabes, islâmicos ou não, se estabeleceram no Brasil, trazendo consigo sua cultura e tradições.

Catedral Nossa Senhora da Assunção. Córdoba, Espanha, 2022.

Para ampliar

Assista

Malcolm X, direção de Spike Lee (Warner Bros., 1992, 202 min). O filme apresenta a biografia de Malcolm X, líder negro convertido ao islamismo.



Warner Bros

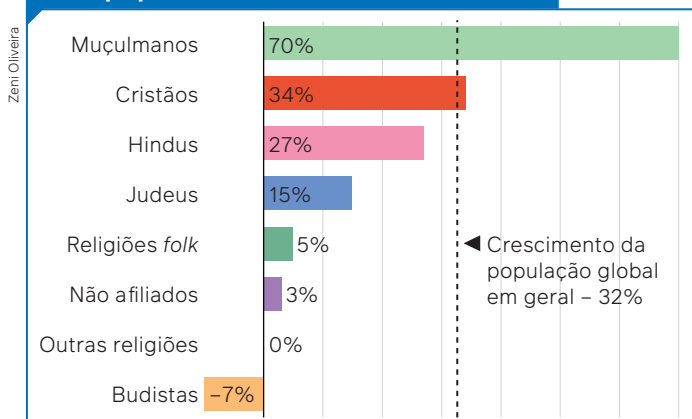
O islã no mundo contemporâneo

Atualmente, há uma tensão entre países árabes (e outras nações islâmicas do Oriente Médio, como o Irã) e as potências ocidentais (sobretudo os Estados Unidos). Os ataques iranianos a Israel, no contexto dos conflitos em Gaza, em 2024, mostram bem essas animosidades, potencializadas ao longo dos séculos XIX e XX pelo imperialismo euro-estadunidense e pelas disputas intrarregionais. Grupos de muçulmanos radicalizados têm recorrido à violência como instrumento de pressão política, baseados em leituras ortodoxas do Alcorão.

Paralelamente, o islã vive um novo momento de crescimento. Entre as razões desse crescimento, destacamos duas. Primeiro, a taxa de natalidade dos muçulmanos é maior que a dos praticantes de outras religiões e de pessoas que não têm religião. Além disso, o islã também tem crescido fora de suas bases tradicionais (Oriente Médio, África e Ásia Central). Pesquisas apontam que hoje, na Europa, 4,9% da população é muçulmana, número que pode alcançar 14% até 2050. Nos Estados Unidos, esse percentual é de 1% da população, podendo atingir 2,1% da população em 2050.

Por isso, no Ocidente, diferentes grupos de extrema direita têm utilizado esse crescimento e as ações de radicais islâmicos para justificar discursos islamofóbicos, que só aumentam as tensões culturais.

Estimativa de crescimento das religiões mais populares do mundo – 2015-2060



Fonte: PEW RESEARCH CENTER. *The Changing Global Religious Landscape*. [S. l.]: Pew Research Center, 2017. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/2017/04/05/the-changing-global-religious-landscape/pf_17-04-05_projectionsupdate_change310px-png-4/. Acesso em: 23 ago. 2024.

A Europa Medieval

Segundo a periodização eurocêntrica da história, a Idade Média vai da queda de Roma (476) até a tomada de Constantinopla pelos otomanos (1453). Muitas pessoas associam esse período ao obscurantismo e ao declínio cultural em relação à Antiguidade. Mas essa percepção, oriunda do Renascimento, idealizava a Antiguidade e via a cultura medieval como atrasada e empobrecida. Mas será que essa interpretação é correta?

A Idade Média, por exemplo, marca o surgimento das primeiras universidades europeias, espaços vitais para o desenvolvimento de saberes científicos, filosóficos e religiosos. Nesse período também surgiram novas vertentes filosóficas (como a escolástica), clássicos da literatura (como *A divina comédia*, de Dante Alighieri) e novos estilos arquitetônicos (como o gótico). Conhecida por ser local de encontro das culturas de cristãos, judeus e muçulmanos, no século XIII, a cidade de Toledo, na Espanha, por exemplo, era um importante centro cultural. Esses são alguns dos exemplos opostos à imagem de “idade das trevas”, ainda hoje associada ao Período Medieval.

As fases da Idade Média

A Idade Média é dividida em duas grandes fases: a **Alta Idade Média** (século V ao X) e a **Baixa Idade Média** (século XI ao XV). A primeira abrange o processo de formação dos reinos germânicos, ruralização da sociedade e surgimento dos feudos. Foi também a época do fortalecimento do cristianismo. Já a Baixa Idade Média traz a crise do feudalismo, o revigoramento das cidades e do comércio, além do fortalecimento da burguesia.

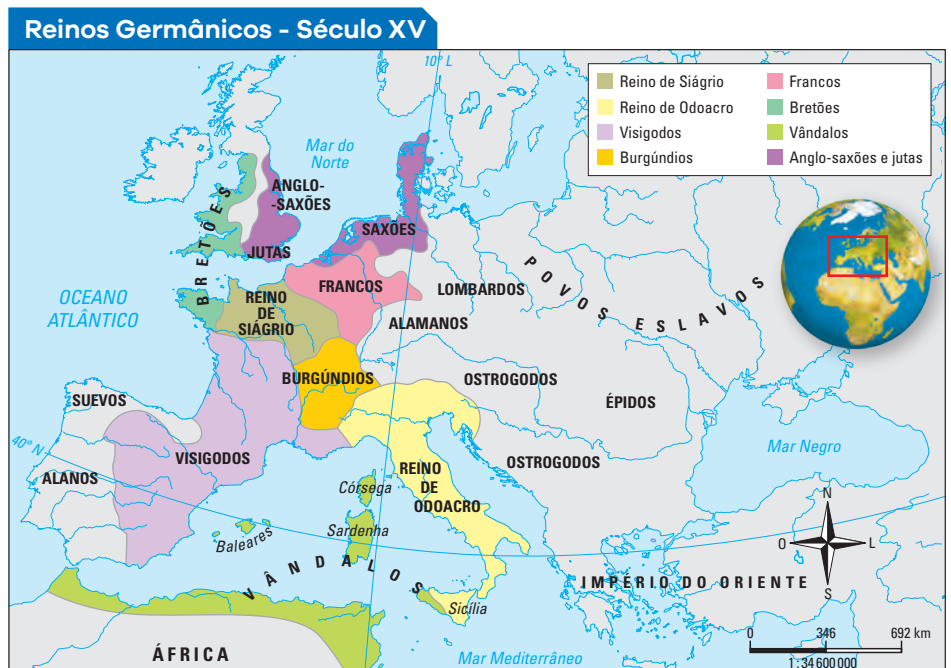
É importante destacar que não existe consenso sobre as datas e os fatos que marcam especialmente o fim da Idade Média. Muitos apontam o ano de 1453, como dito anteriormente, já outros indicam 1492, ano da chegada de Colombo à América e da expulsão dos muçulmanos de Granada. Por fim, autores como Jacques Le Goff defendem que o medieval vai até o final do século XVIII.

Formação dos reinos germânicos e expansão dos Francos

Após as invasões germânicas, o Império Romano do Ocidente se fragmentou em reinos que combinaram elementos romanos e germânicos. Essas invasões perduraram ao longo da Alta Idade Média, somadas às incursões dos árabes no sul e sudoeste e dos *vikings* no norte, além dos eslavos, no leste. Nesse contexto, as pessoas abandonaram as cidades em direção às áreas rurais, onde encontraram castelos e residências fortificadas de senhores para os quais pediram proteção.

O Reino Franco foi um dos principais reinos germânicos. Entre 481 e 511, ele ocupou a região da Gália, atual França. Em 496, o rei Clóvis se converteu ao catolicismo e se aproximou da Igreja Católica. Por meio da doação de terras conquistadas para a Igreja e para chefes militares, Clóvis fortaleceu seu poder e consolidou a Dinastia Merovíngia.

Com a morte de Clóvis, o território foi dividido entre herdeiros do trono. O governo passou a ser exercido pelos *major domus* (os administradores do palácio). Um deles foi Carlos Martel, que venceu os muçulmanos na Batalha de Poitiers (732), sendo visto como o “salvador da cristandade”. Seu filho, Pepino, o Breve, inaugurou a Dinastia Carolíngia e fortaleceu a aliança com a Igreja, doando ao papado terras na Península Itálica, denominadas Patrimônio de São Pedro.



Fonte: ALBUQUERQUE, M. M. de. et al. *Atlas histórico escolar*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Fename, 1997, p. 82.

O Império Bizantino

GLOSSÁRIO

Bizâncio:

nome de uma colônia grega fundada em 658 a.C. Sobre suas ruínas, o imperador romano Constantino fundou a cidade de Constantinopla, em 330 d.C.

Cruzadas:

expedições organizadas pelos cristãos durante a Idade Média para tomar Jerusalém dos muçulmanos.

Enquanto o Império Romano do Ocidente caía frente aos germânicos, a parte oriental, conhecida como Império Bizantino, sobreviveu por mais mil anos. Sua capital era Constantinopla, antiga **Bizâncio**, hoje Istambul, na Turquia. Localizada entre a Europa e a Ásia, Constantinopla era passagem de importantes rotas comerciais. Por ali entravam seda, joias, porcelanas e valiosas especiarias. Rodeada por grandes muralhas, Constantinopla atraía diferentes povos (gregos, egípcios, semitas, sírios, entre outros), o que fazia dela uma cidade cosmopolita.

Governo e religiosidade

O Império Bizantino era governado por um imperador, o *basileu* (termo grego que significa “rei”), tido como representante de Deus na Terra. A difusão do cristianismo contribuiu para a união do império e para fortalecer o poder do governante, chefe do exército e responsável pela escolha do patriarca, o cargo máximo da Igreja Bizantina. A superioridade do imperador em face do patriarca é denominada **cesaropapismo**.

Justiniano foi um dos grandes imperadores bizantinos, governando de 527 a 565. A atuação política de sua esposa, Teodora, foi essencial para vários feitos, como a compilação das leis romanas, o *Corpus Juris Civilis*, que está na base de muitos códigos civis da atualidade. Ela também contribuiu para a definição de estratégias que resultaram na retomada de regiões ocupadas pelos povos germânicos no Ocidente, como a Península Itálica, incluindo a cidade de Roma, o Norte da África e o sul da Península Ibérica, levando o império à sua máxima extensão.

A arte bizantina

A arte bizantina tem íntima relação com a religiosidade cristã, difundindo os seus valores e o poder espiritual do imperador. Ela misturou a herança da Antiguidade Greco-Romana com influências orientais e cristãs. As pinturas, os mosaicos e os afrescos retratam personalidades importantes, como o imperador e a imperatriz, que aparecem com auréolas ao redor da cabeça. Em algumas cenas, eram representados ao lado de Cristo ou da Virgem Maria.

Para ampliar

Assista

O incrível exército de Brancaleone,

direção de Mario Monicelli (Fair Films, 1966, 120 min).

Conta a história do cavaleiro Brancaleone e de seu exército maltrapilho, fazendo referência às invasões de *vikings*, muçulmanos e normandos, bem como à presença bizantina na Itália.

SvetlanaSF/Shutterstock.com



Mosaico da Santíssima Mãe de Deus que retrata a Virgem Maria, o menino Jesus, o imperador Justiniano (à sua direita) e o imperador Constantino I (à sua esquerda).

Basilica de Santa Sofia, Istambul, Turquia, 2023.

O fim do império

O declínio do Império Bizantino teve início em 565, após a morte de Justiniano. No início do século VII, os persas ocuparam as províncias da Síria, da Palestina e do Egito, retomadas pelos bizantinos no governo de Heráclito. O Império Bizantino também enfrentou o expansionismo ocidental. Na Quarta **Cruzada**, por exemplo, Veneza saqueou Constantinopla. Durante o século XIV, os turco-otomanos expandiram-se pelos Balcãs e pela Ásia Menor, limitando o império à cidade de Constantinopla. Por fim, em 1453, Constantinopla foi ocupada pelos turco-otomanos, que mudaram seu nome para Istambul.



Fair Films Production/Lees Films Marceau

O Império Carolíngio

Em 768, Carlos Magno assumiu o trono do Reino Franco. Durante seu reinado, ele conquistou vários territórios, como o Reino Lombardo, na Península Itálica. O governante também ajudou militarmente o papa Leão III, que sofria ameaças da nobreza local. Como retribuição, em 800 recebeu o título de Carlos Augusto, imperador dos romanos. Assim surgia o Império Carolíngio, tentando restaurar o Império Romano do Ocidente.

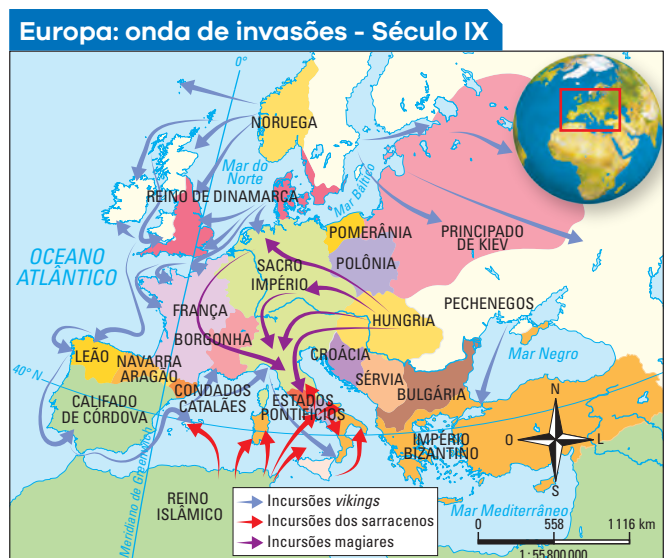
A aliança era interessante para o papa porque, dessa forma, Carlos Magno ampliava o poder temporal da Igreja. Para o imperador, o título legitimava seu poder e suas conquistas, pois fazia dele um imperador coroado por Deus. Carlos Magno governou da cidade de Aachen (atual Alemanha) e procurou manter o controle do império pela formulação de leis escritas, chamadas *leis capitulares*, baseadas nas tradições e nos costumes dos francos. Os territórios entregues aos seus vassallos eram fiscalizados pelos “enviados do senhor” (*missi dominici*), que escutavam as queixas da população e garantiam o cumprimento do juramento de fidelidade ao imperador.

Divisão do Império Carolíngio

Com a morte de Carlos Magno em 814, o trono foi ocupado por seu único filho, Luís, o Piedoso, que governou até sua morte, em 840. Teve início, então, uma disputa entre os seus três filhos, que durou até que o Tratado de Verdun (843) dividiu o Império Carolíngio em três partes: a ocidental, que ficou com Carlos, o Calvo; a central, com Lotário; e a oriental, que ficou com Luís, o Germânico.

A fragmentação do Império Carolíngio ocorreu ao mesmo tempo que uma nova onda de invasões na Europa ocidental. Essas invasões contribuíram para o surgimento de um novo tipo de sociedade na Europa: as sociedades feudais.

Fonte: FRANCO JÚNIOR, H.; ANDRADE FILHO, R. *Atlas de História Geral*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 21.



O feudalismo e as relações feudo-vassálicas

No Império Carolíngio, as terras doadas a guerreiros em troca de ajuda militar foram denominadas feudos. O termo feudalismo foi criado por historiadores no século XVI para se referir à organização política, econômica e social vigente na Europa centro-ocidental durante a Idade Média. A divisão do Império Carolíngio contribuiu para enfraquecer o poder dos reis e para aumentar o poder desses guerreiros.

Os guerreiros donos dos feudos passaram a ser os nobres senhores feudais. O recebimento de um feudo estabelecia relações de dependência entre quem doava a terra, o **suserano**, e quem a recebia, o **vassallo**. Essas relações feudo-vassálicas eram estabelecidas na cerimônia de investidura, na qual o suserano oferecia o feudo e a proteção em troca de lealdade. O vassallo, em contrapartida, jurava fidelidade, prometendo lutar ao lado do suserano caso ele sofresse um ataque ou organizasse uma conquista.

Era comum que os nobres vassallos também doassem parte dos seus feudos para outros nobres. Dessa forma, um senhor podia ser, ao mesmo tempo, suserano de um nobre e vassallo de outro, originando uma intrincada rede interpessoal. O rei, por sua vez, era o “senhor dos senhores”. Quanto maior sua “rede de vassallos”, maior sua autoridade.

Para que não fossem muito fragmentados, os feudos não eram divididos entre os filhos de um mesmo senhor. O único herdeiro era o filho primogênito. Os mais jovens podiam se tornar cavaleiros, atuando na defesa do feudo, ou ingressar na Igreja. Já as filhas tendiam a se casar com outros senhores feudais ou ingressar na vida religiosa.



Manuscrito *Homenagem do condado de Clermont-en-Beauvais* (1373-1376), século XVII, França. A iluminura apresenta a cerimônia de vassalagem e suserania.

As relações de servidão

Enquanto a vassalagem era um compromisso entre nobres, as relações de servidão ocorriam entre um senhor feudal e aqueles que viviam e trabalhavam no seu feudo. Durante as invasões germânicas, muitos habitantes das cidades se deslocaram para as áreas rurais. Essas pessoas, que eram livres, mas não possuíam terras, passaram a trabalhar para grandes proprietários em troca de proteção.

O senhor permitia que essas famílias de colonos vivessem em áreas menos férteis de sua propriedade, onde plantavam para subsistência. Uma parte do que produziam deveria ser entregue ao senhor. Além disso, eram obrigados a trabalhar no cultivo das melhores terras do feudo e entregar toda a produção ao seu senhor. Com o tempo, os colonos tornaram-se servos. A condição de **servo** era transmitida aos seus descendentes, que deviam permanecer no feudo, submetidos à autoridade do senhor. Por meio das relações de servidão, nobres e clérigos exploravam o trabalho dos camponeses, oprimindo-os.

A organização dos feudos

O senhor feudal definia as regras e aplicava a justiça no seu feudo, sem interferência do rei, evidenciando uma **descentralização do poder**. O rei também tinha o próprio feudo, além do domínio real e de reinar indiretamente sobre os feudos dos senhores dos quais era suserano.

No feudo, além dos servos, havia os **vilões**, pequenos proprietários de terras que descendiam dos antigos romanos. Com o clima de insegurança, eles cederam suas terras aos senhores feudais em troca de proteção. Ao contrário dos servos, eles possuíam maior autonomia, podendo trabalhar para diferentes senhores, constituindo uma variante das relações servis.

A servidão era diferente da escravidão. Os servos, por exemplo, podiam se casar e constituir família, o que não era permitido aos escravizados. Ainda que os servos vivessem submetidos ao senhor feudal, eles não eram propriedade dele. Na escravidão, o indivíduo era tido como mercadoria.

A divisão social

A sociedade feudal era desigual e hierárquica, com grupos sociais definidos pelo nascimento e pela baixa mobilidade social. O cristianismo dividia o poder entre o espiritual, exercido pela Igreja, e o temporal, exercido pelos nobres, reis ou imperadores. O papa era tido como sucessor do apóstolo Pedro, tendo dignidade mais elevada que a dos reis. Por seu intermédio, os reis recebiam a “graça de Deus” e tinham legitimado seu poder temporal.

De acordo com a Igreja da época, Deus determinou tarefas para cada uma das três ordens ou estamentos: os clérigos (*oratores*) oravam para a salvação de todos; os nobres (*bellatores*) lutavam para proteger o povo; e os camponeses (*laboratores*) trabalhavam para o sustento de todos. A boa execução dessas tarefas era vital para o equilíbrio da sociedade.

Iluminura presente na obra *Li Livres dou Santé*, de Aldebrandin de Siena, século XIII, representando um clérigo, um cavaleiro e um camponês.



Biblioteca Britânica, Londres

As mulheres na sociedade medieval

A sociedade medieval era patriarcal, prevalecendo o poder masculino sobre as mulheres. A aristocracia e a Igreja esperavam que elas se dedicassem ao casamento ou à vida religiosa. Na Igreja, atuavam em geral como freiras, sem altos cargos na hierarquia eclesiástica. Mas, embora os costumes indicassem uma postura submissa, muitas mulheres agiram de modo ativo em suas vidas, exercendo outros papéis além do de esposas, mães ou religiosas.

Algumas mulheres da nobreza herdaram o título e as propriedades da família, gerindo feudos e reinos. Foi o caso de Leonor de Aquitânia (1122-1204), que administrou suas terras, participou da Segunda Cruzada e foi patrocinadora das artes. Já as mulheres camponesas, quando viúvas, passavam a trabalhar no lote da família, pagar as obrigações feudais, comercializar e cuidar dos filhos. Nas cidades, as mulheres trabalhavam como artesãs, professoras, **copistas** e **boticárias**. As mulheres burguesas podiam atuar ao lado do pai ou do marido, sucedendo-os nos negócios em caso de morte.

GLOSSÁRIO

Boticário: profissional que atuava em farmácia ou botica; farmacêutico.

Copista: profissional que copiava livros manualmente.

A vida no feudo

Nos feudos, os senhores desfrutavam de autonomia política e jurídica. Economicamente, quase tudo que seus habitantes necessitavam era produzido dentro das propriedades. A base da economia feudal era a agricultura, mas também se praticavam a pecuária e o artesanato.

Os feudos tinham um moinho que servia para moer grãos e martelar metais. Para utilizá-lo, assim como o forno, os servos pagavam a **banalidade**. No bosque ou nas terras comuns, os camponeses caçavam e colhiam frutos e vegetais, retiravam lenha para o fogo e madeira para as construções. Como o comércio era limitado, era comum o **escambo**, isto é, a troca de produtos ou serviços entre os camponeses. Nas vilas medievais (burgos), viviam artesãos e comerciantes.

O castelo, residência do senhor e sua família, era rodeado por muralhas. Nas guerras, os moradores do feudo se dirigiam para lá. Os camponeses trabalhavam nas terras do senhor – o **manso senhorial** – e nas terras em que viviam – o **manso servil**. Eles trabalhavam por três dias da semana no manso senhorial, cumprindo a **corveia**. Parte da produção do manso servil também era entregue ao senhor, a chamada **talha**. Além da lavoura, os camponeses cuidavam de carneiros, porcos e bois, muitos pertencentes ao senhor. A banalidade, a corveia e a talha eram parte dos tributos e obrigações que os servos deviam ao senhor feudal.

Autor desconhecido. *As riquíssimas horas do duque de Berry*, século XV. Iluminura representando as lavouras diante do castelo de Lusignan, França.



Museu Condé, Chantilly

A Igreja Católica e o feudalismo

A Igreja Católica exercia forte poder nesse período, seja por suas terras e exércitos, seja pelo poder espiritual. Os clérigos difundiam valores de passividade e subordinação diante daqueles que protegiam suas almas (os membros da Igreja) e seus corpos (a nobreza e o rei). Em um contexto de guerras, epidemias e fome, os ensinamentos cristãos traziam conforto aos fiéis, estimulando a criação de um imaginário formado por dicotomias como céu e inferno, anjos e demônios, Deus e o diabo.

Os membros da Igreja se dividiam em dois grupos: alto clero e baixo clero. O alto clero era formado por nobres sem títulos ou terras, que ocupavam altos cargos eclesiásticos, como bispos, arcebispos, cardeais, abades e papas. Letrados, ajudavam na administração de reinos e feudos, atuando também como conselheiros. A criação do celibato e o voto de castidade a partir do século XII (Concílio de Latrão) garantiram o patrimônio eclesiástico, já que, em tese, os membros da Igreja não teriam herdeiros. Já o baixo clero era composto de não nobres. Esses religiosos eram os padres de paróquias, monges e freiras.

Grande proprietária de terras, a Igreja também recebia muitos **dízimos**, a décima parte dos rendimentos de uma pessoa ou instituição. Com riqueza e influência, além de força militar, a Igreja Católica consolidou o seu poder na sociedade medieval.



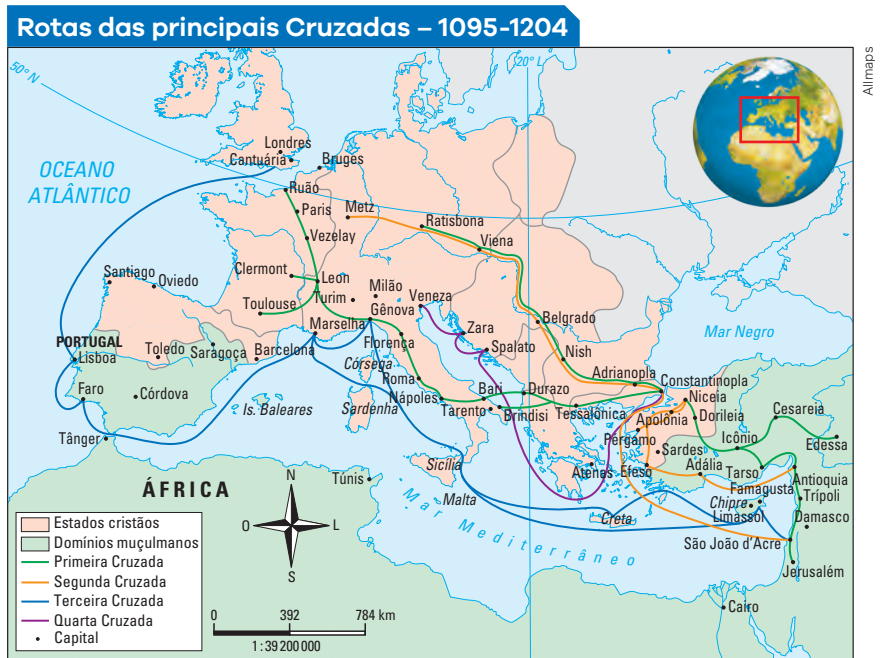
Autor desconhecido. *Primeira Tentação de Cristo: de um Saltério*, c. 1200-1225. Detalhe. Miniatura representando Jesus Cristo em frente a um demônio.

Universidade de Notre-Dame, Indiana

As Cruzadas

Entre os séculos XI e XIII, a nobreza e a Igreja realizaram as Cruzadas, expedições militares para expandir a fé cristã, retomar rotas comerciais sob domínio muçulmano e conquistar novas terras. A primeira foi organizada em 1095 pelo papa Urbano II, para tomar a cidade de Jerusalém.

Entre 1096 e 1270, ocorreram oito Cruzadas: quatro delas na Palestina, duas no Egito, outra no Norte da África e uma em Constantinopla. Em 1099, os cruzados conseguiram conquistar Jerusalém, mas o domínio durou pouco tempo, pois, logo depois, a cidade foi retomada pelo líder muçulmano Saladino. As Cruzadas levaram a muitas mortes e, em sua maioria, foram malsucedidas. No entanto, contribuíram para intensificar as atividades comerciais na Europa, de modo que o Mediterrâneo, antes controlado pelos árabes, passou a ser navegado por mercadores europeus.



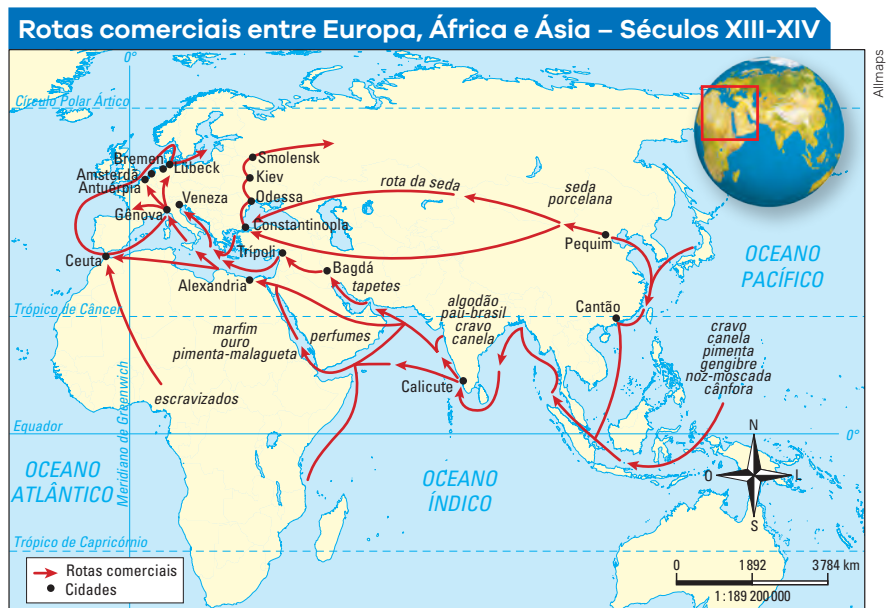
Fonte: DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 47, 57-59.

O revigoramento comercial e urbano dos séculos XII e XIII

A partir da reabertura do Mediterrâneo, cidades como Florença, Gênova e Veneza (que hoje compõem a Itália) e a região de Flandres (atual Bélgica) tornaram-se importantes centros comerciais. Do Oriente, vinham artigos de luxo como seda, porcelana, tapetes e especiarias. Assim, as cidades cresciam e enriqueciam.

Com o fim das Cruzadas, as guerras diminuíram, aumentando a produção de alimentos. Esse crescimento foi impulsionado pelo surgimento de novas ferramentas, como o arado de ferro (ou charrua), e de técnicas agrícolas, como a rotação trienal, que rotacionava as terras cultivadas.

O aumento da produção de alimentos gerou excedentes, permitindo que os camponeses os comercializassem. Ao mesmo tempo, a produção artesanal aumentou, propiciando o surgimento das corporações de ofício (guildas). Pequenas vilas cresceram, originando cidades. A burguesia também prosperou, formando uma camada social intermediária.



Fonte: VICENTINO, C. *Atlas histórico geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 69.



1. Retome o mapa **Rotas comerciais entre Europa, África e Ásia – Séculos XIII-XIV** e responda às questões a seguir.
 - a) Indique o assunto principal representado pelo mapa e seu recorte cronológico.
 - b) Observe a localização de cidades como Constantinopla e Trípoli. Agora, explique a importância dessas cidades nas trocas comerciais daquele período.

Arte e cultura medieval

O revigoramento das cidades foi acompanhado por transformações culturais e religiosas. No século XI, predominavam as igrejas construídas no estilo arquitetônico românico. A partir daí, surgiu o estilo gótico, com torres altas, grandes janelas e vitrais coloridos e decorados. Os mosteiros ajudaram na difusão do conhecimento e no desenvolvimento das artes. Os monges também copiavam textos da Antiguidade Greco-Romana, escreviam livros e os ilustravam com iluminuras, colaborando ao mesmo tempo para a preservação e a disseminação deles.

No medievo também houve o desenvolvimento da escultura, da pintura (com a produção dos afrescos) e da música. Além disso, surgiram as primeiras universidades da Europa, como Bolonha, Oxford e Salamanca. Ainda que a religião continuasse presente, havia crescente interesse nos estudos filosóficos e na busca por explicações racionais sobre os mundos natural e social.

A crise do século XIV

No século XIV, diversos fatores levaram à desarticulação do feudalismo. Um deles foi a **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), que envolveu França e Inglaterra por desentendimentos na sucessão do trono francês. Esse conflito gerou muitas mortes, destruiu campos cultivados, diminuiu a mão de obra disponível, desarticulou rotas comerciais e aumentou tensões sociais. Outro fator foi a fome. Entre 1315 e 1322, ocorreram **mudanças climáticas** que acarretaram mais chuvas, colheitas ruins e encarecimento dos alimentos.

Por fim, em 1347, navios mercantes vindos do Oriente disseminaram a **peste bubônica**. A doença era altamente contagiosa e transmitida pelas vias respiratórias ou pelo contato com as secreções do corpo. Estudos recentes estimam que a peste provocou a morte de cerca de 50 milhões de pessoas na Europa. Muitos viam a tragédia como um castigo divino.



Interior da Catedral de Notre-Dame, no estilo gótico francês. Sua construção iniciou-se em 1163 e levou 182 anos. Paris, França, 2017.



Pierrart dou Tiel. *Abbatum Memoria*, 1347. A iluminura apresenta vítimas da peste bubônica sendo transportadas em caixões para um cemitério fora dos muros da cidade.

Para ampliar

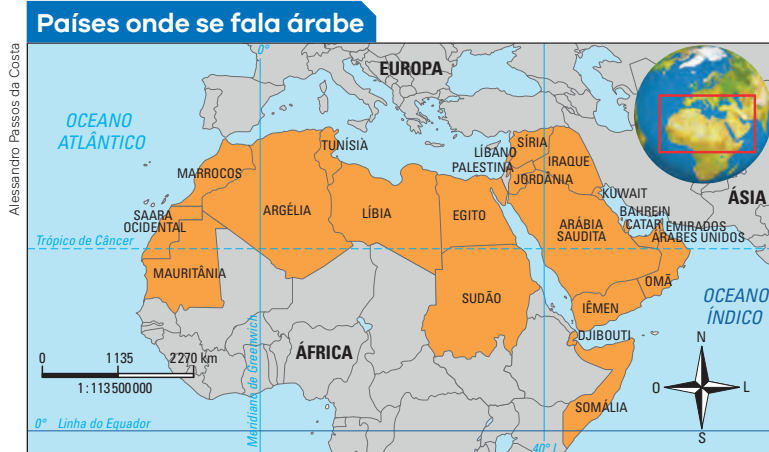
▼ Acesso

Guia Medieval. Disponível em: <https://guiamedieval.webhostusp.sti.usp.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Desenvolvido por universidades latino-americanas, o *site* reúne vídeos, artigos, exposições virtuais, áudios e outros materiais sobre a Idade Média.



1. Descreva os conceitos a seguir e explique a relação deles com o islamismo.
 - a) Religiões abraâmicas.
 - b) *Sharia*.
2. Observe o mapa e responda às perguntas.



Fonte: ATLAS – A Taste of Languages school. Londres: UCL, [20--?]. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/atlas/arabic/intro.html>. Acesso em: 23 ago. 2024.

- a) Relacione os dados do mapa com um processo histórico descrito neste capítulo.
- b) Explique uma característica da religião islâmica que favoreceu essa difusão do idioma árabe.
- c) Os territórios indicados no mapa são os únicos do mundo a praticar a religião islâmica majoritariamente?

3. Observe a fotografia, leia o texto e responda às questões.

Muito se fala sobre a imposição de determinados tipos de vestimenta para as mulheres em países islâmicos, mas, em vários países do mundo, sobretudo na Europa, têm surgido legislações que proíbem ou limitam a utilização de trajes tradicionais muçulmanos. Em geral, como justificativa para essas leis, procura-se associar essas vestimentas com o radicalismo religioso.

- a) Analise como legislações que obrigam ou proíbem determinadas vestimentas podem ser limitadoras das liberdades individuais.
- b) Com base nos dados sobre a população muçulmana no mundo contemporâneo apresentados no capítulo, cite causas políticas e sociais para o surgimento das leis que proíbem a utilização de vestimentas islâmicas.



Manifestação de estudantes muçulmanas contra a proibição do uso do *hijab* (véu islâmico) nas universidades. No primeiro cartaz, lê-se: "Tire as mãos do meu *hijab*". Bruxelas, Bélgica, 2020.

4. Diferencie as relações feudo-vassálicas das relações de servidão.
5. Explique dois fatores que contribuíram para o revigoramento das cidades medievais entre os séculos XII e XIII.
6. Em 713, ao final da expansão islâmica sobre a Península Ibérica, o conquistador árabe Abd al-Aziz e o conde visigodo Teodomiro Gandariz assinaram um tratado de paz em que o segundo reconhecia a derrota. Essa fonte histórica nos oferece informações importantes sobre o regime que seria imposto na região sob o domínio muçulmano. Leia alguns trechos a seguir:

Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Este é o escrito que Abd al Azis dirige a Teodomiro Gandariz e em virtude do qual fica acordado o estado de paz, sob promessa e juramento ante Deus e seu Profeta e Enviado [...] Que a ele, Teodomiro, nada lhe será imposto como superior, nem qualquer um dos seus será privado do que possui; não serão separados de suas mulheres nem de seus filhos, serão respeitadas suas vidas, suas igrejas não serão incendiadas e nem será impedido o culto de sua religião. Será concedida paz mediante a entrega de sete cidades, a saber: Orihuela, Mula, Lorca, Totana, Alicante, Helin e Elche. E isto sempre que o tratado não seja rompido.

Capitulação de MURCIA: Tratado entre Abd al-Aziz e um conde chamado Teodomiro Gandaris. In: LEITE, E. *Ibéria Medieval – Texto e contexto*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2001. p. 22-23.

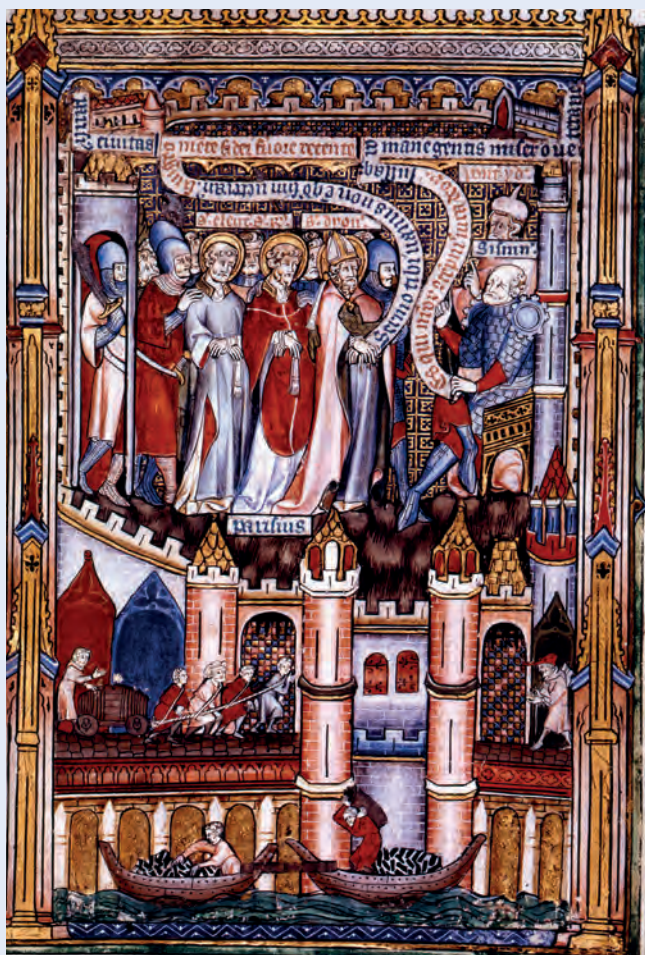
Com base no texto, responda às questões.

- a) De acordo com o tratado, como o nobre visigodo derrotado, Teodomiro, deveria ser tratado?
- b) Retire do texto um trecho que destaque a intenção expressa de tolerância religiosa.

Ferramentas da História



1. A iluminura a seguir representa a cidade de Paris durante a Idade Média. Observe, no centro da iluminura, o nome Parisius. Com base na iluminura e nos conhecimentos desenvolvidos neste capítulo, faça o que se pede.
 - a) Descreva a cena representada.
 - b) Indique os grupos sociais representados na iluminura.
 - c) Quais funções da cidade medieval ganham destaque na imagem?
 - d) Com base em seus conhecimentos, relacione a representação da cidade medieval de Paris apresentada nessa iluminura ao contexto histórico em que ela foi produzida.



Bibliothèque Nationale, Paris. Fotografia: The Print Collector/Alamy/Fotorena

Iluminura de *La vie de Monseigneur Saint-Denis, glorieux apôtre de France* (A vida de Monseigneur Saint-Denis, glorioso apóstolo de França, em português), compilada pelo abade Giles, século XIV.

Ficha de estudos



Capítulo 4 – O mundo muçulmano e a Europa

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O islã
- A expansão do islamismo
- O islã no mundo contemporâneo
- A Europa Medieval
- O Império Bizantino
- O Império Carolíngio
- O feudalismo e as relações feudo-vassálicas
- A vida no feudo
- O revigoramento comercial e urbano dos séculos XII e XIII



1. (Fuvest-SP – 2020)

Ao primeiro brilho da alvorada chegou do horizonte uma nuvem negra, que era conduzida [pelo] senhor da tempestade [...]. Surgiram então os deuses do abismo; Nergal destruiu as barragens que represavam as águas do inferno; Ninurta, o deus da guerra, pôs abaixo os diques [...]. Por seis dias e seis noites os ventos sopraram; enxurradas, inundações e torrentes assolaram o mundo; a tempestade e o dilúvio explodiam em fúria como dois exércitos em guerra. Na alvorada do sétimo dia o temporal [...] amainou [...] o dilúvio serenou [...] toda a humanidade havia virado argila [...]. Na montanha de Nisir o barco ficou preso [...]. Na alvorada do sétimo dia eu soltei uma pomba e deixei que se fosse. Ela voou para longe, mas, não encontrando um lugar para pousar, retornou. Então soltei um corvo. A ave viu que as águas haviam abaixado; ela comeu, [...] grasnou e não mais voltou para o barco. Eu então abri todas as portas e janelas, expondo a nave aos quatro ventos. Preparei um sacrifício e derramei vinho sobre o topo da montanha em oferenda aos deuses [...].

A Epopeia de Gilgamesh, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Com base no texto, registrado aproximadamente no século VII a.C. e que se refere a um antigo mito da Mesopotâmia, bem como em seus conhecimentos, é possível dizer que a sociedade descrita era

- a) mercantil, pacífica, politeísta e centralizada.
 - b) agrária, militarizada, monoteísta e democrática.
 - c) manufatureira, naval, monoteísta e federalizada.
 - d) mercantil, guerreira, monoteísta e federalizada.
 - e) agrária, guerreira, politeísta e centralizada.
2. (Uece – 2022) A respeito da civilização egípcia, uma das mais antigas civilizações do Oriente próximo, o historiador grego Heródoto afirmou ser o Egito um presente do Nilo. Considerando alguns aspectos da sociedade egípcia, é correto afirmar que
- a) o regime de produção predominante no antigo Egito era o de servidão coletiva e todas as terras pertenciam ao Estado.
 - b) o processo de mumificação dos mortos era feito por toda a população egípcia como uma forma de manter sua imortalidade.
 - c) as grandes pirâmides do Egito foram construídas por milhares de trabalhadores escravos.
 - d) os egípcios, por serem politeístas, adoravam vários deuses, mas havia um deus, cujo nome era Amon, que se sobressaía de todos os outros.
3. (Uece – 2023) A História da Grécia se divide em vários períodos: Pré-Homérico, Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico. Sobre esses períodos, é correto afirmar que
- a) a formação da pólis e o movimento de colonização grega ocorreram durante o período Clássico.
 - b) a bipolarização entre Atenas e Esparta, assim como a guerra do Peloponeso, ocorreram durante o período Clássico.
 - c) as Guerras Médicas e a expansão econômica com um maior desenvolvimento do comércio e do artesanato ocorreram durante o período Arcaico.
 - d) a ruralização, a ausência de escrita e a formação dos genos são características do período Pré-Homérico.

4. (Enem – 2012) A figura apresentada é de um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, atual Estado de Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada em:

- a) Cruzadismo – conquista da terra santa.
- b) Patriotismo – exaltação da cultura local.
- c) Helenismo – apropriação da estética grega.
- d) Imperialismo – selvageria dos povos dominados.
- e) Expansionismo – diversidade dos territórios conquistados.



Disponível em: www.metmuseum.org.
Acesso em: 14 set. 2011.

De olho no Enem



A redação do Enem demanda o domínio de diversas competências. Entre elas, as **competências 2 e 3**, que exigem a mobilização de repertório sociocultural e a articulação crítica e coerente desses conteúdos em defesa da tese apresentada pelo estudante. Nesse sentido, o conhecimento adquirido em suas aulas de História, por meio da leitura, dos debates e dos exercícios propostos neste livro, pode ser uma ferramenta fundamental para a qualidade da sua redação.

Competência 2	Competência 3
“Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema [...]”	“Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.”

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.



Arte produzida pelo Inep em comemoração aos 20 anos do Enem, destacando o tema da redação de 2006, “O poder de transformação da leitura”.

A seguir, Paulo Freire discorre sobre o tema.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

[...] Este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. [...] Podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. [...]

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

Considerando o tema de redação do Enem de 2006, “O poder de transformação da leitura”, e com base nos conteúdos e conhecimentos construídos nesta unidade, faça o que se pede.

1. O primeiro passo para pensar na escrita da redação é compreender o tema para poder escolher os repertórios socioculturais a serem mobilizados. Nesse sentido, **identifique** qual é o tema central da proposta de redação Enem 2006.
2. A História pode ser essencial para a escrita da sua redação do Enem. Para isso, é importante pensar de que forma ela pode se relacionar com o tema proposto. Tendo em vista essa observação, **cite** um repertório sociocultural da História relacionado ao tema da redação Enem 2006.
3. A introdução é fundamental na sua escrita. É nela que a **competência 2** poderá ser trabalhada. Você deve apontar qual será a sua tese, ou seja, a principal ideia que será defendida no seu texto, e aplicar o repertório histórico como argumento que fundamentará essa ideia. Sendo assim, **elabore** um parágrafo introdutório aplicando o repertório histórico citado na questão anterior.
4. Após compreender o tema, aplicar o repertório e escrever a introdução, é o momento de executar a **competência 3**. **Escreva** um parágrafo dissertativo-argumentativo que desenvolva o repertório sociocultural escolhido.

Estudos científicos revelam novas informações sobre a origem do ser humano



Omri Eliyahu/Shutterstock.com

De acordo com estudos científicos, a população africana que vive atualmente no continente apresenta maior variedade genética em relação a outras populações. Mulheres cantando na Cidade do Cabo, África do Sul, 2019.

Nos últimos anos, cientistas vêm questionando as teorias a respeito da origem humana na terra. A ideia original de que o *Homo sapiens* teria surgido de uma única população africana tem dado lugar a outras teorias. Os estudos de Svante Pääbo, pesquisador do Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva, na Alemanha, apontam que:

[...] nossa espécie *Homo sapiens*, há milhares de anos, copulou com outras espécies de homínídeos, como neandertais e denisovanos, gerando descendentes que originaram as populações atuais do homem moderno. Além disso, mostraram que as populações atuais carregam, em seu DNA, traços do genoma 'arcaico', herdado dessas espécies ancestrais.

STARIOLO, M. Nobel de Medicina premia pesquisas que deram origem ao campo do estudo genético da pré-história humana. *Jornal da Unesp*, São Paulo, 31 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/03/nobel-de-medicina-premia-pesquisas-que-deram-origem-ao-campo-do-estudo-genetico-da-pre-historia-humana/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

A interação de nossos ancestrais após a saída da África tem se tornado cada vez mais evidente. As pesquisas de Pääbo contribuíram para desenvolver as hipóteses que apontam para o cruzamento entre diferentes espécies, incluindo o *Homo sapiens* e neandertais. Mas como teria sido a interação e a comunicação entre eles? Existiriam alguns grupos híbridos? Algumas perguntas ainda seguem sem resposta.

Uma pesquisa liderada por Brenna Henn, geneticista da Universidade da Califórnia em Davis, indica que:

[...] diversos grupos ancestrais africanos contribuíram para o surgimento do *Homo sapiens*, formando uma espécie de mosaico. Eles migraram de uma região para outra e se misturaram com os demais, em um processo que durou centenas de milhares de anos.

CUETO, J. C. O estudo que desafia o que sabemos sobre a origem do ser humano. *BBC News Brasil*, [s. l.], 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx042z4482qo>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Ainda sobre o tema, em 2018, a arqueóloga Eleanor Scerri, do Instituto Max Planck, participou de um estudo para identificar as bases das descobertas mais recentes. De acordo com a arqueóloga:

[...] nós analisamos dados arqueológicos, fósseis, genéticos e climáticos e defendemos que os seres humanos evoluíram a partir de diversas populações na África. Chamamos este modelo de multirregionalismo africano ou modelo estruturado pan-africano.

CUETO, J. C. O estudo que desafia o que sabemos sobre a origem do ser humano. *BBC News Brasil*, [s. l.], 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx042z4482qo>. Acesso em: 23 ago. 2024.

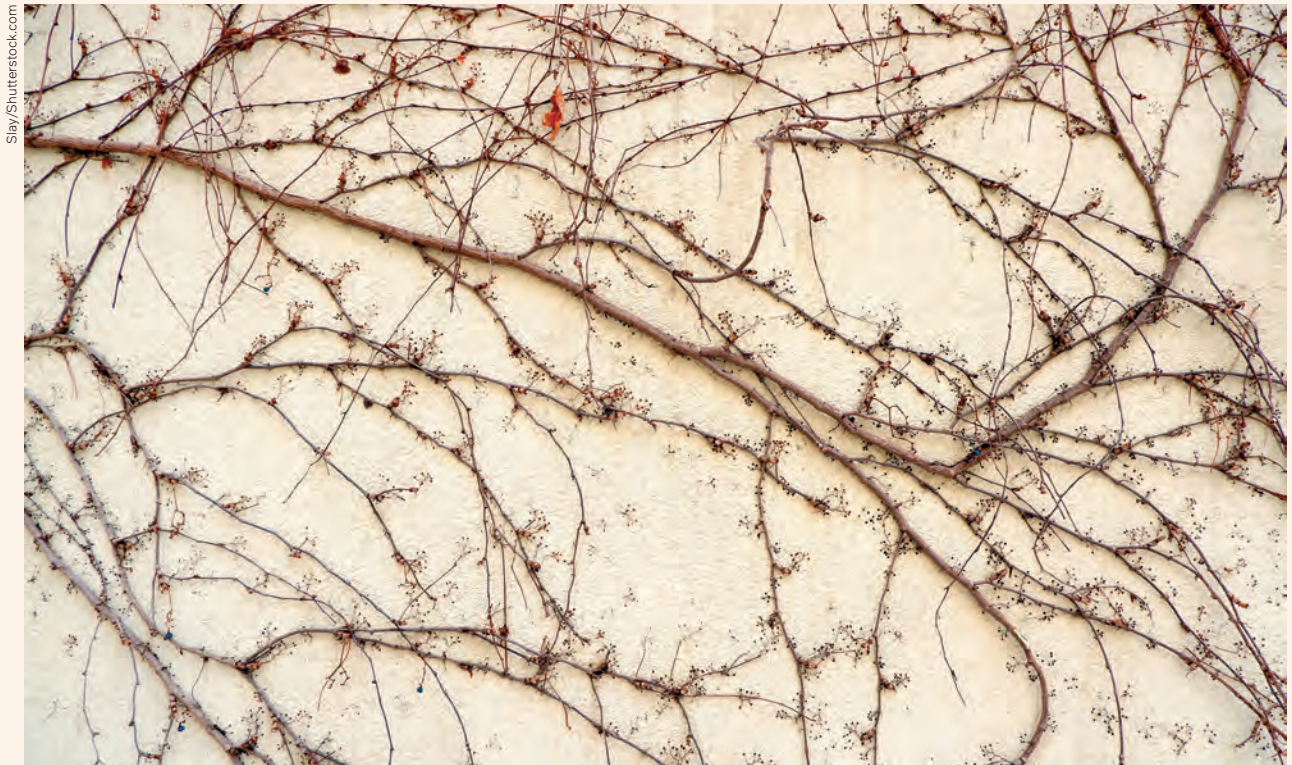
Em artigo publicado na revista *Nature*, a pesquisa de Eleanor Scerri revelou que nossas raízes se encontram em uma população geral bastante diversa, constituída por populações locais fragmentadas. Ainda sobre o tema:

[...] Os cientistas incorporaram dados de sequenciamento de genomas de 290 pessoas que moram atualmente no leste e no oeste da África e membros do povo nama, que vive no sul do continente africano.

Em seguida, eles criaram diferentes cenários de populações existentes na África durante diferentes períodos de tempo e observaram quais delas poderiam produzir a diversidade de DNA encontrada nas pessoas vivas hoje em dia.

CUETO, J. C. O estudo que desafia o que sabemos sobre a origem do ser humano. *BBC News Brasil*, [s. l.], 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx042z4482qo>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Esses estudos apontam para a criação de um novo modelo de evolução humana, no qual se destaca, do ponto de vista genético, a ideia de múltiplas origens. Scerri conclui que esse estudo é importante porque, além de criar um “novo modelo de evolução humana”, ele confirma a teoria das múltiplas origens do ponto de vista genético: “Se formos representar em um desenho, o provável é que o esquema ‘se pareça mais com ramos de videira entrelaçados do que com uma árvore da vida’”.



Ramos de videira em parede. Sem local, 2021.

Após a leitura do texto, faça o trabalho que se pede obedecendo as seguintes etapas:

Etapla 1: forme um grupo. Leia o texto e identifique o tema central.

Etapla 2: o grupo deverá debater o tema e construir um texto coletivo apontando a relação dos conteúdos históricos estudados na unidade com o tema tratado nessa seção. É importante perceber a atualidade dos novos estudos e confrontar suas informações com o texto base, destacando suas relações.

Etapla 3: o texto coloca a seguinte questão: “Se formos representar em um desenho, o provável é que o esquema ‘se pareça mais com ramos de videira entrelaçados do que com uma árvore da vida’”.

Desenvolva essa ideia escrevendo um pequeno texto no qual você deverá mobilizar o que aprendeu na unidade e o que leu no texto, relacionando com questões atuais como xenofobia e racismo.

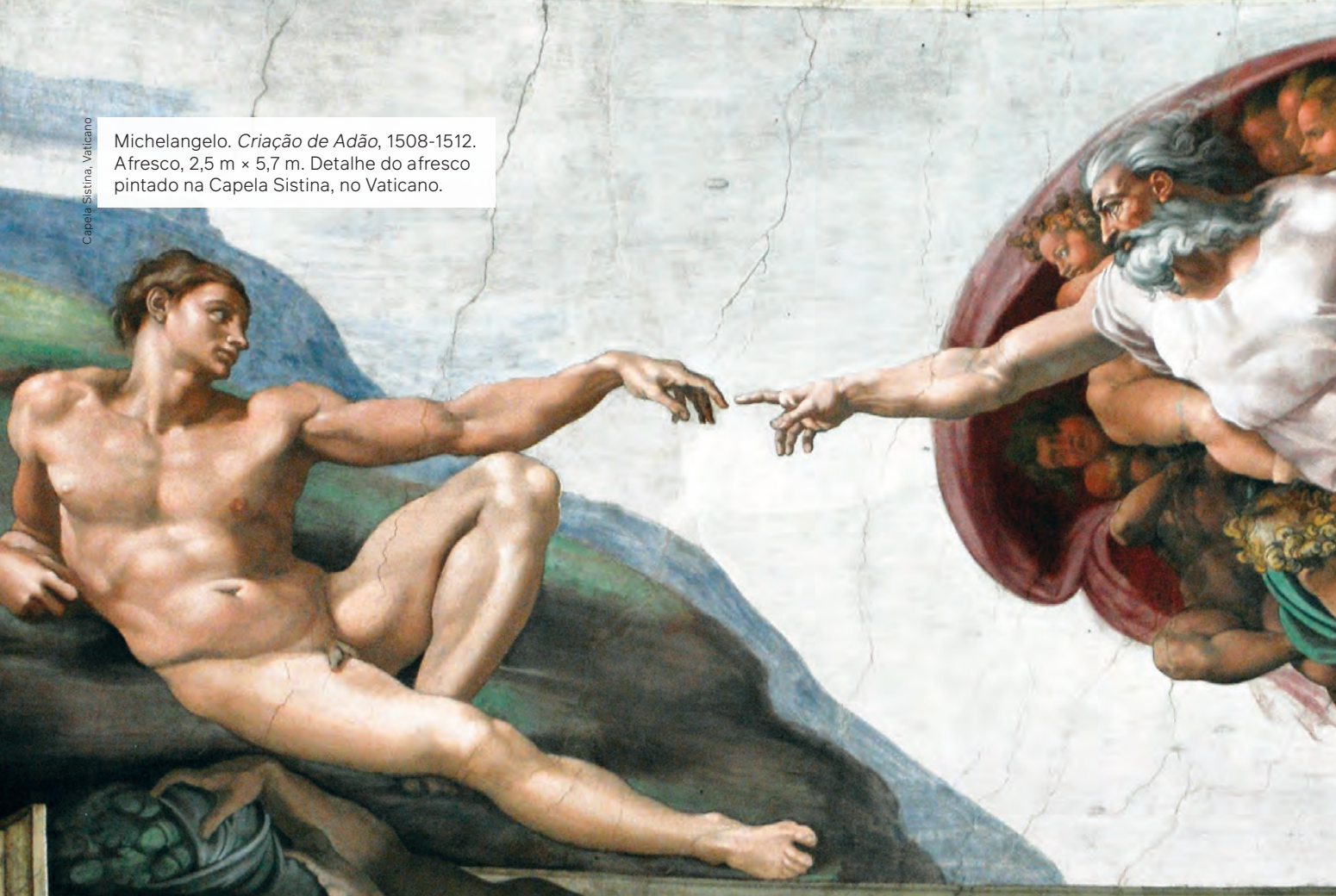
Etapla 4: vamos à ação!

Hoje todos nós sabemos o quanto é importante construir uma postura antirracista e lutar contra toda forma de preconceito. A violência envolvendo a questão racial e a xenofobia, por exemplo, são comuns no cotidiano. Apesar de existirem leis contra o racismo, práticas racistas continuam presentes em nossa sociedade. Em sua opinião, como é possível lutar contra isso? Quais são as atitudes que a sociedade pode tomar para combater o racismo?

Com base nesse debate, o grupo deve elaborar uma proposta de atividade cultural na escola, debatendo esses temas e construindo coletivamente uma **videira da vida**.



Michelangelo. *Criação de Adão*, 1508-1512. Afresco, 2,5 m x 5,7 m. Detalhe do afresco pintado na Capela Sistina, no Vaticano.



Harmonia Rosales. *Criação de Deus*. Óleo sobre tela, 1,21 m x 1,52 m.



O mundo moderno

Entre os séculos XVI e XX, consolidaram-se as ideias de que a Europa seria o lugar mais civilizado do mundo, de que sua cultura seria supostamente mais avançada, sua história seria uma trajetória linear de sucesso e, por conseguinte, os europeus seriam os salvadores de outros povos, entendidos como inferiores. Tais ideias vêm sendo contestadas, mas ainda possuem muita força, inclusive no Brasil. Qual é a origem dessas ideias? O que elas expressam?

Tais ideias vêm sendo contestadas, mas ainda têm muita força, inclusive no Brasil. Ao fazer uma releitura de uma obra clássica de Michelangelo, Harmonia Rosales busca fomentar o debate sobre o apagamento das mulheres negras na história e na cultura ocidentais, chamando a atenção para a importância da representatividade feminina. Outras artistas negras, como Grada Kilomba e Silvana Mendes, e artistas indígenas, como Yacunã Tuxá e Daiara Tukano, vêm questionando a história tradicional, escrita do ponto de vista do colonizador, e fomentando, por meio da arte, reflexões sobre o passado e o presente.

Quais são as críticas que as artes visuais do passado vêm sofrendo? Como podemos refletir sobre esse passado, na construção de uma sociedade mais democrática e plural? Por meio das análises históricas desta unidade, você vai estudar como se formou o mundo moderno europeu, em suas formas políticas, sociais, culturais e econômicas, e vai conhecer as críticas atuais sobre essa formação sócio-histórica.

1. Você conhece as obras reproduzidas? Faça uma breve pesquisa e aponte seus autores e suas datas de produção.
2. Com base no texto da abertura, escreva um parágrafo comparando as duas obras.
3. Qual é o efeito provocado pela releitura de Harmonia Rosales da obra clássica de Michelangelo?

Os Estados Modernos e a Expansão Marítima europeia

▼ Para começar

1. Em sua opinião, de que modo o uso da tecnologia de reconhecimento facial pode ser uma ameaça à liberdade dos cidadãos de um país?
2. O que poderia ser feito para impedir que tal tipo de tecnologia seja utilizado com essa finalidade?

Ao longo do tempo, a literatura, o cinema e os seriados exploraram diversas vezes o tema de um futuro distante no qual a tecnologia, em vez de tornar a vida das pessoas mais próspera e livre, era usada para vigiar e oprimir. Mais recentemente, filmes e seriados exploram esse tema associando-o à inteligência artificial, que experimentou um imenso desenvolvimento nos últimos anos.

De fato, no século XXI, Estados e empresas possuem uma capacidade sem precedentes de controlar a vida das pessoas. Um poder sem igual, até mesmo se o compararmos com regimes e soberanos que, ao longo da história, tornaram-se célebres por sua enorme autoridade, como os monarcas absolutistas que estudaremos neste capítulo.

A tecnologia de reconhecimento facial escaneia e detecta o rosto das pessoas para identificação em locais movimentados. Sem local, sem data.



O Estado Moderno e a Expansão Marítima

A atuação do Estado tem impacto diário na vida de bilhões de pessoas por todo o mundo. No Brasil do século XXI, o Estado possui uma série de atribuições relevantes, como a execução de políticas públicas, a garantia de direitos sociais, o recolhimento de impostos e a observação das normas sociais. Essa ampla gama de responsabilidades atribuídas ao Estado é, no entanto, um fenômeno recente, consequência da expansão das democracias e das pressões dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX.

Neste capítulo, trataremos do Estado em um lugar e período específicos: a Europa Ocidental da Idade Moderna. O Estado possuía funções muito mais limitadas, se comparadas com aquelas assumidas por ele nas sociedades contemporâneas. Ainda assim, ele desempenhou um papel fundamental no processo de Expansão Marítima europeia.

Foi a Expansão Marítima, liderada por portugueses e espanhóis, que levou os europeus aos mais distantes pontos do globo terrestre, onde fizeram de tudo para impor seu domínio e obter o máximo possível de riquezas. Nesse esforço, eles entraram em contato – muitas vezes de forma brutal – com os povos originários de diversos continentes.

A formação das monarquias centralizadas europeias

O Estado pode ser definido como uma entidade político-administrativa com território definido, dotada de um corpo de profissionais (que constituem a sua burocracia), composta de diversas instituições e organizada com base em leis. Assim, o Estado atua tendo em vista o controle e a organização da vida em sociedade.

É importante lembrar-se de que o Estado não é um dado da natureza e tampouco nasceu na Europa Moderna. Houve e há sociedades que se organizam sem Estado – não por serem “primitivas”, mas por refutarem ativamente essa forma de organização do poder. Quanto às sociedades que constituíram Estados antes da Europa Moderna, podemos citar as poeias gregas, a República romana e as monarquias asiáticas, cada qual com suas peculiaridades.

No entanto, ocorreu na Europa, a partir do século XII, um processo particular que levou ao nascimento dos Estados Modernos, os quais ainda hoje – a despeito de muitas mudanças – são atores fundamentais nas mais diversas sociedades do planeta.

Tal processo tem sua origem no aumento do comércio, no crescimento das cidades e na ascensão de um novo grupo social: a burguesia, ou seja, proprietários, comerciantes e banqueiros que se beneficiavam das mudanças em curso. Essa nova classe passou a disputar espaço com a nobreza e o clero, até então as classes sociais dominantes no sistema conhecido como feudalismo.

No sistema feudal, o poder político era exercido pela nobreza de modo descentralizado, ou seja, cada nobre governava as terras sob seu controle direto, e o rei exercia um poder mais simbólico do que prático como líder dos nobres de seu reino.

Esse estado de coisas não interessava à burguesia, visto que a multiplicidade de taxas, legislações, moedas e sistemas de pesos e medidas característicos do feudalismo atrapalhava seus negócios. Em virtude disso, essa classe passou a apoiar o fortalecimento do poder real com o objetivo de promover a unificação e a integração política e econômica dos reinos.

O resultado desse processo de centralização política foi a constituição de monarquias absolutistas na Europa, dando origem a Estados dotados de fronteiras definidas, burocracia, exército permanente e sistemas legais unificados. Nesse novo arranjo, o poder do rei deixava de ser predominantemente simbólico e passava a ser exercido na prática. Na verdade, nesses Estados não havia nenhum limite legal ao exercício do poder pelo soberano.

É importante destacar que, apesar da ausência de limites legais, o poder dos reis absolutistas não era ilimitado. Na prática, os soberanos tinham de atuar como árbitros entre a burguesia em ascensão e a nobreza em decadência – mas ainda muito poderosa. Eles precisavam dos recursos da burguesia e do apoio político da nobreza, por isso atenderam aos pleitos de ambas as classes, oferecendo à burguesia segurança e facilidades para os seus negócios e, à nobreza, importantes cargos no governo e generosas pensões.

O surgimento do Reino de Portugal

A formação do Estado Moderno português teve origem nas Guerras de Reconquista, que opuseram cristãos e mouros na Península Ibérica desde o século VIII.

Nesse período, a maior parte da península foi ocupada pelos mouros, vindos do norte da África. Os cristãos que conseguiram resistir ao avanço dos muçulmanos refugiaram-se no extremo norte da península, onde formaram os reinos cristãos que, após lutas sucessivas, retomaram o controle da Península Ibérica. Apoiadas pela Igreja Católica e pela nobreza europeia, e dotadas de um forte espírito característico do movimento das Cruzadas, as Guerras de Reconquista foram lideradas pelos reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão.

A obra, que hoje é parte do acervo do Palácio de Versalhes, um dos símbolos da monarquia absolutista francesa, representa o rei francês Luís XIV como Apolo, o deus do sol na mitologia grega. Luís XIV foi um dos maiores representantes do absolutismo e a ele foi atribuída a frase “o Estado sou eu”.



Joseph Werner. *Alegoria de Luís XIV como Apolo na Carruagem do Sol, precedida pela Aurora e acompanhada pelas Horas*, 1664. Guache sobre papel creme, 34,8 cm x 22,6 cm.

Palácio de Versalhes, Versalhes

GLOSSÁRIO

Mouros: como eram chamados pelos cristãos os povos que habitavam a Península Ibérica durante a Idade Média. Eram muçulmano e tinham a pele escura.

Foi por se destacar em algumas batalhas contra os mouros na Reconquista que o nobre francês Henrique de Borgonha recebeu do rei Afonso VI de Leão o Condado Portucalense, cujo território abarcava o atual norte de Portugal. O filho de Henrique de Borgonha, Afonso Henriques, rompeu com o reino de Leão e, em 1143, foi finalmente reconhecida a independência do Reino de Portugal, sob a dinastia de Borgonha.

Comandado por essa dinastia, Portugal expandiu-se em direção ao sul, conquistando, em 1249, a região do Algarve e assumindo sua atual configuração territorial. Em 1383, no entanto, o país passou por uma grave crise. Nessa data, o rei Dom Fernando I morreu sem deixar herdeiro direto, resultando em uma intensa guerra civil.

Parte da nobreza portuguesa defendia que o reino se submetesse ao governo do rei de Castela, que reivindicava o trono português por ser casado com a filha de D. Fernando. Outra parte, apoiada pela burguesia, defendia a manutenção da autonomia de Portugal e a nomeação de D. João, mestre de Avis e irmão bastardo de Dom Fernando, como rei de Portugal.

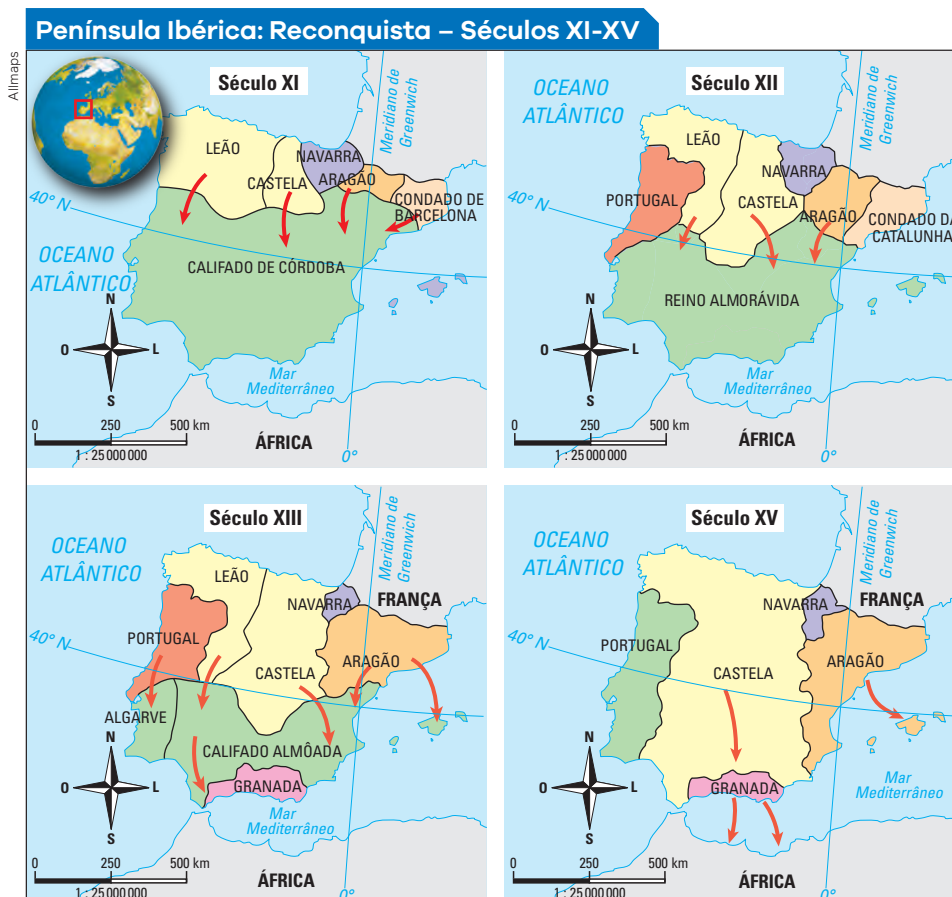
O conflito chegou ao fim com a vitória do mestre de Avis na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Teve início, dessa forma, a Dinastia de Avis, que governaria Portugal até 1580, estabelecendo maior centralização política e fomentando a atividade comercial.

A unificação da Espanha

No início do século XV, o que hoje é a Espanha era um conjunto de reinos cristãos independentes e distintos entre si – inclusive na língua. Os mais importantes desses reinos eram Castela, Aragão, Navarra e Leão.

Tais reinos expandiram seus territórios em meio às Guerras de Reconquista travadas contra os mouros e deram um importante passo no sentido da unificação quando a rainha Isabel de Castela se casou com o rei Fernando de Aragão, selando a união entre esses reinos. Posteriormente, em 1492, os últimos mouros foram expulsos de Granada, ao sul da Península Ibérica, e, finalmente, na década de 1520, o reino de Navarra foi conquistado pelo imperador Carlos V, completando o processo que deu origem à Espanha como Estado Moderno.

A constituição do Estado espanhol teve como pilar a construção de uma forte identidade católica, o que resultou na imposição da religião cristã e na perseguição aos judeus e muçulmanos que viviam na Espanha. Apoiada pela Igreja Católica, a monarquia instituiu o Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) no país com o objetivo de investigar e condenar todos que professavam ideias e religiões contrárias ao cristianismo.



Fonte: KINDER, H; HILGEMANN, W; HERGT, M. *Atlas histórico mundial: de los orígenes a nuestros días*. Madrid: Akal, 2007. p. 192.

A formação do Estado Moderno na Inglaterra

Em 1453, finalmente chegou ao fim o longo conflito entre Inglaterra e França, iniciado em 1337 e conhecido como Guerra dos Cem Anos. A vitória francesa pôs fim ao desejo inglês de anexar territórios franceses e o desenvolvimento de novas tecnologias bélicas enfraqueceu a nobreza nos dois reinos. Afinal, com o desenvolvimento da artilharia, a cavalaria – instituição militar característica da nobreza – já não se mostrava mais tão decisiva nas batalhas como no passado.

A derrota deixou a Inglaterra em crise, o que se aprofundou em razão da guerra civil, que opôs as famílias York e Lancaster na disputa pelo poder no reino. Conhecido como Guerra das Duas Rosas em razão dos símbolos presentes nos brasões das famílias – a rosa branca da família York e a rosa vermelha da família Lancaster –, o conflito estendeu-se de 1455 a 1487, quando Henrique Tudor, apoiado pelos Lancasters, chegou ao poder.

A ascensão de Henrique Tudor, que assumiu o trono como Henrique VII, e sua política de conciliação com a família York, trouxe estabilidade ao reino e consolidou o Estado Moderno na Inglaterra.

A França: país símbolo do absolutismo monárquico

O fortalecimento do poder real na França data do século XII, quando o rei Filipe Augusto (1180-1223) adquiriu terras da nobreza e constituiu um exército profissional sob o seu comando. Nos séculos posteriores, esse processo avançou e a França passou a contar com uma unificação cada vez maior de leis, impostos e instituições sob o controle da Coroa.

O auge desse processo de centralização deu-se no longo reinado de Luís XIV, entre 1643 e 1715. No início do reinado, quando o monarca ainda era menor de idade e o país era governado pelo regente Mazarino, ocorreram rebeliões populares contra o aumento do custo de vida nas cidades e revoltas da nobreza, chamadas de frondas, contra a ampliação do poder da Coroa. A vitoriosa repressão a esses movimentos marcou a consolidação do poder real na França.

Durante seu reinado, Luís XIV fortaleceu o exército nacional, reforçou os sistemas de polícia e justiça e promoveu uma política de perseguição religiosa aos protestantes. Com o intuito de apaziguar antigas resistências e consolidar de vez seu poder sobre a nobreza, o monarca distribuiu aos integrantes dessa classe pensões e cargos públicos, além de disponibilizar aos membros das mais importantes famílias do reino aposentos no Palácio de Versalhes, que, com 700 quartos, 2.153 janelas, 67 escadas e mais de mil lareiras, tornou-se um grande símbolo do absolutismo na França.

Em Versalhes, sede do governo e da Corte francesa a partir de 1682, uma vida de festas e ostentação apartava a nobreza francesa do restante da população do país, responsável por pagar os tributos que sustentavam todo aquele luxo.

De todo modo, Luís XIV, que passou a ser chamado de o Rei-Sol, tornou-se o maior símbolo do poder do Estado Moderno na Europa. A frase “O Estado sou eu”, atribuída a ele, traduz a grande concentração de poderes em suas mãos e pode ser lida como síntese daquilo que os estudiosos posteriormente chamariam de absolutismo monárquico.

Vista aérea do Palácio de Versalhes, símbolo do absolutismo francês. Versalhes, França, 2023.



Brasão da família York.



Brasão da família Lancaster.

BigAlbaloo/Alamy/Fotorena

YAY Media AS/Alamy/Fotorena

clement.mouchet/Alamy/Fotorena



O conceito de absolutismo monárquico

Absolutismo monárquico é um conceito criado e utilizado por historiadores para tratar da forma de governo caracterizada pela centralização do poder político nas mãos de um monarca. Originando-se na Europa do século XII, esse regime político atingiu seu auge entre os séculos XVI e XIX.

As principais características do absolutismo monárquico são: **ausência de limites formais** – leis ou instituições – ao exercício do poder por parte do rei, que, portanto, usufrui de grande autonomia para governar; **unificação de leis**, impostos, moedas, pesos e medidas no interior do Estado; definição do território sob o qual é exercida a autoridade do rei; formação de **exércitos permanentes** submetidos ao rei e constituição de vasta **burocracia** responsável por recolher impostos e fazer cumprir as ordens do rei por todo o território do Estado.

A pintura retrata Fernando VII, que reinou na Espanha entre 1808 e 1833, com um cetro e uma espada, além de um manto vermelho. O cetro simboliza a autoridade suprema do rei; a espada, a bravura e a proteção exercida sobre o reino; já o manto é símbolo da realeza desde os tempos medievais.

Francisco Goya. *Retrato de Fernando VII*, 1814-1815. Óleo sobre tela, 208 cm x 142,5 cm.



Museu do Prado, Madrid

Aprendizagens em processo • Conceitual



Leia o texto a seguir, que apresenta diferentes interpretações a respeito do conceito de absolutismo.

Muitos foram os autores que trabalharam com a conceitualização do Absolutismo. De Friedrich Engels a Nicolas Poulantzas, as principais teses trataram da origem do Absolutismo e de sua natureza política. Perry Anderson, por exemplo, defendia que o Estado absoluto era uma continuidade do Estado feudal. Nesse caso, o poder do soberano derivaria do poder da nobreza. Já autores como Fernand Braudel, concordando com Poulantzas, acreditavam que o poder absoluto vinha da ascensão política da burguesia; esta apoiaria o rei em troca da diminuição do poder da nobreza. A tese defendida pela historiadora brasileira Vera Lúcia Ferlini, baseada em autores como Engels, afirma que o Estado absoluto surgiu não da nobreza ou da burguesia, mas do conflito de ambas, o que teria fortalecido apenas ao rei. O Estado absoluto seria, assim, uma entidade que se alimentava e se fortalecia do conflito político-social interno em cada país.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 13.

Defina o conceito de absolutismo utilizando a ideia de um dos três autores citados no texto.

Teorias políticas defensoras do absolutismo

Ao mesmo tempo que o absolutismo se afirmava em diversos países europeus, pensadores passaram a refletir sobre o seu sucesso e a consequente formação dos Estados Modernos. Alguns desses pensadores desenvolveram teorias que apoiavam abertamente o absolutismo, apresentando uma série de argumentos em sua defesa.

A teoria do direito divino

Estabelecendo forte conexão entre política e religião, a teoria do direito divino atribuía ao rei um caráter sagrado, sustentando que sua autoridade era proveniente da vontade de Deus. O principal defensor dessa teoria foi o bispo e filósofo francês Jacques Bossuet (1627-1704), que argumentou que o rei, como representante de Deus na Terra, possuía um poder infalível e, por isso, qualquer súdito que se voltasse contra ele estaria cometendo não apenas um crime, mas um sacrilégio. Essa teoria foi particularmente forte na França, onde contribuiu para o fortalecimento do poder dos reis da Dinastia Bourbon.

A teoria de Nicolau Maquiavel

Um importante teórico do absolutismo em particular e do exercício do poder político no Estado Moderno em geral foi o filósofo florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), considerado por muitos estudiosos o maior pensador político da época moderna.

Maquiavel aponta a existência de duas éticas: a cristã e a política. Se a primeira serviria à salvação da alma, a segunda garantiria a salvação do Estado. Por isso, o bom governante deveria renunciar à primeira e orientar-se pela segunda ao tratar das coisas do Estado. Dessa forma, a bondade, a piedade e a fidelidade – valores fundamentais do ponto de vista de uma ética cristã – poderiam causar a ruína do Estado, se adotados permanentemente por seu governante.

Em seu mais famoso livro, *O príncipe*, Maquiavel sustentou que o príncipe deve dirigir o Estado com o único objetivo de conservar-se no poder, ampliando-o quando possível. Em uma das passagens mais conhecidas do livro, Maquiavel afirma que, se o príncipe tiver de escolher entre ser temido ou amado pelos seus súditos, ele deve escolher ser temido, afinal, “Os homens [...] têm menos receio de ofender alguém que se faça amar do que alguém que se faça temer” (MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Brasília, DF: Senado Federal: Conselho Editorial, 2019. p. 101).

Como se tratava de uma maneira de conceber o poder que recusava submeter-se à ética cristã, o pensamento de Maquiavel foi condenado pela Igreja Católica.

A teoria de Thomas Hobbes

Thomas Hobbes (1588-1679), assim como Maquiavel, pensou sobre o Estado considerando-o produto de relações humanas e não da vontade divina. Em sua obra magna, *O leviatã*, ele escreveu que o Estado é fruto de um pacto social, um contrato estabelecido entre atores humanos, sem nenhum tipo de intervenção de Deus.

Segundo Hobbes, a vida antes da formação do Estado – o chamado estado de natureza – era marcada pelo caos. Em sua perspectiva, o ser humano é naturalmente mesquinho e egoísta e, por isso, na ausência de repressão, a vida dos seres humanos em sociedade é caracterizada por uma infindável guerra de todos contra todos.

Diante desse cenário, o Estado seria uma forma de superar essa situação de caos e guerra, garantindo a ordem e a paz necessárias à prosperidade dos indivíduos. Segundo a teoria hobbesiana, o poder absoluto do rei é fruto da decisão dos cidadãos de renunciar à sua liberdade em troca da paz social que só esse poder é capaz de garantir.

A sociedade no Antigo Regime absolutista

A sociedade formada ao longo do processo que resulta politicamente no absolutismo monárquico é chamada de sociedade do Antigo Regime.

Esse modelo de sociedade caracteriza-se pela ausência de liberdade política, pelos privilégios concedidos ao clero e à nobreza, pela grande desigualdade e pela reduzida mobilidade social. De modo geral, nas sociedades de Antigo Regime, a condição social dos indivíduos era determinada por sua origem. Independentemente de suas aptidões e capacidades, o filho de um nobre manteria seu *status*, enquanto o filho de um camponês muito dificilmente deixaria de ser ele também um camponês.

Trata-se, portanto, de um modelo de sociedade estamental, baseada em uma rígida divisão em ordens ou estamentos sociais. Em seu topo, encontram-se as ordens privilegiadas do clero e da nobreza, que possuem terra, poder e privilégios – estão isentos do pagamento de impostos, por exemplo –, e em sua base está o estamento, conhecido como terceiro estado, que, composto da burguesia e dos grupos populares (camponeses, artesãos, jornaleiros), não conta com nenhum tipo de privilégio.

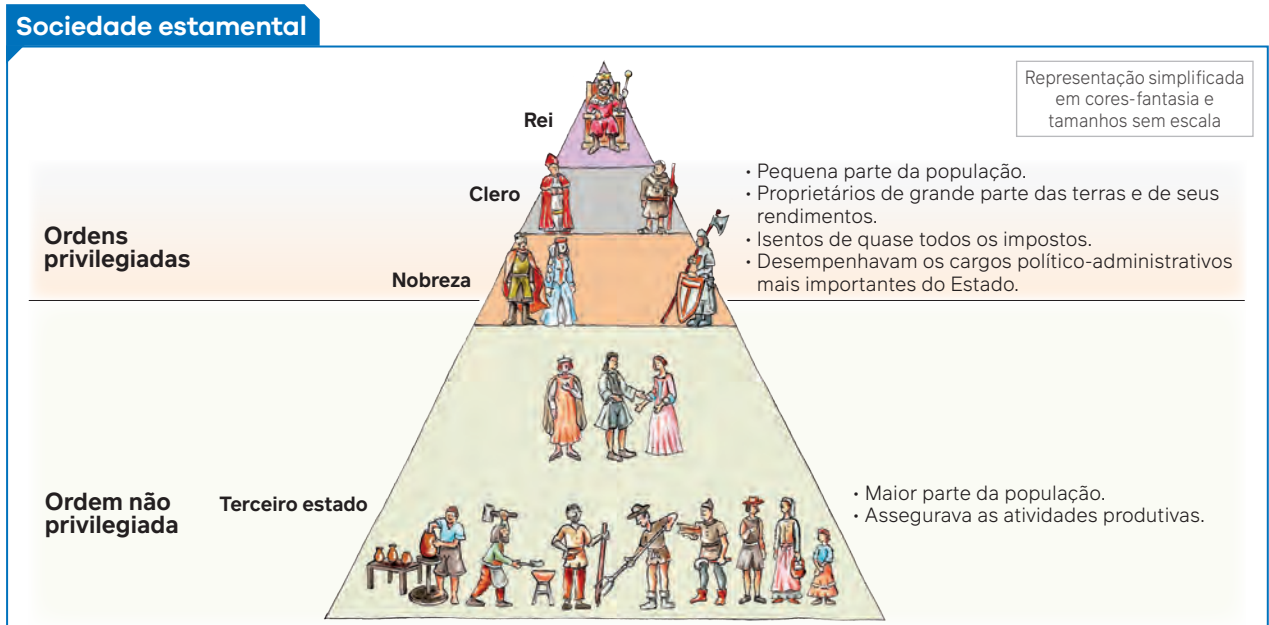


Capa da edição italiana de 1584 do livro *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel.



Frontispício da obra *O leviatã*, publicada por Thomas Hobbes, em 1651.

Há semelhanças entre a sociedade estamental do Antigo Regime e a sociedade estamental feudal, mas há, também, uma diferença marcante entre elas: trata-se do relevante papel assumido pela burguesia no Antigo Regime.



Laura Barrichello

O mercantilismo

O termo mercantilismo é utilizado para designar o conjunto de ideias e práticas econômicas dos Estados absolutistas europeus entre os séculos XV e XVIII. Tais ideias e práticas variaram ao longo do tempo e dos países em que foram adotadas, mas possuem algumas características comuns.

É importante atentarmos para o fato de que o mercantilismo se enquadra na lógica do Antigo Regime, que confere mais importância ao prestígio do que ao acúmulo de riqueza. Nesse modelo de sociedade, um nobre, mesmo que envolto em dificuldades financeiras, era mais respeitado do que um burguês próspero. Não se pode, portanto, confundir mercantilismo com capitalismo.

Por fim, é preciso observar o fato de que absolutismo e mercantilismo caminharam juntos, sendo o primeiro a face política do Estado Moderno e o segundo sua face econômica. Ademais, eles se reforçam mutuamente: os monarcas absolutistas adotam práticas mercantilistas, que, ao levar ao acúmulo de riquezas no reino, reforçam o poder político do soberano.

Entre as principais características do mercantilismo, destacam-se:

- A forte intervenção do Estado na economia do reino e de suas colônias.
- O uso da lógica do **metalismo**, que consistiu na crença de que o acúmulo de metais preciosos era o principal indicador da riqueza de um Estado.
- A busca por manter a **balança comercial favorável**, o que ocorre sempre que as exportações superam as importações de um Estado. Dessa forma, é obtido um superávit comercial, acumulado na forma de metais preciosos.
- O pensamento **protecionista**, marcado por um conjunto de intervenções do Estado com a finalidade de proteger sua economia interna. A proibição de importar certos produtos e a elevação das taxas alfandegárias pagas por produtos estrangeiros são medidas dessa natureza.
- O incentivo à produção e à exportação de manufaturas.
- O colonialismo, caracterizado pela prática dos países europeus em estabelecer colônias em diferentes continentes com o objetivo de explorá-las. Para atender a esse desejo foi estabelecido o **exclusivo colonial**, em que as colônias só podiam realizar qualquer tipo de comércio com suas próprias metrópoles, garantindo a estas o controle sobre os preços dos produtos.

A representação do rosto de monarcas nas faces das moedas era comum no período, sendo uma das características que simbolizam a relação entre a monarquia e o mercantilismo.



Moeda de ouro espanhola, cunhada com as representações de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, datada do século XV.

Museu Fitzwilliam. Fotografia: Bridgeman Images/Fotorena

A Expansão Marítima europeia

O processo que chamamos de Expansão Marítima europeia teve início no século XV e pode ser caracterizado como o conjunto de viagens de exploração e conquista levado a cabo pelos recém-formados Estados Nacionais europeus, apoiados por suas respectivas burguesias, que resultou no inaudito encontro – muitas vezes no confronto – entre povos étnica e culturalmente diversos, oriundos de partes distintas do planeta, com especial destaque para aquele que se deu entre o Velho Mundo (Europa) e o Novo Mundo (América), em 1492.

Podemos destacar duas grandes motivações para esse processo. Em primeiro lugar, a permanência do pensamento característico das Cruzadas, que animava portugueses e espanhóis desde as Guerras de Reconquista travadas na Península Ibérica e estimulava-os a levar adiante a missão de expandir a fé cristã por meio das expedições marítimas.

Além disso, as viagens marítimas a regiões cada vez mais distantes colocavam ao alcance dos europeus produtos que na Europa eram raros, e, portanto, de preço elevado, estimulando a cobiça dos Estados e das burguesias europeias. Não demorou muito para que os viajantes passassem a ambicionar descobrir uma rota marítima de acesso aos produtos orientais comercializados no continente: especiarias como cravo, canela, pimenta, noz-moscada, açafrão, gengibre, entre outras. Tais produtos eram originários do subcontinente indiano e do Extremo Oriente, que os europeus genericamente chamavam de Índias.



Tatiana Volkova/Stockphoto.com

Especiarias em um mercado de Goa. Índia, 2023.

O imaginário europeu durante a Expansão Marítima

No século XV, momento inaugural da Expansão Marítima europeia, diversos valores e crenças medievais ainda estavam muito presentes no imaginário europeu, ou seja, o mundo era frequentemente interpretado e compreendido com base em crenças oriundas da Bíblia, da tradição clássica greco-romana e de certa geografia fantástica.

Essa última orientava a produção de diversos mapas e cartas náuticas pelos europeus, representações que, por isso, caracterizavam-se pela presença de criaturas fantásticas e terríveis perigos nos mares desconhecidos.

Foi o avanço das navegações, o estabelecimento de novas rotas marítimas e a expansão do comércio que tornaram esse mundo até então desconhecido e fantástico familiar aos europeus, pondo fim à crença nos monstros e perigos que até então povoavam sua imaginação.

Um exemplo é a tese do terraplanismo, ou seja, a crença de que a Terra possui formato plano, com um grande abismo em sua borda. Navegadores como Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães – este, o primeiro a comandar uma expedição de circum-navegação – comprovaram em suas viagens o formato geóide do planeta, evidenciando que o terraplanismo não passa de um mito.

Detalhe de um afresco, que representa um mapa de Ignazio Danti, no Museu do Vaticano, Itália. Esse afresco trata do imaginário europeu antes das Grandes Navegações. É possível observar um enorme monstro marinho que avança sobre uma embarcação.



Museu do Vaticano, Vaticano



A Ciência refuta o terraplanismo

Texto 1

O avanço científico está intimamente ligado a uma série de conquistas da humanidade nos campos da produção, do transporte, da comunicação, da saúde, entre outros. Tais avanços se devem, em boa medida, à experimentação, ao acúmulo de conhecimento e, também, à revisão e ao abandono de antigas convicções que se revelam insustentáveis diante de novas descobertas.

Foi esse o caso do terraplanismo. A teoria que preconiza que a Terra é plana existe há séculos, embora seja seriamente questionada por estudiosos desde a Antiguidade. O astrônomo grego Anaximandro de Mileto, por exemplo, cujos estudos datam do século V a.C., partiu da observação do comportamento das estrelas e concluiu que a Terra tinha formato cilíndrico. Entretanto, a força da religião católica e de seus dogmas no Período Medieval deu impulso à convicção de que o nosso planeta era plano e dotado de bordas que ninguém conseguiria ultrapassar.

Palácio Apostólico, Vaticano



O detalhe da obra representa Anaximandro de Mileto. Esse pensador da Antiguidade, um dos intelectuais reconhecidos por tal teoria, afirmava que a Terra era cilíndrica.

Rafael Sanzio. *Escola de Atenas* (detalhe), 1511. Afresco, 5 m x 7 m.

Durante o período em que ocorreram o Renascimento científico e cultural e a Expansão Marítima europeia, no entanto, essa teoria caiu em descrédito graças às descobertas de Nicolau Copérnico e Galileu Galilei e às viagens de Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães.

Colombo defendeu na Corte espanhola a tese de que o planeta tinha formato esférico e que, portanto, era possível alcançar as Índias – situadas a leste da Europa – viajando no sentido oposto, em direção ao oeste. Suas viagens não alcançaram as Índias, mas fizeram-no se deparar com um novo continente: a América. Coube, então, a Fernão de Magalhães comandar a primeira expedição de circum-navegação do planeta, partindo e regressando ao sul da Espanha entre 1519 e 1522, depois de passar pela África, América, Oceania e Ásia – nesse último continente, Magalhães acabou morrendo em combate, de modo que sua expedição foi concluída por Juan Sebastián Elcano.

Atualmente, as diversas viagens marítimas transoceânicas, as trajetórias hiperbólicas das aeronaves, os satélites que orbitam a Terra, entre outras tecnologias, comprovam amplamente que nosso planeta tem formato geoide. Aqueles que ainda hoje afirmam que a Terra é plana são considerados negacionistas por recusarem-se a dar crédito a um conhecimento amplamente comprovado pela Ciência.



Bridgeman Images/Fotorena

Ilustração de Andreas Cellarius, de 1660, representando o sistema heliocêntrico formulado por Nicolau Copérnico.

Texto 2

[...] a credibilidade na teoria da Terra plana ao longo da Idade Média seria fruto de um erro proposital nos livros de História. Alguns historiadores, a partir do século XIX, teriam registrado em seus livros mais relevância à crença na Terra plana [...] do que realmente aconteceu. O intuito seria fixar a imagem de um obscurantismo científico da Idade Média para creditar a Colombo o símbolo [...] de uma mudança em direção ao progressismo e ao positivismo.

GIMENEZ, K. *A descrença no discurso da ciência: a teoria da conspiração no discurso da Terra Plana*. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo, 2022. p. 43. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/191/92724/KAREN-GIMENEZ.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

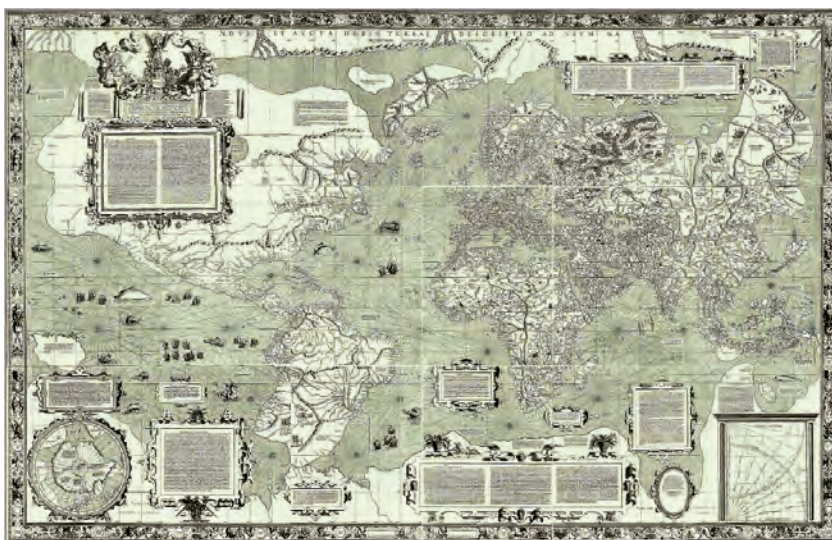
1. Com base na leitura dos textos, identifique o período histórico em que surgiram as primeiras teorias que se opunham ao terraplanismo.
2. Qual foi o papel da Expansão Marítima europeia na comprovação de que a Terra não é plana?
3. Segundo o **texto 2**, por que historiadores do século XIX buscaram consolidar a tese de que a teoria terraplanista era predominante durante a Idade Média?

A Europa põe-se ao centro do mundo

A Expansão Marítima europeia representou um momento decisivo no processo de integração – que muitas vezes se deu de forma desigual e mediante violência – entre as populações humanas dos diversos continentes do planeta. A iniciativa desse processo coube, inegavelmente, aos europeus, que difundiram as ideias de que a Europa era o centro do mundo e de que os demais povos do globo deveriam ser submetidos aos Estados Modernos europeus e à fé cristã.

Tais ideias orientaram as conquistas europeias e foram expressas não apenas em seus relatos, mas também na cartografia. Ainda hoje, os mapas-múndi mais conhecidos são aqueles que seguem o modelo da projeção realizada em 1569, pelo cosmógrafo e cartógrafo flamengo Gerard Mercator, que tem em seu centro o continente europeu. Chamamos de eurocentrismo essa ideia de que a Europa e os europeus ocupam o centro do mundo.

Biblioteca Nacional da França, Paris



Essa projeção, com representações detalhadas das áreas mais conhecidas como Europa, Ásia e África, que serviu como base para diversos planisférios produzidos ao longo do tempo, posiciona a Europa no centro do mundo.

Gerard Mercator. *Carta do mundo*, 1569.

A Expansão Marítima portuguesa

Quando se fala de Expansão Marítima europeia, uma pergunta se impõe: afinal, quais razões podem explicar o fato de Portugal ter sido o pioneiro e o protagonista no processo que levou a Europa a estabelecer relações comerciais e a fundar colônias em diversos continentes?

Um aspecto importante para elucidar essa questão é o fato de que o Reino de Portugal passou por uma centralização precoce, se comparado aos demais Estados europeus. Como vimos, Portugal tornou-se um reino independente em 1143, assumiu sua atual configuração territorial em 1249 e passou a ser governado pela Dinastia de Avis em 1383.

Esse processo de centralização política possibilitou a mobilização de vultosos recursos, necessários à arriscada empreitada de armar navios e levá-los a regiões cada vez mais distantes, desconhecidas pelos europeus. Além disso, os monarcas da casa de Avis foram entusiastas das viagens ultramarinas, aproximando-se dos homens de negócios do reino e concedendo a eles monopólios comerciais em determinadas regiões “recém-descobertas”. Esses novos territórios conquistados permitiram, ainda, que os reis concedessem terras e títulos aos nobres portugueses, garantindo a estabilidade política do reino.

Por fim, é importante destacar que foram os portugueses que desenvolveram as caravelas, embarcações leves, velozes, de fácil manobra, capazes de navegar contra o vento e dotadas de boa capacidade de armazenamento. Foram elas as principais responsáveis pelo seu triunfo nos oceanos, aliadas ao aprimoramento de uma série de instrumentos náuticos que chegaram à Europa por intermédio dos árabes, como a bússola, o astrolábio e o quadrante.

Viagens e conquistas portuguesas

O marco inicial da Expansão Marítima portuguesa foi a conquista de Ceuta, cidade localizada no norte da África, em 1415. Até então dominada pelos muçulmanos, Ceuta foi tomada por uma grande expedição militar que contou com a participação do rei e dos principais nobres portugueses.

A partir de então, as expedições marítimas se sucederam e alcançaram a Ilha da Madeira (1419), o Arquipélago de Açores (1427) e o Cabo Bojador (1434), marco fundamental do chamado périplo africano, ou seja, o caminho que os portugueses começavam a percorrer e que terminou por contornar o continente africano e alcançar as Índias, fonte das tão cobiçadas especiarias.



Painel de azulejos de autoria do artista Jorge Colaço, que faz referência à conquista de Ceuta, em 1415. Porto, Portugal, 2022.

Para ampliar

Leia

A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio, de Kaká Werá Jecupé (Peirópolis, 1998).

Em *A terra dos mil povos*, o escritor indígena Kaká Werá Jecupé trata dos mitos, costumes e hábitos dos povos originários do Brasil, bem como dos impactos provocados nesses povos pelo contato com os europeus, iniciado a partir da Expansão Marítima.



Nessa data, Vasco da Gama alcançou a cidade de Calicute, na Índia, onde os portugueses puderam, pela primeira vez, adquirir diretamente diversas especiarias, que garantiram lucro expressivo quando revendidas na Europa. No fim de sua vida, Vasco da Gama foi nomeado vice-rei da Índia, título mais importante conferido a um nobre português no ultramar.

Dois anos mais tarde, Pedro Álvares Cabral alcançaria a costa da América do Sul. A expedição de Cabral rumava para as Índias e seguia o caminho que os portugueses haviam adotado para tal – que consistia em afastar-se do litoral do continente africano para se beneficiar de melhores ventos –, mas acabou rumando em demasia para o oeste, deparando-se com as terras do continente americano.

Ao alcançar a América do Sul na altura da atual cidade de Porto Seguro, na Bahia, Cabral ordenou a celebração de uma missa e enviou uma correspondência ao rei, informando-o acerca do ocorrido – a carta de Pero Vaz de Caminha. Dessa forma, ele tomou posse das terras que viriam a formar o Brasil em nome da Coroa portuguesa.

A Expansão Marítima espanhola

Ao passo que os portugueses contornavam pouco a pouco o continente africano com o objetivo de alcançar as Índias e suas especiarias, os espanhóis decidiram investir em um plano mais ousado para chegar ao mesmo destino: navegar em direção ao oeste, apostando na esfericidade do planeta Terra.

O maior defensor desse projeto foi o navegador genovês Cristóvão Colombo, que conseguiu, após muitos anos de insistência, convencer os reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela a financiarem-no. Em 3 de agosto de 1492, Colombo partiu com uma nau e duas caravelas de Palos de la Frontera, no sudoeste da Espanha, para realizar a viagem que o levaria à América, transformando a Espanha na principal adversária de Portugal durante o processo de Expansão Marítima.

Sua chegada à América deu-se em 12 de outubro de 1492, quando os três navios de sua esquadra atracaram em uma ilha do atual arquipélago de Bahamas, na América Central. Posteriormente, Colombo realizou mais três viagens ao continente, entrando em contato com diversos povos indígenas e tomando posse de uma série de territórios em nome da Coroa espanhola. A despeito da realização dessas viagens exploratórias, o navegador genovês acreditou até o fim de sua vida que havia alcançado a parte oriental do continente asiático, e não um novo continente.

Ao dobrar o Cabo Bojador, os portugueses tornaram-se os primeiros a estabelecer contato direto com os povos da África Subsaariana, o que lhes conferiu vantagem decisiva no estabelecimento de redes comerciais, nas quais passaram a circular produtos como ouro e pessoas escravizadas, adquiridos dos povos da costa ocidental da África.

As viagens prosseguiram cada vez mais em direção ao sul, chegando ao arquipélago de Cabo Verde (1458), à foz do Rio Congo (1483), e, finalmente, ao Cabo das Tormentas, que, depois de contornado em 1488 por Bartolomeu Dias, foi rebatizado como Cabo da Boa Esperança, possibilitando aos portugueses o acesso à costa oriental da África e ao Oceano Índico.

Foi no ano de 1498, no entanto, que os portugueses chegaram ao ápice de sua expansão marítima.

A América: um “Novo Mundo”

As sucessivas viagens de exploradores europeus consolidaram a percepção de que, ao contrário da crença de Colombo, as novas terras encontradas faziam parte de um novo continente. O primeiro navegador a defender essa tese foi Américo Vespúcio, por isso o continente foi batizado com o nome de América.

Consolidava-se, assim, a ideia de que os europeus haviam encontrado um Novo Mundo bastante diferente do Velho Mundo até então conhecido, constituído pela Europa, África e Ásia. Nesse Novo Mundo, viviam diversos povos nativos, bastante diferentes entre si, que os europeus não demoraram a hierarquizar de acordo com seus próprios valores. Em comum, o fato de nenhum deles conhecer a “verdadeira fé” – o cristianismo – e, portanto, a necessidade de sua catequese.

A descoberta de metais preciosos aumentou exponencialmente o interesse pela região, levando à organização de expedições militares de conquista que terminaram por subjugar muitos dos povos nativos do continente, algo que culminaria, muitas vezes, em sua exploração e extermínio.

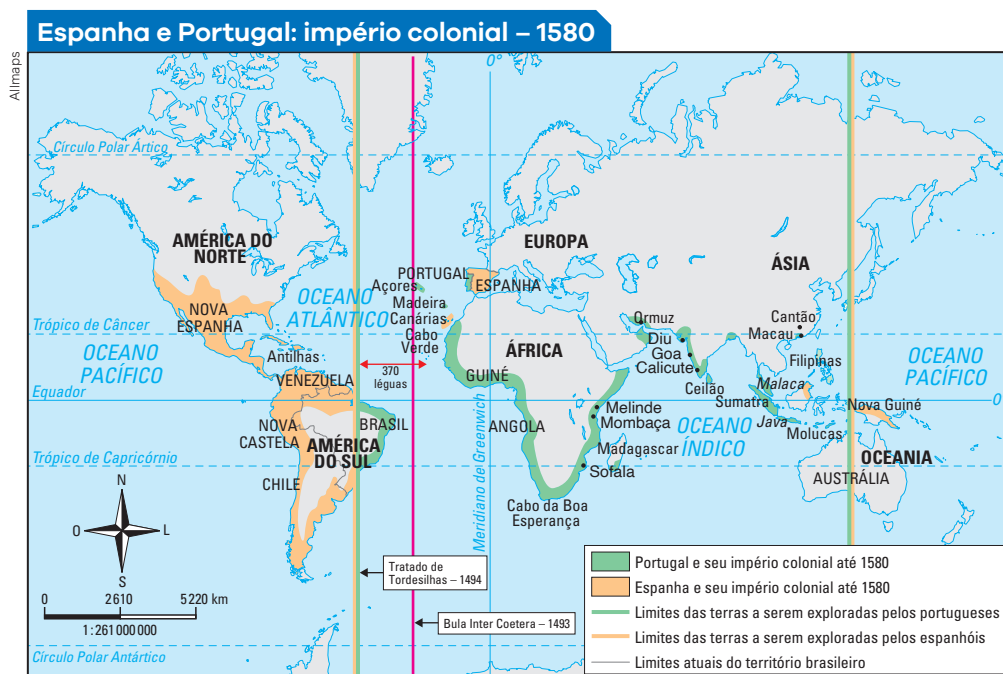
O saldo desse processo foi o desenvolvimento de um senso de superioridade dos europeus em relação aos demais povos do planeta – o eurocentrismo – que naturalizou a ideia de “descobrimento”. Tal noção sugere que a chegada dos europeus foi o marco inaugural da entrada do continente americano e de seus povos na História, ignorando que tais povos eram e são possuidores de ricas culturas e complexas trajetórias históricas que datam de período anterior ao contato com os europeus.

Dividindo o mundo: a Bula *Inter Coetera* e o Tratado de Tordesilhas

Desde o período medieval, a Igreja Católica era a responsável por arbitrar as disputas por território entre os reinos da Europa, formalizando os acordos entre eles. A Expansão Marítima trouxe consigo novas disputas de mesma natureza, dessa vez no além-mar, e, a princípio, a Igreja continuou a ser a mediadora dos conflitos.

Dessa forma, os domínios portugueses foram, desde a conquista de Ceuta, certificados pelos papas. Da mesma forma, em 1452, o papa Nicolau II concedeu ao rei português Dom Afonso V, por meio da Bula *Dum Diversas*, a permissão para escravizar os “sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo” que fossem encontrados ao sul do Cabo Bojador.

A Expansão Marítima espanhola trouxe consigo as primeiras disputas ultramarinas entre as coroas ibéricas, exigindo que a Igreja exercesse novamente seu papel de árbitra. Assim, em 1493, o papa Alexandre VI emitiu a Bula *Inter Coetera*, segundo a qual os territórios localizados a oeste de uma linha imaginária traçada a cem léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde pertenceriam à Espanha, enquanto os territórios situados a leste dessa linha caberiam aos portugueses.



Insatisfeitos com os termos do tratado, os portugueses contestaram-no e negociaram diretamente com os espanhóis, sem a intermediação do papa, um novo acordo, assinado em 1494. Conhecido como Tratado de Tordesilhas, o novo documento alterava de cem para trezentas e setenta léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde o limite que separava as terras espanholas das portuguesas, contemplando os interesses lusos. Ao prescindir da autoridade da Igreja, o Tratado de Tordesilhas tornou-se um marco da afirmação da autonomia dos Estados Modernos no âmbito das suas relações internacionais.

Algumas décadas mais tarde, em 1529, Portugal e Espanha assinariam, ainda, o Tratado de Saragoça, que, ao definir os limites dos impérios ultramarinos português e espanhol no Oceano Pacífico, tomando como referência o **antimeridiano** de Tordesilhas, completou a divisão do planeta entre as coroas ibéricas.

GLOSSÁRIO

Antimeridiano:

Meridiano exatamente oposto àquele tomado como referência.

Franceses, ingleses e holandeses na Expansão Marítima

Como vimos, Portugal e Espanha foram pioneiros no processo de unificação política, o que lhes possibilitou sair à frente das demais potências europeias na Expansão Marítima. A partir do século XVI, no entanto, franceses, ingleses e holandeses também se lançaram ao mar, acirrando ainda mais as disputas por colônias e áreas de influência por todo o planeta.

O rei da França, Francisco I (1494-1547), questionou explicitamente os tratados assinados entre portugueses e espanhóis dividindo o globo entre si. A esse respeito ele afirmou: “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha e me excluiu da partilha”. Ignorando tais tratados, os franceses deram início a seu processo de expansão marítima, estabelecendo-se às margens do Rio São Lourenço – localizado na atual província de Québec, no Canadá –, no Caribe e, posteriormente, em alguns pontos do litoral da África e da Ásia. Eles também tentaram estabelecer duas colônias no atual território brasileiro: a França Antártica (1555-1560) e a França Equinocial (1612-1615).

Os ingleses lançaram-se ao mar com mais vigor após derrotarem a “invencível Armada” espanhola, no final do século XVI. Eles se estabeleceram na costa leste da América do Norte, em certas regiões da América Central e do Caribe, na Índia e em diversos pontos do litoral africano. Foi também um navegador inglês, James Cook, o primeiro europeu a tomar posse oficialmente do território da Austrália, em 1770.

Após libertarem-se do domínio espanhol, em 1581, os Países Baixos – popularmente conhecidos pelo nome de uma de suas regiões, a Holanda – também realizaram uma vigorosa expansão marítima. Tendo à frente duas companhias monopolistas – Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) e Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (1621) –, os holandeses estiveram presentes na atual Indonésia, no Caribe e em diversas regiões das Américas, inclusive no Nordeste do Brasil, onde estabeleceram a colônia da Nova Holanda (1630-1654).



Fontes: ARRUDA, J.; PILETTI, N. *Toda a História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 20; DANIELS, P.; HYSLOP, S. *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Abril, 2004. p. 199.



1. Observe a pintura a seguir.



Museu do Prado, Madrid

Tiziano Vecelli. *Retrato de Felipe II da Espanha*, 1551. Óleo sobre tela, 1,93 m × 1,11 m.

O retrato de Felipe II expressa alguns dos elementos valorizados na construção da imagem pública dos monarcas absolutistas. Com base na análise da obra e no estudo deste capítulo, responda:

- a) O que foi o regime absolutista?
 - b) O poder dos reis era de fato absoluto? Explique.
2. (Enem – 2020)

Certos músicos agradavam tanto ao público da Corte por seu talento especial como virtuose ou como compositor, que sua fama se espalhava para além da Corte local onde estavam empregados, chegando aos mais altos níveis. Eram chamados para tocar nas Cortes dos poderosos, como aconteceu com Mozart; imperadores e reis exprimiam abertamente prazer com sua arte e admiração por suas realizações. Tinham permissão para jantar à mesma mesa — normalmente em troca de uma execução ao piano; muitas vezes se hospedavam em seus palácios quando viajavam e assim conheciam intimamente seu estilo de vida e seu gosto.

ELIAS, N. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 (adaptado).

Com base no caso descrito, qual elemento histórico do Antigo Regime contrasta com o trânsito de intelectuais e artistas pelas Cortes?

- a) Rigidez das estruturas sociais.

- b) Fragmentação do poder estatal.
- c) Autonomia de profissionais liberais.
- d) Harmonia das relações interindividuais.
- e) Racionalização da administração pública.

3. O trecho a seguir trata do Mercantilismo. Leia-o e responda às questões propostas.

A consciência de uma comunidade de interesse, o projeto de uma política econômica supunha naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado. Todas as grandes monarquias europeias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por esta via do intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais de finança, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsedantes.

DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 17.

- a) Identifique uma ideia ou prática mercantilista citada.
- b) Relacione a ideia ou prática identificada na resposta anterior aos objetivos políticos dos Estados absolutistas.

4. O mapa a seguir intitula-se *Terra Brasilis*, data de 1519 e representa a América Portuguesa nesse período.



Biblioteca Nacional de Paris, França.

Lopo Homem. *Terra Brasilis*, c. 1519. Mapa manuscrito, desenhado e iluminado sobre pergaminho, 41,5 cm × 59 cm.

Com base no que estudamos no capítulo, analise o mapa levando em consideração seus principais elementos gráficos, inclusive o fato de que sua margem esquerda corta, de forma brusca, as terras do continente sul-americano com uma linha reta. Registre suas conclusões no caderno e compartilhe com os colegas da turma.

Ferramentas da História



1. Leia o texto a seguir e responda às questões.

A estes tais [povos da Índia] cortar-lhe os governos, tomar-lhe a ribeira do mar, fazer-lhe mui boas fortalezas nos lugares principais, porque de outra maneira não haveis de meter a Índia a caminho, ou tende sempre um peso de gente nestas partes, que os tenha sempre sossegados, porque a amizade que assentardes com qualquer rei ou senhor da Índia, se a não segurardes, tende, senhor, por certo que volvendo-lhe as costas, os tendes logo por inimigos.

“E isto que digo, costume é geral cá entre eles; não há cá o primor dessas partes em guardar verdade nem amizade, nem fé, porque a não têm, e portanto, senhor, confiai em boas fortalezas e mandai-as fazer, segurai com tempo a Índia, não ponhais o covado na amizade dos reis e senhores de cá, porque não entrastes vós com querela na Índia para vos assenhoreardes o trato delas com branduras nem concerto de pazes.

ALBUQUERQUE, A. *Albuquerque, Ceaser of the East* – Selected texts. Liverpool: Liverpool University Press, 1990. p. 108.

- Em que contexto histórico esse documento foi produzido?
- Essa carta foi redigida por um nobre português, tendo como destinatário o rei Dom Manuel I. Qual era o objetivo do documento?
- Cite uma das estratégias apresentadas ao rei por Afonso de Albuquerque.
- Há, no texto, uma descrição dos costumes e valores dos povos da Índia. Como tais povos são vistos no documento?
- Afonso de Albuquerque afirma que os indianos não devem ser tratados “com branduras nem concerto de pazes”. De que forma, então, o rei deveria tratá-los?



Ficha de estudos

Capítulo 5 – Os Estados Modernos e a Expansão Marítima europeia

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

- Leia o texto do tópico (e dos subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A formação das monarquias centralizadas europeias
- O conceito de absolutismo monárquico
- A sociedade no Antigo Regime absolutista
- A Expansão Marítima europeia
- A Europa põe-se ao centro do mundo

Para ampliar

▼ Acesse

Google Arts & Culture: Mapa universal do mundo, [201-]. Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/EAUhy60h68g_4A. Acesso em: 16 ago. 2024.

A plataforma *Google Arts & Culture* apresenta, em conjunto com a biblioteca do Instituto Geográfico Nacional Espanhol, uma análise interativa do mapa-múndi oval produzido em 1540 pelo cosmógrafo alemão Sebastian Münster (1488-1552). Essa foi a primeira representação cartográfica a identificar o Oceano Pacífico (Mare Pacificum); a América do Norte, desconhecida até então, é identificada como Terra Florida; na América do Sul, vê-se o Estreito de Magalhães e o Rio da Prata. O mapa apresenta também diversos elementos que retratam o imaginário europeu durante a Expansão Marítima em meados do século XVI, como cabeças soprando os ventos para os territórios e oceanos, uma embarcação próxima a criaturas marinhas gigantes, entre outros elementos.

A cultura moderna: arte, religião e conhecimentos

▼ Para começar

1. Observe a fotografia e compartilhe com os colegas da turma o que lhe chama a atenção.
2. Qual é a relevância do trabalho desempenhado pelas cientistas para a sociedade?
3. Como a ciência e outros conhecimentos produzidos pela humanidade estão presentes em seu cotidiano?



Tiago Queiroz/Estúdio Conteúdo/AE

A pesquisadora Jaqueline Goes (em primeiro plano), coordenou a equipe que sequenciou o genoma do coronavírus em 48 horas encontrados em dois pacientes brasileiros. São Paulo (SP), 2020.

Em 2020, o vírus da covid-19 parou o mundo. Como é propagado de pessoa para pessoa, o distanciamento social foi a medida mais eficaz para controlar a contaminação. Escolas, *shoppings* e restaurantes fecharam. Muitas pessoas passaram a trabalhar em casa e, ainda assim, o vírus matou cerca de 18 milhões entre 2020 e 2021.

Equipes de cientistas no mundo todo se esforçaram para estudar o vírus e produzir uma vacina capaz de controlar a doença. Por fim, entre 2021 e 2022, a vida retornou ao seu ritmo anterior, com a vacinação em massa da população.

A covid-19 trouxe um desafio global a todas as nações. Nesse momento, os conhecimentos trocados e acumulados pela humanidade tiveram papel central para que o problema fosse controlado. Esse contexto colocou em evidência a importância da ciência para a sobrevivência dos seres humanos. Como esses conhecimentos foram desenvolvidos, trocados, selecionados e acumulados em outros momentos da história? Quais eram as motivações para homens e mulheres de outros tempos buscarem conhecimento sobre a natureza e a sociedade?

O surgimento do mundo moderno europeu

A expressão “mundo moderno europeu” se refere ao período da história europeia entre os séculos XIV e XVIII. Esse momento foi marcado por diversos processos, como a formação dos Estados Modernos, a Expansão Marítima, o Renascimento, as reformas religiosas e a construção da ciência moderna. Houve transformações políticas, econômicas, sociais e culturais em diversas regiões do mundo. É possível afirmar que as cidades europeias foram os espaços sociais privilegiados para o processo de formação do mundo moderno.

Ao longo de séculos, as diferentes sociedades humanas desenvolveram conhecimentos, técnicas, produções artísticas e culturais sobre o mundo natural e social. Criaram maneiras de intervir na natureza para suprir suas necessidades e um mundo cultural, no qual os recursos naturais são reelaborados e ressignificados pela inteligência humana. Isso só foi possível pela capacidade humana de ensinar e trocar conhecimentos com outras pessoas e culturas.

No presente capítulo, você vai estudar como sociedades de quatro continentes encontraram soluções para problemas práticos do seu cotidiano, garantiram a sobrevivência do grupo e deixaram importantes legados. Todos esses conhecimentos foram construídos ao longo de séculos com base em trocas entre culturas diferentes e passados de geração a geração. Por volta do século XV, ocorreram os primeiros contatos entre os povos americanos e o restante do mundo. Esse também foi o momento da intensificação dos contatos e das trocas entre povos e culturas dos continentes africano, asiático e europeu.

Essas novas conexões acentuaram um processo de expansão da produção econômica, das trocas comerciais e das cidades europeias que se desenvolvia desde o século XII. Muitos camponeses, nobres e membros da Igreja passaram a migrar e viver nas cidades. No entanto, o principal símbolo dessa transformação foi o surgimento da burguesia, grupo social cuja riqueza decorria da produção e comercialização de mercadorias e de atividades bancárias. Com ela, apareceram novas formas de se obter riqueza e viver com luxo, conforto e prestígio social e político. E, também, novas práticas de controle da ordem social e dos indivíduos.

As novas atividades profissionais e comerciais, assim como a necessidade de organização do espaço urbano, exigiram pesquisas, reflexões e produção de conhecimento. Além disso, os contatos comerciais e culturais das cidades europeias com regiões da África e do Oriente favoreceram a criação de universidades, bibliotecas e centros de estudos. Esse conjunto de relações impactou a forma como os europeus viviam e pensavam sua religiosidade e suas ações no mundo. Foi nesse contexto que surgiram novas formas de compreender o ser humano, que passou a ser valorizado em sua capacidade de transformar a história e a natureza. Além disso, houve um fortalecimento da ideia do indivíduo como um ser religioso e ligado a Deus.

Historicamente, houve um desequilíbrio na forma como algumas sociedades se apropriaram dos conhecimentos de outras, muitas vezes sem dar o devido reconhecimento à sua sabedoria. Tal desequilíbrio se intensificou a partir do colonialismo inaugurado nesse período. As sociedades europeias exploraram materialmente povos de outros continentes, não respeitando sua cultura, sua religião e seus conhecimentos. Hoje sabemos que muito do que foi desenvolvido de conhecimento tecnológico, assim como o próprio desenvolvimento da ciência moderna na Europa só foi possível com base no contato com outras sociedades.

O astrônomo Taqi ad-Din em seu observatório em Galata, Istambul, c. 1581. O observatório foi fundado em 1557, sob o reinado de Murad III.

Biblioteca da Universidade de Istambul, Turquia



Contexto histórico-cultural do início da época moderna

O surgimento de um mundo novo, com novas alternativas e possibilidades, é necessariamente uma reconexão entre diversos elementos já existentes na realidade concreta. A seguir, ressaltamos algumas características marcantes desse período.

Humanismo

O humanismo foi um movimento de renovação do pensamento medieval, principalmente por meio da recuperação das tradições e de estudos de tratados filosóficos e literários da Antiguidade Clássica. Os humanistas defenderam um programa de reforma educativa e criaram formas de ler e interpretar os textos antigos, gerando ideias sobre as relações do ser humano com a vida e com a natureza. No campo da religião, contribuíram para romper com concepções tradicionais da Igreja Católica, sobretudo no norte da Europa, estudando criticamente a religião católica e a sua estrutura.

O papel da Igreja Católica

Durante o medievo, aspectos da cultura greco-romana foram preservados e debatidos no âmbito da Igreja por meio de livros e textos existentes nas bibliotecas de escolas monásticas, catedrais e universidades. Essas ações do clero forneceram condições para os estudos humanistas. As catástrofes, epidemias e escassez elevaram o sentimento de culpa e impulsionaram a busca pela salvação, seja por meio da busca por **indulgências** e **simonias**, seja pelo crescimento de práticas públicas, como procissões, peregrinações e flagelações.

O questionamento ao poder da Igreja Católica Romana

Desde seus primórdios, a Igreja Católica Romana precisou lidar com questionamentos e criar normas do que seria a fé verdadeira. Sempre houve diferenças de compreensão de fé e de normas locais. Para combater essa diversidade e centralizar a **ortodoxia**, a Igreja definiu como **heresia** tudo aquilo que fosse contra a verdade dita pela instituição. A criação da Igreja Católica Ortodoxa, de organizações religiosas mendicantes nos séculos XII e XIII – em busca de uma vida mais simples – e as igrejas locais distantes do poder de Roma produziram grande diversidade na cristandade.

O intercâmbio cultural com o Império Bizantino

Constantinopla, capital do Império Bizantino, tornou-se o centro econômico e cultural das relações entre o Oriente e a Europa. Em função do comércio marítimo, os europeus tinham um forte contato e relações culturais com os bizantinos. Além disso, muitos intelectuais bizantinos perseguidos no império fugiram para outras regiões da Europa, principalmente após o domínio dos turcos-otomanos, e contribuíram para o desenvolvimento do humanismo europeu.

A invenção da imprensa

A imprensa, na Europa, foi criada por volta de 1450 por Johannes Gutenberg, com base na apropriação de uma tecnologia chinesa. A impressão possibilitou a reprodução e a divulgação de textos em diversas cidades europeias. A invenção de Gutenberg contribuiu para a circulação de ideias, debates e pesquisas de humanistas, além de aumentar o contato de cristãos com a Bíblia e as obras humanistas, contribuindo para o questionamento da autoridade católica.



Podcast
Imprensa:
a invenção
que mudou
a história

O mecenato

Os mecenas eram pessoas de setores abastados da sociedade europeia, como burgueses, membros da Igreja, nobres, príncipes e monarcas, que patrocinavam artistas, filósofos, pesquisas e invenções. Além da autopromoção dos mecenas, o ato de financiar grandes artistas e pensadores contribuiu para a produção de uma nova cultura e para a transmissão de valores e comportamentos. Assim, os mecenas simbolizam uma prática social de construção de poder e prestígio social e político. No contexto religioso, a proteção dos primeiros reformadores por nobres e burgueses possibilitou a criação de novas igrejas cristãs.

Erasmus de Roterdã (1466-1536) foi um dos principais humanistas cristãos, tendo sido responsável por diversas críticas e propostas de reformulação do catolicismo.

Artefact/Alamy/Fotoarena



Hans Holbein, o Jovem. *Retrato de Erasmus de Roterdã*, 1523. Óleo sobre tela, 32 cm x 42 cm.

GLOSSÁRIO

Heresia: teologia, interpretação, ideia ou prática religiosa que contraria a doutrina estabelecida pela Igreja, que passa a ser rejeitada como falsa e que pode levar seu proponente a sofrer diversas penas, inclusive de morte.

Indulgência: perdão dos pecados, com a absolvição da ofensa à fé pela Igreja.

Ortodoxia: teologia, interpretação ou dogma que passa a ser considerado como a única verdade aceita pela Igreja.

Simonia: compra e venda de objetos e práticas religiosas como forma de garantir misericórdia e benefícios de Deus e da Igreja.

GLOSSÁRIO

Arco ogival:

forma determinada por dois arcos simétricos, criando um ângulo agudo na parte superior. Na arquitetura árabe, que influenciou o norte da África, o arco ogival era a base de sustentação das construções, distribuindo o peso nas colunas.

Conhecimentos e técnicas da África, América e Ásia

O que são conhecimentos? De um ponto de vista multicultural, é possível afirmar que tudo aquilo que está relacionado a formas de pensamento e intervenção no mundo criadas pelas mais diversas sociedades ao longo dos tempos são conhecimentos. A forma como as pessoas dançam, resolvem equações matemáticas, produzem obras de arte, sequenciam o material genético de um vírus ou interpretam a História são exemplos de conhecimentos humanos. Os conhecimentos produzidos ao longo de séculos por diferentes sociedades circulam e transformam o olhar dos seres humanos sobre si mesmos e sobre o mundo, condição fundamental para a formação da Modernidade.

Conhecimentos dos povos africanos

Entre os séculos IX e XVI, povos africanos desenvolveram conhecimentos e importantes centros de estudos, bibliotecas, mesquitas e madraças para onde convergiam pessoas de diversas partes da África, da Europa e da Ásia.



Madraça de Sankoré ou Universidade de Sankoré, fundada em 989. Tombuctu, Mali, 2021.

LE PICTORIUM/Alamy/Fotoarena

No litoral mediterrâneo, existiram cidades comerciais importantes, enquanto na região do Deserto do Saara havia cidades ocupadas devido à existência de água e de fontes de sal. No Sahel, cidades como Tombuctu e Djenné desenvolveram técnicas de extração de ouro e outros metais, conhecimentos de plantas medicinais, alimentares e para tinturas, além de estudos de Astronomia, Matemática, Gramática, História, Geografia, Retórica, Direito e Teologia Islâmica.

Da região das florestas tropicais e equatoriais até as regiões centrais da África, a cultura oral predominava, com tribos e reinos transmitindo seus conhecimentos em rituais sagrados e visitas de cantores, contadores de histórias e organizadores de cerimônias sociais. Os conhecimentos e as técnicas inovadoras foram fundamentais para a metalurgia, a construção de habitações, a extração de cobre e de madeiras tintoriais e a produção têxtil. No Centro-Leste africano, surgiram cidades fortemente marcadas pelo comércio com os reinos asiáticos e pela produção metalúrgica e de embarcações.

Tanto nas regiões de cultura letrada quanto nas localidades onde a oralidade predominava, havia uma visão de forte relação entre natureza e sociedade, estabelecendo o espaço social como um lugar de bem-estar físico, mental e espiritual. Essa visão holística dos conhecimentos estava ligada às tradições islâmicas e dos povos de tradição iorubá e bantu.

As técnicas agrícolas, de criação de animais e de construções de habitações e edificações coletivas passaram por modificações importantes e paulatinas a partir do século VIII, com conexões entre as culturas árabe, muçulmana e tradicionais da região. Isso fez com que, no final do século X, pequenas vilas da África Subsaariana Ocidental desenvolvessem técnicas de construção de casas e ruas fechadas. As técnicas africanas de construção foram posteriormente utilizadas nas construções na América Portuguesa.

No campo das técnicas agrícolas, os povos das regiões das florestas e savanas se especializaram na produção de noz-de-cola, fruto que tem funções estimulantes e de saciedade. Além disso, nessa região se encontram mais de 200 plantas índigo, de onde é possível extrair diversos tons de azul, alguns raros na Europa naquele contexto. Outra marca importante da cultura africana, principalmente dos povos que cultuavam seus antepassados (orixás), era a utilização de plantas para técnicas de cura. As folhas sagradas (ewé orò) das culturas iorubá eram a chave para os rituais de equilíbrio físico e espiritual.

Escavação do século XVIII com técnica africana, sendo notável o **arco ogival** na manutenção da estabilidade da mina.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Mina do Chico Rei. Ouro Preto (MG), 2016.

Conhecimentos dos povos originários da América

Os conhecimentos dos povos originários da América são construções históricas que evidenciam a diversidade e a complexidade dessas sociedades. Em sua essência, esses povos compartilhavam conhecimentos holísticos da natureza, situando os seres humanos como parte integrante do mundo natural. A maioria dessas culturas não fazia uso da escrita, utilizando a tradição oral como principal meio de transmitir saberes e técnicas.

A sociedade inca habitava, entre outros territórios, a região andina, na América do Sul. Seus conhecimentos eram predominantemente transmitidos de forma oral e por meio de imagens, com base na organização material de utensílios e com uma abordagem holística. No centro dessa civilização estava o culto a Pachamama, nome que pode ser traduzido como “mãe terra” ou “a natureza”. Com base nos conhecimentos astronômicos, nas técnicas agrícolas e nos rituais, desenvolveu-se um profundo respeito pela natureza. A criação de alpacas e lhamas, o entendimento da fertilidade do solo de acordo com as estações do ano, o conhecimento de plantas medicinais e alucinógenas, as técnicas de cultivo e os saberes acerca de plantas comestíveis e suas propriedades permitiam que rituais sagrados vinculassem a sociedade com a natureza. Nessa sociedade, as mulheres tinham um papel importante na governança e na conexão entre conhecimentos sagrados e mundanos.

Os povos da América Central compartilhavam conhecimentos dos ciclos astronômicos e agrícolas. De maneira semelhante aos incas, os astecas e maias tinham conhecimento sobre fumos, cogumelos e plantas que ajudavam na respiração e tinham efeitos curativos e alucinógenos, sendo exercidos por homens e mulheres. Como não tinham acesso ao ferro, os astecas fabricavam suas ferramentas e armas utilizando uma rocha derivada de lava vulcânica, conhecida como obsidiana, e sílex, uma rocha dura. Esses povos foram os pioneiros na invenção da roda e construíram extensos canais e lagos que serviam como vias navegáveis para suas canoas. Além disso, maias e astecas desenvolveram sistemas de escrita com elementos pictográficos.

Os povos ameríndios da América do Sul estabeleceram diversas sociedades em várias regiões do atual Brasil, incluindo sociedades nômades, seminômades e até uma rede de cidades às margens da bacia do Rio Amazonas. De maneira geral, as populações ameríndias contavam com os pajés (sábios, sacerdotes e curandeiros), que, dependendo da etnia, poderiam ser homens ou mulheres. Cabia a eles a tarefa de cuidar da saúde, transmitir conhecimentos e preservar saberes relacionados à natureza e à sociedade. Esses conhecimentos ameríndios foram posteriormente incorporados por médicos europeus em seus tratamentos, fazendo uso das plantas indígenas em suas atividades.

Na atualidade, os conhecimentos indígenas têm sido fundamentais para repensar as relações entre os seres humanos e a natureza, em um contexto de enfrentamento da emergência climática e de desastres naturais em diversas partes do mundo. Cada vez mais vozes indígenas são ouvidas no debate em torno dos problemas relacionados à preservação do meio ambiente.

Para ampliar

Para ler

O livro dos jogos das crianças indígenas e africanas, de Carlos Seabra e com ilustrações de William Yukio (Estrela Cultural, 2019).

O livro trata de jogos indígenas e africanos e é acompanhado de dois tabuleiros e cinco jogos, possibilitando não somente o aprendizado de saberes desses povos, mas também a prática dessas brincadeiras.



Editora Estrela Cultural

Mauro Pimentel/AFP



A jovem ativista indígena de Rondônia Txai Suruí discursava durante evento. Rio de Janeiro (RJ), 2023.

Conhecimentos dos povos asiáticos

Os conhecimentos dos povos asiáticos são milenares e contribuíram para a renovação dos conhecimentos e da cultura europeia na Modernidade, com a circulação de técnicas de navegação, produção de utensílios, louças de porcelana, tecidos de seda, a produção de papel e a impressão por tipografia.

Os chineses tinham uma longa e duradoura tradição filosófica que unia natureza e sociedade, com instituições dedicadas à pesquisa de novos conhecimentos e filosofia desde o século X. Além disso, eles foram os inventores da bússola e da pólvora e difundiram o consumo de alimentos como o arroz e o macarrão.

A porcelana foi uma invenção originária do sul da China, no início da Dinastia Shang (1600 a.C.-1046 a.C.). Durante a Dinastia Ming (1368-1644), a cidade de Jingdezhen tornou-se um centro de produção de porcelana, com esmaltes monocromáticos (branco e azul) e multicoloridos com cores contrastantes. Nesse período, o navegador Zheng He (1371-1433) liderou uma frota expansionista de grandes embarcações chinesas em rotas comerciais no Oceano Índico.

Os conhecimentos na Índia partiam do princípio de que o mundo era aparência e a essência estava na divindade Brahma, que era una e indivisível. Para os indianos, todas as coisas estavam interligadas: o corpo, a mente, o espírito e as divindades. A ciência da medicina tradicional indiana começou a ser desenvolvida há cerca de 7 mil anos. Para a *ayurveda* (ciência da vida), a doença estaria além dos sintomas desagradáveis ou perigosos para a vida.

Para curar as doenças, a *ayurveda* faz inicialmente uma pesquisa sobre os desequilíbrios do corpo e da mente. Depois, é possível ministrar cuidados para reequilibrar o organismo. Na cura, utilizam-se reeducação alimentar, fitoterapia (remédios baseados em plantas), ioga (meditação indiana), massagens e óleos essenciais.

Além disso, os números como conhecemos hoje foram criados na Índia e chegaram à Europa pelos árabes, com modificações. Foram os indianos que formularam a ideia do número zero, que depois foi utilizada pelos árabes e chineses. Os chamados números indo-arábicos serviram para cálculos comerciais diversos, para estudos astronômicos e de navegação, para a construção de embarcações mais velozes e seguras, entre outros.

Durante a Idade Média, árabes e judeus tinham conhecimentos abrangentes sobre o mundo. Esses povos possuíam cópias de obras de pensadores da Antiguidade e contribuíam para a produção de conhecimento sobre a realidade. A tradução das obras da Antiguidade para línguas árabes permitiu posteriormente a tradução para o hebraico por judeus e, mais tarde, para as línguas europeias. Além disso, os árabes tinham familiaridade com as tradições e os conhecimentos dos chineses e indianos, com os quais mantinham trocas culturais e comerciais no Oceano Índico há séculos. Os relatos de viagens realizados por árabes que chegaram às mãos de navegadores europeus serviram de estímulo à exploração marítima.



Hemis/Alamy/Fotorena

Porcelanas chinesas produzidas durante a Dinastia Ming, entre os séculos XIV e XVII.

O Renascimento europeu

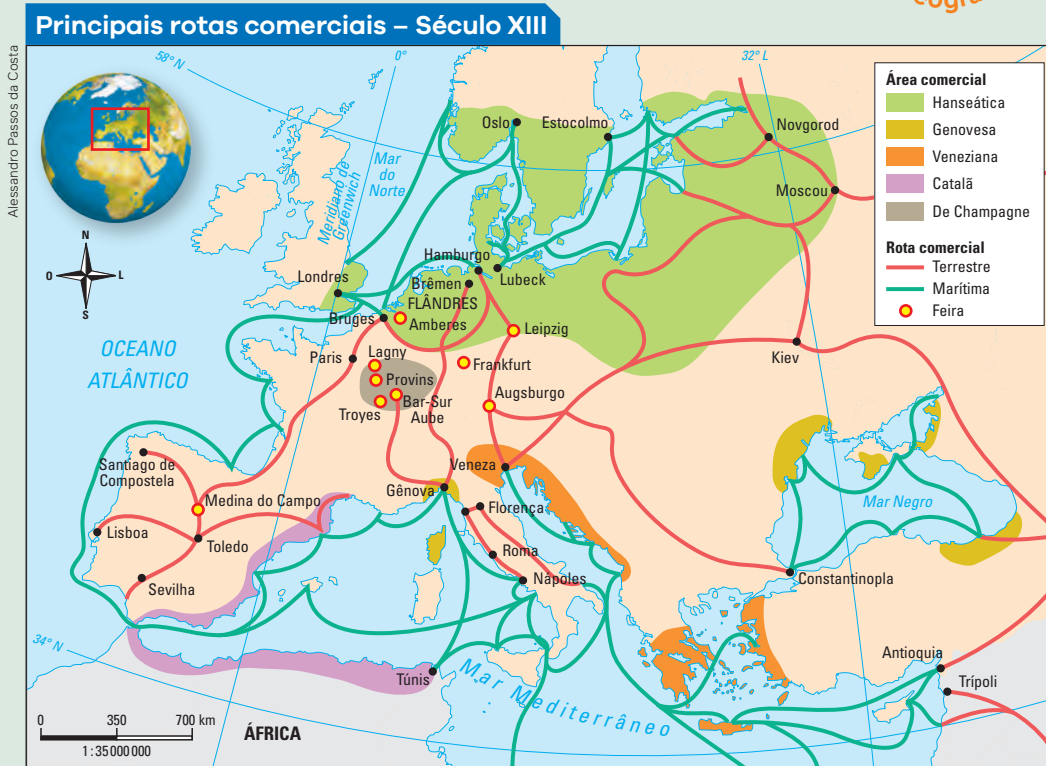
O Renascimento foi o período da história da Europa ocidental situado entre os séculos XIV e XVI. Nesse período, um conjunto de modificações marcou a cultura europeia, impactando as artes visuais, a literatura, a escultura, a arquitetura, os saberes científicos, a linguagem, a política e a economia. Essas mudanças apresentavam como aspecto principal novas formas de compreensão do mundo e do ser humano. Esse processo teve início em cidades italianas como Veneza, Florença e Roma e expandiu-se para várias outras regiões da Europa, como França, Países Baixos, Inglaterra e reinos germânicos.

A concepção de ser humano moderno na Europa

A dimensão humana passou a ser valorizada, sem deixar de lado a religiosidade. Os humanistas também passaram a valorizar a cultura não cristã, sobretudo a da tradição clássica. O ser humano era “a medida de todas as coisas”, “o ser racional”, “o Deus do mundo”. No entanto, nem todos os indivíduos foram pensados como “seres humanos plenos”, sobretudo quando os europeus passaram a se comparar com os americanos, africanos e asiáticos.

Embora a ideia de humanidade dos renascentistas parecesse incluir todos os seres humanos, os homens modernos estavam voltados para as culturas, formas de vida e aparências construídas nas regiões do ocidente europeu. As mulheres também estavam excluídas desta concepção plena de ser humano.

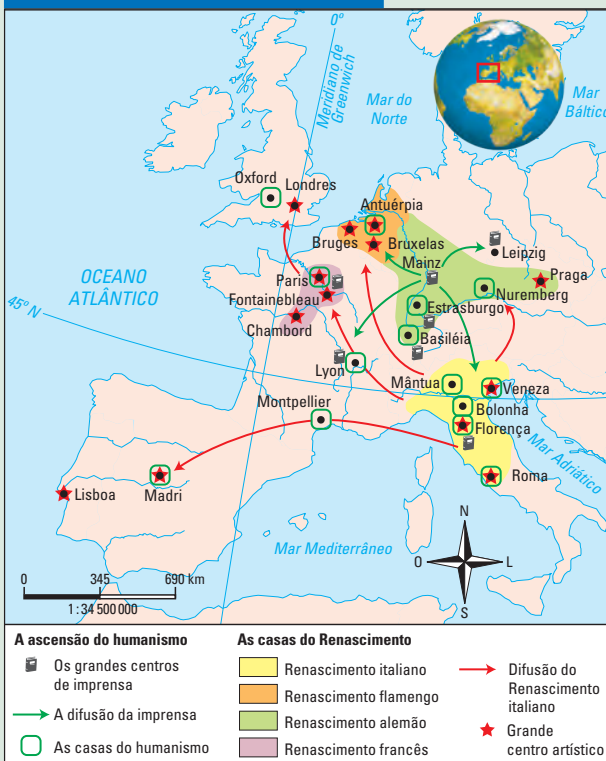
Analise os mapas e responda o que se pede.



Fonte: DUBY, G. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 60-63.

As cidades italianas destacaram-se nesse processo, sobretudo pelo domínio do comércio mediterrâneo e pelos contatos culturais com o Oriente. A região francesa, com suas feiras, foi estratégica para a articulação de rotas terrestres do comércio oriental com o norte da Europa. Já as cidades da Península Ibérica prosperaram como pontos de abastecimento no comércio que ligava o Mediterrâneo aos mares do norte.

Europa: principais centros renascentistas – Século XVI



Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse Editorial, 2007. p. 162.



- Qual é o tema central abordado pelos mapas?
- Cite pelo menos duas cidades consideradas importantes centros do humanismo e duas consideradas fundamentais para a difusão da imprensa.
- Analisar o primeiro mapa e responder: Quais eram as cidades que dominavam as rotas comerciais para o Oriente?
- Articulando os mapas, responder: Qual é a relação entre os centros artísticos, de imprensa e do humanismo e as transformações econômicas que ocorriam na Europa desde o século XIII?

Características do Renascimento europeu

Enquanto, na Idade Média, Deus era o centro do mundo (teocentrismo), no Renascimento, os valores e as realizações humanas tornaram-se o ponto principal das reflexões, dos experimentos e das explicações do mundo (antropocentrismo). A referência de cultura para os renascentistas foi a **Antiguidade Clássica**, com a apropriação dos textos clássicos para produzir saberes que superassem os antigos e pudessem ser aplicados no mundo moderno.

O **individualismo** moderno significa reconhecer que os indivíduos são diferentes entre si, com desejos, talentos, racionalidade, liberdade de criação e infinitas possibilidades de experiências com o mundo no qual estão inseridos. Assim, os pensadores destacavam o poder singular de intervenção humana sobre a natureza, transformando a realidade social e histórica do mundo por meio da **razão**.

Com o Renascimento, houve o início de um lento processo de enfraquecimento do poder da religião sobre a sociedade. A concepção do ser humano como agente transformador e da razão como capacidade de explicar os fenômenos humanos e da natureza contribuiu para a **secularização do conhecimento**. A religiosidade não foi abandonada, mas a Igreja passou a ser vista como uma instituição humana, e sua autoridade começou a ser questionada.

As artes na Europa renascentista

A região norte da Itália foi pioneira no desenvolvimento do Renascimento. O ponto de partida foi a obra *Divina comédia*, do italiano Dante Alighieri (1265-1321). Escrita ainda no medievo, ela já apresentava elementos modernos. É um poema redigido em toscano, com estilo clássico, cuja narrativa valoriza a experiência terrena humana. Já no século XIV, surgiram Francesco Petrarca (1304-1374), que abordou as emoções e os sentimentos humanos em sua literatura, e Giovanni Boccaccio (1313-1375), que escreveu sobre o cotidiano das relações humanas.

A cidade e a burguesia de Florença viviam um momento de grande riqueza e financiamento de artistas e seus projetos. O arquiteto Brunelleschi planejou a construção da cúpula da Catedral de Santa Maria del Fiore, considerada um dos marcos da arquitetura renascentista. A difusão da arte italiana para outras regiões da Europa também apresentava inovações. Foi o caso de Jan Van Eyck (1390-1441), pintor flamengo, da região onde se encontram atualmente os Países Baixos e a Bélgica. Na Alemanha, o pintor Albrecht Dürer realizou estudos sobre o espaço pictórico. Ambos foram responsáveis pelo desenvolvimento da perspectiva.

O século XVI é considerado o auge do Renascimento. Foi o período de produção de Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael. Suas obras orientaram a arte ocidental nos séculos seguintes. A representação da figura humana por esses artistas demonstrava um alto nível de conhecimento de anatomia e movimentos corporais. Na poesia, destaca-se o português Luís de Camões (1524-1580). O seu poema épico *Os Lusíadas* (1572) versou sobre os feitos de Portugal na Expansão Marítima. No teatro, o dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1618) representou as diversas dimensões do ser humano.

O desenvolvimento da perspectiva simbolizou a nova compreensão do espaço com base na matemática. Com ela, os artistas passaram a representar suas imagens de forma proporcional. Isso possibilitou, por exemplo, a representação do ser humano dentro dos espaços respeitando os tamanhos dos objetos. Com a perspectiva, foi possível criar efeitos visuais de tridimensionalidade, profundidade e simetria.

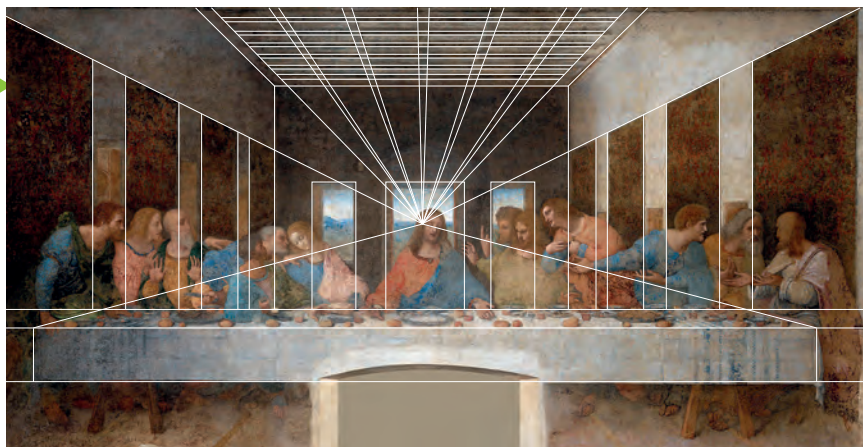
Os estudos de Leonardo da Vinci compuseram diversas teorias e ampliaram o conhecimento sobre a simetria, as proporções e a anatomia humana.



Leonardo da Vinci. *O homem vitruviano*, 1490. Caneta e tinta sobre papel, 34,3 cm × 24,5 cm.

As linhas representam a divisão geométrica do espaço, pela qual é possível identificar, na cabeça de Cristo, o ponto de fuga (referência do desenho para que as demais linhas possam ser traçadas).

Leonardo da Vinci. *A última ceia*, 1498. Óleo e têmpera sobre pedra, 4,60 m × 8,80 m.



Museo del Cenacolo Vinciano, Milan

A filosofia natural moderna na Europa



A filosofia natural da época moderna europeia surgiu dos cruzamentos entre conhecimentos de várias partes do mundo. A Expansão Marítima possibilitou, ao mesmo tempo, a conexão comercial e intelectual entre quatro continentes, a reelaboração de saberes em um sistema filosófico e a dominação de povos de diversas partes do mundo. A reformulação das formas de compreensão da natureza e da sociedade na Europa criou uma ligação entre saberes técnicos e conhecimentos eruditos, propiciando a Revolução Científica. O conhecimento europeu passou por um processo de construção durante a Idade Moderna, promovendo a união entre especulação filosófica e formas de comprovação próprias da experimentação.

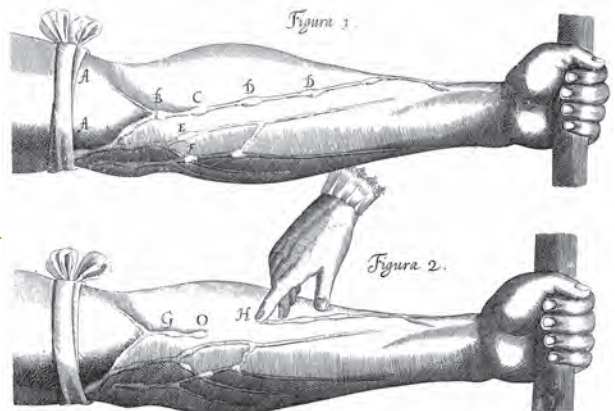
Para o historiador das ciências Paolo Rossi, cinco elementos são centrais para a compreensão da Revolução Científica: a indistinção entre a essência dos corpos naturais e dos corpos artificiais; a noção de experimento construído artificialmente, para a confirmação ou não de uma teoria; a exploração de novas áreas do conhecimento, de novos problemas e continentes; a criação da figura do inventor, daquele que produz um conhecimento, um experimento, uma técnica ou uma ideia nova; e por fim, o oportunismo metodológico utilizado pelos filósofos naturais, que, ao pretenderem a criação de ideias, desviavam-se da exatidão absoluta dos argumentos lógicos da academia.

O racionalismo moderno

Nesse contexto, a ideia de racionalidade humana cresceu, mantendo uma conexão explícita com a compreensão religiosa do mundo. Os filósofos naturais dessa época consideravam que o ser humano era a forma mais perfeita da criação divina, que deveria dominar, controlar e utilizar a natureza a seu favor. Assim, as investigações filosóficas tinham grande interesse na natureza, estabelecendo explicações lógicas para a funcionalidade dos elementos existentes no planeta. O pensamento racional moderno propôs a ideia de que haveria um método de investigação baseado na observação da natureza e em sua ligação com o comportamento da sociedade.

No século XVI, na Europa, foram estabelecidos os fundamentos do pensamento científico com ênfase na precisão alcançada por meio da experimentação. A colaboração entre filósofos naturais e segmentos privilegiados da sociedade viabilizou o financiamento de pesquisas por parte de nobres, burgueses e, posteriormente, sociedades científicas. Nestes espaços, somente homens eram aceitos, excluindo as mulheres do fazer científico.

Os estudos europeus modernos sobre anatomia e corpo humano iniciaram-se na Universidade de Bolonha, na Península Itálica. No século XIII, com base nas leituras de livros de médicos árabes, como Ibn Sina (Avicena), os europeus começaram a estudar a cirurgia e a forma do corpo humano. Entre os séculos XV e XVIII, os estudos anatômicos avançaram bastante, principalmente pela popularização das técnicas de dissecação e pelas novas possibilidades de representação artística. Com as técnicas de perspectiva e desenho realista, era mais fácil representar órgãos, partes do corpo, músculos e sistemas, destacando-se os estudos de Andreas Vesalius e William Harvey.



UIG/Bridgeman Images/Fotorena

A ilustração, feita no século XVII, demonstra a circulação do sangue, apresentando os vasos sanguíneos do braço de um ser humano.

William Harvey. Ilustração presente na obra *De motu cordis*, 1628.

As reformas religiosas

As reformas religiosas foram movimentos com fundamentos teológicos que tiveram grandes repercussões econômicas, políticas, sociais e culturais. A vida cotidiana e os problemas sociais repercutiram intensamente na vida religiosa europeia. As relações sociais foram marcadas pela desesperança e insegurança em relação ao futuro. Entre os cristãos, surgiram crenças de que o fim dos tempos se aproximava e de que os eventos catastróficos simbolizavam as punições de Deus para aquela sociedade, considerada pecadora.

As ações dos reformadores ocasionaram o surgimento de novas igrejas cristãs. Elas podem ser divididas em dois movimentos: a Reforma Protestante, conduzida por reformadores que surgiram no interior do catolicismo e promoveram uma renovação da religiosidade cristã; e a Reforma Católica, que consistiu em ações realizadas pelo clero católico em reação à difusão do protestantismo pela Europa.

Reforma Luterana

Martinho Lutero (1483-1546), monge católico agostiniano, é considerado o primeiro reformador. Foi leitor de Santo Agostinho, para quem a salvação dependia de Deus, e de Mestre Eckhart, frade dominicano que considerava salvo aquele que aceitava o poder de Deus em sua alma. Imbuído dessas leituras e de outros estudos, Lutero escreveu suas 95 teses e as divulgou em 1517. Esse ano é considerado o marco inicial das reformas protestantes. As ideias de Lutero espalharam-se pela Alemanha, Suécia, Noruega e Dinamarca. Humanistas, artistas renascentistas, parte da nobreza e das cidades burguesas do norte da Europa aderiram ao luteranismo.

A difusão das ideias de Lutero provocou a reação da Igreja Católica. O clero, apoiado pelo Sacro Império Romano-Germânico, tentou reprimi-lo. No entanto, ele teve o apoio de príncipes alemães que rivalizavam com a autoridade da Igreja e do Sacro Império. A Reforma Luterana foi uma oportunidade política para parte da nobreza alemã, no rompimento com o domínio católico e apropriação de suas terras e riquezas. Ao conceder liberdade religiosa aos nobres, o Sacro Império colaborou para a expansão da Igreja Luterana.

Em 1521, na Dieta (Parlamento) de Worms, Lutero reuniu-se com representantes da Igreja Católica e com o imperador católico Carlos V. Pressionado a abandonar suas ideias, Lutero se manteve firme em suas crenças. Para ele, o papa não era a única autoridade responsável por interpretar a Bíblia e, além disso, não era infalível. Assim, a Bíblia era a única fonte de verdade infalível sobre Deus. Baseando-se nessa concepção, Lutero considerou importante que todos lessem o livro sagrado, por isso traduziu a Bíblia para o alemão, ensinando o povo a ler.

Com base na ideia da **infallibilidade da Bíblia**, Lutero considerava que nela estava a **salvação pela fé**, pois somente esta possibilitava a misericórdia de Deus. A leitura do Evangelho pelo cristão permitiria o contato da alma com Deus por meio da fé, proporcionando a salvação, que não poderia ser dada pelas ações pessoais.

Lutero defendeu a teoria do **sacerdócio universal**, isto é, de que todo cristão poderia conduzir sua prática religiosa lendo e interpretando livremente a Bíblia. Nesse sentido, não era necessária a existência de intermediários

para que os fiéis tivessem contato com Deus e cuidassem de sua vida religiosa. Em relação à **nova organização da Igreja**, Lutero eliminou o clero regular e eliminou a necessidade do clero regular e das ordens religiosas na nova igreja; estabeleceu o fim do celibato; proibiu a adoração de imagens; manteve o batismo e a eucaristia como os únicos sacramentos; e passou a realizar os cultos em língua alemã.

A obra exalta o processo da Reforma Protestante, colocando ao centro a imagem de Lutero queimando o documento da Igreja que determinava sua excomunhão.

Biblioteca do Congresso, Washington D.C.



H. Breul. *Vida de Martinho Lutero e heróis da Reforma*, 1874. Litografia.

Os anabatistas

O movimento religioso dos anabatistas teve início com o alemão Thomas Müntzer (1490-1525), teólogo que, no início das reformas protestantes, teve influência das ideias de Lutero. Posteriormente, distanciou-se do luteranismo. Considerava que o fim dos tempos se aproximava e que os escolhidos de Deus deveriam viver separados em uma vida comunitária na qual tudo seria partilhado coletivamente. Para isso, deveriam ser batizados novamente. Müntzer também defendia o fim das desigualdades sociais para se alcançar o reino de Deus na Terra. Suas ideias se espalharam e provocaram revoltas camponesas. Lutero e a nobreza se opuseram às revoltas, o que provocou a repressão dos camponeses e a execução de Müntzer em 1525.

As ideias anabatistas se difundiram e influenciaram pessoas em outros lugares, como Zurique, na Suíça. O movimento ganhou apoio das elites, de artesãos e de comerciantes urbanos. Eles defendiam que, para ser cristão, era necessário escolher sê-lo e, assim, passar por um novo batismo. Por isso, eram contra o batizado de crianças recém-nascidas. Com isso, passaram a rebatizar cristãos que, por escolha, queriam se tornar anabatistas. Em função dessa prática, eles foram perseguidos por outras igrejas, como a Luterana e a Católica.

A Reforma Calvinista

A Reforma Calvinista foi conduzida por João Calvino (1509-1564). Com formação religiosa católica, Calvino tornou-se luterano por volta de 1533 e fugiu para a Suíça em função das perseguições que passou a sofrer. As ideias de Calvino se expandiram para a Inglaterra, a Irlanda, a Escócia, os Países Baixos e a Suíça. As igrejas presbiterianas são as mais associadas ao calvinismo.

A principal ideia de Calvino foi a **doutrina da predestinação**. Segundo esse pensamento, a salvação dos seres humanos foi definida por Deus, um ser onisciente que conhece toda a trajetória das pessoas, desde o nascimento até a morte. Cabe aos indivíduos aceitar esse mistério, pois o destino é imutável, independentemente do fato de as pessoas praticarem boas obras ou terem fé em Deus.

Para o calvinismo, não é possível saber se haverá salvação ou não. É preciso acreditar que é o **escolhido**. Caso haja dúvidas, significa que não existe fé. Para deixar as incertezas de lado, Calvino recomendava que as pessoas trabalhassem, pois o trabalho promovia a autoconfiança, confirmando o compromisso do indivíduo com Deus.

Além de muito trabalho, a vida para os calvinistas deveria ser austera, sem luxo e ostentação. A riqueza adquirida no trabalho deveria ser reinvestida na busca incessante do sucesso. Assim, Calvino não era contrário ao lucro. Essa visão de mundo agradou parcelas da burguesia, uma vez que ia ao encontro da sua forma de vida e trabalho.



Retrato de João Calvino, c. 1550.
Óleo sobre tela, 44,5 cm x 37 cm.

Museu do Convento de Santa Catarina, Utrecht

Reforma Anglicana

A Reforma Anglicana ocorreu na Inglaterra e esteve relacionada ao processo de centralização do poder monárquico inglês. Henrique VIII era cristão aliado da Igreja Católica, mas rompeu com o clero. O motivo imediato foi o pedido de divórcio de Catarina de Aragão, recusado pelo papa. Diante da recusa, em 1531, Henrique VIII proclamou-se protetor da Igreja inglesa. Em 1534, decretou o Ato de Supremacia, criando a Igreja Anglicana e tornando-se seu chefe.

Henrique VIII passou a nomear os bispos, apropriando-se também dos bens do papado na Inglaterra. Dessa forma, o monarca ampliou seu poder político, econômico e social, pois utilizou o poder religioso para se legitimar perante a sociedade. Além disso, com a posse das terras e riquezas da Igreja Católica, ele realizou uma política de construção de alianças, distribuindo parte das propriedades entre os nobres e representantes do Parlamento que o apoiassem. Ao final desse processo, Henrique VIII conseguiu fortalecer seu poder político. Contudo, a disputa entre suas filhas, uma católica e outra anglicana, provocou conflitos religiosos.

A Reforma Católica

Diante do avanço das igrejas reformadas, a Igreja Católica tentou reprimir grupos protestantes e criar missões religiosas para a conversão daqueles considerados infiéis e pagãos. Além disso, as autoridades católicas decidiram reformar o clero por meio de melhorias nas formações dos padres e da criação de ordens religiosas, como a dos capuchinhos, mais conectadas com o cotidiano popular. Essas ordens passaram a oferecer ajuda espiritual, cuidados médicos (hospitais) e educacionais (escolas).

Entre as ações do clero católico, destaca-se a **criação da Companhia de Jesus** (1540), cujo trabalho foi direcionado à conversão ao catolicismo, à promoção da educação religiosa, à assistência médica e à difusão do Evangelho. A expansão dos jesuítas foi rápida. No século XVIII, havia milhares de jesuítas, centenas de colégios e outros estabelecimentos na Europa, América, Ásia e África.

Outra ação do clero, feita pelo papa Paulo III, foi a convocação do **Concílio de Trento**, cidade que pertencia ao Sacro Império Romano-Germânico, território marcado pela vigorosa adoção ao luteranismo. Essa assembleia funcionou entre 1545 e 1563. Entre as medidas tomadas pelo clero católico, estavam: a proibição da venda de indulgências; a criação de seminários para a formação do clero; a reafirmação do princípio da infalibilidade do papa; a publicação do *Index*, uma lista de livros proibidos aos católicos; e a rejeição das doutrinas luteranas e calvinistas.

O **Tribunal do Santo Ofício** foi responsável pela Inquisição, uma instituição católica que existiu na Idade Média. Em 1542, o papa Paulo III transformou-o em um **tribunal permanente**. Seu principal objetivo foi reprimir as reformas protestantes, ele também teve um caráter político, fortalecendo o poder dos reis. Por meio do Santo Ofício, que teria a legitimidade de agir em nome de Deus de acordo com a Igreja Católica, diversos movimentos contrários à Igreja ou aos monarcas foram perseguidos e reprimidos, levando a prisões, assassinatos e torturas.

A Reforma Católica no mundo colonial

O desenvolvimento do movimento reformista coincidiu com os processos de colonização na África, na América e na Ásia. O Estado e a Igreja Católica agiram em conjunto no domínio e na formação das colônias. O poder real era responsável pelo recolhimento de impostos, criação de dioceses, nomeação e remuneração do clero e proteção aos direitos da Igreja nos domínios coloniais. A igreja, por sua vez, era responsável pela organização da sociedade colonial, incluindo os registros de batismos e óbitos, a contagem da população e outras necessidades de controle estatal.

A Igreja Católica, subordinada ao Estado, estabelecia as bases para as relações sociais na sociedade colonial, pautando as normas de convívio e obediência e os costumes cotidianos, como batismo, casamento, conversão de indígenas, educação e administração colonial. O trabalho de difusão do cristianismo católico foi baseado nessa estrutura de poder.

Nas colônias, a Igreja Católica combateu os costumes religiosos protestantes e de matriz africana ou indígena com as ordens religiosas e o Tribunal do Santo Ofício. Além disso, diversas outras ordens realizaram trabalhos de difusão e manutenção do catolicismo, como os franciscanos, carmelitas, beneditinos e capuchinhos. No geral, nesse processo de difusão da religião católica, os agentes colonizadores combateram as culturas indígenas e africanas, condenando-as como pecaminosas e demoníacas – e construindo, assim, uma imagem negativa, pejorativa e inferiorizada de africanos e povos nativos.

As guerras religiosas

A história das reformas religiosas foi marcada por disputas, tensões e conflitos. Católicos, luteranos, calvinistas e anglicanos promoveram episódios de perseguição, intolerância e violência. Na França, as disputas entre católicos e protestantes resultaram na Noite de São Bartolomeu (24 de agosto de 1572), evento no qual os católicos promoveram um massacre de protestantes com o apoio da monarquia francesa. As tensões permaneceram até 1598, ano em que foi decretado o Édito de Nantes (1598), que instituiu a liberdade de culto na França.

A independência dos Países Baixos, em 1581, também está relacionada às reformas. Até então, essa região era dominada pela Espanha. Com a reforma, o calvinismo expandiu-se entre os holandeses, provocando a perseguição por parte da monarquia espanhola. As províncias do Norte reagiram à política do rei hispânico. Milhares de pessoas morreram nos conflitos, que resultaram no fim do domínio espanhol sobre a região.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) teve como palco o Sacro Império Romano-Germânico. No início do século XVII, o governo imperial retomou a política de impor o catolicismo em seus territórios. Em 1618, na Boêmia, nobres protestantes agrediram autoridades católicas por não chegarem a um acordo a respeito da liberdade religiosa.

Tal fato provocou o início da guerra entre o Sacro Império e o Reino da Boêmia. Alguns anos depois, o conflito envolveu a Dinamarca, a Suécia, a França e a Espanha. O fim da guerra foi declarado pela Paz de Westfália, em 1648.

Cantonal Museum of Fine Arts, Lausanne



A pintura faz uma representação da Noite de São Bartolomeu, ressaltando sua dimensão de extrema violência, resultado de disputas políticas entre católicos e protestantes.

François Dubois. *Noite de São Bartolomeu*, 1572-84. Óleo sobre tela, 93,5 cm × 151,4 cm.

Conhecimentos, artes, religiões e colonização

Os conhecimentos, as artes e as religiões produzidos e apropriados pelos europeus da época moderna serviram para a dominação de outros povos, principalmente da África e da América. As disputas entre países europeus pelo domínio das rotas marítimas e de novos territórios coloniais, junto com a busca por metais preciosos, faziam com que os conhecimentos de outros povos fossem utilizados em benefício do lucro dos comerciantes europeus. Os povos conquistados foram considerados sub-humanos, ou seja, vistos como inferiores por portugueses, espanhóis, franceses e ingleses.

Esses novos desenvolvimentos culturais e as grandes viagens levaram à compreensão de que os antigos tratados geográficos e as descrições da natureza existentes na Europa estavam errados. Isso possibilitou a formação de novos estudos cartográficos, que produziram mapas mais exatos de diversas regiões do planeta.

Essa maior precisão foi acompanhada de maior controle sobre as terras e as populações que nelas viviam. As imposições europeias não eram somente de ocupação do território mas também culturais, no sentido da obrigação de aceitação da cultura europeia por povos de diversas partes do mundo.

Essa distinção que a Europa construiu em relação às sociedades da África, Ásia e América significou a apropriação de conhecimentos e, ao mesmo tempo, a desumanização desses povos. Muitos dos homens modernos do Velho Mundo enxergavam os povos colonizados como seres com capacidades mentais e aspectos corporais degradantes, selvagens e que cultuavam deuses demoníacos. Por não serem considerados como iguais, sendo, portanto, desumanizados, eles foram submetidos a diversas formas de violência e exploração.

No aspecto artístico e cultural, os modos de vida, de produção artística, de pensamento e de construção material e simbólica desses povos foram considerados inferiores. Desse modo, deveriam ser substituídos pelos valores, formas de organização e de arte dos europeus. Assim, a produção de povos colonizados foi destruída e proibida, sendo substituída por formulações dos colonizadores. Não obstante, a própria construção de conhecimentos dos colonizadores era tributária de conhecimentos dos colonizados.

No campo religioso, as práticas holísticas dos povos da África, América e Ásia foram consideradas demoníacas, devendo ser eliminadas em favor da adoção do cristianismo. Esse aspecto foi especialmente relevante para a dominação e o controle de indígenas americanos e africanos, que passaram a ser proibidos de professar sua fé religiosa comunitária. Como, para essas comunidades tradicionais, não existia uma separação entre fé e racionalidade e entre mundo terreno e mundo espiritual, a quebra de tradições místico-religiosas significou também a desorganização de muitas sociedades nativas.

A gravura de Theodore de Bry foi inspirada em relatos de Hans Staden, alemão viajante que deixou alguns registros dos povos indígenas do Brasil no século XVI. A obra retrata a antropofagia, que era comum entre alguns dos povos originários do território brasileiro. Na representação, é notável o caráter selvagem empregado pelo autor no comportamento dos indígenas.



Theodore de Bry. *Preparo da carne humana em episódio canibal*, 1592. Gravura em cobre.

A gravura mostra povos nativos da América sendo convertidos ao cristianismo por jesuítas espanhóis. São retratados os povos indígenas, os espanhóis colonizadores e os jesuítas.



Conversão compulsória de nativos americanos ao Cristianismo por missionários jesuítas espanhóis, século XIX. Litografia colorida.



1. Leia o texto a seguir e responda às questões.

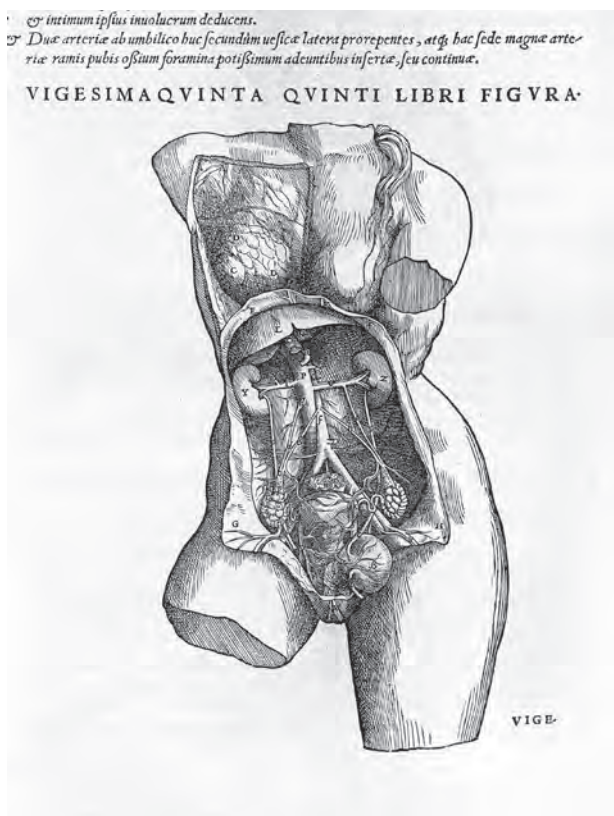
Os conhecimentos sobre metalurgia trazidos por africanos e afrodescendentes no Brasil [foram essenciais] nas lutas contra o escravismo. São também um testemunho material da organização socioespacial dos quilombos. Estudos arqueológicos no Quilombo de Palmares, por exemplo, demonstraram a presença de forjas e oficinas de ferro que permitiam a produção de artefatos sofisticados (Funari, 1996), que provavelmente eram utilizados para produção, mas também na guerra.

SILVA, L. C. R. da; DIAS, R de B. As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 26, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28089/27272>. Acesso em: 16 jul. 2024.

- a) De acordo com o texto, os conhecimentos de metalurgia não foram utilizados somente em prol da administração colonial. Explique a utilização desses conhecimentos no Quilombo dos Palmares.
- b) Cite outro conhecimento dos povos africanos que foi utilizado na obtenção de recursos naturais e lucros no empreendimento colonial.

2. Na primeira metade do século XVI, o médico belga Andreas Vesalius, da Universidade de Pádua, na Península Itálica, realizou estudos sobre anatomia. Nascido em uma família de médicos, Vesalius dissecava corpos de animais quando criança. A principal reforma proposta pelo médico foi a execução dos trabalhos com as próprias mãos. Vesalius uniu a arte, o humanismo e o naturalismo anatômico de maneira incomparável para sua época. Observe a ilustração do livro de Vesalius e responda às questões.

- a) Cite uma característica da obra de Vesalius que marca a passagem do conhecimento medieval europeu para a filosofia natural da época moderna.
- b) Como os estudos de anatomia colaboraram para a formação de novos saberes na Europa Moderna?



Andrea Vesalius. Ilustração representando a anatomia de um busto feminino presente na obra *De humani corporis fabrica libri septem*, 1543.

3. No contexto do desenvolvimento econômico ocorrido no século XII, as cidades sofreram um processo de expansão. Leia o relato de Jean Lelong, um cronista que viveu no século XIII e registrou alguns aspectos da formação da cidade de Bruges.

Para abastecer os habitantes da fortaleza, começaram a se estabelecer junto à saída do castelo, negociantes, taberneiros, hospedeiros para alimentar e abrigar os que mantinham negócios com o senhor e as pessoas que não podiam entrar na fortaleza. Os habitantes de tal maneira se agarravam ao local que em breve aí nasceu uma cidade importante que ainda hoje conserva o seu nome vulgar de ponte, porque brugghe significa ponte em linguagem vulgar.

GOTHIER; TROUX. [Sem título], [(1961)]. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de documentos históricos para o 1º grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo: Secretaria da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1979. p. 75.

Utilizando o documento como fonte de análise histórica, responda: Qual é a relação entre o desenvolvimento das cidades e do comércio e o crescimento populacional?



1. Leia o texto e analise a fotografia do quipu. Depois, responda ao que se pede.

Durante o Império Inca foram desenvolvidos eficientes mecanismos de controle de vários aspectos da economia incaica. Para Figueiredo (2015), os incas criaram um eficiente instrumento de controle populacional e de bens como: quantidade de ouro, de madeira cortada, de comida produzida etc.

[...]

Urton e Brezine (2016) definem os quipus como sendo artefatos têxteis compostos de lã de lhama ou alpaca, ou de algodão, com um cordão principal, a partir do qual muitos cordões pingentes são pendurados, sendo feitos nós que indicam valores numéricos segundo um sistema decimal. As cores do cordão, por sua vez, indicavam o item que se estava contando, existindo, para cada atividade (agricultura, exército, engenharia etc.), uma simbologia própria de cores.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos. O uso dos quipus como ferramenta de controle tributário e de accountability dos incas. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 19, n. 66, p. 613-626, out./dez. 2017, p. 614. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/VQGGsWxCHv5DpJXGLWcVnnv/?format=pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

- a) Ao observarmos os artefatos e as criações dos povos incas, podemos afirmar que eles se comunicavam apenas de forma oral? Justifique sua resposta.
- b) Para que serviam os quipus?
- c) Como a análise histórica dos objetos pode colaborar para a compreensão das sociedades nativas das Américas?



Quipu, artefato de contagem matemática dos incas, século XV. O objeto servia para registros contábeis, medições e cálculos.

Werner Forman/UG/Fotografia

Ficha de estudos



Capítulo 6 – A cultura moderna: arte, religião e conhecimentos

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O surgimento do mundo moderno europeu
- Conhecimentos e técnicas da África, América e Ásia
- O Renascimento europeu
- A filosofia natural moderna na Europa
- As reformas religiosas
- Conhecimentos, artes, religiões e colonização

Sociedades indígenas na América



▼ Para começar

1. O que você sabe a respeito do garimpo ilegal em terras indígenas no Brasil?
2. Como esse tipo de atividade pode afetar as condições de vida das comunidades indígenas?
3. Que atitudes podemos desenvolver para conhecer melhor a realidade dos povos indígenas do Brasil?

Entre 2019 e 2022, a ação do garimpo ilegal em áreas indígenas, sobretudo nas Terras Indígenas Yanomâmis (TIY), na Região Norte do Brasil, cresceu muito mais do que em outras épocas, segundo apontam lideranças indígenas. A Hutukara Associação Yanomâmi e o Instituto Socioambiental divulgaram, em 2022, um relatório indicando o aumento de 3350% nas atividades de garimpo nas TIY de 2016 a 2020, e o crescimento de 46% da destruição dessas terras em 2021. Em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomâmi, Júnior Hekurari Yanomâmi, afirmou que, embora esse tipo de atividade na região sempre tenha existido, a presença de garimpeiros aumentou muito, principalmente durante a pandemia de covid-19. Como resultado do garimpo ilegal e do descaso do poder público em meio à pandemia, o povo yanomâmi vivenciou uma terrível crise sanitária, revelada em janeiro de 2023, resultando na morte de centenas de pessoas, a maioria crianças, vítimas da fome, da subnutrição e de inúmeras doenças.

Os povos originários dos territórios que hoje chamamos de América Latina – inclusive o Brasil – sempre estiveram por aqui, vivendo em interação com a natureza e com outras comunidades e desenvolvendo suas culturas e saberes nas terras ocupadas por seus ancestrais há muitas gerações. Hoje, mais de 500 anos após a chegada dos europeus, o garimpo ilegal representa uma nova ameaça à existência das populações indígenas que sobreviveram às ações dos colonizadores europeus, bem como à preservação de sua rica e milenar diversidade cultural. Por isso, conhecer a história desses povos é fundamental para que possamos desenvolver a consciência e a atitude necessárias à defesa da preservação e do respeito aos direitos dos povos indígenas no continente.

Fotografia aérea, de um garimpo ilegal, durante uma operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra o desmatamento na Amazônia no território Yanomâmi. Roraima, 2023.



ALAN CHAVES/AFP

Povos do continente americano

O continente americano, o segundo maior do mundo, com 42 550 000 km² de área total, recebeu seus primeiros habitantes em um processo de migrações ocorrido há cerca de 15 mil anos. Esses grupos, ao longo do tempo, povoaram o vasto território de maneira irregular, por meio de diversos fluxos de migração interna, o que deu origem a inúmeras sociedades que se desenvolveram de formas diversas, constituindo um rico mosaico de culturas e modos de vida.

Essa riqueza cultural, ainda muito presente nas comunidades descendentes dos povos originários americanos, manifestava-se nas diferentes línguas faladas entre o território do atual Alasca, no norte do globo terrestre, e a Terra do Fogo, no sul, nas diversas atividades produtivas que sustentaram essas sociedades e nas práticas religiosas, visões de mundo e relação com a natureza e com o outro. Atualmente, por exemplo, ainda se pratica um ritual típico de povos da Mesoamérica, o *temazcal*, no qual as pessoas buscam a purificação do espírito por meio da comunhão com os elementos da natureza.

Muito antes da chegada dos europeus, no século XV, as terras que hoje chamamos de América eram ocupadas por diversas sociedades e culturas. Embora as estimativas não sejam precisas, acredita-se que aproximadamente 57 milhões de pessoas ocupavam o território de forma irregular, ou seja, com algumas áreas densamente povoadas e outras não.

As características de cada região interferiram na forma como cada comunidade se estabeleceu e se relacionou com os recursos ao seu redor. Assim, havia desde sociedades nômades ou seminômades a povos sedentarizados. Essas diferenças nas formas de organização entre os povos originários não caracterizam superioridade de uma sociedade sobre a outra, apenas destacam a diversidade presente na América.

Dessa maneira, com base nas diferentes interações culturais nas diversas áreas, dividimos os estudos sobre essas sociedades nas seguintes regiões: a Mesoamérica (área onde atualmente se encontram México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Belize e parte da Nicarágua), os Andes (correspondendo aos atuais Peru, Bolívia, Chile e parte da Argentina) e a Amazônia.

Fonte: ATLAS histórico integral. Barcelona: Bibliograf, 1993. p. 39.

O *temazcal*, ou “tenda do suor”, é um local construído para a realização de um ritual no qual pessoas ingressam em uma pequena câmara aquecida por pedras incandescentes, ativadas com uma solução de água e ervas aromáticas.



Pedro PARDO/AFP

Índigena se prepara para o *temazcal*. Morelos, México, 2022.

América: povos originários – Século XV



Alessandro Passos da Costa

O início da agricultura e a vida urbana no continente americano

As migrações ocorridas no continente americano, com a promoção de inúmeras trocas culturais aliadas às diferentes condições climáticas e de recursos naturais disponíveis ao longo do território, podem ter sido fatores determinantes para o estabelecimento de sociedades sedentarizadas em algumas dessas regiões. Esses povos se fixaram conforme a agricultura foi se desenvolvendo e os animais foram domesticados.

O cultivo agrícola em regiões da Mesoamérica e dos Andes criou condições para o crescimento populacional em diversas comunidades, levando à intensificação da divisão do trabalho e ao surgimento de outras atividades, como o artesanato de madeira e cerâmica e o trabalho com metais. Povoados e vilas se tornaram, gradativamente, cidades e núcleos urbanos, incentivando o aparecimento das funções de sacerdote, guerreiro e um conjunto de outros ofícios ligados à administração dessas sociedades.

As sociedades da Mesoamérica e dos Andes

Acredita-se que a Mesoamérica começou a ser ocupada por grupos humanos sedentarizados por volta de 7000 a.C. No entanto, foi entre 3000 a.C. e 1000 a.C. que começaram a surgir os primeiros espaços urbanos com organizações mais complexas, do ponto de vista social, econômico, político e cultural. Por volta de 1400 a.C., a sociedade **olmeca** surgiu e se estabeleceu na parte sul do Golfo do México, em uma planície costeira situada entre os rios Papaloapan e Grijalva.

Os olmecas se organizaram em cidades-Estado, cada qual com sua legislação e governo autônomo. Diversas técnicas foram desenvolvidas e utilizadas para a organização dos espaços urbanos e para auxiliar em produções diversas, como a construção de pirâmides e palácios, canais de irrigação e aquedutos feitos com pedras. Entre os principais alimentos obtidos na produção agrícola, destaca-se o milho, que era a base da dieta alimentar também de outros povos das Américas Central e do Sul.

O povo olmeca foi responsável pela criação de um elemento cultural incorporado por outros povos mesoamericanos: o *tlachtli*, um jogo de bola. Essa prática podia ser utilizada como um meio de resolver conflitos políticos e bélicos sem o uso da violência. No jogo, duas equipes adversárias jogam pesadas bolas de borracha através de arcos, usando somente as coxas, os braços e os quadris. Além do *tlachtli*, há indícios de que os olmecas criaram um sistema de escrita e um calendário próprios.

Os olmecas formaram uma das civilizações da Mesoamérica. As cabeças colossais esculpidas em pedra são uma característica particular do povo olmeca e podiam ter de 1 a 3 metros de altura.



JC Gomram/Shutterstock.com

Cabeça colossal olmeca. Cidade do México, México, 2020.

O sítio arqueológico de Monte Albán abriga vestígios da sociedade zapoteca, que habitou parte da Mesoamérica por volta de 700 a.C.



latinrotter/Shutterstock.com

Ruínas do campo de jogo de bola no sítio arqueológico de Monte Albán. Oaxaca, México, 2022.

O processo de sedentarização de diversos povos e culturas também ocorreu na região dos Andes Centrais, na América do Sul. A geografia diversificada, com regiões desérticas, montanhas e uma floresta úmida ligada à Bacia Amazônica, com áreas de rios e matas entre as montanhas, favoreceram a ocupação do território.

Entre as sociedades que se estabeleceram na região, a de **Caral** é a mais antiga. Seu núcleo urbano surgiu por volta de 2600 a.C., com populações que se fixaram próximo ao Rio Supe, na região que atualmente corresponde ao território do Peru. A principal liderança de Caral, chamada de curaca, estava acima dos demais chefes das famílias e clãs. Caral exercia influência sobre outras cidades e comunidades da região, como Áspero e Miraya, mas também promovia, com esses povos, trocas comerciais e o compartilhamento de práticas religiosas e políticas. A sociedade de Caral ergueu grandes construções, como pirâmides, e cultivou diversos produtos agrícolas, como feijão, abóbora, abacate, algodão, entre outros.

A prosperidade do conjunto de cidades que compunham a sociedade de Caral durou cerca de oito séculos, com seu declínio começando por volta de 1800 a.C.

Wirestock Creators/Shutterstock.com



Sítio arqueológico da antiga sociedade Caral. Supe, Peru, 2021.

Também no atual Peru, na Serra de Huari, em cerca de 1000 a.C., surgiu a sociedade **chavín**. Sua principal cidade, Chavín de Huantar, foi construída na junção dos rios Mosna e Huachecsa, a mais de 3 mil metros de altura, e foi um grande centro cerimonial, com diversos templos. A sociedade chavín cultivava milho, batata e amendoim e praticava pesca nas áreas litorâneas.

Uma característica marcante do povo chavín era a sua propensão ao expansionismo, o que levou ao surgimento de um verdadeiro império com forte domínio e influência nas regiões norte e central do Peru e em uma região que hoje pertence ao Equador. A riqueza dessa sociedade também era vista no trabalho artesanal e de ourivesaria, com metais como ouro, prata, cobre e pedras preciosas, na cerâmica decorada com desenhos em relevo e nas grandes esculturas de pedra que representavam figuras humanas e deuses locais que poderiam ter a imagem de animais.



Bolton Picture Library/Bridgeman Images/Fotoarena

Vaso chavín com a representação de um puma, c. 900-200 a.C. Cerâmica.

Os felinos tinham bastante importância para o povo chavín por serem vistos como animais de força espiritual. A principal divindade desse povo era um deus representado por um jaguar.

Os maias

A sociedade **maia** estabeleceu-se na Península de Yucatán, região que, atualmente, corresponde aos territórios da Guatemala, de Honduras, de Belize e do sul do México. Estima-se que a presença humana na região se deu entre 800 a.C. e 600 a.C., aproximadamente, segundo indicam vestígios arqueológicos. Os maias não formaram um império propriamente dito, mas um conjunto de cidades-Estado. Além disso, constituíram uma cultura longeva, pois, embora a sociedade maia tenha surgido entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., seu apogeu se deu entre os séculos III d.C. e IX d.C.

A sociedade maia era hierarquizada, dividida entre a nobreza, que exercia funções administrativas e religiosas, e os demais grupos da população, que se distribuíam entre funcionários públicos, camponeses, soldados, artesãos, pequenos comerciantes e outros trabalhadores. Acima de todos os grupos, havia a figura do *halach uinic*, que detinha o poder espiritual e político sobre a população.

Os maias aproveitaram as características geográficas da Península do Yucatán para desenvolver um próspero comércio de longas distâncias, tanto por vias terrestres quanto por vias marítimas e fluviais. Entre os produtos consumidos e comercializados, destacam-se o milho das milpas, o algodão e o cacau, este também utilizado como moeda de troca.

O algodão, por sua vez, constituía uma valiosa matéria-prima da manufatura de tecidos. A cerâmica maia era de alta qualidade, e a arquitetura escalonada de templos e pirâmides, como os da cidade de Chichén Itzá, começou a se desenvolver desde cerca de 200 a.C. Outras áreas do conhecimento em que os maias se especializaram são a matemática, a engenharia e a astronomia.

No campo da astronomia, os maias desenvolveram saberes utilizados em diversos aspectos do cotidiano, da produção de alimentos à organização da vida na comunidade. Por meio da observação dos astros, como o Sol e demais estrelas e a Lua, os maias calcularam com precisão as estações do ano e criaram os primeiros calendários.

Desde o século I d.C., eles utilizavam dois tipos de calendário: um religioso, composto de 260 dias divididos em 13 grupos de 20 dias, e um civil, com 365 dias distribuídos em 18 grupos de 20 dias. O calendário civil era utilizado para organizar as atividades agrícolas, como o plantio, a colheita etc. Todos os registros eram feitos utilizando-se uma escrita hieroglífica, com representações de sílabas e nomes.

Além de calcular o tempo e estabelecer uma contagem para os anos, os estudos de astronomia dos maias contribuíram para a elaboração de um sistema numérico. Esse sistema utilizava um símbolo em forma de concha para representar o zero, além de símbolos que representavam unidades (ponto) e múltiplos de cinco (barra horizontal).

Kukulcán é o nome de uma divindade maia representada por uma serpente emplumada, considerada o deus criador. Durante o equinócio da primavera, milhares de pessoas visitam a Pirâmide de Kukulcán para observar a formação de sombras semelhantes a serpentes nos degraus da construção.



HUGO BORGES/AFP

Multidão ao redor da Pirâmide de Kukulcán em celebração típica do equinócio da primavera. Chichén Itzá, México, 2023.



fabio lotti/Alamy/Fotoarena

Ruínas do El Caracol, construção que era utilizada como observatório astronômico pelos maias. Chichén Itzá, México, 2023.

Para ampliar

▼ Acesso

Zona Arqueológica Chichén Itzá. Disponível em: <https://inah.gob.mx/images/recorridos-virtuales/chichenitza/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

O site oferece um passeio virtual por esse sítio mexicano onde viveram os maias. Após acessá-lo, utilize as setas para visitar várias construções dessa civilização, incluindo as pirâmides.

▼ Assista

Guatemala - Coração do mundo maia, direção de Christian Morales (Netflix, 2019, 66 min).

O documentário aborda a Guatemala, país localizado na América Central, ao sul do México, região habitada por parte da civilização maia. O documentário apresenta as heranças culturais desses povos e os aspectos geográficos do território.



Skeafilms/Trailer Films

Os astecas

Os **astecas** habitaram o território do atual México e estabeleceram um grande império a partir do século XV, ao conquistarem militarmente outras sociedades que também habitavam a região. Segundo a tradição, os astecas são originários da cidade de Aztlán – nome que deu origem à denominação “asteca” – e eram chamados de astecas chichimecas, ou “bárbaros de Aztlán”. A língua falada por eles era a náuatle.

A cidade de Tenochtitlán, fundada em 1325, tornou-se a capital do império, aliando-se a duas outras, Texcoco e Tlacopan, compondo uma espécie de liga, que pode ser denominada como uma Tríplice Aliança. Essa união, por meio da conquista de outras cidades, deu origem ao Império Asteca. Ao dominar as cidades próximas, os astecas passavam a cobrar tributos dos povos submetidos. Alguns desses povos também eram obrigados a cultuar os deuses astecas, o que levou ao surgimento de algumas alianças militares contra o império.

A sociedade asteca possuía um alto nível de hierarquização. A população era governada por um imperador, escolhido pelo conselho dos chefes das aldeias astecas. Em uma sociedade voltada para a guerra, o imperador exercia o papel de chefe militar, escolhido entre os grandes guerreiros. Ele também era o responsável por comandar as atividades políticas e religiosas.

Os nobres constituíam o grupo mais influente depois do imperador, atuando como sacerdotes, funcionários do governo e líderes militares. Logo abaixo dos nobres, havia os comerciantes e os artesãos. A base da sociedade era composta de agricultores e soldados, que compunham a maioria da população, mas havia ainda os escravizados, em geral prisioneiros de guerra ou indivíduos condenados pela justiça.

Os astecas praticavam a agricultura e desenvolveram o sistema de chinampas, ou ilhas flutuantes, construídas nos grandes lagos da América Central, garantindo uma produção diversificada. As chinampas também favoreciam o aumento da população, pois podiam abrigar habitações. As ilhas flutuantes eram construídas com estacas de madeira, palha trançada, lodo e terra fértil para o cultivo. Milho, cacau, feijão, tomate, pimenta, algodão e tabaco eram alguns dos itens cultivados. Parte do que era produzido era usado para o consumo dos próprios agricultores (subsistência) e o restante era entregue como tributo ao poder central.

Os astecas desenvolveram uma escrita com base em um sistema de linguagem pictográfica, feita com desenhos, que podiam representar ideias e objetos, bem como simbolizar uma sílaba ou um som. O sistema de escrita asteca foi decifrado graças à preservação dos códices, manuscritos feitos por esse povo. Nos códices, estão registrados elementos que constituíam essa linguagem escrita, pela qual os povos da América Central representavam sua cultura e faziam circular seus conhecimentos, sobretudo a respeito de religião.



Biblioteca Du Palais Bourbon, Paris

Codex Borbonicus, datado do século XVI, com inscrições pictográficas que representam Chalchiuhtlicue, deusa asteca da água e das correntezas.

Os incas

Os **incas** eram originários de povos que vieram da região do Lago Titicaca e falavam a língua quíchua. No processo de formação do império, submeteram outros povos da região andina e, por volta do início do século XIV d.C., já dominavam uma vasta região, que se estendia do território do atual Chile à Colômbia.

O termo **inca** designava apenas o governante do império, chamado de Sapa Inca. Após a chegada dos espanhóis à América, a palavra passou a se referir ao povo daquela região. A autoridade do Sapa Inca se estendia pelos cerca de 4500 quilômetros do império. Ele era considerado uma divindade, descendente de Manco Capac (fundador do povo inca) e do deus-sol.

Felipe Guamán Poma de Ayala (1534-1615) foi um cronista de origem inca, autor da obra *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (“Nova crônica e bom governo”, em português), sobre as interações entre os indígenas e os europeus na América espanhola.

Ilustração de Felipe Guamán Poma de Ayala representando Manco Capac, século XVI.



G. Dagli Orti/De Agostini/Album/ Fotoarena

A sociedade inca era bastante hierarquizada. Os nobres, posicionados abaixo do Sapa Inca, exerciam as funções de sacerdotes e chefes militares. Em seguida, na organização social, estavam os funcionários públicos, artesãos e soldados. Por fim, os camponeses, que constituíam a maioria da população do Império Inca.

A estratégia de dominação inca considerava preservar algumas características dos povos dominados, entre elas o próprio idioma, as estruturas sociais e o culto às divindades deles, buscando manter relações amistosas e evitar revoltas. Em troca, os incas exigiam que esses povos aprendessem seu idioma, o quíchua, pagassem tributos, adorassem ao deus-sol inca e jurassem fidelidade ao Sapa Inca. Um dos tributos pagos era a mita, a prestação gratuita de serviços, por parte dos camponeses, ao imperador e aos sacerdotes, trabalhando na construção de moradias, estradas e canais de irrigação.

Devido à extensão do território sob seu domínio, os incas desenvolveram um amplo conjunto de estradas para interligar a sua capital, Cuzco (palavra quíchua que significa “umbigo do mundo”), às demais cidades do império.

No sistema de estradas do Império Inca, a comunicação era feita por meio de um corpo de mensageiros que se espalhava pelos postos localizados em diversos pontos dos seus mais de 20 mil quilômetros de extensão.

Fonte: BETHELL, L. *Historia de América Latina*: 1. América Latina colonial: la América pre-colombiana y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 57.



Os conhecimentos de arquitetura e de engenharia inca são uma das marcas desse povo. Uma das obras mais conhecidas na atualidade é a antiga cidade de Machu Picchu, localizada a cerca de 2500 metros de altitude e cujas ruínas podem ser visitadas hoje.

Devido ao terreno característico da Cordilheira dos Andes, de elevada altitude e declive acentuado, os incas desenvolveram o sistema de *terrazas*, ou terraços agrícolas, grandes degraus escavados nas montanhas e morros que possibilitaram o plantio, minimizando o risco de erosão do solo e destruição das plantações por enxurradas.

Além do milho, importante produto agrícola cultivado na região, eles foram o primeiro povo conhecido a cultivar a batata, levada para outros continentes pelos europeus, após chegarem à América.



Ruínas da antiga cidade de Machu Picchu, Peru, 2023.

Os incas não desenvolveram um sistema de escrita, e sua cultura foi transmitida oralmente. Para registrar informações, eles criaram um instrumento chamado *quipu*, com nós agrupados em cordas. O *quipu* era utilizado para administrar e contabilizar as atividades comerciais, como o estoque de alimentos, o pagamento de impostos etc. Em cada cidade sob domínio do Império Inca, havia pessoas treinadas para usar esse item, que também era utilizado para registrar cantos e histórias.

Seearagen/Alamy/Fotobarena



Terraços agrícolas no sítio arqueológico de Moray, no Vale Sagrado dos Incas. Peru, 2023.

Antes de Cabral: os povos originários do Brasil

As terras que hoje formam o Brasil são habitadas por grupos humanos há milhares de anos, muito antes da chegada dos portugueses. Estima-se que aproximadamente 5 milhões de pessoas habitavam o território brasileiro quando a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral alcançou a região. Essas pessoas organizavam-se em diferentes povos originários, diversos em seus costumes e modos de vida, compondo um mosaico de nações e etnias. São inúmeros os vestígios e sítios arqueológicos que nos ajudam a compreender melhor como esses povos se estabeleceram, quais eram as suas interações com o território e com os demais povos da região.



Entre os principais sítios, destacam-se as Terras Pretas de Índio (TPI) ou Terra Preta Arqueológica, na região amazônica; o Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, com vestígios humanos de aproximadamente 50 mil anos; a Lapa Vermelha, em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde foi encontrada Luzia, o fóssil humano mais antigo da América do Sul; o sítio Kuhikugu ou X11, no Parque Indígena do Xingu; e os sambaquis do litoral do Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Ismar Ingber/Pulsar Imagens



O fóssil de Luzia faz parte do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, cuja sede sofreu um incêndio em 2018. Cerca de 80% do esqueleto foi recuperado pelas equipes de restauração da instituição.

Crânio e reconstituição da face de Luzia expostos no Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2009.

Características dos povos originários do Brasil

As primeiras comunidades de povos originários que ocuparam a região amazônica eram grupos nômades de caçadores e coletores, que por volta do ano 3500 a.C. se fixaram próximo aos rios, dando origem às primeiras aldeias de agricultores, que cultivavam principalmente a mandioca. Esse item se converteu no principal alimento de grande parte das comunidades indígenas que habitaram não só a floresta amazônica, mas outros espaços do território brasileiro ao longo dos séculos.

Diante da diversidade encontrada entre os povos originários, é possível identificar grupos nômades e seminômades, que viviam da caça, da coleta e da pesca; e comunidades sedentarizadas, que praticavam a agricultura de forma sistematizada, cultivando abacaxi, abóbora (ou jerimum), aipim (conhecido também como macaxeira ou mandioca), batata-doce e feijão. Também produziam bebidas fermentadas, utilizando tubérculos, raízes, folhas e sementes, e bebidas refrescantes, como os sucos de frutas e o guaraná.

Essa produção era voltada à subsistência dos povos originários, que viviam em um tipo de sociedade comunal, na qual não existia a ideia de propriedade privada. Assim, eles desconheciam problemas comuns em muitas sociedades atualmente, como a desigualdade social ou a pobreza, pois havia alimentos disponíveis para todos.

A valorização da sabedoria dos mais velhos e o respeito às lideranças da comunidade, assim como o culto aos ancestrais, eram elementos importantes na constituição dessas sociedades. Muitas delas eram poligâmicas patriarcais, ou seja, os homens podiam ter mais de uma esposa.

A sociedade marajoara

Entre os grupos indígenas que habitaram o território que hoje corresponde ao Brasil, a **sociedade marajoara** povoou a Ilha de Marajó, no atual estado do Pará, entre 400 d.C. e 1350 d.C.

Os marajoaras se destacaram pelo desenvolvimento de uma produção artesanal em cerâmica com estilo muito característico. Entre as produções em cerâmica marajoara estão urnas funerárias, vasos, estatuetas, tangas e bancos. Nesses artefatos, são representadas figuras humanas, animais e temas abstratos. Alguns deles eram policromos, ou seja, com várias cores, apresentando uma decoração pintada de vermelho e preto em uma base branca.

Urna funerária marajoara
datada de 400 d.C. a 1400 d.C.
Rio de Janeiro, c. 2024.



Romulo Fialdini/Tempo Composto

Os povos dos sambaquis

Ao longo de diferentes áreas do que conhecemos hoje como o litoral brasileiro, há aproximadamente 8 mil anos, povos que viviam da caça e da pesca marcaram seu território construindo amontoados de restos de alimentação, entre os quais conchas de moluscos e ossadas de peixes, constituindo-se no que denominamos **povos dos sambaquis**.

Nessas áreas, eram formadas colinas artificiais compostas desses restos, os sambaquis, cujo nome deriva do termo tupi *tamba*, “conchas”, e *ki*, “amontoado”. Em geral, os sambaquis, que podiam chegar a 30 metros de altura, eram locais onde eram realizados rituais e festas, além de serem cemitérios. Alguns arqueólogos argumentam que os sambaquis poderiam ser utilizados também como local de moradia dos indígenas dessas regiões.



Tales Azzí/Pulsar Imagens

Sítio arqueológico Santa Marta III, que abriga sambaqui de 7 mil anos. Laguna (SC), 2021.

Os povos tupis

Também no litoral brasileiro, concentravam-se grupos ligados a um dos principais troncos linguísticos indígenas do Brasil, o **tupi**, que se subdividia em diversos grupos, como tupinambá, tupiniquim, tamoio, caeté, tabajara, entre outros. Aqueles que não pertenciam a grupos que falavam línguas do tronco tupi eram chamados genericamente de “tapuias” e eram mais numerosos no interior.

Os povos tupis eram sedentarizados e praticavam a caça, a coleta e a agricultura com técnicas de **coivara**. Ademais, os povos tupis tinham na guerra um dos pontos mais expressivos de sua cultura. A prática da guerra contra outros povos era um elemento de identidade para os homens da comunidade e um meio de fomentar os rituais **antropofágicos** das comunidades indígenas, práticas de celebração religiosa e de homenagem aos guerreiros vencidos em batalha.

Perspectivismo ameríndio

Durante muito tempo, o pensamento indígena, fortemente alicerçado no mito, foi considerado irracional ou, por outro lado, simples matéria-prima inacabada para que intelectuais, em geral antropólogos, formulassem suas teorias. Mas isso está mudando. Por exemplo, Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo brasileiro, começou a entender que, em vez de matéria-prima, o pensamento indígena é edifício já construído, do alto do qual o próprio pensamento ocidental pode ser criticado e transformado. Uma das formulações que propõe, nesse sentido, é o chamado “perspectivismo ameríndio”.

Ameríndio porque o perspectivismo é uma compreensão de mundo de diversos povos da América, já organizada antes mesmo da chegada dos invasores europeus. De acordo com os ameríndios, os animais também são pessoas. No entanto, cada espécie – ser humano, jaguar, porco – vê a si mesma como humana, relegando a condição de animal às demais. Da perspectiva do ser humano, o jaguar é um animal predador, mas da perspectiva do jaguar o homem é um animal de presa e eles mesmos são humanos. Daí o conceito de “perspectivismo” que dá nome a essa teoria. Ser humano, nesse caso, supõe a capacidade de ter vontade e atribuir a si mesmo um “eu” e um “nós”. Ou seja, ver a si mesmo como um indivíduo que pertence a uma comunidade, seja ela a de homens, porcos ou jaguares. No dia a dia, a diferenciação entre as espécies permanece válida, sendo abalada apenas em momentos de crise, como o de uma doença, catástrofe ou guerra. Uma pessoa doente, por exemplo, pode receber a visita de um animal, que lhe revela seu lado humano e assim vai.

GLOSSÁRIO

Antropofagia: ato de comer carne humana. No caso das comunidades tupis, os rituais antropofágicos eram realizados com os guerreiros inimigos, capturados nas guerras entre as nações indígenas.

Coivara: técnica agrícola que consiste na derrubada de árvores para abrir clareiras na mata.

O risco, nesses casos, é que as perspectivas se embaralhem e se confundam. Por exemplo, para o urubu, os vermes que corroem as entranhas dos animais em decomposição são peixes grelhados. Se o ser humano entender esses vermes assim, é porque a sua alma foi tomada pela do urubu. Essa situação deve ser evitada a todo custo. Os únicos capazes de atravessar as fronteiras entre as perspectivas sem abalo são os xamãs, ou seja, os líderes espirituais do grupo. A sua principal tarefa é manter sempre aberta a negociação ritual entre as distintas formas de vida para que as perspectivas não colapsem umas nas outras. Esse mundo, portanto, é integralmente político. A política não é assunto só de uma espécie, mas envolve a todos, humanos, não humanos e mesmo os espíritos e artefatos. A natureza, sendo também humana, não está à mão para qualquer tipo de uso e esbulho, como entre os “povos da mercadoria”, ou seja, como nas sociedades capitalistas. Nesse momento de aquecimento global e crise ambiental, o pensamento indígena oferece uma compreensão sobre a natureza que o pensamento ocidental jamais alcançaria por meio de seus próprios instrumentos.



Denilson Baniwa

Denilson Baniwa. *Kwatá - tapuya*, 2020. Gravura, 117 cm x 82 cm.

Os povos indígenas na atualidade

O Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, atualmente, no Brasil há 1 693 535 pessoas que se declaram indígenas, tanto nas comunidades aldeadas como nas cidades. Esse número é maior em relação às estimativas anteriores, apresentadas no Censo 2010, na ordem de cerca de 900 mil pessoas, o que pode ser explicado, entre outros motivos, pela luta desses povos pelo reconhecimento de suas especificidades, demandas e representatividade. Ainda assim, o cotidiano da população indígena brasileira é de enfrentamento ao preconceito e ao racismo e de resistência contra a violência física, a imposição cultural branca e o extermínio das comunidades aldeadas.

Entre os principais motivos que ameaçam os modos de vida das populações originárias estão a ação do garimpo ilegal e as investidas constantes de madeireiros e grandes criadores de gado, que não respeitam os direitos dos povos originários sobre a terra, principalmente sobre as reservas indígenas demarcadas.

Nos últimos anos, a violência do garimpo ilegal tem ameaçado a integridade de comunidades inteiras nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Em 2023, veio a público a situação de total negligência do Governo Federal com os povos yanomâmis durante a pandemia de covid-19, o que levou a uma grave crise sanitária que resultou na morte de centenas de pessoas. Ainda em 2023, estava em discussão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a validade constitucional da tese jurídica do marco temporal, defendida por garimpeiros, mineradores e latifundiários, segundo a qual os indígenas só teriam direito às terras que efetivamente ocupavam no dia 5 de outubro de 1988, data da aprovação da Constituição em vigor no Brasil. O marco temporal coloca em risco todas as demarcações de terras indígenas realizadas no país após essa data.

É importante perceber que a preservação da identidade dos povos originários deve estar associada ao respeito pleno aos seus modos de vida e tradições. Os povos indígenas são cidadãos brasileiros, com direitos e deveres. Presentes nas universidades, nas manifestações políticas e no cotidiano das grandes cidades, eles lutam pelo reconhecimento de sua identidade e pelo respeito aos seus usos e costumes.



Cassandra Cury/Pulsar Imagens

Indígenas durante ato pela demarcação e contra mineração em terras indígenas em frente ao Palácio do Planalto. Brasília (DF), 2024.



Leia a seguir um trecho da entrevista conferida pelo antropólogo Aloir Pacini sobre os povos indígenas.

Certamente, ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade. Como eu não me tornei um Rikbaktsa nos dois anos em que estive com eles, mas aprendi muito com esta convivência! Os índios estão aí, bem perto de nós. O censo de 2000 assustou-nos porque cerca de 50% dos que se disseram índios estão na cidade. Em Porto Alegre e Campo Grande, por exemplo, os índios formam aldeias em contextos urbanos. Outros exemplos são cidades formadas com grande parcela de sua população indígena (Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, ou Porto Esperidião, no Mato Grosso). Tradições culturais como as nossas são construídas socialmente, são dinâmicas e se modificam no processo histórico. Por isso, não vamos ver os Guarani e Kaingang sem roupa andando por Porto Alegre, mas o modo de se organizarem e de pensarem é diferente.

PACINI, A. Ninguém deixa de ser índio porque usa celular ou anda na cidade. [Entrevista cedida a] Graziela Wolfart. *IHU On-line*, São Leopoldo, 12 maio 2008. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1774-aloir-pacini-1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

1. O texto descreve a existência de indígenas que vivem nas cidades. Qual dado o Censo de 2000 apresenta sobre esses grupos?
2. De acordo com Aloir, eles deixam de ser indígenas por viver em áreas urbanas? Por quê?
3. Consulte o Censo do IBGE (2022) e analise as principais informações sobre os povos indígenas. Faça uma breve análise comparativa entre os dados apresentados nesta seção e o Censo de 2022.
4. Indígenas usando aparelhos eletrônicos, como celulares, vivendo em áreas urbanas e vestindo roupas comuns podem causar estranhamento e levar ao questionamento da autenticidade da sua identidade indígena. Com base nas reflexões suscitadas pelo texto, escreva um pequeno texto com suas opiniões a esse respeito.

Perfil

Davi Kopenawa

Davi Kopenawa (1956-) é xamã, escritor, artista e líder político do povo yanomâmi, nascido em terra indígena localizada na fronteira entre Roraima e a Venezuela.

Quando jovem, começou a atuar em defesa dos povos yanomâmis, trabalhando como intérprete na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Nos anos 1980, liderou uma grande mobilização nacional e internacional para deter a invasão de garimpeiros às terras yanomâmis, o que rendeu a homologação da Reserva Yanomâmi durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. Em 2004, fundou a Hutukara Associação Yanomâmi, articulando ações políticas voltadas à defesa do seu povo.

Em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert, publicou o livro *A queda do céu*. Além disso, roteirizou e produziu filmes nos quais apresenta elementos de sua cultura.

Davi Kopenawa recebeu diversos prêmios e condecorações nacionais e internacionais, consolidando-se, assim, como uma das mais importantes lideranças intelectuais, espirituais e políticas em defesa dos povos originários e do meio ambiente.



Lucas Lacaz Ruiz/Fotografia

Davi Kopenawa. São José dos Campos (SP), 2022.

Para ampliar

Leia

A queda do céu, de Davi Kopenawa e Bruce Albert. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

O xamã Davi Kopenawa apresenta a cosmologia indígena yanomâmi e os impactos que a chegada do homem branco às terras indígenas tiveram para a floresta e o cotidiano desses povos. Escrito em parceria com o etnólogo francês Bruce Albert, foi publicado originalmente em francês e conta com tradução em português, inglês e italiano.



Editora Companhia das Letras

Caminho do Peabiru e conexões entre a Cordilheira dos Andes e o Atlântico Sul

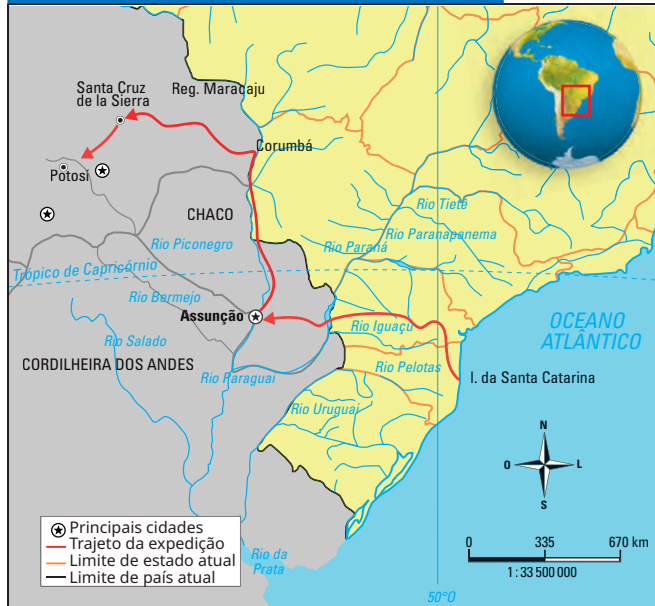
O Caminho do Peabiru é um conjunto de estradas construídas no período de formação do Império Inca, ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico. Essas vias foram percorridas por incas, guaranis, kaingangs e xetás. Por meio delas, os povos indígenas enviavam notícias, desenvolviam atividades comerciais e buscavam outros territórios, antes da chegada dos europeus. Após a chegada dos europeus à América, jesuítas, colonizadores espanhóis e portugueses e viajantes de diversas regiões percorreram essas estradas em busca de riquezas e comércio.

Saindo de Cuzco, o caminho passava por Potosí, Corumbá, descia pelas margens do Rio Paraguai, com trechos que levavam a Assunção (no atual Paraguai), Guaíra e aos atuais municípios de São Paulo (SP), Cananeia (SP) e Florianópolis (SC), passando pelo território que hoje corresponde ao estado do Paraná.

A primeira expedição europeia a percorrer o caminho do litoral atlântico até o Império Inca saiu do atual litoral de Santa Catarina, comandada por Aleixo Garcia em 1524, acompanhado de indígenas guaranis. Após quatro meses, eles chegaram às margens do Rio Paraguai, seguindo para a região onde atualmente se localiza Sucre (na atual Bolívia). Contudo, a maior parte da tropa foi morta em ataques de indígenas, inclusive Aleixo Garcia.

A descoberta de prata pelos espanhóis no Potosí, em 1545, gerou novos tráfegos pelo caminho. O trajeto comum para o escoamento do metal era descer o Rio Paraguai até o Rio da Prata, com envio para a Espanha pelo porto de Buenos Aires. Contudo, os caminhos de contrabando levavam prata, desviando a rota em Assunção, em direção à América Portuguesa. No século XVII, grandes levas de prata foram desviadas e chegaram à capitania de São Vicente (São Paulo) dessa maneira. Sem o controle rígido nem da Espanha nem de Portugal, a cidade de São Paulo passou a ter acesso à prata do Potosí e a indígenas e africanos escravizados. Assim, as expedições que conhecemos como bandeiras contaram com capitais, exploradores ávidos por riquezas, indígenas que conheciam os territórios e africanos que conheciam técnicas de mineração. Isso acabou possibilitando a descoberta do ouro na região que depois ficou conhecida como Minas Gerais.

A expedição de Aleixo Garcia – 1524



Fontes: CALDEIRA, J. *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 21; ATLAS geográfico escolar. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 47.

As duas rotas da prata – Séculos XVI-XVII



Fontes: CALDEIRA, J. *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006. p. 107; ATLAS geográfico escolar. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 47.



- De acordo com o texto, a que tipo de funções serviu o caminho do Peabiru ao longo do tempo?



1. No caderno, escreva sobre cada um dos tópicos a seguir apontando os principais aspectos dos povos do continente americano que estudamos neste capítulo: maias, astecas, incas e os povos originários do Brasil.
 - a) Localização geográfica.
 - b) Organização política.
 - c) Economia.
 - d) Características socioculturais.

2. (Enem – 2022)

Quando os espanhóis chegaram à América, estava em seu apogeu o império teocrático dos Incas, que estendia seu poder sobre o que hoje chamamos Peru, Bolívia e Equador, abarcava parte da Colômbia e do Chile e alcançava até o norte argentino e a selva brasileira; a confederação dos Astecas tinha conquistado um alto nível de eficiência no vale do México, e no Yucatán, na América Central, a esplêndida civilização dos Maias persistia nos povos herdeiros, organizados para o trabalho e para a guerra. Os Maias tinham sido grandes astrônomos, mediram o tempo e o espaço com assombrosa precisão, e tinham descoberto o valor do número zero antes de qualquer povo da história. No museu de Lima, podem ser vistos centenas de crânios que receberam placas de ouro e prata por parte dos cirurgiões Incas.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

As sociedades mencionadas deixaram como legado uma diversidade de

- a) bens religiosos inspirados na matriz cristã.
 - b) materiais bélicos pilhados em batalhas coloniais.
 - c) heranças culturais constituídas em saberes próprios.
 - d) costumes laborais moldados em estilos estrangeiros.
 - e) práticas medicinais alicerçadas no conhecimento científico.
3. (Enem – 2016)

TEXTO I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente Brasília” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. *Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo*. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

TEXTO II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- a) concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- b) percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- c) compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- d) transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- e) visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.)



Ferramentas da História

1. Leia o texto a seguir e analise a gravura.

De Bry reelabora as ilustrações presentes nos relatos de [Hans] Staden e [Jean de] Léry, apresentando os índios brasileiros como guerreiros bárbaros e devoradores de humanos. [...]

Para Ana Belluzzo, em *O Brasil dos viajantes*, “[...] a imagem dos canibais, reiterada pelos viajantes ao longo dos séculos XVI e XVII, foi um símbolo privilegiado, capaz de promover contraposição entre americanos e europeus, selvagens e civilizados. Foi o argumento por excelência do conflito entre conquistadores e conquistados”. Esse argumento convincente da colonização, marcou profundamente a visão dos europeus sobre os brasileiros e quem sabe dos brasileiros sobre nós mesmos.

THEODORE de Bry e as primeiras imagens do Brasil. *Brasiliana Iconográfica*, [s. l.], c2017. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20225/theodore-de-bry-e-as-primeiras-imagens-do-brasil>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Service Historique de la Marine, Vincennes



Pintura representando um ritual antropofágico de grupo indígena elaborada com base em relato de Hans Staden, que é representado na parte superior da gravura.

Theodore de Bry. *Cenas de Antropofagia no Brasil*, 1596.

- Descreva os principais elementos apresentados na gravura de Theodore de Bry.
- O texto destaca que a gravura teve como objetivo caracterizar os povos indígenas brasileiros como “guerreiros bárbaros e devoradores de humanos”. Que elementos da gravura permitem essa caracterização?
- Explique a seguinte afirmação: “Esse argumento convincente da colonização marcou profundamente a visão dos europeus sobre os brasileiros e quem sabe dos brasileiros sobre nós mesmos”.



Ficha de estudos

Capítulo 7 – Sociedades indígenas na América

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que para cada tópico indicado a seguir você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

- Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones ou setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- Povos do continente americano
- As sociedades da Mesoamérica e dos Andes
- Antes de Cabral: povos originários do Brasil

A colonização europeia nas Américas

▼ Para começar

1. Na fotografia, vemos o penacho de Montezuma exposto em um museu europeu. Como ele foi parar lá?
2. Atualmente, os países da América e da África têm solicitado aos europeus a devolução de itens museológicos dos seus povos nativos. O que você pensa disso?
3. Você conhece outros objetos de povos nativos americanos em museus europeus?

A chegada dos europeus no continente americano resultou em profundas mudanças no curso da história europeia e dos povos indígenas. Para ambos, os primeiros contatos foram marcados pela curiosidade, mas não tardou para que esse sentimento se dissipasse. Com o tempo, os povos nativos passaram a perceber o *modus operandi* e os interesses europeus.

Na Europa, indígenas e seus objetos foram apresentados como troféus e curiosidades. Mas como ocorreu a colonização espanhola e portuguesa nas Américas? E o que dizer das experiências inglesas, francesas e holandesas? Tudo isso será visto neste capítulo, a partir da chegada dos espanhóis.



Joe Klamar/AFP

Penacho (ou cocar) de Montezuma II, imperador asteca de 1502 a 1520, exposto no Museu Etnográfico de Viena, Áustria, 2020.

A chegada dos espanhóis

No final do século XV, os espanhóis se lançaram ao Atlântico em busca de novos caminhos para a Ásia, terra das especiarias. Impossibilitados de disputar as rotas comerciais do Mediterrâneo, dominadas por italianos e árabes, eles adentraram no Atlântico para alcançar a China e a Índia. Assim, em agosto de 1492, o genovês Cristóvão Colombo iniciou sua expedição naval a mando da Coroa Espanhola. A esse tempo, já se sabia que a Terra era redonda, mas, diferentemente dos antigos gregos, as pessoas não conheciam o tamanho dessa circunferência. Logo, não podiam estimar o tempo das viagens nem a quantidade necessária de água e comida.

As Américas foram avistadas no dia 12 de outubro de 1492. O encontro com os tainos, em Guanahani, no Caribe, foi inicialmente amistoso, com trocas de objetos e ajuda a esse povo para vencer seus inimigos, os caraíbas. A ilha foi rebatizada por Colombo como San Salvador. Em janeiro de 1493, ao retornar à Espanha, o explorador levou indígenas, animais, joias e plantas, mas, quando retornou às Américas, os homens que tinham ficado estavam mortos. Isso foi o estopim para que os espanhóis massacrassem os nativos.

Ao todo, Colombo fez quatro viagens à América, mas nunca encontrou o caminho para as “Índias” nem grandes minas de ouro e prata. Por isso, acabou sendo retirado do governo daquele território, visto como um mau gestor.



World History Archive/Alamy/Fotoarena

O planisfério de Martin Waldseemüller foi o primeiro a apresentar o hemisfério ocidental separadamente, afirmando que as terras da América eram um continente, e não parte da Índia, como os europeus imaginavam. O detalhe mostra parte da América do Sul e um retrato de Américo Vespúcio, navegador italiano homenageado no nome do continente.

Detalhe do planisfério de Martin Waldseemüller, de 1507.

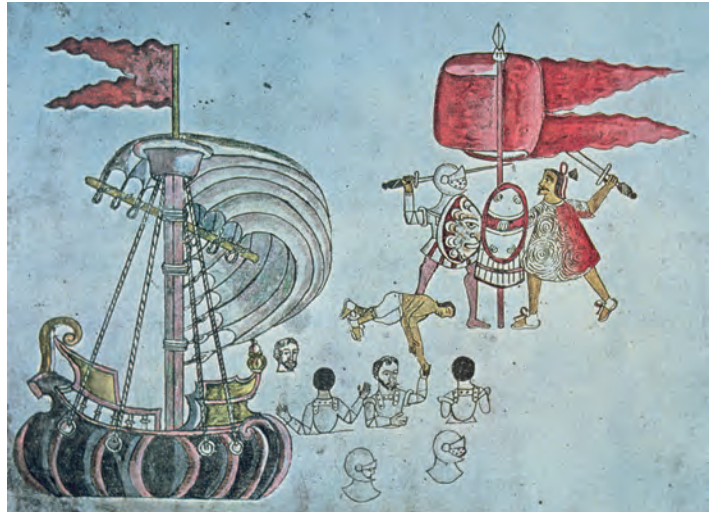
Hernán Cortés no Império Asteca

Em 1519, Hernán Cortés desembarcou na Península de Yucatán com cerca de 600 homens, cavalos e canhões. Ao chegar, estabeleceu bons contatos com os totonacas, por meio dos quais soube do Império Asteca. Assim como no Caribe, os espanhóis exploraram as rivalidades locais e conseguiram apoio dos totonacas e dos tlaxcaltecas, adversários dos astecas.

Ao saber da presença espanhola, o imperador asteca Montezuma II enviou mensageiros para conhecer suas intenções. Os diálogos eram feitos por meio da indígena Malinche, que falava o idioma local, o nahuatl, e tinha aprendido o espanhol. Diplomático, Montezuma II convidou Cortés para sua capital, Tenochtitlán, na qual foi recebido em novembro de 1519. Mas os espanhóis não chegaram para negociar: tomaram Montezuma II como refém, profanaram cerimônias religiosas e dominaram a cidade. Montezuma II tentou acalmar a reação do seu povo, sendo morto em junho de 1520 por um soldado asteca em razão dessa postura apaziguadora.

Com a morte de Montezuma II, os astecas lutaram sem êxito sob o comando de seu irmão, Cuitláhuac, e de seu sobrinho, Cuauhtémoc. A conquista espanhola foi possibilitada por diversos fatores: a violência empregada, as alianças com inimigos dos astecas e a utilização de armaduras de ferro, armas de fogo e cavalos nas batalhas. Outro fator foram as doenças trazidas pelos espanhóis, até então inexistentes nas Américas, como sarampo, gripe e varíola. Pela vitória, Cortés foi nomeado vice-rei da Nova Espanha. Já os povos que o haviam apoiado logo perceberam que não seriam libertados, mas que um novo ciclo de dominação começaria.

Gravura presente no Códice Azcatitlan, de 1530, retratando o conflito entre soldados espanhóis e astecas no contexto do domínio de Hernán Cortés.



Peter Newark American Pictures/Bridgeman Images/Fotoarena

Pizarro e o Império Inca

Em 1529, Francisco Pizarro foi autorizado a conquistar nativos e riquezas no sul da América. No ano seguinte, partiu do Panamá com cerca de 180 homens e armas de fogo, cavalos e canhões. Com a mesma tática de Cortés, Pizarro se aproveitou das rivalidades locais para vencer o Império Inca.

Outro fator importante para a vitória de Pizarro foi a disseminação de doenças, como aconteceu contra os astecas. Já em 1527, o sapa inca (imperador) Huayna Capac, pai dos cinco últimos sapa incas, tinha morrido de varíola. Sua morte deu início a uma disputa entre os herdeiros do trono, inicialmente com o governo de Huáscar e depois com Atahualpa. Assim, quando do ataque de Pizarro, os incas estavam divididos politicamente.

Com a morte de Atahualpa, os espanhóis passaram a negociar com outro irmão do imperador, Túpac Hualpa, a quem foi prometido o governo de Cuzco, a capital do império. Nesse período, incas e espanhóis se enfrentaram em diversas batalhas. Todavia, no final de 1534, os espanhóis tomaram Cuzco, saquearam seu ouro e dominaram outras cidades da região. No ano seguinte, Pizarro fundou a *Ciudad de los Reyes* (atual Lima).

Em 1536, uma contraofensiva inca liderada por Manco Capac II, outro irmão de Atahualpa, sitiou os espanhóis em Cuzco, mas, com o reforço das tropas espanholas, em 1537, os incas foram vencidos, e muitos se refugiaram na cidade sagrada de Machu Picchu. Em 1542, Lima tornou-se a sede do Vice-Reino do Peru, uma das divisões do Império Colonial Espanhol.



Erik Gonzalez/Shutterstock.com

Vista aérea da Praça central de Cuzco, também conhecida como Praça das Armas. Cuzco, Peru, 2022.

Huayna Capac

Filho do sapa inca Túpac Yupanqui, Tito Cusi Hualpa ou Huayna Capac, que significa jovem poderoso, casou-se com diversas esposas e teve muitos filhos, sendo cinco deles os últimos sapa incas. Em seu governo (1493-1527), venceu inúmeras batalhas, controlou revoltas e manteve a unidade do poder.

Antes mesmo do encontro com Pizarro, Huayna Capac soube por mensageiros que estranhos estavam em seus domínios. Foram eles que trouxeram doenças que mataram milhares de indígenas, inclusive o próprio sapa inca, vitimado em 1527. Seus filhos Huáscar, Atahualpa, Túpac Hualpa e Manco Capac II tiveram posicionamentos diversos em relação ao domínio espanhol, lutando contra ou se aliando a eles para manter o Império Inca.



JSM Historical / Alamy / Fotoarena

Huayna Capac, décimo segundo inca, 1 de 14 retratos de reis incas, século XVIII. Óleo sobre tela.

A colonização espanhola

Após o domínio dos nativos, os espanhóis dividiram o território em dois vice-reinos e uma capitania geral. Em 1535, foi fundado o Vice-Reino da Nova Espanha. Em 1542, foram fundados o Vice-Reino do Peru e a Capitania Geral da Guatemala. Posteriormente, foram criados a Capitania Geral de Cuba (1607), os Vice-Reinos de Nova Granada (1717) e do Rio da Prata (1776) e a Capitania Geral da Venezuela (1777).

Para comandar os vice-reinos e as capitanias gerais, foram enviados nobres nascidos na Espanha (*chapetones*). Nas cidades, existiam os *cabildos*, com funções administrativas, econômicas, militares e políticas. Nessas câmaras locais, havia representantes eleitos das cidades coloniais, sobretudo espanhóis nascidos na colônia (*criollos*) que tinham acesso a terras e enriqueceram, mas não ascendiam aos cargos de maior prestígio. Já a Igreja respondia pela

conversão de indígenas e africanos escravizados à fé cristã, assegurando a moral e a aplicação dos preceitos religiosos entre os habitantes da colônia.

A sociedade colonial espanhola era hierarquizada. Somente pessoas de sangue espanhol tinham direitos de súditos do rei, mas havia diferenças entre eles. Os *chapetones* tinham acesso aos principais cargos, podendo atuar em funções militares, religiosas, comerciais, entre outras; e os *criollos* tinham restrições de exercício de funções nas audiências gerais, mas podiam ser proprietários de terras e de minas.

Já os mestiços, em geral filhos de espanhóis com mulheres indígenas ou africanas, eram pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos, artesãos, capatazes em fazendas ou camponeses. Os indígenas, por sua vez, eram economicamente explorados e politicamente subjugados, quando não escravizados e massacrados. Por fim, os africanos escravizados viviam especialmente nas regiões dos portos do Oceano Atlântico, trabalhando como artesãos, em atividades rurais e domésticas e com serviços urbanos.

A hierarquia estamental europeia ganhou novos contornos nas colônias. Se nas metrópoles existia uma diferença entre nobres, clérigos e plebeus, nas colônias havia diferença entre europeus e não europeus. Além disso, a mestiçagem criou um novo personagem social, que não era espanhol nem nativo ou africano. Essa mistura provou muitas tensões sociais, mas também criou uma cultura social híbrida e de difícil definição.



Fonte: DUBY, G. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1982. p. 282.

Economia, trabalho e cultura na América Espanhola

As principais atividades econômicas da colônia foram a agropecuária e a mineração. As *haciendas* eram monocultoras especializadas em cada região. Assim, nas ilhas da América Central, predominavam plantações de cana-de-açúcar e tabaco. Na região de Caracas, de cacau. Nas proximidades de Buenos Aires, prevaleciam alimentos para consumo local e animais para abate e transporte.

Os espanhóis desejavam encontrar ouro na região, mas esse metal se esgotou rapidamente. O impulso para a mineração veio das minas de prata em Zacatecas (México) e Potosí (Bolívia). Elas passaram a ser propriedade da Coroa Espanhola, que, em troca de impostos, concedia aos colonos o direito de lavra.

O uso da mão de obra indígena se deu, muitas vezes, aproveitando formas de trabalho já existentes entre os nativos. A *mita*, por exemplo, era um tipo de trabalho forçado já existente entre os incas, com nativos escolhidos, em vários casos, por sorteio. A *encomienda* era um sistema de trabalho no qual um colonizador tinha o direito de explorar o trabalho dos indígenas, que deveriam lhe entregar produtos em troca de roupas, alimentos e catequese.

Na América Espanhola, a cultura e o conhecimento foram fomentados pela criação de universidades e colégios ligados à Igreja. Desde cedo, foram fundadas universidades, como as de San Marcos e Lima (ambas em 1551) e do México (1553). Posteriormente, vieram as universidades de Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738). A Companhia de Jesus foi fundamental para a promoção da fé católica e para a catequização de indígenas e negros.

Nesse contexto, as relações entre indígenas e jesuítas eram constantes. Enquanto os jesuítas mesclavam a cultura cristã europeia com a indígena, os nativos reconstruíram seus modos de vida e crenças em sincretismos sociais e religiosos. Esse contexto deu tanto poder aos jesuítas que eles acabaram expulsos das colônias espanholas em 1767, por ordem do rei Carlos III.

A colonização portuguesa

Em 22 de abril de 1500, aportou oficialmente, nas terras do Brasil, a primeira esquadra portuguesa, comandada por Pedro Álvares Cabral. Cabral tomou posse do território em nome da Coroa e da Igreja, realizando a primeira missa. Também enviou um dos navios a Portugal para dar a notícia ao rei por meio da carta de Pero Vaz de Caminha.

A colonização do Brasil não ocorreu de forma imediata. Naquele momento, os portugueses tinham maior interesse em colônias como Goa (Índia) e Macau (China), de onde vinham muitas especiarias. Por isso, nas primeiras três décadas, a exploração do território teve caráter extrativista. A extração do pau-brasil, a principal riqueza aos olhos dos portugueses, foi beneficiada pela relação até então amistosa com os indígenas, responsáveis pelo corte e pelo transporte dos troncos até os navios. Em troca, eles recebiam machados, espelhos e outros objetos, em uma relação econômica não mediada por moeda, denominada **escambo**.

A primeira expedição para colonizar o território ocorreu em 1530. Ela foi comandada por Martim Afonso de Souza e contou com cinco embarcações, armas e cerca de 500 homens, além de sementes, ferramentas agrícolas e animais domésticos. Em 1532, Martim Afonso fundou a primeira vila da América Portuguesa: São Vicente, hoje no litoral de São Paulo. Nela, foi estabelecido o Engenho do Governador, iniciando a produção da principal riqueza do Brasil durante boa parte do Período Colonial: o açúcar.

O estímulo aos engenhos visava fixar os colonos no Brasil, por sua alta rentabilidade. Todavia, a colonização alterou a relação entre portugueses e indígenas. Antes amistosa, ela ficou muito mais conflituosa, pois os colonos passaram a escravizar os nativos, utilizando sua mão de obra nas lavouras e no cultivo da cana-de-açúcar.



Florián Paucke. *Encomienda de indígenas na antiga cidade de Tucumán*, século XVIII.



Lopo Homem. *Terra Brasilis*, 1519.

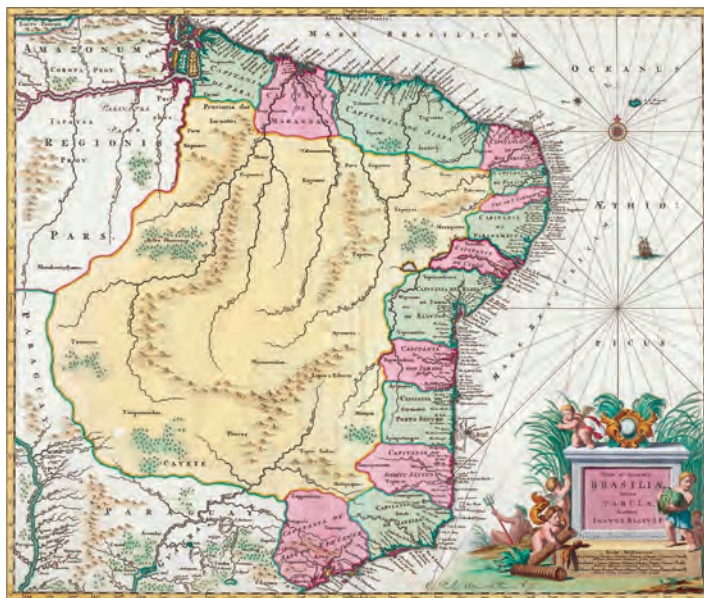
As capitanias e o governo-geral

As **capitanias hereditárias** foram a primeira organização política da América Portuguesa. Elas visavam estimular a iniciativa de particulares, aos quais a Coroa doava lotes de terras.

Em 1534, foram estabelecidas 14 capitanias, entregues a 12 donatários, pois Pero Lopes de Sousa recebeu três delas. O documento que garantia a posse da terra era a **Carta de Doação**, enquanto a **Carta Foral** estipulava os direitos e deveres dos donatários.

O sistema de capitanias foi um fracasso no Brasil, tendo apenas duas exceções: as capitanias de São Vicente e de Pernambuco. As razões desse fracasso foram as dificuldades dos donatários em reunir recursos suficientes para colonizar terras tão extensas e distantes da metrópole, além das resistências indígenas. Por isso, Portugal assumiu uma postura mais centralizadora, nomeando o nobre Tomé de Souza como governador-geral. Em 1549, Souza fundou a cidade de Salvador, sede do **governo-geral**. Para facilitar a gestão da colônia, o território foi dividido em dois: Estado do Grão-Pará e Maranhão e Estado do Brasil. Foi no governo-geral que os primeiros padres jesuítas chegaram ao Brasil.

No governo-geral, foram formadas câmaras municipais, por meio das quais os colonos gerenciavam o abastecimento, o comércio e a justiça. Participavam dessas câmaras de vereadores os chamados homens-bons, grandes proprietários de terras e de escravizados que, em tese, não tinham antepassados de origem judaica, africana ou indígena. Nesse sistema, o rei era o mediador das relações entre os poderes locais e central, sobretudo por meio da distribuição de mercês, favores como terras, cargos e pensões.



João Blaeu. *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*, 1625. Na imagem, é possível identificar a divisão das capitanias hereditárias.



Fonte: VICENTINO, C. *Atlas Histórico: geral & Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 104.

Para ampliar

Assista

A Missão, direção de Roland Joffé (Warner Bros., 1986, 124 min)

O filme conta a história de Mendoza, um mercador de escravizados, que após passar por algumas situações questionadoras em sua vida, se torna padre. A obra também trata das tensões entre jesuítas, indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses na região dos Sete Povos das Missões.



As invasões franco-holandesas

Liderados por Nicolas Durand de Villegagnon, em meados do século XVI, os franceses estabeleceram a França Antártica (1555-1570) na região da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Contudo, os portugueses retaliaram e o conflito se estendeu, opondo portugueses e temiminós a franceses e tupinambás. No curso das lutas, Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565). Dois anos depois, os franceses foram expulsos da região.

Outra colônia francesa na América Portuguesa foi a **França Equinocial** (1612-1615), estabelecida no Maranhão. Sua breve existência decorreu da falta de apoio da monarquia francesa, devido às negociações do casamento entre o rei francês Luís XIII e a infanta espanhola Ana de Áustria. Além disso, pesou a dura reação portuguesa, comandada pelo capitão Alexandre de Moura.

Posteriormente, já no contexto da **União Ibérica** (1580-1640), ocorreram as invasões holandesas. Mas você sabe o que foi a União Ibérica? Foi a união das coroas da Espanha e de Portugal quando Filipe II, rei da Espanha, aproveitou uma crise dinástica para invadir Portugal e assumir o trono lusitano com o título de Filipe I. O domínio espanhol fez Portugal “herdar” numerosos inimigos dos espanhóis, entre os quais estavam os holandeses, que passaram a atacar colônias portuguesas em diferentes partes do mundo. Em 1624, os holandeses invadiram Salvador (capital do Estado do Brasil). Eles tomaram a cidade, mas não conservaram seu domínio por muito tempo. Cercados por terra e mar, foram expulsos em 1625.

Posteriormente, organizaram uma expedição a Pernambuco, região rica em açúcar, onde fundaram a colônia de Nova Holanda. Com a conquista, foram fixadas medidas para pacificar a região. À frente dessas medidas, estava o conde Maurício de Nassau. Sua gestão (1637-1644) foi marcada por relativa tolerância religiosa (em favor de católicos e judeus, já que os holandeses eram protestantes); pela concessão de empréstimos a senhores de engenho; e pela vinda de artistas e cientistas ao Brasil, entre outras benfeitorias.

Esse quadro de estabilidade mudou em 1644, com a saída de Nassau. Sem ele, os holandeses passaram a exigir dos senhores de engenho o pagamento das dívidas acumuladas. Além disso, o fim da União Ibérica, em 1640, levou Portugal a tentar recuperar as colônias perdidas na África e na América. O fracasso das negociações e as tensões acumuladas conduziram à **Insurreição Pernambucana** (1645-1654).

Tendo à frente o português João Fernandes Vieira, o movimento contou com as lideranças do luso-brasileiro André Vidal de Negreiros, do chefe indígena potiguar Felipe Camarão e do afro-brasileiro Henrique Dias. Do lado holandês, houve o apoio dos indígenas tarairiús e de militares afro-brasileiros, como João de Andrade e Antônio Mendes. As lutas, que tiveram início em 1645, foram vencidas pelas forças luso-brasileiras. A insurreição foi decidida nas duas **Batalhas dos Guararapes**, travadas em 1648 e 1649.



Retrato de Henrique Dias, século XVII.
Óleo sobre tela, 96 cm x 70 cm.

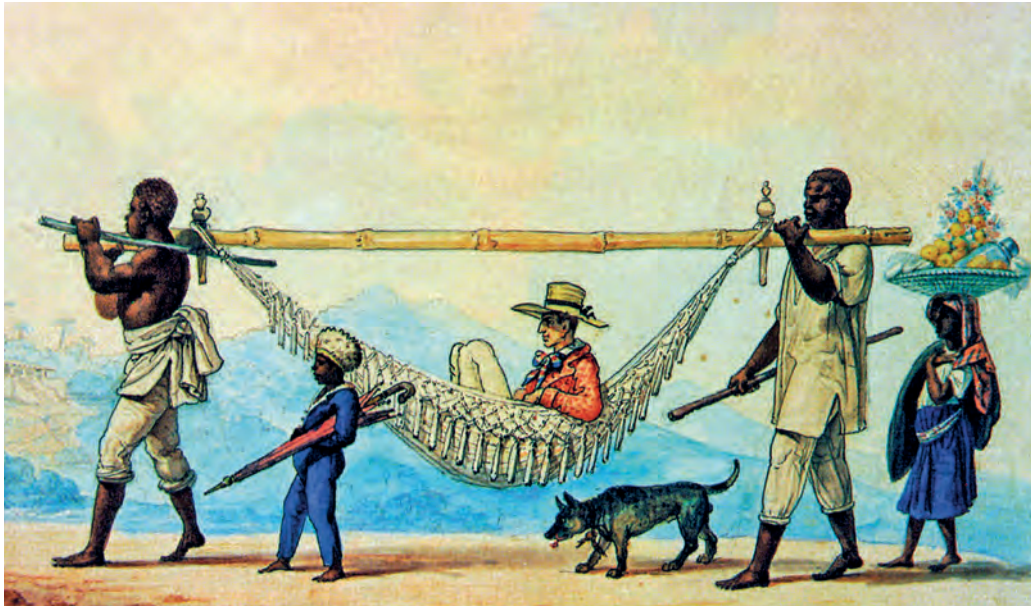


Victor Meirelles. A Batalha dos Guararapes, 1875-1879.
Óleo sobre tela, 5 m x 9,25 m.

A sociedade do açúcar

A sociedade que se formou em torno da produção de açúcar foi marcada pela estratificação e pela baixa mobilidade social. No topo dessa sociedade, estavam os senhores de engenho, proprietários de terras e de escravizados que concentravam riqueza, poder político e prestígio social.

Abaixo deles estavam os trabalhadores livres e ex-escravizados, que podiam auxiliar os senhores na administração dos engenhos, além de capturar escravizados fugitivos, combater quilombos ou realizar trabalhos artesanais especializados, como os de ferreiro, oleiro, mestre de açúcar, dentre outros. Por fim, os escravizados respondiam pelo trabalho pesado nos engenhos, desde o plantio da cana até a produção do açúcar. Também realizavam o trabalho doméstico, sobretudo as mulheres.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

Jean-Baptiste Debret. *Retorno de um proprietário*. Gravura publicada no livro *Viagem pitoresca e histórica do Brasil, 1834-39*.

A economia açucareira e suas variações

A expedição de Martim Afonso de Sousa introduziu o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, mas a montagem da economia açucareira se deu a partir da apropriação de técnicas, terras e trabalho dos indígenas. Em vez do pousio curto, do adubo e do arado, os colonos fizeram uso do pousio longo, da queimada e da cavadeira em suas fazendas. Com o tempo, a mão de obra indígena foi superada pela escravização dos africanos. Essa mudança ocorreu devido às fugas dos tupis, às epidemias e às próprias leis restritivas da escravidão indígena adotadas pela Coroa.

Nos séculos XVI e XVII, o setor açucareiro era formado por grandes propriedades monocultoras, com engenhos que produziam para exportação e exploravam mão de obra escravizada. O açúcar foi o principal produto do Brasil Colônia, mas não o único. No comércio, havia desde pequenas vendas até grandes atacadistas, com foco nos africanos escravizados. A partir do século XVII, o fumo de Pernambuco e da Bahia foi exportado para a Europa e para a África. No século XVIII, Ceará, Pará e Maranhão produziram algodão para as fábricas inglesas de tecido. Já as **drogas do sertão** (como cacau, guaraná, castanha-do-pará e outros produtos naturais), vindas da Amazônia, eram apreciadas na Europa como especiarias.

A pecuária, por sua vez, ocupou as regiões do Vale do Rio São Francisco, do litoral norte do Rio de Janeiro e do sul de Minas Gerais. O gado era utilizado como força motriz das moendas dos engenhos, meio de transporte e alimento. A produção agrícola de aipim, milho, feijão e outros produtos do gênero seguiu a produção açucareira e a formação das cidades, sempre voltada para o mercado interno. O conjunto dessas atividades formou uma economia cada vez mais forte, garantindo certa autonomia em relação à metrópole e aos preços internacionais do açúcar.

Complexo de um engenho e a produção de açúcar

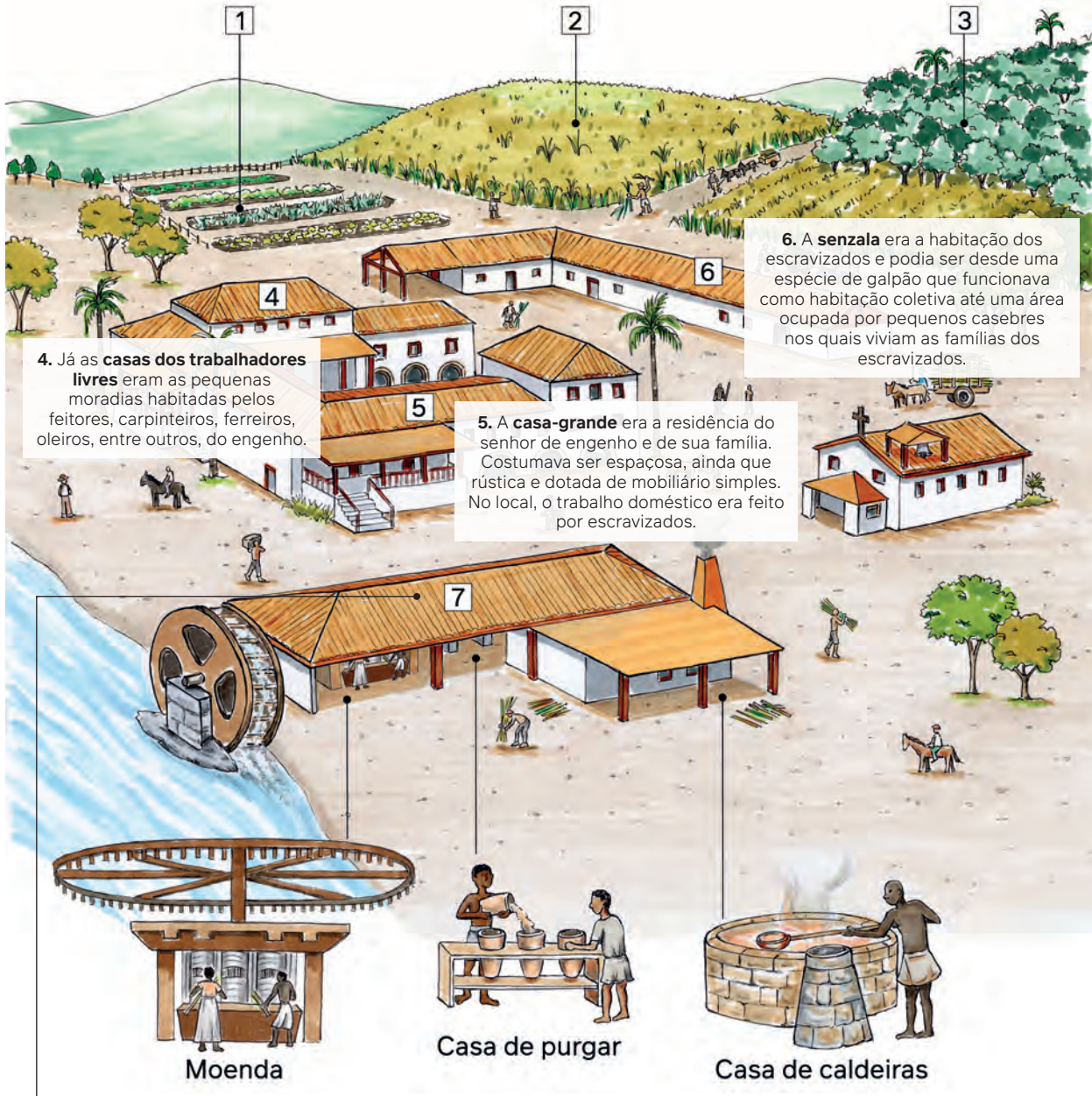
Representação simplificada em cores-fantasia e tamanhos sem escala

1. No engenho, havia também uma **área destinada à plantação de gêneros alimentícios**, utilizados na alimentação de seus habitantes, inclusive os escravizados. Muitas vezes, essas plantações eram insuficientes para alimentar todas as pessoas que viviam no engenho, o que tornava necessária a compra desses gêneros de pequenos e médios produtores locais.

2. Na **área da plantação do açúcar**, a cana era cultivada e cortada.

3. Os engenhos eram constituídos por diversos espaços com diferentes funções. Nas **áreas de floresta**, era extraída a lenha necessária para abastecer as caldeiras utilizadas no processo de produção do açúcar. Os engenhos com maior cobertura florestal eram valorizados.

Laura Barrichello



4. Já as **casas dos trabalhadores livres** eram as pequenas moradias habitadas pelos feitores, carpinteiros, ferreiros, oleiros, entre outros, do engenho.

5. A **casa-grande** era a residência do senhor de engenho e de sua família. Costumava ser espaçosa, ainda que rústica e dotada de mobiliário simples. No local, o trabalho doméstico era feito por escravizados.

6. A **senzala** era a habitação dos escravizados e podia ser desde uma espécie de galpão que funcionava como habitação coletiva até uma área ocupada por pequenos casebres nos quais viviam as famílias dos escravizados.

Moenda

Casa de purgar

Casa de caldeiras

7. O **engenho** propriamente dito era um espaço subdividido em três partes, com diversos equipamentos utilizados para transformar a cana em açúcar.

- Na **moenda**, a cana-de-açúcar era moída e transformada em caldo de cana.
- Na **casa de caldeiras**, cozia-se e engrossava-se o caldo da cana até ele se tornar melão.
- Na **casa de purgar**, o melão era solidificado e purificado, ganhando a forma de pães de açúcar. Era assim que o açúcar era exportado para Portugal e de lá para os Países Baixos, onde era refinado e finalmente comercializado em diversos pontos da Europa.

Fonte: RIO DE JANEIRO (Município). MultiRio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: MultiRio, c2022. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/80-ocupa%C3%A7%C3%A3o-litor%C3%A2nea/8733-o-engenho-colonial>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Tráfico negreiro e conflitos coloniais

Como vimos, entre os séculos XVI e XVII, a escravização de indígenas foi superada pela de africanos. Diversos fatores motivaram essa mudança. Primeiro, a mão de obra indígena ficou escassa. Além disso, a oposição dos jesuítas à escravidão indígena criou barreiras que não existiam em relação aos negros, cujo cativo era justificado pela Igreja Católica.

Os africanos escravizados eram adquiridos pelos traficantes em portos da costa ocidental da África, com destaque para Angola. De início, o tráfico de escravizados era feito por lisboetas, mas não demorou para que surgissem comerciantes sediados em Salvador e no Rio de Janeiro. Nesse tráfico bilateral, os escravizados eram adquiridos em troca de dois produtos muito apreciados pelos africanos: fumo e cachaça.

O tráfico negreiro não se limitou ao abastecimento de mão de obra. Ele financiava a produção de açúcar e possibilitava aos comerciantes mais prósperos ascender à condição de senhores de engenho. Acredita-se que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 12 milhões de africanos escravizados tenham chegado às Américas, sendo apurável que, de cada 100 africanos embarcados, apenas um quarto sobrevivia aos primeiros quatro anos no Brasil.

A Igreja Católica não condenou a escravidão de povos africanos, defendendo essa prática com diversos argumentos, que vão desde os textos bíblicos até questões pragmáticas da vida na colônia. Fundada na violência, a escravidão foi uma das principais marcas do Brasil Colonial. Essa violência assumiu diversas formas, como as punições públicas nos troncos, os ganchos no pescoço e as correntes presas ao chão. Tudo isso reforçava a autoridade dos senhores e marcava os corpos dos escravizados. A ganância e a violência presentes no tráfico negreiro também ajudam a compreender vários conflitos no Brasil Colonial. A seguir, destacaremos dois: a Guerra dos Mascates e os embates entre bandeirantes, jesuítas e indígenas.

Origem dos povos africanos que vieram para o Brasil	
Região da África	Grupos étnicos
Guiné e Sudão, ao norte da Linha do Equador.	Afantis, axântis, jejes, peuls, hauçás (chamados de malês, na Bahia) e nagôs ou iorubás.
Congo e Angola, no centro e sudeste da África.	Povos bantos, destacaram-se os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos e rebolos.
Moçambique, na costa oriental.	Povos bantos.

Fonte: PARA uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

A Guerra dos Mascates

No início dos anos 1700, os produtores de açúcar da cidade de Olinda passaram a enfrentar a concorrência do açúcar das **Antilhas** Holandesas. Isso derrubou o preço do produto, levando os olindenses a se endividarem com os comerciantes da cidade do Recife, que chamavam de **mascates**. Quando a pressão dos comerciantes recifenses junto à Coroa elevou a cidade à categoria de vila, tornando-a politicamente independente de Olinda, os olindenses reagiram.

Sob a liderança de Bernardo Vieira de Melo, as tropas de Olinda invadiram Recife e obrigaram os comerciantes a fugir da cidade. Em 1711, os recifenses contra-atacaram invadindo Olinda e provocando incêndios e danos em engenhos da região. A Coroa interveio em apoio aos comerciantes recifenses, pondo fim à revolta dos olindenses e mantendo o *status* de vila conferido ao Recife, ainda hoje a principal cidade de Pernambuco.

GLOSSÁRIO

Antilhas: ilhas situadas na América Central, entre o Mar do Caribe, o Golfo do México e o Oceano Atlântico.

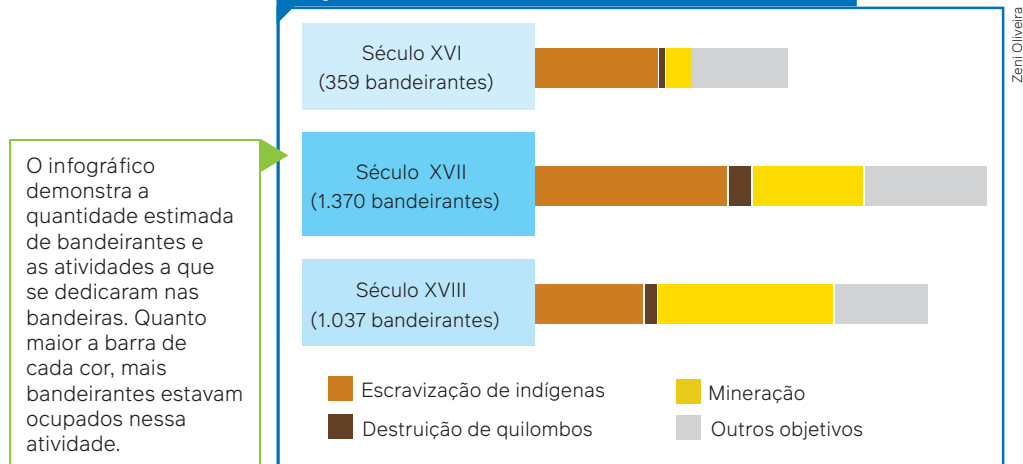
Indígenas, bandeirantes e jesuítas

No Período Colonial, as relações entre indígenas e colonos foram muito diversas. Povos distintos ocuparam os papéis de escravizados, inimigos, aldeados e aliados dos colonos, de modo que, em determinados momentos, alguns resistiam à colonização, enquanto outros a apoiavam.

Os principais responsáveis pela escravização dos ameríndios foram os bandeirantes, sertanistas vindos de São Paulo para encontrar metais preciosos, combater quilombos e capturar indígenas. As bandeiras expandiram a presença luso-brasileira no continente, ultrapassando largamente os limites do Tratado de Tordesilhas. Os principais alvos das bandeiras de apresamento de indígenas foram os aldeamentos jesuíticos, onde havia milhares de indígenas familiarizados com o idioma, a religião e a cultura dos colonizadores.

Com o tempo, cresceu a oposição entre bandeirantes e jesuítas. Os padres tinham a seu favor a proibição de escravizar indígenas, existente desde 1549, no governo-geral de Tomé de Souza, mas havia duas exceções: a **guerra justa**, quando uma autoridade colonial autorizava ataques contra um grupo indígena por oposição à expansão católica, agressões a colonos ou ruptura unilateral de acordo previamente celebrado; e o **resgate** de um colono ou indígena aliado aprisionado por povos hostis. Na prática, muitas vezes a legislação era desrespeitada por bandeirantes que escravizavam indígenas de modo ilegal ou alegavam ter sido capturados em resgates ou guerras justas.

Objetivo das bandeiras – Séculos XVI-XVIII



Fonte: ATLAS Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2023.
Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/bandeiras-e-bandeirantes/mapas/objetivos-das-bandeiras>. Acesso em: 18 jun. 2024.

A colonização inglesa

Pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, a América do Norte fazia parte do território a ser explorado pela Espanha. Entretanto, por razões econômicas, os espanhóis concentraram sua presença no sul do continente, onde havia ouro e prata e onde o clima tropical e subtropical permitia o cultivo de produtos valorizados no mercado europeu, como tabaco e açúcar.

Contudo, países como Inglaterra e França jamais aceitaram os termos do tratado. Para eles, era inadmissível que a Espanha consolidasse seu domínio sobre o Novo Mundo. Logo, o domínio espanhol foi violado pela ocupação de áreas não privilegiadas pelos espanhóis e por meio de invasões, contrabando e pirataria, permitindo outras experiências coloniais.

O início da ocupação inglesa

Desde o final do século XVI, os ingleses buscaram estabelecer colônias no Novo Mundo. Em 1620, imigrantes puritanos estabeleceram o núcleo colonial de Plymouth, em Massachusetts, que, junto com Connecticut, Rhode Island e Nova Hampshire, formaram a Nova Inglaterra.

Esses pioneiros chegaram à América no navio Mayflower e foram seguidos por outros imigrantes. As colônias inglesas foram formadas por refugiados ingleses que migraram por questões político-religiosas ou econômico-sociais, sendo seguidos por escoceses, irlandeses, holandeses, alemães e outros. Para eles, a América era uma terra de oportunidades que permitiria que colonos se tornassem proprietários de terras ou tivessem seu próprio comércio ou manufatura.



Roberto Walter Weir. *Embarque dos peregrinos*, 1875. Óleo sobre tela, 122,2 cm x 183,5 cm.

Museu do Brooklyn, Nova York, EUA

Os diferentes modelos da colonização inglesa

A América Inglesa era formada por 13 colônias, classificadas em: as colônias do Sul, do Norte e do Centro.

As colônias do Sul, com clima tropical e subtropical, foram as primeiras a ser ocupadas. Elas produziam mercadorias como algodão e tabaco em grandes propriedades que utilizavam mão de obra africana escravizada. Lá, a estratificação social entre proprietários, homens livres e escravizados era bastante rígida. O pacto colonial era a regra: a colônia fornecia produtos agrícolas e importava bens manufaturados da metrópole.

As colônias do Norte foram estabelecidas a partir dos anos 1620. Nelas, o controle da metrópole era menor, predominando a pequena propriedade, o trabalho assalariado e as manufaturas, além da pecuária e da pesca. A indústria naval também floresceu, incentivando o comércio com as demais colônias inglesas na América do Norte e com a África, as Antilhas e a Europa. Esse comércio ficou conhecido como comércio triangular.

As colônias do Centro foram as últimas a ser ocupadas, com a fundação de Nova York em 1624. Nelas, havia agricultura extensiva, com exportação de trigo e produção de aveia, centeio e cevada. Também havia pequenas e médias propriedades, com produção voltada ao mercado local.

Treze Colônias inglesas – Séculos XVII-XVIII



Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010. p. 209.

Aprendizagens em processo • Factual

1. Quais são as principais diferenças entre as colônias inglesas do Sul e as colônias do Centro-Norte?
2. Diferente dos espanhóis e dos portugueses, predominantemente católicos, qual é a religião predominante entre os primeiros colonos ingleses na América do Norte?

A autonomia política e econômica das colônias

Ao longo do século XVII, a Inglaterra esteve envolvida em vários conflitos, como a Revolução Puritana (1642-1649) e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Esses conflitos dificultaram o controle inglês sobre os colonos nas Américas. Assim, apesar de tentativas como os **Atos de Navegação**, as Treze Colônias gozavam de relativa autonomia.

Politicamente, cada colônia tinha seu governador. Nas colônias das companhias de comércio, o governador e os membros das assembleias locais eram eleitos pelos colonos. Nas colônias cujos proprietários eram pessoas físicas, como a Pensilvânia, eles próprios escolhiam os governadores, e os colonos tinham graus variados de participação na gestão colonial. Nas colônias régias, os governadores eram escolhidos pelo rei. Mesmo a partir do século XVIII, quando a maioria das colônias passou à Coroa britânica, o nível de liberdade política continuou razoável, embora elas não tivessem representação no Parlamento britânico, em Londres.

Na economia, os colonos continuaram com relativa autonomia. Na prática, proibições como os Atos de Navegação eram burladas pelo contrabando ou pela criação de novas rotas para o comércio triangular. Contudo, após a Guerra dos Sete Anos, o cenário mudou. Vitoriosa, a Inglaterra avançou na construção de seu império em outros continentes, drenando das colônias parte dos recursos necessários à expansão dos seus domínios. Como resultado, os colonos ficaram insatisfeitos, abrindo o caminho que levou à independência, em 1776.

GLOSSÁRIO

Atos de Navegação:

normas para restringir a influência holandesa no comércio britânico e limitar a liberdade comercial das colônias inglesas.

As colonizações francesa e holandesa

As primeiras incursões francesas na América do Norte ocorreram no século XVI, por meio de aventureiros como Giovanni da Verrazzano, mas só a partir do século XVII foi possível criar colônias como Nova Escócia, Quebec e Montreal, no Canadá, ou Nova Orleans, nos Estados Unidos. A ocupação francesa foi marcada pelo povoamento, com predomínio da mão de obra livre assalariada e maior liberdade de comércio. A presença da França na região declinou com a derrota do país na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Já na América Central, os franceses se instalaram nas Antilhas, tendo o Haiti como principal colônia. Na América do Sul, buscaram ocupar o Brasil, mas se fixaram na Guiana Francesa, ainda hoje um território ultramarino francês. Nas Américas Central e do Sul, a colonização se deu no sistema de *plantation*, com predomínio da mão de obra escravizada.

A colonização holandesa na América do Norte foi pontual, com destaque para a fundação de Nova Amsterdã, que se transformou na cidade de Nova York. No Caribe, a Holanda teve importantes possessões territoriais em Aruba e Curaçau, onde produzia açúcar no sistema de *plantation* e com mão de obra escravizada. Já na América do Sul, além da experiência no Nordeste brasileiro, destaca-se a presença no Suriname, posto sob domínio da metrópole até 1975.

Resistências à opressão nas Américas

Ao estudarmos a colonização europeia nas Américas, devemos nos lembrar de que os indígenas eram sujeitos ativos da sua própria história, por mais que suas escolhas fossem limitadas pelas estruturas coloniais. Nesse sentido, é importante desconstruir estereótipos e lembrar que os ameríndios não eram “bons selvagens”. Eram povos com cultura e organização sociopolítica próprias, que se relacionavam com os europeus de diversas maneiras: ora cooperavam de modo **altruista**, ora estabeleciam alianças para ampliar suas capacidades de vencer inimigos locais ou obter armas, bebidas e outros bens importantes.

Outra questão essencial é reconhecer que as alianças com povos indígenas foram vitais para os colonos nas Américas, que não conheciam o território e a natureza local. Além disso, seja pela superioridade bélico-militar, seja por meio de doenças trazidas da Europa, os ameríndios foram dominados e duramente impactados pela colonização no continente, sendo reduzidos de maneira significativa e estando hoje confinados em reservas que muitas vezes não correspondem às suas terras ancestrais.

Por fim, é importante notar que, mesmo sendo frequentemente invisibilizados, indígenas, negros, mestiços e outros segmentos étnico-raciais participaram e continuam a participar ativamente da história americana.

GLOSSÁRIO

Altruista: que auxilia o próximo sem aguardar recompensas.

Resistências indígenas na América Espanhola

Na América Espanhola, podemos destacar a Guerra do Mixtón (1541-1542) e a Guerra Chichimeca (1550-1600) como exemplos de resistência à dominação colonial. Embora muitas vezes a própria Coroa buscasse limitar esses conflitos, pois o uso da mão de obra indígena exigia alguma aceitação de seus costumes e sociabilidades, as crescentes interações entre indígenas e colonos potencializavam os conflitos, especialmente quando os nativos entravam nas redes do mercado interno colonial ou quando os colonos ampliavam a invasão de suas terras.

A Guerra do Mixtón opôs indígenas da Nova Espanha ao exército espanhol em razão de torturas e assassinatos perpetrados pelos colonizadores.



Theodore de Bry. [Sem título], 1595. Gravura.

As reações indígenas à ocupação colonial inglesa

Como nas Américas Espanhola e Portuguesa, nas colônias inglesas, por vezes as relações entre indígenas e colonos foram cooperativas e amistosas; e, por outras, competitivas e violentas. O fato é que, quando os europeus iniciaram a colonização, esquimós, inuítes, *sioux*, apaches e muitos outros já interagiam entre si, de forma pacífica ou não. A presença europeia complexificou essas relações, fazendo com que as comunidades indígenas se aliassem a determinado país europeu e outras se aliassem a outro. Foi o que aconteceu, por exemplo, com ingleses e *creeks*, que rivalizavam com espanhóis e apalaches.

Um dos conflitos mais marcantes entre indígenas e colonos foi o Massacre Místico, em 1637. Estima-se que os ingleses tenham matado cerca de 3.000 indígenas *pequots*, tendo como plano a desarticulação entre tal povo indígena e os holandeses. Outro evento marcante foi o ataque contra indígenas *wampanoag* e *narragansett* em 1675, que resistiam ao avanço dos colonos sobre suas terras.

Obra representando o ataque de colonos ingleses à comunidade *pequot*, em 1637.



[Sem título], século XIX.
Gravura colorida.

Coleção particular

Indígenas e afro-brasileiros lutam contra a opressão no Brasil

Desde o início da colonização, os indígenas reagiram às violências que sofriam. Assim, ganharam impulso as fugas e migrações, além de rebeliões e guerras. Uma das principais revoltas indígenas ocorreu na Bahia ao final do século XVI: a Santidade de Jaguaripe (1580-1595). O movimento incomodou as autoridades coloniais porque alguns de seus representantes estimulavam fugas e ataques a locais como engenhos e igrejas. Já a Guerra dos Bárbaros teve duas fases principais: as Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679) e as Guerras do Açú (1687-1705). A principal causa dos conflitos foi a expansão da colonização em direção às terras indígenas do Sertão nordestino, sobretudo por criadores de gado. Ao final de ambos os combates, os indígenas foram vencidos, mas o legado de lutas permaneceu.

Assim como os indígenas, os africanos escravizados também resistiram de diversas maneiras. Sempre houve atos individuais (fugas, suicídios, assassinatos de senhores e feitores) e coletivos de resistência (rebeliões e migrações). Os quilombos foram os mais importantes deles.

O maior dos quilombos foi o de Palmares, no Sertão de Alagoas. Ele foi formado no final do século XVI por escravizados fugidos de Pernambuco. O tamanho de Palmares amedrontou as autoridades coloniais. Muitas expedições militares foram enviadas para destruí-lo, sem sucesso. Em 1678, Ganga Zumba, principal liderança de Palmares, aceitou negociar um acordo de paz com o governador de Pernambuco, que havia capturado alguns de seus parentes. Em troca, todos os nascidos em Palmares receberiam alforria, terras e permissão para continuar praticando o comércio com seus vizinhos. Também seriam reconhecidos como súditos do rei de Portugal.

Todavia, parte dos palmarinos não aceitou o acordo, que previa a devolução dos escravizados não nascidos no quilombo. Um grupo liderado por Zumbi envenenou Ganga Zumba e matou seus principais aliados para garantir a liberdade dos aquilombados. Os conflitos com os palmarinos continuaram até 1694, quando as tropas lideradas pelo paulista Domingos Jorge Velho venceram a resistência. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi morto, degolado e teve sua cabeça enviada ao Recife como troféu.



Estátua de Zumbi dos Palmares,
Salvador (BA), 2024.

Joacy Souza/Alamy/Fotografia



Havia escravidão em Palmares? Se sim, de que tipo?

Até os dias atuais, há um debate entre historiadores sobre o tipo de escravidão praticada em Palmares ou até mesmo se ela existiu de fato. Os que defendem a existência de um Palmares escravista se apoiam em textos como o livro de Edison Carneiro, que, com base na documentação legada por holandeses que conheceram o quilombo, afirma:

Os escravos que, por sua própria indústria e valor, conseguiam chegar aos Palmares, eram considerados livres, mas os escravos raptados ou trazidos à força das vilas vizinhas continuavam escravos. Entretanto, tinham uma oportunidade de alcançar a alforria: bastava-lhes levar, para os mocambos dos Palmares, algum negro cativo.

CARNEIRO, E. *O quilombo dos Palmares*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 59.

Alguns pesquisadores, no entanto, complexificam essa versão. Como argumenta Thula Pires, essa regra sugere que:

[...] o critério para concessão da liberdade era demonstrar compromisso com ela, e que a noção (individual) de escravização em Palmares não continha apelo ontológico, mas uma contingência capaz de ser disputada através do compromisso com a libertação coletiva.

PIRES, T. Legados de liberdade. *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, v. 8, n. 20, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/52371/30444>. Acesso em: 4 jul. 2024.

De fato, não seria possível fundamentar todo um sistema de produção em tais circunstâncias. Em Palmares, como o próprio Edison Carneiro argumenta, o grosso do trabalho era coletivo. Nesse sentido, poderia se falar da escravidão como uma condição passageira, contingente, mas Palmares não seria, estruturalmente, uma sociedade escravista.

Sendo assim, caberia perguntar que tipo de escravidão era a de Palmares. Certamente, não a mesma dos senhores brancos. A organização sociocultural em Palmares tinha inspiração africana. Na África, predominava o tipo de escravidão familiar. Após um período de trabalho forçado, o escravizado ou seus descendentes, a depender do lugar, tornavam-se membros do clã do senhor. Ou seja, se houve escravidão em Palmares, as evidências apontam para um tipo bastante diferente daquela predominante nas Américas no Período Colonial.

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares, implementado em 2007 no local onde foi fundado o quilombo dos Palmares, no século XVII, é um símbolo da resistência negra à escravidão no Brasil.

Vista aérea do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, União dos Palmares (AL), 2022.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

1. Em que se baseiam os pesquisadores que afirmam que no Quilombo dos Palmares havia escravidão?
2. Explique o argumento que busca complexificar a ideia do Quilombo dos Palmares como uma sociedade escravista.



1. Analise a gravura de Théodore de Bry, representando um massacre espanhol contra indígenas. Agora, responda às questões.
 - a) Que imagem a gravura constrói sobre os espanhóis?
 - b) Que elementos da imagem demonstram essa representação?
 - c) Desenvolva um parágrafo relacionando a gravura com os conhecimentos desenvolvidos neste capítulo.



Stelano Bianchetti / Bridgeman Images / Fotoarena

Théodore de Bry. [Sem título], 1598. Gravura.

2. Observe o mapa e responda às questões.
 - a) Cite duas comunidades indígenas que viviam na região dos conflitos.
 - b) O conflito está relacionado, sobretudo, à expansão da dominação espanhola na região. Qual foi a reação indígena a essa expansão?



Sonia Vaz

Fonte: BANCROFT, H. H. *História do México* – Vol. 2: 1521-1600. São Francisco: A. L. Bancroft & Company, 1883. p. 492.

3. (UFRGS – 2023) Com relação à ocupação territorial e ao processo colonial português no Brasil, considere as seguintes afirmações.

As capitâneas hereditárias configuraram grandes territórios distribuídos pela coroa portuguesa, cuja base econômica principal era a agromanufatura.

Os capitães-donatários podiam, em nome da coroa, exercer a justiça, o comando militar, o direito de alistar colonos, formar milícias e escravizar indígenas.

A coroa portuguesa, com a adoção das capitâneas hereditárias, abdicou do seu poder sobre o território, descentralizando totalmente os poderes governamentais para os capitães-donatários.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas III.
 - d) Apenas I e II.
 - e) I, II e III.
4. Um dos fatores que contribuiu para a transição da escravidão indígena para a escravidão africana no Brasil Colonial foi a atuação dos jesuítas. Qual é a diferença entre a atuação desses missionários diante da escravidão indígena e da escravidão africana?
 5. Sobre a interiorização da colonização portuguesa no Nordeste, responda:
 - a) Qual era o objetivo da interiorização colonial na Região Nordeste?
 - b) Pesquise na internet ou em outras fontes as razões que estimularam os indígenas tapuias (não falantes da língua geral) a lutar contra os colonos.
 6. Elabore uma breve dissertação, de um ou dois parágrafos, sobre as relações entre colonos e indígenas na América do Norte.



Ferramentas da História

Hugo Grotius (1589-1645) foi um jurista holandês. Em 1609, publicou *Mare Liberum* (*Mar livre*), defendendo a liberdade de navegação, limitada pelas maiores potências marítimas do século XVII: Espanha, Portugal e Inglaterra. Na obra, Grotius se opõe à tese do *mare clausum* (*mar fechado*), proposta por autores como o português Serafim de Freitas e o inglês John Selden.

Leia um trecho da obra a seguir.

III. Certas coisas não podem se tornar nossa propriedade, como o mar tomado em sua totalidade ou em suas principais partes e por qual razão

1. Isso posto, dizemos que o mar, considerado em sua totalidade ou em suas partes principais, não é suscetível de apropriação. Este princípio, que alguns autores concedem com relação a cidadãos privados e não a povos, o provamos em primeiro lugar por uma razão moral, pois neste caso a causa pela qual o homem renunciou à comunidade dos bens não encontra aplicação. A extensão do mar é, com efeito, tal, que basta a todos os povos e para qualquer uso: para extrair água, para a pesca, a navegação. Poderia ser dito outro tanto do ar, se fosse possível empregá-lo em algum uso diverso pelo qual não fosse necessário servir-se da terra, como o homem se serve da terra, por exemplo, na caça dos pássaros [...]. Por isso esse tipo de caça depende daquele que é dono do terreno.

GROTIUS, H. *O direito da guerra e da paz*. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004. (Coleção Clássicos do Direito Internacional, v. 1). p. 315.

1. Cite uma razão pela qual, segundo Grotius, o mar não seria suscetível de apropriação.
2. Após ler o texto, explique as razões implícitas pelas quais Grotius defendia a liberdade de navegação enquanto outros faziam o contrário.



Michiel Jansz. van Mierevelt. *Retrato de Hugo Grotius*, 1631. Óleo sobre painel, 64,8 cm x 55,3 cm.

Ficha de estudos



Capítulo 8 – A colonização europeia nas Américas

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A chegada dos espanhóis
- A colonização espanhola
- A colonização portuguesa
- Tráfico negreiro e conflitos coloniais
- A colonização inglesa
- As colonizações francesa e holandesa
- Resistências à opressão nas Américas



1. (USCS-SP – 2022)

Em sua natureza e estrutura, as monarquias absolutas da Europa eram ainda Estados feudais: o instrumento de governo da mesma classe aristocrática que dominara a Idade Média. Mas na Europa ocidental que as viu nascer, as *formações sociais* que elas governaram eram uma combinação dos modos de produção capitalista e feudal, com uma burguesia gradualmente ascendente e uma crescente acumulação primitiva de capital à escala internacional.

(Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, 1985.)

De acordo com o historiador, a monarquia absolutista da Europa ocidental era um Estado

- a) essencialmente aristocrático, pois a fragmentação política e os poderes locais persistiam.
 - b) de transição, pois criou mecanismos de reforço da servidão e limites às atividades comerciais.
 - c) da burguesia mercantil, embora fundamentado na força político-militar da aristocracia feudal.
 - d) essencialmente burguês, pois a nova classe detinha a hegemonia na exploração colonial.
 - e) da nobreza feudal, embora também influenciado pela ascensão da burguesia e do capitalismo.
- ## 2. (Unesp – 2022)

Depois do estabelecimento do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama em 1499, a Coroa portuguesa logo preparou nova expedição, tendo como base as informações recolhidas pelo navegador. E essa era mesmo a melhor saída para o pequenino reino português, que ficava justamente na boca do Atlântico.”

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.)

Além do motivo apresentado no excerto, contribuíram para que Portugal se lançasse à expansão marítima

- a) o interesse por colonizar o litoral africano e a disposição militar para a reconquista ibérica.
 - b) a aliança política e comercial com a Coroa de Castela e a posição geográfica do país.
 - c) a busca pelas especiarias da América e o desenvolvimento de uma indústria bélica.
 - d) o desenvolvimento de instrumentos náuticos e a articulação entre interesses comerciais e religiosos.
 - e) a precoce unificação política e a necessidade de insumos para a nascente indústria têxtil.
- ## 3. (UFU – 2021)
- Diferentemente de outros povos mesoamericanos, os maias não construíram um

império unificado, tendo sua sociedade organizada em várias cidades-Estados, tais como: Tikal, Copán e Chichén-Itzá. Esses povos desenvolveram avançados conhecimentos nos campos da arquitetura, da escrita, da matemática e da astronomia.

Acerca das contribuições dos maias, é INCORRETO afirmar que esses

- a) possuíam técnicas avançadas na construção de palanques, represas e obras de irrigação. Dessa forma, construíram a cidade de *Tenochtitlán*, que se encontrava no centro de um imenso lago e de lá controlavam seus territórios e cidades.
- b) construíram pirâmides de formas e de tamanhos variados, utilizadas sobretudo como templos, nos quais se realizavam rituais religiosos, mas também serviam como observatórios astronômicos.
- c) desenvolveram um complexo sistema de escrita, representado por uma combinação de desenhos que formavam símbolos. Cada um deles podia representar um determinado conceito, ideia ou mesmo sílabas. Um dos registros mais famosos desse sistema de escrita é o chamado códice de Dresden.
- d) com o auxílio de seus profundos conhecimentos matemáticos, criaram calendários bastante precisos, que eram utilizados tanto em rituais para prever dias bons e ruins quanto para orientar as melhores épocas para plantio e para colheita de determinados produtos agrícolas.

- ## 4. (ESPM – 2023/1)
- Em 1537, no tempo do Renascimento Cultural, Hans Holbein, o maior pintor de retratos da época, produziu um quadro do rei Henrique VIII da Inglaterra.



Enem

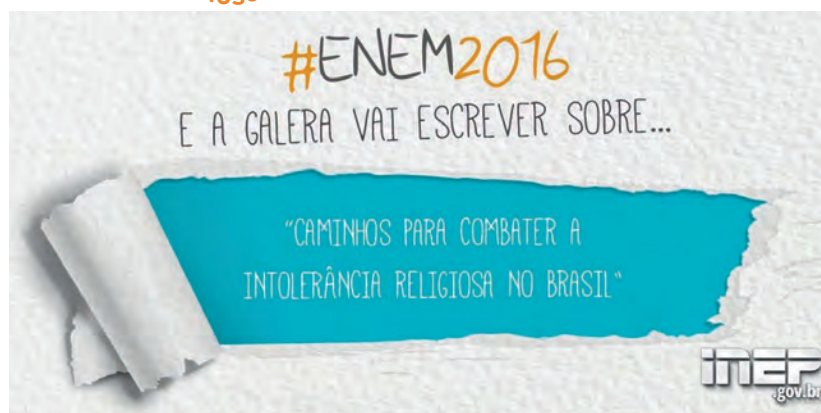
O monarca em questão foi responsável:

- a) pela instituição da Igreja Puritana durante a Reforma Religiosa.
- b) pela decretação do Ato de Supremacia, tornando o rei a maior autoridade da Igreja Anglicana.
- c) pelo estabelecimento da Contrarreforma Católica no território inglês.
- d) pela Lei dos Pobres, que proibiu a mendicância e incumbiu as paróquias de conseguir emprego para as pessoas em condições de miséria.
- e) pela Petição de Direitos, que limitou a autonomia do monarca, impedindo-o de criar impostos sem o consentimento do Parlamento.

De olho no Enem



A redação do Enem demanda o domínio de diversas competências. Entre elas, as **competências 2 e 3** exigem a mobilização do repertório sociocultural e a articulação crítica e coerente desses conteúdos em defesa da tese apresentada. Nesse sentido, o conhecimento adquirido nas aulas de História por meio da leitura, dos debates e dos exercícios propostos neste livro pode ser uma ferramenta fundamental para a qualidade da redação.



Tema da redação do Enem de 2016, divulgado em rede social do INEP.

Competência 2	Competência 3
"Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema [...]"]	"Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista."

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A redação do Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, DF: Inep, 2022. p. 5 Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024

A seguir, estão alguns dos textos motivadores utilizados pelo Enem na proposta de redação de 2016.

Texto 1

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

Texto 2

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 2 maio 2016 (fragmento).

Considerando o tema da redação do Enem de 2016, "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", e a partir dos conteúdos e conhecimentos construídos nesta unidade, siga os passos a seguir.

1. O primeiro passo para pensar na escrita da redação é compreender o tema para escolher os repertórios socioculturais a serem mobilizados. Nesse sentido, **identifique** qual é o tema central da proposta de redação do Enem de 2016.
2. A História pode ser essencial para a escrita da sua redação Enem. Para isso, é importante que você pense na forma como ela pode se relacionar com o tema proposto. Tendo em vista essa observação, **cite** um repertório sociocultural de História relacionado ao tema da redação do Enem de 2016.
3. A introdução é central na sua escrita. É nela que a **competência 2** poderá ser trabalhada. Você vai apontar qual será a sua tese, ou seja, a principal ideia que será defendida no seu texto, e aplicar o repertório histórico como o argumento que vai fundamentar essa ideia. Sendo assim, **elabore** um parágrafo introdutório aplicando o repertório histórico citado na questão anterior.
4. Após compreender o tema, aplicar o repertório e escrever a introdução, é o momento de executar a **competência 3**. **Escreva** um parágrafo dissertativo-argumentativo que desenvolva o repertório sociocultural escolhido.



Vamos fazer um *podcast*?

Você já deve ter ouvido vários *podcasts*, não é verdade? Pois bem, agora é hora de produzir um deles. Para isso, você deverá escolher um tema abordado nesta unidade. Como alguém que certamente já ouviu ou que consome *podcasts*, você sabe que se trata de um material previamente gravado que fica à disposição dos ouvintes em alguma plataforma ou nas redes sociais. Tranquilo, não é? Então, vamos arregaçar as mangas?

Podcasts são mídias cada vez mais comuns entre os jovens, que os consomem como meio de estudo, informação ou entretenimento.



DC Studio/Shutterstock.com

Etapa 1: divida a turma em grupos de três a cinco integrantes, pois atividades dessa natureza tendem a funcionar melhor assim. A depender das circunstâncias, o professor poderá definir os membros ou deixar que a turma monte livremente os grupos de trabalho.

Etapa 2: defina o tempo de duração do *podcast*. Em geral, uma duração de 15 a 30 minutos é mais do que suficiente, mas você está livre para combinar isso com professores e colegas de turma. A definição prévia desse intervalo é importante para não termos discrepâncias entre os diferentes áudios que serão produzidos.

Etapa 3: defina o estilo do *podcast*. Ele pode ter diferentes modelos, tais como uma aula gravada, uma conversa entre amigos, uma entrevista com um especialista, entre outros.

Etapa 4: defina o tema do *podcast*. Como sugestão, indicamos algo relacionado à diáspora africana, visto que o tráfico de africanos escravizados foi uma prática comum nos processos de colonização portuguesa, espanhola e inglesa ao longo dos séculos.

Etapa 5: pesquise o tema. Você poderá aprofundar seus conhecimentos sobre a dinâmica econômica que marcou a diáspora africana; produzir algo sobre as diferentes regiões e etnias dos africanos escravizados; ou até mesmo ampliar o que sabe a respeito das justificativas religiosas que fundamentavam o tráfico de escravizados e a escravidão.

Etapa 6: agora que você já conhece bem o tema a ser trabalhado, é hora de roteirizar. O roteiro nada mais é do que a descrição dos tópicos que farão parte do *podcast* de forma ordenada. Caso considere necessário, pesquise exemplos de roteiros na internet.

Etapa 7: faça um ensaio geral. Como nas escolas de samba, um *podcast* exige um ensaio geral, em especial se você adotar o modelo de uma aula ou exposição. Nesse ensaio, você também poderá avaliar aspectos técnicos, como a altura e a clareza do áudio. Lembre-se de procurar um ambiente com temperatura agradável ou que seja refrigerado. Tenha cuidado também para escolher um local sem muitos ruídos e que seja absolutamente seguro, sobretudo se for um ambiente externo, como uma praça, praia ou avenida. Sua segurança e a segurança dos seus colegas é uma prioridade máxima, devendo vir sempre em primeiro lugar.

Etapa 8: com tudo devidamente planejado, organizado e testado, é hora de gravar. Caso seja viável, utilize um estúdio doméstico ou disponível em sua escola. Se isso não for possível ou se você tiver optado por gravar em um ambiente externo, um gravador ou *smartphone* dá conta do recado.

Etapa 9: com o *podcast* gravado, é recomendável fazer uma breve edição. Há inúmeros programas gratuitos e de fácil utilização na internet. Caso sua escola tenha um departamento de informática educativa ou de suporte audiovisual, você poderá utilizá-lo, colhendo dicas e informações e aprendendo cada vez mais sobre o trabalho de edição.

Etapa 10: com tudo pronto, é hora de apresentar seu trabalho. Uma primeira apresentação pode ser feita na própria turma ou em um evento mais amplo que reúna estudantes, professores, funcionários, familiares e outras pessoas. Nessa eventual apresentação pública, não será necessário que todo o *podcast* seja apresentado. Para democratizar a apresentação, cada grupo poderá apresentar 5 ou 10 minutos do material produzido. Todavia, ainda que posteriormente, esses áudios deverão ser disponibilizados para o público, seja em uma plataforma, seja nas redes sociais.

Legal, não é? Tenho certeza de que você fará um ótimo trabalho!



A gravura, de autoria de Louis Figuier, retrata o químico francês Antoine Lavoisier demonstrando em laboratório um experimento sobre a decomposição do ar em 1776. Gravura, século XIX.



Stefan Wermuth/AFP

Iluminismo, revoluções e independências

Manifestação de um grupo de negacionistas que questiona a existência da pandemia de covid-19. Ao centro, lê-se no cartaz a frase "Stoppt den Corona-Wahnsinn sofort!" ("Parem a loucura do coronavírus imediatamente", em português). Liestal, Suíça, 2021.

Durante a pandemia de covid-19, grupos de negacionistas promoveram manifestações, alegando que a pandemia era uma invenção. Esses grupos não reconheciam os alertas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os discursos da comunidade científica internacional, que não só afirmavam a existência da pandemia como chamavam atenção para os seus riscos.

Estima-se que as mortes por covid-19 no mundo tenham chegado a 15 milhões de pessoas. No Brasil, de acordo com o *site* governamental Coronavírus Brasil, mais de 700 mil pessoas morreram.

Sabemos que, ao longo da história, as descobertas científicas muitas vezes foram desacreditadas e até mesmo combatidas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, na Europa, alguns processos trouxeram mudanças, que vão desde a valorização do pensamento racional e científico até transformações políticas e sociais mais radicais, como os processos revolucionários e de independência. Nesta unidade, estudaremos algumas dessas mudanças e seus impactos na história das sociedades.

Stefano Bianchetti/Bridgeman Images/Fotorena

1. Analise as imagens dessa abertura e escreva no caderno as diferenças que você observou entre elas.
2. Por que o conhecimento científico é importante para a sociedade atual?
3. Você conhece alguma descoberta recente da ciência que tenha contribuído para a melhoria do bem-estar e da saúde das sociedades?

O Iluminismo e as revoluções burguesas

▼ Para começar

1. O uso de faixas, cartazes e *hashtags* para manifestar ideias, reivindicações e rejeições é muito comum nos dias de hoje. Mas é comum usar palavras que remetam a eventos marcantes da história do país? O que você pensa sobre isso?
2. O lema “Liberdade, igualdade, fraternidade”, usado no século XVIII pelos revolucionários franceses, foi retomado por ativistas do século XXI para combater a ascensão de regimes de extrema direita. Qual é o significado dessas palavras nos dias de hoje?
3. Você já viu ou teve notícias de algum movimento em sua cidade, ou em outra parte do Brasil, que lutasse por ideias como as do lema revolucionário francês?

Em 5 de maio de 2017, dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais francesas, ativistas do Greenpeace colocaram uma faixa na Torre Eiffel com os dizeres “Liberdade, igualdade, fraternidade” e a mensagem “#resistir”. Essas três palavras eram o lema da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Segundo os pesquisadores, esse lema não teria um autor ou data específicos; é considerado uma criação coletiva e foi muito usado em discursos de lideranças revolucionárias daquele período.

Ao resgatar o lema revolucionário francês, os ativistas tinham o objetivo de mostrar sua rejeição a Marine Le Pen, candidata da extrema direita à presidência da França. Para eles, a possível eleição de alguém com esse perfil político e ideológico comprometeria os valores franceses conquistados há séculos com a revolução. Mas que valores eram esses? Em qual contexto se construíram? Durante os séculos XVII e XVIII, os governos estabelecidos pelos Estados monárquicos europeus foram questionados, e o Antigo Regime sofria duras críticas. Começava um período revolucionário. Mas quais eram as características desses governos? Quais grupos lutavam contra eles? Por que as ideias de liberdade e igualdade se espalharam pelo mundo, naquele momento? Vamos aprender um pouco mais sobre isso neste capítulo.

Faixa exposta na Torre Eiffel por ativistas do Greenpeace, com os dizeres “*Liberté, égalité, fraternité*” (“liberdade, igualdade, fraternidade”, em português). Paris, França, 2017.



Gonzalo Fuentes/Reuters/Fotoarena

A Inglaterra e as dinastias Tudor e Stuart

Entre os séculos XV e XVII, a Inglaterra foi governada pelas dinastias Tudor e Stuart e foi marcada pelo fortalecimento do poder real e pelo desenvolvimento das atividades econômicas e comerciais. No campo, a terra ganhava cada vez mais valor comercial e se tornava uma mercadoria. Essa mudança foi alavancada pela criação de ovelhas para a produção de fios de lã, que abasteciam o mercado de produção de tecidos. No fim do século XVI, a maior parte das terras passava das mãos da alta aristocracia para uma pequena nobreza rural que se identificava com a burguesia, a *gentry*.

Em 1215, com a Magna Carta, o Parlamento foi instituído na Inglaterra com a função de organizar a sociedade, aprovando medidas políticas e econômicas, e funcionava como uma espécie de grande conselho ou como uma assembleia de vassalos. A interferência do Parlamento nas ações dos reis servia para fiscalizar suas decisões, intervindo, por exemplo, nas questões tributárias, como a criação de novos impostos, e nos acordos de guerra e paz. Foi no século XIV que esse conselho passou a ser dividido entre Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns.



Museu Nacional de Cardiff, País de Gales
Lucas de Heere. *Uma alegoria da sucessão Tudor: A família de Henrique VIII*, c. 1590. Óleo sobre tela, 1,31 m × 1,84 m.

Câmara dos Lordes

Constituída pelos membros do alto clero e pela alta nobreza (conhecida também como **pares**).

Câmara dos Comuns

Constituída por membros da *gentry* (pequena nobreza rural) e pela burguesia.

Revolução Puritana

Os anos 1630 foram marcados pelo agravamento das tensões políticas entre o rei e o Parlamento e por uma crise econômica que abalou o comércio de tecidos. Em 1641, a Irlanda, então dominada pela Inglaterra, se revoltou, aproveitando-se da fragilidade da Coroa inglesa naquele momento. O Parlamento se recusou a confiar a Carlos I o comando do exército para reprimir a rebelião. As tensões chegaram ao seu auge com a invasão do Parlamento pelas tropas do rei. Começou, então, uma guerra civil entre o rei, apoiado por um exército de cavaleiros (realistas), composto de membros da alta nobreza anglicana, e o Parlamento.

O exército do Parlamento ficou conhecido como os “cabeças redondas”, pois seus integrantes tinham a cabeça raspada, diferentemente dos cavaleiros com suas perucas, acessórios típicos da nobreza da época. Durante o conflito, o lorde puritano Oliver Cromwell, que fazia parte da *gentry*, formou um exército no qual os soldados atuavam em tempo integral na defesa da soberania inglesa. Sob seu regimento, esses militares não precisavam estar vinculados à nobreza nem a facções religiosas ou políticas, pois a ascensão na carreira militar ocorria por mérito individual. Esse novo modelo de exército fez com que os cabeças redondas fossem chamados de *New Model Army*.

Com a vitória do Parlamento, Oliver Cromwell assumiu o poder. Em 1649, após ser condenado à morte, o rei Carlos I foi decapitado, a Câmara dos Lordes foi abolida e foi proclamada a república. O governo de Cromwell (1649-1658) teve um caráter ditatorial e ficou marcado pela centralização do poder em suas mãos. Grupos políticos como *Diggers* (escavadores) e *Levellers* (niveladores) sentiam-se traídos pelo governo e reivindicavam, entre outras coisas, a ampliação da participação política,

a tolerância religiosa e a distribuição de terras. Diante da pressão desses grupos e de conservadores realistas, em 1653, Cromwell dissolveu o Parlamento e proclamou-se lorde protetor da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda.

Galeria Nacional da Escócia, Edimburgo



John Weesop. *Execução de Carlos I*, 1649. Óleo sobre tela, 1,63 m × 2,97 m.

Os Atos de Navegação

Em 1651, Cromwell beneficiou diretamente os setores mercantis e aqueles ligados à construção de navios ao decretar os Atos de Navegação. Por meio desses atos, estabeleceu-se que todo e qualquer produto que fosse importado para a Inglaterra e suas colônias, ou exportado, só poderia ser transportado por navios ingleses. Os Atos de Navegação contribuíram para o fortalecimento econômico de grupos como a burguesia e para que a Inglaterra se tornasse uma potência naval e comercial.

Para ampliar

Assista

Morte ao rei, direção de Mike Barker (FilmFour, 2003, 102 min).

O filme retrata os momentos finais da Revolução Puritana (1642-1648), que culminou na vitória do exército do Parlamento e na condenação à morte do rei Carlos I.



Restauração: os Stuarts voltam ao poder

Com a morte de Oliver Cromwell em 1658, o governo passou para o seu filho, Richard Cromwell. Sem a habilidade do pai, Richard foi deposto no ano seguinte. A República terminou na Inglaterra com a pressão de nobres realistas e dissidentes presbiterianos, que contribuíram para a restauração da monarquia. Os Stuarts voltaram ao poder com a coroação de Carlos II, filho de Carlos I.

Os atritos com o Parlamento foram marcados pela perseguição aos puritanos envolvidos na guerra civil e na morte do rei Carlos I. Em 1685, Carlos II dissolveu o Parlamento e governou de forma absoluta. Após sua morte, e sem herdeiros, o poder passou para as mãos de seu irmão, Jaime II, que era católico.

O governo de Jaime II se aproximou da Igreja Católica e colocou seus aliados para governar ao seu lado. Por isso, seu governo rapidamente se tornou impopular. Os privilégios dados aos católicos, como a isenção de taxas, e o modelo de governo absolutista dos Stuart geraram descontentamento.

A Revolução Gloriosa (1688)

Em 1688, o Parlamento tramou um golpe que tirou Jaime II do poder. A decisão de tirar o rei do poder veio acompanhada de uma articulação política entre o Parlamento e Guilherme de Orange, protestante, chefe do governo holandês, casado com Maria Stuart, filha de Jaime II. Sem resistência e sem derramamento de sangue, o episódio ficou conhecido como **Revolução Gloriosa**.

Guilherme de Orange foi coroado com o nome de Guilherme III, rei da Inglaterra. Ele foi obrigado, pelo Parlamento, a assinar um documento chamado *Bill of Rights* (Declaração dos Direitos): um conjunto de leis que colocava limites ao poder do rei. Essas mudanças representavam o fim do absolutismo e o estabelecimento de uma monarquia parlamentar no país.

Na prática, o rei (Poder Executivo) era obrigado a seguir as regras constitucionais impostas pelo Parlamento (Poder Legislativo). A partir daquele momento, os reis ingleses deviam obediência ao Parlamento. A monarquia inglesa teve seu poder limitado e teve de garantir alguns direitos. Entre as regras, estavam:

- o rei era proibido de descumprir ou suspender leis sem permissão do Parlamento;
- o rei era proibido de criar impostos sem a aprovação do Parlamento;
- as liberdades individuais, como liberdade de expressão e de culto e o direito à propriedade, deveriam ser garantidas.

Charles Rochussen. *A coroação de Guilherme III e Maria Stuart*, 1829-1894. Óleo sobre tela, 40 cm x 56 cm.



John Locke e as revoluções inglesas: o caminho das luzes

John Locke, filho de burgueses puritanos, nasceu na Inglaterra, em 1632. Estudou medicina, ciências naturais e filosofia na Universidade de Oxford. Acompanhou, desde jovem, todos os eventos da Revolução Inglesa: desde os primeiros conflitos entre o rei e o Parlamento, passando pela ditadura pessoal de Cromwell até a instauração da monarquia parlamentar inglesa. Foi um homem do seu tempo, e suas vivências e experiências influenciaram fortemente suas teorias filosóficas sobre o Estado e as relações entre governantes e governados.

Em seu livro *Segundo tratado sobre o governo civil*, Locke desenvolveu a ideia de que os governos deveriam ser limitados. Ele era contra o absolutismo monárquico e acreditava que o Poder Executivo do rei deveria ser limitado pelo Parlamento. Considerado o “pai” do liberalismo, afirmava que os homens nascem com direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, e que esses direitos são inalienáveis, ou seja, não podem ser retirados.

Aos Estados caberia a tarefa de garantir esses direitos. Dessa forma, se um governo tirano não cumprisse essa incumbência, o povo poderia se rebelar e tirá-lo do poder. Opunha-se a Thomas Hobbes ao defender que os homens não vivem de forma bárbara e negar a ideia de que o “homem é o lobo do homem”. Para ele, os homens devem se reconhecer como pacíficos, livres e iguais em direitos, o Estado deve garantir o direito à propriedade e a monarquia deve ser constitucional.



National Portrait Gallery, Londres

Herman Verelst. *John Locke*, 1689. Óleo sobre tela, 90,02 cm × 75,6 cm.

O movimento iluminista

A Revolução Inglesa disseminou ideias e ações revolucionárias que colocaram em xeque um modelo de sociedade dominado pelo absolutismo, pelos privilégios sociais da nobreza e do clero, pela intolerância religiosa e pelo mercantilismo. Mais tarde, os revolucionários franceses de 1789 chamaram esse modelo de sociedade de **Antigo Regime**. Questionar a situação política e o conhecimento estabelecido até então estava na ordem do dia. Essa atmosfera de crítica chegou até o século XVIII e se aprofundou, levando à formação de um movimento intelectual e filosófico.

Em Paris, considerada a capital da chamada República das Letras, um novo grupo de intelectuais discutia ideias e pontos de vista por meio da troca de correspondência, influenciando-se mutuamente.

No século XVIII, a atmosfera de troca de ideias filosóficas ganhou mais força e deu origem ao movimento iluminista, também chamado Ilustração. Herdeiros do humanismo e do Renascimento, os iluministas também entendiam que o pensamento racional era um motor essencial para o conhecimento e para o progresso da humanidade.

As ideias iluministas dialogavam com os interesses da burguesia, que se opunha à forma como as monarquias interferiam nas atividades econômicas, estabeleciam monopólios e concediam privilégios, o que era considerado um limite à expansão dos seus negócios. Outro motivo de insatisfação dos burgueses era a desigualdade tributária em relação aos nobres e a falta de participação política nas decisões do Estado.

Os precursores do Iluminismo

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a razão passou a ser considerada o motor do conhecimento, e várias teorias e ideias surgiram nessa época. Durante esse período de descobertas, buscava-se compreender não apenas as leis que regem a natureza, mas também os mecanismos que regem a vida das pessoas em sociedade.

Os intelectuais valorizavam o pensamento racional e científico, contrapondo-se à visão religiosa para a explicação dos fenômenos. Defendiam a laicidade, afastando-se do pensamento religioso e fazendo da razão o principal meio de chegar ao conhecimento. Entendiam que somente dessa forma poderiam libertar os homens da ignorância, da intolerância e do misticismo. Para alguns, isso representava um processo de “esclarecimento”.

Além de John Locke, apontado anteriormente, outros pensadores são considerados precursores do Iluminismo. Entre eles, Isaac Newton e René Descartes. Newton tornou-se conhecido pela lei da gravitação universal. Descartes, em sua obra *Discurso do método*, de 1637, notabilizou-se pela criação do método cartesiano e pela ideia da dúvida como o motor fundamental do conhecimento.

Zera Yacob

Zera Yacob (1599-1692) nasceu perto de Axum, antiga capital do norte da Etiópia. Estudou em escolas tradicionais e recebeu ensinamentos do cristianismo ortodoxo. Nesse contexto, o rei Susenyos, convencido por um jesuíta português, converteu o Reino de Axum ao catolicismo, perseguindo todos que fossem contrários à religião. Zera Yacob, na época, lecionava religião e afirmava que nenhuma crença religiosa era superior a outra, o que provocou a sua perseguição. O pensador, então, fugiu com seus livros até o Rio Tekezé, na região de Shewa, ainda no território da atual Etiópia. Ali, Zera encontrou uma caverna, onde se isolou por dois anos, saindo apenas para obter alimento.

Nesse período, escreveu textos filosóficos nos quais ressaltava sua crença na primazia da razão e na ideia de que todos os seres humanos são iguais. Além disso, Yacob se colocou contra as religiões e doutrinas dominantes, mas pontuando que acreditava na existência de um criador divino, e se manteve crítico à escravidão.

Após a morte do rei Susenyos, Yacob deixou sua caverna e casou-se com uma mulher que trabalhava como serva de uma família rica.

Em 1667, escreveu o livro *Hatäta*, sua principal obra, na qual criticava pensadores contemporâneos que não buscavam combater teorias baseadas na astrologia ou determinadas por videntes, além de recomendar a investigação científica e considerar que todo ser humano tem a mesma inteligência e o mesmo valor. Zera Yacob foi contemporâneo de René Descartes, filósofo francês mais conhecido do século XVII. Alguns pesquisadores afirmam que a filosofia moderna teve início com Zera Yacob, na Etiópia, ao mesmo tempo que o movimento iluminista começava na Inglaterra e na França.

Museu de Arte Walters, Baltimore



Iluminuras em um manuscrito etíope do final do século XVII. Tinta e pigmentos em pergaminho, 25,4 cm x 23 cm.

Os pensadores iluministas

Vamos conhecer alguns dos principais pensadores iluministas do século XVIII. Para sistematizar o raciocínio, eles estão divididos entre **pensadores políticos** e **pensadores econômicos**.

O pensamento político

- Montesquieu (1689-1755)

Foi um dos principais nomes do pensamento político entre os iluministas. Suas ideias influenciam até hoje a organização política de diversos países, inclusive o Brasil. Uma de suas teorias mais importantes foi a da divisão do poder político em três em vez de dois, como defendia Locke, uma de suas grandes influências.

Jacques-Antoine Dassier. *Retrato de Montesquieu*, 1728. Óleo sobre tela, 63 cm x 52 cm.



Palácio de Versailles, França

Em sua obra *O espírito das leis*, Montesquieu apresentou a ideia da separação do poder em três instâncias:

- Poder Executivo – responsável por executar as leis;
- Poder Legislativo – responsável por elaborar as leis;
- Poder Judiciário – responsável por julgar o cumprimento das leis.

Para Montesquieu, essa divisão garantiria o exercício democrático do poder, evitando a tirania e o desequilíbrio entre os poderes, de modo que um não se sobreporia aos outros.

- Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Rousseau, considerado o pai das democracias modernas, teve muitos interesses ao longo da vida e foi um crítico da desigualdade social. Seu primeiro escrito, de 1749, intitulado *Discurso sobre as ciências e as artes*, foi premiado na Academia de Dijon. Também escreveu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1755, e *Do contrato social*, de 1762. Apesar de ser considerado um contratualista, como Thomas Hobbes e John Locke, Rousseau defendia que a soberania não estava no rei, mas no povo, e os governantes seriam apenas ministros do soberano, ou seja, da vontade geral.

- Voltaire (1694-1778)

Foi um importante filósofo francês que se opôs fortemente à intolerância religiosa e ao absolutismo monárquico. Defendeu a liberdade de pensamento e de expressão e a tolerância religiosa. Intelectual versátil, escreveu romances, poemas, peças de teatro e cerca de vinte mil cartas, além de outros livros e panfletos. Suas ideias se confrontavam com as instituições francesas da época, o que fez com que chegasse a ficar preso na Bastilha, uma prisão de Paris.

O pensamento econômico

- François Quesnay (1694-1774)

Foi um economista francês que, junto com Vincent de Gournay, criou uma escola de pensamento econômico que ficou conhecida como Escola Fisiocrata. Os fisiocratas acreditavam na força da natureza, sendo o trabalho com a terra a principal fonte de riqueza.

- Adam Smith (1723-1790)

Em sua obra *A riqueza das nações* (1776), afirmava que o trabalho livre, em qualquer atividade (manufatura, comércio ou agricultura), é a verdadeira fonte de riqueza. Defendia também a liberdade econômica; para ele, o mercado deveria se autorregular e ser organizado por uma espécie de “mão invisível” (pela lei da oferta e procura dos produtos), sem precisar da interferência do Estado.

Os enciclopedistas

Entre 1751 e 1772, em meio a essa efervescência filosófica e intelectual, Denis Diderot e Jean d’Alembert organizaram a *Enciclopédia*. O objetivo era produzir uma síntese dos saberes da humanidade que representasse e materializasse a atmosfera filosófica do século XVIII. Contou com a colaboração de nomes como Montesquieu, Voltaire e Rousseau, que escreveram diversos verbetes para o projeto.

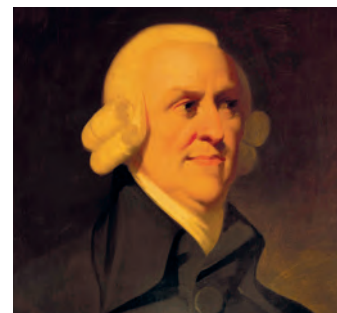
Em seu conjunto, a obra foi composta de 34 volumes: 17 de texto, 11 de ilustrações, 4 volumes suplementares e 2 volumes de índice geral. Ela não apresentava apenas uma justaposição de informações na forma de verbetes, mas buscava construir uma espécie de “dicionário raciocinado”, como falou d’Alembert. Para os enciclopedistas, era importante difundir o conhecimento ao estabelecer uma ligação entre as ciências, as artes e os ofícios, fazendo com que as descobertas científicas ficassem mais próximas das pessoas. Dessa forma, entendiam estar esclarecendo e desenvolvendo a sociedade.

O início da publicação da *Enciclopédia*, em 1751, estimulou o incremento do mercado editorial, fazendo aumentar a circulação de ideias. Contudo, isso não significou uma democratização do conhecimento. Com um custo alto, o livro não atingia as populações mais pobres. Era um símbolo de distinção social e *status* e circulava apenas entre as camadas médias e superiores da sociedade.



Maurice Quentin de La Tour. Retrato de Jean-Jacques Rousseau, 1753. Pastel sobre papel, 47 cm x 38 cm.

Museu de Arte e História, Genebra



Retrato de Muir, c. 1800. Óleo sobre tela, 77,9 cm x 64,5 cm. A obra retrata o filósofo e economista Adam Smith.

Gl. Archive/Alamy/Fotorena



Aprendizagens em processo • Conceitual

1. Compare a obra *Enciclopédia das ciências* e o site Wikipédia e compartilhe com a turma uma semelhança e uma diferença entre eles.



Biblioteca Pública de Ottawa, Ontário

Capa da *Enciclopédia das ciências, artes e ofícios*, de Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert, publicada em 1751.



Wikipedia

Logo da plataforma digital Wikipédia.
Abaixo do nome lê-se: "A enciclopédia livre".

Madeleine de Scudéry foi uma escritora francesa que ficou conhecida como Mademoiselle de Scudéry e pelo pseudônimo Safo. Nascida em Le Havre, em 1607, foi para Paris com o irmão, Georges de Scudéry, também escritor. Na capital francesa, Madeleine abriu seu próprio salão literário, frequentado por intelectuais importantes, como Madame La Fayette, Conrart e Chapelain. O salão era conhecido como "sábados de Mme. de Scudéry".

Fine Art Images/Album/Album/Fotoarena



Retrato da sra. de Scudéry (1607-1701), c. 1650. Óleo sobre tela.

As mulheres e as luzes

Apesar de suas ideias serem consideradas ousadas e transformadoras para a época, a filosofia iluminista reforçava desigualdades, como no caso das mulheres. A crença de que homens e mulheres não poderiam ter os mesmos direitos e oportunidades era comum entre os filósofos. As mulheres continuavam a pertencer ao espaço doméstico e a ter de cuidar exclusivamente do marido e da família. Acreditavam em uma suposta fragilidade feminina, característica que não permitiria às mulheres ocupar lugares nos espaços públicos, como na política.

A partir do século XVII, a presença de mulheres nos salões literários aumentou. Contudo, apesar de algumas mulheres terem se destacado no universo letrado, existia certo distanciamento entre suas capacidades e sua credibilidade nesse meio. Havia uma aceitação maior das mulheres que escreviam cartas, textos literários, peças e poemas. Em um de seus verbetes, a *Enciclopédia* definia o que seria uma "mulher de letras": aquela que, entre outras coisas, fosse reconhecida pela erudição, pelo domínio e pela desenvoltura no campo da escrita e das ciências.

Eurocentrismo

O Iluminismo deve ser entendido como um movimento plural, pois se manifestou em diferentes regiões e contextos socioculturais. Além dessa perspectiva plural, é importante ressaltar que, atualmente, muitos estudos e pesquisas criticam a perspectiva eurocêntrica, ou seja, a visão de mundo que coloca a Europa e seus acontecimentos políticos, sociais e intelectuais como o centro da história, tanto no estudo do Iluminismo como no da história moderna. No lugar do modelo universal eurocentrista, propõe-se uma perspectiva multicultural, que valorize a história, os aspectos socioculturais e as ideias de diferentes grupos étnicos.

A ideologia liberal

O principal desdobramento do movimento iluminista foi a construção de uma doutrina política, social e econômica que serve, até os dias de hoje, como uma das bases da sociedade de muitos países: o liberalismo. Essa ideologia está associada aos interesses da burguesia e ao desenvolvimento do capitalismo.

A ideia de liberdade estaria também presente como uma espécie de condição humana, que levaria as sociedades em direção ao progresso. Um dos marcos do pensamento liberal é a substituição de uma lógica dos privilégios estamentais – as distinções pelo nascimento e o despotismo do governante – pela lógica de uma sociedade baseada na igualdade civil, na qual todos são livres e iguais perante a lei.

Liberalismo político

Esse conjunto de ideias deu origem ao liberalismo político. Podemos destacar como aspectos políticos da doutrina liberal:

- Existência e defesa de direitos naturais inalienáveis, como à vida, à felicidade, à propriedade e às diferentes formas de liberdade, entre elas a de expressão, de culto, de imprensa e de cátedra.
- Igualdade jurídica e tributária perante a lei.
- O voto como um instrumento de participação política na escolha de representantes políticos.
- Soberania popular: a vontade da maioria deve prevalecer.
- Representatividade: possibilidade de eleger representantes políticos que vão legislar em nome de indivíduos ou grupos no âmbito das instituições do Estado.
- Constitucionalismo: a importância e a primazia da lei como estrutura organizadora do Estado com base em uma Constituição, conjunto de leis que deve ser respeitado por todos os cidadãos.
- Divisão dos poderes em três: Executivo, Legislativo e Judiciário, com autonomia e o equilíbrio entre eles. O principal objetivo dessa divisão é limitar o poder do Estado e assim garantir os direitos dos cidadãos.

Liberalismo econômico

Essa doutrina vai contra as práticas mercantilistas e defende a mínima intervenção do Estado na economia. Essas ideias se relacionavam com os interesses da burguesia, segundo a qual esse tipo de interferência dificultava o desenvolvimento de seus negócios. Ao conceder monopólios, o Estado acabava favorecendo os interesses de alguns grupos e prejudicando outros. O liberalismo econômico defende os seguintes aspectos:

- A liberdade de produção e de comércio e a livre concorrência.
- A regulação da economia não deve ser feita pelo Estado, mas pelo mercado.
- Os preços e a produção devem ser regulados e dinamizados pela lei de oferta e procura.
- A valorização da propriedade privada e da acumulação e circulação de capital, assegurando o livre investimento e a livre iniciativa.

O despotismo esclarecido

As ideias iluministas também tiveram impacto nas monarquias europeias. Alguns reis e rainhas assimilaram parte dessas ideias e fizeram algumas mudanças em seus governos. Assim, tornaram-se déspotas esclarecidos. Eles continuavam sendo monarcas absolutistas, concentrando os poderes em suas mãos, mas fizeram algumas reformas na legislação, nas relações comerciais e na educação.

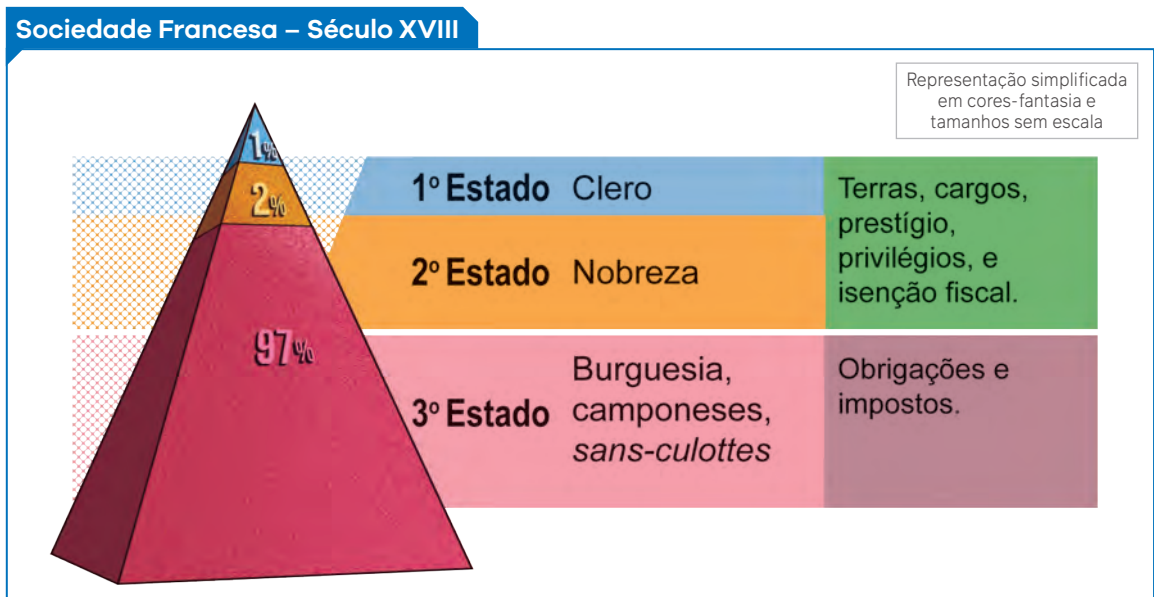
Entre as experiências de despotismo esclarecido que marcaram o continente europeu, podemos destacar a do Marquês de Pombal, em Portugal. Principal ministro ligado ao rei Dom José I, entre 1750 e 1777, o Marquês de Pombal restringiu os privilégios do clero e da nobreza e empreendeu uma série de reformas. Outro exemplo é Carlos III, rei da Espanha, que empreendeu uma modernização econômica ao reorganizar a cobrança de impostos, dinamizar o comércio e incentivar as manufaturas espanholas. Na Rússia, destacou-se como déspota esclarecida a rainha Catarina II, que governou entre 1762 e 1796 e foi uma grande admiradora das ideias iluministas. Ela promoveu uma série de mudanças nesse período. Entre elas, estava o incentivo à industrialização, à educação, às artes e às ciências.



Aleksey Antropov. *Retrato de Catarina II*, 1766. Óleo sobre tela, 241 × 176 cm.

A sociedade francesa

Para compreendermos o processo revolucionário francês, é importante caracterizar a sociedade francesa. Na França, o poder político estava concentrado nas mãos de uma monarquia absolutista amparada na ideia do direito divino dos reis. O rei Luís XVI comandava uma sociedade estamental, marcada pelos privilégios da nobreza e do clero e por uma extrema desigualdade social. A sociedade francesa era organizada por ordens ou estamentos, também conhecidos como estados.



Fonte: SANTIAGO, M. V. *Crítica à Teoria do Estado: o conceito tradicional de soberania*. Brasília, DF: IDP, 2014. p. 36.

Biblioteca Nacional da França, Paris



Essas características faziam da França uma típica sociedade do Antigo Regime, expressão usada pelos revolucionários franceses para se referir ao tipo de sociedade que estavam combatendo, visando à construção de uma nova, com outros valores.

O primeiro e o segundo estados, apesar de representarem a minoria da população, possuíam enormes privilégios, como o recebimento de pensões e a isenção de impostos. Além disso, grande parte deles usufruía de uma vida luxuosa na Corte. Os impostos eram pagos pelos membros do Terceiro Estado, e eram esses tributos que sustentavam o Estado francês, os luxos da Corte e os privilégios da nobreza e do clero.

A charge, de 1789, apresenta um camponês, membro do Terceiro Estado, carregando nas costas um representante do clero e um da nobreza. Na parte inferior, lê-se a frase "Você deve esperar que esse jogo acabe em breve".

Charge elaborada na Escola Francesa, em 1789, representando os Três Estados.

Crise na França

O contexto francês nas vésperas da revolução foi marcado por uma grave crise de diferentes matizes. O Estado passava por uma crise financeira e não dispunha de recursos para custear as despesas da Corte e pagar suas dívidas. O envolvimento logístico, com o envio de alimentos e armas, bem como a ajuda militar dada pela França aos exércitos coloniais na Guerra de Independência das Treze Colônias, prejudicou ainda mais as finanças do reino.

Para completar esse cenário de crise, a França enfrentava problemas com as colheitas. Entre 1788 e 1789, o inverno rigoroso comprometeu as safras, o que contribuiu para a escassez de alimentos e para um conseqüente aumento de preços. A condição de vida das populações mais pobres se agravou, tanto no campo quanto nas cidades.

Como uma saída para a crise, o governo propôs reformas tributárias para aumentar a arrecadação de impostos. A proposta era que todos os proprietários de terra pagassem imposto sobre ela. Essa proposta enfrentou muita resistência da nobreza e do clero, que não aceitavam perder privilégios.

Assembleia dos Estados-Gerais

Para resolver o impasse e conseguir uma saída para a crise, Luís XVI convocou a Assembleia dos Estados-Gerais, na qual estiveram presentes representantes de cada um dos três estados. Segundo a tradição, cada estado teria o mesmo número de representantes e, sendo assim, seria realizado um voto por estado. Essa determinação gerava insatisfação nos representantes do Terceiro Estado, uma vez que o clero e a nobreza levavam vantagem ao votar em favor de seus interesses. Logo os representantes do Terceiro Estado se retiraram da Assembleia e se reuniram em outro espaço, na Sala do Jogo da Pela. Dias depois, alguns poucos nobres também se uniram a eles.

Os representantes do Terceiro Estado ali reunidos se autodeclararam na Assembleia Nacional Constituinte. E só saíram dali quando a França tivesse uma Constituição. O rei Luís XVI tentou se impor, mas não obteve sucesso e acabou recuando. Dessa forma, começava o processo revolucionário na França, o qual se estenderia por cerca de dez anos.

A Queda da Bastilha

A formação da Assembleia Nacional representava uma ruptura na estrutura de poder do Antigo Regime. Parecia que o rei aceitaria liderar a monarquia constitucional que poderia resultar desse processo. Contudo, começaram a surgir boatos de que o rei estava conspirando e organizando uma repressão contra a Assembleia.

A população parisiense começou então uma mobilização e formou um comitê, que se tornou uma espécie de poder popular que tomou conta da cidade. Foi formada uma Guarda Nacional e as notícias da conspiração real fizeram com que, no dia 14 de julho, uma multidão saísse às ruas de Paris e invadissem a Bastilha, antiga prisão real, em busca de armas e munições. Esse episódio ficou conhecido como a Tomada da Bastilha e se tornou um símbolo da luta contra o absolutismo monárquico.

Nesta representação sobre a Tomada da Bastilha, é possível identificar a diversidade social dos sujeitos que faziam parte do Terceiro Estado, graças aos tipos de vestimentas representados.



Tomada da Bastilha e prisão do Governador M. de Launay, 1789. Óleo sobre tela, 58 cm x 73 cm.

O Grande Medo

Essa expressão caracterizou um período de intensas agitações no campo. Os camponeses, que enfrentavam uma situação de pobreza muito grave, ouviram boatos de que havia uma conspiração aristocrática e que seriam atacados por bandidos vindos da cidade. Eles então se rebelaram e invadiram castelos, destruíram os registros de impostos e chegaram até a matar seus senhores. Muitos nobres, com medo, saíram de suas terras e emigraram.

As mulheres no processo revolucionário

O papel das mulheres no processo revolucionário francês foi muito importante. Muitas delas participavam ativamente da organização da luta contra o Antigo Regime, fazendo parte dos debates e das ações políticas de clubes e sociedades revolucionárias, como a Sociedade das Cidadãs Republicanas Revolucionárias. Também estiveram à frente de mobilizações populares como a Marcha de Mulheres sobre Versalhes, em 5 de outubro de 1789.



Stefano Blanchetti/Bridgeman Images/Fotorearena

Alphonse de Lamartine. *Clube político feminino em 1793*, 1865-66. Gravura.

As fases da revolução

Primeira fase (1789-1792): Assembleia Nacional Constituinte

Nessa primeira fase, foi elaborada a primeira Constituição francesa, um conjunto de leis que garantiria a igualdade entre os cidadãos e limitaria o poder real. Foi durante os trabalhos da Assembleia Constituinte que os representantes do Terceiro Estado ali reunidos criaram a expressão Antigo Regime para se referir ao absolutismo monárquico, ao mercantilismo e aos privilégios da nobreza e do clero. A ideia dos revolucionários era combater o Antigo Regime, modificando as estruturas de poder, de participação política e a organização da sociedade.

A Assembleia Nacional Constituinte aboliu a servidão e os privilégios da nobreza e do clero. Outro marco importante desse momento foi a elaboração e a aprovação da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, uma espécie de declaração de princípios que nortearia a elaboração da Constituição. Esse documento, de clara inspiração iluminista, colocava-se contra o Antigo Regime e trazia como princípio fundamental a ideia de que existem direitos universais, que seriam naturais e inalienáveis. Entre eles, estariam o direito à liberdade, o direito à propriedade e o direito de resistência à opressão. Assegurava-se aos cidadãos a igualdade perante a lei e a liberdade de culto e de expressão.

Em 1791, com a aprovação da primeira Constituição francesa, estabeleceu-se:

- a abolição dos privilégios feudais da nobreza;
- a abolição do dízimo eclesiástico;
- a proibição da venda de cargos públicos;
- o estabelecimento da liberdade comercial;
- o estabelecimento da divisão de poderes;
- o sistema de governo passa a ser a monarquia constitucional;
- o voto censitário;
- a distinção entre cidadãos ativos e passivos.



Museu Carnavalet, Paris

Jean-Jacques-François le Barbier. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, 1789. Óleo sobre madeira, 71 cm x 56 cm.

Segunda fase (1792-1795): A Convenção

O sistema de monarquia constitucional instituído pela Constituição de 1791 durou pouco tempo. O rei Luís XVI parecia aceitar as determinações da Assembleia, mas na verdade travava contra a revolução e foi considerado traidor. No dia seguinte, 10 de agosto de 1792, a Assembleia, pressionada pela revolta popular, suspendeu o rei e convocou eleições para a Convenção Nacional.

Em setembro, os membros da Convenção foram eleitos por sufrágio universal (masculino). Naquele mesmo mês, no dia 22, a república foi proclamada. Para os revolucionários, essa data foi considerada o ano 1 do novo calendário que passou a ser adotado na França.

A Convenção dividia-se em três grupos políticos:

- **Girondinos:** deputados que representavam os interesses da alta burguesia e da nobreza liberal. Sentavam-se à direita na Assembleia. Defendiam o direito à propriedade e uma república liberal.
- **Jacobinos:** conhecidos como *sans-culottes*, sentavam-se à esquerda e nas partes mais altas da Assembleia, a “Montanha”, razão pela qual também eram chamados “montanheses”. Representavam os interesses da pequena e média burguesia e contavam com o apoio dos setores populares que viviam nas cidades, como artesãos, operários e lojistas. Defendiam o voto universal masculino e a construção de uma república na qual as conquistas sociais iniciadas pelo processo revolucionário alcançassem também as camadas populares. Essa defesa fez com que os jacobinos fossem considerados “radicais” pelos outros grupos políticos da época.
- **Planície:** era a maior parte da Assembleia, um grupo de deputados que não se alinhava diretamente a nenhum dos dois grupos. Representavam os interesses da burguesia financeira. Suas opiniões e votos oscilavam entre as propostas dos jacobinos e as dos girondinos.

Em 1792, no início dos trabalhos, a Convenção foi dominada pelos girondinos, mas o cenário de crise se agravava a cada dia. Logo os jacobinos passaram a protagonizar esse momento revolucionário. No dia 18 janeiro de 1793, em uma votação extremamente apertada, Luís XVI foi condenado à morte e, no dia seguinte, executado na guilhotina, em praça pública.

Em 1793, uma nova Constituição foi elaborada e aprovada. Ela ficou conhecida como Constituição do Ano II e foi considerada a Constituição mais democrática da França. Instituiu o sufrágio universal masculino, consagrou a ideia de soberania popular e garantiu o direito de insurreição como inalienável e um dever em face de governos que desrespeitassem os direitos dos cidadãos. Foi estabelecida também a Lei do Máximo, que controlava e tabelava os preços de produtos essenciais, como o trigo. Um decreto de 4 de fevereiro de 1794 aboliu a escravidão nas colônias.

A pressão popular em torno da Assembleia aumentava e os jacobinos ganhavam cada vez mais força, até que assumiram o comando da República Francesa. Esse grupo passou a controlar dois órgãos fundamentais para o processo revolucionário:

- **Comitê de Salvação Pública:** liderado pelo jacobino Robespierre, tinha como objetivo a gestão do Estado e o controle do exército.
- **Tribunal Revolucionário:** responsável por julgar aqueles que eram considerados traidores da revolução.

Nesse período, qualquer pessoa suspeita de ação contrarrevolucionária seria presa e julgada no tribunal revolucionário. Se fosse considerada culpada, seria condenada à morte na guilhotina. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas tenham sido mortas, entre elas membros da nobreza, girondinos e líderes jacobinos que se opuseram às ações do Comitê, como foi o caso de Danton. Esse período ficou conhecido como **Terror**. Esse contexto de execução em massa acabou gerando desavenças entre os jacobinos: uns queriam a intensificação do Terror, e outros, o seu fim, abrindo caminho para que um grupo de conservadores desse um golpe que ficou conhecido como o **Golpe do 9 Termidor**, no qual Robespierre e outros líderes foram presos e guilhotinados.

Pioneira na luta pelos direitos das mulheres, Olympe de Gouges escreveu peças de teatro, panfletos e textos políticos como a *Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã*, de 1791. Por conta desta atitude, foi considerada pelos revolucionários como opositora do novo governo, sendo executada por meio da guilhotina, durante o Período do Terror.



Alexandre Kurcharski. *Retrato de Olympe de Gouges (1748-1793), século XVIII.*
Pastel sobre tela, 76 cm x 56 cm.

Terceira fase (1795-1799): Diretório

Foi o início de uma virada política que teve como protagonistas os girondinos, representantes da alta burguesia (grandes comerciantes e banqueiros). Esse grupo governou a França entre 1795 e 1799, por meio de um conselho que ficou conhecido como Diretório. Em 1795, uma nova constituição foi aprovada: a Constituição do Ano III da República. O voto universal foi abolido, e o voto censitário, determinado pelo critério da renda, foi restabelecido. O governo buscou se distanciar tanto dos setores populares quanto dos monarquistas. A política de controle de preços foi abandonada, o que gerou grande elevação nos preços dos alimentos.

As tensões internas e externas aumentavam. Diante disso, um grupo da alta burguesia, em conjunto com os militares, apoiou o nome do general Napoleão Bonaparte para assumir o controle do governo. Seu sucesso militar fez com que se destacasse entre a alta burguesia. Ele representava uma liderança forte e respeitada que conseguiria garantir a ordem interna. Essa simpatia resultou em uma aliança que conduziu ao Golpe do 18 Brumário, evento que marcou o fim da revolução e o início da Era Napoleônica.

Palácio de Versalhes, Versalhes



A representação de Francisco Bouchout mostra Napoleão Bonaparte e alguns soldados no Conselho dos Quinhentos, a assembleia legislativa do governo francês.

Francisco Bouchout.
Napoleão Bonaparte no golpe de Estado de 18 Brumário em Saint-Cloud, 1799. Óleo sobre tela, 4 m × 4,2 m.

Era Napoleônica

O poder da República Francesa passou para as mãos de Napoleão. O poder era centralizado em suas mãos. Seu objetivo era consolidar as conquistas burguesas obtidas no período revolucionário. Para isso, ele reorganizou internamente a economia, criou o Banco da França, ampliando o crédito e financiando o crescimento industrial. Havia planos também para melhorar e ampliar a agricultura, com drenagem e irrigação nas áreas rurais. Fez também inúmeras obras públicas, investindo na infraestrutura.

As melhorias na área educacional também estavam entre seus objetivos. Napoleão criou universidades e escolas de ensino básico profissional. A ideia era formar mão de obra qualificada para ocupar os postos de trabalho tanto na área industrial quanto nos setores administrativos do Estado francês.

O Código Civil Napoleônico de 1804

Inspirado no direito romano, esse código serviu como uma espécie de garantia dos princípios liberais defendidos pelos setores da burguesia. Em termos sociais, representou uma espécie de regulação da vida pública e da vida privada. Entre suas determinações, estava o direito à propriedade privada, à liberdade individual, à liberdade de expressão e à igualdade perante a lei em um Estado laico.

O conteúdo do Código Civil silenciou-se em relação aos direitos dos trabalhadores e da população mais pobre. Mais que isso, funcionou como um aparato repressor contra a organização dos trabalhadores e as greves. Além disso, o código restabeleceu a escravidão nas colônias.

A expansão do império

Após um plebiscito realizado pela população em 1804, o Consulado foi substituído pelo império e uma nova Constituição entrou em vigor. Em dezembro do mesmo ano, Napoleão fez-se coroar imperador da França. O período imperial foi marcado por um forte expansionismo militar. O exército francês dominou várias regiões, entre elas Áustria, Prússia e Rússia. O principal alvo de suas conquistas era a Inglaterra. A ideia era enfraquecer o país do ponto de vista econômico para depois vencê-lo militarmente.

Napoleão decretou o bloqueio ao comércio dos produtos ingleses, que ficou conhecido como **Bloqueio Continental**. Com ele, países europeus foram proibidos de fazer comércio com os ingleses. Aqueles que descumprissem essa determinação seriam invadidos pelo exército napoleônico.

Os exércitos das forças de coalizão (formados por Prússia, Inglaterra, Áustria e Rússia) acabaram por derrotar o exército francês. Napoleão foi exilado na Ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo. A monarquia na França foi restaurada e a Dinastia Bourbon restabelecida, com a coroação de Luís XVIII, irmão de Luís XVI.

Em 1815, Napoleão fugiu da prisão e retomou o poder, período que ficou conhecido como o **Governo dos Cem Dias**. Forças militares lideradas pela Inglaterra se mobilizaram e derrubaram definitivamente Napoleão na Batalha de Waterloo, na Bélgica. O poder do Estado francês voltou para as mãos dos Bourbon e Luís XVIII reassumiu o trono.

Europa: o Império Napoleônico e o Bloqueio Continental – Século XIX



Fonte: KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas histórico mundial: de la Revolución Francesa a nuestros días*. Madrid: ISTMO, 1982. p. 26.

Congresso de Viena

As potências vitoriosas se reuniram em Viena (1814-1815) com o objetivo de redesenhar o mapa político europeu, devolvendo os territórios ocupados por Napoleão aos antigos donos. Usaram para isso o princípio da legitimidade, que estabelecia que o território e o trono seriam devolvidos para a dinastia que estivera no poder antes de 1789. A ideia era baseada na política do equilíbrio europeu.

Outro marco desse período foi a criação de um exército supranacional, chamado Santa Aliança. Formado por Rússia, Prússia e Áustria, tinha como objetivo combater movimentos liberais que surgissem em território europeu e também nas colônias na América.

Revolução do Haiti

As ideias revolucionárias que surgiram na França no final do século XVIII ecoaram na Revolução do Haiti (1791-1804). Para entender esse episódio, é preciso compreender de que forma se deu a colonização desse país, localizado em uma ilha do Caribe, na América Central.

Os primeiros europeus a alcançarem o atual território do Haiti foram os espanhóis, no final do século XV, que logo começaram a colonização e a exploração de minérios e passaram a chamar o local de Ilha de Hispaniola. Em 1697, franceses conquistaram o lado ocidental da ilha, dando a essa região o nome de Ilha de São Domingos e introduzindo a plantação de cana-de-açúcar, utilizando mão de obra africana escravizada.

Portanto, a Ilha de São Domingos era uma região colonial marcada pela exploração da terra e pela desigualdade social. A minoria branca detinha o poder político e econômico. A maior parte da população, cerca de 93%, era composta de homens e mulheres negros ou não brancos, livres ou escravizados, responsáveis pela produção da riqueza, ou seja, trabalhavam na produção agroexportadora, cultivando produtos como açúcar, cacau e tabaco, todos exportados para a Europa.

A população escravizada sofria com as violências praticadas pelos colonizadores. Trabalhos exaustivos, torturas e alimentação insuficiente acabaram levando muitos deles a reagir. Fugiam, revoltavam-se e até mesmo cometiam suicídio como forma de resistir à escravidão.

No século XVIII, as ideias de liberdade e igualdade divulgadas por pensadores iluministas, somadas às notícias sobre o início de uma revolução na França, começaram a influenciar diversos grupos sociais que não suportavam mais as violências dos colonizadores. Eles perceberam que os acontecimentos do movimento revolucionário francês poderiam ser uma oportunidade para transformar a situação em que viviam. A partir de 1791, diversos grupos de escravizados promoveram levantes na Ilha de São Domingos. Os revoltosos destruíram lojas, plantações, usinas de açúcar, mansões e mataram muitas pessoas da elite branca. Porém, esses movimentos não tinham uma organização centralizada e o caos tomou conta da ilha.

Em meio a essas revoltas, em 1793, surgiu a figura de Toussaint L'Ouverture, um ex-escravizado que se tornou o líder da revolução e derrotou a Inglaterra em sua tentativa de invasão ao Haiti.

Com o Golpe do 18 Brumário e a chegada de Napoleão Bonaparte ao poder, a luta entre franceses e haitianos foi retomada. Em 1801, Toussaint L'Ouverture declarou a independência do Haiti e outorgou uma Constituição, que foi enviada a Napoleão. Insatisfeito, Napoleão mandou tropas francesas ao Haiti e derrotou L'Ouverture, que foi preso e levado para a França, onde acabou morrendo.

Em 1803, o general Jean-Jacques Dessalines, ex-escravizado, assumiu o comando do exército haitiano e derrotou os franceses. Em primeiro de janeiro de 1804, Jean Jacques Dessalines declarou a independência da Ilha de São Domingos, renunciando ao nome dado pelos colonizadores franceses e batizando-a de República do Haiti. Em maio de 1805, Dessalines promulgou a primeira Constituição do Haiti, baseada nos ideais iluministas de liberdade.

Inspirada no movimento revolucionário francês e nos princípios do Iluminismo, a Revolução do Haiti foi o maior movimento negro contra as opressões coloniais ocorrido nas Américas e influenciou diversos outros levantes pelo território americano, reverberando e inspirando escravizados a lutarem por liberdade.



Ilustração de Toussaint L'Ouverture, c. 1800. L'Ouverture liderou a Revolução Haitiana, movimento libertário inspirado nos ideais iluministas e composto de escravizados que culminou na independência do Haiti.



1. Explique as características da região do Haiti, no período em que era colônia francesa.
2. Como vivia a população escravizada?
3. Analise as influências do processo revolucionário francês e das ideias de liberdade no contexto da independência do Haiti.



1. Explique o que motivou a Revolução Puritana.
2. Faça um quadro e indique os grupos de oposição à Revolução Puritana, os cavaleiros e os cabeças redondas. Para cada grupo, cite a composição social e as principais lideranças.
3. Indique as principais ideias defendidas pelos iluministas Montesquieu, Voltaire, John Locke e Rousseau.
4. Analise o contexto pré-revolucionário francês.
5. A sociedade francesa era uma típica sociedade do Antigo Regime, dividida em ordens ou estamentos. Identifique os estamentos e os grupos sociais que a compunham.
6. Por que podemos afirmar que o Terceiro Estado era heterogêneo em sua composição?
7. A Revolução Francesa durou dez anos e pode ser dividida em diferentes períodos revolucionários. Aponte as principais características de cada um deles.
8. Por que a Queda da Bastilha foi considerada um marco simbólico do início da revolução?
9. Sobre a chamada Era Napoleônica (1799-1815), faça o que se pede.
 - a) Explique o que o governo de Napoleão representou para os interesses da burguesia.
 - b) Cite um argumento ou aspecto, promovido por Napoleão em seu governo, que comprove sua resposta anterior.
10. (Unesp – 2021) Observe a gravura de Isidore-Stanislas Helman (1743-1806).

O evento representado na imagem mostra

- a) o poder legislativo, composto por representantes de todas as classes sociais e responsável pela proposição e criação das leis federais.
 - b) uma assembleia popular, reunida em caráter permanente e aberta à participação direta de todos os cidadãos.
 - c) o poder moderador, composto por representantes de organismos sociais e políticos e responsável pelo controle sobre as decisões do rei.
 - d) o poder executivo, composto pelos membros da nobreza e do clero e responsável pelas decisões relativas à política exterior.
 - e) uma assembleia consultiva, convocada esporadicamente pelo rei e formada por representantes das três ordens sociais.
11. (UEA – 2023) A autora da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* é Olympe de Gouges. Em 1793 ela foi guilhotinada em Paris. E a condenação deveu-se ao fato de ela ter-se oposto aos conhecidos revolucionários Robespierre e Marat, que a consideraram mulher “desnaturada” e “perigosa demais”. Ao ser conduzida à morte, Olympe de Gouges teria afirmado:

“A mulher tem o direito de subir à guilhotina; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”.

(Selvino José Assmann. “Apresentação: Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”. Interthesis, v. 4, no 1, 2007. Adaptado.)

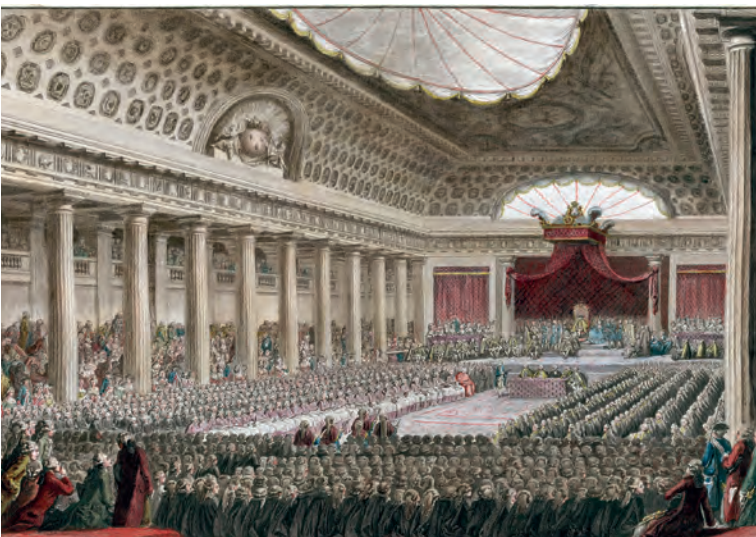
Art. I

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

(Olympe de Gouges. “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, 1791. Interthesis, vol. 4, no 1, 2007. Adaptado.)

Com base nos excertos e em conhecimentos sobre a Revolução Francesa, o manifesto de Olympe de Gouges consiste em

- a) um questionamento da organização política vigente, exigindo a ocupação feminina da presidência.
- b) uma releitura da declaração redigida anteriormente, incluindo as mulheres de forma direta.
- c) uma defesa da monarquia absolutista, considerando que as mulheres eram mais valorizadas.
- d) uma escrita de novas propostas, ignorando os documentos publicados previamente.
- e) um posicionamento contra girondinos e jacobinos, abolindo a polarização partidária corrente.



Biblioteca Nacional da França, Paris

(“Abertura dos Estados Gerais em Versalhes, 5 de maio de 1789”. <https://revistapesquisa.fapesp.br/>, maio de 2018.)

Ferramentas da História



1. Analise a obra de arte apresentada e responda às questões.



Jean-François de Troy. *Leitura em um salão*, c. 1730. Óleo sobre tela, 73,9 cm x 93 cm. A obra apresenta o dramaturgo francês Molière, em um salão literário, lendo um livro.

- a) Descreva o ambiente e as pessoas que aparecem na obra.
- b) Qual é a figura central da obra?
- c) Com base no que aprendemos no capítulo, escreva um pequeno texto apontando o papel da mulher no contexto do Iluminismo.



Ficha de estudos

Capítulo 9 – O Iluminismo e as revoluções burguesas

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A Inglaterra e as dinastias Tudor e Stuart
- Revolução Puritana
- A Revolução Gloriosa (1688)
- John Locke e as revoluções inglesas: o caminho das luzes
- O movimento iluminista
- Os pensadores iluministas
- As mulheres e as luzes
- A ideologia liberal
- A sociedade francesa
- Assembleia dos Estados-Gerais
- As fases da revolução
- Era Napoleônica

O Circuito Atlântico e o Brasil no século XVIII

▼ Para começar

1. Além do cobalto, você conhece outras matérias-primas produzidas pela África?
2. O que significa afirmar que a exploração do cobalto reproduz desigualdades e relações de poder iniciadas na Modernidade?
3. Como essa situação poderia ser modificada?

Você conseguiria viver, hoje, sem celular? É possível que não. Atualmente, aparelhos como esses dominam nosso cotidiano. Por trás dos celulares que utilizamos, encontra-se uma cadeia muito complexa. Apesar de a tecnologia ainda ser dominada pelas nações do chamado centro orgânico do capitalismo (Estados Unidos, União Europeia e, cada vez mais, China), os componentes que constituem um *smartphone* derivam de vários países, muitos deles pobres ou subdesenvolvidos.

Um desses componentes é o cobalto, minério fundamental para a produção de baterias de celular e outros aparelhos eletrônicos. Dois terços do volume de cobalto extraído na atualidade têm origem em um único país: a República Democrática do Congo, na África.

Dependente das grandes potências, a extração do cobalto no Congo quase sempre é feita em condições de trabalho extremamente precárias. Sob essa perspectiva, a exploração do cobalto nas minas do país reproduz assimetrias e relações de poder entre centro e periferia estruturadas, em certa medida, na Modernidade.



Junior Kannah/AFP



Trabalhadores congolese em uma mina de cobalto, minério fundamental para a produção de baterias de celulares, computadores e carros elétricos. Kolwezi, Congo, 2022.

O Circuito Atlântico

Ao falarmos em Circuito Atlântico, a ênfase não é posta em qualquer país ou mesmo continente: não se trata da Europa, África ou América, mas sim de um oceano. O Atlântico, nesse caso, emerge como espaço de passagem, de relação, circuito por onde trafegaram armas, mercadorias e pessoas e que foi palco central na montagem do que veio a ser o capitalismo contemporâneo. Por esse oceano, mercadores, funcionários reais, religiosos, aventureiros e degredados portugueses entraram em contato com diversas sociedades africanas. Desses encontros teve início uma história que provocou mudanças culturais, políticas e econômicas profundas em toda a região. Como um fio permanente a perpassar todo o processo esteve a diáspora africana, que se expandiu ainda mais com o início da colonização da América, no século XVI.

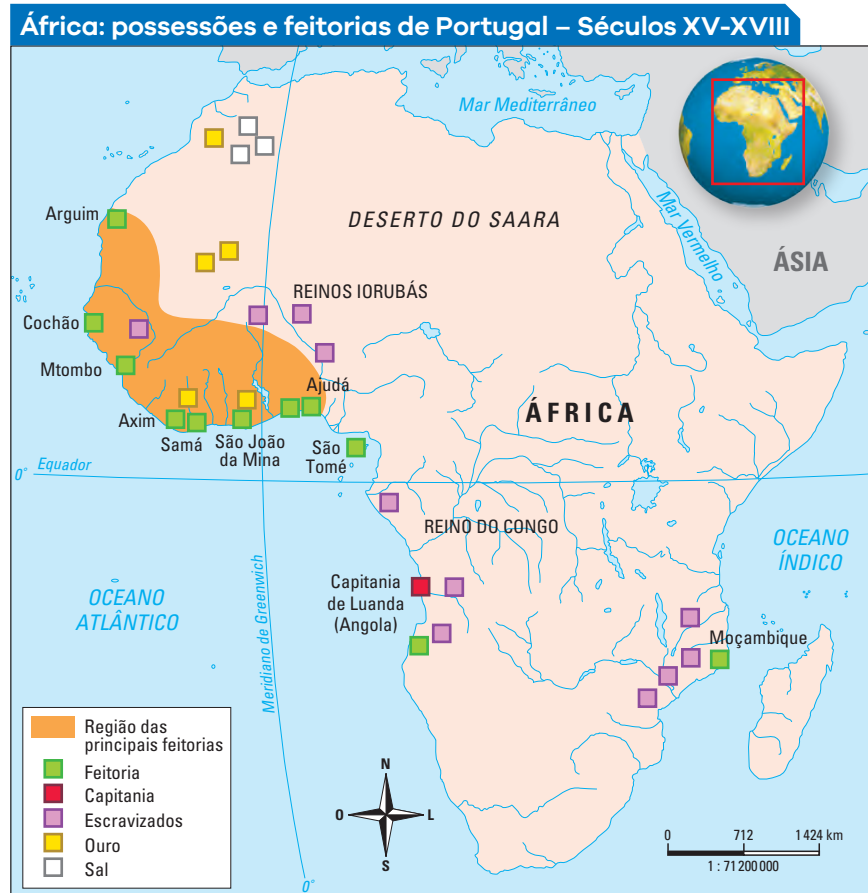
Para ampliar

Ouçã

Podcast Falando de História #77 O tráfico transatlântico de escravizados (séculos XV-XIX)

Nesse episódio, os apresentadores conversam com Ana Lucia Araujo, professora na Howard University (EUA), sobre o tráfico de africanos escravizados pelo Oceano Atlântico. Busca-se compreender a questão da escravização africana, desde o início dessa prática até os impactos locais causados por ela. Além disso, é apresentada uma breve análise acerca da memória histórica desse processo e o que se compreende por reparação histórica.

Ao se deslocar pela costa da África Ocidental, os portugueses fundavam feitorias, um tipo de construção que servia ao mesmo tempo como forte, ou seja, posto de defesa, e entreposto comercial. Nisso se destacou, por exemplo, uma das mais importantes feitorias da época: São Jorge da Mina. Localizada na então chamada Costa do Ouro, onde hoje se encontra Gana, os portugueses transportavam para lá mercadorias do Congo, do Benim e de Angola, e em troca embolsavam o abundante ouro dos acãs, povo que exercia a soberania sobre o local. Entre as mercadorias usadas como moeda, havia uma predominante: pessoas escravizadas.



O elo da escravidão

Ao longo de milênios, sociedades de diversas origens se valeram do trabalho escravo. A escravidão, no entanto, não foi sempre a mesma. Como qualquer instituição histórica, suas formas mudaram de acordo com o lugar e o tempo.

Entre os séculos XV e XVII, quando da chegada dos europeus ao continente africano, praticamente toda a África mantinha alguma forma de escravidão. Homens e mulheres, em geral prisioneiros de guerra, pessoas endividadas ou em conflito com as leis tradicionais, compartilhavam o trabalho doméstico e agrícola com seus senhores. Pelo costume, os descendentes dos escravizados eram integrados à família, perdendo a condição de cativo de seus antepassados. Nos grandes reinos, como Benim, Congo e Angola, os escravizados ocupavam vários postos de serviço. Trabalhavam nos campos e nas casas, eram artesãos, funcionários e até conselheiros reais, soldados e comandantes.

Com a chegada dos europeus, essa situação foi alterada. Para eles, o escravizado era uma simples mercadoria, que poderia ser vendida ou trocada. Além disso, a demanda crescente por pessoas escravizadas fez com que as guerras, meio de escravização, se transformassem no grande motor de integração ao novo mercado que se abria no Atlântico.

Aprendizagens em processo • Atitudinal

TCT

conectado com



Matemática

conectado com

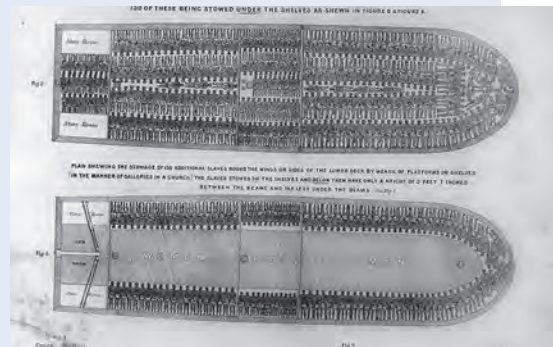


Biologia

1. Leia o texto e analise a planta do navio negreiro. Em seguida, responda ao que se pede.

Era o ano de 1788 quando membros do movimento abolicionista britânico publicaram uma ilustração que logo se tornaria uma arma na luta contra a escravidão. O desenho mostrava a planta do *Brookes*, uma embarcação que transportou milhares de africanos escravizados para a cidade de Liverpool, na Inglaterra. A imagem detalhava friamente como era possível alocar mais de 400 seres humanos empilhados na posição horizontal em apertadas tábuas de madeira com pouco mais de um metro de altura no porão do navio.

[...] Contudo, as condições desse tipo de transporte ainda eram pouco conhecidas pela sociedade da época [...]. Mostrá-las por meio de um registro visual (quase um infográfico) deu grande fôlego ao movimento abolicionista.



Detalhe de planta do navio negreiro britânico *Brookes*, 1788.

LEAL, B. A ilustração que inflamou o movimento abolicionista britânico. *Café História*, Brasília, DF, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-ilustracao-que-inflamou-o-movimento-abolicionista-britanico/>. Acesso em: 16 jul. 2024.



- a) Qual era o principal objetivo daqueles que editaram e divulgaram a planta do navio negreiro *Brookes*, em 1788, na Inglaterra?
- b) Na planta do navio, que recursos são empregados para alcançar esse objetivo?
- c) Atualmente, que tipos de estratégia poderiam ser empregadas na sensibilização das pessoas para a necessidade de combate ao racismo?

Reino do Congo

Para obter escravizados, os portugueses precisavam se associar a líderes locais, responsáveis por fazer a intermediação entre as feitorias europeias e os grupos que começaram a se especializar em aprisionar pessoas. Em uma dessas incursões, os portugueses entraram em contato com o Reino do Congo.

O navegador Diogo Cão chegou ao Congo em 1483, quando o reino era comandado por Nzinga a Nkuwu, **manicongo** do Reino do Congo, que não governava sozinho, mas com membros da nobreza e aristocratas. O manicongo ainda exercia tutela militar e econômica sobre outras regiões, como o Reino do Ndongo, chamado pelos portugueses de Angola.

Bantos de origem, os congos acreditavam que o grande **calunga** traçava a fronteira entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Do outro lado, os mortos, cujas peles ficavam brancas, alcançariam um estado de iluminação absoluta. Por isso a chegada dos portugueses pelas águas sagradas causou forte impacto.

Após tentativas de encontrar o manicongo, Diogo Cão regressou a Portugal levando consigo quatro congolezes como reféns, com a promessa de retornar. Ao voltar, trouxe com ele os quatro nativos, que agora vestiam roupas europeias e falavam português. Para os congolezes, eles estavam mortos. Após escutá-los, e também os portugueses, o manicongo se aliou aos estrangeiros. Em 1491, seu batismo formalizou a aliança. A elite do Congo, desde o soberano, se tornou cristã.

Por trás do ímpeto inicial, o soberano do Congo buscou modernizar o reino de acordo com o que conheceu de Portugal. Ao que consta, além das caravelas, as armas europeias haviam impressionado bastante não só o manicongo, mas toda a elite local. Com elas, era mais fácil derrotar os inimigos.

Nzinga a Nkuwu foi o primeiro rei do Congo a se converter ao cristianismo, adotando o nome de D. João I.



Pierre Duflos. *João, rei do Congo*, c. 1816. Gravura.

GLOSSÁRIO

Calunga: oceano. Neste caso, o Atlântico.
Manicongo: título dado ao governante do Reino do Congo.

CPA-Media Pte Ltd/Alamy/Fotosterra

Biblioteca do Congresso, Washington D.C., EUA

O fim da aliança com os portugueses

A súbita entrada dos portugueses em cena estremeceu toda a estrutura do poder no Congo. O manicongo tinha por direito o monopólio dos negócios com os estrangeiros, e apenas por intermédio dele a elite local poderia ter acesso às novas mercadorias vindas de longe. Sempre que podia, a nobreza ignorava as ordens do manicongo e tratava diretamente com os europeus.

Havia outras fontes de conflito interno. Os processos de sucessão muitas vezes levavam a guerras civis, como após a morte do “manicongo cristão” D. João I em 1506. Nessas situações, os portugueses escolhiam seu preferido entre os filhos do soberano e lhe davam apoio militar.

Dessa forma, D. Afonso, que havia se convertido ao cristianismo, derrotou, com o apoio dos portugueses, outro pretendente ao cargo: Mpanzu a Kitima, que, por sua vez, manteve-se fiel à religião tradicional – o que mostra que nem toda a elite do Congo aceitou o cristianismo.

Os portugueses instalados na África, interessados em obter a maior quantidade possível de escravizados, compravam de quem oferecia, sem considerar o direito de exclusividade do manicongo. A escravidão no Congo, antes marginal, generalizou-se, e multiplicaram-se as agressões de conquista, das quais novamente participavam os portugueses. O Congo se tornou um lugar extremamente inseguro e o reino se enfraqueceu.

Angola

O que hoje chamamos de Angola por influência dos portugueses, chamava-se Ndongo no século XVI. A palavra angola remetia ao título do soberano. Como no Congo, o angola não detinha todo o poder: as províncias eram governadas pelos aristocratas do reino, conhecidos como sobas. De início subordinado ao manicongo, o Reino do Ndongo se tornou independente após o triunfo militar ocorrido por volta de 1555.

Os portugueses acreditavam que o Reino do Ndongo era rico em metais preciosos, sobretudo prata. Por isso Portugal decidiu invadi-lo, com o objetivo de se estabelecer sem previsão de saída. Para tanto, em 1571 o rei de Portugal instituiu a Capitania de Angola e a entregou, na condição de donatário, a Paulo Dias de Novais. Sua missão seria invadir e submeter o reino do Ndongo. Como parte desse avanço, os portugueses ocuparam a Ilha de Luanda, então sob o controle do manicongo.

Em 1579, já a par da intenção de conquista dos portugueses, o soberano do Ndongo declarou guerra. Ele mandou executar dezenas de portugueses que se encontravam em seu reino, ao que Paulo Dias de Novais reagiu espalhando o absoluto terror.

As batalhas seguiram com vitórias e derrotas de ambos os lados. Além das forças do angola, os portugueses tinham de enfrentar as constantes doenças e o relativo desconhecimento do território. Os ndongos, ao contrário, dominavam o campo. Apenas em 1603, a muito custo, as tropas de Portugal alcançaram as pretensas minas de prata, nas quais não havia esse metal, apenas chumbo. Com isso, o rei português abdicou da conquista e passou a negociar a paz.

A paz não afastou os portugueses do Reino do Ndongo. Todos os anos de guerra, na prática, os reposicionaram no comércio de escravizados, atividade que se tornava cada vez mais ampla. Se antes dependiam dos negociantes que lhes traziam escravizados até a costa, agora tomavam eles mesmos seus prisioneiros. Sendo assim, a guerra com o angola havia cessado, mas as agressões de captura não paravam. Dessa forma, só em Luanda a venda de pessoas saltou de uma média de 2 660 por ano, entre 1575 e 1587, para uma média de 5 032 anuais, entre 1587 e 1591.

O novo governador-geral, Luís Mendes de Vasconcelos, decidiu reiniciar as hostilidades oficialmente finalizadas. Em um gesto de afronta, transferiu a praça-forte dos portugueses da margem do rio para Ambaca, bem próximo da capital do Ndongo, o que foi visto como uma declaração de guerra.

Novamente, teve início uma guerra sem vencedores. A cada avanço português, os ndongos respondiam com ataques-surpresa, escaramuças; enfim, táticas de guerrilha. O encadeamento das batalhas deixava como rastro a expansão da escravidão, devastando o reino. Sem solução, em 1621 Portugal nomeou um novo governador-geral, João Correia de Sousa, a quem caberia negociar a paz com o angola Mbandi. Para tratar com os portugueses, o rei do Ndongo enviou uma de suas irmãs: Nzinga, ou, como ficou conhecida no Brasil, Jinga.

Coleção particular

Ao representar apenas pessoas negras, a gravura oculta a participação ativa dos europeus no tráfico de escravizados realizado no período.

Jean-Baptiste Michel; Gérard René Le Vilain; Wilbrode-Magloire-Nicolas Courbe. *Escravizados com madeira mayombe*. Gravura. In: GRANDPRÉ, L. M. J. O. *Viagem à costa oeste da África*: realizada nos anos de 1786 e 1787. Paris: DentuDentu, 1801. v. 2.



Rainha Jinga

Em reunião com Luís Mendes de Vasconcelos, Jinga, então embaixadora, negociou a paz de igual para igual. Saiu de lá com o compromisso dos portugueses de retirar a praça-forte de Ambaca, devolver os aristocratas feitos prisioneiros de guerra e prestar auxílio militar ao angola. Por sua vez, o soberano do Ndongo permitiria que os portugueses frequentassem as feiras e circulassem pelo reino; além disso, Jinga aceitou o batismo e adotou o nome Ana de Sousa.

Dois anos depois, com a morte de Mbandi, Jinga era angola, rainha do Ndongo. Não se sabe ao certo como ela ascendeu ao cargo. Alguns historiadores argumentam que tradicionalmente apenas homens poderiam ser angola; outros, no entanto, ponderam que os critérios de sucessão estavam em aberto, favorecendo casos como o de Jinga. Do que não se tem dúvida é que ela se mostrou uma líder muito habilidosa.

Os portugueses não cumpriram as promessas estabelecidas no acordo com Jinga: mantiveram a praça-forte em Ambaca e não devolveram os prisioneiros requisitados. Sendo assim, teve início uma nova guerra. Para se fortalecer, Jinga se aliou aos imbangalas, tornando-se um deles. Nas batalhas, ela mesma ia à frente, e muitos de seus soldados eram pessoas foragidas da escravidão. Em 1641, após 15 anos de guerra, o rei português, envolvido em outros conflitos e pressionado por nações europeias que aportavam na África, sugeriu devolver o reino do Ndongo a Jinga.



Heritage Image Partnership Ltd/Alamy/Fotoarena

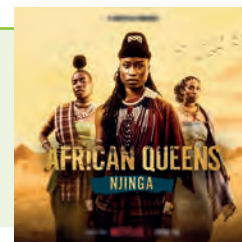
Antonio Cavazzi. Rainha Nzinga com sua tropa no Reino de Matamba, c. 1660. Aquarela.

Para ampliar

Assista

Rainhas africanas: Njinga, Dune Films (2023, 4 episódios).

Série documental que, na primeira temporada, conta a história de Jinga, sua subida e consolidação no poder do Ndongo e de Matamba.



Netflix

Benim

Desde a segunda metade do século XV, os portugueses frequentavam o delta do Rio Níger (na atual Nigéria), negociando mercadorias com o povo do Benim. Como em outras praças de comércio, a principal delas eram pessoas escravizadas. O Reino do Benim ficava na macrorregião que mais tarde ficou conhecida como Iorubalândia, por lá se concentrarem vários povos cuja cultura e linguagem derivam da mesma matriz: o iorubá.

No século XVI, o Benim era um reino de feições imponentes. Holandeses, por exemplo, relataram que suas avenidas eram muito maiores que as das cidades de onde provinham e o palácio do obá, soberano do Benim, era comparável a uma cidade. A grandeza do Benim, como a de Portugal, derivava do comércio. O reino se destacava como um intermediador entre várias partes da África. Por suas rotas comerciais circulavam sal, peixe seco, inhame, dendê, animais de corte, cobre, tecidos, entre outros. O monopólio era, por tradição, do obá.

Dos reinos da região, o Benim era o menos dependente dos portugueses. Naquele momento, já havia constituído uma ampla e diversa cadeia comercial que garantia ao obá larga autonomia diante dos estrangeiros. Além disso, mantinha outros povos como dependentes, que lhes deviam tributos e proteção militar em tempos de guerra.

Olfert Dapper. Cidade do Benim, 1686. Ilustração.



NYC/Alamy/Fotoarena

Oió, Aladá, Daomé: disputas pelo mercado atlântico

A África conheceu ainda outros grandes reinos. Um dos maiores foi o de Oió. Conta a tradição que, na primeira metade do século XVI, Oió teria sido invadido pelas poderosas cavalaria do povo nupe, forçando o alafim (soberano) e toda a sua corte a se refugiar entre os **borgus**. Desde então, vários reis buscaram retomar o controle sobre a cidade, o que ocorreu quase um século depois, em torno de 1610. Uma vez em Oió, o alafim comandou uma expansão sobre povos vizinhos, consolidando algo como um império limitado, de uma parte, pelo Benim, e, de outra, por Daomé. Com seus inimigos nupes, aprenderam a arte da cavalaria e, com ela, Oió se impôs àqueles com quem abriu frentes de batalha.

Além de Benim e Oió, outros reinos da região se fortaleceram, como os de Aladá, Ajudá e Daomé. Todos, para tanto, se valeram do mercado de escravizados aberto com a chegada dos europeus. Não por acaso, no século XVII, aquela parte da África ficou conhecida como “costa dos escravos”. A disputa entre eles era sangrenta. A cada vitória militar, o soberano de um desses reinos buscava manter o domínio do comércio intercontinental. A concorrência pelo mercado atlântico multiplicou os conflitos em toda a região. Visto em conjunto, esse período constituiu um círculo de violência e escravização que terminou por enfraquecer reinos que foram poderosos.

Xangô é o orixá que, na história do povo iorubá, teria sido o quarto alafim de Oió, passando a ser divinizado após sua morte. A escultura é uma homenagem aos orixás, divindades da religiosidade afro-brasileira.

Escultura de Xangô feita pelo artista plástico Tatti Moreno. Salvador (BA), 2019.

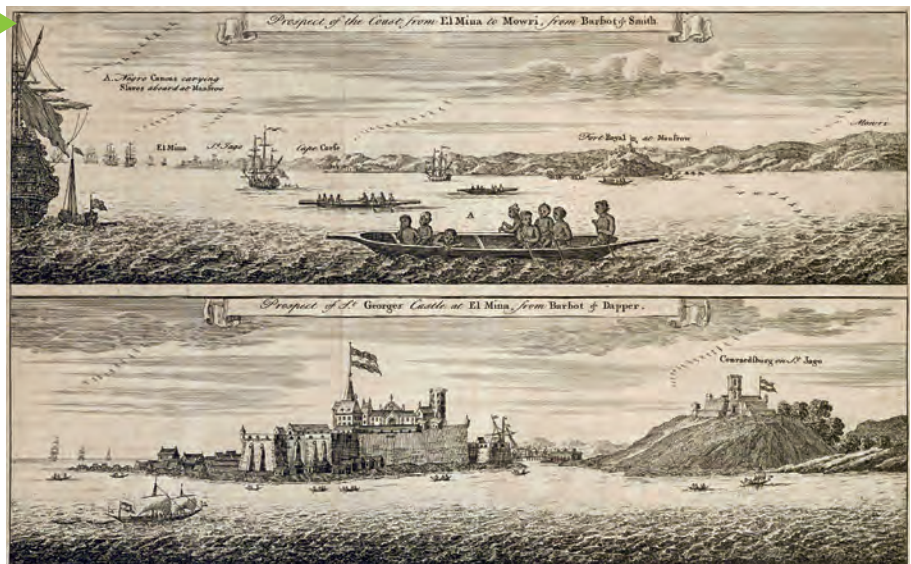


Mauro Akiri Nassor/Fotoarena

Inserção trágica e periférica no Circuito Atlântico

Hoje, não é incomum nos depararmos com argumentos que explicam o atual subdesenvolvimento da África pela corrupção e violência que a assolam. Sem desconsiderar tais aspectos, não podemos ignorar que o continente foi, por ao menos quatro séculos, pilhado pelas potências capitalistas que então se afirmavam na Europa. Ao se inserir no Circuito Atlântico, ainda no século XV, tendo pessoas como mercadoria principal, a África foi tragada por uma lógica perversa e autodestrutiva.

Na parte superior da gravura, há mercadores conduzindo prisioneiros escravizados até navios europeus na Costa do Ouro. Na parte inferior estão os castelos de São Jorge da Mina e de Cape Coast, atual capital de Gana Central, no Gana.



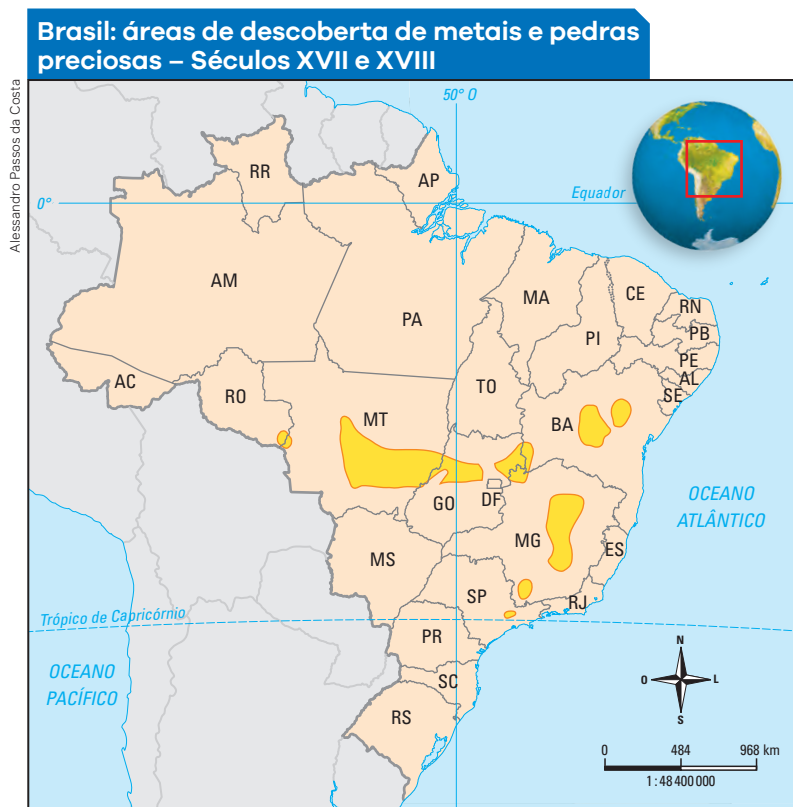
N. Parr. Vista da costa oeste da África de El Mina a Mouri e vista do Castelo de São Jorge em El Mina, 1745. Gravura, 16 cm x 25 cm.

Biblioteca Real dos Países Baixos, Den Haag

O Brasil no século XVIII

Por volta de 1690, chegaram a Portugal notícias sobre a descoberta de ouro no Brasil. Em meio a uma séria crise econômica, uma onda de euforia varreu o reino, trazendo à colônia milhares de aventureiros em busca da fortuna que o ouro poderia proporcionar.

Esses fluxos migratórios provocaram, entre o final do século XVII e o início do XVIII, intensas transformações no Centro-Sul do território brasileiro, o que gradativamente deslocou o centro econômico e administrativo colonial do Nordeste para aquela região.



A Guerra dos Emboabas

A descoberta do ouro por bandeirantes paulistas e a chegada de migrantes ávidos por essa riqueza levaram ao conflito conhecido como Guerra dos Emboabas. Esse nome era dado pelos paulistas aos estrangeiros que chegavam às regiões das Minas, com destaque para os portugueses. Os bandeirantes exigiam que fossem os únicos a explorar as minas de ouro descobertas, ou seja, queriam o direito exclusivo a essas terras.

O conflito, que durou dois anos (1707-1709), começou quando o governo português não atendeu ao pedido dos paulistas. Como os emboabas possuíam mais recursos que os paulistas (homens, armas e dinheiro), venceram a disputa, expulsando os paulistas das minas. Estes, então, continuaram a empreender a busca por novas jazidas pelo interior, encontrando ouro nos territórios que hoje compõem os estados de Goiás e Mato Grosso.

O surgimento das “Minas Gerais”

As principais jazidas exploradas no Brasil entre 1700 e 1760 estavam localizadas no sudeste da Colônia, na região das “Minas Gerais”, transformada em capitania em 1720. Inicialmente, no local foi encontrado ouro proveniente dos processos de erosão das rochas por nascentes de água e que se depositavam nas margens dos rios da região: o **ouro de aluvião**. A grande quantidade encontrada desse tipo de metal criou a ilusão de que seria possível enriquecer rapidamente.

Isso levou a um grande fluxo migratório na região, afetando sobretudo a existência de vários povos indígenas que habitavam essas mesmas margens de rios. Caiapós, guaranis, xavantes e bororos foram alguns dos povos da região capturados e escravizados, expulsos de suas terras ou mesmo aniquilados, em um processo de dominação também verificado em outras regiões do Brasil.

A sociedade mineradora

Com o avanço da atividade mineradora, surgiu nas vilas e pequenas cidades uma sociedade muito dinâmica e complexa, composta de diversos grupos, como mineradores, comerciantes, párcos, artesãos, funcionários públicos, fazendeiros e militares. A desigualdade social era uma característica marcante na sociedade de Minas Gerais, pois ela se dividia economicamente entre uma elite concentradora de renda – composta de altos funcionários do Estado português, donos de minas, autoridades políticas e grandes comerciantes – e as classes populares. Havia ainda um grande número de escravizados africanos, em sua maioria empregados no trabalho de extração dos minérios. Embora sempre existisse a possibilidade de algum enriquecimento súbito por conta da descoberta de alguma nova jazida, a mobilidade social era uma realidade pouco frequente.

A obra do século XIX retrata a cidade que atualmente chamamos de Ouro Preto. Quando se formou, foi chamada de Vila Rica devido à grande concentração de ouro encontrada em sua região, o que fez dela um dos maiores polos de mineração do período.

Museu da Inconfidência, Ouro Preto



Arnaud Julien Pallière. *Vila Rica*, 1820. Óleo sobre tela, 36,5 cm x 96,80 cm.

A vida na região mineradora girava em torno das vilas e cidades. São João del Rei, Vila Rica (atual Ouro Preto), Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual Sabará) eram algumas das cidades que concentravam as atividades comerciais, as festas das elites, a efervescência das manifestações culturais e o movimento das ruas. Entretanto, nem só de riqueza vivia a região mineradora. A fome era uma constante e, nos primeiros anos, a produção de alimentos não era suficiente para abastecer a demanda das cidades.

O assentamento de **pelourinhos** era o marco para a obtenção do *status* de cidade, e a criação das Casas de Câmara e Cadeia – as sedes da administração e da justiça colonial – representavam a presença do poder público nessas localidades. Foram importantes ainda as Irmandades Religiosas Leigas, também conhecidas por Ordens Terceiras, associações católicas não vinculadas à Igreja que prestavam diversos serviços de assistência e ajuda mútua, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, formada por escravizados e libertos. Essas irmandades prestavam auxílio a viúvas e desvalidos e atuavam na compra de alforrias de escravizados, além de mediar conflitos.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ouro Preto era formada por homens negros livres e escravizados impedidos de frequentar a mesma igreja que as pessoas brancas da região. Foi formada em 1715, mas a Igreja só teve sua construção iniciada em 1762, sendo concluída no século XIX.

GLOSSÁRIO

Pelourinho: coluna ou estrutura de pedra ou madeira erguida em local público, onde escravizados e criminosos eram submetidos a punições.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ouro Preto (MG), 2020.

Luis War/Shutterstock.com



O trabalho escravo na região das minas

A descoberta de minérios no interior do Brasil intensificou a circulação de africanos escravizados em direção às minas, oriundos de outras regiões da Colônia ou do tráfico atlântico. Entre as centenas de escravizados que chegavam do continente africano todos os anos, os da região do Golfo da Guiné, território que hoje corresponde ao litoral de Gana, Togo, Benim e Nigéria, eram os mais procurados devido a seu conhecimento em técnicas de mineração e metalurgia.

Na África Central, desde o século XV, o ouro era fundido em grandes fornalhas construídas, o que conferiu às mulheres e aos homens africanos daquela região o domínio sobre saberes e técnicas que foram utilizados na América Portuguesa devido à escravização e ao transporte dessa população para a região mineradora.

Os povos fanti-ashanti, que habitavam a Costa do Ouro, dominavam diversas técnicas de extração de minérios e pedras preciosas. Entre as mais utilizadas em território brasileiro estavam a fundição de metais e o desenvolvimento de instrumentos para encontrar ouro nos leitos dos rios, como as bateias, as canoas e os carumbés (recipiente onde se punha o cascalho).

Homens e mulheres escravizados também compunham o ambiente das ruas nas vilas e cidades das Minas Gerais, trabalhando com atividades de carga e transporte de mercadorias, vendendo quitutes e outras iguarias nas ruas ou servindo às famílias ricas. Embora escravizados, muitos africanos e afro-brasileiros trabalhavam como “negros de ganho” ou “escravizados de ganho”, recebendo algum dinheiro pelos serviços que desempenhavam nas ruas. Uma parte dessa renda poderia ser acumulada e utilizada na compra da alforria.

A obra apresenta escravizados trabalhando em uma mina de ouro. O cotidiano do trabalho na mineração era extremamente violento, causando problemas aos escravizados que lidavam com a extração de ouro nas regiões das minas.



Carlos Julião. *Extração de diamantes*, c. 1776. Aquarela colorida, 37,1 cm x 26,6 cm.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Arte e cultura na região mineradora

Algumas manifestações culturais foram marcantes para a afirmação de um modo de vida entre as diversas comunidades que formaram a sociedade mineradora. Entre os povos escravizados e ex-escravizados, a prática dos calundus, do centro da África, destacava-se como um conjunto de rituais e cerimônias de cura, música e dança com base nas religiões africanas e na cultura banto, mas com influências indígenas e cristãs. O uso de batuques, cantos e ritos com ervas e raízes era uma manifestação comum nas cerimônias dos calundus, praticadas também por parte da sociedade portuguesa da região das Minas Gerais.



Podcast
A herança cultural dos povos africanos

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Carlos Julião. *Coroação de uma rainha negra da Festa de Reis*, c. 1770. Gravura, 45,5 cm x 35,0 cm.

Carlos Julião foi um engenheiro do exército colonial que atuou no Brasil como inspetor de fortalezas. Luso-italiano, Julião tornou-se um dos artistas que mais representaram as manifestações culturais de origem africana presentes na sociedade mineradora. Na imagem, é apresentada uma procissão durante a Festa de Reis.

Representando a herança europeia da colonização, a arte barroca foi o estilo marcante das expressões artísticas nas cidades mineiras, também presente na arte sacra de outras cidades coloniais, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro. O Barroco sintetizou, no Brasil, os movimentos culturais europeus do contexto dos séculos XVII e XVIII, e sua arte era caracterizada pela forte religiosidade, carregada de muito sentimento, e pelo contraste entre luzes e sombras. Destaca-se na obra barroca o trabalho do artista negro Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (devido a uma doença degenerativa em seus membros), filho de mulher escravizada e natural de Vila Rica.

casa.da.photo/Shutterstock.com



Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG), 2023.

As esculturas dos doze profetas de Antônio Lisboa compõem o conjunto sacro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, que, além das esculturas principais em pedra-sabão, ainda conta com outras 66 obras de madeira distribuídas em seis capelas, reproduzindo as cenas da Paixão de Cristo.

Carrossel de imagens
Mestre Aleijadinho:
representante do
barroco mineiro



O Estado português e a mineração no Brasil

A descoberta e a exploração de minérios no córrego do Rio Tijucu (ou Tejuco) fez com que o Arraial do Tijucu se desenvolvesse rapidamente. No curso do rio, em 1720, foram descobertas jazidas de diamantes, que logo passaram a ser extraídos, atraindo pessoas para se estabelecer no local onde se desenvolveu a cidade de Diamantina, em Minas Gerais. A enorme quantidade de pedras preciosas na região chamou a atenção do Estado português, que desenvolveu um amplo controle sobre a região mineradora por meio de um sistema de contratos, uma condição administrativa especial que centralizou a fiscalização sobre a produção e a circulação dos minérios extraídos no distrito diamantino na mão de contratadores.

Várias foram as maneiras de Portugal fiscalizar e aumentar a arrecadação de tributos da economia aurífera. Durante todo o século XVIII, foram retiradas do Brasil mais de 800 toneladas de ouro. Em 1702 foi criada a Intendência das Minas, o órgão mais importante da administração das minas, responsável pela cobrança do principal tributo da região mineradora, o **quinto**. Esse imposto equivalia a 20% do ouro extraído por qualquer morador da região e deveria ser entregue nas Casas de Fundação para ser fundido e transformado em barras. O ouro em barras, ou “quintado”, era a única forma permitida para a circulação do metal.

Apesar do controle, Portugal teve muita dificuldade para evitar o contrabando. Uma das formas mais comuns de contrabandar ouro era na sua forma em pó ou em pequenas pepitas, escondidas em peças religiosas (nos chamados “santos do pau oco”). Escravizados também burlavam a fiscalização e ocultavam ouro e diamantes entre os dedos dos pés, nos cabelos, nas narinas ou no próprio estômago. Assim, tinham mais chances de negociar futuramente a compra da alforria com os senhores.

O contrabando de metais na colônia utilizou imagens de santas e santos esculpidas em madeira com aberturas secretas, os chamados “santos do pau oco”, em que se escondia o ouro em pó ou em minúsculas pepitas.



Escultura. Nossa Senhora do Rosário, século XVIII. Madeira talhada, policromada, estofada e dourada, 2 m.

Romulo Fialdine/Tempo Composto

Revolta de Vila Rica

O motivo principal da revolta de 1720 foi a criação das Casas de Fundição e a instituição do quinto como imposto sobre a produção e circulação do ouro na colônia. Essa medida dificultava o contrabando e aumentava a arrecadação de impostos; por isso, muitos exploradores de ouro armaram-se e tentaram impedir a criação das Casas de Fundição. O governador da capitania de Minas Gerais reuniu um exército e derrotou o movimento, deportando os revoltosos e executando um dos líderes, Filipe dos Santos.



Museu Antônio Parreiras, Niterói

Antônio Parreiras. *O julgamento de Filipe dos Santos*, 1923. Óleo sobre tela, 1,94 m x 2,8 m.

Riquezas brasileiras inundam a Europa

O ouro brasileiro foi muito importante para as finanças portuguesas ao longo do século XVIII. A riqueza em abundância serviu para custear os luxos da Corte lusitana de D. João V (1706-1750) e D. José I (1750-1777), mas também foi importante para reconstruir a capital, Lisboa, após o terremoto que destruiu a maior parte da cidade em 1755.

No início do século XVIII, a Coroa portuguesa havia assinado com os ingleses o Tratado de Methuen (1703), que estabeleceu o comércio exclusivo de vinhos portugueses e produtos manufaturados ingleses (sobretudo tecidos), além de uma aliança militar entre os dois países. Como a proporção de tecidos ingleses que entrava em Portugal era maior que a quantidade de vinhos vendidos aos ingleses, Portugal foi acumulando dívidas que, por fim, foram abatidas com o ouro que vinha do Brasil. Logo, esse foi um acordo muito vantajoso para os ingleses.

berni0004/Shutterstock.com



A Igreja de São Francisco do Porto é uma das várias igrejas portuguesas adornadas com ouro retirado das minas do Brasil no século XVIII. Estima-se que tenham sido utilizados entre 300 kg e 400 kg do metal nos detalhes de sua construção.

Interior da Igreja de São Francisco do Porto. Porto, Portugal, 2023.

O declínio da mineração no Brasil

A partir da década de 1750, aproximadamente, a extração de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais entrou em declínio. As jazidas de ouro de aluvião se esgotaram, e das minas existentes já não se extraía a mesma quantidade de metais. Além disso, as técnicas de extração em rocha não avançaram tanto em relação ao que se conhecia no auge da mineração. O contrabando e a sonegação de impostos também desviavam grandes quantidades de metais das Casas de Fundição, o que era a principal causa da queda na arrecadação de impostos para o governo português. Assim, era necessário intensificar a fiscalização sobre a produção aurífera.

A Conjuração Baiana

Também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios, essa conspiração anticolonial, ocorrida em Salvador, na capitania da Bahia, diferiu do movimento de Minas Gerais por ter tido ampla participação popular, principalmente de negros libertos e escravizados.

Anteriormente capital da colônia do Brasil, Salvador era, em fins do século XVIII, uma cidade empobrecida, que enfrentava períodos de escassez de alimentos com alta nos preços, situação que afetava sobretudo a população mais pobre, em sua maioria negra, seja escravizada, livre ou liberta. O sentimento de revolta contra a dominação portuguesa era intensificado pelas notícias que vinham de outras partes do mundo: a radicalização de reformas durante a Revolução Francesa e a revolta de africanos escravizados no Haiti, além dos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade que se espalharam pelas colônias europeias.

Entre as principais propostas, defendidas em panfletos distribuídos nas ruas, estavam a independência da capitania da Bahia e a fundação da República Bahiense, o fim da cobrança de impostos, a abertura do porto de Salvador e o aumento do valor dos soldos dos militares. Alguns líderes defendiam abertamente a libertação dos escravizados.

O movimento foi deflagrado na manhã de 12 de agosto de 1798, quando diversos integrantes colaram panfletos revolucionários nas ruas de Salvador, criticando a Coroa lusa e defendendo a emancipação baiana. Após denúncias, vários conspiradores foram presos e a punição foi bem mais severa do que nas outras rebeliões coloniais do período. Foram executados os alfaiates Manuel Faustino e João de Deus do Nascimento e os soldados Lucas Dantas do Amorim e Luís Gonzaga das Virgens, todos afro-brasileiros, no dia 8 de novembro de 1799.



João Teófilo

João Teófilo. Inconfidentes baianos, ilustração publicada na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2015.

Para ampliar

▼ Assista

Revoltas na Bahia (2018, 8 min).

O vídeo do canal Jovem Nerd apresenta as principais revoltas negras ocorridas na Bahia: a Conjuração Baiana, que ocorreu ainda no Período Colonial, e a Revolta dos Malês, de 1835, no Período Regencial.



1. (Enem – 2016)

A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

- restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
 - convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
 - presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
 - dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
 - entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.
2. Sobre a conversão ao cristianismo do manicongo Nzinga a Nkuwu, em 1491, assinale a alternativa correta.
- A conversão foi apenas superficial, sendo desfeita definitivamente anos depois, já que a religião oficial do Congo não tinha qualquer aspecto semelhante ao cristianismo.
 - A conversão foi favorecida por semelhanças existentes entre a religião dominante no Congo e o cristianismo. Além disso, a adesão ao cristianismo sinalizava a intenção do manicongo de se aliar aos portugueses.
 - A conversão foi favorecida por semelhanças existentes entre a religião dominante no Congo e o cristianismo. Mas não foi continuada pelos sucessores de Nzinga a Nkuwu.
 - Os reis do Congo, por tradição, sempre aderiam às religiões de seus aliados. Tanto é assim que, após o enfraquecimento dos portugueses, abandonaram o catolicismo e se tornaram protestantes.
 - Apesar de não compartilhar qualquer semelhança com a religião tradicional do reino, o cristianismo foi aceito pela totalidade da aristocracia do Congo.
3. Leia o trecho e, depois, responda à questão.

Tradicionalmente, nas sociedades ijós, o escravo só se incorporava à família do senhor após algumas gerações. A necessidade de contar depressa com um maior número de familiares ativos fez, entretanto, com que, nas cidades com crescente atividade mercantil, como Nembe, Bonny, Elem Kalabari (Owame ou New Calabar) e Okrika, se tornasse muito mais expedito o processo de conversão e assimilação do estrangeiro e do escravo. Tanto um quanto o outro eram entregues a uma das principais esposas do chefe da família, que se tornava simbolicamente a sua “mãe”. Essa senhora, que tinha sob seu controle uma das subcasas em que se dividia a wari (linhagem), mandava raspar a cabeça do escravo e lhe dava um novo nome. O escravo como que renascia. Dele, esperava-se que se aculturasse o mais rapidamente possível, que se tornasse um ijó, um ijó do ibe ou clã e da linhagem de quem o comprara, um membro da família. Como tal, podia adquirir propriedade e, por seus méritos, ascender na “casa”. [...]

SILVA, A. da C. e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 235.

Compare o processo descrito anteriormente ao tipo de escravidão que prevaleceu entre os europeus.

4. (Fuvest – 2012) Leia este texto, que se refere à dominação europeia sobre povos e terras africanas.

Desde o século XVI, os portugueses e, trezentos anos mais tarde, os franceses, britânicos e alemães souberam usar os povos [africanos] mais fracos contra os mais fortes que desejavam submeter. Aliaram-se àqueles e somaram os seus grandes números aos contingentes, em geral pequenos, de militares europeus.

Alberto da Costa e Silva. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 98.

- Diferencie a presença europeia na África nos dois períodos aos quais o texto se refere.
- Indique uma decorrência, para o continente africano, dessa política colonial de estimular conflitos internos.

Ferramentas da História



1. Observe as imagens a seguir e faça o que se pede.



Franz Post. *Engenho de açúcar*, 1661. Óleo sobre madeira.

Palácio do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília



Gravura de Vila Rica, mostrando a atual Praça Tiradentes e o Palácio dos Governadores, ao fundo, c. 1785. Aquarela sobre papel.

Instituto de Estudos Brasileiros/IEB, Universidade de São Paulo

- a) Descreva as duas imagens.
- b) Apresente as características que diferenciam a sociedade mineradora do século XVIII da sociedade açucareira do século XVII.

Ficha de estudos



Capítulo 10 – O Circuito Atlântico e o Brasil no século XVIII

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones, setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O Circuito Atlântico
- Reino do Congo
- Angola
- Benim
- Oió, Aladá, Daomé: disputas pelo mercado atlântico
- O Brasil no século XVIII
- A sociedade mineradora
- O Estado português e a mineração no Brasil
- O declínio da mineração no Brasil

Revolução Industrial, lutas e ideologias no século XIX



▼ Para começar

1. Quando pensamos no capitalismo contemporâneo, quais são as principais contradições decorrentes de sua consolidação desde o século XVIII?
2. É possível conciliar o desenvolvimento capitalista com a criação de bem-estar social e a preservação da natureza?

A partir dos séculos XVIII e XIX, a sociedade ocidental europeia passou a viver um período de aceleração da história. Os processos de industrialização e expansão do capitalismo promoveram intensas mudanças no Ocidente europeu e no restante do planeta. Mas será que o mundo vai resistir à lógica de produção e consumo desenfreado que faz tudo se tornar mercadoria? Essa é a principal indagação que Ailton Krenak propõe para as sociedades capitalistas do tempo presente. Para compreendermos melhor o que esse líder e intelectual indígena pensa, é necessário estudar a Revolução Industrial e o contexto histórico da Europa nos séculos XVIII a XIX.



Ailton Krenak em evento no Rio de Janeiro (RJ), 2023.

A formação da sociedade liberal e o advento do capitalismo

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra foi, no sentido tecnológico, social e econômico, provocada por processos econômicos e de desenvolvimento tecnológico, que consolidaram o sistema capitalista.

Esses processos contribuíram para que, no século XVIII, existissem classes sociais enriquecidas pelo acúmulo de capital, ou seja, riquezas como recursos naturais, dinheiro, tecnologia, máquinas, animais e mão de obra, que foram aplicadas na produção de mercadorias de forma contínua e progressiva.

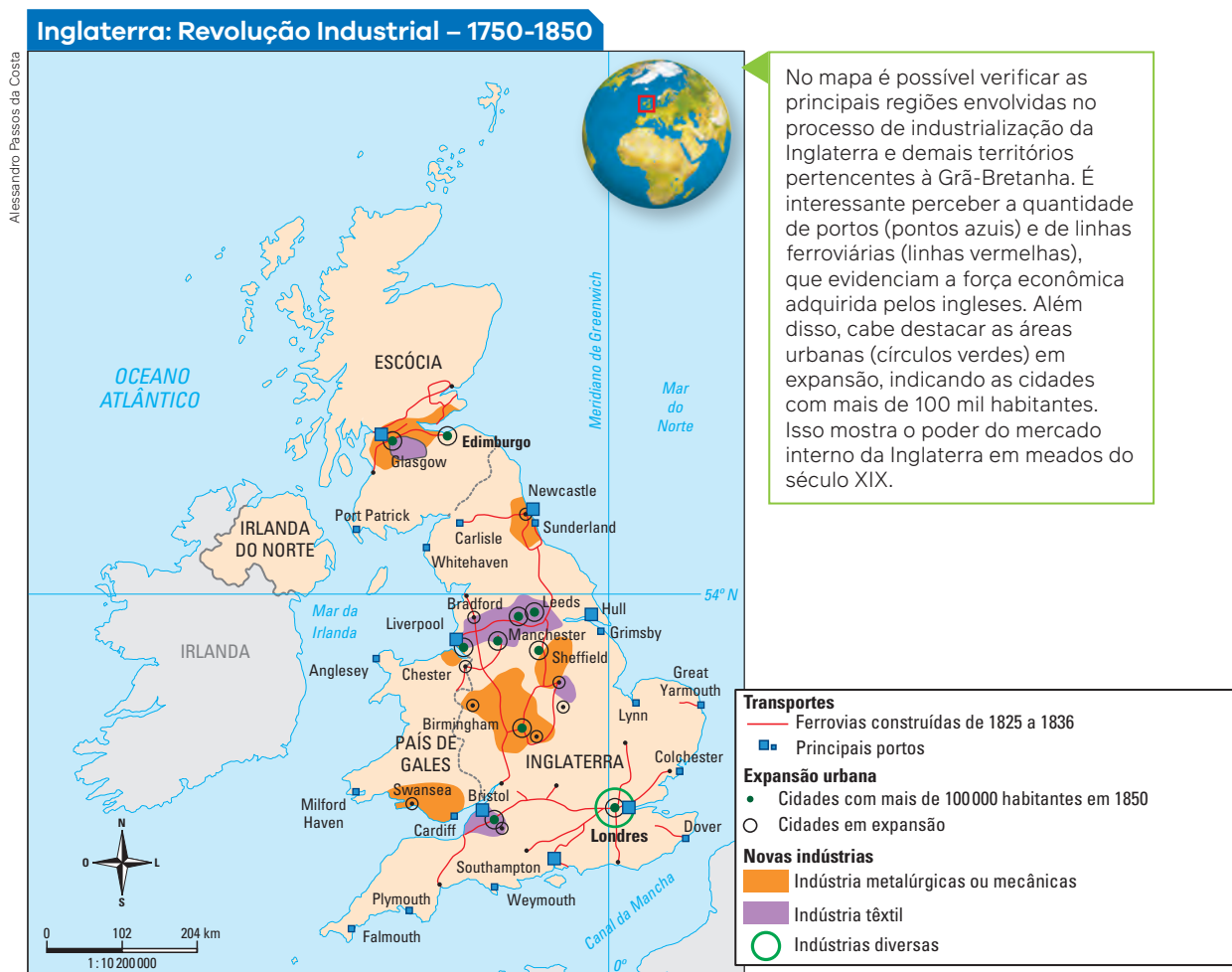
A Revolução Industrial Inglesa

A Revolução Industrial Inglesa foi o primeiro episódio de industrialização do mundo. Com ela, o capitalismo se consolidou e se expandiu. Até o século XVIII, a Europa era rural, e a maior parte da população trabalhava no cultivo da terra e na criação de gado. Havia também, em menor proporção, pescadores, comerciantes e uma tímida manufatura.

A partir da segunda metade do século XVIII, a sociedade inglesa apresentou um crescimento demográfico intenso. De aproximadamente 6 milhões de pessoas, em 1751, a população do reino inglês chegou a 16 milhões cem anos depois. Essa expansão impactou consideravelmente o mercado interno do país, contribuindo para a ampliação da produção de manufaturados e agrícolas, o desenvolvimento de técnicas de cultivo de alimentos e a integração entre as regiões urbanas e rurais, assim como para a circulação de mercadorias e moedas.

Dentro desse cenário de aumento da população e do mercado interno, houve o crescimento do mercado externo. A expansão marítima inglesa ocorria desde o século XVI, com o empreendimento colonial e a criação de companhias de comércio. Com as guerras travadas no século XVIII, a monarquia britânica conseguiu ampliar as relações comerciais por meio de acordos de paz, o que demandou maior produtividade por parte dos ingleses. A saída foi investir na mecanização da indústria, para dar conta da procura por produtos ingleses no mercado externo.

Entre as novas tecnologias, destacam-se a máquina de fiar (1764), a máquina a vapor (1765), o tear mecânico (1785) e a locomotiva a vapor (1804). Esses equipamentos aumentaram a produtividade na economia agrícola, nas indústrias têxtil, metalúrgica, mineradora e de cerâmica. Além disso, o setor ferroviário foi central para a industrialização. A ferrovia integrou as regiões de produção de matérias-primas com os mercados e aumentou a velocidade de circulação de mercadorias.



No mapa é possível verificar as principais regiões envolvidas no processo de industrialização da Inglaterra e demais territórios pertencentes à Grã-Bretanha. É interessante perceber a quantidade de portos (pontos azuis) e de linhas ferroviárias (linhas vermelhas), que evidenciam a força econômica adquirida pelos ingleses. Além disso, cabe destacar as áreas urbanas (círculos verdes) em expansão, indicando as cidades com mais de 100 mil habitantes. Isso mostra o poder do mercado interno da Inglaterra em meados do século XIX.

Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Paris: Larousse, 2007. p. 230.

A Revolução Gloriosa e o papel do Estado na industrialização

No século XVII, uma série de revoltas ocorridas na Inglaterra culminaram na Revolução Gloriosa, que representou a redução do poder do rei e a ascensão política do Parlamento, controlado pela burguesia. No século XVIII, o Estado britânico aprovou leis para os cercamentos, além de outras que favoreceram o desenvolvimento industrial e comercial do país. Por exemplo, a legislação de 1721 incentivou a nascente indústria inglesa, aumentando os impostos sobre produtos estrangeiros e oferecendo auxílios para ampliar a produção interna.

Com o fim das revoluções inglesas, o trabalho, a disciplina, o respeito às regras e uma vida sem ostentação ou acumulação de riquezas tornaram-se valores fundamentais para a sociedade inglesa. Outra característica desse momento foi a divulgação de ideias liberais e a ideologia do maquinismo, que associava trabalho e desenvolvimento tecnológico ao progresso. Essas ideias ganharam apoio de parte da sociedade, contribuindo para políticas de expansão do capital e incentivo à indústria.

Em meio ao crescimento demográfico, expansão de relações comerciais e a necessidade de maior produção de produtos alimentícios e industriais, estavam em curso também os cercamentos dos campos. Tais cercamentos foram resultado de políticas do Estado inglês, que criou leis para a posse e a utilização de terras como forma de estimular a produção agrícola ou industrial.

Antes dos cercamentos, a maior parte das terras na Inglaterra eram comunais, ou seja, de uso comum. Os camponeses utilizavam esses espaços para a agricultura de subsistência. A cada lei decretada sobre o uso de terras, grandes terrenos deixavam de ser comunais e só podiam ser acessados por compra ou aluguel. Essas decisões promoveram a expulsão de camponeses de suas terras e a apropriação delas pela burguesia agrária. Quanto aos camponeses, aqueles que não conseguiam trabalho nas áreas de criação de ovelhas ou produção agrícola migravam para as cidades e tornavam-se empregados das novas indústrias.

Perfil

Lilias Adie



Representação de Lilias Adie.

O desenvolvimento capitalista está vinculado a transformações na sociedade inglesa. As violentas práticas de apropriação privada de terras no decorrer dos cercamentos dos campos afetaram em cheio a vida de mulheres das áreas rurais, sobretudo camponesas pobres que resistiam à situação de exclusão social e à subordinação aos homens. Muitas delas dominavam meios de cura com ervas ou tinham práticas espirituais que eram consideradas, na época, magia. Esses elementos eram vistos como perigosos para a estrutura patriarcal que se constituía.

Nesse contexto, muitas mulheres foram denunciadas por bruxaria, vista como prática diabólica, sendo torturadas, queimadas e mortas. Um exemplo foi Lilias Adie, que viveu na Escócia entre os séculos XVI e XVII. Tinha entre 50 e 70 anos, não se sabe se solteira ou viúva, era pobre e camponesa. Em 1704, foi acusada de bruxaria. À época, vigorava

a lei de bruxaria (1563-1736), que condenou muitas pessoas, principalmente mulheres, a torturas, estrangulamentos e à morte (queimadas vivas em fogueiras). Adie foi presa e ficou em custódia por cerca de 29 dias. É possível presumir, por relatos da época, que ela sofreu tortura, como a privação do sono. Após todo esse sofrimento, ela confessou o crime pelo qual era acusada. Como resultado foi condenada à fogueira. Um dia antes do cumprimento de sua pena, foi encontrada sem vida na cela. Especula-se que tenha se suicidado. A morte de Adie simboliza a história de aproximadamente 1 400 pessoas mortas pelo crime de bruxaria na Escócia.

A sociedade capitalista

Com as revoluções Industrial e Francesa, a sociedade europeia foi gradativamente se complexificando, com a transformação e diversificação da burguesia e a formação do proletariado. Desde o século XII, os burgueses existiam como uma camada social que atuava no comércio, artesanato e atividades financeiras. A partir do século XVIII, a burguesia ampliou sua força econômica e política, destacando-se por possuir os meios de produção de riqueza do capitalismo. Já o proletariado (massa de trabalhadores urbanos e rurais assalariados) formou-se no decorrer do século XVIII e se caracteriza por ser despossuído de capital e vender sua força de trabalho.

O proletariado caracterizou-se por condições precárias de vida e de intensa exploração do trabalho. Os homens formavam a maior parte dos trabalhadores das fábricas. O caso das mulheres era mais dramático: quando trabalhavam nas fábricas, recebiam os menores salários. Além disso, desempenhavam majoritariamente o trabalho doméstico, que consistia em ter filhos e cuidar da família (futuros trabalhadores) sem qualquer tipo de remuneração.

A gravura representa em primeiro plano um trabalhador inglês e, ao fundo, o transporte de carvão. É possível identificar os elementos de transformação da industrialização na Inglaterra, como a introdução da tecnologia, com destaque para a ferrovia, a extração de carvão e o trabalhador das minas.



George Walker. *O mineiro*, 1813. Gravura, 38 cm x 27 cm.

The Picture Art Collection/Alamy/Fotoarena

Prisma/Alamy/Fotoarena



A gravura apresenta o processo de transformação da paisagem a partir da industrialização e urbanização. Mesclando elementos rurais e urbanos, com floresta, fábricas e casas ao fundo, destaca-se o cotidiano de uma cidade marcada pela mineração.

Região da Alta Silésia, Polônia, século XIX. Gravura.

A organização da produção econômica

Entre os séculos XVIII e XIX, as regiões da Europa Ocidental apresentaram uma modificação na organização produtiva. Caracterizadas por uma economia essencialmente agrária, tornaram-se cada vez mais espaços de produção tecnológica e industrial. O principal setor industrial nesse primeiro momento da Revolução Industrial foi a indústria têxtil inglesa.

A incorporação das máquinas ao processo produtivo elevou o nível de produtividade das fábricas e abriu espaço para o desenvolvimento de outros setores necessários à produção têxtil, como a indústria química, a exploração e comercialização de matérias-primas voltadas para a produção de energia (carvão), a fabricação de peças e máquinas (ferro) e a fabricação de tecidos (algodão e lã).

Por volta de 1830, em razão do aumento considerável da produção, os produtos têxteis apresentaram redução dos preços, o que provocou a crise no setor. A estagnação nos lucros levou investidores a aplicar capitais em áreas como a mecânica e a siderurgia. Esse movimento contribuiu para o aprofundamento da industrialização, além de levar a Revolução Industrial em direção à sua segunda fase, expandindo-se para outras regiões da Europa e do mundo, como França, Alemanha, Estados Unidos e, posteriormente, o Japão.

Para ampliar

Leia

Tempos difíceis, de Charles Dickens (Boitempo, 2014).

A história se passa na Inglaterra, no período da Primeira Revolução Industrial, e faz uma forte crítica às contradições do desenvolvimento econômico e industrial, à exacerbação da racionalidade matemática e à ideologia do trabalho, da disciplina e do lucro.



Boitempo Editorial



Analise a tabela a seguir e responda ao que se pede.

	Distribuição percentual da população em atividades econômicas 1500-1800					
	1500			1800		
	Atividades urbanas	Atividades rurais não agrícolas	Atividades agrícolas	Atividades urbanas	Atividades rurais não agrícolas	Atividades agrícolas
Grã-Bretanha	7%	18%	74%	29%	36%	35%
Países Baixos	30%	14%	56%	34%	25%	41%
Países Baixos Austríacos	28%	14%	58%	22%	29%	49%
França	9%	18%	73%	13%	28%	59%
Áustria	5%	19%	76%	8%	35%	57%
Espanha	19%	16%	65%	20%	16%	64%

Fonte: ALLEN, R. C. *British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 17.

1. Com base na comparação entre os dados referentes a 1500 e 1800, descreva, de forma geral, como a sociedade europeia se organizava em relação às atividades econômicas.
2. Cite a região na qual o processo de transformação foi mais acentuado e outra em que foi menos intenso.
3. Indique o fenômeno histórico ocorrido na Europa que esclarece a tendência às mudanças verificada entre 1500 e 1800 nos casos apresentados na tabela.

O capitalismo e a questão ambiental



A partir do Renascimento e do desenvolvimento do pensamento científico, a sociedade europeia passou a compreender a natureza como algo exterior ao ser humano e como uma fonte inesgotável de recursos que deveria ser conhecida e dominada. No processo de consolidação do capitalismo, a capacidade de intervenção humana na natureza foi expandida, e o meio ambiente foi incorporado de forma intensa ao processo produtivo industrial.

A lógica de produção capitalista opera primeiro com a expropriação da natureza, que sofre um processo de desapropriação e expulsão de ocupantes originários com o apoio fundamental das instituições estatais. Depois,

ela é apropriada, no sentido de se tornar uma propriedade capitalista e, por fim, é explorada das mais diversas formas e transformada em mercadoria, cujo objetivo é a acumulação de riquezas. Esse processo, que vem destruindo o mundo natural, intensificou-se com a mineração de carvão e ferro, com o aumento da produção agrícola e pecuária, com a extração de madeira, além do descarte de dejetos e substâncias poluentes em rios e mares.

O rompimento da barragem da empresa Vale despejou milhões de metros cúbicos de resíduos derivados da mineração na bacia do Rio Paraopeba e matou cerca de 270 pessoas.



Área atingida por rompimento de barragem. Brumadinho (MG), em 2019.

A nova organização de produção e trabalho

A Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no século XVIII, provocou uma série de transformações no mundo do trabalho. Além da inserção de máquinas no processo produtivo, foi estabelecida uma nova organização no modo de trabalhar, o que resultou no aumento da produção em um menor tempo.

Nesse contexto, os meios de produção, como matéria-prima, ferramentas, máquinas e produto, tornaram-se propriedades dos donos das fábricas. Os trabalhadores eram contratados e, em troca de um salário, atuavam no processo de produção. Dessa forma, os proprietários das fábricas se tornaram os donos dos meios de produção, enquanto os trabalhadores se transformaram na força de trabalho.

Além disso, essa divisão do trabalho foi marcada pela especialização do trabalhador, que passou a ser responsável por apenas uma etapa do processo de produção, operar máquinas ou atuar na linha de montagem.

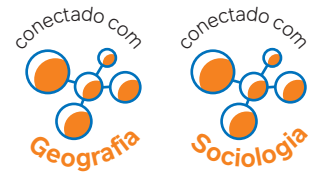
Precarização da vida dos trabalhadores

As transformações ocasionadas pela Revolução Industrial geraram impactos na vida dos trabalhadores. A nova organização da produção foi marcada por grande exploração, visto que não houve a criação de uma legislação trabalhista que garantisse direitos. Nessa conjuntura, os trabalhadores ficaram sujeitos aos interesses dos proprietários das fábricas.

As jornadas de trabalho eram longas: às vezes, ultrapassavam dez horas diárias e, em alguns casos, chegavam a 16 horas. Os trabalhadores tinham direito a apenas um dia de descanso. Diante dessas condições, os acidentes eram frequentes. Além disso, os ambientes fabris eram sujos e pouco ventilados, ou seja, insalubres.

Em relação à remuneração, não havia determinação por lei de quanto um trabalhador deveria receber pela função realizada e pelo tempo despendido. Desse modo, a decisão sobre a remuneração era tomada pelo dono da fábrica. Devido aos baixos salários, tornou-se comum, nas famílias mais pobres, que tanto as mulheres quanto as crianças trabalhassem para garantir sua subsistência, ainda que recebessem menos do que os homens.

Diante dessas condições, os trabalhadores precisaram buscar locais baratos e perto das fábricas para morar. Começaram a crescer bairros operários, caracterizados por moradias apertadas e amontoadas. Nas habitações coletivas, os cortiços, era comum famílias inteiras morarem em apenas um cômodo, sem acesso à água potável e a uma rede de esgoto.



Lutas por direitos

Ao longo da história, os trabalhadores se manifestaram de diferentes formas contra a exploração, com revoltas e greves. Uma vez que a reivindicação fosse conquistada, a mobilização era desfeita. As transformações ocasionadas pela Revolução Industrial revelaram a necessidade de mobilização permanente dos trabalhadores, pois o protesto ocasional já não era mais suficiente para garantir seus interesses.

As origens do movimento operário inglês se encontram na segunda metade do século XVIII, quando ocorreram manifestações em prol dos interesses dos trabalhadores. Na década de 1760, diversas categorias de trabalhadores produziram petições ao governo inglês, além de terem feito greves em defesa de melhores condições de trabalho. As primeiras décadas do século XIX, na Inglaterra, foram marcadas pela mobilização dos trabalhadores, que, de diferentes formas, atuaram em prol da conquista de direitos. Nesse contexto, destacaram-se dois movimentos: o **ludismo** e o **cartismo**.

Os ludistas

As manifestações dos trabalhadores ingleses contra as péssimas condições de vida e de trabalho tiveram início na segunda metade do século XVIII, quando surgiram grupos que invadiam as fábricas e quebravam as máquinas como forma de protesto. Esse movimento foi nomeado de **ludismo** em homenagem a Ned Ludd, considerado o primeiro trabalhador a quebrar máquinas em sinal de protesto contra a exploração. Essa reação se espalhou pela Inglaterra a partir de 1811. O governo buscou reprimir a revolta por meio do envio do exército e pela criação de leis, em 1769 e 1812, que estabeleciam punições, inclusive a pena de morte para os quebradores de máquinas. Contudo, o ludismo recebeu apoio de diversos grupos sociais e permaneceu até 1816.

Messrs. Walker and Knight. *O líder dos ludistas*, 1812. Gravura. A representação de um líder ludista com vestimenta feminina visava desqualificar o movimento dos trabalhadores.



Coleção particular

Cartistas e a luta no Parlamento

O cartismo esteve associado à luta pela representatividade política dos trabalhadores pobres que no início do século XIX eram excluídos do sistema eleitoral inglês, que condicionava o direito de voto à propriedade. Nesse cenário, o movimento elaborou a Carta do Povo e a enviou ao Parlamento inglês.

O documento apresentava propostas como: o voto secreto e universal masculino, a remuneração dos parlamentares (para que os trabalhadores pudessem eleger seus representantes e garantir-lhes sustento enquanto atuavam na política) e a eleição anual do parlamento. Ainda que a carta tenha reunido mais de três milhões de assinaturas, foi inicialmente rejeitada pelo Parlamento. No entanto, o movimento cartista adotou outras estratégias de luta, como a organização de uma greve geral que reuniu mais de 50 mil operários em 1842.

O cartismo alcançou importantes conquistas para os trabalhadores já na década de 1830. A primeira lei que limitou a jornada de trabalho a 8 horas para crianças foi elaborada em 1833, e a proibição do trabalho infantil foi obtida nos anos seguintes. Além disso, houve a regulamentação do trabalho feminino e a limitação da jornada de trabalho a 10 horas, entre outras conquistas.



Biblioteca Britânica, Londres

Alfred Pearse.
*Um motim
cartista em
Londres, 1886.*
Gravura.

World History Archive/Alamy/Fotoarena



Os sindicatos

Desde o século XVIII, já existiam, na Inglaterra, organizações permanentes de trabalhadores em defesa de melhores condições de vida. Uma das primeiras iniciativas a esse respeito foi a associação de trabalhadores de um mesmo ofício, denominada *trade union*, uma espécie de sindicato. Eram marcadas pelo ideal de apoio mútuo, dessa forma, além da luta por direitos, os trabalhadores que faziam parte das *trade unions* estabeleceram mecanismos para garantir ajuda financeira a um membro, caso fosse necessário.

O governo inglês tomou diversas iniciativas para reprimir a existência desses sindicatos, incluindo os Combination Acts (Leis dos Agrupamentos), em 1799, que proibiram esse tipo de organização em fábricas de produtos têxteis e em áreas de mineração. Apesar da repressão, eles continuaram ativos e foram capazes de se articular pela revogação da lei em 1825. As décadas seguintes foram marcadas por um crescente fortalecimento e organização das instituições sindicais na Inglaterra.

Sociedade Amalgamada de engenheiros
maquinistas, [188-?]. Cromolitografia.

Anarquismo

O crescimento da luta operária provocou o surgimento de alternativas para a conquista de melhores condições de vida na segunda metade do século XIX. Nesse contexto, surgiu o **anarquismo**, ideologia que se fundamenta na crítica à dominação e na defesa da autogestão como forma de garantir direitos e liberdade a todos.

Para o anarquismo, o Estado, e qualquer outra estrutura de poder, deveria ser extinto, pois representava a opressão dos indivíduos. De acordo com essa perspectiva, deveriam ser estabelecidas formas de livre associação entre os indivíduos, sem nenhum tipo de hierarquia ou leis, em que todos seriam responsáveis pelas tomadas de decisões. Por isso os anarquistas rejeitam qualquer forma de representação política, como os partidos.

O caminho para a consolidação desse projeto seria por meio da violência revolucionária e foi marcado pela crescente participação dos trabalhadores e pelo estímulo à consciência de classe. Esse processo seria decisivo para garantir o estabelecimento de um sistema de autogestão.

Dois dos mais importantes expoentes teóricos do anarquismo foram o francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e o russo Mikhail Bakunin (1814-1876). As ideias de Bakunin deram origem ao **anarcossindicalismo**, uma corrente do anarquismo que considerava o sindicato e a greve como os principais meios para a revolução. De acordo com essa perspectiva, o sindicato teria um papel fundamental na conscientização e na mobilização dos trabalhadores em relação à luta política e à greve geral, o estopim para o desencadeamento do processo revolucionário.

Socialismo utópico

No início do século XIX, as ideias de igualdade social ganharam maior dimensão por meio de textos produzidos por pensadores como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837). Para esses pensadores, o socialismo seria uma etapa “natural” do capitalismo. De acordo com essa perspectiva, a sociedade, sensibilizada em relação à grande exploração e à desigualdade decorrentes do capitalismo, estabeleceria o socialismo.

Esse pensamento foi denominado por Friedrich Engels de **socialismo utópico** devido ao ceticismo em relação à sua concretização.

Socialismo marxista

O chamado **socialismo marxista**, desenvolvido por Marx e Engels e divulgado com a publicação do *Manifesto comunista* em 1848, baseou-se na análise da luta de classes e na interpretação de que a História é marcada pela divergência de interesses e pelos conflitos entre grupos dominantes e grupos dominados.

Para esses pensadores, o modo de produção adotado pelas sociedades ao longo da história, ou seja, as forças produtivas e as relações de trabalho, determina a formação social. Desse modo, as condições materiais são as bases dos aspectos políticos, sociais e culturais de uma sociedade. Essa teoria foi denominada **materialismo histórico**.

Ao longo do tempo, ocorreram diversos modelos socioeconômicos baseados em formas de trabalho marcadas pela exploração dos trabalhadores. No entanto, para Marx e Engels, foi no capitalismo que a luta de classes se tornou mais acentuada e desigual.

Assim, na sociedade capitalista, os trabalhadores são submetidos à **alienação**, pois não têm acesso aos bens que eles mesmos produzem. Afinal, os meios de produção e a mercadoria produzida pertencem ao dono da fábrica. Dessa forma, além de ficarem responsáveis geralmente apenas por uma etapa da produção, os trabalhadores perdem o vínculo com os produtos que foram resultado de sua atividade.



Monumento em homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels. Bishkek, Quirguistão, 2016.

A caricatura apresenta um trabalhador sendo “torcido” por dois burgueses, criticando a exploração do trabalhador no capitalismo.

Coleção particular



A nova relação entre trabalhador e empresário. Caricatura do “Neuer Postillon”, Zurique, Suíça, 1896.

Outro importante conceito desenvolvido por Marx e Engels foi o de **mais-valia**, que representa outra forma de exploração do sistema capitalista. Segundo a teoria, o salário do trabalhador não corresponde ao que é produzido durante sua jornada de trabalho, pois o lucro obtido pelo proprietário com o valor da mercadoria é maior. A diferença entre o salário do trabalhador e o valor da mercadoria é chamada de mais-valia.

As forças produtivas no capitalismo produzem contradições, visto que a grande exploração do trabalhador contribui para gerar periodicamente crises de superprodução. A produção em larga escala associada ao alto desemprego provoca o excesso de mercadorias. Esse cenário demonstraria que o capitalismo cria as próprias condições para a superação.

Para Marx e Engels, os trabalhadores, ao tomarem consciência da exploração à qual estavam submetidos, tornar-se-iam protagonistas do processo de transformação que culminaria em uma revolução do proletariado. O objetivo era destruir a estrutura política, econômica e social capitalista e estabelecer um Estado socialista, dirigido pelos operários e baseado na coletivização dos meios de produção.

As mulheres e a luta operária

Com o advento da Revolução Industrial, muitas mulheres foram empregadas nas fábricas. Além de receberem uma remuneração menor do que a dos homens, elas estavam sujeitas ao assédio moral e sexual, além da dupla jornada de trabalho, pois era esperado que exercessem as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos.

Ao longo do século XIX, uma série de estudos pseudocientíficos foram produzidos a partir da comparação das condições físicas e psicológicas de homens e mulheres. Eles buscavam justificar a existência de papéis sociais: as mulheres tinham a tarefa de cuidar da família e da casa, enquanto aos homens cabiam as funções relacionadas à política e ao trabalho. Além da tentativa de controle feminino no âmbito privado, houve a criação de códigos sociais para fortalecer o patriarcado ao serem estabelecidos princípios de autoridade e tutela dos homens sobre as mulheres. No entanto, isso não significou obediência feminina às normas determinadas. No século XIX, diversos motins populares contaram com a atuação de grupos femininos.

As mulheres operárias também empreenderam importantes ações para a conquista de melhores condições de vida e para a equiparação de direitos com os dos homens, como a igualdade salarial. A luta operária contribuiu também para ampliar a mobilização das mulheres por maior participação política por meio da emancipação feminina e da conquista de direitos civis.

Stefano Bianchetti/Bridgeman Images/Fotoarena



A gravura destaca a participação de mulheres em uma barricada para proteger a Comuna de Paris.

A Comuna de Paris em 1871, século XIX. Gravura.

As revoluções liberais do século XIX

Ao longo da segunda metade do século XVIII, foram muitas as demonstrações de que a ordem do Antigo Regime se via ameaçada pela ascensão econômica da burguesia em distintos espaços na Europa e na América. Com amparo na ideologia iluminista e na difusão dos valores liberais, as monarquias europeias viram, na Europa e nas suas colônias, formar-se movimentos de contestação que tinham como base esse novo repertório de ideias.

A crescente difusão das ideias liberais, bem como da insatisfação das elites comerciais com seu papel reduzido na gestão política das monarquias e de suas colônias, traria de fomentar as condições para o surgimento de movimentos revolucionários, como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

A derrota de Napoleão Bonaparte e a organização do Congresso de Viena e da Santa Aliança foram marcadas pelas intenções reacionárias da aristocracia tradicional e das monarquias autoritárias, que pretendiam um retorno ao Antigo Regime ou, ao menos, uma desaceleração no ritmo das mudanças sociais e políticas. A expansão da industrialização e o avanço das ideias liberais, no entanto, frustraram essas pretensões, e o século XIX seria marcado por uma série de revoluções na Europa e em outras partes do mundo inspiradas pelas revoluções burguesas do século XVIII.

A onda revolucionária de 1820

Retornar ao absolutismo e revogar as reformas liberais, sem dúvida, não estava nos planos das burguesias nacionais europeias. Limitar o poder dos reis e controlar, por meio dos parlamentos e das ordenações jurídicas, as políticas dos Estados Nacionais seguia sendo especialmente atrativo para as elites econômicas, insatisfeitas com os anseios e as práticas conservadoras que voltavam a se difundir pelo continente. Uma nova onda de movimentos liberais no início da década de 1820 deixava claro que a burguesia europeia traria de lutar para não deixar desaparecer as suas conquistas do Período Revolucionário, especialmente as noções de igualdade jurídica, o império das leis e o exercício da cidadania.

Na Espanha, por exemplo, uma revolução liberal tratou de fazer com que D. Fernando VII, reconduzido ao trono pelo Congresso de Viena, reatvasse a Constituição de Cádiz (1812), produto do período de expansão do liberalismo na região, durante a ocupação napoleônica. Com apoio da Santa Aliança, porém, a reação conservadora freou o constitucionalismo e restaurou o absolutismo no país.

Na Grécia, em 1821, o liberalismo influenciou o Movimento de Libertação Nacional, que lutou pela independência do país em relação ao Império Turco-Otomano. Nesse caso, a insurreição grega angariou simpatia, uma vez que era de interesse das potências europeias enfraquecer o mais imponente império islâmico do período. O conflito de libertação grega contra os turco-otomanos perdurou até 1827, quando, com o apoio da Inglaterra, Rússia e França, a Grécia conquistou sua independência.

Em 1827, durante a guerra de independência da Grécia, ocorreu a batalha naval de Navarino, em que aliados da Grã-Bretanha, França e Rússia derrotaram os otomanos e egípcios que se opunham aos gregos.



Ambroise Louis Garneray. *Batalha de Navarino*, c. 1827-1830. Óleo sobre tela, 1,79 m × 2,78 m.

Museu de História da França, Versalhes

As revoluções de 1830

Na França, durante os reinados de Luís XVIII (1815-1824) e seu irmão e sucessor, Carlos X (1824-1830), enfrentaram-se frequentes protestos e revoltas de natureza liberal. Ambos os monarcas se empenharam em reprimir essas manifestações e seus apoiadores, buscando fortalecer o retorno ao absolutismo. O tensionamento entre monarquia e burguesia se intensificou após a vitória eleitoral dos liberais em 1827, levando Carlos X a tomar uma série de medidas autoritárias visando afastar seus adversários do poder.

Para ampliar

Assista

Os miseráveis, direção de Tom Hooper (Universal Pictures, 2012, 158 min).

Inspirado na obra de Victor Hugo, de 1862, o longa-metragem retrata a difícil vida da maior parte da população francesa no contexto do levante de 1830.

Working Title Films
Cameron Mackintosh Ltd./
Universal Studios



A oposição reagiu: ainda em julho, houve dias de levantes e protestos que alcançaram, inclusive, setores populares desejosos de conquistar também espaço político. Carlos X acabaria cercado e recorrendo ao exílio, mas a burguesia francesa trataria de frear os ímpetus mais radicais, promovendo uma aliança pragmática com Luís Filipe de Orleans, primo do antigo rei e aclamado monarca. Conhecido como “o rei burguês”, Luís Felipe I assinou uma nova Constituição, que revogava as políticas de Carlos X e devolvia o liberalismo ao comando político da França.

O fenômeno do nacionalismo-liberal, por sua vez, escaparia das fronteiras francesas e se espalharia pelo continente, resultando em movimentos que contribuíram para o enfraquecimento do absolutismo e estabelecimento de constituições liberais em Portugal e na Espanha.

Em direção ao centro do continente, o nacional-liberalismo fomentou movimentos contra as fronteiras estabelecidas pelo Congresso de Viena, o que resultou em movimentos nacionalistas como o da Independência da Bélgica. Na Península Itálica e nos Estados alemães, levantes nacionalistas ferveram ao longo da década, mas a resistência austríaca adiou algumas das primeiras tentativas de unificação nacional. Entretanto, também por ali, as burguesias cada vez mais se convertiam ao liberalismo, e os anseios nacionalistas e antiabsolutistas tornaram-se ainda mais fortes.

A Primavera dos Povos: as revoluções de 1848

Em meio aos esforços das burguesias europeias para consolidar no continente os regimes liberais, prosperavam também iniciativas e organizações populares que almejavam transformações político-econômicas mais profundas, muitas delas alimentadas pelo nacionalismo crescente e pela participação de variados grupos sociais nas lutas pelo avanço do direito e da ideologia liberal nos mais variados espaços da Europa.

O compromisso dos governos liberais com as plataformas das burguesias nacionais e o desenvolvimento da industrialização, em meio a um processo de urbanização pouco atento às necessidades dos trabalhadores, por sua vez, sintetizavam um período em que o avanço da causa republicana ganhava corpo com os setores mais populares, cada vez mais envolvidos com movimentos vinculados à defesa de transformações mais radicais, como o socialismo e o anarquismo. E ao longo da década de 1840, em especial a partir de uma conjuntura econômica de crise em sua segunda metade, floresceram rebeliões ao mesmo tempo que os governos buscavam cada vez mais censurar as possibilidades de articulação das oposições.

Foi nessa conjuntura que em 1848 desenvolveu-se por várias partes do continente uma série de levantes populares que ficaram conhecidos como **Primavera dos Povos**. Tais eventos podem ser compreendidos como parte de um processo conectado à publicação e distribuição, no início de 1848, do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, em Londres, e que imediatamente avançou pelo continente. As ruas europeias fervilhavam com barricadas, movimentos nacionalistas e manifestações populares que buscavam maior participação política. Diversas tendências, incluindo republicanos, socialistas e anarquistas, uniam-se nessas expressões e atos.

Horace Vernet. *Nas barricadas da Rua Soufflot, Paris, 25 de junho de 1848*, ca. 1848-1850. Óleo sobre tela, 36 cm × 46 cm.



Museu Histórico Alemão, Berlim

Nação e nacionalismo

A ideia de que seria direito de cada nação formar um Estado surgiu na Revolução Francesa. Essa ideologia nacionalista destaca a ideia de que um Estado é formado pela união de indivíduos com valores, costumes e cultura comuns, reconhecendo-os igualmente como cidadãos. No Antigo Regime prevalecia a lógica de súditos, pela qual os indivíduos eram parte de uma monarquia e seus direitos dependiam das decisões dos membros da nobreza e do clero.

O nacionalismo estava longe de ser um sentimento espontâneo e desinteressado, sendo parte de um conjunto de valores ideológicos que se tornaram a base do Romantismo, um movimento intelectual comprometido com a formulação das identidades nacionais em diferentes regiões do mundo.

O nacionalismo também impulsionou a radicalização das ideias de igualdade jurídica, a universalização do direito ao voto e a proclamação de repúblicas, mas em algumas regiões encontrou entraves e resistências que adiaram processos de unificações nacionais.

A Península Itálica e a **Confederação Germânica** vivenciaram o que é reconhecido como unificações tardias, completando a formação do que hoje conhecemos como Itália e Alemanha somente na segunda metade do século XIX.

GLOSSÁRIO

Confederação Germânica:

conjunto de estados independentes entre si que hoje correspondem à Alemanha.

A unificação da Itália

Formada por uma variedade de repúblicas, reinos, terras eclesiásticas e nobres desde os tempos do Sacro Império Romano-Germânico, a Península Itálica viu surgir ao longo do século XIX movimentos que visavam resgatar o nacionalismo na região e produzir um Estado centralizado que afastasse a influência das potências estrangeiras, em especial a Áustria.

O movimento nacionalista foi coordenado pela burguesia industrial que se formava ao norte no Reino de Piemonte-Sardenha com o objetivo de formar monarquia constitucional na Itália. No Sul, região onde predominava uma economia agrícola e os movimentos populares camponeses tinham mais difusão, cresciam as ideias republicanas. Giuseppe Garibaldi, líder político do Sul, conquistou diferentes ducados que, através de plebiscitos, converteram-se em territórios ligados ao Reino do Piemonte-Sardenha até a criação, em 1861, do Reino da Itália sob o comando de Victor Emanuel II, fato que evidencia o triunfo da burguesia nortista na definição dos rumos políticos da unificação.

O processo de unificação na Itália deixaria a Igreja Católica sem um território legalmente reconhecido até a assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando foi criado o Vaticano, um Estado independente no interior da cidade de Roma controlado pelo papa.

A unificação alemã

Na Europa central, o nacionalismo crescente do século XIX deu forma à identidade alemã, forjada pela influência marcante das línguas germânicas e outras características regionais. Esses traços criaram uma união cultural entre os diversos povos da região, destacando-os do restante da Europa.

Tendo a Prússia como reino condutor desse processo, o nacionalismo alemão buscava a aproximação entre diferentes territórios germânicos. Visando consolidar seu processo de industrialização, a Prússia estabeleceu em 1834 o Zollverein, uma união aduaneira entre os membros da Confederação Germânica que facilitava os acordos comerciais. Sob o reinado de Guilherme I (1861-1888), a unificação avançou, em especial a partir da nomeação de Otto von Bismarck como primeiro-ministro da Confederação da Alemanha do Norte, em 1867. Tal fato transformou a região em uma monarquia parlamentar, apesar da oposição dos austríacos e dos franceses.

Conflitos militares entre as tropas germânicas e a oposição austro-francesa marcaram os anos seguintes. Em meio às disputas que também marcavam a tentativa de impedir a unificação italiana, os germânicos acumularam vitórias na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e consagraram sua unificação em pleno solo francês com Guilherme I sendo coroado como primeiro imperador da Alemanha no Palácio de Versalhes.



1. (Fuvest-SP – 2023)

Os operários não deviam ser proibidos de pensar. Na época do velho, o mineiro vivia como um animal, enterrado na mina, sem se dar conta do que acontecia. Por isso os ricos podiam chupar o sangue dos operários. Mas esses já estavam acordando. No fundo da terra germinava uma semente, e um belo dia os homens brotariam da terra, um exército de homens que viria restabelecer a justiça. Desde a Revolução Francesa todos os cidadãos não eram considerados iguais?

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 58-59.

Com base na leitura do excerto do romance naturalista *Germinal* publicado na França em 1885,

- indique um tema presente no excerto.
 - cite dois elementos que evidenciem as mudanças em curso na condição dos operários.
 - exponha duas razões pelas quais a Revolução Francesa é mencionada na denúncia das injustiças.
2. Leia o texto a seguir.

A entrada das mulheres na produção possibilitou um crescente movimento de organização das trabalhadoras na luta por direitos iguais e pela ruptura com um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e trabalhadora. As mulheres passaram a integrar o movimento operário, lutando ao lado dos homens pela superação do capitalismo que os oprimia. Contudo, as pautas específicas das mulheres nem sempre eram absorvidas pelo conjunto do movimento operário. Em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou, com uma das principais reivindicações, o fim do trabalho feminino e do infantil. No final do século XIX, a participação das mulheres em sindicatos e em associações de trabalhadores chegava a 10%. Suas ações políticas eram marcadas por uma espontaneidade que incomodava e constrangia os colegas do sexo masculino [...].

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Mulher e trabalho*, Porto Alegre, v. 5, p. 52-53, 2005. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/download/2712/3035>. Acesso em: 7 nov. 2023.

- Indique dois problemas enfrentados pelas mulheres que atuavam no mercado de trabalho.
 - De acordo com o texto, analise os desafios enfrentados pelas mulheres dentro do movimento operário.
3. Analise as imagens e leia o texto indicado a seguir.



Memória da luta de libertação na fatídica noite de 18 para 19 de dezembro, 1848. Litografia em giz.



Protestos dos povos palestinos chamados de Grande Marcha do Retorno. Gaza, 2018.



Onda de protestos civis que ocorreram no Chile. Santiago, Chile, 2019.

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...]

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

As imagens representam protestos nacionalistas em diferentes momentos históricos e regiões (Alemanha, 1848; Palestina, 2018; e Chile, 2019) e demonstram como o ideal nacionalista tornou-se, a partir do século XIX, mobilizador da união de diferentes pessoas em torno de uma identidade comum e imaginada. Comente como a ideologia nacionalista historicamente produziu estratégias de mobilização popular, destacando uma das experiências históricas estudadas ao longo do capítulo.



Ferramentas da História

Leia o texto e responda às questões:

[...] Operários, vocês não têm o poder de revogar antigas leis e fazer novas – não, sem dúvida – mas vocês têm o poder de protestar contra a iniquidade e o absurdo das leis que entravam o progresso da humanidade e fazem vocês sofrerem, particularmente *vocês*. Vocês podem, é até mesmo um *dever sagrado*, protestar energeticamente em pensamentos, palavras, escritos contra todas as leis que oprimem a vocês. – Então, compreendam bem que: a lei que *submete a mulher* e a *priva de instrução* oprime a vocês, *homens proletários*.

Para educar, instruir e lhe ensinar a ciência do mundo, o filho do rico tem *governantas e professoras sábias, preceptoras hábeis* e por fim *belas marquesas*, mulheres elegantes, espirituosas, cujas funções na alta sociedade consistem em se encarregar de educar os filhos de família que saem do colégio. – É uma função muito útil para o bem-estar dos senhores da alta nobreza. – Estas senhoras lhes ensinam a ser polido, ter tato, ser fino, ter leveza de espírito e boas maneiras; em uma palavra elas fazem deles homens que *sabem viver*, homens *como devem ser*. – Por menos que um jovem tenha capacidade, se tiver a felicidade de estar sob a *proteção* de uma destas mulheres amáveis, *sua sorte está ganha*. Aos 35 anos seguramente será embaixador ou ministro. – Enquanto que vocês, pobres operários, para [educá-los], instruí-los, só têm *sua mãe*; para fazer de vocês homens que *sabem viver*, só tem mulheres de *sua classe*, suas companheiras de ignorância e de miséria [...].

Não é, portanto, em nome da *superioridade da mulher* (como não faltará quem me acuse) que reclamo direitos para a mulher; com certeza não. Logo, antes de discutir sobre *sua superioridade*, é preciso que sua *individualidade social seja reconhecida*. Eu me apoio sobre uma base mais sólida. Homens, é em nome de *seu próprio interesse, de seu aprimoramento*, por fim é em nome do *bem-estar universal de todos e todas* que vos convido a reclamar direitos para a mulher e, espero, que os *reconheçam ao menos em princípio*.

É então a vocês, operários, que são as *vítimas da desigualdade de fato* e da injustiça, é a vocês que cabe estabelecer enfim sobre a terra o reino da justiça e da *igualdade absoluta* entre a mulher e o homem.

TRISTÁN, F. *União operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 127-129.

- A qual grupo Flora Tristán direciona seu apelo?
- Identifique o principal argumento utilizado pela autora para justificar a defesa da igualdade entre as mulheres e os homens.
- Explique como esse argumento reflete uma crítica ao capitalismo.
- Analise como esse texto demonstra a atuação das mulheres na luta pela emancipação feminina.



Ficha de estudos

Capítulo 11 – A Revolução Industrial, lutas e ideologias no século XIX

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

- Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A formação da sociedade liberal e o advento do capitalismo
- A Revolução Industrial Inglesa
- A Revolução Gloriosa e o papel do Estado na industrialização
- As revoluções liberais do século XIX
- Nação e nacionalismo

As independências nas Américas

▼ Para começar

1. Você sabe quem foi Simón Bolívar?
2. Você já ouviu falar no ideal defendido por Simón Bolívar? Qual era?
3. O que a presença de um mural de Simón Bolívar feito na contemporaneidade em uma cidade da Venezuela nos indica sobre o significado desse sujeito histórico no tempo presente?

A fotografia apresenta um mural localizado em um espaço público da cidade venezuelana de San Antonio, que representa Simón Bolívar. Nascido em Caracas, capital da Venezuela, em 1783, Bolívar se destacou como militar e estrategista, atuando nas lutas pela independência da América Espanhola contra a Coroa espanhola no início do século XIX. Envolveu-se na guerra de independência de vários países, defendendo a ideia de que estes deveriam estar unidos em uma só nação, com um governo que confederasse os diferentes novos Estados. Sonhava com a formação de uma Pátria Grande.



LUIS ROBAYO/AFP

Mural do libertador Simón Bolívar em San Antonio, no estado de Tachira, Venezuela, 2014.

Na atualidade, sua figura e ideal são relembrados e reapropriados por diferentes grupos sociais em circunstâncias variadas e com diferentes propósitos. Na Venezuela, a profusão de estátuas equestres em homenagem a Bolívar em praças de diversos municípios representa uma vertente de um bolivarianismo conservador que elege a figura de Bolívar como símbolo da manutenção de determinada ordem e unidade social. Para além das fronteiras venezuelanas, o ideal de união da América do Sul propagado por Bolívar é recuperado por movimentos populares que defendem a ideia de soberania popular e integração dos povos latino-americanos.

Neste capítulo, vamos estudar o processo de independência das colônias da América Espanhola e compreender a atuação de Bolívar e de outros sujeitos históricos, como lideranças indígenas, nessas lutas. Também vamos entender como se deu o processo de independência das Treze Colônias na América do Norte e a formação dos Estados Unidos da América.

A independência das Treze Colônias

Em 1776, líderes das Treze Colônias na América do Norte declararam sua independência em relação à Coroa inglesa. Esse acontecimento repercutiu no imaginário social dos colonos de outras regiões das Américas, inspirando, ao lado da circulação das ideias iluministas, novos movimentos de rebeliões e lutas pela independência no continente.

A mudança na política colonial inglesa

Ao longo do século XVII, a Coroa britânica não controlou efetivamente suas colônias na América do Norte por estar envolvida em problemas políticos internos – as revoluções Puritana (1641) e Gloriosa (1688). Tal situação contribuiu para que os habitantes das Treze Colônias experimentassem uma relativa liberdade econômica e religiosa, ganhando autonomia em relação à sua metrópole.

A ausência de fiscalização e controle tributário permitiu, por exemplo, que os colonos da Nova Inglaterra desenvolvessem a produção manufatureira e a construção naval, e participassem do comércio triangular.

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa inglesa mudou sua postura, expandindo o controle de seu império colonial.

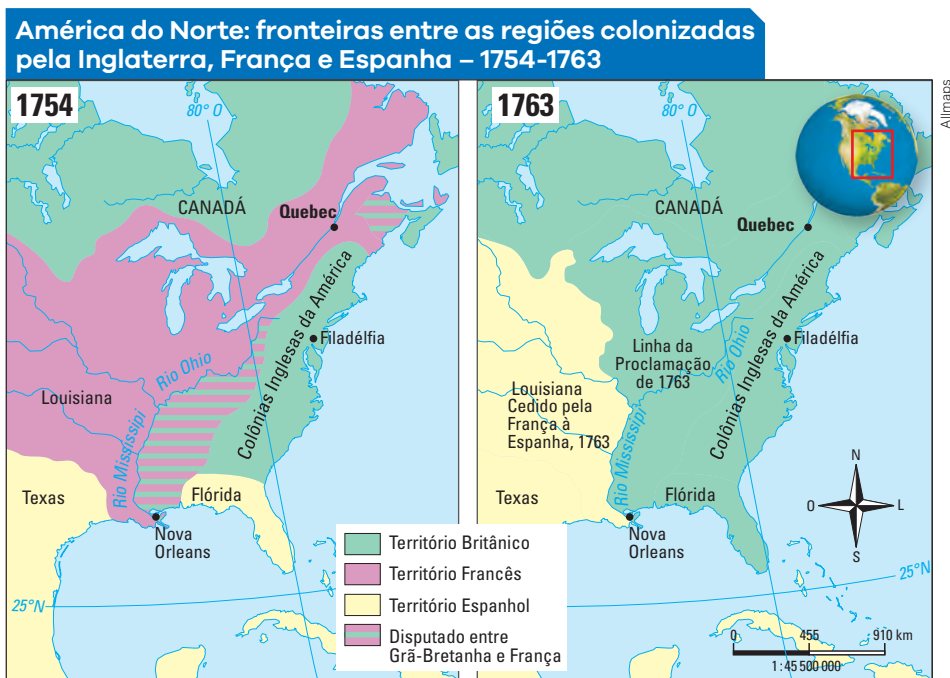
As consequências da Guerra dos Sete Anos

Outro fator que contribuiu para a mudança de atitude da Coroa inglesa em relação às suas colônias foi a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que se iniciou na Europa, espalhando-se pela América e pela Índia, onde franceses e ingleses disputavam o domínio colonial.

Na América do Norte, o conflito relacionava-se ao controle das terras indígenas no Vale do Rio Ohio, sob o domínio francês. Os colonos que exploravam peles e plantavam fumo tinham interesse na expansão daquela região. Para sustentar a permanência de um exército regular na América, os colonos foram obrigados a pagar mais impostos. Em 10 de fevereiro de 1763, o Tratado de Paris pôs fim à guerra. Nas negociações, a Inglaterra recebeu o território da Flórida e as terras do leste do Rio Mississippi. Os espanhóis ficaram com a Louisiana e as terras a oeste do rio.

Os habitantes das Treze Colônias participaram das batalhas ao lado da Inglaterra contra França, que estava em aliança com alguns grupos indígenas, mas, ao final, não tiveram suas demandas reconhecidas pela Coroa inglesa. Essa experiência mostrou que os interesses ingleses não eram iguais aos dos colonos.

Além disso, apesar da vitória, os altos custos da guerra resultaram em prejuízo financeiro para a Inglaterra. Em decorrência disso, o Parlamento britânico reforçou a política monopolista sobre as Treze Colônias, provocando desentendimentos com os colonos.



Fonte: JOHNSTON, R. D. *The Making of America: the history of the United States from 1492 to the present*. [S. l.]: National Geographic Society, 2002. p. 34.

A imposição de leis

Visando implementar uma política de interferência em suas colônias e compensar os gastos com a guerra, a Coroa inglesa criou leis (acts), que acirraram as tensões entre os colonos e a metrópole.

- **Declaração de 1763:** votada no Parlamento e assinada pelo Rei Jorge III, reconheceu a soberania indígena sobre as áreas entre os apalaches e o Mississippi, proibindo o acesso dos colonos, indo contra os seus interesses de expansão sobre as terras indígenas.
- **Lei do Açúcar (1764):** sancionada pelo Parlamento, a lei taxou o açúcar que não era proveniente das Antilhas inglesas, obrigando os colonos a consumir o açúcar vendido pelos ingleses e prejudicando a compra que faziam do melado nas Antilhas para a produção do rum.
- **Lei da Moeda (1764):** proibiu a emissão de moedas na colônia com o objetivo de reduzir a autonomia dos colonos e fortalecer o controle inglês.
- **Lei do Selo (1765):** determinou que fossem taxados todos os materiais impressos feitos na colônia.

Em reação, os colonos organizaram protestos e boicotes à importação de produtos ingleses e criaram associações secretas. A associação Os Filhos da Liberdade, em movimento contrário à Lei do Selo, invadiu e saqueou a casa de um representante do governo inglês em Massachusetts.

Em Nova York, colonos da elite comercial se reuniram no Congresso da Lei do Selo e elaboraram uma declaração inspirada pelas ideias de John Locke. No documento, reafirmavam sua lealdade ao rei Jorge III e reivindicavam que os habitantes das Treze Colônias tivessem uma representação no Parlamento, usando a expressão: "Taxação sem representação é ilegal".

Diante dos protestos, o Parlamento inglês revogou a Lei do Selo em 1765. A partir de 1767, o Ministro da Fazenda Charles Townshend elaborou novas leis, provocando mais insatisfação entre os colonos.

The History Collection/Alamy/Fotorena



A charge inglesa, de 1765, representa uma procissão fúnebre da Lei do Selo de políticos que apoiavam essa lei. À frente, vemos o reverendo William Scott e um cachorro urinando em sua perna. O quarto personagem (da esquerda para a direita) segura um caixão.

A revogação, ou cortejo fúnebre da Lei do Selo, 1766. Gravura colorida à mão, 22,5 cm x 34,6 cm.

Novos protestos

Os Atos Townshend estabeleceram taxações sobre vidro, corantes, papel e chá, dando origem a novos protestos em várias cidades, dentre as quais Boston (em Massachusetts), em 1770. As tropas inglesas atiraram em direção aos manifestantes. Esse episódio ficou conhecido como Massacre de Boston.

Outros conflitos surgiram em 1773, com a Lei do Chá, que reservou o controle do comércio do chá na América à Companhia das Índias Orientais. O Parlamento britânico garantia a venda do chá inglês e combatia o comércio do chá holandês praticado nas Treze Colônias. Tal determinação impediu que os comerciantes das Treze Colônias comercializassem o chá e dificultou o acesso dos habitantes da colônia ao produto, que passou a ser monopolizado e tarifado.

Em reação, os colonos mudaram o hábito do consumo do chá pelo de café ou chocolate. Em dezembro de 1773, cerca de 150 colonos disfarçaram-se de indígenas e invadiram três navios no porto de Boston, atirando ao mar cerca de 300 caixas de chá. Esse acontecimento foi chamado de Festa do Chá de Boston (Boston Tea Party).

Em contrapartida, o Parlamento britânico decretou medidas, conhecidas como Leis Intoleráveis (1774). Elas previam:

- o fechamento do porto de Boston até a indenização pelos colonos dos prejuízos da Festa do Chá;
- a ocupação militar da colônia de Massachusetts, transformada em colônia real;
- o julgamento dos colonos envolvidos no episódio por tribunais ingleses;
- a restrição do direito de reunião entre os colonos.

Essas leis impulsionaram os colonos a se organizarem contra tais medidas, consideradas arbitrárias, iniciando o processo de independência. Ainda não havia um sentimento nacional que unia as Treze Colônias, mas um forte sentimento antibritânico.

A participação das mulheres nos protestos

Algumas mulheres das Treze Colônias também se mobilizaram na luta contra a Coroa inglesa. Inspiradas na sociedade secreta Os Filhos da Liberdade, um grupo feminino organizou a associação As Filhas da Liberdade, com o propósito de ler e discutir obras políticas e difundir tais ideias na colônia.

Diante da imposição da Lei do Chá, as mulheres organizaram as Ligas do Chá, com a finalidade de boicotar o consumo do chá inglês. Em Nova York e Boston, elas fizeram campanhas contra a compra de itens importados da Inglaterra, incentivando a compra de produtos locais, atitude entendida como “patriótica”. Na Carolina do Norte, um grupo feminino elaborou o documento Proclamação Edenton, o qual afirmava o direito das mulheres de participar da vida política.



North Wind Picture Archives/Alamy/Fotorena

Festa do chá de Boston, 1773. Gravura.

O Primeiro Congresso Continental da Filadélfia (1774)

Em setembro de 1774, os colonos organizaram ilegalmente o Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, na Pensilvânia. Os 12 delegados, com exceção do representante da Geórgia, decidiram pela manutenção dos vínculos com a metrópole, adotando uma postura de negociação com o governo inglês.

Como estratégia de pressão política e econômica, decidiram pela não importação e pelo não consumo de produtos ingleses na colônia e pela proibição da exportação de produtos americanos para a Inglaterra. Elaboraram uma petição dirigida ao rei Jorge III, na qual criticavam a política inglesa, mas reafirmavam a lealdade à majestade.

O governo inglês reagiu, enviando mais soldados para a América, enquanto os habitantes de Massachusetts foram incentivados a se armar contra os britânicos.

A Declaração de Independência

Em 1775, o Segundo Congresso da Filadélfia optou pela organização de um exército. O fazendeiro George Washington, da Virginia, foi nomeado comandante das tropas americanas.

Em janeiro de 1776, Thomas Paine redigiu o panfleto *Senso Comum* (Common Sense), no qual defendeu a ideia de separação. Rapidamente, as ideias ali expressas se difundiram por outras localidades, obtendo apoio popular. Paine defendia o regime republicano constitucional, atacando a monarquia como instituição.

Diante da repercussão do panfleto de Paine, os congressistas se reuniram em 2 de julho de 1776, decidindo pela separação. As ideias do panfleto embasaram a formulação da **Declaração de Independência**, aprovada em 4 de julho de 1776.

A Inglaterra não aceitou a declaração, dando início a oito anos de conflito militar, período conhecido como Guerra de Independência. Os colonos contaram com o apoio de franceses, espanhóis e holandeses e venceram a guerra. Em 1783, foi assinado o Tratado de Paris, no qual o governo inglês reconheceu a independência das Treze Colônias.

Os Estados Unidos da América

Em 1787, os líderes da independência reuniram-se na Convenção da Filadélfia para escrever uma Constituição. Havia divergência em torno da organização da sociedade e do trabalho: enquanto os estados do sul defendiam o modelo escravagista, os do norte eram partidários do abolicionismo.

A Constituição aprovada estabeleceu o regime republicano presidencial, com divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e federalista, concedendo autonomia aos Estados-membros da União para decidir sobre a adoção ou não do escravagismo, produzir as próprias leis e contratar empréstimos no exterior.

George Washington foi eleito o primeiro presidente do país. Os parlamentares eram eleitos pelo voto censitário. O direito ao voto restringiu-se aos homens brancos, sobretudo comerciantes e grandes proprietários de terras. As mulheres, os escravizados e os estrangeiros estavam excluídos da participação nas eleições. A Constituição de 1787 vigora até hoje, acrescida de algumas emendas.

As independências na América Espanhola

A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa espanhola, sob o reinado de Carlos III, da Dinastia dos Bourbons, realizou um conjunto de reformas políticas, econômicas e administrativas no seu império, criando um ambiente de tensões em suas colônias na América. O aumento do controle fiscal e dos impostos gerou descontentamento entre os *criollos* – mestiços ou nascidos nas colônias que formavam a elite local.

A metrópole passou a excluir os *criollos* dos cargos políticos da administração local, em detrimento dos *chapetones*, naturais da Espanha e representantes do rei na colônia. As reformas borbônicas alteraram o equilíbrio entre os grupos de poder – administração, igreja e elite local – na América Espanhola por meio de maior centralização administrativa da metrópole, acentuando a rivalidade entre *criollos* e *chapetones*.

Fonte: DUBY, G. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 282.



Allmaps

Aprendizagens em processo • Factual

1. Indique duas insatisfações dos *criollos* da América Espanhola diante das Reformas Bourbonicas.
2. Explique de que modo a circulação de livros e gazetas contribuíram para o surgimento de movimentos de rebelião na América Espanhola.

Circulação de livros, ideias e notícias

As ideias iluministas se difundiram, inspirando os movimentos pela independência hispano-americana. A elite *criolla* e os segmentos populares fizeram uma leitura particular de tais ideias, relacionando-as às dificuldades do contexto colonial. Para os *criollos*, liberdade significava a conquista do livre-comércio e do acesso aos principais cargos da administração colonial. Para os indígenas, mestiços e afrodescendentes, liberdade significava o acesso à terra, a igualdade social e o fim da escravidão.

Apesar de proibidos, os livros iluministas circulavam pelas Américas, e as gazetas traziam notícias sobre a independência das Treze Colônias e a organização política do novo país (Estados Unidos da América), a Revolução de São Domingo (1791) e a Revolução Francesa (1789). A metrópole espanhola tentou controlar a produção e a comercialização de livros e impressos, inspecionando os portos e vigiando as tipografias.

Rebeliões populares

As reformas borbônicas desencadearam insatisfação entre a população de indígenas, *mestizos* e africanos escravizados na colônia. No final do século XVIII, surgiram inúmeras rebeliões lideradas por esses grupos nas diferentes regiões da América Espanhola: a Revolta de Tupac Amaru II, no Vice-Reinado do Peru (1780-1781); as revoltas de Tupac Katari e dos Comuneros, ambas no Vice-Reinado de Nova Granada, em 1781; o levante de negros de Coro, no ano de 1795, na Capitania Geral da Venezuela, entre outras.

A revolta de Tupac Amaru II

Em 1780, José Gabriel Condorcanqui, descendente real inca, liderou uma rebelião indígena na província de Cuzco (Vice-Reinado do Peru). Inicialmente tentou negociar levando ao vice-rei as demandas indígenas pelo fim da **mita** e por melhores condições de trabalho.

Diante do descaso das autoridades, José Gabriel organizou uma insurreição sob o nome de Tupac Amaru II, honrando seu antepassado inca, que comandou a resistência indígena aos espanhóis no século XVII.

A rebelião iniciou perto de Cuzco, em novembro de 1780, com o enforcamento do **corregedor**. A notícia se espalhou por outras regiões, e milhares de indígenas aderiram ao movimento.

Por onde passava, o exército de Tupac Amaru II extinguiu a mita, a escravidão e a cobrança de impostos. Em 18 de novembro, o exército rebelde derrotou as tropas espanholas em Sangarará.

Os vice-reis de Lima e Buenos Aires formaram um exército de 17 mil homens fortemente armados, que agiu com extrema violência, atacando aldeias e matando a população.

Em 5 de abril de 1781, a batalha em Checacupe deu a vitória às forças espanholas. Tupac Amaru foi preso, condenado, decapitado e esquartejado em praça pública.

GLOSSÁRIO

Corregedor: magistrado maior.

Mita: trabalho compulsório nas minas.

Tupac Amaru (José Gabriel Condorcanqui), século XVIII. Óleo sobre tela.



Museu Nacional, Cidade do México

A Revolta dos Comuneros

Em 1781, iniciou-se no vice-reinado de Nova Granada uma rebelião de indígenas, mestiços e *criollos*. Em 1780, um novo aumento de impostos fez com que pequenos comerciantes, agricultores e grandes proprietários de terras *criollos* de El Socorro se revoltassem, enquanto indígenas perseguiram os cobradores de impostos e destruíam as posses metropolitanas.

Em abril de 1781, os revoltosos criaram a junta de governo El Cómun. O *criollo* general Juan Francisco de Berbeo liderou 20 mil homens armados. O mestiço José Antonio de Galán atuou na mobilização das camadas populares. A forte adesão destas últimas fez com que os *criollos* se afastassem do movimento, apoiando as autoridades espanholas.

Em outubro de 1781, Galán e outros líderes rebeldes foram presos. Em 1782, Galán foi enforcado e esquartejado, como castigo exemplar. Os líderes *criollos* envolvidos na rebelião não receberam nenhuma punição, mantendo a lealdade à Coroa em troca da manutenção dos seus poderes locais.

Antonio Gisbert Pérez. *Os comuneros Padilla, Bravo e Maldonado no patíbulo*, 1860. Óleo sobre tela, 3,65 m × 2,55 m.



Joseph Martin/akg-images/Album/Fotoarena

O contexto europeu: a invasão napoleônica da Espanha em 1808

Em 1808, o exército francês ocupou a Espanha, retirando do poder o rei Fernando VII e colocando no trono espanhol José Bonaparte, irmão de Napoleão. Em resistência, surgiu um movimento popular na Espanha que organizou **juntas de governo**, baseando-se no argumento de que a soberania deveria ser exercida pelo povo diante da ausência do rei espanhol.

Nas colônias, as juntas formadas por *chapetones* e *criollos* ganharam maior autonomia para governar em nome do rei. Tal situação se manteve até 1813, quando Fernando VII reassumiu o poder na Espanha. Até 1810, tais juntas de governo permaneceram fiéis à Coroa espanhola. Entretanto, as divergências entre *chapetones* e *criollos* acentuaram-se, despertando em alguns *criollos* o desejo de rompimento dos vínculos com a Espanha.

As lutas pela independência

A partir de 1810, juntas revolucionárias surgiram em diferentes regiões da América Espanhola. Em sua primeira fase, os movimentos pela independência (1810-1816) tiveram três focos principais: Rio da Prata, Nova Granada e Nova Espanha (México).

Na região platina, a revolução começou em Buenos Aires, em 1810, com a criação de uma junta revolucionária cujo objetivo era expandir a revolução por outras províncias platinas.

No Vice-Reinado de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela, os movimentos pela independência surgiram nas cidades de Caracas e Santa Fé de Bogotá. Na Venezuela, a revolução iniciou com as ações de Simón Bolívar e Francisco de Miranda. Bolívar expandiu o movimento pelo território de Nova Granada, mas encontrou dificuldades – pois, em 1814, o rei Fernando VII reassumiu o trono espanhol e logo enviou tropas à América para controlar a situação.

No Vice-Reinado da Nova Espanha (México), diferentemente de Buenos Aires e Caracas, não houve a criação de uma junta revolucionária, mas sim uma rebelião liderada pelo padre Miguel Hidalgo, que articulou a ideia de independência com as reivindicações da população indígena. Inicialmente, Hidalgo obteve o apoio dos *criollos* das regiões do México rural. A forte adesão de indígenas e mestiços, radicalizando a rebelião, fez com que os grandes proprietários de terras se retirassem do movimento.

Em 1811, Hidalgo foi executado. A rebelião continuou, liderada pelo padre José Maria Morelos, que, por sua destreza militar, já atuava na expansão do movimento insurgente em direção ao sul. Morelos organizou uma estratégia que pretendia isolar a cidade do México e proclamar a independência em 6 de novembro de 1813. No entanto, após ser capturado e considerado traidor do rei e da pátria, foi executado em 22 de dezembro de 1815.

Com a volta de Fernando VII e a restauração do absolutismo na Espanha, os movimentos de independência na América Espanhola recuaram. No início de 1817, apenas o movimento de Buenos Aires mantinha o controle da situação.

Uma segunda fase de movimentos pela independência teve início em 1817. Sob o comando de José de San Martín, tropas que partiram do Rio da Prata conquistaram o Chile, em 1817. Depois, seguiram em direção ao Peru, conquistando a cidade de Lima, em 1821. Ao mesmo tempo, vindo de outra direção, o exército de Simón Bolívar também obteve vitórias, avançando com o movimento patriota da Venezuela até Nova Granada. Em 1823, Bolívar chegou a Lima para ajudar nas lutas e, em 1824, com a Batalha de Ayacucho, o Peru conquistou a independência. Em 1825, a Bolívia tornou-se independente. No início de 1826, todas as tropas realistas na América do Sul haviam sido derrotadas, pondo fim ao domínio espanhol.

Em 1820, a revolução liberal na Espanha, que acabou com o absolutismo do rei Fernando VII, impediu o envio de tropas para a América e contribuiu para as vitórias das tropas revolucionárias. Fatores externos e internos, relacionados às dinâmicas locais, contribuíram para o sucesso dos movimentos emancipacionistas.

A independência foi conquistada de modo diferente na Nova Espanha (México) devido principalmente à forte presença das forças realistas e ao conservadorismo da elite *criolla*. Tendo o avanço do liberalismo na região e as rebeliões populares, os *criollos* conduziram um movimento de independência conservador, com a participação de mestiços e indígenas. Agustín de Iturbide, que em 1810 havia combatido as guerrilhas rebeldes, declarou a independência da região em 1821, originando o México. Foi instaurado o regime monárquico, e Iturbide tornou-se imperador em 1822, com o título de Agustín I.

Cuba e Porto Rico

As áreas coloniais de Cuba e Porto Rico foram as últimas a se libertarem do domínio espanhol. Em 1868, iniciou a primeira Guerra de Independência de Cuba. A elite cubana, insatisfeita com a crise econômica, passou a desejar a autonomia política da ilha ou sua anexação aos Estados Unidos. Após dez anos de conflito, Cuba permaneceu sob domínio espanhol.

A partir de 1880, os movimentos pela independência ressurgiram em um novo contexto. Foi criado o Partido Revolucionário Cubano, que contou com a participação de José Martí. Sob sua liderança e a de outras personalidades, eclodiram insurreições populares contra a Coroa espanhola nas cidades e em áreas rurais. Tais movimentos tinham a participação dos comerciantes e dos grandes proprietários de terra locais, com o apoio de mestiços, negros libertos e escravizados.

Os Estados Unidos, com interesses econômicos na ilha, entraram na guerra de independência em 1898, lutando ao lado dos cubanos contra a Espanha. Os espanhóis perderam o conflito e reconheceram a independência de Cuba. Concederam aos Estados Unidos, como indenização, os territórios das Filipinas e Porto Rico.

Em 1902, o Senado estadunidense aprovou a Emenda Platt, concedendo aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba em situações nas quais seus interesses estivessem ameaçados, além de proibir Cuba de fazer tratados com outras nações. Cuba conquistou a independência, mas passou a ser dominada pelos Estados Unidos, que exerceu o controle sobre as atividades econômicas da Ilha. Porto Rico, por sua vez, a partir de 1952, tornou-se um Estado livre associado aos Estados Unidos.

A charge representa a visão dos estadunidenses sobre a independência de Cuba. O país deixa o "Velho Mundo", simbolizado pela figura do crocodilo, sendo guiado pelos Estados Unidos, representado pelo "Tio Sam". Na base da charge, há a seguinte frase: "Aquele homem perverso vai devorar você, meu filho!".



North Wind Picture Archives/Alamy/Fotoarena

Simón Bolívar

Simón Bolívar, o *El Libertador*, foi defensor da república, destacando-se como um dos líderes mais importantes nas lutas pela independência. Em 1810, lutou contra as tropas realistas pela independência da Venezuela e, em 1821, fundou a Grã-Colômbia, unindo os territórios da Venezuela, Colômbia, Panamá e, em 1822, também o Equador. Atuou como presidente da Grã-Colômbia (1819 a 1830) e participou dos esforços militares na luta pela independência do Peru. Após a conquista da independência, os peruanos se recusaram a aderir à Grã-Colômbia. Em 1825, Bolívar participou da conquista da independência da Bolívia, que recebeu esse nome em sua homenagem.

No Congresso do Panamá (1826), Bolívar defendeu a ampliação do seu projeto de união das nações da América. A disputa entre os líderes locais, que queriam manter o controle dos governos regionais, contribuiu para que o projeto de união dos países da América do Sul não se tornasse uma realidade.

Em 1830, Bolívar renunciou à presidência, e a Grã-Colômbia se esfacelou, originando os países da Nova Granada (depois, Colômbia), Venezuela e Equador. O sonho de Bolívar de uma união americana não se tornou realidade.



Retrato de Simón Bolívar, [Sem data].

Archives Charmetz/Bridgeman/Fotoarena

Tio Sam conduzindo Cuba para longe do Velho Mundo, 1901. Xilogravura colorida à mão de uma ilustração de 1901.

Africanos e indígenas nos recém-fundados Estados Nacionais

O território da América Espanhola se fragmentou em diversos Estados Nacionais, nos quais o poder ficou concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras e comerciantes.

Os novos Estados-Nação adotaram a república com a separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com exceção do México, que instituiu inicialmente a monarquia. Na prática, o conservadorismo da elite *criolla* deu continuidade à exclusão social e política da população indígena, de africanos e seus descendentes. Nos novos países surgiram os **caudilhos**, que exerciam o poder local de forma autoritária e paternalista.

Para os indígenas e os negros, a emancipação política não veio acompanhada pela transformação nas suas condições de vida e trabalho. Com exceção da Argentina, a escravidão permaneceu no período pós-independência. Os africanos e seus descendentes se organizaram na resistência à escravidão, formando comunidades como os *cumbes*, na Venezuela, e os *palenques*, em Cuba e na Colômbia, que lutavam pelo direito de constituir família e pela prática de suas festas e religiosidades.

No pós-independência, as elites atuaram na repressão dos movimentos populares considerados mais radicais. Os governos de alguns Estados entendiam que os indígenas deveriam contribuir para a modernização da economia e da sociedade, adaptando-se à nova realidade. No México e Peru, reformas liberais cancelaram a posse comunitária da terra, visando transformar os indígenas em pequenos proprietários, com uma produção voltada para o mercado. Na prática, tais medidas contribuíram para que as terras ficassem sob o poder de grandes fazendeiros e para que os indígenas fossem explorados como mão de obra barata no trabalho da mineração e agricultura.

Os indígenas reagiram ao longo do século XIX contra os tributos dos Estados que recaíam sobre eles, dirigiram-se aos tribunais em defesa dos seus direitos e organizaram levantes armados.

Na Argentina, em meados do século XIX, indígenas receberam o apoio dos araucanos vindos do Chile e formaram confederações governadas por caciques, que atacavam cidades e fazendas *criollas*. Esses ataques ficaram conhecidos como *malones*. O exército argentino reagiu com violência, promovendo o extermínio dos indígenas confederados, prendendo suas lideranças e confiscando suas terras.

O preconceito racial em relação a indígenas e negros, bem como a exclusão política e social, foram elementos que permaneceram na formação dos novos Estados-Nação.

GLOSSÁRIO

Caudilhos: chefes políticos e militares, em geral grandes proprietários de terra.

Carlos París. *Ação militar na cidade velha de Tamaulipas*, século XIX. Óleo sobre tela, 51,8 cm x 71,8 cm.



The Picture Art Collection/Alamy/Fotorena

A formação dos Estados Unidos no século XIX

No início do século XIX, os Estados Unidos eram uma nação recém-independente. Os habitantes se reconheciam como moradores de determinados territórios – Virgínia, Massachusetts, Nova York, Geórgia e outros nove –, antes colônias britânicas que viraram estados do novo país. A identidade era regional, e o sentimento de uma identificação nacional ainda estava por ser construído.

Se, por um lado, os líderes da independência inauguraram a primeira nação republicana da América, por outro, as limitações da democracia estiveram presentes desde o primeiro momento, com a exclusão dos direitos à cidadania para mulheres, negros livres, libertos e escravizados, indígenas e brancos pobres.

A formação dos Estados Unidos é também a história de lutas pela expansão dos direitos civis e políticos e da ampliação das instituições democráticas, criadas com a intenção de que os ideais de liberdade e igualdade se materializassem na vida de toda a população. Em um primeiro momento, debateu-se a extensão do poder centralizado. Algumas lideranças, como George Washington, Benjamin Franklin e James Madison, os **federalistas**, acreditavam nos benefícios de um governo central atuante e em uma Constituição capaz de proteger os cidadãos dos excessos do poder político regional.

Outras figuras, como Samuel Adams, John Hancock e Patrick Henry, os **antifederalistas**, temiam a abrangência das atribuições do governo central e defendiam conservar o maior poder possível nos estados.

As limitações da cidadania e da democracia americana

A Constituição de 1787 fez surgir a primeira experiência de governo republicano na América, mas não garantia os direitos à vida, à liberdade individual e ao voto para toda a sociedade. A República nascente manteve a escravidão, sendo tal decisão uma prerrogativa dos estados.

Os escravizados não tinham direitos, mas não eram mais considerados apenas um bem, passando a entrar no cálculo que definia o número de cadeiras no Congresso Nacional. Pela Lei, três quintos dos escravizados eram contabilizados, conferindo aos estados do Sul uma maior representação política no Congresso.

Os homens afrodescendentes livres viviam uma situação ambígua, pois, na prática, os estados do Norte e do Sul criaram leis que os excluía de processos políticos. As mulheres eram proibidas de votar e não podiam desempenhar certas atividades econômicas sem a permissão do pai ou do marido.

A expansão da economia

Na primeira metade do século XIX, a economia cresceu, impulsionada pela indústria de tecelagem e de fição nos estados do Norte e pela produção algodoeira no Sul. O aumento da produção de algodão resultou na expansão da escravidão. Enquanto os estados do Norte aboliram a escravidão nos anos seguintes à independência, no Sul, essa instituição foi se tornando cada vez mais poderosa.

A partir de 1840, a expansão da malha ferroviária em terras de leste a oeste contribuiu para o deslocamento de pessoas e mercadorias, bem como para a fundação de vilas e cidades. O crescimento da economia atraiu imigrantes. O aumento natural e a imigração fizeram a população saltar de 4 milhões, em 1790, para 32 milhões, em 1860.

Para ampliar

Para ler

Estas verdades: A história de formação dos Estados Unidos, de Jill Lepore (Intrínseca, 2020).

A obra apresenta um panorama da história social e política dos Estados Unidos, examinando as contradições que marcaram o país nos últimos séculos.



O cartaz celebra o centenário da independência dos Estados Unidos. A ilustração representa o desenvolvimento dos Estados Unidos, reforçando a identidade do país como uma potência mundial (vide o globo terrestre ao fundo). A figura localizada no centro da imagem é conhecida como Tio Sam, uma personificação imagética clássica do Estado norte-americano.



The stride of a century (“O passo de um século” em português), 1876. Cartaz.

Fontes: VICENTINO, C. *Atlas histórico: geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 133; ROGERS, H. D. General map of the United States [...] [(1857)]. In: LIBRARY OF CONGRESS. [USA], [20--]. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3701e.cw1020000/?r=0.047,0.137,1.251,0.524,0>. Acesso em: 28 ago. 2024.

O Destino Manifesto

Para os colonos, as terras a Oeste compunham um deserto desconhecido a ser explorado. Entretanto, diversos povos nativos – apaches, *cherokees*, seminóis, *creeks*, moicanos e muitos outros – ali viviam conforme seus modos, culturas e crenças.

A perspectiva equivocada daqueles que invadiam o Oeste baseava-se no mito do excepcionalismo norte-americano. A doutrina do **Destino Manifesto** entendia que os estadunidenses, como um “povo eleito” por Deus, tinham a tarefa de difundir sua concepção de sociedade pelo mundo, começando pelas terras a Oeste. Buscava-se legitimar o processo de invasão das terras indígenas sob alegação de que possuíam a missão de civilizar povos considerados “selvagens”.

A obra traz a alegoria do Destino Manifesto por meio da imagem de uma mulher grandiosa, vestindo uma túnica branca e levando consigo um livro. Ela abre o caminho dos colonos em direção ao Oeste.

John Gast. *O progresso americano*, 1872.
Óleo sobre tela, 29,2 cm × 40 cm.



Museu Autry do Oeste Americano, Los Angeles, EUA

Para aprofundar

O século XIX, nos Estados Unidos e no mundo, foi marcado pela dualidade entre a expansão dos ideais de liberdade e igualdade – resultado das revoluções como as do Haiti e da França e do movimento iluminista – e pelo aprofundamento da escravidão com sua expansão sem precedentes e associada à economia capitalista internacional. A seguir, a historiadora Susan-Mary Grant analisa essa dualidade nos Estados Unidos do período.

O levante de escravos em Santo Domingo em 1791, comandado pelo líder negro François Dominique Toussaint l'Ouverture, e a criação do Haiti em 1804 não eram fatos passíveis de alegrar as almas dos proprietários de escravos da América. Os treze anos de carnificina em que se tornou o Haiti enviaram uma mensagem clara à América sobre os perigos inerentes de manter uma sociedade escravocrata em um mundo em que a escravidão estava sofrendo cada vez mais ataques dos abolicionistas, brancos e negros, e dos próprios escravos. Os acontecimentos em Santo Domingo e em outras partes do Caribe no começo do século XIX – a Rebelião da Páscoa em Barbados (1816) e a Rebelião Demerara (1823) – naturalmente abalaram os proprietários de escravos da América, já conscientes do potencial de extinção violenta da escravidão na sua própria sociedade.

Ao mesmo tempo, a escravidão aumentara sua importância econômica e social no Sul nas décadas seguintes à independência. O crescimento drástico da demanda global por algodão causado pelas indústrias têxteis da Inglaterra e

Nova Inglaterra expandiu os mercados sulistas. A invenção, em 1793, do gin de algodão de Eli Whitney permitiu a separação bem-sucedida da semente da fibra do algodão de fibra curta (*Gossypium hirsutum*), uma inovação que tornou a produção de algodão factível em uma área muito maior do que a precedente. Portanto, à medida que o número de escravos do Norte declinava, os estados sulistas como Alabama, Geórgia, Luisiana e Carolina do Sul tiveram um aumento gigantesco da sua população escrava. Entre 1810 e 1860, ela quadruplicou na Geórgia; na Carolina do Sul e no Kentucky, a população escravizada mais do que dobrou; no Alabama, o aumento foi quase de dez vezes. [...]

GRANT, S. M. *História concisa dos Estados Unidos*. São Paulo: Edipro, 2014. p. 190-191.

GLOSSÁRIO

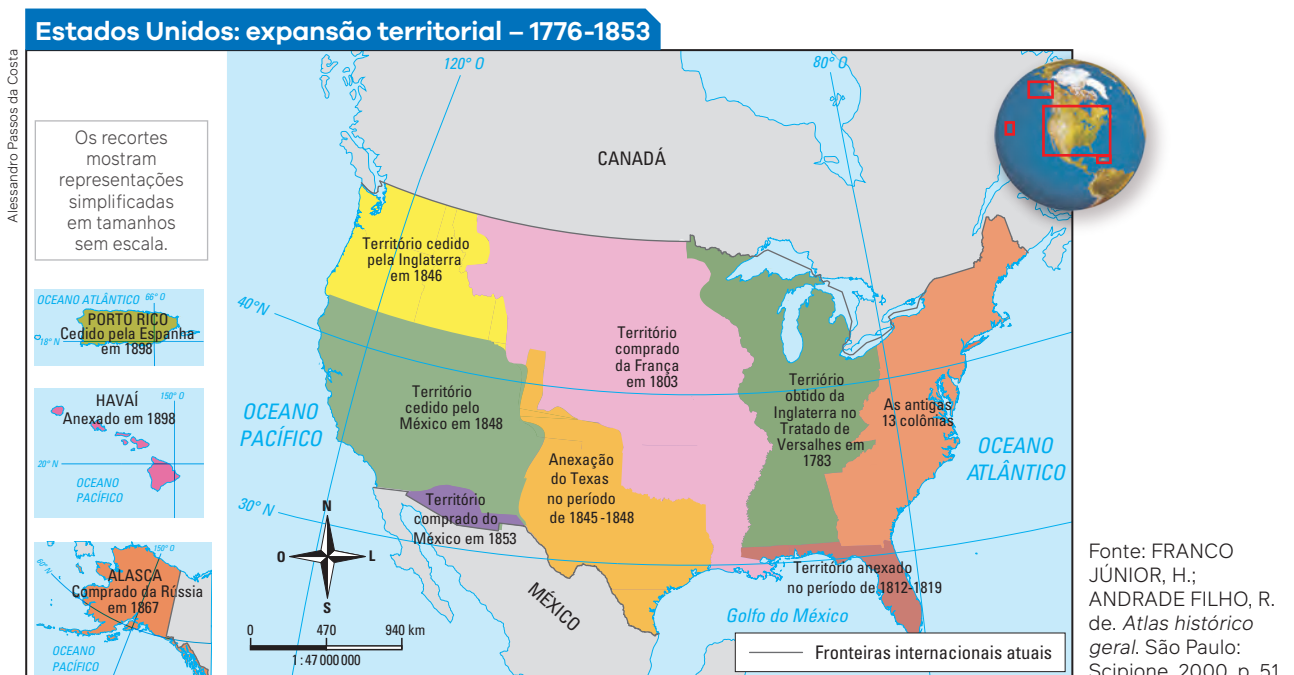
Nova Inglaterra: designação dada para a região que engloba estados da região Norte dos Estados Unidos.

A Marcha para o Oeste

Desde o início do século XIX, o governo estadunidense incentivou a ocupação das terras indígenas a Oeste. Um marco foi a Lei de Terras (Homestead Act), de 1862, que facilitou a aquisição das terras da região pelos antigos colonos e novos imigrantes. As terras doadas ou vendidas para a população mais pobre eram, no geral, pequenos hectares em condições semiáridas, enquanto as melhores destinavam-se às grandes empresas, sobretudo do setor ferroviário.

Os Estados Unidos compraram a Louisiana da França, em 1803, e a Flórida da Espanha, em 1819; um acordo diplomático com a Inglaterra incorporou o Oregon, em 1846; e o Alasca foi comprado da Rússia, em 1867. Parte do território do México, o Texas, tornou-se independente em 1836, mas em 1845, foi incorporado ao território pertencente aos Estados Unidos, que tentou também comprar os domínios mexicanos da Alta Califórnia e do Novo México.

A recusa do governo mexicano levou à guerra entre Estados Unidos e México (1846-1848). Vitorioso, o governo estadunidense anexou quase metade do território do país vizinho, dando origem aos estados da Califórnia, do Novo México, do Arizona, de Nevada e Utah.



Os impactos da expansão sobre os povos indígenas

Os interesses e ambições de colonos e empresas, apoiados pelo governo que enviava tropas para garantir a ocupação do oeste, resultaram gradualmente na destruição das formas de vida indígenas. A usurpação das terras e a destruição da base das economias locais se somaram ao ataque à cultura, às tradições (etnocídio) e à vida (genocídio) dos nativos.

Em 1830, a **Lei de Remoção Indígena** obrigou milhares de nativos a abandonarem suas terras para viverem confinados em reservas criadas pelo governo, um processo que ocasionou milhares de mortes, ficando conhecido como Trilha das Lágrimas.

As populações indígenas resistiram organizando lutas no combate à invasão, desencadeando, entre 1870 e 1880, as Guerras Indígenas. Em 1890, a batalha de Wounded Knee, na Dakota do Sul, quando o exército estadunidense massacrhou centenas de indígenas da etnia *sioux*, assinalou o fim dessas guerras, bem como a conquista definitiva das terras do Oeste.

Nas décadas seguintes, o Estado americano intensificou o processo de assimilação dos indígenas, buscando incorporá-los aos valores e à forma de vida do branco; uma integração parcial, pois não conferia direitos iguais.

Família do povo *tukudika*. Idaho, Estados Unidos, 1871.



Antecedentes da Guerra de Secessão

A marcha para o Oeste promoveu a reconfiguração territorial do país, alterando a relação do poder político. A expansão do território ameaçou o equilíbrio de poder entre os estados do Norte e do Sul. Caso os novos estados optassem por uma economia de base industrial e livre, fortaleceriam o projeto de nação nortista, que ganharia mais um estado responsável pela eleição de deputados e senadores para o Congresso Nacional. Se adotassem uma economia fundada na agricultura e escravidão, o Sul seria beneficiado.

Em um primeiro momento, tentou-se uma solução de compromisso. Em 1820, o Acordo do Missouri entre grupos pró-escravidão e pró-abolição estabeleceu uma linha dividindo os novos estados entre os dois modelos. Essa solução perdurou até a década de 1850, quando esse pacto se mostrou impraticável.

As divergências entre os dois projetos de país se mostravam inconciliáveis: representantes políticos do Norte (Partido Republicano) intensificavam a luta pela proibição da escravidão nos novos territórios e pela adoção de uma política econômica industrialista e protecionista; já os representantes sulistas (Partido Democrata) defendiam a escravidão e uma política agrária e livre-cambista.

Em 1860, a vitória nas eleições presidenciais de Abraham Lincoln (Partido Republicano) desencadeou uma reação dos sulistas. Em dezembro de 1861, diversos estados do Sul decidiram se separar da União, fundando os **Estados Confederados da América**. Carolina do Sul, Mississippi, Flórida, Alabama, Geórgia, Louisiana e Texas elegeram Jefferson Davis, candidato derrotado por Lincoln, presidente da Confederação. A União não aceitou a secessão e a Guerra Civil se iniciou.

A Guerra Civil

Entre 1861 e 1865, os exércitos nortistas da União e dos estados confederados travaram uma guerra longa que deixou cerca de 600 mil mortos.

Em 1863, Lincoln promulgou a **Lei de Emancipação**, que libertou os escravizados dos estados confederados. Muitos dos negros emancipados se integraram ao exército do Norte para lutar na guerra. A partir desse ano, a guerra pendeu para a União. Em 1865, a Confederação reconheceu oficialmente a derrota, e Lincoln promulgou a **Décima Terceira Emenda** à Constituição, que aboliu a escravidão no país.

Para o Sul, as consequências da guerra foram mais graves: as batalhas concentradas em seu território e o bloqueio econômico do Norte interromperam a exportação dos principais produtos regionais, levando à desestruturação das economias locais e a um colapso econômico.

A reação sulista

A **Era da Reconstrução** (1865-1877) foi marcada pela ocupação militar da União nos ex-estados confederados e pela recuperação econômica nacional. As divergências persistiram, emergindo nos estados do Sul um sentimento de frustração e ressentimento. Em 15 de abril de 1865, um sulista extremista assassinou o recém-reeleito presidente Abraham Lincoln.

Em 1877, alguns estados da federação adotaram as Leis Jim Crow, que estabeleceram um sistema de segregação racial (*apartheid*) contra a população negra, proibindo-a de compartilhar espaços públicos – transportes públicos, escolas, universidades, praias, restaurantes, banheiros, bebedouros, entre outros – com os brancos. Elas só deixaram de existir na década de 1960.

Na parte superior da fotografia há uma placa onde se lê “Colored waiting room”, que indica que se trata de um local reservado para pessoas negras.

Estação de ônibus. Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos, 1940.



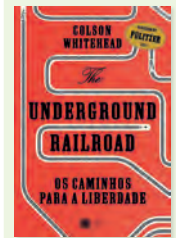
Para ampliar

Para ler

The underground railroad: os caminhos para a liberdade,

de Colson Whitehead (HarperCollins Brasil, 2017).

O livro conta a história de Cora, escravizada em fuga de uma vida de violência sofrida em uma plantação de algodão no estado da Geórgia, nos Estados Unidos, no século XIX.



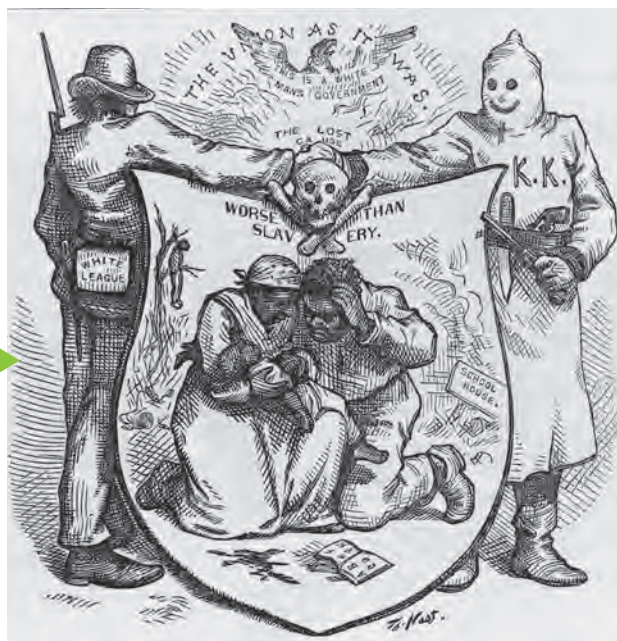
Editora HarperCollins

Politicamente, apesar da **Décima Quarta Emenda** ter estabelecido o voto para os homens negros em 1868, os governos racistas do Sul criaram leis estaduais exigindo um teste de alfabetização e o pagamento de taxas, a fim de dificultar o direito ao voto dessa população.

Grupos supremacistas brancos perseguiram e assassinavam negros. A Ku Klux Klan (KKK) era conhecida por ações violentas contra a população negra, judeus, imigrantes, homossexuais e brancos favoráveis à luta por direitos dos negros. No final do século XIX, foi considerada ilegal. Na década de 1910, o grupo voltou com força, chegando às cidades do Norte e alcançando quatro milhões de membros em 1927. O grupo, ainda que de forma ilegal, existe até a atualidade.

A charge, publicada em 24 de outubro de 1874 na revista americana *Harper's Weekly*, denuncia a situação da população negra nos Estados Unidos após a abolição da escravidão. Na imagem, uma família negra se encontra acuada por supremacistas brancos da Liga Branca e da Ku Klux Klan.

Thomas Nast. A União como era/A causa perdida pior do que a escravidão, 1874. Charge.



Biblioteca do Congresso, Washington, DC, EUA

Os Estados Unidos do final do século XIX: as diversas Américas

A vitória da União na Guerra Civil consolidou o desenvolvimento de um projeto econômico industrial, protecionista e de mão de obra livre nos Estados Unidos. A acelerada urbanização e industrialização transformou a sociedade estadunidense. A prosperidade econômica não era acessível a todos, e a democracia ainda excluía boa parte da população.

Nas cidades, trabalhadores organizaram-se em sindicatos para lutar por melhores condições de trabalho, formando a onda de greves da década de 1890, que foram reprimidas com violência.

A **Convenção de Seneca Falls** (1848), em Nova York, reuniu mais de 100 mulheres, que elaboraram a **Declaração dos Direitos e Sentimentos**, reivindicando direito ao voto, divórcio, leis matrimoniais mais equitativas e igualdade no acesso à educação e à propriedade. Nas décadas seguintes, o **movimento sufragista** resultou, em 1920, na conquista do direito ao voto feminino.

Entre 1870 e 1890, os Estados Unidos receberam 12 milhões de imigrantes. Embora o governo incentivasse a imigração, crescia o sentimento anti-imigrante e o racismo contra asiáticos, resultando na Lei de Exclusão dos Chineses, em 1882, que proibiu a imigração de chineses para o país.

A história dos 100 anos seguintes é a de um país tentando resolver suas persistentes contradições: uma nação rica com expressivos índices de pobreza e desigualdade; o país da liberdade e da igualdade que conviveu com décadas de *apartheid*; a "terra das oportunidades", que deseja exterminar seus povos nativos e expulsar muitos dos novos imigrantes.

Mulheres reunidas na União Congregacional pelo Sufrágio Feminino na sede nacional de verão. Rhode Island, Estados Unidos, 1914.

Bridgeman Images/Fotoarena



A construção da ideia de uma “Revolução Americana”



Os textos apresentam perspectivas complementares sobre o conceito de uma “Revolução Americana” em 1776. Vejamos o posicionamento dos autores sobre o tema.

Texto 1

Não foi a Revolução Americana e sua preocupação com o estabelecimento de um novo organismo político, de uma nova forma de governo, mas sim a América, o “novo continente”, o americano, o “novo homem”, “a adorável igualdade”, no dizer de Jefferson [...] que revolucionou o espírito dos homens, primeiro na Europa, e, em seguida em todo o mundo [...] Se fosse verdade que nada mais estava em jogo nas revoluções da Idade Moderna do que a mudança radical das condições sociais, poder-se-ia então dizer que a descoberta da América e a colonização de um novo continente constituíram suas origens [...] Essa concepção [...] tornara-se, de fato, bastante comum entre os historiadores modernos, que tinham chegado à conclusão lógica de que nenhuma revolução jamais ocorrera na América. [...] essas mesmas teorias são refutadas pelo simples fato da Revolução Americana. Pois os fatos são renitentes; não desaparecem quando os historiadores ou sociólogos [...] os esquecem. Em nosso caso, esse esquecimento não seria acadêmico; significa, literalmente, o fim da República americana.

ARENDR, H. *Da Revolução*. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Ática, 1988. p. 20.

Texto 2

A luta dos Estados Unidos contra a Inglaterra foi apenas uma “guerra de independência” ou foi uma revolução? [...] Alguns têm procurado ver, na guerra de independência americana, uma revolução talvez mais radical que a Revolução Francesa. Outros negam que esta guerra tenha trazido às antigas colônias inglesas profundas modificações econômicas e sociais. O meio termo é a opinião que parece prevalecer. A Guerra da América foi também uma revolução política, econômica e social, porém foi mais moderada nestes últimos campos. [...]

A Guerra da América foi, incontestavelmente, uma grande revolução política [...]

[...] É certo que a escravidão era mantida, mas muitos políticos americanos a deploravam. [...] É que a revolução americana queria estabelecer a liberdade e a democracia, voltando-se às instituições do passado; ela era revolucionária, na medida em que era conservadora.

GODECHOT, J. *As Revoluções (1770 - 1799)*. São Paulo: Pioneira, 1976. (Série Nova Clio). p. 19 e 22.



A obra apresenta o combate da Guerra de Independência dos Estados Unidos.

John Trumbull. *A morte do general Warren na Batalha de Bunker's Hill*, 1786. Óleo sobre tela, 50,1 cm x 75,5 cm.



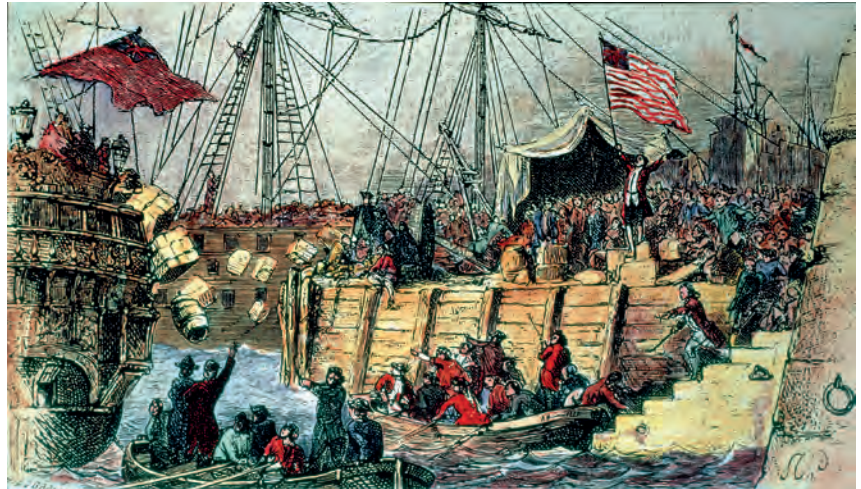
1. Em grupo, compare as perspectivas presentes em cada um dos textos sobre o conceito de revolução relacionada à independência dos Estados Unidos.
2. No **texto 2**, o autor escreve: “A Guerra da América foi também uma revolução política, econômica e social, porém foi mais moderada nestes últimos dois campos”. Analise esse trecho comentando os argumentos usados pelo autor.



1. Caracterize a política adotada pela Coroa inglesa em relação às Treze Colônias a partir da segunda metade do século XVIII.

2. Analise a imagem a seguir, que faz referência a um movimento de protesto ocorrido nas Treze Colônias.

- Indique o acontecimento representado na imagem.
- Quais foram os grupos sociais que planejaram o protesto?
- Explique os motivos das insatisfações.



Paul Philippoteaux; Henri Théophile Hildibrand. *Festa do chá de Boston: destruição do chá*, 1881. Gravura em madeira, 9 cm x 14 cm.

3. Sobre a Constituição dos Estados Unidos de 1787:

- Explique o que foi definido sobre a forma de organização política do novo Estado-Nação.
- Em sua abertura, o texto constitucional utiliza a expressão “*We the people*” (“Nós, o povo”). Os artigos da Constituição garantiram os direitos das populações indígenas, africanas e de seus descendentes? Justifique.

4. (UEMG – 2023) Leia o fragmento:

“Em suma, durante o século XIX, o descontentamento dos setores subalternos da sociedade emergiu, em diversos países da América Latina, na forma de rebeliões camponesas, ou urbanas, que foram duramente reprimidas. Essas demandas populares precisavam de respostas políticas – como as que mostramos – da parte de grupos dirigentes que tinham como objetivo principal a garantia da ordem social.”

(PRADO, M.; PELLEGRINO, G. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 55).

Assinale a alternativa que se relaciona com o texto.

- A formação dos Estados Nacionais Latinos, decorrente do rompimento com as metrópoles europeias, resultou na consolidação pacífica do poder das elites locais.
 - Os processos de independência que ocorreram no século XIX, na América, evidenciaram a passividade das massas populares no continente, pois permaneceram fora das decisões políticas dos novos países.
 - As elites latino-americanas alardeavam seu papel de mantenedoras da ordem social nos novos Estados, com objetivo de excluir as classes populares das instâncias decisórias.
 - As rebeliões populares na América Latina estimularam respostas políticas pacíficas por parte das elites, resultando na ampliação da participação popular nas repúblicas americanas no século XIX.
5. Leia o texto a seguir e responda o que se pede.

[...] Por meio de uma série de leis restritivas, os estados sulistas criaram um sistema de segregação concebido nem tanto para separar as raças quanto para afirmar a supremacia branca e garantir que o voto dos negros não contribuiria para miná-la. [...] Taxas para votar e testes de alfabetismo [...], embora também impedissem que muitos brancos pobres ou analfabetos pudessem votar, eram o meio legislativo preferido para restabelecer o domínio da elite branca no Sul pós-Guerra Civil [...].

GRANT, S.M. *História concisa dos Estados Unidos*. São Paulo: Edipro, 2014. p. 259.

O trecho trata da situação dos negros nos estados do Sul dos Estados Unidos após a Guerra de Secessão. Com base em seus conhecimentos, responda:

- Qual foi a principal mudança social provocada pela Guerra Civil nos estados sulistas?
- Por que podemos afirmar que a vida da população negra não mudou totalmente após a guerra?



Ferramentas da História

1. Observe uma parte da pintura mural *Retablo de la independencia*, do pintor e arquiteto mexicano Juan O' Gorman. A obra, exposta no Museu Nacional de História do México, traz uma representação teatralizada da Guerra de Independência desde o ano de 1784, período anterior ao movimento insurgente, até 1814.



Ornoz/Album/Fotoarena

Juan O'Gorman. *O retábulo da independência*, 1960. Pintura em mural, 4,40 m × 15,69 m.

Com base nos seus conhecimentos sobre o processo de independência do México e na observação da obra, faça o que se pede.

- a) No canto esquerdo do mural, temos a representação do México colonizado. Indique dois elementos da imagem que caracterizam o período da colonização espanhola.
- b) No canto direito da imagem, vemos o padre Miguel Hidalgo, mais velho, segurando uma tocha, símbolo da liberdade, em uma cena que retrata o movimento insurgente. Indique os grupos sociais representados que participaram, ao lado de Hidalgo, da luta pela independência.
- c) Esse mural é uma importante fonte iconográfica sobre a independência do México, que apresenta uma versão oficial das lutas contra o domínio espanhol. Qual a ideia sobre o processo de independência apresentada pelo mural?



Ficha de estudos

Capítulo 12 – As independências nas Américas

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A independência das Treze Colônias
- As independências na América Espanhola
- A formação dos Estados Unidos no século XIX
- O Destino Manifesto
- A Marcha para o Oeste
- Antecedentes da Guerra de Secessão
- A reação sulista
- Os Estados Unidos do final do século XIX: as diversas Américas



Exames Brasil afora

1. (Unicamp-SP – 2022)

“Mas, enquanto isso, e os escravos? Eles ouviam falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem. (...) Antes do final de 1789, houve levantes em Guadalupe e na Martinica. Já em outubro, em Forte Dauphin, um dos futuros centros da insurreição de São Domingos, os escravos estavam se agitando e realizando reuniões de massas nas florestas durante a noite. Na Província do Sul, observando a luta entre os seus senhores a favor e contra a Revolução, eles mostraram sinais de inquietação. (...) Pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a Revolução. O vodu era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversar; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos.”

(Adaptado de Cyrik Lionel Robert James, Os Jacobinos Negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 87-91.)

Com base no excerto e em seus conhecimentos sobre as revoluções atlânticas de finais do século XVIII e início do XIX,

- a) cite e analise dois elementos característicos dos modos de ação política da população escravizada do Haiti (São Domingos).
 - b) identifique e explique dois impactos da revolução haitiana no mundo Atlântico.
- ### 2. (UFPR – 2021)
- No que diz respeito à Inconfidência Mineira (1789) e à Conjuração Baiana (1798), assinale a alternativa que destaca uma semelhança e uma diferença entre esses dois movimentos.
- a) Ambos os movimentos defendiam a abolição da escravidão, mas na Inconfidência Mineira houve proposta de indenização aos proprietários de escravizados e na Conjuração Baiana houve proposta de indenização aos escravizados.
 - b) Ambos os movimentos desejavam a mudança do sistema político no Brasil, mas na Inconfidência Mineira houve a defesa de um regime democrático e na Conjuração Baiana houve a defesa de monarquia constitucional.
 - c) Ambos os movimentos desejavam implantar a industrialização no Brasil, mas na Inconfidência Mineira houve apoio de empresários ingleses e na Conjuração Baiana houve apoio do Marquês de Pombal.
 - d) Ambos os movimentos pretendiam unir-se a outras rebeliões nas colônias ibéricas na América, mas na Inconfidência Mineira houve apoio

de Simón Bolívar e na Conjuração Baiana houve apoio dos haitianos.

- e) Ambos os movimentos pregavam a independência regional em relação a Portugal, mas na Inconfidência Mineira houve maior participação da elite e na Conjuração Baiana houve maior participação popular.
- ### 3. (UEPG-PR – 2022)
- As transformações científicas e tecnológicas verificadas na Europa a partir do século XVIII resultaram no nascimento da chamada Revolução Industrial. A respeito desse episódio, assinale o que for correto.
- 01) As cidades industrializadas receberam grandes contingentes de trabalhadores rurais e, por conta disso, cresceram de forma desordenada. Tal quadro gerou uma série de problemas sanitários e sociais.
 - 02) O ambiente fabril era extremamente insalubre. Fumaça, ar poluído, barulho, contaminação dos rios compunham tal cenário.
 - 04) Uma das características determinantes da Revolução Industrial foi a implantação de um sistema fabril mecanizado que, na prática, provocou a substituição do trabalho manual pelas máquinas.
 - 08) Uma preocupação presente desde o início da industrialização foi a da qualificação e valorização da mão-de-obra das fábricas por conta da necessidade do domínio tecnológico das máquinas.
- ### 4. (Enem – 2020)
- Posturas e concepções presentes nos movimentos religiosos, como a ideia de que existem povos escolhidos e abençoados por Deus, passariam a povoar o imaginário coletivo da nação que se acreditava eleita para um destino glorioso. A fé nas instituições livres e democráticas também se intensificava. A partir disso, desenvolveu-se a ideia de “destino manifesto”: seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.
- KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013.
- O projeto de posicionamento geopolítico exposto no texto fundamentava-se na articulação entre
- a) fomento à expansão territorial e avanço da acumulação capitalista.
 - b) apelo a lideranças carismáticas e adoção de diplomacia isolacionista.
 - c) privatização da instrução pública e ampliação do ensino confessional.
 - d) construção do monolitismo partidário e abandono do legislativo bicameral.
 - e) contenção da indústria de defesa e promoção do internacionalismo pacifista.



A redação do Enem demanda o domínio de diversas competências. Entre elas, as **competências 2 e 3** da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exigem a mobilização de repertório sociocultural e a articulação crítica e coerente desses conteúdos em defesa da tese apresentada pelo estudante. Nesse sentido, o conhecimento adquirido em suas aulas de História, por meio da leitura, dos debates e dos exercícios propostos neste livro, pode ser uma ferramenta fundamental para a qualidade da sua redação.

Competência 2	Competência 3
“Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema [...]”	“Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.”

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A redação do Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, DF: Inep, 2022. p. 5. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

Abaixo, seguem os textos motivadores utilizados pelo Enem na proposta de redação de 2009.

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija [um] texto dissertativo-argumentativo em norma culta escrita da Língua Portuguesa sobre o tema “O indivíduo frente à ética nacional”, apresentando [uma] proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione corretamente argumentos e fatos para [a] defesa de seu ponto de vista.



Charge de Millôr Fernandes publicada na proposta de redação do Enem em 2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa,

que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloquente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

LUFT, L. Ponto de vista. Veja. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado).

Qual é o efeito em nós do “eles são todos corruptos”?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. “Eles são TODOS corruptos” é um pensamento que serve apenas para “confirmar” a “integridade” de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

CALLIGARIS, C. A armadilha da corrupção. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado)

Considerando o tema de redação do Enem de 2009, “O indivíduo frente à ética nacional” e com base nos conteúdos e conhecimentos construídos nesta unidade, faça o que se pede.

1. O primeiro passo para pensar na escrita da redação é compreender o tema para poder escolher os repertórios socioculturais a serem mobilizados. Nesse sentido, **identifique** qual é o tema central da proposta de redação Enem 2009.
2. Os conhecimentos históricos são essenciais para a escrita da sua redação Enem. Para isso, é importante você pensar de que forma esses conhecimentos podem se relacionar com o tema proposto. Tendo em vista essa observação, **cite** um repertório sociocultural da História relacionado ao tema da redação Enem 2009.
3. A introdução é fundamental na sua escrita. É nela que a **competência 2** poderá ser trabalhada. Você vai apontar qual será a sua tese, ou seja, a principal ideia que será defendida no seu texto, e aplicar o repertório histórico como argumento que vai fundamentar essa ideia. Sendo assim, **elabore** um parágrafo introdutório aplicando o repertório histórico citado na questão anterior.
4. Após compreender o tema, aplicar o repertório e escrever a introdução, é o momento de executar a **competência 3**. **Escreva** um parágrafo dissertativo-argumentativo que desenvolva o repertório sociocultural escolhido.

Atos pelo Dia da Mulher na França denunciam reforma da Previdência

Dezenas de milhares de pessoas se manifestaram [...] na França, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, marcado no país pela luta contra a impopular reforma da Previdência, impulsionada pelo presidente Emmanuel Macron.

“A aposentadoria é o saldo contábil de toda uma vida de desigualdades profissionais, mas também familiares e sociais”, disse à AFP Ana Azaria, presidente da associação “Femmes Egalité” (Igualdade das Mulheres).

Três sindicatos (FSU, CGT e Solidaires) e 45 organizações feministas convocaram uma “greve feminista” para exigir “igualdade no trabalho e na vida”. Foram registradas passeatas em cerca de 150 cidades.

O projeto de reforma da Previdência “penaliza muito mais as mulheres. Eu não quero trabalhar até os 64 anos”, disse Maria Luisa Fraile, trabalhadora da limpeza, 61 anos, em Toulouse (sul).

O governo Macron propõe adiar a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e antecipar para 2027 a exigência de contribuir por 43 anos (e não 42, como é agora) para se ter direito à aposentadoria integral.

Dois em cada três franceses são contrários a este projeto, em debate no Parlamento. Seus opositores consideram, ainda, que o mesmo penaliza sobretudo as mulheres e quem começou a trabalhar muito jovem.

O projeto deveria prolongar mais a vida profissional das mulheres do que a dos homens, mas reduziria a diferença do montante da aposentadoria entre ambos. No fim de 2020, as mulheres recebiam, em média, 40% a menos do que os homens.

“As mulheres são as grandes perdedoras desta reforma, pois suas carreiras são descontínuas”, afirmou Odile Deverne, professora de 60 anos, sindicalista da Snes-FSU em Lille (norte).

As denúncias de diferença salarial – as mulheres receberam quase 15% menos do que os homens no setor privado em 2021 pelo mesmo período de trabalho, segundo dados oficiais – e violência de gênero foram outros temas das manifestações.

O governo apresentou nesta quarta-feira uma série de medidas para avançar na igualdade e combater a violência de gênero. Macron propôs, ainda, incluir o direito ao aborto na Constituição.

ATOS pelo Dia da Mulher na França denunciam reforma da Previdência. *UOL*, [s. l.], 8 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/08/atos-pelo-dia-da-mulher-na-franca-denunciam-reforma-da-previdencia.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Após a leitura do texto, faça o que se pede seguindo as etapas a seguir.

Etapla 1: Forme um grupo, leia o texto e identifique seu tema central.

Etapla 2: O grupo deverá elaborar um texto sobre as relações do passado histórico marcado pela construção de ideias e lutas políticas com o presente.

Etapla 3: Retomem a leitura do penúltimo parágrafo da reportagem e, com base nesse trecho, debatam e elaborem uma pauta de reivindicações ou demandas que são importantes para vocês, sua escola e sua comunidade.

Etapla 4: Vamos à ação!

A reportagem demonstra que as lutas por direitos políticos e sociais não são algo apenas do passado histórico; elas estão vivas ainda hoje. Você tinha conhecimento dessas lutas? Consegue estabelecer uma relação entre essas reivindicações e as razões pelas quais as sociedades estavam lutando nos séculos XVII e XVIII? Como você, sua escola e sua comunidade podem atuar para construir uma sociedade mais solidária e justa? De que forma?

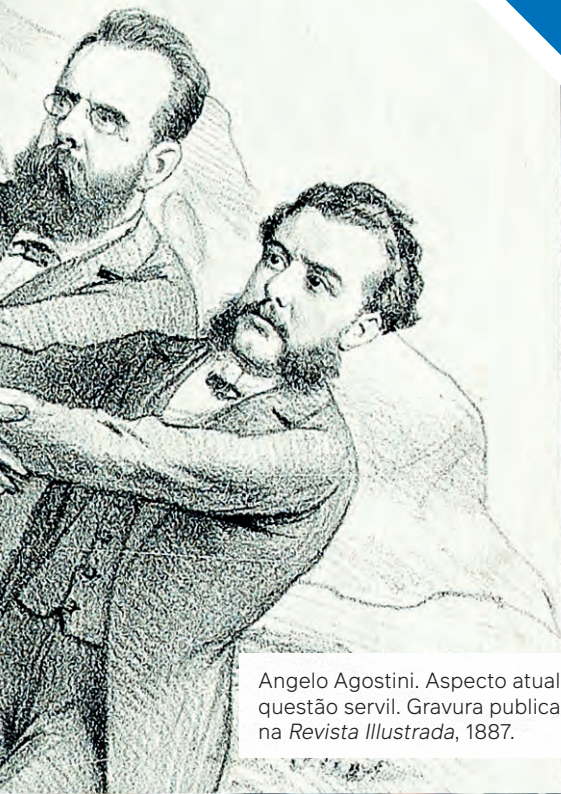
Com base nesse debate, cada grupo deverá escolher um tema ligado a alguma reivindicação ou demanda e propor uma ação dentro da escola. Essas ações vão fazer parte de um grande evento cultural. É importante que a proposta de vocês mobilize a comunidade escolar; portanto, ela deve ser criativa, trazer informações e apontar caminhos.

Denis Thauast/ISO PA Images/ZUMA Press/imagoplus



Manifestação feminista no Dia Internacional da Mulher, realizada na França. Na faixa, lê-se, em português: “8 de março: jornada internacional de luta por respeito aos direitos de todas as mulheres”. Marselha, França, 2023.





Angelo Agostini. Aspecto atual da questão servil. Gravura publicada na *Revista Ilustrada*, 1887.

O Imperialismo e a formação do Estado brasileiro

Nas últimas décadas, temos visto crescer casos de racismo em muitas sociedades. A luta antirracista é uma das pautas mais importantes dos nossos tempos. No final do Segundo Reinado, começou a se desenvolver no Brasil o Movimento Abolicionista, com a criação de associações e jornais que questionavam a prática da escravidão. Pensar sobre essas questões nos remete ao estudo de múltiplos processos históricos, entre eles o colonialismo, o imperialismo, a formação dos Estados brasileiros e, principalmente, a luta pela abolição da escravatura. Nesta unidade, vamos estudar alguns aspectos desses processos.

1. A gravura de Angelo Agostini foi publicada em 1887, na *Revista Ilustrada*, no Rio de Janeiro, então Corte do Império. Observe-a e identifique a crítica feita.
2. A fotografia mostra o jogador brasileiro Vini Jr., do Real Madrid, apontando para um torcedor do rival Valencia que o insultou, imitando um macaco. O episódio ocorreu em 2023, no Estádio Mestalla, em Valencia, na Espanha, e resultou na condenação de três torcedores. Você soube desse episódio? O que pensa sobre ele?
3. A despeito da grande distância no tempo e de outras diferenças contextuais, relacione o episódio com o jogador brasileiro Vini Jr. em 2023 e o passado da escravidão e do tráfico transatlântico de africanos envolvendo sociedades europeias, americanas e africanas entre os séculos XV e XIX.



O atacante brasileiro Vini Jr., do Real Madrid, aponta para um torcedor do Valencia que proferiu insultos racistas contra ele no Estádio Mestalla. Valencia, Espanha, 2023.

A independência e a formação do Estado brasileiro

A cerimônia de posse presidencial no Brasil, realizada no primeiro dia do ano seguinte à eleição, marca o fim de um mandato e o início de outro. A transmissão da faixa presidencial, daquele que termina o mandato e a entrega para o recém-eleito, é um símbolo da rotação de poder nas democracias. Todavia, ao final de 2022, Jair Bolsonaro, então presidente do Brasil, deixou o país. Por esse motivo, em 1º de janeiro de 2023, não ocorreu a transmissão de faixa. Lula subiu a rampa acompanhado da primeira-dama, Janja, e de populares, que representavam a diversidade do povo brasileiro.

▼ Para começar

1. Ao subir a rampa do Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro de 2023, Lula se tornou o 39º presidente do Brasil. O que você sabe sobre o sistema político brasileiro nos dias de hoje?
2. Antes de termos presidentes da República, como eram denominados os governantes do Brasil? Qual era a nossa forma de governo?

A independência é mais do que um ato. Trata-se de um processo, em geral longo, pelo qual a sociedade afirma sua soberania, supera adversidades e atua politicamente em favor de seus objetivos. Como herança da colonização europeia, hoje, a organização política das sociedades assume, em geral, a forma de Estado nacional, ente soberano que exerce suas atividades supostamente sem ingerências externas.

Desde o dia 7 de setembro de 1822, o Brasil é um país independente. Todavia, a materialização dessa independência vem exigindo, no passado e no presente, esforços de toda a sociedade. Neste capítulo, vamos estudar a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e o processo de independência, bem como os desafios na formação do Estado brasileiro.



Sergio Lima/AFP

Fotografia da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2023. Brasília (DF), 2023.

Entre pressões francesas e inglesas, D. João e sua Corte embarcam para o Brasil

No dia 12 de agosto de 1807, o príncipe regente de Portugal, D. João, recebeu de seu ministro Antônio de Araújo de Azevedo o ultimato de Napoleão para que aderisse ao Bloqueio Continental.

D. João vivia um impasse: seguir a ordem francesa de não comercializar com a Inglaterra significaria renunciar à sua maior aliada e, dado o poderio da marinha inglesa, pôr a perder seus domínios ultramarinos. Por outro lado, desafiar Napoleão deixaria o território português à mercê de uma invasão do exército mais temido da Europa.

D. João decidiu se manter aliado da Inglaterra e, em 27 de novembro, a família real e a Corte portuguesa embarcaram em direção ao Brasil, escoltados por uma frota inglesa.

A Corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro

Nos dois meses da longa travessia do Atlântico, a tripulação enfrentou o racionamento de alimentos e água, a superlotação e higiene precária das embarcações. Aporaram em Salvador, na Bahia, onde D. João assinou, em 28 de janeiro de 1808, o Decreto de Abertura dos Portos.

Cerca de um mês depois, o príncipe regente e sua Corte chegaram à cidade do Rio de Janeiro, que estava com as ruas e edifícios enfeitados. Foram recepcionados em terra pelas principais autoridades civis e religiosas da colônia no dia 8 de março de 1808, com repicar de sinos, tiros de canhões e dias de festas. Iniciava-se o chamado Período Joanino da história do Brasil.



Museu Nacional, Rio de Janeiro

Nicolas-Antoine Taunay. *D. João e Dona Carlota Joaquina passando pela Quinta da Boa Vista perto do Palácio de São Cristóvão*, 1816-1821. Óleo sobre tela, 92,5 cm × 146,5 cm.

Medidas favoráveis aos aliados ingleses

Os ingleses tinham o interesse, por trás do seu apoio, de poder comercializar com o Brasil. Por outro lado, a Corte portuguesa estava impossibilitada de obter produtos de Portugal, ocupado pelas tropas francesas, e precisava gerar receitas por meio de impostos alfandegários.

A Abertura dos Portos às Nações Amigas foi a medida adotada por D. João para resolver essas necessidades. Por meio dela, terminava o monopólio português sobre o comércio com o Brasil, que passava a importar produtos de quaisquer países aliados de Portugal mediante o pagamento da taxa básica de 24% sobre o valor do produto. Quanto às exportações, as únicas restrições recaíam sobre o pau-brasil e os diamantes, considerados monopólios da Coroa.

Dois anos depois, D. João assinou com os ingleses o Tratado de Comércio e Navegação, que estipulou taxas preferenciais para importações de Portugal e Inglaterra. Enquanto os produtos dos demais países continuavam a pagar 24% para entrar no Brasil, os produtos portugueses pagavam 16% e os ingleses, 15%. Esse privilégio conferido aos produtos ingleses foi a recompensa dada à Inglaterra por seu papel no episódio da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

O governo de Dom João

Não foi apenas D. João que aportou no Rio de Janeiro. Toda a estrutura político-administrativa do Estado português desembarcou na então capital colonial. Tornava-se imperativo reorganizar essa estrutura e adaptar a cidade ao seu novo *status* de sede da Corte.

A primeira tarefa era acomodar os aproximadamente 15 mil portugueses que chegaram à cidade. Para isso, o conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, intimou os proprietários das melhores casas da cidade a abandoná-las para abrigar os nobres e altos funcionários portugueses. As casas escolhidas tiveram suas fachadas marcadas com as letras PR (príncipe regente), que o povo interpretou como “ponha-se na rua”.

As primeiras instituições criadas foram: o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Jardim Botânico e a Biblioteca Real, por meio da transferência do acervo da Real Biblioteca d’Ajuda de Lisboa para o Rio de Janeiro. O Banco do Brasil deveria atender às despesas da burocracia que se instalava na nova capital do Império; a Imprensa Régia era encarregada de dar publicidade aos atos oficiais do Estado; o Jardim Botânico tinha a função de aclimatar espécies estrangeiras ao Brasil; e a Real Biblioteca deu origem à atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

D. João também criou a Academia Real Militar (1810), responsável pela formação de oficiais, o Real Teatro de São João (1813), atual teatro João Caetano, e o Museu Real (1818), que depois se tornaria o Museu Nacional, encarregado de estimular a produção científica brasileira. Em 1816, D. João contratou a vinda para o Brasil da Missão Artística Francesa, composta de pintores, escultores, arquitetos, entre outros, e criou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Jean-Baptiste Debret. *Aclamação de D. João VI*, 1834. Litografia colorida à mão, 24,4 cm × 35,3 cm.

A elevação do Brasil a Reino Unido

A instalação da Corte no Rio de Janeiro transformou a cidade, trazendo vantagens aos grandes proprietários de terras do Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais), agraciados por D. João com títulos de nobreza em troca de favores e apoio financeiro. Tais proprietários também se aproximaram da nobreza vinda do reino e dos comerciantes **reinóis** que enraizaram seus interesses no Brasil e cada vez menos pensavam em retornar para Portugal.

Em 1815, Napoleão Bonaparte foi derrotado na Europa e as pressões para que D. João retornasse a Lisboa cresceram. No entanto, nem D. João nem muitos dos nobres vindos com a Corte desejavam voltar. Naquele mesmo ano, D. João elevou o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, que deixou formalmente de ser uma colônia de Portugal. Em 1816, tornou-se rei, recebendo o título de D. João VI.

GLOSSÁRIO

Reinóis: aqueles pertencentes ao Reino de Portugal.

A Revolução Pernambucana

As despesas na transformação do Rio de Janeiro em sede da monarquia portuguesa levaram o governo a elevar os impostos pagos nas demais capitanias, sendo o Rio de Janeiro o principal beneficiário dos recursos arrecadados.

Os conflitos internacionais – a invasão da Guiana Francesa, em 1809, e da Cisplatina, em 1811 e 1816 – implicavam novas despesas e alistamentos obrigatórios, ampliando as insatisfações com o governo de D. João.

Em Pernambuco, a situação foi agravada em razão da queda do preço do açúcar, do aumento do preço dos escravizados e de uma forte seca que devastou a lavoura de subsistência. O contexto de penúria, somado à circulação de ideias iluministas, levou à revolta.

Em 6 de março de 1817, a cidade de Recife foi tomada por revoltosos, que proclamaram uma República e estabeleceram os princípios da igualdade de direitos e da tolerância religiosa, mas não abordaram a questão da escravidão. Os rebeldes eram comerciantes, grandes proprietários, militares, padres e artesãos.

O movimento contou com adesões na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, mas a repressão do governo de D. João, somada às divisões internas dos revoltosos, levou à derrota em 19 de maio. Os principais líderes foram executados.

fotos: Coleção particular



Bandeira da Revolução Pernambucana.



Bandeira do estado de Pernambuco.

A bandeira da Revolução Pernambucana inspirou a atual bandeira de Pernambuco. A principal diferença entre elas é que a primeira possui três estrelas em referência às três capitanias que integraram o movimento: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; já a segunda apresenta apenas uma estrela, que corresponde ao estado de Pernambuco.

A Revolução do Porto e a ameaça de recolonização

Se a derrota da Revolução Pernambucana anunciava tempos mais calmos no Brasil, permitindo, inclusive, a realização da cerimônia de aclamação de D. João VI como rei de Portugal, do Brasil e Algarves em 1818, isso não pode ser dito de Portugal. Por lá, a crise econômica provocada pela guerra contra a França e pelo fim do monopólio do comércio com o Brasil, somada à ingerência de militares ingleses na política desde a expulsão dos franceses, em 1811, gerava grande insatisfação contra o absolutismo e a ausência de D. João.

Tal situação levou à eclosão da Revolução Constitucionalista do Porto, movimento de caráter liberal e nacionalista que retirou os militares ingleses do poder político, formou uma junta provisória de governo e convocou eleições para a formação de Cortes Constituintes. Terminava o absolutismo em Portugal.

As eleições para as Cortes Constituintes ocorreram em Portugal, no Brasil e nas demais províncias ultramarinas portuguesas, e, em 1821, os deputados eleitos reuniram-se em Lisboa para iniciar os debates sobre a Constituição do reino. Em meio às reuniões das Cortes, foi ficando cada vez mais evidente para os deputados brasileiros que havia uma ambiguidade na Revolução: se ela era liberal para Portugal, esse mesmo projeto se mostrava recolonizador para o Brasil. Afinal, as Cortes transferiram para Lisboa a maior parte das repartições do Estado português instaladas no Rio de Janeiro, enviaram mais soldados para o Brasil e exigiram a volta de toda a família real para Portugal.

Dom João vai, Dom Pedro fica

A exigência do retorno da família real a Portugal foi motivo de forte tensão no Brasil, provocando a formação de dois grupos políticos: de um lado, aglutinaram-se militares e comerciantes portugueses que apoiavam a volta de D. João VI para Portugal e as medidas recolonizadoras – o Partido Português; do outro, os grandes proprietários rurais, ricos comerciantes, funcionários do governo brasileiro e portugueses que representavam os interesses do Centro-Sul e desejavam a permanência do rei no Brasil – o Partido Brasileiro.

Temendo a perda de sua coroa, D. João VI decidiu retornar a Portugal e acatar a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes, e embarcou para Lisboa no dia 26 de abril de 1821. Nomeou o seu filho primogênito, D. Pedro, como príncipe regente no Brasil, que permaneceu deste lado do Atlântico.

A Independência do Brasil

A permanência de D. Pedro no Brasil não foi bem aceita pelas Cortes Portuguesas, que pressionaram pelo seu retorno para Portugal. A essa altura, o Partido Brasileiro produziu um manifesto, com mais de 8 mil assinaturas, solicitando que o príncipe ficasse no Brasil. Foi entregue a D. Pedro, em 9 de janeiro de 1822, que concordou, no conhecido “Dia do Fico”.

Organizou-se, no Centro-Sul, um bloco político que, reunido em torno de José Bonifácio, passou a defender a independência do Brasil com D. Pedro à frente do processo. Enquanto isso, sucediam-se episódios que fragilizavam ainda mais a relação do príncipe com as Cortes Portuguesas: em 3 de junho, D. Pedro emitiu um decreto convocando a formação de uma Assembleia Constituinte no Brasil e, em 1º de agosto, assinou um manifesto no qual anunciava a ruptura definitiva com Portugal.

No dia 7 de setembro de 1822, quando retornava ao Rio de Janeiro de uma viagem a São Paulo, D. Pedro recebeu uma carta de sua esposa, Leopoldina, e de José Bonifácio, informando que as Cortes haviam reduzido o seu poder. Às margens do Rio Ipiranga, D. Pedro anunciou a Independência do Brasil.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Félix Émile Taunay. *Rua Direita*, Rio de Janeiro, 1823. Aquarela, 22,2 cm x 28,2 cm.

A Guerra de Independência

A Independência do Brasil não ocorreu de modo pacífico. Após o “grito do Ipiranga”, surgiram diferentes movimentos contrários à independência, que tiveram maior expressão em províncias como Bahia, Cisplatina (hoje Uruguai), Maranhão, Pará (outrora Grão-Pará) e Piauí.

Tais províncias (hoje estados, com exceção do Uruguai) tinham grande concentração de tropas, comerciantes, fazendeiros e funcionários públicos que mantinham sua lealdade a Portugal. Isso gerou os conflitos conhecidos como Guerras de Independência, travadas de 1822 a 1824, quando o governo imperial, auxiliado por mercenários estrangeiros, venceu os revoltosos e retomou a integridade territorial do país.

O processo de Independência do Brasil foi um caso singular nas Américas. Se na maior parte dos países do continente a independência resultou no surgimento de Repúblicas, por aqui o resultado foi a formação de um império cujo primeiro soberano foi nada mais nada menos que o filho do monarca português.



Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador

Bento José Rufino Capinam. *Entrada do Exército Pacificador em Salvador*, 1830. Litografia, 10 cm x 7 cm.

Quanto custou a nossa independência?

A vitória sobre os grupos que resistiram à autoridade do governo recém-instaurado de D. Pedro I não foi o último capítulo da Independência do Brasil. Ainda era necessário o reconhecimento internacional do país. Os primeiros países a reconhecer nossa independência foram o reino africano de Daomé, atual Benin, os Estados Unidos, motivados pela Doutrina Monroe, e as Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina. Somente em 1825, após o Brasil pagar 2 milhões de libras esterlinas como indenização à Coroa portuguesa e renovar os termos dos Tratados de 1810, que concediam tarifas preferenciais aos produtos ingleses, é que Portugal e Inglaterra reconheceram a independência proclamada, consolidando-a no cenário internacional.

As Guerras de Independência do Brasil na Bahia contaram com mulheres como Maria Felipa de Oliveira, marisqueira que lutou contra os portugueses em Itaparica; Joana Angélica, freira morta por resistir à invasão dos portugueses no Convento da Lapa, em Salvador, e Maria Quitéria de Jesus, oficialmente reconhecida como a primeira mulher a servir às Forças Armadas.

Domenico Failutti. *Retrato de Maria Quitéria de Jesus*, 1920. Óleo sobre tela, 2,33 m × 1,33 m.



Museu Paulista da USP, São Paulo

O Primeiro Reinado (1822-1831) e a Constituição de 1824

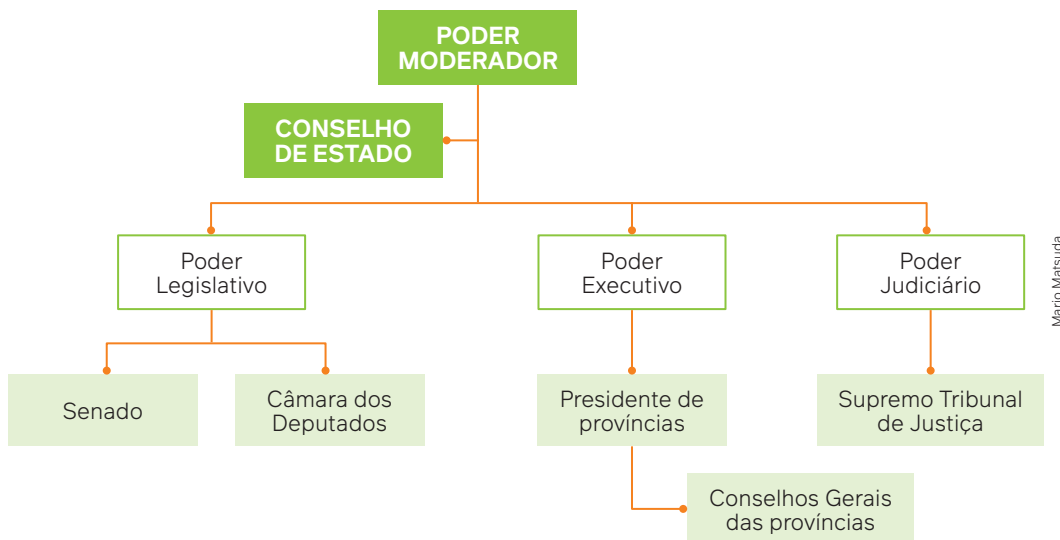
Após a Proclamação da Independência, o país precisou organizar sua estrutura jurídica, política e administrativa. Para tanto, seguiu a cartilha do constitucionalismo, movimento social, político e jurídico de cunho liberal que defendia a limitação do poder e a garantia de direitos individuais e coletivos, com base em uma Constituição. Para elaborar a primeira constituição brasileira, foi reunida, em 1823, uma **Assembleia Nacional Constituinte**, com deputados de diferentes partes do país.

A assembleia dividia-se em dois grandes grupos políticos, genericamente denominados partidos: os aliados do imperador que defendiam a monarquia centralizada, com pouca autonomia das províncias, reunidos no Partido Português; e os adversários de D. Pedro I, que defendiam a limitação do poder do imperador por meio de uma monarquia parlamentar, constitucional, e maior autonomia provincial. No entanto, ambos os grupos políticos concordavam sobre a necessidade da manutenção da escravidão e da unidade territorial.

Em 1823, os deputados apresentaram um primeiro esboço do projeto da Constituição, apelidado de **Constituição da Mandioca**, pois limitava o direito de votar somente àqueles com renda anual maior ou igual a 150 alqueires de mandioca. O projeto procurava limitar o poder do imperador, o que o desagradou. Em meio às disputas, o monarca dissolveu a Assembleia Constituinte com o apoio do Exército, no evento conhecido como **Noite da Agonia**, e colocou dez pessoas de sua confiança para redigir a Constituição. A primeira **Carta Magna** brasileira foi outorgada, ou seja, autorizada pelo imperador no dia 25 de março de 1824.

A Constituição de 1824 materializou o desejo de D. Pedro I de ser um monarca absolutista. Sua principal característica foi a introdução do Poder Moderador, exercido pelo imperador, um poder que coexistia com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na prática, o Poder Moderador se sobrepunha aos demais poderes, permitindo ao imperador nomear senadores (vitalícios) e ministros de Estado, dissolver o Parlamento e suspender magistrados. Outras características da Constituição eram: a monarquia hereditária e representativa; a divisão do país em províncias com presidentes (hoje governadores) indicados pelo governo imperial; eleições indiretas, com renda mínima anual de 100 mil-réis para os eleitores; submissão da Igreja ao Estado; e a manutenção do regime escravista.



Mario Matsuda

O organograma apresenta a distribuição dos poderes conforme a Carta Magna de 1824.

Aprendizagens em processo • Conceitual



Com base no tópico **O Primeiro Reinado (1822-1831) e a Constituição de 1824**, faça o que se pede.

1. Identifique o trecho que expressa o conceito de constitucionalismo.
2. Defina brevemente o que é **Constituição**.
3. Identifique duas expressões comumente utilizadas para se referir à Constituição de um país.

A Confederação do Equador

A dissolução da Assembleia e a outorga da Constituição não ficou sem resposta. Em 2 de julho de 1824, eclodiu em Pernambuco a Confederação do Equador, uma revolta popular, republicana e abolicionista.

O estopim da revolta foi a nomeação de um presidente de província malquisto pelas oligarquias locais, o mineiro José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, em substituição ao liberal Manoel de Carvalho Paes de Andrade, cuja eleição para a presidência de Pernambuco não foi reconhecida pelo Império. A partir daí, em meio à crise da produção açucareira e das precárias condições de vida da população, os pernambucanos pegaram em armas para formar um governo confederado e republicano, que, além de Pernambuco, reuniria o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, bem como o Pará e o Piauí. A aliança rebelde contava com camadas médias urbanas, militares e fazendeiros, além da participação de Frei Caneca, líder político e religioso bastante popular.

Os rebeldes foram duramente combatidos pelas forças imperiais, que saíram vitoriosas. Frei Caneca e outros líderes foram condenados à morte. Entretanto, D. Pedro I ficou ainda mais impopular, visto como um monarca centralizador e impiedoso por uma parcela crescente das elites provinciais.



Museu Murillo La Greca, Recife

Murillo La Greca.
A execução de
Frei Caneca, 1924.
Óleo sobre tela,
175 cm × 90 cm.

A questão Cisplatina

A embocadura do Rio da Prata era disputada por Portugal e Espanha desde o século XVII, quando Manoel Lobo fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento. Com a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, a Banda Oriental (atual Uruguai) da entrada do Prata ficou sob o domínio provincial até 1816, quando o barão de Laguna a dominou em nome do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, incorporando-a com o nome de Província Cisplatina.

Embora o barão tenha construído uma cooperação com as elites locais, nem todos consentiram o domínio brasileiro após 1822. Oligarcas cisplatinos, liderados por Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera, iniciaram o levante, insatisfeitos com a centralização política do Império e insuflados pelos argentinos. Proclamaram a independência da região em 1825, que foi incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). O Brasil enviou tropas para a região, dando início à Guerra Cisplatina.

O conflito teve mortes e custos financeiros para ambas as partes. Em razão de mediações da França e da Inglaterra, foi assinado um Tratado de Paz, em 1828. A Cisplatina se tornou um Estado independente, denominado República Oriental do Uruguai.

A embocadura do Prata é uma área estratégica que permite controlar a entrada e a saída desse rio, bem como o acesso aos rios Paraná e Paraguai. Os esforços de guerra custaram muito ao Brasil, que aumentou impostos para financiar suas tropas, em parte formada por mercenários.



Fonte: ISTOÉ Brasil 500. Atlas histórico. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S/A, 1998. p. 50.

A abdicação de D. Pedro I

Após a Guerra da Cisplatina, o Exército, que até então apoiava o imperador, se afastou do monarca devido às limitações bélicas e estratégicas que levaram a derrotas militares, bem como à forte presença de militares estrangeiros no comando das tropas nacionais. Somada aos gastos gerados pela repressão à Confederação do Equador, a Guerra da Cisplatina exauriu os cofres públicos, aumentando a inflação e as dificuldades econômicas da população. A penúria do erário chegou ao auge quando o Banco do Brasil decretou falência.

Mas esses não eram os únicos problemas do imperador. Em Portugal, a morte de D. João VI levou D. Pedro I a abdicar do trono lusitano em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Contudo, a aspiração de seu irmão, D. Miguel, ao trono, com o apoio da mãe, D. Carlota Joaquina, preocupava o imperador. As atenções de D. Pedro I aos problemas portugueses incomodavam até mesmo seus partidários. Também pesava contra o imperador a opinião popular e a de políticos sobre suas aventuras extraconjugais, a mais famosa delas com D. Domitila de Castro, a Marquesa de Santos.

A situação de D. Pedro I se tornou insustentável após a morte do jornalista Líbero Badaró, assassinado em novembro de 1830, em São Paulo. Havia alguns anos, os opositores do imperador utilizavam jornais independentes para criticar o monarca. Embora não estivesse implicado na morte de Badaró, D. Pedro I era criticado pelas restrições à imprensa, cujos jornais faziam-lhe oposição defendendo o sistema representativo (*Aurora Fluminense*), a autonomia provincial (*A Malagueta*) e a República (*O Republico*).

Isolado, no dia 7 de abril de 1831, o imperador abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos. Em Portugal, assumiu o trono como D. Pedro IV, reinando até sua morte, por tuberculose, aos 35 anos, no Palácio de Queluz.

O Período Regencial (1831-1840)

Como o futuro imperador era ainda uma criança, a Constituição de 1824 determinava que o Brasil fosse governado por regentes até que Pedro de Alcântara completasse 18 anos.

As regências Provisória e Permanente

Em 1831, Francisco de Lima e Silva, José Joaquim Carneiro de Campos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro assumiram o comando do país na **Regência Trina Provisória**. Depois de dois meses, em julho, foi eleita pela Assembleia Geral a **Regência Trina Permanente**.

Naquele momento, as principais forças políticas eram:

- **Liberais moderados** (Ximangos): grupo de feição conservadora que defendia o centralismo político do Império e a ordem socioeconômica vigente. Padre Feijó, futuro regente, pertencia aos moderados.
- **Liberais exaltados** (Jurujubas ou Farroupilhas): grupo de feições liberais que defendia a federalização do governo. Muitos dos seus membros, em especial aqueles pertencentes às camadas médias urbanas, eram republicanos e abolicionistas, defendendo, também, a industrialização do Brasil. O médico e político baiano Cipriano Barata era um dos líderes dos exaltados.
- **Restauradores** (Caramurus): grupo centralizador que defendia o regresso de D. Pedro I. Era liderado por José Bonifácio, que voltara do exílio.

As elites provinciais disputaram o poder ao longo do Período Regencial, e o tema da autonomia política esteve no centro dos debates políticos. O início da Regência foi marcado pelo avanço dos liberais moderados. Entre as medidas descentralizadoras da Regência Trina Permanente, destacaram-se a criação da **Guarda Nacional**, do **Código de Processo Criminal** e a aprovação do **Ato Adicional**.

Em 1831, foi criada a Guarda Nacional, uma milícia armada com o objetivo de fortalecer as elites provinciais e combater possíveis revoltas. Formada por cidadãos eleitores, sobretudo grandes latifundiários, que recebiam patentes militares conforme o número de homens sob seu comando.

A criação do Código de Processo Criminal, em 1832, ampliou as atribuições dos juizes de paz, que puderam organizar as eleições locais, prender e julgar em casos emergenciais e convocar a Guarda Nacional.

A aprovação, em agosto de 1834, do Ato Adicional acabou com o Conselho de Estado e o Poder Moderador durante a Regência. Criou as Assembleias Legislativas Provinciais, ampliou os poderes dos presidentes das províncias e substituiu a Regência Trina por uma Regência Una, cujo titular seria eleito.

GLOSSÁRIO

Ato Adicional:

medida feita para alterar a Constituição. Equivale ao que hoje denominamos Emendas Constitucionais.

As Regências Unas de padre Feijó e Araújo Lima

Em 1835, o padre Diogo Antônio Feijó, um liberal moderado, venceu as eleições, assumindo o governo da Regência em um momento em que eclodiam diversas rebeliões pelo país. Diante de tais insurreições, o projeto descentralizador sofreu cada vez mais críticas e Feijó foi responsabilizado pela desordem que ameaçava a integridade territorial do Império. Com precária saúde e sem apoio político, Feijó renunciou ao cargo em 1837.

A renúncia abriu caminho para a eleição do senador pernambucano Pedro de Araújo Lima, um conservador. A regência de Araújo Lima marcou o período do Regresso Conservador, no qual os “regressistas” ampliaram sua força política, avançando a tese de que a centralização do poder era essencial para combater as rebeliões. A restauração do Conselho de Estado, a reforma do Código de Processo Criminal e a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840, foram medidas do avanço regressista, motivando muitos liberais (moderados ou exaltados) a iniciar a luta pela antecipação da maioria de Pedro de Alcântara.

As polarizações políticas levaram ao Golpe da Maioridade, em julho de 1840, realizado pelos liberais e contando com forte apoio da opinião pública.

Durante a regência de Araújo Lima, foram criadas instituições políticas e culturais para fortalecer o Estado e fomentar a nacionalidade. Entre essas instituições, estão o Colégio Pedro II (1837), o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1938) e o Arquivo Nacional (1838).

Colégio Pedro II. Rio de Janeiro (RJ), 2021.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

A cidadania no Primeiro Reinado e nas regências

A manutenção da escravidão e do poder político nas mãos dos grandes proprietários de terras após a independência impuseram limites ao desenvolvimento da cidadania no Brasil. Como conciliar as ideias de igualdade e liberdade em uma sociedade escravista?

Outra limitação se relacionava ao direito do voto. A Carta Magna de 1824 estabeleceu as eleições indiretas, salvo para as câmaras municipais, sendo impedidos de votar os escravizados, os menores de 25 anos, os estrangeiros não naturalizados e todos aqueles que não tinham renda anual maior ou igual a cem mil-réis. O voto era censitário, ou seja, baseava-se em critérios econômicos para que o indivíduo pudesse votar.

Ficavam excluídos ao direito do voto os libertos, mesmo que tivessem a renda exigida, e as mulheres. Tais segmentos formavam o grupo dos cidadãos passivos, que eram considerados cidadãos, porém não podiam exercer os direitos políticos.

A luta pela ampliação da cidadania no Brasil Império aconteceu por meio de revoltas, com a participação popular, sobretudo na Regência. Nelas, negros libertos e escravizados, mestiços, indígenas e brancos pobres pegaram em armas e lutaram pelo fim da escravidão, melhores condições de vida e trabalho, bem como acesso à terra.

Tais segmentos também agiram individualmente por meio de estratégias cotidianas visando alcançar melhor inserção social. O ingresso no Exército era uma delas, garantindo uma forma digna de trabalho e renda. Como exemplo, temos o **Batalhão dos Henriques**, formado por negros e mestiços, que lutaram nas Guerras de Independência.

Outra estratégia de luta acontecia por meio dos jornais populares, como *O Mulato*, fundado pelo tipógrafo e escritor Francisco de Paula Brito, que abordava os problemas das populações negras no Brasil. O jornal circulou a partir de setembro de 1833, sendo acompanhado pelo surgimento de outros periódicos similares, como o *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*.

GLOSSÁRIO

Batalhão dos Henriques:

força militar formada por negros e assim denominada em referência ao capitão do mato Henrique Dias, um dos heróis da Guerra dos Guarapes, no século XVII.



Jornal *O Mulato*, edição 3, de 14 de setembro de 1833.

Os indígenas como “não cidadãos”

Na Assembleia Constituinte de 1823, José Bonifácio apresentou um projeto que pretendia “civilizar os índios” por meio de uma política de aldeamentos, sujeição às leis do Império e inserção no mercado de trabalho. Já a Constituição de 1824 silenciou sobre os povos nativos.

A política imperial voltada para as populações indígenas contrastava com a forma pela qual a figura do índio se transformava em símbolo da brasilidade. Nas primeiras décadas do Império, a literatura e a pintura romântica difundiram uma representação idealizada do indígena e da natureza tropical, identificada com a singularidade da nação brasileira, em processo de construção.

O projeto de nação empreendido pelo Regresso Conservador investiu na escrita de uma história do Brasil, pensada por letrados reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Nesses textos, os povos indígenas figuravam ora como elementos da paisagem natural em um passado idílico originário da nação, ora como bárbaros e selvagens.

Coleção particular



Jean-Baptiste Debret. *Aldeia de caboclos no Cantagalo*, 1834-1839. Litografia colorida à mão, 49 cm x 34 cm.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

As revoltas do Período Regencial

Durante a Regência (1831-1840), eclodiu uma série de revoltas nas várias regiões do país. Elas tiveram o envolvimento dos vários grupos políticos que divergiam sobre o modelo de organização do poder no Império: de um lado, os políticos da capital, que defendiam a centralização do poder, e, do outro, as elites regionais (proprietários de terras e comerciantes), que propunham um modelo federativo, com maior autonomia para as províncias. Além disso, questões socioeconômicas, como a extrema pobreza, as lutas contra a escravidão e os limites ao exercício da cidadania, tornavam o Brasil um verdadeiro barril de pólvora, que explodiu muitas vezes.

Revolta das Carrancas

Foi uma rebelião de negros escravizados que eclodiu em maio de 1833 contra o domínio da família Junqueira, a mais poderosa da freguesia de Carrancas (Minas Gerais).

Sob a liderança de Ventura Mina, os escravizados da fazenda do deputado liberal Gabriel Francisco Junqueira se insurgiram, matando o seu filho e mais nove pessoas, três das quais eram crianças. Depois, seguiram para a fazenda Bela Cruz, onde mataram o proprietário José Francisco Junqueira. Ao chegarem à fazenda Bom Jardim, o proprietário, João Cândido Junqueira, já havia organizado a resistência, que matou Ventura Mina e outros revoltosos, acabando com o movimento. Dos 17 condenados à pena de morte, 16 receberam o castigo exemplar, sendo enforcados em praça pública.

A Revolta das Carrancas foi um levante no qual a morte dos fazendeiros e seus familiares se deu por uma ação coletiva organizada, em uma tentativa de conquista da liberdade. Repercutiu em outras províncias do Império, difundindo o medo entre os senhores de que sublevações similares pudessem ocorrer.

Cabanagem

A Cabanagem (1835-1840) foi uma revolta popular ocorrida no Grão-Pará, motivada pela pobreza da população e pela presença portuguesa na província. Muitos dos proprietários de terras e comerciantes locais estavam insatisfeitos com a política de nomeação dos presidentes de província, cargo exercido por comerciantes portugueses, acirrando as divergências das elites locais.

A tensão aumentou em 1832, quando o presidente de província indicado pela regência foi impedido de assumir o poder. Em 1833, Bernardo Lobo de Souza assumiu a presidência, procurando conciliar os interesses, mas tornou-se alvo da oposição de fazendeiros e pequenos proprietários locais, como Félix Malcher, Manuel e Antônio Vinagre, Eduardo Angelim, entre outros.

Em novembro de 1834, as tropas da província assassinaram Manuel Vinagre e prenderam Malcher e outros rebeldes. Em janeiro de 1835, indígenas tapuias (do tronco linguístico Macro-jê), negros e mestiços, denominados cabanos, por viverem em precárias cabanas às margens dos rios da região, tomaram o quartel e o palácio do governo sob a liderança de Antônio Vinagre e Eduardo Angelim.

Vitórias dos revoltosos e das forças governistas se alternaram até que Eduardo Angelim, que assumira a presidência da província, foi capturado. A essa altura, Antônio Vinagre já havia morrido. A captura de Angelim não pôs fim ao conflito. Cabanos escondidos na selva continuaram a luta contra os governistas, utilizando técnicas de guerrilha, até serem vencidos.

Cearense, Angelim migrou para o Pará, onde se estabeleceu como seringueiro e, desde cedo, participou da vida política local. Inicialmente, lutou pela secessão do Pará frente ao Império do Brasil. Em seguida, foi um dos líderes dos cabanos. Capturado, foi exilado junto a outros revoltosos e somente voltou ao Pará nos anos 1850, não se envolvendo mais na política.



Coleção particular

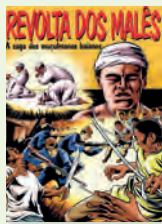
O revolucionário brasileiro Eduardo Angelim (1814-1882), participante da Cabanagem. Sem local, c. 1850.

Leia

Revolta dos Malês, de

Maurício Pestana (Cruz e Sousa, 2019).

A obra do escritor e cartunista Maurício Pestana apresenta, de forma lúdica e didática, os eventos que marcam a famosa revolta de escravizados na Bahia, ocorrida em janeiro de 1835, na cidade de Salvador.



Escola Olodum



Coletões de Arte da Cidade de Augsburg, Alemanha

Jean Moritz Rugendas. *Alegoria da Revolução – Anita Garibaldi*, 1846. Óleo sobre cartão, 43 cm × 27,5 cm.

Revolta dos Malês

Ocorreu em Salvador, na Bahia, em 1835, liderada por africanos escravizados e libertos de origem nagô e hauçá, que lutaram contra a escravidão e a intolerância religiosa. Trabalhavam na cidade como vendedores e artesãos (alfaiates, carpinteiros, barbeiros, entre outros).

Malê é o aportuguesamento de *imale*, que em iorubá significa muçulmano. Os malês eram africanos muçulmanos, alfabetizados em árabe. Para além das duras condições de vida e trabalho, estavam insatisfeitos com as medidas repressivas das autoridades locais, que, em 1834, proibiram a realização de uma festa islâmica e destruíram uma mesquita na freguesia de Vitória. O levante foi organizado por escravizados e libertos africanos, não contando com a participação de cativos nascidos no Brasil.

A revolta foi planejada para acontecer na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835. O plano foi denunciado para a polícia, que invadiu a casa na qual estaria reunido um grupo de rebeldes.

Surpreendidos, saíram às ruas com armas cortantes, mas foram derrotados pelas forças policiais. No conflito, mais de 70 rebeldes foram mortos. Cerca de 281 foram presos e punidos com açoites, deportação para a África e a pena de morte.

Revolução Farroupilha

A Guerra dos Farrapos (termo pejorativo para designar as tropas do Rio Grande) ocorreu entre 1835 e 1845, na província do Rio Grande do Sul, liderada por estancieiros (fazendeiros) ligados à produção de gado, charque (carne-seca) e couro. Eles queriam que o governo central aumentasse o valor dos impostos sobre os charques vindos do Uruguai e da Argentina, pois eram vendidos a preços mais baixos do que o charque produzido no Sul, prejudicando os seus negócios.

Por não serem atendidos, os estancieiros pegaram em armas e, sob a liderança de Bento Gonçalves, tomaram Porto Alegre, em setembro de 1835, proclamando, no ano seguinte, a República Rio-Grandense ou República Piratini. Junto a Bento Gonçalves, havia outras lideranças, como David Canabarro e o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi e sua mulher, a brasileira Anita. As vitórias iniciais dos farrapos sobre as forças imperiais levaram as tropas a proclamar a República Juliana (Estado fundado em Santa Catarina entre julho e novembro de 1839).

O governo central enviou forças militares para a região e a guerra durou três anos. As tropas imperiais, lideradas por Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, eram mais bem equipadas e treinadas. Já as lideranças farroupilhas estavam divididas: Canabarro defendia a autonomia provincial, sem romper com o governo central, enquanto Bento Gonçalves, a independência da região. O governo central combinou negociação e repressão, minando a resistência dos farrapos. Em 1845, Canabarro assinou o **Tratado de Poncho Verde**, que deu fim à guerra e, entre outras concessões, garantiu anistia aos rebelados, bem como o ingresso de seus oficiais ao Exército Imperial e o perdão de todas as dívidas contraídas pela República Rio-Grandense.



Art Collection 3/Alamy/Fotoarena

Oscar Pereira da Silva. *Cena de Batalha no Sul do Brasil*, [18--]. Óleo sobre tela, 56 cm × 74 cm.

Sabinada

Foi uma revolta popular ocorrida em Salvador, na Bahia, entre os anos de 1837 e 1838, liderada por Francisco Sabino, médico e jornalista de origem mestiça e pobre. Teve a adesão de profissionais liberais (médicos, jornalistas, advogados), pequenos comerciantes, funcionários públicos e militares que compartilhavam os ideais federalistas e estavam insatisfeitos com a centralização da regência de Araújo Lima.

O movimento teve início com a revolta das tropas do forte de São Pedro. Jornais e panfletos circularam atacando os regentes. Os rebeldes pretendiam separar a Bahia do restante do país e proclamar uma República Federativa, mas se colocaram dispostos a negociar quando D. Pedro II assumisse o trono. Os sabinos foram violentamente reprimidos pelas forças imperiais e vencidos em 1838. Mais de 1200 pessoas foram mortas em combate, e seus líderes condenados à morte por fuzilamento ou forca. Em agosto de 1840, um decreto imperial anistiou os líderes da revolta, que foram degredados para outras províncias do Brasil.

Balaiada

Ocorreu no Maranhão, entre 1838 e 1841. Seu nome faz referência aos cestos artesanais fabricados por segmentos empobrecidos da população, insatisfeitos com as péssimas condições sociais e com o autoritarismo das oligarquias locais. Além disso, as disputas internas entre as elites, divididas entre liberais (Bem-te-Vis) e conservadores (Cabanos), eram agravadas pela concorrência da produção do algodão nos Estados Unidos.

Os principais líderes da Balaiada foram o quilombola Cosme Bento das Chagas (ou Preto Cosme), o balaieiro Manoel dos Anjos Ferreira e o vaqueiro Raimundo Gomes (ou Cara Preta). Os rebeldes formaram um governo provisório nas localidades de Caxias e Vargem Grande. Contudo, a morte de Manoel dos Anjos e a reação das tropas imperiais sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, arrefeceram a rebelião. A promessa de anistia aos revoltosos que depusessem suas armas, feita pelo recém-coroadado imperador, D. Pedro II, facilitou a vitória sobre os últimos focos de resistência.

Revolta Manuel Congo

Aconteceu na região de Vassouras, Rio de Janeiro, liderada pelo ferreiro africano Manuel Congo. Em setembro de 1839, escravizados das fazendas Freguesia e Maravilha se rebelaram quando um capataz matou a tiros Camilo Sapateiro, um homem negro.

A revolta se espalhou por outras fazendas da região e os cerca de 200 cativos fugidos se reuniram para formar um quilombo. Foram reprimidos pela Guarda Nacional e pelo Exército, sendo capturados e 16 deles acusados de crime de insurreição, entre os quais Manuel Congo, consagrado rei pelos negros rebelados, e Mariana Crioula, consagrada rainha. Manuel foi condenado à forca, sem direito a enterro, enquanto Mariana, mucama estimada por sua **sinhá**, foi absolvida.

GLOSSÁRIO

Sinhá: tratamento utilizado por escravizados para se referir às suas senhoras ou patroas. Usa-se também **nhá**. No masculino, **sinhô** ou **nhô**.

Coleção particular



Nos anos 1830, a economia cafeeira florescia no Vale do Paraíba, intensificando a exploração dos negros escravizados e sua relevância social, em especial daqueles com funções especializadas, como ferreiro e marceneiro, ou que atuavam em funções domésticas, como costureiras, enfermeiras e mucamas.

Ilustração representando a Revolta de Manuel Congo publicada na revista *Harper's Weekly Magazine*, em 1862.



1. Leia atentamente o texto a seguir.

[...] a montagem de um novo aparelho de Estado custava caro! Em consequência, o peso dos impostos aumentava, bem como a desigualdade regional. Em suma, o sentimento imperante nas regiões afastadas da corte era o de que, com a vinda da realeza, o domínio escorregara de uma cidade distante para outra: de Lisboa para o Rio de Janeiro. Acresce a isso o fato de Pernambuco passar por um momento difícil, combinando-se dois fatores deletérios: a continuada queda no preço do açúcar e do algodão com a alta constante do preço dos escravos. Como se não fosse suficiente, o ambiente encontrava-se ainda pior com a má fama do governador Caetano Pinto Montenegro, cantada em verso e prosa: ‘Caetano no nome; Pinto na falta de coragem; Monte na altura e Negro nas ações’. Há quem acredite igualmente que as ‘abomináveis ideias francesas’ chegavam fácil ao Recife, iluminando essa que seria ‘uma revolução bibliográfica’, à base de autores como Raynal, Rousseau e Voltaire. Também as filosofias que incendiaram a independência dos Estados Unidos encantaram os revoltosos. Tanto que um dos líderes pernambucanos, o Cabugá, foi para lá pedir apoio.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 265-266.

Com base na leitura do texto, identifique duas causas da Revolução Pernambucana de 1817.

2. As transformações empreendidas pelo governo joanino não puderam se realizar senão à custa de uma intensa negociação e conciliação de interesses entre os empreendedores da nova ordem e os poderes constituídos e enraizados na colônia. A arquitetura da nova configuração do poder foi buscada por ambos os lados e se beneficiou amplamente das redes de relacionamento e alianças tradicionais entre as autoridades régias e as elites locais, que já se reproduziam desde os primórdios da colonização, mas que haviam se intensificado na segunda metade do Setecentos, especialmente a partir das reformas empreendidas pela política pombalina e a ação posterior dos responsáveis pela condução dos negócios ultramarinos, como o Conde de Linhares.

MARTINS, M. F. V. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltosos: 1808 e a transmigração da Família Real portuguesa. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Brasil Colonial: 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3. p. 710.

Com base na leitura do texto, podemos afirmar que:

- a)** Ao aportar em solo brasileiro, D. João passou a exercer seu poder de forma tirânica, impondo, por meio da força, seu domínio sobre a elite colonial.

- b)** A elite colonial opôs-se sistematicamente às medidas adotadas por D. João, tornando seu governo inviável.
- c)** As transformações empreendidas por D. João no Brasil foram possíveis em razão de negociações e acordos políticos travados entre a Corte e a elite colonial.
- d)** O período joanino caracterizou-se, politicamente, pela existência de um pacto entre a Corte e as camadas populares, o que incluía os escravizados, contra a elite colonial.
- e)** D. João contou com o apoio da elite das capitânicas do Norte e do Nordeste em seu enfrentamento político contra a elite do Centro-Sul do Brasil.

3. (Unesp – 2018/2) A primeira Constituição brasileira, de 1824, foi

- a)** aprovada pela Câmara dos Deputados e estabeleceu o voto censitário.
- b)** imposta por Portugal e determinou o monopólio português do comércio colonial.
- c)** outorgada pelo imperador e definiu a existência de quatro poderes.
- d)** promulgada por uma Assembleia Constituinte e concentrou a autoridade no Poder Executivo.
- e)** determinada pela Inglaterra e estabeleceu o fim do tráfico de escravos.

4. (Espcex-SP – 2015) Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos

- a)** liberais e conservadores.
- b)** conservadores e socialistas.
- c)** liberais e republicanos.
- d)** comunistas e republicanos.
- e)** liberais e anarquistas.

5. O artigo 179 da Constituição de 1824 foi o primeiro grande marco dos direitos civis e políticos no Brasil. Contudo, ele pouco alterou o quadro social e político dos mais pobres e necessitados, mantendo limitado o exercício da cidadania.

Explique por que isso aconteceu mencionando, pelo menos, três exemplos.

6. Sobre as revoltas do Período Regencial, responda: Por que as lideranças farroupilhas foram tratadas de forma distinta pelo Império Brasileiro em relação aos líderes de outras revoltas populares ocorridas no mesmo período, como a Revolta das Carrancas?

Ferramentas da História



1. Entre os eventos políticos e sociais ocorridos durante a estada da Família Real portuguesa no Brasil, destaca-se a assinatura da Carta de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas, em 1808.

Leia atentamente um trecho da carta a seguir e responda ao que se pede.

[...] Conde da Ponte do meu Conselho, governador e [capitão-general] da capitania da Bahia, amigo Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquele que amo. Atendendo a representação que fizestes subir a minha real presença sobre se achar interrompido, e suspenso o comércio desta capitania com grave prejuízo dos meus vassallos, e da minha Real Fazenda, em razão das críticas, e públicas circunstâncias da Europa, e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais danos, sou servido ordenar interina, e provisoriamente enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias o seguinte: primeiro, que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas, e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos [...] Segundo: que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer a benefício do Comércio, e Agricultura, que tanto desejo promover [...]

ABERTURA dos portos brasileiros ao comércio exterior. *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*, Brasília, DF: 23 ago. 2021. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3557:abertura-dos-portos&catid=141&Itemid=215. Acesso em: 2 set. 2024.

- a) Quais seriam as “críticas, e públicas circunstâncias da Europa” às quais o documento se refere?
- b) Qual foi o país europeu que mais se beneficiou da medida anunciada nesse trecho da carta? Justifique sua resposta.

Ficha de estudos



Capítulo 13 – A Independência e a formação do Estado brasileiro

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que você escreva em seu caderno um fichamento para cada tópico indicado a seguir. Ele pode ser um pequeno texto ou esquema com as ideias aprendidas no capítulo. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos), tenha atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases/palavras-chave com as ideias principais do tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes, usando cores variadas, ícones, setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o seu fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo.

- Entre pressões francesas e inglesas, D. João e sua Corte embarcam para o Brasil
- A Corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro
- A Revolução Pernambucana
- A Revolução do Porto e a ameaça de recolonização
- A Independência do Brasil
- Quanto custou a nossa independência?
- O Primeiro Reinado (1822-1831) e a Constituição de 1824
- A abdicação de D. Pedro I
- O Período Regencial (1831-1840)
- A cidadania no Primeiro Reinado e nas regências
- As revoltas do Período Regencial

A consolidação e a crise do Segundo Reinado

▼ Para começar

1. Você sabe o que é um latifúndio?
2. Como um latifúndio ajuda a criar desigualdade social?
3. Como o latifúndio e o impedimento da propriedade contribuíram para o processo histórico de desigualdade social no Brasil?

A estrutura fundiária brasileira, até a atualidade, é baseada na concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. O Censo Agropecuário do IBGE de 2017 demonstrou que propriedades rurais com mais de 2 500 hectares (25 000 000 metros quadrados) eram 0,3% do total do território nacional, mas ocupavam 32,8% da área rural do país. Por outro lado, as propriedades com menos de 50 hectares eram 81,4% do total, mas só ocupavam 12,8% das terras rurais do país.

Tales Azzi/Pulsar Imagens



Ao comparar a desigualdade social entre os diversos países do mundo, a ONU e o Banco Mundial utilizam o Índice Gini, indicador que mede a desigualdade social dos países, no qual o Brasil figura como o oitavo país mais desigual do mundo. Mas quais seriam as razões históricas para toda essa desigualdade social?

Neste capítulo, será estudado o Império brasileiro, com a coroação de D. Pedro II e os desdobramentos da consolidação do poder dos conservadores. Veremos como a elite imperial, formada por grandes proprietários de terras, construiu uma sociedade estruturalmente marcada por racismo e desigualdades sociais, que permanecem até hoje em nosso país.

Plantio de soja. Campo Grande (MS), 2023.

A política no Segundo Reinado brasileiro

Com o Golpe da Maioridade, em 1840, os liberais garantiram a coroação antecipada de D. Pedro II e formaram um Parlamento, cuja atuação foi caracterizada por violência política e práticas fraudulentas. Contudo, em março de 1841, o imperador formou um novo ministério, com membros do partido conservador. Dissolvendo a Câmara dos Deputados, em 1842, o monarca terminou a fase de transição liberal, convocando novas eleições e gerando revoltas em diversas províncias, como Minas Gerais e São Paulo.

A partir dessas novas eleições, o projeto político conservador se consolidou como política da elite imperial. Entretanto, em 1847, o imperador criou o cargo de presidente do conselho de ministros, que corresponderia ao cargo de primeiro-ministro da monarquia parlamentar inglesa. Porém, se na Inglaterra o rei não possuía qualquer poder político sobre o Parlamento, no Brasil era o próprio imperador que nomeava o presidente do conselho de ministros. Dessa forma, o parlamentarismo se formava de maneira invertida, o que ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”.

Conservadores e liberais tinham em comum a defesa da unidade territorial – para que as revoltas não dividissem o país – e a defesa da escravidão – pacto entre as elites para a manutenção da mão de obra dos africanos escravizados. Por isso se dizia que “nada se assemelha mais a um saquarema (conservador) do que um luzia (liberal) no poder”.

Contudo, apesar desses aspectos em comum, havia também diferenças em relação a seus posicionamentos políticos. Enquanto os conservadores (saquaremas) defendiam a centralização política, com um Estado forte nas mãos do imperador, que detinha o Poder Moderador, os liberais (luzias) defendiam a descentralização política, com a autonomia das províncias e mais poderes para o Poder Legislativo.

A Revolução Praieira

Em 1848, D. Pedro II destituiu o presidente da província de Pernambuco, um liberal, e nomeou o conservador Pedro de Araújo Lima. Com isso, teve início uma grande revolta de caráter liberal, que tomou conta das ruas de Olinda e Recife. Além de protestar pelo ocorrido, os liberais defendiam aspectos como o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, o fim do Poder Moderador, os direitos individuais, a independência dos poderes e o federalismo.

A partir do Partido Nacional de Pernambuco e do jornal *Diário Novo*, localizado na Rua da Praia, comerciantes, latifundiários, lavradores, jornalistas, pequenos proprietários e arrendatários de terras conquistaram o apoio das camadas populares da região, principalmente com a revolta contra o aumento do custo de vida, provocado pela supremacia dos grandes comerciantes portugueses e ingleses na região.

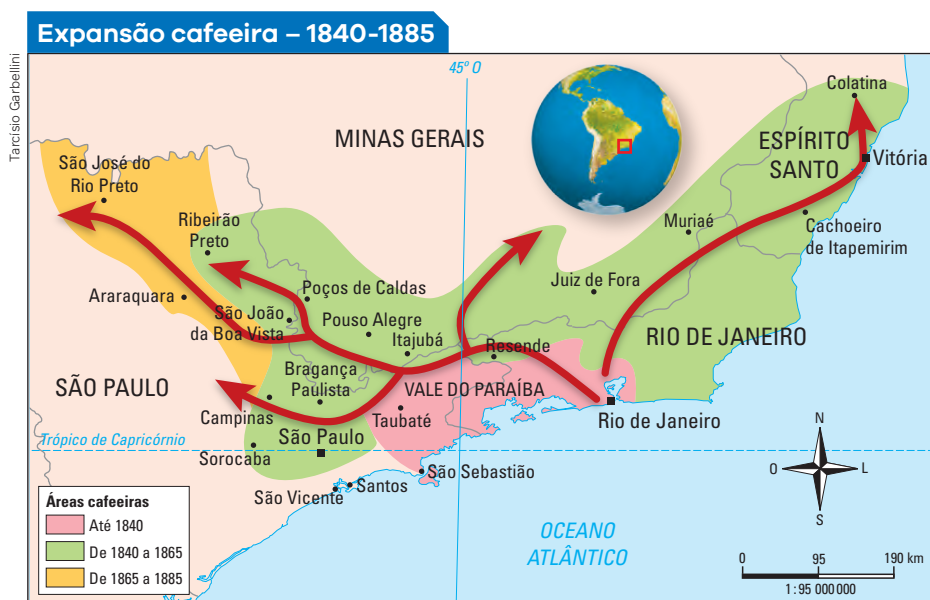
Em fevereiro de 1849, tentaram tomar o governo de Recife, contudo, sem sucesso. No ano seguinte, a revolta foi reprimida, tendo vários líderes praiheiros sido mortos e presos. Em 1851, líderes praiheiros mais abastados foram julgados e anistiados, assumindo novamente funções públicas e seus latifúndios.

A economia e a política sob os “barões do café”

A produção de café na Região Sudeste teve grande impulso a partir do Vale do Paraíba. Os cafeicultores do Sudeste conseguiram unir um grande poder econômico a um grande poder político no Brasil Império, a partir do final da década de 1830. Contudo, a região não tinha um território adequado para o plantio em longos períodos.

Além disso, a má utilização do solo e a produção em grandes propriedades monocultoras, que não deixavam o solo se recuperar adequadamente, contribuíram para a queda da produção no final do século XIX. Apesar disso, a produção de café no Sudeste continuou sua expansão no Oeste Paulista e no sul de Minas Gerais, a partir da década de 1840. Essa região tinha um solo mais adequado, com terra roxa – extremamente fértil –, terrenos pouco explorados pela agricultura e inclinação suave.

Entre as décadas de 1840 e 1870, Irineu Evangelista de Sousa, conhecido como Barão de Mauá, ficou famoso pelo investimento na industrialização; nos meios de transporte, com a construção de navios e estradas de ferro; no capitalismo financeiro, com a criação de um banco para empréstimos às empresas nacionais e internacionais; e em diversas outras áreas. Em 1854, Mauá inaugurou a primeira ferrovia do Brasil.



Contudo, por sua defesa em relação a um liberalismo econômico inglês, à abolição da escravidão, à valorização da mão de obra assalariada, aos investimentos em tecnologia e por ser contra a entrada do Brasil na Guerra do Paraguai, Mauá descontentou a elite agrária cafeeira brasileira e teve grande oposição dos industriais ingleses. Essas oposições acabaram levando à derrocada e à falência do barão.

Apesar de o café tomar o lugar de principal produto de exportação no Segundo Reinado, chegando a ser a base da economia do Império, Norte e Nordeste se mantinham com a produção de açúcar, algodão (Maranhão e Pernambuco), látex (região amazônica) e cacau (sul da Bahia). No Sul, havia plantações de erva-mate e fumo, além de pecuária para couros, peles e charque.

Observe a seguir a tabela publicada na *Revista de História da Economia Brasileira*, de 1953, a respeito das tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX.

Brasil: exportações de mercadorias por produto – 1821-1900									
% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação									
Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009. p. 191.

A sociedade escravista, hierárquica e desigual

A sociedade imperial brasileira era marcada por desigualdade social, escravidão e racismo contra pessoas negras e indígenas. Além disso, mesmo homens e mulheres livres oriundos das camadas populares tinham muitas dificuldades de ascensão social, principalmente pela limitação de acesso à propriedade das terras e pela manutenção de privilégios para as elites imperiais.

Essa realidade social era marcada pela submissão da sociedade aos interesses e dominação pessoal das grandes autoridades locais, fossem elas latifundiários, militares ou políticos. Mesmo os livres e libertos acabavam sendo enredados no poder tutelar das elites.

Para as mulheres, de um modo geral, havia ainda outras nuances de subalternidade. As mulheres das classes populares trabalhavam, mas tinham suas ideias desconsideradas, além de serem violentadas em diversas situações. As mulheres das elites governavam suas casas, mas praticamente não tinham lugar no espaço público e no mercado de trabalho, restando-lhes o controle sobre livres e escravizados que trabalhavam dentro de suas casas. Apesar de não existir nenhum impedimento explícito em lei, disseminava-se a ideia de que as mulheres não poderiam votar nem ser votadas para cargos públicos.



Senhora da liteira com dois escravizados, c. 1860.

Fotografia anônima/Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro

A pintura desta página foi produzida por Paul Harro-Harring, na sua primeira visita ao Rio de Janeiro, entre 2 de maio e 5 de agosto de 1840. O autor escreveu uma reportagem para o jornal abolicionista inglês *The African Colonizer*, retratando a situação da escravidão no Brasil em um momento de reforço da campanha antiescravista inglesa. Leia o trecho a seguir.

O indiscutível caráter da acusada, que ganhou nossa admiração, obrigou o brasileiro a reconhecer sua mais completa honestidade. [...] Voltei para o meu lar europeu e a minha solidão, tão logo os negócios que me levaram ao Rio de Janeiro o permitiram, mas ainda refletindo sobre o ocorrido. Tudo era novidade para mim e serviu para revelar-me alguns traços do caráter daquela raça oprimida, que me encheram de surpresa e respeito. Não conseguia retomar meus afazeres normais. Era como se a mão de um pintor se visse impedida de trabalhar em virtude de suas amargas lembranças. O duro destino do povo negro, eternamente exposto ao extremo insulto e à baixeza dos brancos, me perseguia, conquanto este mesmo sentimento era aliviado pelo contraste representado pelos bons e nobres atos daquela irmandade negra.

PAUL Harro-Harring, um viajante abolicionista. *Brasileana Iconográfica*, [s. l.], [2020]. Disponível em: <https://www.brasileanaiconografica.art.br/artigos/20202/paul-harro-harring-um-viajante-abolicionista>. Acesso em: 6 ago. 2024.



Paul Harro-Harring. *Negra acusada de roubo*, 1840. Nanquim, aquarela e guache sobre papel, 20,6 cm × 32,3 cm.

1. Ao retratar uma escravizada acusada de roubo, descrevendo a cena em um jornal abolicionista, qual era a intenção do autor?
2. Analise a postura da mulher acusada na pintura. O que podemos inferir de sua posição e da posição de seu acusador?
3. Identifique no texto um trecho que demonstre um impacto emocional da cena no autor.
4. Debata com seus colegas a seguinte questão: Como você reagiria se uma pessoa fosse acusada injustamente?

Os afrodescendentes e o racismo à brasileira

Desde o início do século XIX, a Inglaterra pressionava pelo fim da escravidão no Brasil; assim, nesse intuito, algumas leis foram criadas em ambas as nações. Em 1831, uma lei brasileira, criada sob pressão dos ingleses, proibia a entrada de escravizados no Brasil; contudo, essa lei não foi aplicada.

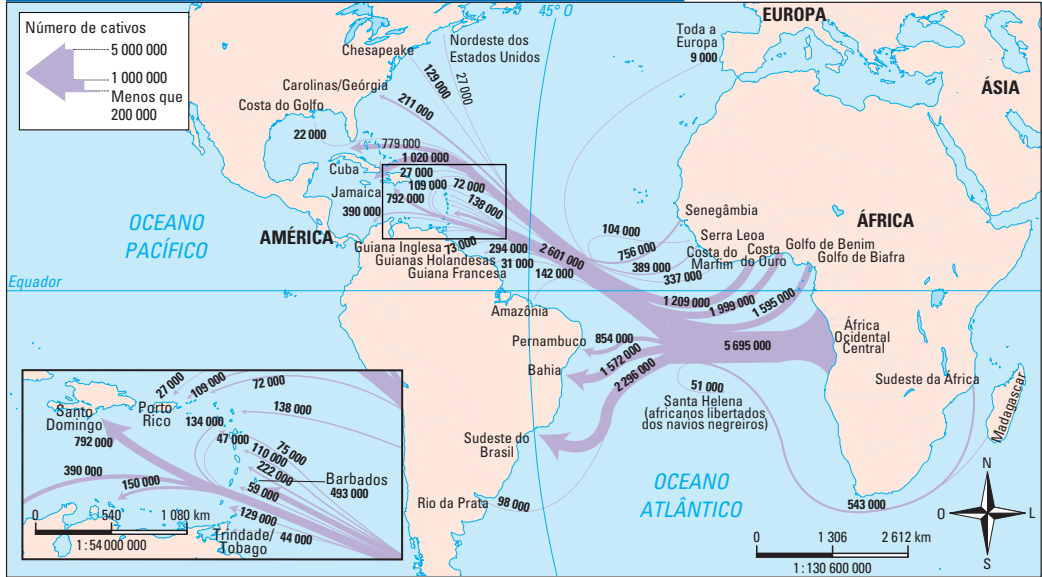
A situação mudou a partir de 1846, quando uma lei inglesa, conhecida como Bill Aberdeen, passou a considerar navios negreiros como navios piratas, autorizando a marinha inglesa a capturar esses navios e levá-los de volta à África. Assim, em 1850, quando o Brasil editou a Lei Eusébio de Queirós com ordens para aplicar a legislação de 1831, a quantidade de escravizados entrando no Brasil já havia diminuído de maneira considerável. Estava praticamente extinto o tráfico transatlântico de escravizados.

Sem a possibilidade de trazer escravizados da África, os grandes proprietários brasileiros começaram a investir em propaganda do Brasil na Europa, visando atrair imigrantes europeus. No tráfico interno, o preço de compra dos escravizados subia, e os senhores procuravam castigar os negros sem matá-los, para que não tivessem grande prejuízo econômico.

Em 1850, também foi promulgada a Lei de Terras. Antes desta lei, as terras de um determinado local só poderiam ser adquiridas oficialmente por doação do imperador. Depois dela, passou a existir o registro de compra e venda de terras, isto é, todo proprietário precisava pagar para ter suas terras registradas e a posse delas, contudo, os valores eram muito altos para um homem livre pobre.

Os grandes fazendeiros também conseguiam fraudar documentos e registrar terras que não eram suas. Era uma forma de garantir que os imigrantes substituiriam a mão de obra escrava e que negros libertos e homens livres pobres não tivessem terras, tendo de trabalhar para os grandes fazendeiros. Essa medida ajudaria a manter a hierarquia e a desigualdade social, que estruturavam a sociedade imperial.

O tráfico negreiro transatlântico – Séculos XVI-XIX



Fonte: ELTIS, D.; RICHARDSON, D. *Atlas of transatlantic slave trade*. New Haven: Yale University Press, 2010. p. 18-19.

As relações entre indígenas e Segundo Reinado

A partir de 1843, com a vinda de missionários capuchinhos, e de 1845, com o regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos indígenas, foi criado um quadro de funcionários públicos para organizar as missões, sob o comando de um diretor-geral dos indígenas em nível provincial, com indicação direta do imperador. Além disso, era função do diretor indicar quais grupos eram pacíficos e quais eram hostis, propondo locais e tratamentos específicos.

O Regulamento das Missões apontou para a necessidade de transformar as populações indígenas, consideradas selvagens pelas autoridades, em trabalhadores inseridos na economia nacional. Com isso, os povos indígenas só poderiam ser considerados cidadãos se deixassem de lado sua identidade e cultura, buscando se portar nos moldes ocidentais.

Não obstante, em diversas partes do país, o confronto entre indígenas e não indígenas pela posse de terras era frequente. As diretorias gerais dos indígenas, na maioria das vezes, agiam em acordos com latifundiários, donos de engenhos e câmaras municipais, buscando garantir a estes a posse de terrenos pertencentes aos aldeamentos, geralmente áreas de solo fértil e próximas a fontes de água potável.

Assim, seja com ataques dos sertanistas e proprietários rurais, seja com a determinação de hostilidade dada pelas autoridades reais, os povos originários estavam condenados a perder suas terras e a se submeter aos missionários nas terras determinadas pelo diretor-geral dos indígenas. A Lei de Terras, de 1850, agravaria ainda mais o problema, criando interesses por registros cartoriais de terras, que eram feitos pelos latifundiários sobre suas terras e sobre terras dos aldeamentos. Muitos indígenas acabaram sendo removidos de suas localidades originais e levados para outras regiões indicadas pelo diretor.

Instituto Moreira Salles, São Paulo



Albert Frisch. *Habitação de indígenas do povo Ticuna*, Amazonas (AM), c. 1867.

Imigração no Império e a Lei de Terras

Ao longo do século XIX, existiram três tipos de política de imigração. O primeiro estava voltado para a criação de núcleos coloniais. O segundo foi marcado por subvenções provinciais ou imperiais, com os governos promovendo acordos com os Estados europeus para o incentivo e o custeio da vinda de imigrantes, enquanto os grandes fazendeiros organizavam o transporte dos portos para as áreas rurais. Já o terceiro foi a criação de colônias de parceria, em que latifundiários traziam imigrantes, com recursos próprios, para trabalhar em suas terras, substituindo os escravizados.

Entre as principais promessas para os imigrantes e para os países europeus estavam a doação de terras para famílias, pagamentos de serviços médicos e religiosos, administração autônoma das terras, abertura de caminhos e estradas na área rural e construção de benfeitorias para as localidades. Contudo, ao chegar ao Brasil, muitos imigrantes se depararam com realidades distintas.

Muitos foram colocados para viver nas antigas senzalas dos escravizados, sendo obrigados a comprar produtos dos quais precisavam apenas no comércio do grande latifundiário local e a pagar por suas moradias nas fazendas. Somava-se a isso o fato de que, na área rural, os imigrantes estavam praticamente isolados e sem comunicação, impedindo a reclamação junto aos representantes de seus países de origem. Com a Lei de Terras de 1850, esses imigrantes tiveram muitas dificuldades para adquirir terras.

Capa do manual da campanha de imigração italiana preparado pela Província de São Paulo. São Paulo (SP), 1886.



Coleção particular

A criação de uma identidade brasileira

Na trajetória do governo imperial brasileiro, a questão da identidade nacional foi, na maior parte do tempo, uma disputa entre o Brasil real – com grandes diferenças, desigualdades, miscigenação e raízes culturais diversas – e o Brasil idealizado. Essa idealização se iniciou desde as disputas da independência, com o movimento nativista e antilusitano. Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Público e do Imperial Colégio de Pedro II, se produziu e instituiu uma narrativa histórica que caracterizava o povo brasileiro como o “encontro de três raças”.

Nessa lógica, o colonizador português seria o organizador e o construtor da civilização, das ideias da nação e dos governos. O indígena seria a representação da natureza exuberante e selvagem e da possibilidade de vida naquele meio ambiente. Enquanto o africano escravizado seria a força de trabalho que, mesmo sob violência, era imprescindível para a construção da Nação. Desse modo, cada um desses sujeitos teria seu espaço na identidade da nação brasileira.

Não obstante, entre as autoridades ligadas ao controle da força de trabalho negra e indígena, esses grupos eram vistos como perigosos, ferozes e violentos, sendo necessário um controle intenso e rígido dos corpos e da cultura popular.

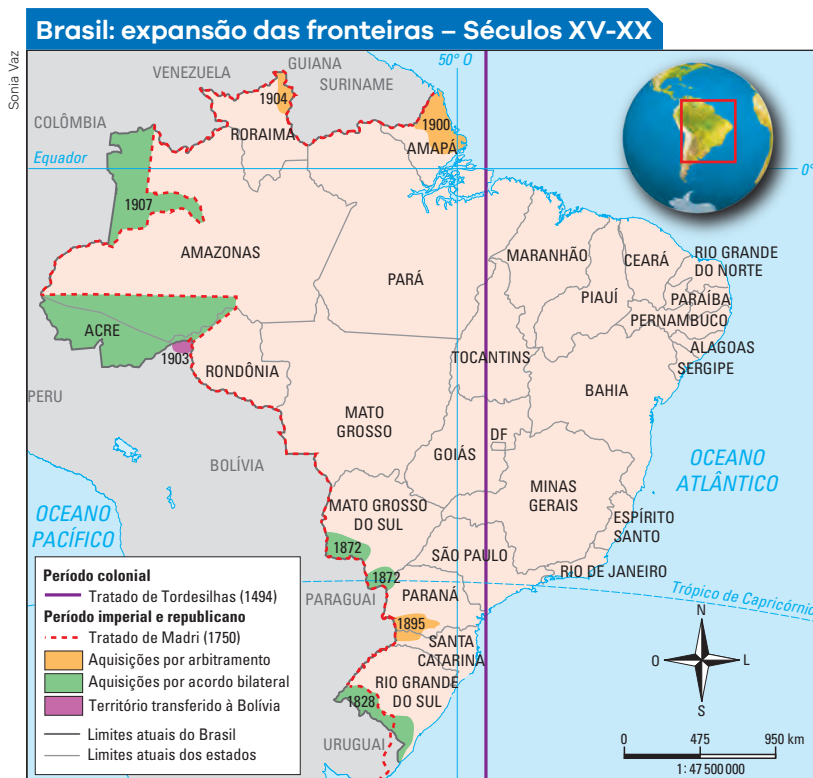
A partir das políticas imigrantistas, surgiria um novo elemento para a composição da ideia de nacionalidade. O imigrante seria um europeu que, no imaginário da elite nacional, traria consigo a civilização, a melhoria intelectual da força de trabalho, o auxílio necessário para o progresso e o desenvolvimento nacional. Contudo, como vimos, a realidade era muito mais cruel do que a idealização. Os imigrantes muitas vezes foram colocados em condições análogas à escravidão, funcionando como um novo elemento para o trabalho servil.

Relações internacionais e conflitos na América do Sul

O início do Segundo Reinado foi um momento de grande tensão para as relações internacionais no Brasil. A campanha inglesa antiescravista confrontava diretamente o país, um dos poucos que ainda mantinha essa forma de trabalho. Na América do Sul, havia dois pontos de tensão principais nas relações diplomáticas: na região amazônica e na bacia platina. O primeiro estava vinculado aos limites entre Brasil, Bolívia e Peru e aos seringais da região do Acre e à produção de borracha. Em 1841, foram negociados tratados com o Peru, contudo, sem a ratificação do imperador.

Com a Bolívia, as tratativas se iniciaram pela grande quantidade de brasileiros que haviam se deslocado do Nordeste para trabalhar nos seringais do Acre, que, naquele momento, era território boliviano. Assim, através do Tratado de Ayacucho (1867), o Acre foi dividido entre Bolívia e Brasil, que recebeu também alguns territórios dos atuais estados de Rondônia e Amazonas.

Na bacia platina, o Brasil buscou se impor por meio de intervenções militares, políticas e econômicas no território uruguaio: em 1828, com a Guerra da Cisplatina, em 1851-1852, com a Guerra contra Oribe e Rosas, e em 1864, antes da Guerra do Paraguai. O principal interesse brasileiro estava ligado à tentativa de assegurar para o país a margem norte do Rio da Prata e a possibilidade de livre navegação nos rios da bacia platina.



Fonte: TERRA, L.; ARAUJO, R.; GUIMARÃES, R. B. *Conexões: estudos de Geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2009. p. 88.

A Guerra do Paraguai (1864-1870)

A Guerra do Paraguai ocorreu entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai. Para o Brasil, as motivações e interesses do conflito estavam conectados com as disputas nacionalistas e comerciais na América do Sul e, principalmente, com a navegação na bacia platina. O Paraguai crescia e tentava se aliar ao Uruguai e às províncias argentinas de Corrientes e de Entre Rios, no intuito de criar uma confederação e garantir uma saída do país para o Oceano Atlântico.

O conflito se iniciou oficialmente com o aprisionamento de um navio brasileiro, no qual estava o presidente da província de Mato Grosso, e com a invasão de Mato Grosso e da Argentina pelas tropas paraguaias de Solano López. A ofensiva paraguaia durou até 11 de junho de 1865, sendo contida pela vitória da Tríplice Aliança na Batalha de Riachuelo.

Entre 1864 e 1866, a imprensa e as autoridades brasileiras estiveram em grande comoção. Os jornais criticavam não somente Solano López como tirano, mas também o governo imperial brasileiro por não dar a devida atenção ao conflito.

Na falta de soldados para enviar aos campos de batalha, em janeiro de 1865 foram criados os batalhões dos voluntários da pátria, inicialmente com recrutamento voluntário. Porém, em razão da pouca adesão, passou-se a fazer o recrutamento compulsório, realizando a complementação dos batalhões com corpos policiais e da guarda nacional.

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro



José Wash Rodrigues. *Corpos de voluntários da pátria*, c. 1865-1870. Bico de Pena, 30 cm x 41 cm.

Em novembro de 1866, um decreto imperial concedia liberdade aos escravizados designados para o serviço militar no conflito.

Em 1865, a questão da participação feminina na guerra, do lado brasileiro, começaria a se destacar a partir de três personagens. A jovem Jovita Feitosa se alistou como voluntária, sendo aceita em sua província, mas sendo negada sua participação antes do embarque no Rio de Janeiro. Outra mulher a se alistar foi Ana Néri, que pretendia acompanhar o irmão e seus dois filhos, que eram médicos militares. Ela foi aceita como cuidadora e enfermeira nos hospitais militares de guerra, tendo atuação no Rio Grande do Sul, no Humaitá, em Assunção, em Corrientes e em Salto. Além disso, havia a participação das vivandeiras (mulheres que faziam diversos serviços para os soldados, como venda de produtos, bebidas e objetos).

Depois da Batalha do Riachuelo, houve uma guerra de posições envolvendo principalmente as fronteiras. Em abril de 1866, as tropas da Tríplice Aliança conseguiram invadir o Paraguai, dando início à fase mais longa da guerra, conhecida como a Campanha de Humaitá (1866-1868). A campanha de Humaitá se tornou uma das mais significativas do conflito e chegou a influenciar até mesmo a situação da política interna do Brasil, com D. Pedro II buscando apaziguar os conflitos políticos entre os membros dos partidos conservador e liberal.

O avanço das tropas brasileiras era cada vez maior, e as tropas argentinas começaram a ter dificuldades devido a revoltas internas, deixando o Brasil praticamente sozinho no conflito. Empréstimos ingleses foram concedidos para a finalização da guerra por brasileiros e argentinos. Contudo, Solano López conseguiu fugir com suas tropas militares para a região do Chaco, mantendo pontos de resistência às margens do Rio Paraguai.

Com o fim da Campanha de Humaitá, teve início outro momento do conflito que ficou conhecido como Batalha do Avaí. O episódio marcou uma série de vitórias das tropas brasileiras, que contavam com um forte poder bélico e com o comando de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

A baiana Ana Néri tornou-se enfermeira aos 51 anos e prestou serviços como voluntária na Guerra do Paraguai.



Victor Meirelles. *Retrato de Ana Néri*, 1873. Óleo sobre tela, 2,75 m x 1,77 m.

Câmara Municipal de Salvador, Bahia

Marcolino José Dias integrou o regimento baiano composto exclusivamente de pessoas negras: os zuavos. Desde 1865, 638 zuavos se dirigiram ao Paraguai e obtiveram grande sucesso nos campos de batalha. Devido à sua destreza e bravura, Marcolino chegou a ser citado pelo general Osório como "herói negro". No entanto, a ele não foi reservada nenhuma glória no pós-guerra, e até hoje são poucos os que lembram seu nome.



Retrato do Tenente Marcolino José Dias, século XIX.

Coleção particular

Com o Paraguai sem governo, em fevereiro de 1869, D. Pedro II enviou o Visconde do Rio Branco para Assunção para negociar um acordo de paz e de reconhecimento de fronteiras com as elites locais paraguaias. No *front* de batalha, Solano López insistia em não se render. Em primeiro de março de 1870, aconteceu a última batalha, no acampamento paraguaio em Cerro Corá. Mesmo sozinho, López não se rendeu, chegando a atacar o general da operação depois de preso.

A Guerra do Paraguai resultou em milhares de mortes e na destruição da economia e da sociedade paraguaia, com a maior parte da população masculina morta. Nas tropas brasileiras, houve aproximadamente 100 mil mortos; para os argentinos se estima que o número seja de 18 mil e, entre os uruguaios, 3 100. As Forças Armadas brasileiras saíram prestigiadas e com um grande aumento de contingente e verbas públicas, além das novas ideias positivistas e da inclusão de pessoas negras em seus quadros.

Nos acordos do armistício, o Paraguai teve que aceitar o seu território anterior à guerra e ainda ceder territórios ao Brasil e à Argentina, além de aceitar a liberdade de navegação brasileira pelo Rio Paraguai.

O Império e suas crises

Nos fins do século XIX, o Brasil, apesar de ainda ser um país fundamentalmente agrário, passava por transformações. Houve o início de um processo de urbanização ocorrido nas principais províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. A população teve um significativo crescimento, passando de 3 milhões de pessoas para cerca de 14 milhões.

A necessidade de escoar as mercadorias que vinham do interior ao litoral levou à abertura de malhas ferroviárias, que chegaram a contar com 9 mil quilômetros de extensão, financiadas pelo capital estrangeiro, na maioria das vezes, inglês. Se não é correto falarmos em industrialização, podemos, contudo, afirmar que ali surgiram timidamente as primeiras fábricas brasileiras. Na década de 1880, já eram mais de 600.

Com isso, ao menos nesses centros urbanos, começou a se esboçar um processo de estratificação social, com o aparecimento de uma classe média composta majoritariamente de comerciantes, médicos, advogados, professores e funcionários públicos. Houve também o aumento da mão de obra livre empregada em todos os setores, com destaque para as fazendas de café do Oeste Paulista. Assim, temos uma sociedade cada vez menos dependente da escravidão, embora ela ainda estivesse por toda parte e marcasse o compasso da inserção do Brasil no mundo.

As mudanças descritas, ocorridas a partir da década de 1870, deram origem a uma série de crises, cujo saldo político foi a Proclamação da República e o fim do Período Imperial brasileiro.



Henrique Fleiuss. Charge D. Pedro I: o equilíbrio entre as disputas políticas, 1865. *Nossa História*, n. 31.

Enquanto o país se transforma, D. Pedro II é retratado como um idoso cansado em cujo colo repousa o jornal sem ser lido *O Paiz*.



Angelo Agostini. Caricatura de Pedro II dormindo, 1887. *Revista Ilustrada*, n. 450.

Militares: novos atores políticos

Ao regressarem vitoriosas dos campos de batalha no Paraguai, as Forças Armadas experimentaram uma ampla transformação. Seu contingente foi ampliado, pessoas negras começaram a compor suas fileiras e seus oficiais de alta patente, antes desconhecidos, passaram a heróis nacionais. Mas, apesar dessas novidades, os militares continuavam ocupando o papel de coadjuvantes na vida política brasileira.

Até a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro era uma força subsidiária, de menor importância quando comparada à Guarda Nacional. Criada no Período Regencial para dar combate às revoltas que avultavam por todo o território, a Guarda Nacional era composta fundamentalmente da aristocracia local. Com o fim das revoltas, sua principal tarefa passou a ser controlar a força de trabalho escravizada, que se rebelava com certa frequência. Sem conflitos externos, o Exército cumpria tarefas semelhantes.

Está na escravidão um dos principais pontos de descontentamento dos militares após seu regresso do Paraguai. Diferentemente das Forças Armadas modernas, eles não contavam com uma ampla base de recrutamento entre um corpo de cidadãos livres. Com isso, em períodos de conflito, como os da última guerra, eram obrigados a integrar pessoas escravizadas às tropas, que não teriam qualquer motivo para jurar lealdade à pátria que, até ali, havia os tratado como meras coisas. Essa situação fragilizava o Exército e o rebaixava no contexto internacional.

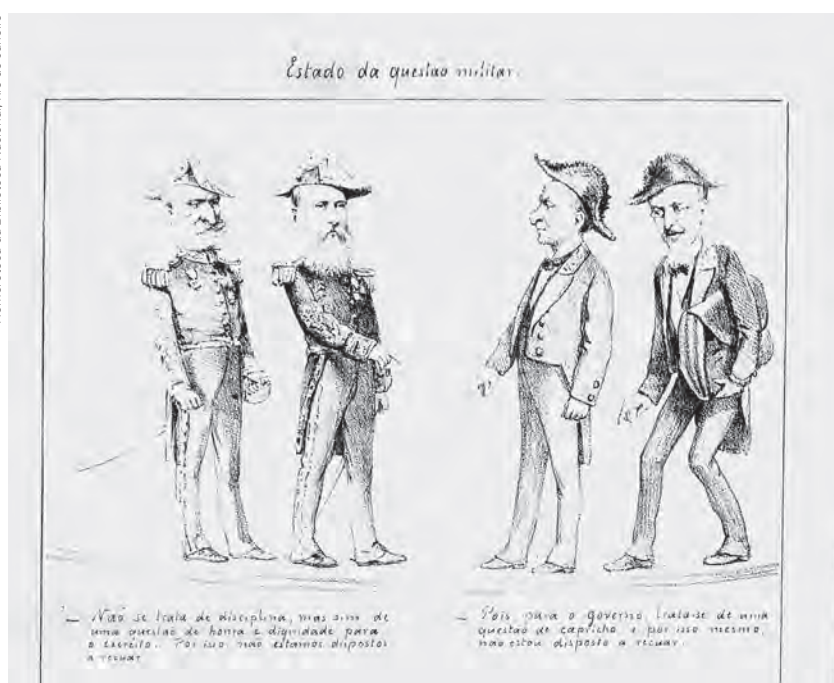
Conflitos com a Coroa

Após a guerra, inspirados pelo positivismo de Auguste Comte, cuja insígnia “ordem e progresso” viria a ser gravada na bandeira nacional republicana, os militares passaram a se entender como uma elite modernizadora, em um país tomado por arcaísmos e pela corrupção.

A nova posição das Forças Armadas no campo político se caracterizou em conflitos ideológicos com a Coroa. Assim, em suas intervenções públicas, sobretudo nos jornais da época, eles começaram a defender um amplo, ainda que inarticulado, programa de modernização. Entre as demandas principais, constavam a industrialização, o estímulo ao ingresso de imigrantes, a separação entre Igreja e Estado, a profissionalização das Forças Armadas e a abolição da escravidão. Para tanto, criaram o Clube Militar em 1887, que serviria de plataforma para dar voz aos interesses dos militares.

Em meio a esses conflitos, um episódio se tornou célebre e ficou conhecido como “Questão Militar”. Em 1884, os coronéis Sena Madureira e Ernesto Cunha Matos foram punidos por atos de indisciplina, em especial Cunha Matos, que escreveu à imprensa em defesa do colega, em uma época em que militares eram proibidos de discutir questões políticas nos jornais.

A partir daí, as tensões entre militares e civis cresceram, levando a uma adesão conjunta do oficialato aos militares punidos. Exigia-se a autorização para que pudessem se manifestar na imprensa, bem como reivindicavam a retirada das punições a Cunha Matos e a Sena Madureira. Sob pressão das tropas, ambos os objetivos foram alcançados. Esse foi o início da politização definitiva dos quartéis, que passaram a acreditar na ideia de conduzir a política nacional.



Na charge, membros do governo (à direita) e militares (à esquerda) medem suas razões na chamada “Questão Militar”. A legenda da imagem indica que os militares alegam que, por uma questão de honra, não recuarão. Como resposta, os representantes do governo dizem que farão o mesmo, por uma questão de capricho.

Angelo Agostini. *Estado da questão militar*, 1887. Rio de Janeiro. *Revista Illustrada*, n. 457.

A crise religiosa

O Brasil independente herdou do Império português a instituição do padroado, segundo a qual, em questões religiosas, a última palavra era a do rei. De acordo com o padroado, caberia ao Estado manter materialmente o clero e decidir se acata as determinações do papa, em geral instituídas por um documento conhecido como “bula”. Na prática, o padroado subordinava a Igreja ao Estado.

Ao longo do século XIX, membros do clero brasileiro, formados na doutrina ultramontana, passaram a questionar o lugar então ocupado pela Igreja na sociedade imperial. Foi nesse contexto que o papa publicou uma bula em que proibia o clero de participar de atividades ligadas à maçonaria. Instituição de caráter majoritariamente anticlerical na Europa, no Brasil a maçonaria era adotada por amplos setores das classes dominantes, inclusive pelo imperador e por membros do clero. D. Pedro II não reconheceu as determinações do papa, a maçonaria permaneceu legal no Brasil, situação que deu origem a uma série de conflitos que ficou conhecida como “Questão Religiosa”.

Com o objetivo de demonstrar fidelidade a Roma, alguns bispos aplicaram a determinação do papa, em clara insubordinação ao imperador. Em 1872, o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, puniu com suspensão o padre José Luiz de Almeida Martins por ser orador oficial de uma loja maçônica. Em outra frente, o bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, passou a escrever, no jornal *A União*, artigos em que defendia a precedência da

autoridade do papa em assuntos religiosos e a prevalência das leis divinas sobre as humanas. D. Vital foi preso em 1874. Com ele foi preso também D. Antônio Macedo da Costa, bispo do Pará, que defendia as mesmas práticas e ideias do bispo de Olinda. A pena para ambos foi de quatro anos de trabalhos forçados.

O acúmulo de insubordinação e prisões nacionalizou a questão, dando curso a um amplo debate público. Pretendendo diminuir as tensões, D. Pedro II suspendeu a punição aos bispos em 1875. O conflito, no entanto, estava posto: Igreja e Estado brasileiro não iriam se reconciliar. Em certa medida, a oposição dos bispos ultramontanos, forçando um conflito com o imperador, contribuiu com sua cota para deslegitimar o Império.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Rafael Bordalo Pinheiro. *A questão religiosa*, 1875. Rio de Janeiro. *O Mosquito*, n. 314.

A crise do escravismo

Desde as independências na América, a escravidão se tornou uma instituição condenada ao desaparecimento. Seu fim paulatino por todo o continente deixava o Brasil como a última nação a sustentar esse sistema, entendido como perverso e incivilizado. Nos países anglo-saxões, por exemplo, um amplo movimento de inspiração religiosa estabeleceu uma gramática moral que tornou condenável qualquer ligação com o trabalho escravizado. Possuindo uma monarquia escravocrata, o Brasil soava cada vez mais anacrônico entre seus vizinhos, repúblicas presidencialistas marcadas pelo trabalho livre.

Em resposta ao novo contexto, a Câmara aprovou a Lei do Ventre Livre, em 1871. Por ela, os filhos de mães escravizadas nasciam livres; mas, na prática, isso não acontecia. Até os 8 anos, a criança permaneceria com a mãe, sob a tutela de seu proprietário; após isso, ficaria a cargo do senhor libertá-la, mediante indenização, ou então requisitar seu trabalho até que completasse 21 anos, a título de ressarcimento pelos custos despendidos em seu “cuidado”. A maioria das crianças nascidas do Ventre Livre, assim, permanecia, na prática, reduzida ao cativo.

Parte da classe dominante brasileira, contudo, resistia a qualquer medida que limitasse seu poder sobre a força de trabalho. A fração de classe mais contundente na defesa do escravismo era a dos cafeicultores do Vale do Paraíba, a qual não soube criar mecanismos de transição para o trabalho livre. Deriva daí, em certa medida, o conservadorismo da elite imperial, que se chocou com um movimento social que cresceu rapidamente ao longo da década de 1870 no Brasil: o abolicionismo.

O abolicionismo

No Brasil, desde 1850, constatam-se manifestações públicas contra o sistema escravista. No entanto, o abolicionismo, enquanto movimento social, se iniciou apenas em 1868, quando da abertura dos debates que dariam lugar à aprovação da Lei do Ventre Livre. Em três anos, isto é, até 1871, surgiram 26 instituições antiescravistas no país. Em seu início, a principal estratégia do movimento foi ocupar as ruas e buscar influenciar a opinião pública.

Sem contar com a Igreja, que, como vimos, era praticamente uma instituição de Estado, os abolicionistas promoveram peças teatrais, saraus e manifestações de rua, ao mesmo tempo que publicaram artigos em jornais, que, por sua vez, cada vez mais aderiam à causa da libertação dos escravizados. Isso, claro, sem falar da imprensa propriamente abolicionista.

O movimento abrangeu as classes populares, e alguns de seus mais importantes líderes foram pessoas negras. Um deles, Luiz Gama, se tornou célebre ao libertar centenas de escravizados, mobilizando a até então ignorada lei de 1831, que proibia o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil; outro foi José do Patrocínio, intelectual radical com intensa participação na imprensa e na organização de conferências e manifestações públicas em defesa da abolição. Também há a participação ativa do engenheiro André Rebouças, pertencente à aristocracia dominante; foi um grande articulador, influenciando pessoas em vários pontos do circuito de poder.

Em 1885, com a instalação do gabinete conservador do Barão de Cotegipe, os abolicionistas, antes tolerados, passaram a ser ativamente combatidos. Nesse contexto, os militantes começaram a empregar estratégias de conflito aberto, como a desobediência civil, o acolhimento de escravizados e as fugas orientadas. Ao avançar da década de 1880, as fugas se tornaram mais do que recorrentes. Quilombos foram abertos nos campos e nas cidades, e as fazendas escravistas entraram em colapso. Conflitos entre senhores e escravizados se tornaram rotina. Revoltas eclodiam por toda parte, enunciando apenas duas alternativas: a liberdade ou a guerra civil.

Perfil

Luiz Gama

Jornalista, advogado, educador popular e líder abolicionista, Luiz Gama nasceu em 1830, na cidade de Salvador. Contou em suas memórias que foi filho de uma liberta, Luiza Mahin, que, devido à sua participação em levantes contra a escravidão, como o dos Malês, precisou fugir para o Rio de Janeiro. Luiz ficou com seu pai, homem branco de origem aristocrata, que o vendeu como escravizado em razão de dívidas de jogo a um alferes já no Rio de Janeiro.

Autodidata, foi na casa de seu senhor que Luiz Gama aprendeu a ler aos 17 anos. Já letrado, com 18 anos, ele fugiu para São Paulo, conquistando sua liberdade em um tribunal ao provar que sua condição de escravizado feria a lei. Em seguida, estudou Direito e, apesar de não ser formalmente advogado, conseguiu na justiça autorização para exercer o ofício.

Foi nessa condição que Gama conseguiu libertar centenas de escravizados, com base na lei contra o tráfico de africanos escravizados, de 1831: toda pessoa escravizada que ingressou no país após esse ano deveria, por lei, ser livre. Iniciadas as agitações abolicionistas, nos anos 1860 atuou na imprensa e fundou jornais e revistas. Com a aprovação da Lei do Ventre Livre, auxiliou juridicamente os escravizados a comprarem as próprias alforrias. Foi também poeta e escritor. Morreu em 1882, devido a complicações da diabetes.

A trajetória de Gama é singular e, mesmo assim, ao longo de anos, sua relevância foi diminuída, e sua memória, ignorada. Um incansável na luta pelos desvalidos, Luiz Gama merece sempre ser lembrado.



Retrato do jornalista, escritor e abolicionista Luiz Gama. Sem local, sem data.

Coleção particular

Para ampliar

Assista

Doutor Gama, direção de Jeferson De (Paranoid Filmes, 2021, 92 min). Cinebiografia do líder abolicionista Luiz Gama. Vendido como escravizado por seu próprio pai aos 10 anos, Luiz Gama se alfabetiza aos 17 anos, iniciando uma trajetória que o tornaria advogado. Nessa condição, Luiz Gama liberta centenas de pessoas escravizadas.



Globo Filmes

Abolição: sem indenização, sem reforma agrária

O gesto derradeiro das classes dominantes para a defesa de uma abolição lenta, gradual e segura foi a aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885. Por ela, instituiu-se a liberdade aos escravizados que completassem 60 anos. Antes disso, as províncias do Amazonas e do Ceará, em 1884, já haviam erradicado a escravidão. A lei pareceu muito mais um escárnio do que uma tentativa razoável de enfrentamento da questão da transição para o trabalho livre. Com isso, em vez de desmobilizar o movimento abolicionista, ocorreu o contrário: houve uma radicalização, dando-lhes ainda mais impulso.

Em meio a uma sociedade conflagrada, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, pondo fim à escravidão. Na lei, nada se disse sobre indenização aos proprietários. Por outro lado, igualmente nada foi dito sobre a integração das pessoas escravizadas nas novas condições de trabalho. A reivindicação de parte do movimento abolicionista de que se garantisse terra e educação aos libertos também foi ignorada.

Multidão se reúne em missa no campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, para comemorar o fim da escravidão no Brasil. Encontrava-se presente a então princesa regente, Isabel, e, ao seu lado, estima-se que figurava o escritor Machado de Assis.



Instituto Moreira Salles, São Paulo

Antônio Luiz Ferreira. *Missa campal celebrada em ação de graças pela Abolição da escravatura no Brasil.* Rio de Janeiro (RJ), 1888.

Proclamação da República

O movimento republicano começou a se articular como partido em 1870, quando é fundado o primeiro deles, no Rio de Janeiro. Em 1873, o mais numeroso e influente partido republicano foi criado em São Paulo. Surgiram ainda vários clubes e jornais por todo o país. Até a Proclamação da República, foram criados 237 clubes e 74 jornais. Nenhum deles, no entanto, conseguiu unificar o movimento nacionalmente.

Grande parte da militância republicana era composta de frações dissidentes do Partido Liberal. Outro setor que aderiu amplamente ao republicanismo foi o dos cafeicultores do Oeste Paulista, que se sentia desprestigiado pela desproporção entre o quanto pagava de impostos e os investimentos do governo central na província. Além disso, os cafeicultores reclamavam do pouco papel político que possuíam.

O acúmulo de crises que o Império experimentou desde 1870 fortaleceu cada vez mais a bandeira republicana. A Igreja havia se posicionado contra as atitudes do monarca. Os últimos apoios com os quais o Império contava entre as frações dominantes se esvaíram após a abolição ser aprovada sem indenização aos proprietários. Os cafeicultores do Vale do Paraíba abandonaram o governo, sua última esperança para a manutenção do trabalho escravizado. Os militares aderiram às causas do republicanismo e da abolição. Nesse compasso, a maioria deles já se declarava pela República.

A derrubada do Império esteve articulada pela associação entre republicanos e militares de alta patente. No dia 10 de novembro de 1889, com o objetivo de convencer o Marechal Deodoro da Fonseca a desfechar o golpe de Estado, se reuniram em sua casa os republicanos Benjamin Constant, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Francisco Glicério e o coronel Sólton. Convencido, em 15 de novembro, Deodoro da Fonseca proclamou a República no Brasil. Com isso, D. Pedro II e sua família partiram para a Europa.

Durante o Segundo Reinado, o Brasil se tornou o último país a abolir a escravidão. Como resultado, muitos problemas atuais são, ao menos em parte, heranças de estruturas que o Império Brasileiro não enfrentou. Um deles é o racismo estrutural. Séculos de escravidão normalizaram a desigualdade racial no Brasil.

Outro problema é a concentração fundiária. A Lei de Terras, de 1850, consolidou o latifúndio, impedindo o acesso à terra a milhares de trabalhadores rurais, pobres, indígenas e negros. No entanto, a História está sempre em disputa. Hoje, muitos movimentos se levantam contra essa condição e se esforçam, em um país tão desigual, para mover as estruturas.

Para ampliar

Acesse

Indígenas na Fotografia Brasileira.

Disponível em: <https://indigenas.nafotografiabrasileira.org/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Site concebido e dirigido por Leonardo Wen, com apoio da Funarte e do Ministério da Cultura, disponibiliza fotografias de indígenas desde 1844 até os dias atuais, defendendo a importância desse projeto para a memória desses povos e para a história da fotografia brasileira.



1. Leia o relato de Louis Couty, médico francês contratado pelo governo brasileiro para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que atuou como professor e crítico social, e, depois, responda às questões.

Nesses últimos meses ocorreram vários incidentes relacionados à colonização. Em Entre Rios, colonos contratados deixaram a cidade, vigiados por escravos; e a carta do fazendeiro, por nós analisada, mostra que muitos deles tinham razão. Em São Paulo, alguns colonos recusaram estabelecer-se numa região deserta e longínqua para a qual não haviam sido contratados. O primeiro juiz competente deu-lhes razão, desobrigando-os de tudo. Citamos apenas estes dois fatos mais conhecidos, mas existem outros.

Aliás, para que citar outros fatos? O problema não é saber se os colonos têm razão ou não, mas reside no fato de que os estrangeiros vieram para o Brasil acreditando na sua hospitalidade, na proteção de sua polícia e nas leis de imigração, que supunham existir.

COUTY, L. A colonização e o governo. In: COUTY, L. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília, DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1984. p. 22-23.

- a) O que estava sendo denunciado por Louis Couty?
 - b) Qual era a expectativa dos imigrantes ao virem para o Brasil?
 - c) Por quais dificuldades esses imigrantes passavam?
2. Analise a charge e responda ao que se pede.



Angelo Agostini. *Sem título*, 1870. Ilustração.

De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!

AGOSTINI, A. De volta do Paraguai. *A vida fluminense*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 128, p. 184, 1870.

- a) Explique a crítica feita por Angelo Agostini.
 - b) Para diversos grupos da época, a Guerra do Paraguai revelou a contradição entre escravidão e a formação de Forças Armadas modernas. A partir da charge, exemplifique essa contradição.
3. (Unesp – 2022) A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança expôs
 - a) as diferenças estruturais e institucionais entre as colonizações portuguesa e espanhola na América.
 - b) a hegemonia da presença imperialista britânica e norte-americana na América do Sul.
 - c) as tensões regionais e disputas comerciais e políticas entre os Estados da região.
 - d) as ideologias opostas e as distintas posturas diplomáticas adotadas pelos novos Estados americanos.
 - e) a insistência política e militar espanhola para preservar suas últimas colônias americanas.
 4. (Enem – 2017)

O movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai. Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no país.

GOMES, L. 1889. São Paulo: Globo, 2013 (adaptado).

O movimento social citado teve como seu principal veículo de propagação o(a)

- a) imprensa escrita.
- b) oficialato militar.
- c) corte palaciana.
- d) clero católico.
- e) câmara de representantes.



1. Compare os registros fotográficos tirados por Marie E. Thieson e responda às questões.

Fonte 1



Musée du quai Branly - Jacques Chirac, Paris



Musée du quai Branly - Jacques Chirac, Paris

Registros fotográficos de uma mulher indígena botocuda, produzidas com daguerreótipo, em 1844.

Fonte 2

A mulher fotografada encara o interlocutor (até hoje): olha sem rodeios para o aparelho (e para tudo que está por trás dele), mãos cruzadas placidamente no colo. Jovem, é uma “Gioconda” dos trópicos, a nos desafiar com expressão enigmática, contundente e até meiga. Diante do naufrágio de sua vida e de sua coletividade ela parece reunir sofrimento, solidão e colocá-los, oferenda, na expressão eternizada na imagem.

MOREL, M. Imagens aprisionadas e resistência indígena: os daguerreótipos de 1844. *Studium*, Campinas, n. 10, p. 90-91, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/10152>. Acesso em: 21 nov. 2023.

- a) Segundo o historiador, o que estava acontecendo com os povos indígenas naquele momento?
- b) Como é a postura da mulher indígena na imagem?
- c) Como você se sentiria se fosse obrigado a ser retirado de seu modo de vida e a ser fotografado?
- d) Que acontecimentos históricos ajudam a explicar esse momento de agressão aos povos indígenas?



Ficha de estudos

Capítulo 14 – A consolidação e a crise do Segundo Reinado

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva pelo menos três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o seu fichamento te ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A política no Segundo Reinado brasileiro
- A sociedade escravista, hierárquica e desigual
- Relações internacionais e conflitos na América do Sul
- O Império e suas crises

O imperialismo e a Segunda Revolução Industrial

▼ Para começar

1. Muitas pesquisas científicas da atualidade têm servido para questionar ideias racistas criadas há séculos. Como você avalia a importância da ciência para combater o preconceito e as desigualdades? Como o estudo da História contribui para isso?
2. Como coloca o texto desta página, a ideia de raça seria “apenas um rótulo inventado”, sem comprovação científica. Você se lembra de outros “rótulos inventados” que existem nos dias de hoje? Qual é o interesse político e ideológico de criar esses rótulos?

Uma imagem de DNA foi publicada pela primeira vez na revista *Nature* em 25 de abril de 1953, provocando uma verdadeira revolução. Nas últimas décadas, as pesquisas genéticas apresentaram novas compreensões do DNA e da origem da humanidade. Elas apontam a falta de base científica para a ideia de raças humanas. Entre essas compreensões está a de que todos os seres humanos são estreitamente aparentados, ou seja, possuem a mesma coleção de genes, com algumas versões ligeiramente diferentes. Outra descoberta é a confirmação de que todas as pessoas que vivem hoje no mundo são de origem africana. Para esses pesquisadores, a raça seria apenas um rótulo inventado.

Mas quais seriam os objetivos para inventar esse rótulo? No passado, muitas teorias racistas fizeram com que grupos humanos explorassem outros, pois os consideravam como “raças inferiores”. Essas teorias, conhecidas como darwinismo social, serviram como justificativa ideológica para ação das potências imperialistas nos processos de dominação da África e da Ásia. Vamos falar um pouco mais sobre isso neste capítulo.

Representação de uma molécula de DNA.



Swiso/Stockphoto.com

O século XIX e a fase imperialista do capitalismo

A segunda metade do século XIX foi marcada por grande desenvolvimento na produção industrial. Países como Bélgica, Alemanha, Rússia, Japão e França investiram em novas tecnologias, criando bases para um crescimento econômico vigoroso. Esse processo ficou conhecido como **Segunda Revolução Industrial**. Entre as inovações desse período estão a utilização do aço e a descoberta de novas fontes de energia, como petróleo, eletricidade e motor a combustão interna abastecido com os derivados de petróleo.

Esse processo veio acompanhado do desenvolvimento das indústrias química, farmacêutica e automobilística. A metalurgia também se desenvolveu nesse período, criando metais mais resistentes para a fabricação de máquinas e construção de estradas de ferro, ampliando a circulação de mercadorias e diversificando os meios de transporte.

Nesse período, surgiu o capitalismo financeiro, ou monopolista, marcado pelo declínio de empresas menores, incapazes de se adaptar às novas tecnologias, resultando em falências. A livre concorrência inicial da industrialização deu lugar ao domínio do mercado pelos grandes conglomerados. Bancos e instituições financeiras passaram a controlar as atividades comerciais e industriais por meio de empréstimos e aquisição de ações.

A aceleração e a diversificação industrial geraram a busca por novos mercados para matéria-prima e consumo. Vender produtos para os vizinhos europeus ficou mais difícil devido a medidas protecionistas. Entre 1873 e 1896, houve aumento na produção, mas os mercados não conseguiram absorver os produtos, resultando em uma crise de superprodução e na primeira grande depressão do capitalismo.

Imperialismo e o neocolonialismo

A partir da década de 1870, o mundo foi marcado pela face imperialista do capitalismo. A crise enfrentada pelos países industrializados europeus, com queda nas taxas de lucro das empresas, trouxe a necessidade de buscar soluções para os investimentos. Nesse contexto, a política expansionista se tornou uma espécie de “palavra de ordem”. Começou, então, uma verdadeira “corrida imperialista” entre as potências industriais da época.

Os países europeus, os Estados Unidos e o Japão ampliaram seu poder político e econômico, exercendo uma política expansionista e dominando diversos territórios da África, Ásia e América. O objetivo era conquistar mercados consumidores e regiões produtoras de matérias-primas baratas para atender aos interesses dos grupos industriais de seus países.

Esse tipo de dominação ficou conhecido como **neocolonialismo** e foi caracterizado por uma série de políticas que englobavam não só a dominação econômica, política e territorial, mas também a social e cultural; assim como poucos séculos antes impérios coloniais se constituíam à medida que vastos territórios eram conquistados por meios militares e, em certos casos, com o respaldo das elites locais. Essa dominação assegurava aos Estados imperialistas a exploração das riquezas regionais, impulsionando a expansão de seus próprios empreendimentos comerciais. Tais domínios territoriais passaram a simbolizar a força política e econômica das potências europeias.

Imperialismo e ideologias

Dentro da lógica imperialista, as colônias asseguravam o acesso a matérias-primas como algodão, carvão, minério de ferro e petróleo e a mercados exclusivos para os produtos industrializados das metrópoles europeias. Além disso, proporcionavam mão de obra abundante e barata. Os investimentos em infraestrutura, como ferrovias, também foram impulsionados pela política imperialista, visando extrair máxima riqueza das áreas dominadas e fortalecer o poder industrial e financeiro dos empresários europeus.

Esses grupos justificavam a dominação com o discurso de que eles seriam uma espécie de “agentes civilizadores”. Acreditavam que, por serem cultural e tecnologicamente mais “avançados”, era sua responsabilidade disseminar a cultura europeia (com conhecimentos, costumes, língua e religião) entre os povos africanos e asiáticos, visando “civilizá-los”. Essa ideia era referida como o “fardo do homem branco”, termo cunhado pelo poeta britânico Rudyard Kipling em seu texto de 1899.

Kipling, conhecido por apoiar o imperialismo, expressou:

Tomai o fardo do Homem Branco
Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem aos seus cativos;
Para esperar, com arreios
Com agitadores e selváticos
Seus cativos, servos obstinados,
Metade demônio, metade criança.

KIPLING, R. O fardo do homem branco. In: DÍAZ, J. M. H. (coord.). *Influencias belgas en la educación española*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2019. p. 570.

A gravura representa o avanço do imperialismo das potências industriais sobre a China.



Henri Meyer. *O bolo real, ou os Impérios Ocidentais compartilhando a China entre eles*, 1898. Litogravura. Paris, França.

Teorias racistas da época, tidas como científicas, justificaram essas ações ao proclamar a superioridade dos europeus. Herbert Spencer, influenciado por suas interpretações de Charles Darwin, fundamentou o que ficou conhecido como **darwinismo social**, que defendia haver um caminho linear e único de todas as sociedades em direção ao progresso e que alguns povos, por sua superioridade, estariam à frente nesse desenvolvimento em relação a outros, inferiores. Para os adeptos dessa ideia, os povos mais fortes teriam o direito de explorar a riqueza das áreas ocupadas por povos mais fracos, uma vez que estes seriam incapazes de fazer bom uso dos recursos disponíveis.

A dominação europeia na África

A partir do século XV, à medida que os europeus buscavam rotas para alcançar o Oriente, a África emergiu como foco central de interesse. Nesse período, milhões de africanos foram brutalmente retirados à força de suas terras e traficados para servir como escravizados nas colônias americanas. Algumas nações europeias já haviam estabelecido domínio em partes da África. Portugal, por exemplo, já havia colonizado regiões como Angola e Moçambique desde o século XVI.

Apesar do fim do tráfico de escravizados no século XIX, medida impulsionada em parte pela pressão da Inglaterra, o interesse europeu pela África não cessou. Expedições científicas adentraram o continente africano em busca de informações sobre suas riquezas naturais, alimentando a cobiça dos europeus por esses recursos. Com o advento da corrida imperialista, essa dominação aumentou significativamente, abrangendo cerca de 90% do território. Desde o início daquele século, França, Portugal, Inglaterra e Espanha já haviam iniciado seus processos de domínio de partes dos territórios africanos.

Os países europeus mantinham o controle dos territórios coloniais por meio do domínio sobre as leis e a administração local. Eles ditavam as decisões judiciais, controlavam a polícia e estabeleciam políticas educacionais, financeiras e de saúde. As elites locais desempenhavam papéis importantes, frequentemente compartilhando os espaços de poder político com os dominadores europeus. Essas elites ocupavam cargos na administração, como no gerenciamento da arrecadação de impostos e em várias áreas das secretarias. Elas usavam suas redes de influência social, política e econômica como estratégia de manutenção do domínio.

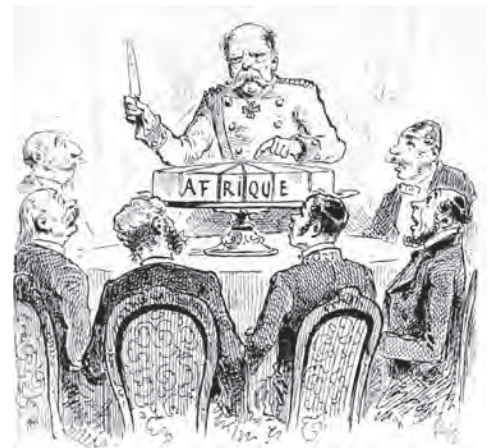
Para as elites locais, era crucial assimilar aspectos da cultura ocidental para garantir privilégios com os europeus, buscando uma posição de maior igualdade. No entanto, os europeus observavam com cautela essa aproximação, pois reconheciam que isso poderia potencialmente levar a revoltas a qualquer momento.

Após seus processos de unificação nos anos 1870, Itália e Alemanha deram início à expansão, embora tenham ingressado tardiamente nessa corrida, o que os deixou em desvantagem.

Em 1884, o chanceler da Alemanha, Otto von Bismarck, convocou as lideranças das potências europeias para a **Conferência de Berlim**, com o intuito de discutir e estabelecer a partilha dos territórios africanos.

Os resultados desse encontro geraram uma divisão extremamente fragmentada do território, sem considerar os aspectos culturais e identitários dos povos, tampouco suas rivalidades históricas. Isso resultou na submissão de grupos historicamente rivais sob o mesmo domínio territorial, gerando tensões entre eles. A partilha desconsiderou a realidade local, provocando conflitos e fricções entre os diferentes grupos étnicos e culturais.

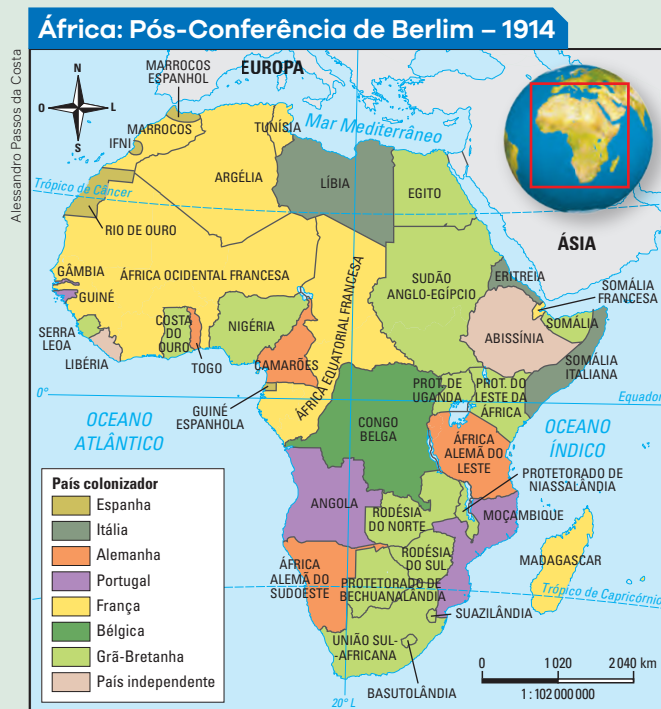
Ilustração publicada pelo jornal *L'illustration*, em 1884, que retrata um momento da Conferência de Berlim. Na parte inferior da ilustração, lê-se: "A questão do Congo".



Em 1885, o jornal *L'illustration* publicou uma caricatura que tem no centro da imagem o chanceler alemão Bismarck. Com uma faca na mão, ele reparte entre outros líderes europeus um bolo no qual se lê "África".



Observe os mapas que mostram o domínio colonial sobre o território africano antes e depois da Conferência de Berlim (1880) e faça o que se pede.



1. Aponte uma diferença entre os mapas de antes e depois da Conferência de Berlim.
2. Identifique uma característica da divisão territorial observada após a Conferência de Berlim.

Domínios imperialistas

As formas de dominação do território africano variavam entre o controle direto dos Estados europeus sobre a administração local e a dominação indireta. Vejamos alguns desses casos.

Inglaterra

A Inglaterra exerceu domínio sobre parte significativa do continente africano, incluindo territórios da África do Sul, Somália, Serra Leoa, Egito, Quênia, Nigéria e Gâmbia. Geralmente, os ingleses adotavam uma estratégia de colonização indireta. Membros do governo britânico atuavam como intermediários entre os interesses das empresas do país e os governos locais, com decisões alinhadas aos interesses dos empresários ingleses.

A exploração econômica era conduzida por companhias comerciais britânicas, como a *British South Africa Company* e a *De Beers*, esta última dedicada à exploração de diamantes e pertencente ao empresário imperialista Cecil Rhodes (1853-1902), um dos principais nomes do domínio inglês na África.



Inglaterra magra pura
y Francia tocino fresco;
si á España le dejan algo
será el hueso.

Charge publicada no jornal *Liberal de Múrcia*, em 1903, que ilustra ingleses e franceses dividindo a África entre si, enquanto a Espanha, representada como um cão, aguarda os ossos, 1903. Na legenda, lê-se: “[Para a] Inglaterra [carne] magra e bacon fresco [para a] França; se eles deixarem algo à Espanha, será o osso”, em português.

França

Ainda no início da década de 1830, os franceses consolidaram seu domínio sobre a Argélia. A chegada de colonos franceses resultou na formação de uma elite que dominava cerca de um terço das terras usadas para produção de gêneros alimentícios e matérias-primas destinadas ao mercado francês.

Essa supremacia foi acompanhada por uma imposição cultural. O francês tornou-se a língua oficial, sendo a única ensinada nas escolas, enquanto a publicação de livros em idiomas nativos foi proibida. Houve um estímulo para que o povo argelino abandonasse suas tradições religiosas. Posteriormente, a dominação francesa expandiu-se para além da Argélia, abarcando Marrocos, Tunísia, Senegal, Costa do Marfim e Madagascar, estendendo-se por boa parte do norte da África, bem como por partes da África Central e Ocidental.

Bélgica

Em 1876, o rei Leopoldo II da Bélgica iniciou a conquista do Congo. Nesse período, organizou em Bruxelas a **Conferência Geográfica Internacional**, sobre a importância das explorações científicas e humanitárias na África. No entanto, registros documentais revelam que os exploradores belgas conduziram uma das dominações mais violentas e brutais da história.

No Congo Belga, trabalhadores que não alcançassem as cotas de coleta de borracha, por exemplo, sofriam punições extremamente violentas, incluindo tortura e morte. As populações locais eram impedidas de cultivar terras para subsistência, que eram confiscadas para plantações de alimentos dos colonizadores. Além disso, não podiam explorar recursos como borracha e marfim para benefício próprio, já que essas atividades se tornaram monopólio do Estado belga. Além da escassez de comida, o povo congolês era sobrecarregado com pesados impostos pelos colonizadores.

Alemanha

A Alemanha entrou tarde no processo de expansão territorial, mas conseguiu, em parte, atender aos seus interesses imperialistas durante a partilha do continente. O país experimentava um rápido crescimento industrial.

Entre as áreas colonizadas pela Alemanha estavam o sudoeste Africano Alemão (atual Namíbia), as colônias da África Ocidental Alemã (atuais Togo e Camarões) e da África Oriental Alemã (atuais Tanzânia, Ruanda e Burundi, além de partes de Quênia e Moçambique). Apesar dessas conquistas, o *kaiser* alemão, Guilherme II, percebeu que esses territórios não possuíam tantos recursos naturais quanto outras regiões, o que representava uma desvantagem para os alemães.

O imperialismo estadunidense

Nos Estados Unidos, o século XIX foi de rápido crescimento industrial. A vitória do Norte industrializado na Guerra de Secessão (1861-1865) impulsionou o modelo de industrialização na economia do país. As relações comerciais e políticas com outras nações do continente se fortaleceram. No contexto pós-Império Napoleônico (1815) e restauração das monarquias europeias, os Estados Unidos temiam a possibilidade de uma reação conservadora que afetasse as nações recém-independentes da América.

Para evitar a interferência europeia nas ex-colônias em processo de emancipação, o presidente James Monroe estabeleceu, em 1823, uma política externa fundamentada na ideia de uma América para os americanos, conhecida como **Doutrina Monroe**. Essa política abriu caminho para estreitar os laços políticos, econômicos e culturais entre os Estados Unidos e outros países do continente. Contudo, serviu como uma base ideológica para a crescente influência imperialista dos Estados Unidos sobre as repúblicas latino-americanas.

A distância em relação às antigas metrópoles europeias foi reafirmada na **Primeira Conferência Pan-Americana**, em 1889. Os Estados Unidos endossaram a busca por autonomia política e econômica, impulsionados pelo interesse em conquistar os mercados latino-americanos.



Granger/Fotoarena

Frederick Victor Gillam. *Doutrina Monroe*, 1896.

A charge representa os Estados Unidos invocando a Doutrina Monroe contra a Grã-Bretanha e outras potências europeias na disputa pela fronteira da Venezuela. Na placa, lê-se: "Não ultrapasse. América para os americanos. Tio Sam".

O imperialismo estadunidense na América Latina

O imperialismo americano na América Latina buscava não apenas o controle econômico dos mercados, mas também uma dominação política assegurada pela força militar, denominada política do **big stick**, ou "grande porrete", sendo uma extensão do Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe.

Em 1904, o presidente americano Theodore Roosevelt comunicou ao Congresso a possibilidade de os Estados Unidos agirem como uma "polícia internacional" para preservar a civilização, a ordem e o progresso em outros países. Esse discurso buscava justificar o emprego da força militar sempre que os interesses americanos se vissem ameaçados por governos contrários a eles.

Durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), sua política do *big stick* intensificou a ação imperialista dos Estados Unidos no continente. Entre o final do século XIX e o início do XX, os EUA intervieram em várias nações, como Haiti, Nicarágua, Colômbia, Venezuela e Cuba. A partir de 1934, a política do *big stick* foi substituída por uma abordagem baseada em diplomacia e colaboração econômica e militar, conhecida como **política da boa vizinhança**. Essa estratégia foi adotada para preservar a influência dos Estados Unidos no Caribe e na América Latina.

Para além do continente americano, os Estados Unidos mantiveram domínio sobre as Filipinas até 1946, quando o país se tornou independente. O Havaí, um arquipélago polinésio, também foi alvo da influência americana, sendo anexo militarmente em 1898 e, dois anos após, integrado ao território dos Estados Unidos.

Em um esforço de representar a política externa estadunidense, a charge apresenta a caricatura do então presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt segurando, sobre um dos ombros, um enorme porrete e, com uma das mãos, puxando alguns navios de guerra no mar do Caribe.



Coleção particular

W. A. Rogers. *O Big Stick no Mar do Caribe*, 1904.

As relações entre Cuba e Estados Unidos no século XIX

A **Guerra Hispano-Americana** de 1898 é um exemplo marcante da intervenção militar dos Estados Unidos. Em oposição ao monopólio comercial espanhol sobre Cuba, os americanos investiram na produção de tabaco e açúcar naquela ilha. Anteriormente, tentaram adquirir a região dos espanhóis, sem sucesso. Em 1895, a população cubana iniciou uma guerra de independência liderada por **José Martí**. Em 1898, os Estados Unidos se juntaram à guerra ao lado dos cubanos, alegando que os espanhóis haviam afundado um navio americano no porto de Havana. Com a derrota da Espanha, a Independência de Cuba foi proclamada em 1899.

Apesar da independência, Cuba foi obrigada a aceitar na sua constituição a **Emenda Platt**, imposta pelos Estados Unidos, que concedia aos estadunidenses o direito de intervir diretamente nos assuntos internos do país se seus interesses econômicos na ilha fossem ameaçados. Além disso, obtiveram permissão para estabelecer uma base militar em território cubano, a base de Guantánamo, que existe até hoje.

As políticas imperialistas e suas consequências

A ação imperialista europeia deixou profundos impactos na África, especialmente devido à demarcação de fronteiras artificiais. Essas delimitações, baseadas nos interesses europeus, ignoraram a realidade local e frequentemente agruparam em um mesmo território etnias rivais, gerando tensões entre as nações africanas. Mesmo após a independência do domínio europeu, a região enfrentou conflitos violentos e guerras civis.

As consequências econômicas persistem até hoje. Empresas estrangeiras assumiram o controle das terras nativas, eliminando cultivos de subsistência e implementando produções focadas na agroexportação. A exploração mineral exauriu recursos naturais, e muitas comunidades enfrentam miséria e pobreza, privadas de recursos essenciais para seu bem-estar.

Houve também uma devastação cultural. Os colonizadores, por meio das escolas, reescrita da história e imposição de costumes europeus, buscaram suprimir e desestruturar as culturas locais. Em muitos casos a língua oficial foi estabelecida pela potência colonizadora, resultando em uma imposição cultural e simbólica sobre os povos africanos.

Atualmente, movimentos lutam pela reparação dos danos causados pela opressão e violência sofridas por esses povos. Organismos internacionais buscam ajudar essas regiões a enfrentar as consequências negativas desse processo, pleiteando perdão de dívidas e compensações, como visto no início deste capítulo.

A guerra civil de Ruanda, que ocorreu entre 1990 e 1994, resultou no genocídio de 800 mil pessoas da etnia tutsi e é um exemplo das consequências da exploração imperialista sobre o continente africano.



Pascal Guyou/AFP

Grupo de refugiados da etnia tutsi. Butare, Ruanda, 1994.

O tempo da Belle Époque

A partir da década de 1870 uma série de inovações tecnológicas e científicas – como iluminação elétrica, telefone, cinema, automóvel, entre outras – desencadeou um clima de entusiasmo nas grandes cidades da Europa Ocidental, sobretudo França e Inglaterra. As novidades difundiram um sentimento coletivo de otimismo diante do futuro e a crença de que, por meio da tecnologia, a humanidade caminharia rumo ao progresso, à paz e à prosperidade entre os povos.

INTERFOTO/Alamy/Fotorena



No final do século XIX e início do século XX, a partir do desenvolvimento tecnológico e científico da Segunda Revolução Industrial, as elites da Europa Ocidental reforçaram o domínio sobre recursos naturais e tecnológicos, o que expandiu seu poder e fez com que acumulassem mais capital. Em contrapartida, a concentração de riquezas nas mãos das elites aumentou a desigualdade social interna nos países europeus industrializados e fomentou as disputas entre eles pelo controle de áreas coloniais.

Os automóveis foram uma das invenções da época que se popularizou nos centros urbanos. Paris, França, c. 1910.

O clima de otimismo e confiança no progresso foi interrompido pelo início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que contrariou as expectativas da época e mostrou que o desenvolvimento científico-tecnológico podia ser usado também para provocar destruição e morte.

A expressão *Belle Époque* (Bela Época, em português) teve origem na França, após o fim da Primeira Guerra Mundial, para se referir ao período das últimas décadas do século XIX até 1914, caracterizado por descobertas científicas e tecnológicas, sentimentos de otimismo e euforia e prosperidade econômica. A França, particularmente a cidade de Paris, foi o cenário de novos costumes e modas que se difundiram em cafés, óperas, salões e museus. A capital francesa reuniu importantes artistas e intelectuais, tornando-se um modelo de civilização para o restante do mundo.

No entanto, a *Belle Époque* não foi tão bela assim para os grupos sociais que viviam nas cidades industrializadas da Europa. Nos centros urbanos, o operariado enfrentava longas jornadas, baixos salários e condições insalubres de trabalho. Mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas recebendo salários mais baixos do que os homens, além de sofrerem castigos corporais quando não cumpriam metas ou regras. As condições de vida e moradia nas vilas operárias eram difíceis, destoando da atmosfera despreocupada e otimista da *Belle Époque* vivenciada pelas elites e camadas médias urbanas.



Samuel Luke Fildes. *Candidatos à admissão na ala casual de Saint Martin in the Fields*, 1874. Óleo sobre tela, 1,37 m × 2,43 m.

Royal Holloway, Londres



Pierre Auguste-Renoir. *O almoço dos barqueiros*, 1880. Óleo sobre tela, 1,30 m × 1,75 m.

The Phillips Collection, Washington D.C.

As exposições universais

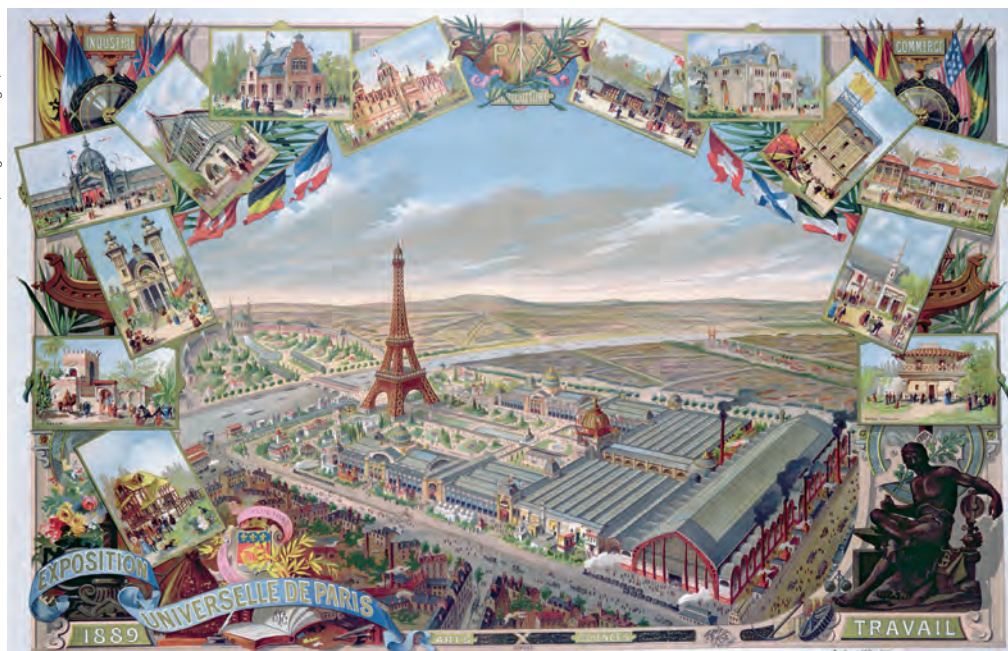


No contexto da *Belle Époque* foram realizadas as exposições universais. Esses eventos, sediados em países da Europa e nos Estados Unidos, tinham como objetivo apresentar o progresso industrial e novos maquinários que contribuíssem para o desenvolvimento tecnológico. Também eram apresentadas amostras dos produtos industriais e agrícolas e novidades do vestuário, da arte e das construções.

A primeira exposição foi realizada em Londres, em 1851, na qual foi inaugurado o Palácio de Cristal inglês, construído em estrutura de ferro e vidro, um espaço amplo e translúcido. A grandiosidade, firmeza e transparência representavam a engenhosidade da época, surpreendendo pela rapidez com que sua estrutura podia ser desmontada. O palácio, construído em seis meses com módulos pré-fabricados, foi considerado uma das catedrais da sociedade industrial.

Na Exposição Universal de 1876, realizada na Filadélfia, o telefone de Graham Bell foi uma das grandes novidades, e em 1889, na Exposição Universal de Paris, que comemorou o primeiro centenário da Revolução Francesa, foi inaugurada a Torre Eiffel. Construída por Gustave Eiffel, e inicialmente pensada para ser temporária, a estrutura de ferro foi alterada e tornou-se um símbolo da cidade de Paris.

Archives Charmet/Bridgeman Images/Fotoarena



Ao observar o cartaz, é possível verificar o sentimento de otimismo no progresso em diversas áreas, como na indústria, no comércio, na agricultura e no trabalho. Tudo isso marcado pela paz – conforme indicado na parte superior do cartaz.

Cartaz que apresenta a Exposição Universal de Paris, em 1889.

No ano de 1900, uma nova exposição em Paris apresentou os progressos científicos e tecnológicos do final do século XIX, ao mesmo tempo que projetava uma expectativa de seus usos em um futuro próximo. As invenções eram a **eletricidade**, o **cimento armado** (concreto) e o **aeroplano**, que anunciavam as realizações que ainda viriam.

Para a exposição de 1900 foram construídos o Petit e o Grand Palais. O Pavilhão da Eletricidade destacou-se pela arquitetura, dimensão e iluminação. As principais atrações foram os novos meios de transporte, com a inauguração da primeira linha de metrô de Paris (Porte de Vincennes – Porte Maillot) e as novas estações de trem (D'Orsay, Invalides e Lyon). Também chamou a atenção dos contemporâneos a projeção dos filmes dos Irmãos Lumière e o uso da eletricidade para iluminar os ambientes.

Para ampliar

▶ Leia

A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910, de Margarida de Souza Neves e Alda Heizer (Atual, 1991).

Nesse livro, sobre a história da Primeira República no Brasil (1870 a 1910), as autoras apresentam em sua parte inicial uma reflexão sobre o contexto da *Belle Époque* e das exposições universais e como as inovações científicas e tecnológicas do período foram vivenciadas no Brasil.



As metrópoles e as novas experiências do tempo e espaço

Na virada do século XIX para o século XX, as grandes potências da Europa e os Estados Unidos passaram pela Segunda Revolução Industrial, vivenciando um rápido processo de industrialização impulsionado pelas inovações tecnológicas da época. Esse processo contribuiu para o crescimento e a concentração urbana, dando origem às **metrópoles**.

As cidades expandiram-se horizontalmente: os novos meios de transporte movidos pela eletricidade – trens, bondes e metrô – ao lado dos veículos de combustão interna – motocicleta, carros, ônibus e caminhões – permitiam o deslocamento rápido de muitas pessoas dos bairros residenciais aos locais de trabalho e vice-versa.

A presença dos grandes complexos industriais – como as usinas elétricas, fundições siderúrgicas, indústrias químicas e refinarias de petróleo – atraía mais pessoas do meio rural em direção aos centros urbanos.



Granger/Fotoarena

Vista de Sheffield, Inglaterra, mostrando fábricas com vista para o Rio Sheaf, 1884. Gravura em madeira.

As cidades também cresciam verticalmente: os novos materiais de construção (concreto armado, aços especiais, alumínio e chapas resistentes de vidro) possibilitaram o surgimento dos prédios e arranha-céus, alterando a paisagem urbana.

Os novos meios de comunicação – telégrafo, telefone e cinema – permitiram que homens e mulheres tivessem uma nova vivência do tempo por experiências novas, como a observação pela janela do trem de uma paisagem que passava rapidamente, aliada à própria sensação de um deslocamento mais veloz, e a disseminação da iluminação elétrica nos espaços públicos, que promoveu novas formas de interação entre as pessoas e novos hábitos.

No espaço das metrópoles surgiram também novas formas de sociabilidade, comportamentos e expressões artísticas. A descoberta da eletricidade possibilitou novas formas de

lazer, como o cinema. Criado em 1894, o cinema exibia filmes em uma grande tela, provocando distintas emoções entre aqueles que os assistiam ao sincronizar imagens em movimento com o som.

Em 22 de março de 1895, os irmãos Auguste e Louis Lumière apresentaram, na Sociedade para o Desenvolvimento da Ciência de Paris, uma primeira exibição cinematográfica do filme *A saída dos operários da fábrica Lumière em Lyon*. A primeira exibição pública ocorreu em dezembro do mesmo ano, também em Paris, com o filme *A chegada do trem à Estação Ciotat*. Durante a projeção, muitos espectadores saíram correndo das primeiras sessões por acharem que, de fato, um trem invadiria a sala de cinema, pois não tinham o olhar habituado àquele tipo de recurso visual. Isso significa que até nosso olhar tem historicidade.

Cena do filme *A chegada do trem à estação de La Ciotat*, dos irmãos Lumière, 1895.

Instituto Lumière, Lyon



As artes

O otimismo da *Belle Époque* manifestou-se também nas artes, promovendo o surgimento de movimentos artísticos nos campos das artes plásticas, arquitetura e *design* gráfico, como desdobramentos das novas tecnologias e das experiências de aceleração do tempo vivenciadas por homens e mulheres da época.

As artes plásticas: Impressionismo e Expressionismo

Nesse período, surgiram nas artes plásticas os movimentos do Impressionismo e Expressionismo, que procuravam representar a realidade de forma diversa daquela retratada pela fotografia.

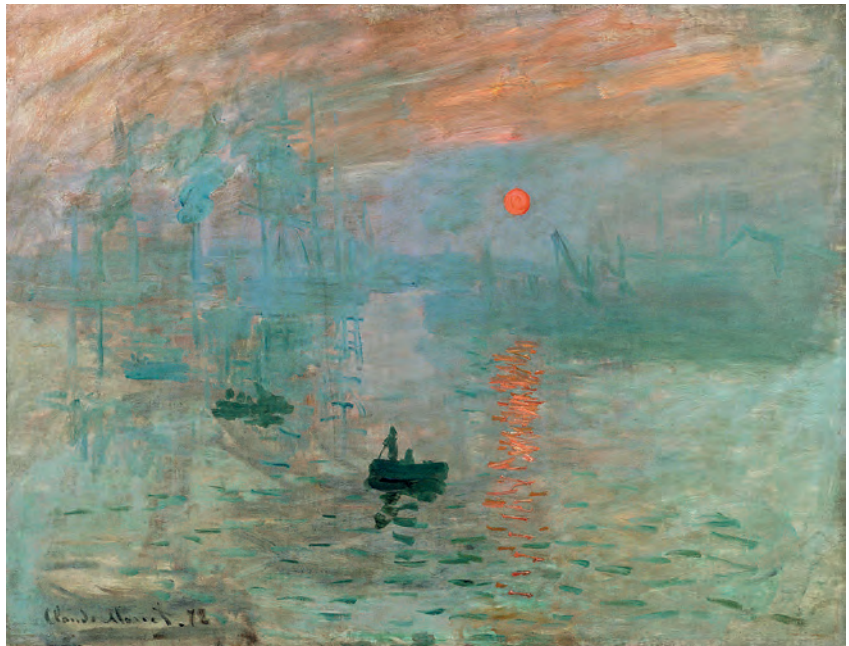
O movimento impressionista iniciou-se na França em meados do século XIX e se manifestou principalmente nas artes plásticas. Os pintores impressionistas procuraram retratar as cenas da vida cotidiana moderna e as paisagens naturais usando cores vivas e pinceladas soltas que davam uma sensação de movimento e leveza às obras.

Os principais pintores impressionistas foram Claude Monet, Pierre-Auguste Renoir e Edgar Degas. Eles não se prendiam ao realismo acadêmico e produziam suas telas ao ar livre, uma vez que tinham a intenção de conseguir representar as tonalidades que os objetos refletem de acordo com a iluminação do sol em diferentes momentos do dia. Suas obras eram exibidas fora do circuito tradicional das artes da época, em salões.

O holandês Vincent van Gogh (1853-1890) foi um importante pintor do Pós-Impressionismo, cujas obras apresentam as primeiras características do Expressionismo.

A visão do céu noturno, com destaque de Vênus e do brilho da Lua, apresenta a adoção da pintura moderna de símbolo, sentimento e expressão.

Vincent van Gogh. *Noite estrelada*, 1889. Óleo sobre tela, 73,7 cm × 92,1 cm.



Claude Monet. *Impressão: nascer do sol*, 1872. Óleo sobre tela, 48 cm × 63 cm.



Museu Marmottan Monet, Paris

MoMA - Museu de Arte Moderna, Nova York



O Expressionismo foi um movimento artístico da vanguarda europeia do início do século XX, que valorizava a expressão da subjetividade e emoção do ser humano. O termo foi usado pela primeira vez em 1911 no periódico alemão *A Tempestade*, um importante veículo na comunicação do movimento. Seu estilo caracterizou-se pelo contraste, pela intensidade cromática e por uma estética que não valorizava a perspectiva e a luz, enfatizando o modo pelo qual o indivíduo se sentia no mundo.

Os artistas desse movimento vivenciaram o contexto da Primeira Guerra Mundial e expressaram os sentimentos de angústia, solidão e pessimismo diante da vida.

O pintor norueguês Edvard Munch (1863-1944) é considerado o precursor do Expressionismo, tendo produzido obras que causaram impacto por sua carga emocional, como a tela *O Grito*.



Museu Nacional de Arte, Oslo

Edvard Munch. *O Grito*, 1893. Óleo sobre tela, 91 cm x 73,5 cm.

Artes plásticas: o Cubismo

No início do século XX também surgiu na França o estilo cubista, que rompeu com uma estética que buscava a perfeição das formas e a representação realista da natureza, marcas da pintura tradicional.

O estilo cubista se caracterizou pelo uso de cones, esferas, cilindros, triângulos e círculos para representar a realidade. Por vezes, os artistas buscavam com a geometrização e fragmentação criar o efeito de múltiplas visualizações de um objeto, dependendo do ângulo escolhido.

A pintura *As Damas d'Avignon* (*Les Femmes d'Alger*), do espanhol Pablo Picasso (1881-1973), é considerada uma obra-prima do estilo cubista. O artista utilizou formas geométricas para representar cinco mulheres nuas em um fundo fragmentado, que passa a sensação de bidimensionalidade. Ainda assim, no primeiro plano, na parte inferior, vemos a representação de uma natureza morta que parece projetar-se para a frente. Observe que os rostos das duas mulheres à direita são representados como máscaras, em referência à arte africana. Já os rostos das três mulheres à esquerda são representados no estilo ibérico.

O título da pintura faz menção à Rua Avignon em Barcelona, famosa por seu bordel. Dizem que Picasso estava inseguro em apresentar essa obra, que foi exposta em 1916. Ainda que aclamada por muitos, a pintura provocou escândalo em outros por ser considerada imoral e obscena.

Pablo Picasso. *As Damas d'Avignon*, 1906-1907. Óleo sobre tela, 2,43 m x 2,33 m.

© Succession Pablo Picasso / AUTVIS, Brasil, 2024
Museu de Arte Moderna, MoMA, Nova York, EUA



Em 1909, a publicação do **Manifesto Futurista** de autoria do poeta italiano Filippo Marinetti, no jornal francês **Le Figaro**, inaugurou um novo movimento artístico das vanguardas europeias: o Futurismo. Esse movimento exaltava o progresso, a tecnologia moderna, a cidade, as máquinas e as invenções da Segunda Revolução Industrial. O Futurismo manifestou-se na pintura, literatura, arquitetura e escultura.

A pintura futurista foi influenciada pelo Cubismo e pelo Abstracionismo. Um de seus principais representantes foi o italiano Giacomo Balla (1871-1958), que em suas obras preocupou-se com o dinamismo das formas e em abordar a experiência da velocidade e da dinâmica do mundo moderno industrializado.

A Art Nouveau

No final do século XIX, surgiu na França um estilo artístico conhecido como *Art Nouveau* (Nova Arte), que se expressou nas artes plásticas, artes decorativas, arquitetura, *design* gráfico e escultura.

Entre suas características estava o uso de linhas ondulantes, dinâmicas e assimétricas, no intuito de passar a ideia de movimento, além do emprego de formas orgânicas relacionadas com a natureza e de materiais como vidro, ferro, madeira e cimento. Na pintura, destacam-se a presença da figura feminina e o uso das cores frias.

A expressão *Art Nouveau* surgiu no ano de 1900, em Paris, em referência à galeria Maison Art Nouveau (Casa da Nova Arte) do comerciante Siegfried Bing (1838-1905), que abrigou uma exposição de objetos e móveis da Nova Arte. O movimento ganhou repercussão internacional.

Entre as obras mais relevantes do estilo *Art Nouveau* na arquitetura está a Casa Batlló, do arquiteto catalão Antoni Gaudí, em Barcelona. A casa é uma construção poética que combina fortes texturas e cores vibrantes, incentivando a imaginação. O arquiteto inspirou-se na natureza para compor a edificação com formas biomórficas que lembram répteis, folhagens e ossos. Usou curvas e linhas assimétricas, combinando materiais diversos, como pedra, vidro, cerâmica e ferro. A fachada possui múltiplas cores, do laranja ao azul esverdeado, e foi decorada com um mosaico composto de ladrilhos de cerâmica quebrados. As janelas são ovais e o telhado arqueado é comparado às costas de um dragão ou dinossauro.

A Casa Batlló também é conhecida como Casa dos Ossos (*Casa dels ossos*) pela semelhança da fachada e de alguns elementos decorativos com ossos. Foi considerada Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco em 2005.

Nas artes decorativas, ganharam destaque os vasos do *design* francês Émile Gallé. Assim como Gaudí, Gallé desenvolveu uma proposta estética inspirada nas formas da natureza. No ateliê onde trabalhava havia na porta a seguinte inscrição: “Nossas raízes estão no fundo da floresta, junto às fontes, sobre os pântanos”. Com base em suas pesquisas sobre botânica e **entomologia**, Gallé criou objetos que, para além de seu caráter utilitário, tinham um valor artístico.

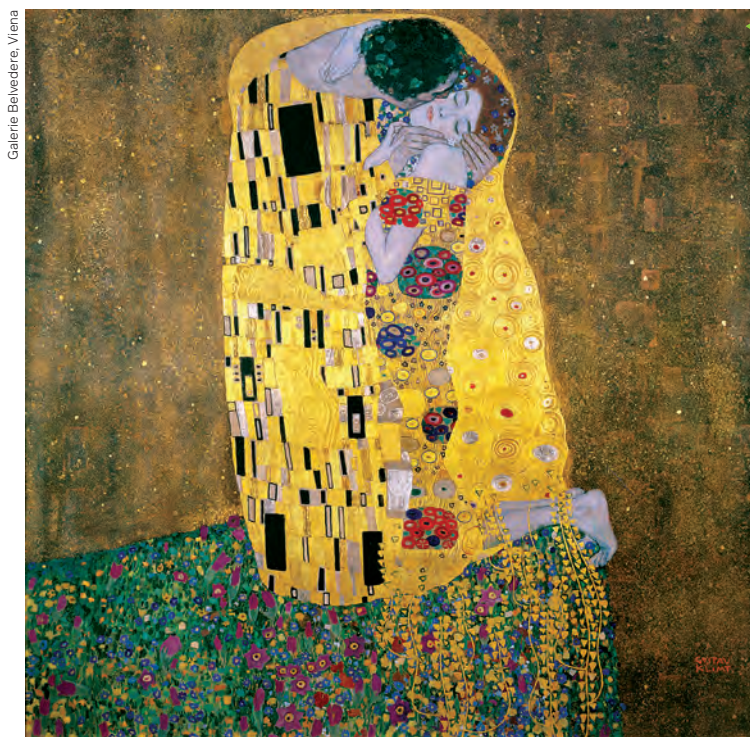
GLOSSÁRIO

Entomologia: ramo da zoologia que estuda os insetos.

Fachada da Casa Batlló, de Antoni Gaudí, em Barcelona. Espanha, 2022.



O austríaco Gustav Klimt foi um representante do estilo *Art Nouveau* na pintura. Uma de suas obras de maior destaque é *O Beijo*, que representa o tema da união carnal. No centro da tela, as figuras do homem e da mulher se confundem em um abraço que os transforma em um corpo coeso.



As folhas de ouro e os motivos ornamentais empregados pelo pintor foram inspirados nos mosaicos bizantinos de Ravena, que o impressionaram em sua viagem para a Itália, em 1903.

Gustav Klimt. *O Beijo*, 1907. Óleo sobre tela, 1,80 m × 1,80 m.

No entanto, a diferença entre os gêneros e a individualidade das figuras são indicadas por suas vestimentas: a do homem apresenta um mosaico retangular, com formas destacadas em cinza e preto; enquanto a da mulher possui elementos florais coloridos com contornos e curvas suaves. Na obra, a figura masculina transmite a sensação de movimento e força, e a feminina, de passividade por estar de joelhos enquanto é beijada. O casal aparece em um espaço deslocado da realidade, destacando-se do fundo por uma aura dourada, uma representação de um cenário ideal de felicidade e harmonia.

Klimt presenciou as novidades tecnológicas e as descobertas científicas do seu tempo, tendo sido influenciado pela psicanálise de Freud. Explorou em suas obras os abismos pessoais, investigando o que era problemático e dúbio nas experiências individuais e em uma cultura.

As ciências

O período da *Belle Époque* foi marcado por várias descobertas científicas, entre as quais a teoria da relatividade, de Albert Einstein (1905), que revolucionou a Física ao estabelecer uma nova concepção acerca do tempo e do espaço.

As invenções da época certamente atuaram sobre a imaginação de Einstein que, no final do século XIX, ainda garoto, ao viajar de trem ficou intrigado com os dois fechos de luz que viu quando dois trens em direções opostas se cruzaram em alta velocidade em um túnel. Logo após essa experiência, questionou-se: o que veríamos se estivéssemos em um daqueles fechos? De acordo com a teoria da relatividade, a velocidade da luz é constante e o tempo é relativo.

O químico e biólogo francês Louis Pasteur, além de desenvolver a vacina antirrábica em 1885, observou que as doenças infecciosas são causadas por microrganismos e, portanto, podem ser prevenidas por medidas de higiene – como lavagem das mãos, limpeza da casa, filtragem da água, entre outras – e vacinas. Seus estudos e ideias lançaram as bases da microbiologia e diminuíram as epidemias e mortes por doenças infectocontagiosas.

Em 1903, Pierre e Marie Curie ganharam o Prêmio Nobel pela descoberta da radioatividade. Também no início do século, o neurologista austríaco Sigmund Freud revolucionou a forma de compreender a mente humana ao formular uma teoria psicanalítica, com métodos próprios, inaugurando um novo campo do conhecimento. Freud refletiu sobre como o cotidiano de uma sociedade mecanizada e de massa no espaço das metrópoles poderia causar sofrimento psíquico aos indivíduos.

Marie Curie

Marie Skłodowska-Curie nasceu como Maria Salomea Skłodowska, em 1867, em Varsóvia, Polônia. Seu pai era professor de Física e Matemática, e sua mãe, professora, pianista e cantora. Marie cresceu em uma família que valorizava as ciências e a educação. Durante a infância, teve duas perdas significativas: sua irmã morreu de tifo, e sua mãe, de tuberculose. Para superar a tristeza e a depressão, o pai a incentivou nos estudos.

Aos 15 anos, Marie formou-se no colegial, sendo destaque em sua turma, mas enfrentou dificuldades para ser admitida no ensino superior, uma vez que a Universidade de Varsóvia não aceitava mulheres. Decidiu, então, ir para Paris, onde ingressou na Universidade Sorbonne e mudou seu nome para Marie.

Em 1893, formou-se em Física, e em 1894, em Matemática, ano em que conheceu o professor de Física Pierre Curie, com quem viria a se casar. Marie Curie ingressou no doutorado (algo raro para as mulheres da época), no qual realizou estudos sobre as radiações do urânio, tendo sido a autora do termo **radioatividade**. Em 1903, defendeu sua tese com o tema “Pesquisa de substâncias radioativas”, que foi considerada pela banca examinadora a maior contribuição científica da época.

Ainda em 1903, Marie Curie recebeu, com Pierre Curie e o cientista Henri Becquerel, o Prêmio Nobel de Física pelas descobertas no campo da radioatividade, tornando-se a primeira mulher a receber tal premiação. Na mesma época, recebeu da Real Sociedade de Londres a Medalha Navy, pelo reconhecimento de suas descobertas na Química. Essa foi também a primeira medalha a ser concedida a uma pesquisadora mulher.

Em 1904, Pierre foi nomeado professor da Sorbonne e Marie assumiu o cargo de assistente-chefe do seu laboratório. Em 19 de abril de 1906, Pierre Curie morreu atropelado. Marie foi, então, indicada para substituí-lo, tornando-se a primeira professora (mulher) de Física Geral. Em 1910, com o auxílio do químico francês André Debierne, conseguiu obter o rádio em estado metálico. E, no ano seguinte, tornou-se a primeira pessoa a receber duas vezes o Prêmio Nobel, dessa vez de Química, por suas investigações sobre as propriedades e o potencial terapêutico do rádio.

Marie foi pioneira ao entrar para a pesquisa científica no fim do século XIX, abrindo espaço para outras mulheres nesse campo, incluindo sua filha. A Academia Francesa de Ciências só passou a aceitar mulheres em 1979. Marie também tentou retornar à Polônia e levar seus conhecimentos ao seu país natal, mas foi rejeitada pela universidade por ser mulher. Em 1911, foi a única mulher a participar do Congresso Solvay, que em sua primeira edição contou com a participação de Albert Einstein, Max Planck e Ernest Rutherford.

Marie morreu na França, em 4 de julho de 1934, de leucemia provocada por anos de exposição à radiação sem proteção.

O avesso do otimismo

Os avanços tecnológicos e científicos da *Belle Époque*, que geraram tanta euforia, otimismo e a sensação de um progresso infundável, também se apresentaram aos contemporâneos com outra face.

As novas tecnologias foram usadas na produção de armamentos, como bombas de grande poder de destruição, canhões, carros blindados, metralhadoras, tanques, submarinos, armas químicas, entre outros. A disputa das potências europeias pelo controle das áreas coloniais desdobrou-se em uma corrida armamentista, na qual cada país procurava ampliar sua capacidade bélica.

O início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, apresentou o poder destrutivo das “avançadas” tecnologias. O avião, símbolo da euforia da modernidade, foi usado como arma de guerra. A destruição em massa pelo conflito deixou um cenário de horror, com cerca de 13 milhões de mortos, além de outros milhões de mutilados e feridos. Esses eventos fizeram com que os europeus repensassem a ideia de progresso: a sensação de otimismo foi substituída pela de apocalipse.



Marie Curie em seu laboratório, Paris, França, c. 1908.

Hulton-Archive/Getty Images





1. Identifique os objetivos da ação imperialista dos países europeus no século XIX.
2. Explique o que foi a Conferência de Berlim, destacando suas motivações e desdobramentos.
3. (Unesp – 2023) Observe o anúncio do sabonete Pears, difundido em 1887.

O anúncio revela

- a) o esforço britânico de obter apoio político, por meio da oferta de alimentos às populações africanas carentes.
- b) a exploração imperialista britânica, que retirava minérios e frutas tropicais das possessões coloniais na África e na Ásia.
- c) a ausência de recursos sanitários nas áreas mais afastadas do Império britânico, o qual promoveu ações de estímulo à higiene pessoal.
- d) o sentido religioso impresso na conquista britânica da África, gerado pela crença nativa de que os colonizadores teriam origem divina.
- e) a dimensão mercantil da expansão imperialista britânica, que implicava a expansão do comércio com regiões da Ásia e da África.



Bridgeman Images/Fotoarena

Eric J. Hobsbawm. *A era dos impérios: 1875-1914*, 2008. Adaptado.

4. O que foi a Doutrina Monroe? Explique.
5. O imperialismo estadunidense sobre a América Latina teve uma feição econômica, mas também militar, com a chamada política do *big stick*. Explique o que foi esse tipo de política.
6. Explique o que foi a *Belle Époque*.
7. Explique o que foram as chamadas exposições universais.
8. De que forma as inovações científicas e tecnológicas da *Belle Époque* contribuíram para a transformação da paisagem urbana?
9. Com base na leitura do texto abaixo, de Maria Ignez Turazzi, citado por Paulo César dos Santos, comente o sentimento que predominava na *Belle Époque* diante das inovações científico-tecnológicas.

[...] que espetáculo aquele! Nenhum lápis ou pincel podem retratá-lo; a linguagem não pode descrevê-lo adequadamente. Um palácio de ferro e vidro, de magnitude estonteante, como o mundo ainda não havia testemunhado e que pode ser definido como uma das maravilhas da humanidade. Eu estava atônito do lado de fora do edifício, mas ao entrar pela porta do transepto sul deparei-me com uma visão que me deixou perplexo. As melhores criações da arte e da ciência de praticamente todos os povos do mundo civilizado colocavam-se diante de mim. Com a vista estonteada, não sabia que direção tomar.

SANTOS, P. C. dos. Um olhar sobre as exposições universais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUH, [2013]. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362520918_ARQUIVO_CesarANPUH1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

Ferramentas da História



1. Analise a ilustração do mapa do mundo e responda às questões.



Archives Charmet/Bridgeman/Fotoarena

Ilustração do mapa do mundo, publicada na época da Exposição Colonial e Indiana em 1886, que apresenta as áreas sob controle britânico. Grã-Bretanha, 1886.

- a) Descreva a ilustração, indicando as características principais, seus recursos (linhas, cores, entre outros) e os personagens que aparecem nela.
- b) Na parte superior do documento aparecem as palavras *Freedom*, *Fraternity* e *Federation* (Liberdade, Fraternidade e Federação). O que a presença de tais palavras sugere?
- c) Analise o tema da ilustração relacionando-a com o imperialismo, estudado neste capítulo.

Ficha de estudos



Capítulo 15 – O imperialismo e a Segunda Revolução Industrial

Elabore uma ficha de estudos para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O século XIX e a fase imperialista do capitalismo
- Imperialismo e o neocolonialismo
- Imperialismo e ideologias
- A dominação europeia na África
- O imperialismo estadunidense
- As políticas imperialistas e suas consequências
- O tempo da *Belle Époque*
- As artes
- As ciências

O tempo do imperialismo

▼ Para começar

1. Analise a fotografia apresentada nesta abertura. Em seguida, descreva-a.
2. Com base no texto apresentado, qual foi a importância desse evento para as comunidades indígenas latino-americanas?
3. Identifique semelhanças entre os povos indígenas latino-americanos, no que se refere às suas condições de vida atuais no continente.

Em 2023 ocorreu em Antigua, na Guatemala, a primeira reunião para a implementação da *Declaração americana sobre os direitos dos povos indígenas*. O documento, aprovado em 2016 pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), representa o compromisso dos países americanos em respeitar, ampliar e defender os direitos dos povos indígenas.

A representante do governo brasileiro no encontro foi a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) Joenia Wapichana, a primeira mulher indígena a presidir a entidade.

A reunião foi um esforço coletivo para fazer valer os princípios da Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, pois, mesmo após quase dez anos de sua aprovação, os descendentes dos primeiros habitantes da América ainda sofrem com marginalização, violência e pobreza extrema no continente, consequência da dominação europeia.

Os Estados nacionais latino-americanos, formados no esteio dos processos de independência, aprofundaram o descaso com os povos originários, formando sociedades apoiadas em matrizes culturais europeias, em detrimento das raízes indígenas locais. Neste capítulo, estudaremos os impactos do imperialismo europeu e da formação dos Estados nacionais latino-americanos sobre os nativos americanos e os povos da África e Ásia.



Fundação Nacional dos Povos Indígenas

A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, participou do primeiro encontro de cúpula para a implementação da Declaração de Direitos dos Povos Indígenas. Antigua, Guatemala, 2023.

Norte da África e Oriente Médio: o declínio do Império Otomano

No início do século XIX, o Império Turco-Otomano exercia enorme influência no Norte da África e no Oriente Médio. A rigor, esse império persistiria até o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, mas já ao longo do século XIX passava a enfrentar dificuldades, entre outros motivos, pela expansão imperialista das potências europeias.

Em 1830, os franceses tomaram a Argélia, marcando o início da perda gradual de territórios controlados pelos otomanos. Em seguida, o Egito buscou sua autonomia. Em 1832, Mohammad Ali, líder local subordinado ao sultão otomano, liderou uma revolta conhecida como Guerra Egípcio-Otomana. Como resultado, apesar de continuar nominalmente parte do Império Otomano, o Egito passou a ser autônomo, governado por Ali e seus descendentes.

Nas décadas seguintes, houve esforços para modernizar a economia, incluindo a abertura do **Canal de Suez**. Inaugurado em 1869, por uma parceria entre os governos egípcio e francês, o canal conectava o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho, facilitando a rota marítima da Europa para a Índia. Em 1875, devido a uma grande dívida, o Egito vendeu suas ações do canal aos britânicos, que compartilharam o controle com os franceses.

A crescente influência europeia gerou um levante nacionalista em 1882, quando os revoltosos brevemente tomaram o Canal de Suez. Contudo, a superioridade militar britânica prevaleceu, culminando com a ocupação militar britânica do Egito, aumentando ainda mais seu controle sobre o país.

Ao sul do Saara: entre o tráfico de escravizados e o avanço do colonialismo

Até o século XIX, a presença europeia na África Subsaariana estava intimamente ligada ao comércio de pessoas escravizadas. Havia pouca penetração para o interior do continente, e os domínios coloniais, em geral, se restringiam a áreas litorâneas que funcionavam como fortes militares e entrepostos comerciais.

O tráfico de escravizados se dava em grande parte por intermédio de reinos locais. A escravidão já era conhecida na África antes mesmo da chegada dos europeus ao continente, mas o processo de colonização, entre os séculos XV e XVIII, a transformou significativamente. A busca incessante dos europeus por escravizados causou mudanças nas estruturas políticas e sociais da África, levando certos reinos locais a adotar o tráfico humano como sua principal atividade econômica. Rivalidades locais se intensificaram, pois um dos principais objetivos da guerra passou a ser a captura de pessoas que seriam vendidas. O comércio de escravizados e as relações de aliança com os europeus enriqueciam alguns reinos africanos e os tornavam poderosos no contexto local, mas ao mesmo tempo desagregavam estruturas econômicas e sociais anteriores.

Embora integrados nas redes comerciais transatlânticas, esses reinos africanos ainda se constituíam como entidades com algum nível de resistência à colonização, mas ao longo do século XIX eles entraram em um processo de decadência. Em primeiro lugar, porque o interesse dos colonizadores havia se voltado para a busca de matérias-primas e mercados consumidores, os quais demandavam domínios coloniais mais extensos. Em segundo lugar, por causa da proibição do comércio de pessoas escravizadas.

Na nova etapa de desenvolvimento econômico europeu, a escravidão deixava de ser interessante. A partir de 1807, a Inglaterra liderou a campanha pela abolição do comércio de escravizados. Pressionadas, várias nações proibiram o tráfico na África, embora ele tenha persistido clandestinamente por muitos anos, cessando efetivamente somente na década de 1870. Estados africanos, antes incentivados à prática do comércio humano, foram praticamente criminalizados. Ironicamente, o ideário de inspiração iluminista que inspirara a classificação da escravidão como um crime contra a humanidade também embasava ideias de superioridade da sociedade e da raça europeia em relação aos africanos, caracterizando o avanço colonial no continente africano como uma ação civilizatória.

O fim da escravidão de maneira alguma significou o fim da exploração das populações africanas, que apresentavam diversas formas de resistir e reagir à opressão.

O avanço da colonização europeia na África gerou conflitos com alguns impérios locais que anteriormente participavam do tráfico de pessoas escravizadas. Entre eles, as Guerras Franco-Daomeanas (1890-1894).



Fortune Louis Meaulle. *Batalha durante a Segunda Guerra Franco-Daomeana, 1892.* Ilustração.

Etiópia e Libéria

Até as primeiras décadas do século XX, quase todos os territórios da África estavam sob controle direto ou influência de potências estrangeiras. Apenas a Etiópia e a Libéria conseguiram manter sua independência política apesar das pressões imperialistas.

No século XIX, parte do território conhecido como Chifre da África era controlada pelo Império da Etiópia, uma monarquia estabelecida no século XIII, mas cujas raízes remontavam ao Império Axum, surgido no século I. No final do século XIX, os italianos, entrando tardiamente na corrida pela África, mostraram interesse na região etíope. Inicialmente, assinaram um tratado com o imperador Menelik II. No entanto, uma discrepância na tradução do documento foi usada pelos italianos como motivo para tentar invadir e ocupar o território em 1895. Com apoio da França e da Rússia, os etíopes derrotaram os italianos, mantendo sua independência política.

A história da Libéria originou-se da migração de ex-escravizados ou de seus descendentes dos Estados Unidos para a África. Acreditava-se que os ex-escravizados não conseguiriam se integrar adequadamente na sociedade estadunidense e que uma colônia com população negra protestante auxiliaria na expansão da religião na África. Liderados por protestantes e com apoio do presidente James Monroe, estabeleceram a colônia em 1822. Os colonos enfrentaram a oposição de povos africanos instalados na região, mas conseguiram se estabelecer e em 1847 declararam sua independência, fundando uma república fortemente inspirada em seu país de origem. Apesar da autonomia política, a forte influência cultural e econômica dos Estados Unidos perdurou na Libéria.

Portugueses e brasileiros na África

Até o século XIX, os domínios coloniais portugueses na África se limitavam a algumas fortalezas e cidades costeiras. O interior era controlado por reinos locais, com os quais os portugueses mantinham parcerias comerciais e alianças políticas, muitas vezes marcadas pela instabilidade. Com o aumento do interesse no continente e a disputa territorial entre outras nações europeias, os portugueses expandiram sua ocupação no interior, exercendo mais pressão sobre as populações locais.

Uma das principais colônias era Angola, cujo controle era exercido principalmente a partir da cidade de Luanda, fundada pelos portugueses em 1575 e que se tornou o maior porto de escravizados que vinham para o Brasil. O interior seguiu sendo controlado pelo Reino do Congo e outros Estados locais menores. Embora fossem considerados vassallos do rei de Portugal, as relações deles com os colonizadores nem sempre foram pacíficas e ocorreram muitos conflitos contra o domínio europeu.

O fim do tráfico de escravizados impactou a economia do Estado e, a partir da segunda metade do século XIX, as pressões políticas portuguesas aumentaram. Entretanto, o Reino do Congo persistiu até o século XX devido à incapacidade dos portugueses de exercer um controle direto na região.

Além de Angola, outra área importante para o comércio de escravizados por portugueses e brasileiros era a África Ocidental. Devido à concorrência de franceses, ingleses e holandeses, os portugueses possuíam um controle territorial limitado, que praticamente resumia-se ao Forte de São João Baptista de Ajudá, que deu origem à cidade de Uidá, na atual República do Benim.

O principal Estado local com o qual os portugueses comercializavam escravizados era o Reino do Daomé. Com a extinção do tráfico negreiro, porém, os portugueses abandonaram o forte. O Reino do Daomé também entrou em declínio.

Entre as tropas daomeanas mais temidas estavam as *ashoi*, uma força de elite exclusivamente feminina, conhecida por sua habilidade e ferocidade.

H. W. Bates. *Amazonas de Daomé em batalha*, 1875. Ilustração.

Para ampliar

▼ Ouça

O Assunto #1.057 | Escravidão e reparação histórica (2023).

podcast do G1. Nesse episódio, Natuza Nery entrevista Clemente Penna e Leandro Machado e trata da participação das elites e de instituições brasileiras no tráfico de africanos escravizados. O ponto de partida é a notícia da abertura de uma ação do Ministério Público Federal contra o Banco do Brasil.

Look and Learn/Bridgeman Images/Fotoarena



A diáspora negra e a persistência das redes transatlânticas

A expressão “diáspora negra” é utilizada para caracterizar a migração forçada de africanos escravizados para diferentes partes do mundo, sobretudo o continente americano. Estima-se que entre os séculos XVI e XIX cerca de 9 a 18 milhões de pessoas foram vitimadas por esse processo. Ao saírem de sua terra natal, essas pessoas eram privadas de praticamente todos os bens materiais, mas levavam consigo suas línguas, crenças, conhecimentos e costumes. Isso lhes permitiu contribuir para a formação cultural das diferentes nações americanas em que se instalaram.

Um aspecto desse trânsito de pessoas pelo Atlântico é que o fluxo não tinha um único sentido. Os africanos não apenas vinham para o continente americano, mas também podiam fazer o caminho inverso. Os **agudás** ou **tabons** são um exemplo disso. Essas palavras são utilizadas para designar pessoas com sobrenome português que vivem atualmente em países da África Ocidental, como Benim, Nigéria e Gana. A maior parte desse grupo é formada por ex-escravizados brasileiros que retornaram à África ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Ao retornarem, essas pessoas, muitas das quais haviam nascido no Brasil, encontravam dificuldades para se integrar nas sociedades africanas das quais eram originárias ou descendentes, até porque muitas vezes esses núcleos haviam sido extintos pelo tráfico de escravizados e pelo avanço do imperialismo europeu. Assim, muitos escolheram se organizar em comunidades formadas por outros brasileiros retornados, mantendo a utilização da língua portuguesa, assim como outros elementos da nossa cultura. Em cidades como Lagos, na Nigéria, e Acra, em Gana, por exemplo, ainda existem “bairros brasileiros”, formados por descendentes dessas populações que, apesar da passagem de tanto tempo, ainda mantêm vivas algumas tradições que levaram de nosso país.

Para além desses movimentos migratórios, o Brasil manteve, e ainda mantém, conexões culturais e até mesmo materiais com a África e outros países da diáspora negra no continente americano, formando uma rede transatlântica de trocas. Na manutenção dessas redes, as religiões afro desempenharam, e continuam desempenhando, um papel fundamental. Ao virem para a América, os africanos traziam consigo suas crenças que aqui deram origem a diversas manifestações religiosas, como o vodu no Haiti, a santeria em Cuba e, no Brasil, o candomblé na Bahia, a umbanda no Sudeste e os batuques no Rio Grande do Sul. Apesar da enorme diversidade, essas religiões compartilham uma série de características comuns e se entendem como parte de uma mesma matriz originária: a África. Seus praticantes formaram um mercado consumidor para produtos de origem africana considerados sagrados, o que manteve as redes comerciais transatlânticas vivas.

O fluxo de pessoas também não cessou, e a história dessas religiões registra diversos episódios em que seus sacerdotes se movimentaram entre diferentes áreas no interior da rede dos países da diáspora negra. O principal objetivo dessas viagens era ensinar, aprender e compartilhar conhecimentos sobre rituais, mitos, canções e técnicas relacionados aos cultos africanos. Esses movimentos, assim como o comércio transatlântico de produtos religiosos, sempre existiram, embora possam ter vivido momentos de maior ou menor intensidade ao longo dos anos.

GLOSSÁRIO

Agudás:

descendentes de brasileiros retornados para a África Ocidental. A origem da palavra relaciona-se com o forte português de Ajudá, na costa do Benim.

Tabons:

outra forma de designar descendentes de brasileiros. Origina-se da expressão “Tá bom”, que os brasileiros utilizavam com frequência.

SOPA Images Limited/Alamy/Fotorena



Celebração em homenagem a Iemanjá no Rio de Janeiro (RJ), 2024.



A escravidão na África

Quando os europeus iniciaram a colonização da África, a partir do século XV, a escravidão e o tráfico de escravizados já eram praticados por diversos povos do continente. Além disso, ao longo dos séculos seguintes, alguns reinos africanos participaram ativamente do comércio internacional de pessoas escravizadas. Esses fatos têm sido distorcidos e utilizados em discursos que pretendem relativizar a escravidão, atribuindo aos africanos a responsabilidade por ela e reduzindo o papel dos europeus na diáspora negra. A partir desse viés, argumenta-se que “os africanos escravizavam seu próprio povo”. Mas será que essa afirmativa é correta?

Leia a seguir um texto em que José Rivair Macedo, especialista em História da África e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), questiona essa perspectiva e descreve as diferenças entre o modelo de escravidão europeu e aquele praticado tradicionalmente por algumas sociedades africanas.

[...] Não é correto afirmar que “africanos” escravizaram “africanos” para vendê-los como escravos. A consciência coletiva da existência de uma identidade continental entre os povos das nações africanas surgiu apenas no século XX, no momento de sua emancipação frente aos europeus. Até então, o sentimento de identidade não ia além da comunidade de aldeia, da linhagem, grupo tribal ou, no máximo, grupo linguístico.

[...]

Costuma-se designar o tipo de cativeiro praticado na África de “escravidão de linhagem”. Sua finalidade não era a exploração econômica em larga escala, e também a perda de liberdade pessoal não era completa, os cativos permaneciam integrados ao grupo social dos vencedores.

[...]

Assim, em diversas sociedades tradicionais africanas, os cativos podiam estabelecer relações com indivíduos pertencentes aos grupos livres, e seus descendentes tornavam-se membros integrais, adquirindo ou herdando bens como qualquer outro. No caso de servidores pessoais de membros das linhagens mais importantes, ou de governantes, podiam tornar-se comerciantes bem-sucedidos ou ministros e funcionários na corte.

A explicação da existência da escravidão na África não deve ser buscada em fatores de ordem moral. Assim como cristãos não podiam ser reduzidos ao cativeiro por cristãos, ou muçulmanos não podiam ser reduzidos ao cativeiro por muçulmanos, os povos africanos subsaarianos não reduziam ao cativeiro seus congêneres, mas sim seus adversários ou ‘estrangeiros’ [...].

MACEDO, J. R. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 101-102.



Memorial do Velho Mercado de Escravizados. Zanzibar, Tanzânia, 2024.

1. Explique por que José Rivair Macedo considera equivocada a afirmativa de que “africanos” escravizaram “africanos”.
2. Descreva as características da “escravidão de linhagem” praticada na África, destacando como ela poderia representar uma maior integração social do que a do modelo imposto pelos europeus.
3. Havia alguma restrição para a imposição da escravidão na África?

Ásia

A Ásia central foi palco de uma disputa colonial entre Rússia e Inglaterra. A principal causa era a expansão russa na região, o que os britânicos consideravam uma ameaça aos seus domínios na Índia. Tratava-se mais de uma disputa de influências sobre Estados locais do que um conflito direto entre as duas potências europeias. Uma das consequências foi o estabelecimento do Afeganistão como um **estado-tampão** entre os domínios das duas potências.

Outra área de disputa foi o Sudeste Asiático, em que nações como Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra e França concorriam para estabelecer sua influência desde o século XVI, por conta de sua importância para a navegação no Oceano Índico. Ao final do século XIX, a maior parte da região estava dividida entre domínios coloniais, incluindo as Filipinas com os espanhóis, o Timor com os portugueses, a Indonésia com os neerlandeses e a Indochina (região hoje correspondente a Vietnã, Laos e Camboja) com os franceses.

GLOSSÁRIO

Estado-tampão: país situado entre territórios de dois países rivais cuja existência ajuda a reduzir a tensão entre eles.

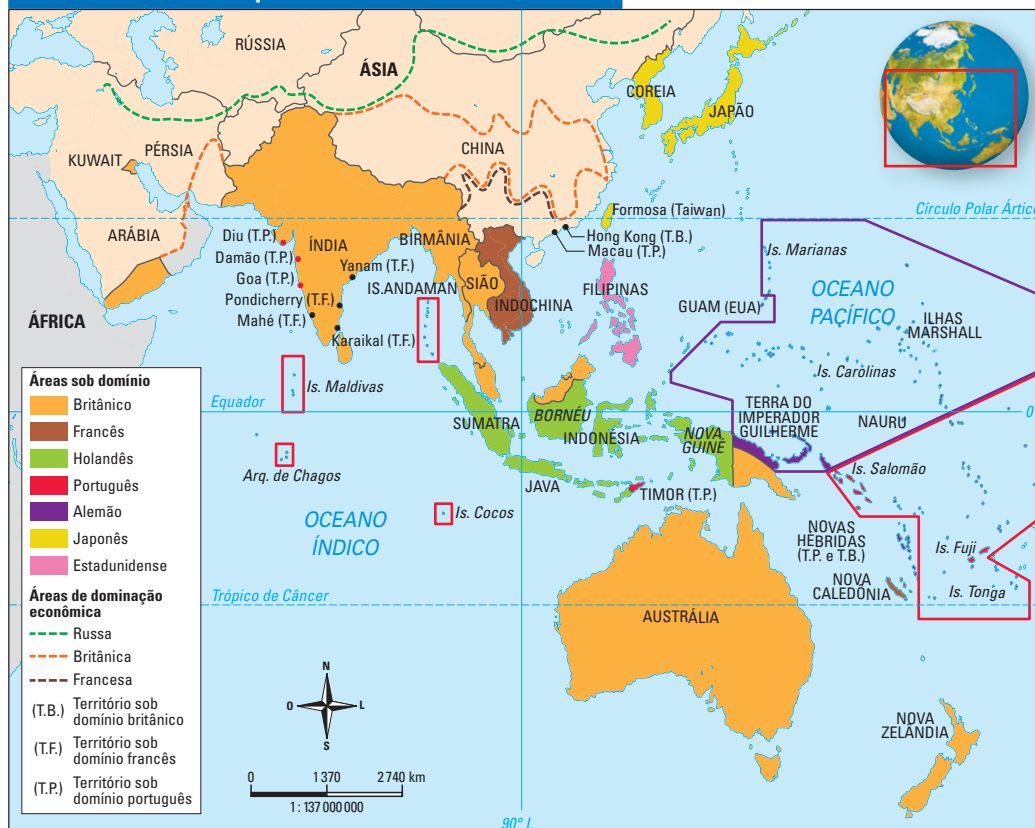
Para ampliar

Leia

Kim, de Rudyard Kipling (Autêntica, 2019). Kim é um órfão irlandês vivendo na pobreza, na Índia, durante a colonização britânica. Ele é recrutado pelo serviço secreto inglês para atuar contra espies russos. Embora fictícia, a obra apresenta descrições bastante precisas sobre a sociedade colonial da época.

Alessandro Passos da Costa

Ásia e Oceania: imperialismo – Séculos XIX-XX



Fonte: BARRACLOUGH, G. (org.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo: Times Book, 1995. p. 256-257.

Índia

O subcontinente indiano foi um dos primeiros e mais importantes focos de atração da colonização europeia na Ásia. No início da Idade Moderna, a Índia era rica e desenvolvida, além de estar inserida em importantes rotas comerciais pela Ásia central ou pelo Oceano Índico. Consequentemente, a competição entre os países europeus para sua colonização foi muito intensa. O interior do território era controlado por potências locais, rivalizando em poder bélico e desenvolvimento econômico com os europeus. Os ingleses acabaram prevalecendo sobre outros europeus e Estados locais. Mesmo assim, **enclaves** coloniais portugueses e franceses persistiram, assim como principados semi-independentes controlados pelos **marajás**.

A colonização inglesa na região foi conduzida pela Companhia Britânica das Índias Orientais, uma empresa privada autorizada e apoiada pela Coroa, focada na obtenção de lucros pelo comércio e exploração colonial.

GLOSSÁRIO

Enclave: território ou país totalmente cercado por um território ou país distinto.

Marajá: um dos títulos utilizados pelos governantes dos reinos e principados indianos.



Editora Autêntica

Para se impor diante de nações rivais, a companhia mantinha mercenários, formando um poderoso exército privado com uma marinha bem equipada. Usando essas forças e aproveitando-se das rivalidades entre os Estados locais, os ingleses expandiram seu domínio não apenas no litoral, mas também no interior do subcontinente. Essa expansão atingiu seu ápice após a derrota do Império Sique, em 1849.

O Taj Mahal foi construído no século XVII, a mando do rei Shah Jahan, para abrigar o corpo de sua esposa, a rainha Arjumand Bano Begum. É conhecido como uma das maiores provas de amor da história e atesta o desenvolvimento dos estados indianos anteriores ao domínio britânico.



Taj Mahal. Agra, Índia, 2024.

A religião conhecida como siquismo é uma herança do Império Sique e conta com aproximadamente 30 milhões de adeptos no mundo. A utilização dos turbantes é uma das características mais marcantes dos siques.



Guarda sique em frente ao Templo Dourado, o mais importante local de culto do siquismo. Amritsar, Índia, 2023.

GLOSSÁRIO

Papoula: planta nativa do Mediterrâneo oriental usada para a extração de ópio, morfina e outras substâncias usadas em medicamentos.

Sistema de castas: tradicional divisão social indiana, baseada em castas definidas pelo nascimento e praticamente sem mobilidade social.

Revolta dos Cipaiois e o Raj Britânico

Em 1857, ocorreu a **Revolta dos Cipaiois**, uma das primeiras grandes insurgências contra a colonização inglesa na Índia. Os cipaiois eram mercenários dos exércitos da Companhia das Índias Orientais, recrutados localmente e liderados por oficiais britânicos. Insatisfeitos com más condições de trabalho, baixos salários e desrespeito cultural por parte dos ingleses, iniciaram um levante. A revolta escapou do controle da companhia e exigiu intervenção da Coroa britânica em 1858.

Esse evento marcou o início do **Raj Britânico**, quando a Coroa assumiu diretamente o controle territorial, substituindo a administração da companhia. O termo **Raj** significava **reino**, e os indianos passaram a ser súditos da rainha Vitória do Reino Unido. Politicamente, os ingleses buscaram estabelecer a colonização envolvendo as elites locais, aproximando-se dos grupos hindus, adeptos da religião com maior número de praticantes no subcontinente. O sistema judicial incorporou valores hindus, incluindo a estratificação social do **sistema de castas**, en-

quanto jovens das classes altas receberam educação ocidental e assumiram cargos na administração. Essa estratégia facilitou o domínio, mas causou tensões, especialmente entre os muçulmanos, levando a conflitos religiosos na Índia.

Economicamente, a Coroa britânica explorou pesadamente a região, afetando principalmente os mais pobres. Além de altos impostos, impôs trabalho forçado mal remunerado e até escravidão por dívidas. A agricultura focou em cultivos como algodão e **papoula**. O algodão abastecia a indústria têxtil britânica, enquanto a papoula produzia ópio, droga altamente viciante cujo comércio se tornara uma importante fonte de lucro, especialmente com a China. A exportação de gêneros alimentícios para a Inglaterra, onde eram vendidos por valores mais altos, prejudicou a subsistência local. A produção têxtil local declinou diante da competição com produtos industrializados. Isso resultou em empobrecimento acentuado e ondas de fome que se espalhavam pelo subcontinente indiano, incluindo a “Grande Fome” de 1876 a 1878, causando a morte de milhões de pessoas.



Manifestante segurando um cartaz com os dizeres “Vidas *dalit* importam”, durante protesto contra a violência sofrida por esse grupo, que sofre forte exclusão e marginalização em função do sistema de castas na Índia. Nova Délhi, Índia, 2020.

China

No século XVIII, sob a Dinastia Qing, a China era uma das principais potências globais e a mais antiga. Esse governo centralizado, semelhante às monarquias absolutistas europeias, começou a enfrentar dificuldades no início do século XIX por fatores tais como vastidão territorial, corrupção, disputas de poder na família real e avanço das potências europeias.

Apesar de sua antiga grandeza, a China tinha uma economia agrária e comercial, enquanto a Europa se industrializava, tornando-se mais poderosa não apenas do ponto de vista produtivo, mas também militar. Como consequência, ao longo do século XIX a Dinastia Qing teve de ceder aos interesses imperialistas de seus rivais, ao mesmo tempo que via seu império e influência local serem reduzidos.

A China interessava aos europeus como mercado consumidor, em função de sua grande extensão territorial e população. Desde o século XVI, os europeus compravam produtos chineses. Porém, a China não tinha interesses nos produtos europeus, o que fazia com que a relação comercial com as nações europeias fosse favorável a ela. O comércio do ópio foi uma estratégia para romper esse isolamento. Traficado principalmente pelos britânicos a partir do século XVIII, o ópio levou um número imenso de chineses ao vício e à marginalidade, incapacitando-os para o trabalho. Em 1796, a Dinastia Qing proibiu sua importação, mas os britânicos não aceitaram a decisão chinesa, o que resultou na **Guerra do Ópio** (1839-1842). Os britânicos derrotaram os chineses, forçando a assinatura do **Tratado de Nanquim**, exigindo indenização pela guerra, abertura comercial com os ingleses e a cessão de Hong Kong à Coroa britânica.



Gravura inglesa que ilustra navios da Companhia das Índias Orientais destruindo embarcações chinesas durante a Primeira Guerra do Ópio, em 1841.

The Granger Collection/Fotoarena

O século da humilhação e a Guerra dos Boxers

A vitória britânica em 1842 acelerou a queda da Dinastia Qing, deixando a China vulnerável às potências estrangeiras. O crescente ressentimento em relação à influência estrangeira e à perda de soberania desencadeou crises internas e levantes populares. Movimentos defendendo valores tradicionais e a rejeição da cultura estrangeira ganharam força. À medida que a crise se aprofundava, tais movimentos foram se tornando mais radicais e passaram a defender a expulsão dos europeus e o fechamento do país. Entre esses grupos estavam os *boxers*, formados principalmente por jovens rurais que realizavam demonstrações públicas de artes marciais como estratégia para arregimentar mais pessoas para o movimento.

A atuação desses grupos se intensificou após a derrota chinesa na guerra contra o Japão em 1895. Atacavam ferrovias, telégrafos e estrangeiros, especialmente missionários cristãos, vistos como disseminadores dos valores ocidentais. A tensão culminou em um levante massivo, com centenas de milhares de participantes. Enquanto oficialmente o governo considerava os *boxers* criminosos, uma parte das elites governantes incentivava suas ações para enfraquecer os estrangeiros.

Em 1900 os partidários dos *boxers* prevaleceram sobre os que apoiavam a cooperação com o Ocidente. As forças do exército imperial se uniram aos *boxers* contra os estrangeiros. As nações ocidentais, incluindo Inglaterra, Rússia, Japão, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália e Áustria, reprimiram o movimento. A capital, Pequim, foi saqueada, houve execuções em massa e a Dinastia Qing foi mantida no poder, por temor de que sua deposição gerasse novas revoltas.

Por fim, foi imposta à China a assinatura do **Protocolo Boxer**, um tratado no qual, além de indenizações pesadas, permitia a intervenção militar das potências vitoriosas em várias áreas do país, proibia a importação de armas pelos chineses e exigia a execução de qualquer colaborador do levante.



Primeira página do jornal francês *Le Petit Parisien* em que os *boxers* são representados destruindo uma estrada de ferro, 1900.

G. DAGLI ORTI/DEA/Album/Fotoarena

Japão

GLOSSÁRIO

Xogunato Tokugawa: período de domínio da família Tokugawa, que monopolizou o posto de xogum (chefe militar supremo do país e, na prática, quem exercia o poder de fato).

No início do século XIX, o Japão, dominado pelo **Xogunato Tokugawa**, vivia uma política de forte isolamento que limitava o comércio e o contato com estrangeiros, que eram proibidos de entrar no país.

A quebra do isolamento ocorreu em 1854, quando os Estados Unidos enviaram uma expedição naval com o objetivo de abrir o comércio. Diante das ameaças americanas, o xogunato cedeu, permitindo a presença estrangeira e o restabelecimento do comércio internacional. Isso enfraqueceu a autoridade do xogum, desencadeando uma crise política.

Com o declínio do xogunato, um grupo que defendia a modernização do país passou a se unir em torno do imperador, que até então tinha pouco poder efetivo e um papel quase que exclusivamente cerimonial. Esse grupo acabou prevalecendo sobre os tradicionalistas aliados ao xogum, marcando o início do **Período Meiji**.

Os samurais eram uma elite de soldados japoneses que atuavam a serviço da aristocracia rural. A era do Xogunato Tokugawa marcou o auge e a influência desses guerreiros que vão entrar em declínio durante a Era Meiji. Uma parte deles vai se envolver em revoltas antiocidentalizantes, outros vão cooperar com o imperador, passando a ser incorporados no exército nacional japonês.



Peter Newark. Military Pictures./Bridgeman Images/Fotoarena

Grupo de samurais armados, c. 1880.

A Era Meiji e o imperialismo japonês

O título **Meiji** foi conferido postumamente a Mutsuhito e significa "governante iluminado".



Pictorial Press Ltd./Alamy/Fotoarena

Imperador Meiji do Japão, 1888.

O longo reinado de Mutsuhito (1867-1912), conhecido como **Era Meiji**, foi marcado por grandes transformações. Politicamente, houve centralização do poder e a criação de um exército profissional sob controle do Estado Nacional, treinado por oficiais estrangeiros e equipado com armamento ocidental. Economicamente, realizou-se uma reforma agrária que aumentou a produção rural. A ocidentalização implementada na educação estimulou estudantes a completar seus estudos no exterior, e, por meio dos conhecimentos técnicos adquiridos, além de incentivos estatais, a economia japonesa viveu um rápido processo de industrialização, atingindo um nível de desenvolvimento semelhante ao das potências ocidentais.

Com esse fortalecimento econômico e militar, o Japão passou a adotar uma postura mais ativa, rejeitando acordos desfavoráveis. Apesar dessas políticas ocidentalizantes, um forte sentimento nacionalista vai ser propagado pelo Estado, com base na valorização da cultura japonesa e do ideal de lealdade absoluta ao imperador.

A partir do final do século XIX, o Japão entrou nas disputas imperialistas, mirando especialmente a Coreia, um Estado tributário da China. Venceram a **Guerra Sino-Japonesa** (1894-1895) e, posteriormente, a Rússia (1904-1905), consolidando o controle sobre a Coreia e sua posição como uma das principais potências imperialistas. A exploração econômica imposta pelo Japão aos territórios sob seu controle ou influência foi intensa e violenta, seguindo o padrão colonial da época.

Os Estados Nacionais na América Espanhola

Conforme estudado anteriormente, o território da América Espanhola experimentou diversos movimentos de independência durante as primeiras três décadas do século XIX, libertando as antigas colônias da Coroa espanhola.

Esses Estados independentes foram construídos, entretanto, no contexto de exploração econômica e social imposto pela colonização europeia, no qual uma elite dominante concentrou toda a riqueza produzida no território às custas da população marginalizada e escravizada. As “nações” surgidas desse processo eram, dessa forma, marcadas pela mesma desigualdade étnica e social das sociedades coloniais.



Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2011. p. 249.

Aprendizagens em processo • Factual



1. Analise o mapa **América Espanhola: independências – Século XIX** e responda às questões.
 - a) Qual foi o primeiro país da América Espanhola a conquistar a independência?
 - b) Identifique o último país da região a conquistar a independência.
 - c) Cite os países que formaram a “grande onda” de independências entre 1811 e 1828.

Os projetos de Estados em disputa

As elites hispano-americanas compartilhavam de algumas ideias iluministas, especialmente aquelas que não alteravam as relações de poder locais. Além dos ideais de liberdade que pautaram a luta contra o domínio colonial, as críticas ao absolutismo monárquico levaram os novos Estados americanos a buscar como referência o modelo adotado pelos Estados Unidos da América em 1783: a república.

Também inspirado no modelo estadunidense, o **federalismo** vigorou no continente como projeto das elites latino-americanas, interessadas na preservação dos interesses regionais. Dessa forma, foi derrotado o modelo proposto por Simón Bolívar, que defendia a construção de uma grande nação americana capaz de resistir à influência econômica e política das nações europeias. Bolívar tentou constituir a Grã-Colômbia, estado formado pelos atuais Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá; entretanto, de modo inverso, as antigas colônias espanholas se converteram em Estados independentes, governados pelas elites locais.

Os recém-fundados Estados Nacionais tornaram-se repúblicas de caráter liberal, pois possuíam Constituições que estabeleciam a distribuição dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, direitos individuais e de propriedade, além de eleições periódicas com voto censitário, limitando a participação política a uma parcela pequena da população, em geral os descendentes de europeus. O México foi a exceção entre os Estados hispânicos, pois adotou por um breve período a monarquia constitucional como forma de governo.

Antagonismos sociais na América Espanhola

A independência transformou as antigas colônias espanholas em Estados livres e autônomos, mas não modificou a estrutura social e econômica da sociedade colonial. A maior parte da população, formada por povos indígenas e seus descendentes e uma parcela menor de negros, constituía a classe trabalhadora nas fazendas, minas e cidades, com direitos limitados, apesar de os novos países possuírem Constituições. As novas repúblicas reservavam os principais direitos de participação política e de propriedade às elites sociais hispano-americanas, em especial aos chamados **caudilhos**.

Os caudilhos não representavam uma classe ou camada social, e sim lideranças políticas que exerciam influência sobre a população de determinada região. Herdeiros dos líderes militares das guerras de independência, os caudilhos combinavam a autoridade militar e o poder econômico de que dispunham como grandes proprietários de terras, exercendo sua influência local ora com gestos paternalistas, ora com autoritarismo.

Populações indígenas

Os indígenas e seus descendentes, embora representassem a maior parte da população, foram tratados pelos antigos colonizadores como inferiores, e o quadro não se alterou após as independências.

Os *criollos*, com seu projeto de modernizar as novas sociedades, operaram a desestruturação das formas tradicionais de organização indígena, com amplo interesse em suas terras e na submissão total desses povos como mão de obra barata na produção agropecuária. Muitas comunidades conseguiram resistir e manter sua cultura e costumes tradicionais. Porém, em diversas regiões do continente, foram implementadas políticas de extermínio das populações de origem indígena, provocando um verdadeiro genocídio desses povos no continente.

Andrew Sutherland/Alamy/Fotoarena



As comunidades indígenas da América Latina preservaram suas milenares tradições e costumes, mesmo com o quadro de marginalização social do período pós-independência.

Comunidade indígena em Ccacacollo, Peru, 2023.

Populações africanas

Devido à forte presença africana nas ilhas caribenhas, havia uma forte tensão entre os proprietários de escravizados, pois o temor de uma grande rebelião como a que havia ocorrido no Haiti entre 1793 e 1804 era constante.

Nos demais países hispânicos recém-independentes, o fim da escravidão foi gradativo: Chile (1823); México (1829); Uruguai e Paraguai (1842); Colômbia (1851); Argentina (1853); Peru e Venezuela (1854). Cuba aboliu o trabalho escravizado apenas em 1886, enquanto ainda era uma colônia espanhola, já em luta pela independência.

A população africana e afrodescendente, a exemplo de indígenas e mestiços, era colocada em posição de marginalidade nas sociedades dos Estados Nacionais hispânicos independentes. Mão de obra barata, os negros hispânicos também sofriam com o racismo e as políticas não declaradas de “embranquecimento” da população. Mesmo assim, mantiveram seus elementos culturais e religiosos como forma de resistência e contribuíram para o desenvolvimento das sociedades em que viviam.



Mapa interativo
O fim da escravidão na América Latina

Estados Nacionais latino-americanos

México: da monarquia às reformas liberais

A formação do Estado Nacional mexicano ocorreu em meio às disputas de poder entre os conservadores, que tinham o apoio dos grandes latifundiários, dos militares e do clero católico mexicano, e os liberais, grupo apoiado por comerciantes e empresários da mineração. Durante o congresso constituinte de 1822, a maioria conservadora instituiu a monarquia constitucional como forma de governo, mas dez meses depois a monarquia foi substituída pela república, inspirada nos Estados Unidos, e com nova Constituição aprovada em 1824.

Entre 1854 e 1867, a intensa rivalidade entre liberais e conservadores levou à Guerra Civil Mexicana, na qual os conservadores restabeleceram a monarquia, com o apoio do imperador francês Napoleão III. Os liberais retomaram o controle da república e, sob constante insatisfação popular, implementaram seu programa de reformas nas décadas seguintes.

O auge do reformismo liberal foi o regime de Porfirio Díaz (1876-1911). Nesse período, o México investiu na construção de ferrovias e indústrias, mas aprofundou a concentração de terras no campo e a proletarização do campesinato, valorizando as tradições espanholas europeias e com total desprezo pela herança cultural indígena mexicana.

A Confederação Argentina e o governo de Rosas

As disputas entre os caudilhos marcaram a construção do Estado Nacional argentino por, pelo menos, 50 anos após sua independência. Lideranças de três regiões do país disputavam a hegemonia em um Estado que foi se consolidando de forma lenta, e no qual a Província de Buenos Aires era o principal porto do país, capital federal e um dos principais polos de poder.

No início da década de 1830, a Argentina passou a ser governada por Juan Manuel de Rosas, caudilho que impôs sua liderança com apoio de comerciantes, pecuaristas e de boa parte da população do país. Amparado por esses grupos, Rosas liderou em 1831 a criação de uma confederação para equilibrar o poder entre os principais grupos políticos do país. A Confederação Argentina era a consolidação dos ideais federalistas defendidos pelas províncias do interior, mas com equilíbrio para permitir o crescimento do poder de Buenos Aires, preparando a capital para ser hegemônica em todo o país.

Nas décadas seguintes, a Argentina de Rosas e o Brasil desenvolveram uma relação de rivalidade e se envolveram em diversas disputas pela hegemonia na região, sobretudo no Uruguai, situação que esteve relacionada com a eclosão de guerras civis e movimentos separatistas nos três países. Em 1862, o bloco liderado por Justo José de Urquiza, apoiado pelo governo brasileiro, saiu vitorioso e a unidade política da República Argentina foi consolidada.

Cuba: da independência à Emenda Platt

Como vimos no capítulo anterior, a luta anticolonial liderada por José Martí tomou força e, embora tivesse grande participação popular, a revolução foi conduzida, de modo geral, pela elite branca ligada à economia agroexportadora. O interesse econômico dos Estados Unidos na região fez com que este país apoiasse Cuba na Guerra Hispano-Americana. Após a independência, as relações econômicas entre os dois países cresciam. O atendimento dos interesses econômicos estadunidenses estava garantido a partir de imposições políticas e militares na região, a exemplo da Emenda Platt. A nova república independente passou a ser tutelada pelos estadunidenses.

Los negros

Na hora de explicar suas raízes, alguns argentinos repetem como um bordão a frase do escritor mexicano Octavio Paz: ‘Os mexicanos descendem dos astecas; os peruanos, dos incas; e os argentinos, dos barcos.’ A *boutade* faz referência aos milhões de europeus, sírio-libaneses e judeus que desembarcaram entre 1870 e 1950 na Argentina, que era até o início do século XX um dos países com maior número de imigrantes do mundo. Eles somavam 2,4 milhões de pessoas, ou cerca de 30% da população do país, segundo o censo de 1914. O mesmo censo nada falava dos negros.

Mas não foi sempre assim. Um censo feito em 1778 apontou que quase metade dos habitantes tinha origem africana, pois a Argentina também recorreu ao tráfico de africanos. ‘Foi um dos primeiros comércios do Porto de Buenos Aires’, explica o historiador Felipe Pigna [...] Na primeira metade do século XIX, os descendentes dos 70 mil escravos que haviam sido trazidos ao país representavam um terço da população de Buenos Aires, segundo Pigna. Acabaram, porém, desaparecendo das estatísticas. A Argentina aboliu a escravidão em 1853 – 35 anos antes do Brasil.

Se existem argentinos negros, por que eles causam surpresa no país? Para [o historiador Oscar] Muiño, porque de fato são poucos em relação à população. [...] ‘Os negros eram muitos nos tempos da colônia, mas a população de Buenos Aires era pequena. Foi com a imigração europeia que a população se multiplicou’, diz.

Uma das principais explicações dos historiadores para o reduzido número de negros na Argentina atualmente é que no passado eles tiveram participação muito ativa, como escravos ou libertos, em guerras travadas pelo país. Muitos negros morreram na guerra da independência, que durou de 1810 a 1825, ou na guerra da Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870. Outros sucumbiram em epidemias de febre amarela e cólera. Tudo isso levou à redução do número de homens negros e fez com que as mulheres negras acabassem se casando com brancos locais ou imigrantes europeus. ‘Houve muita miscigenação’, afirma Muiño”.

YANAKIEW, M. Los Negros. Os afrodescendentes da Argentina lutam por visibilidade. *Piauí*, São Paulo, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/los-negros/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Para retomar



1. Analise a imagem de satélite e responda às questões.



A imagem de satélite mostra o Canal de Suez. Trata-se de uma via aquática artificial localizada no Egito que possui 162 km de extensão e liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Egito, 2024.

- a) Qual foi o impacto do Canal de Suez para a navegação dos oceanos pelas potências europeias e quais nações estiveram envolvidas em sua construção?
- b) Relacione a criação do Canal de Suez com a perda da autonomia política e econômica do Egito.

2. Analise o mapa a seguir e compare-o com o mapa das independências na América Espanhola, indicado na página 267. Em seguida, responda às questões.



- a) Compare os mapas e apresente uma característica comum no que se refere aos territórios da antiga América Espanhola e aos países livres da América Latina.
- b) Explique o porquê de haver essa semelhança, em termos político-administrativos, nos territórios da América Espanhola entre esses períodos históricos distintos.
- c) É possível perceber no **mapa América Espanhola: administração – Séculos XVII-XVIII** o território da América Portuguesa, que, no contexto histórico apresentado pelo **mapa América Espanhola: independências – Século XIX**, se configura no território do Império do Brasil. Explique a diferença entre a configuração territorial das Américas espanhola e portuguesa após seus respectivos processos de independência.
3. Acerca da formação dos Estados Nacionais na América Espanhola:
- a) Identifique os principais elementos que constituíram a luta pela independência na antiga América Espanhola.
- b) Explique como as características destacadas na resposta anterior marcaram a constituição dos futuros Estados hispano-americanos independentes.



No início do século XIX, o comércio de ópio fazia crescer as tensões entre o governo chinês e a Inglaterra, culminando na chamada Guerra do Ópio. Nesse contexto, um alto funcionário chinês chamado Lin Zexu se destacou por liderar uma enérgica campanha contra essa droga. Em 1839, uma de suas primeiras ações foi escrever uma carta aberta à rainha Vitória da Inglaterra, criticando o papel dos ingleses no tráfico de ópio. Leia a seguir um trecho desse documento.

Descobrimos que seu país fica a 60 mil ou 70 mil *li* da China. O objetivo de seus navios ao chegar à China é obter um grande lucro. Já que esse lucro é realizado na China e de fato retirado do povo chinês, como os estrangeiros podem retribuir com dano ou benefício que receberam, enviando este veneno para prejudicar seus benfeitores?

Eles podem não ter a intenção de prejudicar os outros de propósito, mas o fato é que são tão obcecados com o ganho material que não têm nenhuma preocupação com o dano que podem causar aos outros. Eles não têm consciência? Ouvi dizer que Vossa Majestade proíbe estritamente o ópio em seu próprio país, o que deixa bem claro que sabe como o ópio é prejudicial. Vossa Majestade não deseja que o ópio faça mal ao seu próprio país, mas opta por trazer esse mal a outros países, como a China. Por quê?

GLOSSÁRIO

Li: tradicional unidade de medida chinesa, corresponde aproximadamente a 500 metros.

WOOD, M. *História da China: o retrato de uma civilização e de seu povo*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022. E-book.



As ações de Lin Zexu, ao comandar a apreensão e a destruição dos carregamentos de ópio, irritaram os ingleses e se tornaram um dos principais antecedentes da Guerra do Ópio.

Ilustração que representa o comissário Lin supervisionando a destruição de carregamento de ópio no Porto de Cantão, 1839.

1. Como o ópio é caracterizado na carta? Transcreva um trecho que expressa a visão do autor sobre essa substância.
2. Identifique o trecho em que se questiona como a avidez dos comerciantes ingleses pelo lucro desconsiderava limites éticos.
3. Lin Zexu faz uma crítica direta ao governo inglês, denunciando uma incoerência. Descreva-a.



Ficha de estudos

Capítulo 16 – O tempo do imperialismo

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- Norte da África e Oriente Médio: o declínio do Império Otomano
- Ao sul do Saara: entre o tráfico de escravizados e o avanço do colonialismo
- Ásia
- Os Estados Nacionais na América Espanhola
- Estados Nacionais latino-americanos

1. (Famema-SP – 2021)

As conquistas coloniais impuseram fronteiras territoriais às redes comerciais de longa distância na África e criaram monopólios sobre o que então era um comércio externo em crescimento [...]. Os africanos foram integrados à força em sistemas econômicos imperiais centrados numa única metrópole europeia.

(Frederick Cooper. *Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização*, 2016.)

O autor apresenta um aspecto relevante da colonização europeia no continente africano, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, a saber:

- a) a reorganização dos povos africanos em comunidades nacionais caracterizadas pelo emprego de um mesmo idioma nativo.
 - b) a transferência para as economias coloniais de processos de industrialização em curso nas economias metropolitanas.
 - c) a interrupção das redes de comércio de mão de obra escrava para as economias emergentes transoceânicas.
 - d) a formação de dirigentes africanos com o objetivo de garantir a influência da metrópole nos futuros Estados independentes.
 - e) a circunscrição de espaços político-geográficos em oposição aos padrões históricos tradicionais das sociedades locais.
2. (UEPG-PR – 2021) O termo imperialismo está associado ao capitalismo e expressa práticas políticas caracterizadas pelo expansionismo (geográfico, econômico e/ou cultural) de uma nação sobre outra. A respeito desse tema, assinale o que for correto.
- 01) O avanço da produção industrial e a consequente necessidade de matérias-primas, mão de obra e mercados consumidores são motivos que explicam as práticas imperialistas.
- 02) Os processos de colonização da África e da Ásia, ocorridos a partir do século XIX, são exemplos do avanço das potências imperialistas europeias pelas regiões ditas periféricas.
- 04) O Imperialismo provocou uma reorganização política em todo o mundo, com a derrubada de governos, morte de populações nativas e exploração do trabalho nas chamadas periferias mundiais.
- 08) Ao contrário das potências europeias, os Estados Unidos não adotaram uma postura imperialista com relação aos países do continente americano, baseando suas relações comerciais e econômicas no diálogo e nos acordos diplomáticos.

3. (Ufam – 2023)

“A construção dos Estados nacionais na América Latina se faz de forma autoritária, com as elites colocando contínuos obstáculos à participação política popular. Os conflitos sociais foram, em geral, resolvidos com o apelo a regimes fortes que deveriam manter a ordem.”

PRADO, M. L. In: Folha de S.Paulo, Caderno MAIS. 11 jun. 2000. Apud COTRIM, G. *História global* 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 273.

As lideranças desses regimes ficaram conhecidas como:

- a) arcontes, que eram encarregados de julgar as faltas da sociedade.
 - b) caudilhos, e eram líderes políticos dos governos latino-americanos que assumiram o governo pelo voto ou pela força.
 - c) *criollos*, que eram os descendentes diretos de espanhóis e representavam a elite local.
 - d) *chapetones*, espanhóis que ocupavam as posições mais privilegiadas na sociedade colonial hispânica.
 - e) hoplitas, que eram os responsáveis pela força militar da região.
4. (Unesp – 2021) O processo de formação e consolidação dos Estados nacionais na América hispânica, nas duas primeiras décadas do século XIX, envolveu
- a) a participação militar direta dos Estados Unidos.
 - b) a intermediação diplomática do Império brasileiro.
 - c) a disputa entre projetos unitários e federalistas.
 - d) o prevalecimento das tradições culturais indígenas.
 - e) o franco apoio da Igreja católica aos novos Estados.
5. (Unicentro-PR – 2018) *Belle Époque* é um termo que se refere
- a) ao final do século XIX e início do século XX, marcado pelo espírito confiante de que não haveriam mais guerras, pela fé inabalável no progresso científico e por um desenvolvimento gigantesco no campo das artes.
 - b) Ao início do século XVI, marcado pela ascensão do Renascimento que resgatou a cultura greco-romana e os valores da filosofia.
 - c) Ao século IV a.C., época de maior esplendor da democracia na Atenas do Período Clássico.
 - d) a este início de século XXI, em que o homem se vangloria das descobertas cada vez mais incríveis no campo da ciência.
 - e) ao século XVIII e ao papel desempenhado pelo Iluminismo na tarefa de esclarecer as mentes no objetivo de formar o homem contemporâneo.

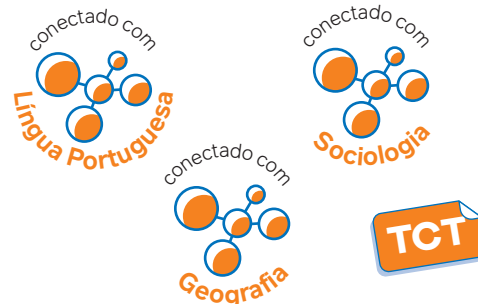




A redação do Enem demanda o domínio de diversas competências. Entre elas, as **competências 2 e 3** exigem a mobilização de repertório sociocultural e a articulação crítica e coerente desses conteúdos em defesa da tese apresentada pelo estudante. Nesse sentido, o conhecimento adquirido em suas aulas de História pela leitura, pelos debates e pelos exercícios propostos neste livro podem ser uma ferramenta fundamental para a qualidade de sua redação.

Competência 2	Competência 3
“Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema [...]”	“Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.”

Fonte: INEP. A redação do Enem 2022 – cartilha do participante. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.



Leia um dos textos motivadores, aqui em uma citação ampliada, utilizado pelo Enem na proposta de redação de 2007.

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmônica entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.

Artigo 3 – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. [S. l.]: Unesco, 2002. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/2001%20declar%C3%A7%C3%A3o%20universal%20sobre%20a%20diversidade%20cultural%20da%20unesco.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Considerando o tema de redação do Enem de 2007, “O desafio de se conviver com a diferença”, e com base nos conteúdos e conhecimentos construídos nesta unidade, siga os passos a seguir.

1. O primeiro passo para pensar na escrita da redação é compreender o tema, para poder escolher os repertórios socioculturais a serem mobilizados. Nesse sentido, **identifique** qual é o tema central da proposta de redação Enem 2007.
2. Os conhecimentos históricos são essenciais para a escrita de sua redação. Para isso, é importante você pensar de que forma esses conhecimentos podem se relacionar com o tema proposto. Tendo em vista essa observação, **cite** um repertório sociocultural da História estudado nesta unidade que se relaciona ao tema da redação Enem 2007.
3. A introdução é central na sua escrita. É nela que a **competência 2** poderá ser trabalhada. Você vai apontar qual será a sua tese, ou seja, a principal ideia que será defendida em seu texto, e aplicar o repertório histórico como argumento que vai fundamentar essa ideia. Sendo assim, **elabore** um parágrafo introdutório aplicando o repertório histórico citado no tópico anterior.
4. Após compreender o tema, aplicar o repertório e escrever a introdução, é o momento de executar a **competência 3**. **Escreva** um parágrafo dissertativo-argumentativo que desenvolva o repertório sociocultural escolhido.



A Exposição Universal de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal

Uma exposição universal era um inventário das regiões do mundo e do conhecimento humano, contemplava o ‘novo’ e também o ‘exótico’. Participar da exposição era como existir sobre a face da Terra; percorrê-la era como dar uma volta ao mundo.

A Exposição Universal de Londres recebeu mais de seis milhões de visitantes, contou com a participação de 25 países e mais de 13 mil expositores. Estes exibiam produtos nacionais especialmente selecionados, que eram julgados por categorias. A premiação ou a simples participação de um produto na Exposição eram “méritos” que atestavam sua qualidade, sua distinção em relação aos similares disponíveis no mercado, méritos destacados nos anúncios publicitários da época.

“Bazar do mundo”, “centro da fraternidade universal”, “exposição cosmopolita da indústria”, “grande marco na estrada da civilização” foram algumas expressões usadas na imprensa para se referir à Exposição, onde era dado ao visitante o contato com os produtos que exemplificavam as maravilhas da arte, ciência e tecnologia.

[...] Como exposição das inovações tecnológicas relacionadas às inúmeras atividades humanas, que possibilitou o intercâmbio de informações e o estabelecimento de redes comerciais e laços econômicos entre as nações. Ou ainda como um mapa em que tais nações, em diferentes estágios de desenvolvimento industrial, tinham seu lugar marcado segundo a ordem capitalista e eurocêntrica.

Para abrigar a Exposição Universal, foi construído no Hyde Park (Londres) um edifício arrojado, inteiramente feito de ferro, vidro e madeira, que ficou conhecido como Palácio de Cristal.

BIBLIOTECA NACIONAL. *A Exposição Universal de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal*. Rio de Janeiro: BN, 1 maio 2020. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/exposicao-universal-londres-1851-palacio-cristal>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Após a leitura do texto, em grupo, faça o que se pede.

Etapla 1: identifique o tema central do texto.

Etapla 2: debata o tema das Exposições Universais, relacionando-o com os conteúdos dessa unidade. Entre as principais reflexões estão: Como esses eventos se relacionam com a consolidação dos Estados Nacionais no século XIX, com a expansão da industrialização na Europa e em outras regiões do mundo (Estados Unidos e Japão) e com o avanço imperialista sobre regiões da África, Ásia e América Latina? Como o Brasil se relacionava com as questões internacionais do período?

Etapla 3: escreva um texto que mobilize os conhecimentos adquiridos nesta unidade sobre a forma como as contribuições de importantes segmentos étnicos do nosso país (como os povos indígenas ou negros) foram invisibilizadas ou postas em segundo plano, sob a ótica de que poderiam representar atraso e primitivismo. O texto deve apresentar também uma reflexão sobre como essas percepções se manifestam na sociedade contemporânea.

Etapla 4: vamos à ação!

Que tal reproduzir a experiência das Exposições Universais na escola? Porém, propomos uma nova lógica: em vez de ser elaborada da perspectiva daqueles que detêm o poder econômico e estão espacialmente localizados na Europa e nos Estados Unidos, propomos a concepção de uma Exposição Universal da perspectiva dos saberes e visões de mundo dos diferentes povos, etnias e culturas que vivem em outros continentes (América Latina, África, Ásia), de modo que o evento celebre a diversidade cultural e o respeito à diferença.

Com esse propósito em mente, o grupo deve organizar uma atividade cultural na escola inspirada no modelo das Exposições Universais, com vários estandes que representem diferentes povos, etnias e culturas ao redor do mundo e, sobretudo, do Brasil.

A organização de cada estande deve ter como foco a representação da diversidade, ressaltando as contribuições do grupo escolhido para o desenvolvimento cultural, material e artístico da humanidade. Cada instalação deve ainda promover a reflexão sobre o direito à existência, à manutenção da identidade e aos valores e modos de vida de diferentes comunidades humanas.



John Absolon, William Telbin. *Vista geral do interior, a partir de recordações da Grande Exposição, 1851*. Litografia, 29,9 cm × 39,7 cm.

Metropolitan Museum of Art, New York



Crianças e adolescentes trabalham em uma mina de carvão, em South Pittston. Pensilvânia, Estados Unidos, 1911.



Marcha contra o trabalho infantil em Belém (PA), 2020.



NYC./Alamy/Fotorena

Crise, Autoritarismo, Revoluções e Guerras

No início do século XX, a utopia liberal entrou em processo de decadência. A centralidade do mercado na vida social, o individualismo exacerbado e a crença no progresso ilimitado das sociedades industriais chocaram-se com o aumento da desigualdade, a precarização da classe trabalhadora, os conflitos entre as potências imperialistas, a violência da Primeira Guerra Mundial e as expectativas da Revolução Socialista de 1917.

Nas décadas seguintes, o aumento das atribuições do Estado, a intensificação do processo de democratização em alguns países, a expansão da cidadania e o crescimento dos movimentos feministas e de trabalhadores causaram transformações em diferentes sociedades. Nesta unidade, estudaremos esse processo histórico que marcou o século XX.

Filipe Bispo/Fotorena



1. O trabalho infantil é um problema de diferentes sociedades no passado e no presente. Observe as duas imagens e identifique os contextos históricos de cada uma delas.
2. Quais diferenças podem ser apontadas entre a forma como o trabalho infantil está presente nesses dois períodos históricos?
3. Relacione a mudança verificada na questão anterior às transformações citadas no texto desta abertura.

A Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos

▼ Para começar

1. Para você, qual é a relação entre o desenvolvimento científico e tecnológico e a evolução da indústria militar?
2. Em sua opinião, qual seria a importância de maiores investimentos em setores como educação, saúde e lazer em vez da destinação do dinheiro público, em prioridade, para a indústria armamentista?

Na atualidade, as guerras ganharam uma nova dimensão com o uso de artefatos tecnológicos desenvolvidos nos últimos anos. Satélites, *smartphones* e *tablets* são utilizados na comunicação e na identificação de alvos inimigos. Nesse cenário, os *drones* tornaram-se uma das principais armas de guerra, utilizados para atacar bases navais, fábricas, estações de trem e antenas de transmissão dos adversários. No conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, apenas nos primeiros dez meses mais de 20 mil drones foram usados em ataques militares. Neste capítulo, vamos estudar a Primeira Guerra Mundial, que é considerada um marco do uso de novas tecnologias militares.



Alexander Ermochenko/Reuters/Fotoarena

Suposto ataque de *drone* na guerra entre Rússia e Ucrânia. Mariupol, Ucrânia, 2022.

Um mundo em transformação

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. A estabilidade geopolítica, a expansão desenfreada do capitalismo e a crença em um progresso inabalável, características das últimas décadas do século XIX, foram colocadas em xeque. A Primeira Guerra Mundial jogou o planeta na maior guerra já vista até então, a Revolução Russa representou a primeira vitória de um movimento político socialista e a Crise de 1929 abalou o capitalismo de uma forma sem precedentes. Depois desses eventos, o mundo nunca mais foi o mesmo.

Antecedentes da Primeira Guerra Mundial

Na Europa, o final do século XIX e o início do XX constituem um período caracterizado por certa atmosfera de otimismo e prosperidade. O crescimento econômico, a expansão urbana e industrial e o avanço científico alimentavam um sentimento de confiança em um progresso ilimitado e sem fronteiras. Além disso, o aumento do padrão de vida e do consumo de bens e serviços por parte das classes alta e média e as inovações tecnológicas, como o telefone, o automóvel, a fotografia e o cinema, transformaram as sociedades europeias.

Contudo, essa imagem do período que ficou conhecido como *Belle Époque* (expressão francesa para “Bela Época”) esconde uma série de problemas, tais como a grande desigualdade social que excluía as classes populares da prosperidade daqueles anos, a situação precária dos trabalhadores industriais submetidos a longas jornadas de trabalho e a péssimos salários e a exclusão política das mulheres.

As causas da guerra

A grande contradição do período é que esse aparente cenário de euforia e tranquilidade deu origem à maior e mais mortífera guerra até então. Como isso foi possível?

Uma das principais causas da Primeira Guerra foi a **rivalidade entre as potências imperialistas** pelo controle e exploração de vastos territórios na Ásia e na África. A partir da segunda metade do século XIX, as potências europeias, com destaque para Grã-Bretanha, França e Alemanha, competiam pelas colônias consideradas estratégicas, a fim de suprir as necessidades (matéria-prima, mercado consumidor, áreas para investimento de excedentes de capital) das suas economias em processo de industrialização.

Outro fator que culminou em uma das maiores guerras da história foi o **rompimento do equilíbrio político europeu** que vigorava desde o Congresso de Viena (1814-1815). O surgimento de dois novos países (Alemanha e Itália), a partir das unificações ocorridas nesses territórios na segunda metade do século XIX, rompeu a estabilidade geopolítica do continente. A divisão colonial, liderada por Grã-Bretanha e França, passou a ser contestada pela Alemanha, nova potência econômica e militar. Um marco dessa nova realidade foi a Guerra Franco-Prussiana de 1870, na qual a derrota francesa ocasionou a perda de um rico território (Alsácia-Lorena), bem como a emergência de um sentimento de vingança contra os vencedores (revanchismo francês).

Além disso, o crescimento das rivalidades e das hostilidades entre as potências europeias levou à **formação de alianças militares** com o objetivo de unir forças contra os adversários. Nesse momento, organizaram-se dois blocos antagonônicos: a Tríplice Aliança, constituída pelo Império Alemão, pelo Império Austro-Húngaro e pela Itália, e a Tríplice Entente, composta pela Grã-Bretanha, pela França e pelo Império Russo.

Outra causa foi o **fortalecimento do sentimento nacionalista** que contribuiu para o acirramento do antagonismo entre os países e a mobilização das pessoas para a guerra. Entre os principais nacionalismos do período, destacam-se o pangermanismo (ideia de união dos povos de origem germânica sob um mesmo território), o pan-eslavismo (defesa da criação da Grande Sérvia unificando os povos de origem eslava da Península Balcânica) e o revanchismo francês.

Essa nova conjuntura significou ainda um aumento vertiginoso dos gastos militares por parte dos Estados europeus. Essa corrida armamentista em um período sem guerras foi chamada de **Paz Armada**.



A tensão nos Balcãs

No início do século XX, a desintegração de parte do Império Otomano deu origem a uma série de países na região dos Balcãs, entre eles: Grécia, Romênia, Bulgária, Sérvia, Montenegro e Albânia. Esse processo despertou a ambição de russos, alemães e austríacos que pretendiam anexar alguns desses novos países e ampliar sua influência na região.

Para enfrentar os alemães e os austríacos, unidos em torno do pangermanismo, os sérvios que desejavam expandir seu território para formar a Grande Sérvia contaram com o apoio da Rússia, em uma aliança incitada pelo sentimento de pertencimento a uma mesma etnia, a eslava.

O estopim para a guerra

Apesar do clima de otimismo e da ausência de conflitos, a Europa era uma espécie de barril de pólvora pronto para explodir. Em 28 de junho de 1914, na cidade de Sarajevo, na Bósnia, o assassinato a tiros do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, pelo estudante sérvio Gavrilo Princip, detonou a guerra. O jovem era integrante de uma organização pan-eslavista chamada Mão Negra, que tinha como objetivo combater o domínio austríaco na região.

Em reação, o Império Austro-Húngaro responsabilizou o governo sérvio pelo atentado e, um mês depois, declarou guerra ao país. O conflito entre Áustria e Sérvia ganhou uma dimensão muito maior por causa do sistema de alianças militares: os acordos da Tríplice Aliança e da Tríplice Entente rapidamente lançaram a guerra alemães, russos, franceses e ingleses.

Após um século sem grandes guerras no continente, a expectativa dos dois lados era de um conflito breve; o que não se confirmou. Os nacionalismos exacerbados, as ambições imperialistas, a política de alianças e a corrida armamentista lançaram o mundo na mais sangrenta das guerras até então. O que começou com o assassinato de um indivíduo terminou com a morte de mais de 15 milhões de pessoas quatro anos depois.

O início da guerra

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito global (pois envolveu países e territórios da Europa, América, África e Ásia) e total (porque incluiu não apenas militares, mas também civis). A guerra pode ser dividida em três etapas principais: uma fase de movimento (1914-1915), o período das trincheiras (1915-1916) e o desfecho do conflito (1917-1918).

A guerra de movimento (1914-1915)

Nessa primeira fase, houve um intenso e acelerado deslocamento de tropas, motivado pelo objetivo de todos os governos de colocar um fim rápido à guerra. Destaque para a estratégia ofensiva da Alemanha, batizada de Plano *Schlieffen*, que resultou na invasão da Bélgica e da França em agosto de 1914.

Na Batalha do Marne, com a ajuda dos ingleses, os franceses conseguiram deter o avanço alemão a menos de 40 quilômetros de Paris e evitar a tomada da capital. Em seguida, a contraofensiva franco-britânica empurrou os alemães mais para o norte do país.

A partir desse momento, na frente ocidental, vigorou um equilíbrio de forças no qual nenhum dos dois lados possuía capacidade para avançar e conquistar territórios.



Ilustração do jornal italiano *La Domenica del Corriere* retrata o assassinato do arquiduque austriaco em 1914.

A guerra de trincheiras (1915-1916)

A estabilidade de forças levou a uma nova etapa: a guerra de trincheiras. Sem conseguir avançar sobre o território inimigo e buscando preservar a área sob seu domínio, as tropas começaram a cavar grandes valas no chão para proteger suas posições. As chamadas trincheiras passariam a ser o lar de milhões de soldados nos próximos anos.

A vida nas trincheiras era extremamente insalubre: cadáveres, ratos, aranhas e piolhos infestavam esses locais. A falta de higiene e a proliferação de parasitas contribuíam para a difusão de doenças e se somavam às péssimas condições de alimentação.



Infográfico
A guerra de trincheiras

The Stapleton Collection/Bridgeman Images/Fotoarena



Soldados alemães defendendo trincheira na Primeira Guerra Mundial, entre maio e junho de 1918.

Nesses anos de imobilismo da guerra, centenas de milhares de soldados morreram sem que houvesse ganhos territoriais significativos de nenhum dos lados. Um exemplo emblemático foi a Batalha do Somme entre franceses, britânicos e alemães, que resultou em mais de um milhão de mortes.

Da mesma forma, no Centro e no Leste Europeu, batalhas menos lembradas nos estudos históricos e na memória das sociedades resultaram em grandes catástrofes humanas e materiais para russos, poloneses, alemães, austríacos e outros povos da região. E, em menor dimensão, mas também relevantes, em partes da África e da Ásia também ocorreram campanhas militares decisivas para a guerra.

Portanto, embora a guerra tenha se concentrado na Europa, outros lugares e sociedades também foram afetados. Em uma guerra entre grandes impérios, os domínios e as colônias foram arrastados e tiveram um papel fundamental no conflito. Um bom exemplo foi o exército britânico, que contou com a participação de 1,2 milhão de soldados de seus domínios, entre eles canadenses, sul-africanos e australianos, e de 1,5 milhão de soldados de suas colônias, a maioria deles indianos. Podemos dizer, inclusive, que não foi a Grã-Bretanha que lutou entre 1914 e 1918, mas o Império Britânico.

BMH Photographic/Alamy/Fotoarena



Tropas indianas de bicicleta em Somme, na França, [191?].

A tecnologia e a destruição

Submarinos, aviões de combate, tanques blindados, metralhadoras automáticas e gases tóxicos entraram em cena na Primeira Grande Guerra. O desenvolvimento tecnológico e científico do século XIX aumentou exponencialmente a capacidade militar de provocar mortes e destruição.

A título de exemplo, podemos citar a guerra química travada entre ingleses, franceses, alemães e austro-húngaros. A utilização de 21 agentes tóxicos diferentes provocou a morte de mais de um milhão de soldados.

Soldados usam máscaras de gás para se protegerem dos agentes tóxicos. França, 1918.



Museu Nacional de Saúde e Medicina, Silver Spring

O Brasil na guerra

A entrada do país ao lado da Tríplice Entente aconteceu após o torpedeamento de um navio brasileiro por submarinos alemães. A participação militar do Brasil, contudo, foi limitada. A contribuição do país se resumiu ao auxílio marítimo e aéreo – através do envio de cruzadores e aviadores – e à atuação de oficiais e médicos.

Na manchete do jornal é possível ver a acusação do governo brasileiro ao império alemão pelo torpedeamento ao navio brasileiro Macau – o que teria sido considerado “um crime da feroz pirataria”.

O desfecho do conflito

O ano de 1917 foi crucial para a definição da guerra. Até esse momento, o conflito estava estabilizado e equilibrado na frente ocidental e, no lado oriental, a guerra era mais móvel e estava favorável aos alemães. No entanto, esse ano marcou a virada da Primeira Guerra.

Primeiro pela saída da Rússia. Após a Revolução Socialista, os russos, agora liderados por Vladimir Lênin, sob o argumento de que essa era uma guerra imperialista e que os trabalhadores não tinham nada a ganhar, assinaram um acordo de paz com a Alemanha e se retiraram do conflito. No Tratado de Brest-Litovsk, a Rússia cedeu uma parte significativa do seu território, que incluía a Polônia, a Finlândia, a Ucrânia, a Bielorrússia e os países bálticos (Lituânia, Letônia, Estônia).

O acordo na frente oriental fortaleceu os alemães que, a partir desse momento, podiam voltar suas tropas para o lado ocidental, rompendo com o equilíbrio de forças dos últimos anos. Na Alemanha, a expectativa de vitória se frustrou com a entrada dos Estados Unidos.

A decisão do governo estadunidense de ingressar na guerra se deu por três motivos principais: o afundamento de um navio do país por submarinos alemães em águas internacionais; a descoberta de uma comunicação diplomática secreta (conhecida como Telegrama Zimmermann) na qual a Alemanha prometia ao México ajuda para recuperar os territórios perdidos para os Estados Unidos no século anterior; e a necessidade de assegurar o recebimento dos empréstimos feitos à Inglaterra e à França, tradicionais parceiros comerciais durante a guerra.

A entrada dos Estados Unidos significou a alteração do equilíbrio da guerra a favor da Entente. De um lado, a mobilização de uma das maiores economias do planeta e seus quatro milhões de soldados e milhares de tanques, navios e aviões. De outro, uma Alemanha combalida, com sua economia afetada por anos de bloqueio naval imposto pelos Aliados e com suas tropas cansadas da guerra.

O conflito ainda se arrastou por mais de um ano; até que em 11 de novembro de 1918 o governo alemão assinou o armistício, colocando fim à Primeira Guerra.



Em 1917, o jornal *Gazeta de Notícias* noticiou o ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

O final da guerra

Na Primeira Guerra, mais de 15 milhões de militares e civis perderam a vida, mais de 20 milhões saíram do conflito feridos ou mutilados e dezenas de milhares ficaram órfãos e refugiados.

No final da guerra, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, propôs um acordo de paz conhecido como Catorze Pontos, que defendia “uma paz sem vencedores”, além da autodeterminação dos povos e da criação de uma organização internacional para garantir a paz. No entanto, diante da resistência da Grã-Bretanha e França, a proposta de Wilson não foi aprovada.

O Tratado de Versalhes

O plano de paz adotado, conhecido como Tratado de Versalhes, determinou uma punição severa à Alemanha, que incluía o pagamento de uma altíssima indenização; a perda de todas as suas colônias na África; a devolução da Alsácia-Lorena à França; a desmilitarização das Forças Armadas e a perda de parte de seu território para a recém-criada Polônia.

Além de prejudicar ainda mais a economia da Alemanha já em crise após a guerra, o Tratado de Versalhes foi considerado uma grande humilhação pela população alemã. Esse contexto de crise econômica e social foi um dos principais fatores para a ascensão do nazismo poucos anos depois.

O tratado estabeleceu a criação da Liga das Nações com o objetivo de evitar novas guerras e preservar a paz no mundo. A organização, contudo, esteve fadada ao fracasso desde o início, sobretudo porque os Estados Unidos, principal potência global depois da guerra, não aceitaram integrá-la. Embora a ideia da Liga tenha sido do presidente estadunidense, o Congresso vetou a participação, alegando que o país corria o risco de se tornar uma espécie de polícia internacional. Outras nações também permaneceram de fora, como a União Soviética e a Alemanha, o que enfraquecia ainda mais a instituição.

As consequências da guerra

A Primeira Guerra provocou grandes transformações territoriais, políticas e econômicas. Entre as principais, podemos destacar a ascensão dos Estados Unidos à condição de principal potência econômica e militar do planeta; a decadência econômica e política da Europa; o fim dos últimos grandes impérios: na Alemanha, instituiu-se um regime republicano, conhecido como República de Weimar; na Áustria-Hungria, a fragmentação do império deu origem a três países: Áustria, Hungria e Tchecoslováquia. Na Rússia, a revolução bolchevique estabeleceu um Estado socialista. No Império Otomano, reduzido à atual Turquia, os novos territórios, Iraque, Líbano, Síria e Palestina, tornaram-se domínios controlados pela Inglaterra e pela França. Destaca-se também a crise econômica e social nos países derrotados, em especial na Alemanha, castigada pela guerra e pelo Tratado de Versalhes. Na década seguinte, a grave situação alemã contribuiu para a radicalização política da sociedade e para a ascensão do nazismo.



Fonte: DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 1987. p. 88-89.

Europa – 1919



Fonte: DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 1987. p. 88-89.

A participação das mulheres

A ida de milhões de homens para os campos de batalha produziu uma lacuna de trabalhadores nas fábricas e nos campos dos principais países envolvidos no conflito. Diante da crise de mão de obra e da necessidade de manutenção da economia ativa para o esforço de guerra, milhões de mulheres foram contratadas para ocupar esses espaços.

Embora a presença de trabalhadoras nas fábricas não seja uma novidade, visto que as mulheres já estavam ocupando esses locais desde o início do processo de industrialização, o número cresceu vertiginosamente nesse período de guerra. Além disso, outros locais, majoritariamente masculinos, passaram a ser ocupados por mulheres. Elas agora desempenhavam funções na agricultura, no comércio, nos escritórios e nas indústrias; eram motoristas de ônibus, telefonistas, professoras, cozinheiras, enfermeiras, entre outras funções.

A maior presença no mercado de trabalho significou independência econômica e prestígio social, o que contribuiu para fortalecer a luta das mulheres por direitos, como o direito ao voto. Nos anos finais ou no imediato Pós-guerra, elas conquistaram o sufrágio em alguns países, como a Inglaterra (1918), a Alemanha (1918) e os Estados Unidos (1920).



Trabalhadores em uma fábrica inglesa de produção de bombas, na qual se destaca a grande quantidade de mulheres. Nottinghamshire, Inglaterra, 1917.

De Luani/Alamy/Fotoarena

A Rússia no início do século XX

A Revolução Russa de 1917 mudou completamente a Rússia e o mundo. A primeira revolução socialista vitoriosa da história transformou o Império Russo em uma potência industrial e urbana. O processo revolucionário repercutiu também no mundo, inspirando movimentos revolucionários e reações contrarrevolucionárias por toda parte e gerando, em igual medida, simpatia e hostilidade.

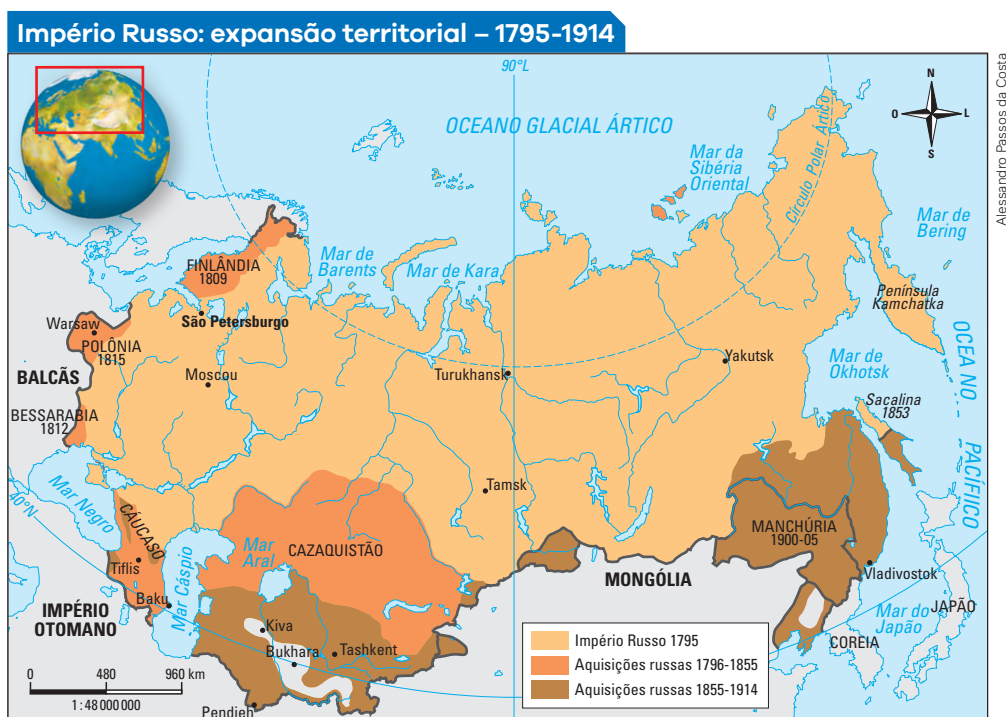
O fato é que a revolução socialista foi um sucesso, pelo menos nas primeiras décadas. Se em 1917 apenas a Rússia era um país socialista, menos de quatro décadas depois diversos países e um terço da humanidade viviam sob um regime inspirado na experiência russa.

A Rússia imperial

O Império Russo, um dos maiores impérios do mundo, possuía uma população grande (132 milhões de habitantes) e bastante diversa, com tradições culturais, línguas e nacionalidades diferentes (russos, ucranianos, lituanos, georgianos, entre outras).

Em termos políticos, era governado por uma monarquia absolutista. O soberano recebia o título de czar. Como um poder autocrático, o czar centralizava as decisões políticas em suas mãos. Ele podia abolir ou modificar qualquer lei ou instituição e contava, ainda, com o apoio político da nobreza, proprietária de terras.

Era um Império marcado pelas desigualdades sociais, no qual a nobreza e o clero ortodoxo, proprietários da maioria das terras, possuíam privilégios; e a maioria da população, cerca de 80%, era composta de camponeses pobres e analfabetos, que viviam em regime de servidão.



Fonte: O'BRIEN, P. *Atlas da História Mundial*. 2. ed. Londres: Philips's, 2005. p. 180.

O czarismo em crise

No século XIX, o Império Russo vivia uma fase de grande desenvolvimento industrial. Cabia ao Estado o investimento principalmente em infraestrutura, com a construção de ferrovias e empresas siderúrgicas e a expansão das comunicações. O número de indústrias, sobretudo das indústrias têxtil e da produção de ferro, passou de 2400, em 1804, para mais de 15 mil, em meados de 1860. Os investimentos feitos pelo Estado e pelo capital estrangeiro alavancaram esses processos.

Apesar do crescimento econômico, os problemas sociais do Império Russo se agravaram. A exploração dos trabalhadores urbanos era intensa. Os operários recebiam baixos salários e as jornadas chegavam a 16 horas por dia. No meio rural, a servidão foi abolida em 1861, mas os camponeses ainda viviam em situação de miséria.

O Domingo Sangrento e a Revolução de 1905

O início do século XX foi bastante conturbado. No plano externo, entre os anos 1904 e 1905, o Império Russo se envolveu em uma guerra contra os japoneses pelo controle da região da Manchúria, no nordeste da China. Internamente, a população russa vivia em péssimas condições e crescia a cada dia sua insatisfação com o governo do czar Nicolau II.

Em janeiro de 1905, na cidade de São Petersburgo, em protesto contra as péssimas condições de vida e trabalho, um grupo marchou até o Palácio de Inverno, residência oficial do czar, para entregar uma petição ao Imperador. Nesse documento, os trabalhadores reivindicavam reformas sociais, fiscais, trabalhistas e políticas. Além disso, pediam a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal.

A reação de Nicolau II foi violenta. Ele ordenou que os soldados que guardavam o palácio abrissem fogo contra a multidão. Centenas de pessoas morreram e outras milhares ficaram feridas. Esse dia ficou conhecido como Domingo Sangrento. Os atos de violência contra o protesto pacífico dos trabalhadores e seus familiares geraram enorme indignação por toda a Rússia. Muitos historiadores consideram esses acontecimentos como um “ensaio geral” para a Revolução Russa de 1917.

Outro evento importante desse período foi a rebelião de marinheiros do encouraçado Potemkin, em junho de 1905. Eles se revoltaram contra os abusos que eram cometidos por seus comandantes. O navio foi tomado por eles. Apesar do apoio da população civil, os marinheiros rebeldes foram duramente reprimidos pelo governo.

Pictures From History/akg-images/Album/Fotoarena



Incêndio no depósito de petróleo em Port Arthur, causado por ataques japoneses durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Manchúria, China, 1904.

Para ampliar

Filme

O encouraçado Potemkin, direção de Sergei Eisenstein e Grigori Aleksandrov (Mosfilm, 1925, 75 min).

O filme se passa na Rússia de 1905 e trata do levante no navio de guerra Potemkin. Os marinheiros que se rebelaram estavam cansados das péssimas condições em que viviam cotidianamente no navio e dos maus-tratos sofridos.



Goskino/Mosfilm

Os soviets

Esses eventos despertaram uma onda de indignação e luta da população por toda a parte. Grupos de operários, camponeses e soldados de várias regiões começaram a se organizar em conselhos que ficaram conhecidos como **soviets** (conselho, em russo). Esses conselhos, uma espécie de pequeno parlamento, eram formados por representantes eleitos nas aldeias, fábricas e regimentos em diferentes localidades.

Um dos objetivos dos soviets era organizar a luta dos trabalhadores por direitos políticos, sociais e trabalhistas. Uma de suas estratégias era promover ações sociais contínuas e fazer uma clara oposição ao governo.

Em agosto de 1905, na tentativa de responder à pressão popular, o czar Nicolau II anunciou a convocação da Duma, um tipo de assembleia consultiva. Composta, em sua maioria, de representantes da nobreza e da alta burguesia, a Duma possuía poderes limitados e podia ser dissolvida a qualquer momento pelo czar.

Membros do soviete de São Petersburgo são presos, acusados de apoiar uma rebelião armada contra o czar Nicolau II, em 1905. Entre os presos está Leon Trótski.



Universal History Archive/UG/Bridgeman Images/Fotoarena

Os socialistas revolucionários e os sociais-democratas

Apesar da intensa repressão, as ideias socialistas se difundiram na Rússia. Panfletos com ideais marxistas chegavam do exterior. Grupos políticos começaram a se organizar dentro e fora da Rússia. A intensa exploração e as péssimas condições de vida e de trabalho do operariado russo contribuíram para a difusão dessas ideias.

O socialismo foi a base ideológica para a formação, em 1898, do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). De base socialista, o partido tinha como proposta o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades. Por essas ideias, o POSDR foi duramente perseguido pelo governo czarista. Dentro do partido, existiam dois grupos: os mencheviques e os bolcheviques. Eles divergiam em relação aos caminhos para se chegar ao socialismo.

Para os bolcheviques, o governo czarista deveria ser destruído por meio de uma revolução socialista. Eles acreditavam que operários e camponeses deveriam se unir para tomar o poder por meio de uma revolução socialista e que somente dessa forma poderia-se pôr fim ao absolutismo czarista. Esse grupo era liderado por Lênin, nome pelo qual era conhecido Vladimir Ilyich Ulianov.

Os mencheviques tinham como líder Julius Martov. Para esse grupo, a destruição do absolutismo seria feita com base em um caminho diferente dos bolcheviques. Eles acreditavam que antes era necessário desenvolver o capitalismo russo. Esse processo começaria com base em uma aliança com os setores da burguesia para destruir o absolutismo, passando, em seguida, pelo desenvolvimento industrial para, somente depois, se alcançar o socialismo.

As revoluções de 1917

As reformas propostas pelo Estado não foram suficientes para reverter a situação de miséria da população russa. Para piorar, a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial aprofundou a crise interna do Império Russo. O redirecionamento de recursos financeiros e o recrutamento de operários e camponeses tiveram como consequência a diminuição da atividade industrial e da produção agrícola, gerando problemas na produção de alimentos, desemprego e aumento da inflação. Esse cenário contribuiu para o retorno das manifestações políticas de oposição ao czar.

Em 1917, manifestações e greves se multiplicaram pelo país. Impactados pela guerra, os militares russos também se revoltaram e se juntaram aos manifestantes. Diante dessa onda de insatisfação, um grupo de mulheres protagonizou um dos mais importantes eventos do período. Cerca de 6 milhões de mulheres trabalhavam no setor têxtil russo, recebiam salários ainda mais baixos que os pagos aos trabalhadores homens, não possuíam muitas liberdades e direitos e ainda tinham uma dupla jornada, pois eram responsáveis pelas tarefas domésticas e pela educação dos filhos. Diante dessa situação opressiva e injusta, muitas aderiram à luta socialista. Elas reivindicavam salários iguais aos dos homens para a mesma função, direito ao voto, licença-maternidade remunerada e berçário nas fábricas.

No dia 8 de março (23 de fevereiro no calendário russo), Dia Internacional da Mulher, em Petrogrado (atual São Petersburgo), ocorreu uma grande passeata de mulheres com cartazes que protestavam contra as péssimas condições sociais e de trabalho às quais estava submetido o povo russo. A manifestação teve um grande apoio da população. Suas palavras de ordem eram: paz e pão. Reivindicavam o combate à fome, a retirada da Rússia da guerra e a derrubada do czar Nicolau II. Poucos dias depois, manifestantes paralisaram os trabalhos em uma grande greve geral, encorajados pelo sucesso da passeata das mulheres.



Manifestação feminina pelas ruas de Petrogrado, Rússia, 1917.

Pictorial Press Ltd./Alamy/Fotoarena

A revolução de fevereiro e a queda do czar

O clima de tensão e protestos crescia a cada dia, até que no dia 27 de fevereiro o Palácio de Inverno foi invadido, e o czar Nicolau II foi forçado a deixar o poder. Formou-se um governo provisório liderado pelo príncipe Lvov, que reuniu políticos de diferentes forças. Esse governo era composto de liberais moderados, representantes da burguesia e integrantes do soviete de Petrogrado sob a liderança dos mencheviques.

Apesar da concessão de alguns direitos, como a liberdade de imprensa e a volta dos exilados políticos, essa gestão procurava conter as tensões e restabelecer a ordem social. O governo provisório não conseguiu solucionar os graves problemas vividos pela população. Além disso, contrariando o interesse do povo, manteve a Rússia na Primeira Guerra Mundial.

Foi nesse contexto que Vladimir Lênin, líder dos bolcheviques, publicou as “Teses de abril”. Lênin tinha acabado de voltar do seu exílio na Suíça e, em seu documento, propôs o fim do governo provisório, a formação de uma República de sovietes, a nacionalização de bancos, terras e empresas e a imediata saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. O lema de Lênin era: “todo poder aos sovietes”.

Os bolcheviques chegam ao poder: a revolução de outubro

A força dos sovietes cresceu ao longo do ano de 1917. A exortação de Lênin apontava para uma ampliação da influência dos bolcheviques sobre os sovietes. Aos poucos consolidavam-se as bases para uma revolução popular, diferente da Revolução de fevereiro de 1917.

Em agosto daquele ano, o general Lavr Kornilov tentou dar um golpe de Estado. A pressão dos militares sobre o governo provisório fez com que suas lideranças pedissem ajuda aos bolcheviques para se defender. Leon Trótski,

uma das lideranças bolcheviques, organizou a Guarda Vermelha, que era formada, em sua maioria, por operários. A ação da Guarda Vermelha foi rápida e eficiente, impedindo o Golpe de Estado organizado por Kornilov.

No dia 24 de outubro de 1917, os bolcheviques, liderados por Lênin e Trótski – que comandava a Guarda Vermelha –, ocuparam várias ruas, estações ferroviárias e prédios, tomaram o Palácio de Inverno e assumiram o poder na Rússia. Lênin se tornou presidente do Conselho de Comissários do Povo, órgão executivo dos sovietes.



Universal History Archive/UG/Bridgeman Images/Fotoarena

Lênin durante discurso na Praça Vermelha. Moscou, Rússia, 1917.



Coleção particular

Assembleia do soviete de Petrogrado. Rússia, 1917.

A construção do socialismo soviético

O processo de construção de uma sociedade socialista se iniciava. Não seria tarefa fácil, nem sua construção nem sua consolidação, havendo muitas idas e vindas. Entre as primeiras medidas do governo revolucionário estavam a estatização da economia; a nacionalização de bancos e empresas estrangeiras; e o controle da produção das fábricas pelos comitês operários. Uma das medidas principais foi a passagem das terras que estavam nas mãos da nobreza e da Igreja Ortodoxa para o controle dos soviets rurais, acabando com o direito à propriedade privada da terra. Outra medida importante foi a assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk em 3 de março de 1918, que retirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial.

O período das guerras civis

Mais do que um conflito entre o Exército Vermelho dos revolucionários bolcheviques comandado por Trótski, e o Exército Branco dos contrarrevolucionários, o período foi de guerras civis no país.

O desenrolar do processo revolucionário sob controle dos bolcheviques gerou reação de setores progressistas (socialistas revolucionários, mencheviques, anarquistas) e conservadores (liberais, monarquistas). Enquanto os grupos progressistas tinham como objetivo redirecionar os rumos do processo revolucionário, que consideravam usurpado pelos bolcheviques, os setores conservadores, contando com o apoio das principais potências capitalistas, pretendiam acabar com a revolução socialista por completo.



Leon Trótski falando aos soldados do Exército Vermelho. Rússia, 1919.

Pictorial Press Ltd/Alamy/Fotoarena

Comunismo de guerra

Para garantir os suprimentos para o Exército Vermelho, os bolcheviques colocaram em prática uma política econômica cuja estratégia ficou conhecida como comunismo de guerra. O governo controlava as colheitas e a distribuição de produtos agrícolas e industriais. Os cereais, fruto da colheita, eram confiscados pelo Estado e redirecionados para o abastecimento do Exército Vermelho. Nas cidades, os salários dos operários foram muitas vezes congelados ou, ainda, substituídos por alimentos.

O Estado passou a controlar diretamente os sindicatos, que perderam força na luta por melhorias nas condições de trabalho e salário. Os operários eram proibidos de fazer críticas e eram punidos por falta de pontualidade. Os camponeses também sofreram com o aumento do controle. As medidas impopulares do governo bolchevique acabaram por provocar greves e rebeliões no campo e nas cidades.

Os bolcheviques venceram a guerra civil, mas as perdas e a destruição foram enormes. O saldo da guerra foi muito grave: mais de 12 milhões de pessoas morreram por causa dos combates, da fome e das doenças. A crise econômica se aprofundou: a comparação entre os números das colheitas e da produção industrial que existia antes e depois do processo revolucionário era alarmante. Entre 1913 e 1921 houve uma diminuição de mais da metade da colheita de cereais, passando de 96 milhões para 35 milhões de toneladas. A produção industrial, em 1920, de artigos como cimento, máquinas, carvão e tecidos, teve uma diminuição de mais de 70% em relação a 1913.

Aprendizagens em processo • Conceitual



Após a tomada do poder pelos bolcheviques, em outubro de 1917 se inicia um período de guerra civil. Com base nisso, responda às questões:

1. Explique o conceito de guerra civil.
2. Identifique os grupos envolvidos na guerra civil russa e descreva seus interesses.
3. Quais foram as consequências da guerra civil para a sociedade russa?

A Nova Política Econômica (NEP)

Vencido o Exército Branco, era hora da reconstrução. Para estimular a economia e atenuar a pressão sobre os trabalhadores, Lênin, em 1921, implantou a Nova Política Econômica (NEP). Essa política suspendia as medidas restritivas tomadas no período do comunismo de guerra. Não seria mais praticado o confisco das colheitas e os camponeses poderiam vender o excedente de sua produção. A existência de algumas atividades privadas passava a ser permitida. A ideia era estimular a produção e movimentar o mercado interno. Os setores estratégicos, ligados às indústrias de base, ficaram sob o controle do Estado socialista.

Em dezembro de 1922, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um Estado socialista liderado por Lênin, que reunia diferentes povos que compunham o Império Russo. A Constituição, aprovada em julho de 1923, definiu a organização dos poderes da URSS e estabeleceu que o Soviete Supremo seria o órgão mais importante do país, formado por representantes de todas as repúblicas da União Soviética, sendo a Rússia a principal delas. Estabelecia ainda que o Estado soviético teria um único partido, o Partido Comunista Soviético.

A chegada de Stalin ao poder

Lênin morreu em 1924, apenas dois anos depois da criação da URSS, e as disputas pela liderança do Estado soviético que se seguiram foram acirradas. Dois membros do Partido Comunista queriam a cadeira que foi ocupada por Lênin: Liev Trótski e Josef Stalin. Eles tinham posições diferentes em relação aos rumos do Estado soviético.

Trótski acreditava que era necessária a expansão do socialismo para fora da URSS, estimulando movimentos revolucionários em outros países, uma espécie de “revolução permanente”. Para ele, essa seria a única maneira de proteger o socialismo soviético diante das ameaças de destruição por parte das grandes potências capitalistas. Já Stalin era secretário-geral do Partido Comunista e defendia que era preciso consolidar primeiro o socialismo na União Soviética para somente depois expandi-lo pelo mundo.

Essa disputa foi vencida por Stalin, que se tornava a principal liderança da URSS. Stalin expulsou Trótski do país e tomou uma série de medidas, como a eliminação da NEP e a planificação da economia por meio de programas econômicos conhecidos como planos quinquenais.

De cinco em cinco anos, o governo estabeleceria metas e prioridades para a produção industrial e agrícola. Fazia parte também dos planos quinquenais uma política cultural e educacional que tinha como finalidades erradicar o analfabetismo e desenvolver o ensino técnico. O objetivo era tirar o país do atraso tecnológico e incentivar o crescimento industrial.

Industrialização e coletivização do campo

Os investimentos em desenvolvimento industrial cresceram. O Estado passou a investir na produção de máquinas, equipamentos e usinas hidrelétricas, deixando de lado a industrialização de bens de consumo não duráveis, como vestuário e alimentos.

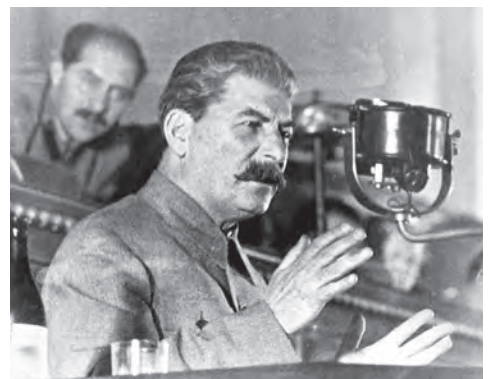
Na agricultura, Stalin implantou, a partir de 1927, uma coletivização forçada. As pequenas propriedades agrícolas foram eliminadas à força e substituídas pela propriedade coletiva das terras. Rebanhos e todo material de trabalho também foi coletivizado. Os camponeses que resistiram a essas mudanças foram duramente reprimidos.

A formação da sociedade soviética

De 1924 a 1953, período que Stalin esteve no poder, o Estado soviético foi marcado por uma forte centralização política. A concentração de poderes nas mãos de Stalin se fortalecia ao mesmo tempo que se enfraquecia a representatividade dos soviets. O governo reprimia a organização dos operários, proibia greves e manifestações, censurava a imprensa e as artes.

Além disso, o governo stalinista perseguiu e afastou opositores, estabelecendo uma perseguição sistemática àqueles considerados inimigos do Estado soviético. Stalin impôs ao país um forte culto à sua personalidade. Usou a máquina de propaganda financiada pelo Estado para esse fim, transformando seu governo em uma ditadura pessoal. Dessa forma, Stalin se afastava dos ideais que inspiraram a revolução socialista de 1917.

Josef Stalin discursando sobre o projeto da nova Constituição soviética, que foi promulgada em 1936 e redesenhou o governo stalinista, centralizando o poder nas suas mãos. Moscou, União Soviética, 1936.



NYC./Alamy/Fotoarena

O capitalismo: da prosperidade à crise

Além de uma grande guerra mundial e uma revolução socialista no país de maior extensão territorial do planeta, as primeiras décadas do século XX tiveram a maior crise econômica da história do capitalismo. A crise que sacudiu os Estados Unidos em 1929 rapidamente se espalhou para o mundo todo, provocando desequilíbrios sociais e políticos.

Os Estados Unidos no início do século XX

A Primeira Guerra Mundial redefiniu o cenário geopolítico internacional e tornou os Estados Unidos a nova grande potência do planeta. O que explica essa nova situação? Em primeiro lugar, ao longo do conflito, o país se consolidou como grande exportador de mercadorias e de capitais aos países da Entente, se tornando o principal credor mundial depois da guerra. Além disso, com seu território distante dos campos de batalha, o país, diferentemente das demais potências, não sofreu grandes perdas materiais.

A nova conjuntura se traduziu em um período de grande crescimento econômico, de expansão industrial e urbana e de prosperidade social. O *boom* da produção, em especial do setor de bens de consumo, e o aumento do emprego e da renda levaram a uma ampliação inédita do consumo. Geladeiras, aspiradores de pó, fogões e rádios invadiram os lares americanos, contribuindo para o surgimento de uma sociedade de consumo de massa. Um símbolo desses anos de prosperidade foi a indústria automobilística, que passou de uma produção anual de 1,9 milhão de veículos em 1919 para 5,6 milhões em 1929.

A associação entre consumo e realização pessoal, propagada pelas campanhas publicitárias, tornou-se a base do que viria a ser conhecido como “modo de vida americano” ou *American way of life*. No entanto, esse estilo de vida não era para todos: agricultores pobres, imigrantes recém-chegados e negros não desfrutavam do padrão de consumo e das oportunidades disponíveis para as famílias brancas estabelecidas nos principais centros urbanos do país.

A propaganda exalta o *American way of life* nos dizeres que aparecem ao lado do carro: “Não há jeito como o jeito americano”. Na parte superior da propaganda lê-se os dizeres: O mais alto padrão de vida do mundo. Louisville, Estados Unidos, 1937.



Shawshoits/Alamy/Fotorena

Frenéticos anos 1920

Além do desenvolvimento econômico, a década de 1920 foi marcada por inovações culturais e pela liberalização dos costumes. Desde o início do século XX, as **sufragistas** estadunidenses organizavam um amplo movimento feminista cujo principal objetivo era a conquista do direito ao voto, a que tiveram acesso em nível federal em 1920.

Cada vez mais integradas ao mercado de trabalho, parte das mulheres levava uma vida menos dependente dos homens. Era o tempo, por exemplo, das melindrosas. De cabelos curtos e cigarro à vista de todos, elas confrontavam estereótipos de gênero adotando comportamentos até ali tidos como masculinos, inclusive no âmbito da vida sexual. À noite, chegava a hora de se divertir, frequentando sessões de cinema e dançando *charleston* ou *foxtrote* até tarde.

Outro destaque cultural desse período é o *jazz*, estilo musical de origem negra proveniente do sul dos Estados Unidos, que animava salões, bares e cabarés nos anos 1920. Consumido pela juventude, o *jazz* era ao mesmo tempo uma inovação estética e de costumes. Seu ritmo e danças frenéticas expressavam uma maneira mais liberal de dispor do próprio corpo, sobretudo para as mulheres.

Sufragistas estadunidenses durante uma manifestação. No cartaz à esquerda, lê-se "Senhor presidente, quanto tempo as mulheres devem esperar pela liberdade" enquanto no cartaz à direita há os dizeres "Senhor presidente, o que você fará pelo sufrágio feminino". Washington (DC), Estados Unidos, 1917.



The Stapleton Collection/Bridgeman Images/Fotorena

GLOSSÁRIO

Sufragista:

militante que defende o sufrágio universal, ou seja, o direito ao voto independentemente de gênero, classe ou raça.



Músicos de jazz reunidos sob a condução do maestro Duke Ellington no piano. Chicago, Estados Unidos, 1924.

O surgimento do cinema

Outro divertimento popular à época foi o cinema. A primeira sessão aconteceu na França, mais especificamente no *Grand Café* de Paris, em 1895, mas foi nos Estados Unidos dos anos 1910 que ele começou a se constituir como indústria. A maior parte do seu público era a massa proletária dos cinturões industriais estadunidenses.

A indústria cultural nascente, ainda que eventualmente crítica, em geral reproduzia as desigualdades sociais estabelecidas com base nas formas culturais padronizadas de grande apelo público. O cinema, por exemplo, apresentava um mundo em que o mocinho salva a ordem no minuto final, fazendo merecer o beijo redentor da mocinha, que o encaminhava ao destino inescapável do casamento e filhos, o chamado final feliz. Ao longo dos filmes, desfilavam um festival de mercadorias: carros, eletrodomésticos, roupas da moda, cigarros e *whisky*, consolidando ainda mais fundo o mantra do *American way of life*: não há vida feliz sem consumo.

América reacionária

Apesar das várias inovações culturais, a América dos anos 1920 teve um forte movimento conservador, em alguns casos até mesmo reacionário. Aproximadamente 20 milhões de imigrantes ingressaram nos Estados Unidos até 1900. O país era visto como a “terra das oportunidades”. A vida dos recém-chegados, contudo, não era exatamente fácil.

A maioria teve suas chances restritas devido ao preconceito racial. Um dos indícios do recrudescimento dessa postura foi a aprovação do Ato de Imigração em 1924, pelo qual se restringia a entrada nos Estados Unidos a um máximo de 150 mil imigrantes, com cotas específicas segundo o grupo étnico a que pertenciam. Em alguns casos, como o dos asiáticos, a entrada era simplesmente proibida. No entanto, nenhum grupo foi objeto de ódio tão violento quanto a população negra, que nos anos 1920 foi implacavelmente perseguida por supremacistas brancos da *Ku Klux Klan*.

Ku Klux Klan

Criada em 1867, em Nashville, a *Ku Klux Klan*, ou KKK, era uma organização montada para a defesa, de forma violenta, do supremacismo branco. Apesar de ser a mais célebre, ela não foi a única. A *Klan* dividiu o ódio racial com outras organizações supremacistas, como Caras Pálidas, Cavaleiros do Sol Nascente e Guardas Constitucionais. Estima-se que entre 1867 e 1871, 20 mil pessoas foram assassinadas por supremacistas brancos. Esses grupos perseguiam todos os que consideravam inferiores: asiáticos, judeus e, sobretudo, a população negra. O álibi recorrente usado pelos racistas para os linchamentos e enforcamentos eram acusações forjadas de estupro contra homens negros. O aparato policial e o sistema judiciário contribuíam para reforçar a violência do supremacismo branco, prendendo e condenando negros inocentes.

A *Ku Klux Klan* entrou em decadência nos anos 1870 para então ressurgir no clima de lutas sociais em meados dos anos 1910. Na década de 1920, teve seu auge, chegando a reunir 4

milhões de membros. Aos perseguidos, a *Klan* acrescentou, ainda, os socialistas e as feministas. Sua tática permanecia a mesma: linchamentos e enforcamentos públicos. Seu objetivo era a formação de um Estados Unidos branco, puritano e agressivamente nacionalista. Parte dessas metas se realizava na prática sobretudo no sul do país, em que prevalecia um bruto regime de *apartheid*, no qual pessoas negras eram proibidas de frequentar diversos espaços, desde banheiros e transportes públicos até bairros e escolas.



Membros da *Ku Klux Klan* reunidos em torno de uma cruz em chamas no estado do Tennessee, Estados Unidos, 1948.

Lei Seca

Outro sinal do conservadorismo estadunidense foi a aprovação, em 1918, da chamada Lei Seca, que criminalizava o consumo e o comércio do álcool. Por trás da medida estavam o moralismo de grupos religiosos puritanos e o desejo de controle da classe trabalhadora, a quem os setores dominantes consideravam preguiçosa.

A medida, no entanto, teve efeito inverso. O mercado ilegal de álcool cresceu em todo o país, no lastro do qual muitas organizações criminosas saíram fortalecidas. Foi a época dos gângsteres, a que o cinema soube emprestar uma aura glamourosa. O mais célebre deles foi Al Capone, que criou um império abastecido pelo dinheiro do álcool que os Estados Unidos jamais deixaram de consumir.

A Grande Depressão

A euforia da década de 1920 foi interrompida bruscamente por uma crise que lançou não apenas os Estados Unidos, como também grande parte do mundo, no abismo financeiro da chamada Grande Depressão. O horizonte de crescimento econômico e o aumento da prosperidade, que até 1929 parecia inabalável, se provaram falsos.

Os anos seguintes nos Estados Unidos foram de grande dificuldade econômica: a atividade industrial sofreu forte retração, a taxa de desemprego subiu exponencialmente, atingindo 27% dos trabalhadores, e o número de pessoas passando fome atingiu um nível alarmante. Globalmente, o comércio mundial teve uma redução de 60%.

Acampamento temporário usado por uma família no auge da Grande Depressão nos Estados Unidos. Fotografias como essa causaram bastante comoção à época, forçando o governo a buscar políticas de combate à miséria. Califórnia, Estados Unidos, 1936.

Biblioteca do Congresso, Washington D. C.



Superprodução e especulação: o crash de 1929

Nos Estados Unidos do fim da década de 1920 não faltavam mercadorias e o sistema produtivo permanecia íntegro e em expansão. Havia excesso de produtos e diminuição do consumo, o que começou a gerar um enorme prejuízo. Em pouco tempo, o prejuízo generalizado se tornaria um colapso econômico.

Como vimos, os Estados Unidos se consolidaram como a maior economia do mundo nos anos 1920. Parte desse crescimento dependeu da ampla exportação de mercadorias e capitais aos países europeus, sobretudo àqueles envolvidos diretamente nos conflitos. Com o fim da guerra, ainda que de maneira tímida, o parque industrial do Velho Mundo começou a ser reconstruído, levando a uma diminuição da demanda dos artigos estadunidenses. O empresário do país, no entanto, não moderou o ritmo da produção. A tendência geral, na prática, era inversa. As constantes inovações tecnológicas mantiveram um nível crescente de produtividade. O acúmulo de mercadorias sem compradores levou a uma redução geral dos preços, rebaixando, assim, a margem de lucro dos investimentos industriais.

A diminuição da margem de lucro estimulou o investimento do capital excedente no mercado financeiro. Na bolsa de valores, os preços das ações permaneciam em ascensão. A lógica é simples: quanto maior o lucro com ações, maior o número de interessados em comprá-las. A demanda crescente puxava os preços sempre para cima. O problema era que, na prática, os valores dos papéis das empresas não correspondiam necessariamente ao seu crescimento real. Não por acaso, o investimento na bolsa se tornou, nos anos 1920, sinônimo de dinheiro fácil. Mesmo as classes populares passaram a frequentar a roda especulativa, cujo fim não se anunciava no horizonte. Era uma verdadeira febre. Muitos, aliás, tomavam dinheiro emprestado em um dos mais de 20 mil bancos dos Estados Unidos com o fim exclusivo de reinvesti-lo na bolsa.

Para ampliar

Assistir

Infiltrado na Klan, direção de Spike Lee (Focus Features, 2018, 135 min). Um policial negro do Colorado, com auxílio de seu companheiro judeu, se infiltra em uma célula da *Ku Klux Klan* com o objetivo de desmontá-la.



Focus Features/Universal Studios

Bastou apenas alguns grandes investidores perceberem a dissociação entre os valores das ações e o crescimento real das empresas para que o castelo desabasse. Era 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, quando parte dos proprietários de ações na bolsa de Nova York, a maior dos Estados Unidos, colocou-as à venda. Entendendo o sinal, outros fizeram o mesmo. De repente, todos queriam vender. Sem encontrar compradores, os papéis nada valiam. Fortunas gigantescas foram reduzidas a pó. Desiludidos, alguns investidores se lançaram das janelas dos prédios em um salto à morte.

Encontrando seu ápice no *crash* da bolsa, a crise tinha um caráter estrutural menos aparente. Como é tendência do capitalismo, nos anos 1920 a produtividade e os lucros cresceram mais rapidamente que os salários, gerando um processo sustentado de concentração de riquezas. A capacidade de consumo da sociedade simplesmente não acompanhava o ritmo de investimento. O empresariado buscou diminuir a produção, demitindo parte de seus funcionários. Com isso, teve início um ciclo catastrófico: sem emprego, os trabalhadores não consumiam; sem consumo, os empresários demitiam ainda mais, e assim sucessivamente.

A crise se espalha

A crise na maior potência capitalista rapidamente se difundiu para outros países. A posição dos Estados Unidos como maiores exportadores, importadores e credores mundiais tornava a economia de diversas nações dependente dos acontecimentos da terra do Tio Sam. Assim, quando a economia estadunidense entrou em decadência, arrastou com ela os quatro cantos do planeta.

Além disso, a retirada dos investimentos estadunidenses afetou diversos países, sobretudo os que ainda se recuperavam da Primeira Guerra Mundial, como a Alemanha. A redução das importações de produtos manufaturados atingiu particularmente as economias europeias, e a diminuição da compra de produtos primários impactou a América Latina, a Ásia e a África. No Brasil, o café foi o produto que mais sofreu impactos, vivendo uma crise inédita na época.

Convocando o Estado: *New Deal*

A crise colocou em descrédito a ortodoxia liberal dominante na época. Para essa corrente, o mercado, desde que se mantivesse livre da intervenção estatal, teria condições de sarar as próprias feridas e retomar o crescimento. Os que ainda pudessem investir, se valeriam da queda geral dos preços para retomar, de uma posição vantajosa, o jogo econômico. Ao final, não sem percalços, a economia voltaria à normalidade.

O economista inglês John Maynard Keynes, contudo, argumentava o contrário. Segundo ele, se deixado à própria sorte, o capitalismo caminharia a passos largos rumo ao abismo porque estava preso ao círculo de queda de lucro, desemprego e retração das trocas comerciais. Para ele, era preciso convocar o Estado e, assim, estimular a economia. Mas como? Uma medida fundamental, segundo Keynes, seria retomar o emprego, restaurando as condições de consumo das classes trabalhadoras. O Estado, assim, deveria abrir postos de trabalho a partir de projetos de obras públicas, fundando empresas e ampliando o quadro da burocracia. Além disso, aos desempregados, era preciso criar uma rede de proteção, com auxílios que preservassem sua capacidade de participação econômica.

Quando a crise teve início, em 1929, o então presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover, se manteve apegado ao credo liberal. Mas seu sucessor, Franklin Delano Roosevelt, deu curso a um amplo programa de reformas inspirado no keynesianismo: o *New Deal* (Novo Acordo).

O *New Deal* teve duas fases. Em termos gerais, o plano envolveu a desvalorização do dólar, a taxação de grandes fortunas, um monumental esquema de obras públicas, a fixação de um salário-mínimo, a diminuição da jornada de trabalho, que ficou entre 35 e 40 horas semanais a depender do setor, e a garantia de auxílio aos desempregados. O efeito dessas medidas foi uma pequena recuperação da economia e da capacidade de consumo da sociedade. Porém, a crise econômica persistiu, bem como os problemas sociais, ao longo de toda a década de 1930. O fim da crise ocorreu apenas com o início da Segunda Guerra Mundial, graças à mobilização da economia para o esforço de guerra.

O relativo sucesso do *New Deal* consolidou a decadência do liberalismo econômico. Em vez de livre mercado, a palavra de ordem passou a ser planejamento econômico. Naqueles anos, praticamente todas as economias centrais começaram a utilizar o Estado como uma ferramenta imprescindível na organização de suas políticas econômicas.

Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos Estados Unidos, visita uma das obras públicas promovidas pelo *New Deal*, com o objetivo de enfrentar o desemprego no país. Iowa, Estados Unidos, 1936.



Guerras e convulsões sociais na Ásia

No continente asiático, as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX foram marcadas por profundas mudanças sociais, políticas e econômicas, em parte resultado das influências e interferências imperialistas e em parte produto das dinâmicas das sociedades locais.

No maior continente do planeta, os inúmeros povos de histórias, culturas, línguas, tradições e religiões diversas sofriam à época de uma condição comum: a invasão imperialista europeia.

Nesse contexto, o Japão possui uma trajetória emblemática: a nação que não foi colonizada, mas, sim, colonizadora, marcou a história da região. Desde a Restauração Meiji (1868), o país passou por uma série de mudanças que o transformaram: restauração do poder político do imperador (que não exercia um poder efetivo desde a Era Muromachi entre 1336 e 1573), unificação da estrutura político-administrativa, instituição da propriedade privada de terras, estabelecimento de um sistema de forças armadas moderno, entre outras. O novo regime promulgou uma Constituição que estabeleceu uma monarquia constitucional com traços absolutistas, na qual a ideia de soberania, diferentemente da acepção ocidental liberal moderna, não emanava do povo, mas do imperador.

O novo Império Japonês promoveu o desenvolvimento capitalista, transformando a antiga oligarquia agrária (*daimiô*) na burguesia do país. Nesse processo, constituíram-se os primeiros grandes conglomerados de empresas capitalistas (*zaibatsus*) sob o controle de poucas famílias.

A partir da década de 1890, o rápido crescimento industrial gerou uma forte demanda pela expansão da influência do país na região. O interesse dos capitalistas japoneses por mercados consumidores e matérias-primas somou-se ao fortalecimento das Forças Armadas e ao desejo dos militares de controlar territórios considerados “extensões naturais do poderio japonês”.

Nesse cenário, um dos primeiros alvos foi a península da Coreia, um pequeno reino vassalo da China. As pretensões japonesas resultaram na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), que conferiu aos vitoriosos japoneses a autonomia coreana para negociar com o Japão a posse territorial de províncias chinesas, a mais destacada delas, Taiwan, e uma reparação de guerra que ajudou a afundar a economia chinesa.

Em seguida, as disputas pela presença na Ásia e pelo controle da região da Manchúria levaram à Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a mais uma vitória do Japão. O resultado do conflito e a anexação da Coreia, em 1910, foram os sinais de que o país havia se tornado a grande potência asiática.

Na Primeira Guerra Mundial, após se aliar à Tríplice Entente, o Japão invadiu posições alemãs na China, vista agora como alvo prioritário do expansionismo japonês, e expandiu sua influência para outras áreas do continente, como a Mongólia. Contudo, ao final da guerra, as delegações americana, inglesa e francesa recusaram a ideia da China como possessão do Japão e afirmaram que as colônias eram atribuições exclusivas dos ocidentais. A frustração japonesa com o Tratado de Versalhes alimentou um sentimento de revanchismo e de xenofobia contra os ocidentais, fortalecendo os grupos políticos conservadores e militares que assumiram o poder no país nas décadas de 1920 e 1930, o que produziu uma guinada rumo ao autoritarismo fascista.



Gravura satírica retratando a Primeira Guerra Sino-Japonesa. Revista *Punch*, 1894.

Pictures from History/Bridgeman Images/Fotorena



Analise a gravura e responda ao que se pede.

1. Identifique a que países os personagens correspondem.
2. O que a gravura nos revela sobre a situação do continente asiático no final do século XIX?
3. Quais foram as principais consequências da Primeira Guerra Mundial para o Japão?



1. Cite e explique um fator que tenha contribuído para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

2. Leia o texto a seguir.

Para muitos alemães, a derrota de 1918 foi uma experiência inesperada e altamente traumática. Atingiu um ponto sensível no *habitus* nacional e foi sentida como um regresso ao tempo da fraqueza alemã, dos exércitos estrangeiros no país, de uma vida na sombra de um passado mais grandioso. Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha. Muitos membros das classes média e superior alemãs — talvez a grande maioria — sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. [...]

ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 20.

Por que o autor afirma que a derrota de 1918 foi uma experiência inesperada e traumática para os alemães?

3. (Uece – 2022) Em outubro de 1917, a tomada de poder na Rússia, pelos bolcheviques, inaugurou a primeira tentativa de construção de uma sociedade socialista. Sobre esse processo, é correto afirmar que

- a) a abdicação do Czar Nicolau II foi o resultado da revolução comandada pelos bolcheviques.
- b) Lenin, líder do partido bolchevique, defendia, na luta pelo poder, a criação de um partido de massas que pudesse ter legitimidade perante o povo.
- c) a Revolução de outubro de 1917 foi uma consequência direta da revolução de 1905, que também foi liderada pelos bolcheviques.
- d) a diferença entre bolcheviques e mencheviques residia no fato de que os primeiros defendiam o salto para o socialismo sem passar pela etapa da revolução burguesa.

4. (Unesp – 2022) Um dos motivos que contribuíram para a crise econômico-financeira do final da década de 1920 foi o

- a) descompasso entre a alta do valor real e a queda do valor nominal das ações de empresas europeias e norte-americanas comercializadas na Bolsa de Nova York.
- b) contraste entre a expansão da oferta de mercadorias norte-americanas desde a Primeira Guerra Mundial e a gradual retração do mercado europeu de importação.
- c) deslocamento de capitais do setor industrial para o agrícola, gerando um desequilíbrio na economia norte-americana e a redução dos empregos nas áreas urbanas.

d) declínio da produção de produtos primários na América Latina, que provocou a falta de fornecedores de insumos e a queda da capacidade produtiva da indústria norte-americana.

e) intervencionismo do Estado na economia norte-americana, em contraposição à defesa da livre-iniciativa e ao autogerenciamento do mercado.

5. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

O pior distúrbio aconteceu em Chicago, desencadeado pelo assassinato de um jovem negro. Por mais de uma semana, batalhas violentas espalharam-se pela cidade contrapondo brancos e policiais de um lado e negros de outro, matando negros e brancos e ferindo centenas de pessoas.

Motins urbanos contra negros, explica o historiador Alan Brinkley, não eram novidade nos Estados Unidos. Mas o sangrento verão de 1919 em Chicago foi diferente em um aspecto importante: pela primeira vez, negros não só apanharam; eles corajosamente se defenderam. Além de exigir a proteção do governo, a NAACP aconselhou autodefesa. O jovem poeta negro Claude McKay reagiu aos eventos de Chicago registrando:

Como homens nós vamos enfrentar o bando assassino covarde. Prensados contra a parede, morrendo, mas lutando.

KARNAL, L. et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 195.

a) Como eram, em geral, as condições de vida da população negra nos Estados Unidos no período abordado no texto?

b) Segundo o texto, por que o verão de 1919 em Chicago foi diferente?

6. (UFU-MG – 2020) A chamada Crise de 1929, sem precedentes na história do capitalismo, alcançou boa parte do planeta e afetou todas as esferas do sistema econômico, não somente um setor em especial. Eleito em 1932, o presidente Franklin D. Roosevelt aplicou um programa de recuperação econômica de matriz keynesiana que ficou [conhecido] como New Deal.

Assinale a alternativa que constitui uma das medidas tomadas por Roosevelt para minimizar a crise de 1929.

a) Incentivo à construção de obras públicas e forte intervenção estatal na economia.

b) Venda de empresas estatais e privatização das previdências.

c) Redução dos salários para a contenção de despesas e fim do seguro-desemprego.

d) Aumento da jornada de trabalho e proibição da fixação dos preços dos produtos básicos.

Ferramentas da História



As guerras não são feitas apenas de metralhadoras, canhões e aviões de combate. Historicamente, a propaganda sempre foi uma arma poderosa, que mobilizou recursos humanos e econômicos e solicitou o sacrifício das populações para o esforço de guerra.

Na Primeira Grande Guerra, as campanhas publicitárias ganharam uma importância ainda maior, uma vez que, nesse conflito, a vitória não viria apenas do empenho dos soldados, mas também dos civis que estavam longe do *front*.

O cartaz a seguir divulga o documento intitulado *Para cada combatente, uma mulher trabalhadora*, uma peça publicitária da Organização Cristã de Jovens Mulheres (Young Women's Christian Organization – YWCA) dos Estados Unidos, lançada em 1918.

Analise o cartaz e responda ao que se pede.

1. A propaganda se dirige a qual grupo social?
2. Descreva a imagem do cartaz.
3. Relacione a imagem à mensagem pretendida pela propaganda publicitária.

Cartaz com propaganda de incentivo às mulheres à adesão ao trabalho fabril voltado para a guerra. Na parte superior, lê-se "Para cada lutadora, uma trabalhadora Y.W.C.A.". Na parte inferior, há os dizeres "Apoie nossa segunda linha de defesa. Guerra unida, campanha de trabalho". Nova York, Estados Unidos, 1918.



Shutterstock/Alamy/Fotorena

Ficha de estudos



Capítulo 17 – A Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- Antecedentes da Primeira Guerra Mundial
- O início da guerra
- O final da guerra
- As consequências da guerra
- A participação das mulheres
- A Rússia no início do século XX
- As revoluções de 1917
- A construção do socialismo soviético
- Os Estados Unidos no início do século XX
- A Grande Depressão

▼ Para começar

1. Você conhece a história da Vila Autódromo, comunidade do Rio de Janeiro que foi removida em 2016? Se não conhece, que tal pesquisar sobre ela? Você já ouviu falar de algum caso similar?
2. Para termos uma ideia sobre o assunto, a destruição dessa comunidade se deu no contexto das modernizações urbanas para as Olimpíadas Rio 2016. Em sua opinião, o que é uma modernização urbana?
3. Qual é a importância de registrar a memória da história e da luta de moradores da Vila Autódromo e de situações semelhantes que ocorreram e ainda ocorrem no Brasil?

O Museu das Remoções, no Rio de Janeiro, foi organizado por remanescentes da favela Vila Autódromo, que resistiram às desapropriações feitas pela prefeitura da cidade, no período de obras para as Olimpíadas Rio 2016. Casas e espaços de convivência foram destruídos em nome das “modernizações” para os Jogos. Na fotografia, as faixas denunciam a violência do poder público contra a população da Vila Autódromo e expõem a luta dos moradores pela preservação de suas vidas nessa comunidade, que surgiu na década de 1960. Impõe-se uma pergunta: a modernização desse espaço foi para quem?

Manifestantes seguram faixas contra a remoção da Vila Autódromo durante coletiva de imprensa que marcou a contagem regressiva de 1 ano para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Rio de Janeiro (RJ), 2015.

Celso Pupo/Fotoarena



O imaginário republicano

Quando a República brasileira foi proclamada, quem eram os protagonistas fundamentais da construção de um novo regime e qual foi a participação popular nesse processo? Sendo um evento articulado por grupos específicos da sociedade, como militares, donos de terras e a elite liberal, as fundações de um Brasil republicano eram sistematizadas em circuitos restritos; e ao povo por muitas vezes coube, parafraseando o jornalista Aristides Lobo, assistir “bestializado”.

Tendo se tratado de uma proclamação não popular, a República nascia carente de legitimidade. Parcelas da população se identificavam com a família imperial, ou ao menos não eram propriamente contrárias ao governo de D. Pedro II. O Império do Brasil era uma construção já quase centenária; e, agora, em meio às dúvidas e ao apreço que ainda existia pela monarquia, a República teria que pavimentar seu reconhecimento.

No esforço de elaboração de um novo imaginário nacional, a História teria papel fundamental; e um antigo adversário da Coroa portuguesa passaria ao posto de herói da pátria. Idealizado como um mártir da causa republicana, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, reunia várias características para tornar-se um símbolo do novo regime. Era militar, assim como o líder da Proclamação, e rebelado contra D. Maria I, bisavó de D. Pedro II. Com isso, foi simbolicamente transformado em um exemplo de resistência ao regime monarquista.

A obra de Pedro Américo retrata Tiradentes, um dos envolvidos na Inconfidência Mineira, após seu enforcamento e esquartejamento. Ao pintar a cabeça de Tiradentes ao lado de uma cruz com Jesus Cristo crucificado, o artista buscou assemelhar o inconfidente ao mártir do cristianismo. As partes do corpo de Tiradentes estão distribuídas de forma que lembram o mapa do Brasil. Esse recurso sugere um elo entre a figura de um herói e a Pátria.

Pedro Américo. *Tiradentes esquartejado*, 1893. Óleo sobre tela, 270 cm × 165 cm.



Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora

A consolidação da República

Durante os primeiros momentos de instauração do governo republicano, os dirigentes do novo regime apresentavam influências ideológicas distintas que compunham sugestões diferentes para a configuração do Estado brasileiro. Entre as teses expostas, a que teve aprovação mais rápida foi a do **federalismo**. A adoção desse sistema político-administrativo significou a ampliação da autonomia dos estados em oposição ao caráter unitário e centralista do Império, previsto na Constituição de 1824.

A pauta federalista era inspirada no regime político estadunidense, o que explica a oficialização do nome “República dos Estados Unidos do Brasil”. A ala **liberal**, engajada na defesa do federalismo, era formada principalmente pela elite agrária e defendia o fim do voto censitário, como já era realidade nos Estados Unidos e na França. Entretanto, combinava a isso a defesa do voto aberto, garantindo a supervisão por parte dos patrões e coronéis dos votos realizados por seus empregados.

Tal ênfase nas liberdades individuais e na autonomia dos Estados, porém, não encontrava apoio em alguns dos líderes das forças armadas, em especial no Exército, que reivindicava protagonismo e tinha lideranças formadas segundo o **positivismo**. Benjamin Constant foi um dos responsáveis pela difusão dessa perspectiva entre os militares e voz potente nas discussões republicanas para fazer valer princípios como “Ordem e Progresso”, expressos na bandeira nacional.

Os republicanos positivistas acreditavam, ainda, que o governo deveria ser exercido de forma centralizada e rígida por homens especialmente preparados, que uma defesa do conhecimento deveria ser ensinada nos espaços militares e que nem a população e nem os estados deveriam adquirir a autonomia que pregavam os liberais; pleiteando, assim, uma república autoritária.

Posições populares mais radicais couberam aos **jacobinos**, identificados com o grupo revolucionário francês homônimo, haja vista que, entre esse grupo, havia até quem formulasse a defesa de que a família imperial devia ser executada. Formados por setores urbanos e camadas nacionalistas do Exército, que apoiaram o presidente Floriano Peixoto anos depois, atuaram na defesa das liberdades de expressão e associação e abraçaram posições mais transformadoras. Entre os exemplos, temos a pauta da reforma agrária, mirando antigas posses ligadas à nobreza.

Liberais e positivistas aproximaram-se enquanto afastavam as propostas jacobinas. Prevaleceria a compreensão de que a República deveria evitar grandes rupturas e até mesmo negociar com os monarquistas e trazê-los ao governo. Estabeleceram-se limites para as transformações de uma República que nascia não de uma revolução, mas de diálogos e disputas entre diferentes facções políticas, que, em grande parte, carregavam vínculos com o regime anterior e rejeitavam mudanças profundas.

A República da Espada: militares no poder

A proclamação demandava o estabelecimento de um novo governo, e a ala militar alçaria marechal Deodoro da Fonseca, membro do Exército, ao posto de presidente provisório e responsável por comandar o governo até a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, na sequência da criação da República.

Deodoro da Fonseca privilegiou a relação com os circuitos militares positivistas e com quadros ligados ao Império, conciliando com as antigas elites políticas. Tal escolha produzia críticas de políticos liberais e órgãos de imprensa republicanos, fomentando uma resposta autoritária do governo. Houve um período de restrições às liberdades políticas, em especial após as eleições que efetivaram Deodoro da Fonseca como presidente, em fevereiro de 1891. Foi eleito vice-presidente o marechal Floriano Peixoto, aliado dos liberais paulistas e admirado pelos jacobinos do Exército.

Empossado, Deodoro alçou barão de Lucena à condição de ministro da justiça e da agricultura, agravando a crise política. Em novembro, determinou o fechamento do Congresso Nacional e estabeleceu **estado de sítio** como tentativa de conter a oposição. Era a chave para uma reação forte dos setores oposicionistas das Forças Armadas, em especial da Marinha, que resultou na renúncia de Deodoro antes do fim do mês.

Faria. “Proclamação da República Federativa Brasileira”. Charge publicada no jornal *O Mequetrefe*, 1890.



Brasão com a inscrição “Estados Unidos do Brasil”, primeira versão do nome da República brasileira e demonstração da influência da ala liberal na construção do novo regime. Ouro Preto (MG), 2023.

Ao centro está o marechal Deodoro da Fonseca acompanhado de líderes de outras tendências republicanas.



17. “Proclamação da República Federativa Brasileira”, *O Mequetrefe*, 17/11/1890.

A Constituição de 1891

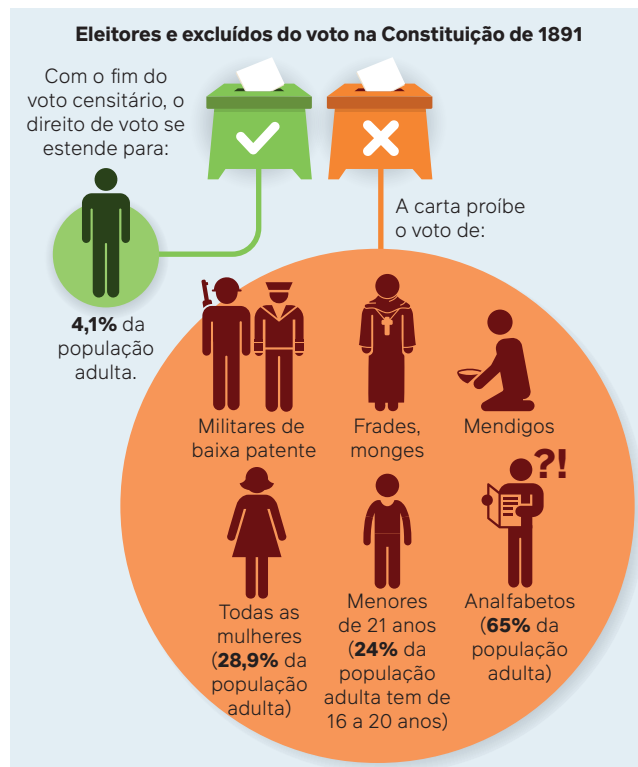
Em 24 de fevereiro de 1891, a Assembleia Nacional Constituinte instituiu a primeira Constituição republicana do país. A carta constitucional de 1891 estabelecia a igualdade entre os indivíduos do país, eliminava as instituições monárquicas e os privilégios políticos do clero e da nobreza e extinguiu o Poder Moderador, implementando o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A transformação das antigas províncias em estados selava a adoção do federalismo, e a separação entre a Igreja Católica e o Estado estabelecia o Brasil como Estado laico. Entretanto, algumas mudanças não tinham caráter mais reformista. O voto direto era aberto e não garantia aos eleitores segurança para expressar suas preferências eleitorais em sigilo, mantendo a população mais vulnerável socialmente sob controle.

Se soldados e religiosos em regime de voto de obediência não podiam votar no intuito de fortalecer o caráter civil da República, analfabetos, mendigos e mulheres também não, o que mantinha o regime eleitoral como instrumento de exclusão: no princípio da República, a ausência da participação feminina, bem como a dos analfabetos, não habilitava nem 5% da população ao voto.

Infográfico demonstrando como os critérios eleitorais da Constituição de 1891 mantinham excluída do processo eleitoral a maior parte dos adultos brasileiros.

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Atlas histórico do Brasil: eleitores e excluídos do voto na Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/da-proclamacao-constituicao-de-1891/mapas/os-votos-da-primeira-eleicao-presidencial-eleitores>. Acesso em: 27 jun. 2024.



Fabio Nienow

O encilhamento

A formação da República brasileira passava também pela sistematização de políticas para a economia nacional com a finalidade de dar ao Brasil uma atividade econômica mais diversificada. Era assim que pensava Ruy Barbosa, primeiro-ministro da fazenda do governo republicano.

Seria com Ruy Barbosa que a facilitação de empréstimos incluiria o setor industrial, dando início a uma política econômica que, ineficiente, foi apelidada de **encilhamento**. Uma referência às corridas de cavalos, populares no período, em que encilhar consistia na preparação dos animais, traçando uma analogia entre a aposta nessa política e a crença de apostadores em enriquecer por meio das corridas de cavalos.

A facilitação das possibilidades de emissão de papel-moeda no intuito de garantir o financiamento a novos negócios contribuiu para uma crise inflacionária e para a desvalorização do câmbio brasileiro em comparação com a libra esterlina, moeda predominante nas transações internacionais. O fracasso desse projeto, por sua vez, agravou a crise política durante o governo de Deodoro da Fonseca.

A charge mostra um investidor da bolsa de valores na posição de um cavalo de corrida, aguardando a largada, enquanto outros tentam conter o seu impulso irracional.

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo



Angelo Agostini. [Sem título]. Charge publicada na *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 610, dez. 1890.

Crescem os conflitos

Em 1891, vivenciava-se um contexto de crise política e manifestações contundentes de descontentamento. A **Primeira Revolta da Armada** acelerou a renúncia de Deodoro, e a posse de seu vice, o Marechal Floriano Peixoto, seria também motivo para a manutenção das controvérsias e disputas pelo comando da República.

Floriano Peixoto havia sido eleito vice-presidente durante a Assembleia Constituinte de 1891, derrotando o almirante Eduardo Wandenkolk, que era apoiado por Deodoro. Esse resultado revelava as divisões existentes nas Forças Armadas, assim como a proximidade de Floriano Peixoto com grupos de oposição a Deodoro, como os republicanos paulistas e a ala radical do Exército.

A saída de Marechal Deodoro da presidência não seria suficiente para conferir a Floriano imediata legitimidade. Generais aliados de Deodoro se posicionaram contra o novo governo. Eles censuravam as intervenções de Floriano

nos estados, questionavam a legitimidade de sua efetivação como presidente e propunham novas eleições. Floriano, conhecido como “Marechal de Ferro” em função de suas atitudes frente aos opositores, não cederia à pressão. O então presidente ordenou a aposentadoria compulsória de seus rivais e, em alguns casos, suas prisões. Crescia assim a insatisfação de grupos militares e de algumas elites como as do Sul do Brasil.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



A charge ironiza a reação de Floriano Peixoto ao manifesto dos generais e apresenta o presidente com as cartas de aposentadoria e outras reformas, acirrando o clima político no país.

Angelo Agostini. [Sem título]. Charge publicada na *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 642, 1892.

O autoritarismo de Floriano Peixoto colocou até aliados como adversários. Foi o caso do almirante Custódio de Melo, responsável pelo cerco da capital federal na renúncia de Deodoro da Fonseca. Desejoso de se candidatar à sucessão presidencial, Custódio novamente posicionou navios contra o Rio de Janeiro, dando início à **Segunda Revolta da Armada**, em 1893.

O movimento reivindicava a saída de Floriano e contava com a simpatia dos integrantes da Marinha que desejavam a realização de novas eleições ou mesmo o retorno da Monarquia. Dessa vez, a capital chegou a ser efetivamente bombardeada. Em março de 1904, a revolta foi debelada, mas a resistência a Floriano não. Líderes como o próprio Custódio de Melo agruparam-se no Sul em torno da revolta federalista que também enfrentava Floriano.

Na Região Sul eclodiu a **Revolução Federalista**. Os desdobramentos da Proclamação da República movimentavam as elites regionais e construíam dois grupos opostos. De um lado, os aliados de Júlio de Castilhos, que defendiam o estabelecimento de um regime centralizador. De outro, os liberais do Partido Federalista e outros adversários do autoritarismo da República da Espada e de Júlio de Castilhos, empossado governador pela segunda vez na semana anterior aos conflitos federalistas de 1893.

Contando com reforços oriundos da Revolta da Armada e de outros estados, como Santa Catarina, os federalistas enfrentaram as tropas federais até 1895. Mesmo derrotados no campo de batalha, a memória do evento como uma “revolução” enfatiza sua importância no fim da República da Espada e marca o início dos governos civis em 1894 com Prudente de Moraes.

Episódio da Revolução Federalista em que as tropas locais estabeleceram trincheiras em frente à igreja matriz da cidade gaúcha, mas acabaram sofrendo uma das principais derrotas para as tropas republicanas durante o conflito.



Trincheira na Praça da Matriz. Bagé (RS), 1893.

Coleção particular

A República Oligárquica

Em março de 1894 ocorreram as primeiras eleições presidenciais diretas da República brasileira. Prudente de Morais, integrante do Partido Republicano Paulista, alcançou a vitória com quase 90% dos cerca de 356 mil votos no total. As principais forças de oposição dividiam-se entre os que desejavam a permanência de Floriano e os grupos que ainda almejavam o retorno da monarquia. Contudo, ambas as forças eram incapazes de produzir uma oposição que criasse problemas para a construção de um regime oligárquico controlado pelas elites de São Paulo e Minas Gerais a partir dos governos civis. Além disso, as vitórias, com tamanha margem eleitoral, eram frutos de uma lógica excludente e exclusivista, haja vista que o número de eleitores significava pouco mais que 2% da população.

A República brasileira, assim, entraria em uma etapa civil na qual o convênio entre as oligarquias economicamente mais poderosas as converteria também nas comandantes do governo federal. Estas fomentavam um Estado do tipo liberal-oligárquico, que defendia a liberdade econômica e pouca intervenção estatal na economia, orientado para os próprios interesses.

O modelo político

Realizada a primeira eleição direta para presidente, a República brasileira apresentava seu modelo político. Nele, a exclusão de mulheres e de analfabetos restringia significativamente as possibilidades de exercício de cidadania. Estabelecia-se, assim, uma estadia, em que a maior parte da população fica à mercê das políticas pensadas por uma parcela limitada da sociedade que ocupa os postos de governo; e em que a votação aberta e não sigilosa, no reduzido universo de aptos ao exercício do voto, refletia costumeiramente a opinião de seus patrões ou coronéis em vez das próprias.

A charge representa a aprovação da Constituição de 1891 com a legenda: “O Brasil gloria-se de haver discutido e promulgado uma constituição adiantada, com o concurso dos seus filhos mais diletos, terminando esta grande obra pela eleição de dois dos principais fatores do dia 15 de novembro, para as supremas magistraturas da pátria livre. Honra à América! Viva a República!”. Desde a instituição da República, prevalecia uma defesa de que a política e os rumos do país cabiam apenas a poucos e especiais homens.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Pereira Neto. *O congresso e a Constituição*. Charge publicada na *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 615, mar. 1891.

Ao longo da República Oligárquica, entretanto, existiram movimentos de insatisfação e lutas que almejavam não só denunciar como modificar essa ordem, que, por sua vez, não seria um mero pacto consolidado e indestrutível entre as elites nacionais. Pelo contrário, as eleições alimentavam disputas entre diferentes oligarquias, culminando no fim da Primeira República em 1930.

Entre as características desse modelo, destaca-se o **clientelismo**, processo em que os eleitores socialmente mais vulneráveis registram nas urnas a vontade de alguém mais poderoso; e entre as formas de reconhecer este “alguém”, no Brasil, difundiu-se o termo “coronel”. Com o regime de voto aberto, esses coronéis conseguiam formar **currais eleitorais**, certificando-se de que os eleitores de sua área de domínio não contrariavam seu desejo. O coronelismo, expresso na prática pelo **voto de cabresto**, em que cada eleitor se via diante da pressão de agradar o seu coronel, funcionava como uma dinâmica propensa ao exercício inclusive de fraudes.

A política dos governadores

A **política dos governadores** buscava garantir que os dirigentes dos estados não oferecessem oposição ao governo federal. Foi estruturada a partir da utilização da **Comissão Verificadora de Poderes**, órgão responsável desde o Império pela diplomação dos candidatos eleitos e pela validação das eleições.

Formada pela Câmara dos Deputados, a Comissão passou a ser presidida por pessoas ligadas à Presidência da República, invalidando a posse de opositores do governo federal aos cargos públicos. Assim se constituiu um sistema que estimulou coronéis – que desejavam ocupar uma posição política – a mobilizar eleitores em torno de candidatos de seus interesses, em um processo contínuo de troca de favores entre o mandatário nacional e elites estaduais.

A Política do Café com Leite

Para além de pavimentar um pacto que conferia às elites de São Paulo e Minas Gerais o comando político da República, a política dos governadores significava também uma clara prioridade econômica para o país. O foco na produção agrícola era um dos principais norteadores da política econômica federal, afirmando uma ordem agroexportadora como projeto nacional.

O predomínio da produção cafeeicultora em São Paulo e da criação de gado leiteiro em Minas Gerais, inclusive, daria origem à expressão **Política do Café com Leite**, na qual a prioridade a essas produções significava um compromisso implícito entre as elites políticas dos dois estados em promover um revezamento entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro na presidência.

À exceção da vitória eleitoral do Marechal Hermes da Fonseca em 1910, todos os demais presidentes eleitos no período eram integrantes de um dos partidos da coligação. A quebra do revezamento em 1930, quando o Partido Republicano Paulista indicou Júlio Prestes como sucessor de Washington Luís em vez de apoiar um nome indicado pelo Partido Republicano Mineiro, seria crucial para o fim da hegemonia da Política do Café com Leite.

Para ampliar

▼ Leia

Triste República: a Primeira República comentada por Lima Barreto, de Lilia Moritz Schwarcz (Quadrinhos na Cia, 2022).

HQ construída pela historiadora Lilia Schwarcz e ilustrada por Spacca, que aborda a conjuntura da Primeira República tendo o escritor Lima Barreto como personagem central.



Editora Quadrinhos na Cia

A economia na Primeira República

Uma marca significativa da Primeira República foi a existência de uma plataforma econômica que priorizava a exportação agrícola, em especial a produção do café e do gado leiteiro. Mas seria equivocado concluir que indústrias e outros produtos não tinham espaço.

A industrialização fez-se necessária, em especial na conjuntura da Primeira Guerra Mundial e da escassez de produtos oriundos dos países em guerra. A produção industrial, aliás, teve relação com o desenvolvimento das lutas sindicais urbanas e com a difusão de grupos socialistas e anarquistas, embora não avançasse muito mais do que a construção de uma incipiente indústria de bens de consumo não duráveis.

Essas indústrias, porém, muitas vezes limitavam-se às demandas da economia agrícola, como a produção de ferramentas e outros insumos ligados à atividade agropecuária. Itens de luxo ou de pouca difusão no cotidiano das populações seguiam, em grande medida, importados de regiões industrialmente mais desenvolvidas e fazendo parte da realidade apenas das elites.

Tal situação expressava-se também em espaços onde a economia priorizava outros itens que não o café e o leite, em que as elites regionais concentravam seus esforços em outros produtos. Foi o caso da borracha, cuja exploração marcou também os processos de desenvolvimento e urbanização de algumas regiões do Norte do país; e do cultivo do açúcar e do algodão no Nordeste e da pecuária sulista, que seguiam como principais produções regionais.

A expansão do café

Durante o século XIX, o café assumiu o posto de líder das exportações nacionais e, em torno de sua produção, consolidaram-se também importantes forças políticas que dominavam a exploração cafeeicultora, responsável por mais de 50% das exportações.

A partir de tamanha presença do café na pauta econômica, as elites cafeeicultoras adquiriam a relevância política que reforçaram após a Proclamação. Esse projeto, inclusive, remonta à formação do Partido Republicano Paulista, em 1873, em busca de um projeto político ligado a tais interesses e que, ao se desenvolver, faria do café a base e a sustentação da economia durante a Primeira República.



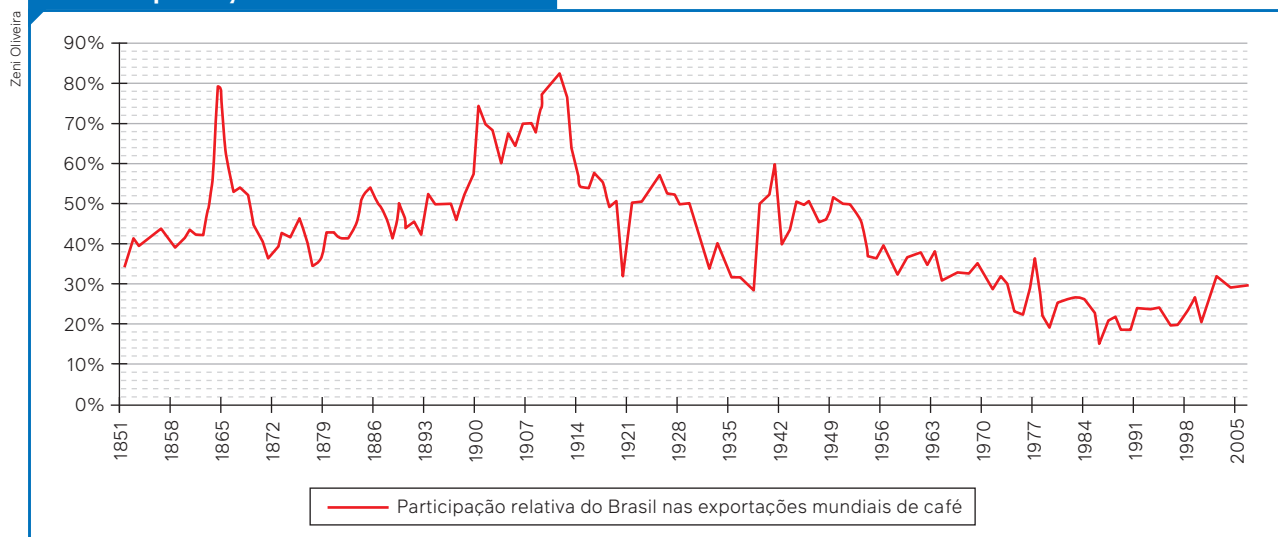
As crises de superprodução

A prioridade dada à produção do café tratava de deixar o país extremamente dependente da exportação desse produto. Embora a produção nacional dominasse o mercado mundial, os momentos de hipersafra derrubavam os preços, mas o governo atuava na compra e retirada de parcela da produção a fim de garantir o lucro esperado pelos cafeeicultores.

Desde a Primeira Guerra Mundial, porém, a conjuntura econômica exterior impactaria o setor. A redução da demanda pelo produto durante a guerra aconteceu ao mesmo tempo que houve um declínio da participação nacional no mercado internacional de café; e os esforços de recuperação da presença do produto na década de 1920 acabaram não revertendo tal cenário.

O Brasil passava a conviver com constantes prejuízos comerciais que seriam agravados pelos impactos da crise de 1929 e pela consequente redução drástica da demanda de café, tido como supérfluo, e cujo preço chegou a cair quase 90% no intervalo de um ano após o início da recessão global. Um cenário extremamente duro, que nem mesmo as políticas protecionistas seriam capazes de suportar.

Brasil: exportações de café – 1851-2005



Fonte: VIAN, C. E. F. et al. Análise histórica [...]. In: ABPHE, 8., 2009, *Anais* [...]. Campinas: ABPHE, 2009. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/carlos-e.%20F>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Nota-se uma queda significativa nas exportações a partir de 1914, que pode ser compreendida como um dos impactos da Primeira Guerra Mundial. Os esforços para recuperar essa presença no mercado ao longo da década seguinte converteram-se em um período de dificuldades econômicas que agravaram a crise política nos últimos momentos da Primeira República.

A política do *funding loan* e o Convênio de Taubaté

Os períodos de compra e a queima dos excedentes da produção de café foram, na Primeira República, parte de um projeto econômico constituído por políticas orientadas para não permitir que a oligarquia cafeeira sentisse o impacto dos momentos de queda do produto; política esta sustentada por mecanismos que ampliavam a dependência econômica dos resultados das exportações de café.

Como exemplo, a contratação de crédito junto a bancos ingleses em 1898, denominada **funding loan**, consistiu na tomada de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas. As garantias passavam pelo compromisso de combater a inflação e o repasse dos ganhos das alfândegas nacionais e de empresas públicas como o serviço de fornecimento de água da capital. Já em 1906, um acordo entre as oligarquias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo produziu o **Convênio de Taubaté**, que estipulava a participação do governo nacional na manutenção dos preços do café e orientava as intervenções federais diante das crises do produto, impactando o crescimento da dívida externa brasileira e a fragilização das contas públicas durante a Primeira República.

A borracha

Em um processo de ocupação ainda inicial que envolvia a definição das fronteiras do território nacional, como a assinatura do **Tratado de Petrópolis** em 1903, no qual o Brasil acertou a compra do território do Acre junto à Bolívia, a exploração da região amazônica apontava para a possibilidade de alcançar uma riqueza importantíssima na conjuntura global.

A exploração do látex, matéria-prima da borracha, atraiu investidores nacionais e internacionais e promoveu transformações na Região Norte do Brasil, em especial em seus principais núcleos urbanos.

Cidades como Belém e Manaus experimentaram desenvolvimento de seu processo de urbanização, incluindo aspectos como abastecimento de água e iluminação pública, além de um ambicioso projeto, inconcluso, de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, conectando a região aos portos. Teatros e outros equipamentos culturais surgiam a fim de entreter especialmente as oligarquias ligadas à exploração dos seringais. A concorrência internacional com outros produtores tratava de interromper o vigor da economia da borracha e, antes do fim da Primeira República, a sua participação nas exportações regrediu vertiginosamente dos 25,7% em seu auge para menos de 3%.

Construído em 1896 e possuindo arquitetura e instalações consideradas modernas e sofisticadas para a época, o Teatro Amazonas se tornou um dos principais símbolos do desenvolvimento da urbanização na região, fomentada pelos ganhos do comércio nacional e internacional do látex.



Teatro Amazonas, Manaus (AM), 2022.

Para ampliar

Assista

O desmonte do Monte, direção de Sinai Sganzerla (Embaúba Filmes, 2018, 85 min). O documentário aborda a história do antigo Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. A obra destaca aspectos históricos do local, desde seu surgimento no Período Colonial até sua destruição no contexto dos projetos de urbanização e modernização durante a Primeira República.



Mercurio Produções

A Primeira República e as “classes perigosas”

No Brasil do final do século XIX, as classes dominantes das principais cidades, sobretudo as do Sudeste, tinham como referência o modelo de civilização europeia. Isso respaldou uma série de esforços para modernizar a sociedade brasileira. Em meio a esse contexto, outro aspecto se destacava: a exclusão social e política das classes populares.

Consideradas pelas classes dominantes como atrasadas e ignorantes, as camadas populares correspondiam aos povos camponeses do interior e às chamadas “classes perigosas” dos centros urbanos: as populações pobres formadas principalmente por homens e mulheres negros. A existência desses grupos sociais conflitava com os projetos de modernização, e o interesse em tornar o Brasil uma civilização nos moldes europeus tinha eles como obstáculos. Em reação, a população pobre buscou resistir às opressões, reagindo contra a violência a ela imposta e criando outras formas de viver.

Os movimentos religiosos nas áreas rurais do Brasil

Nos momentos iniciais do regime republicano, fenômenos religiosos surgiam nas zonas rurais. O campo era marcado pela concentração de terras por oligarquias locais, compostas de coronéis, políticos, juizes, delegados, entre outras.

A população camponesa permanecia com suas vidas precarizadas pela falta de terras para plantio e sob condições de exploração, como a expropriação de terras por parte de fazendeiros. Nessas circunstâncias, encontravam na fé religiosa popular católica, predominante, uma linguagem que os ajudava a minimizar angústias e projetar um futuro melhor.

Três movimentos se deflagraram nesse contexto: a Revolta de Juazeiro, a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. Eram caracterizados pelo messianismo, a crença de um enviado por Deus para promover a paz e a justiça social, e milenarista, pregando uma era de felicidade e bem-estar. Apesar das particularidades, em todos os movimentos a relação entre a política e a religião foi intensa e promoveu conflitos entre as camadas pobres e as autoridades.

A Revolta de Juazeiro

O movimento religioso que surgiu em torno da figura histórica de padre Cícero teve origem em Juazeiro, entre o Ceará e Pernambuco. O contexto social era marcado pela fraca presença física da Igreja Católica e o pouco contato da população com o catolicismo tradicional, o que contribuiu para o desenvolvimento de práticas religiosas populares.

Cícero fez seus estudos para padre em Fortaleza e, em 1889, já trabalhava em Juazeiro. Nesse ano, teria ocorrido um milagre na capela onde ele trabalhava. No momento da comunhão, uma beata desmaiou e a hóstia teria ficado vermelha de sangue. Esse mistério teria se repetido durante vários dias, com uma sucessão de eventos extraordinários comprovados por

padres e até por médicos formados no Rio de Janeiro. Já a cúpula da Igreja do Ceará recusava esses feitos com a preocupação de que a imagem de padre Cícero pudesse se fortalecer e ocorrer uma divisão na Igreja; e o proibiu de realizar seu ofício.

Em seu apoio, fiéis fundaram irmandades e organizaram peregrinações até Juazeiro, mas Cícero foi excomungado da Igreja. Seu poder religioso e político, porém, permaneceu, e sua imagem ganhou significados como de santo, milagreiro, conselheiro e juiz, até mesmo após sua morte, em 1934.



Combatentes populares envolvidos na Revolta de Juazeiro, em Juazeiro do Norte (CE), 1914.

A Guerra de Canudos

Canudos foi um povoado formado às margens do Rio Vaza-Barris, na Bahia, em 1893. Sua origem começa nas peregrinações de Antônio Conselheiro pelo sertão nordestino, nas quais passou a fazer pregações e a realizar obras de caridade, como construir igrejas e cemitérios.

Em 1893, Conselheiro e seus adeptos fixaram-se na fazenda de Belo Monte, na Bahia, fundando o povoado de Canudos. O arraial simbolizava uma vida fora das leis da República, que haviam permitido a separação entre Igreja e Estado, mudanças não aceitas por Conselheiro e seus seguidores. O contexto político da época foi marcado pela presidência civil de Prudente de Moraes, que vivia uma intensa disputa com militares. Nesse cenário, seu governo precisava demonstrar força diante do problema que Canudos havia se tornado.

A expansão do povoado ameaçou a ordem política e social local e Canudos era visto como um foco de inimigos da República e de fanatismo religioso, o que serviu para justificar a eliminação daqueles sertanejos. Em 1896 foi iniciada a guerra contra Canudos, e em março de 1897 o arraial foi destruído. Era a quarta expedição, quando o governo republicano enviou mais de 10.000 homens. Grande parte dos combatentes de Canudos foi degolada.

A Guerra do Contestado

A história de Contestado ocorreu em um território disputado pelos estados do Paraná e de Santa Catarina; por isso o seu nome. Esse movimento religioso teve início em 1911, com a chegada do ex-militar Miguel Lucena à Santa Catarina. Lucena disse a todos que seu nome era José Maria e que era irmão de João Maria, um famoso pregador da região, que já havia morrido. Ele pregava o fim da República e o retorno da Monarquia.

Os chefes políticos locais tentaram acabar com o movimento, mas o grupo fugiu para o Paraná, o que foi interpretado pelo governo do estado como uma invasão. Além disso, no local realizavam-se expropriações de terras para a construção de uma estrada de ferro e para a exploração comercial de madeiras, e as empresas que realizavam as atividades pressionaram as autoridades para resolverem o problema. Tal fato originou uma guerra. José Maria e seu grupo foram atacados e o monge foi assassinado.

Seus seguidores continuaram reunidos, e o movimento ressurgiu em Taquaraçu, Santa Catarina, onde acreditavam que seu ex-líder ressuscitaria, trazendo uma nova era e o fim dos tempos de opressão. Em 1914, ocorreu um novo ataque aos sertanejos, e o grupo foi se dispersando pelo interior catarinense na medida em que enfrentava as tropas locais. Em 1916, o movimento foi derrotado e seus envolvidos foram condenados e presos, marcando o fim do conflito.

Região de Canudos – 1893-1897



Fonte: MARINS, F. *A Guerra de Canudos*. São Paulo: Ática, 1987. p. 31.

Região do Contestado – 1912-1916



Fonte: BELTRÃO, T. Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 1 jul. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 27 jun. 2024.

O cangaço

O cangaço foi um fenômeno social ocorrido no Nordeste brasileiro entre meados do século XIX e o final da década de 1930, que surgiu em um contexto marcado por disputas de terra e pelas dificuldades de se sustentar. Os chamados **cangaceiros** tentavam resolver seus interesses mais imediatos, como o sustento do grupo, a manutenção do poder, a vingança contra inimigos e o cumprimento de um serviço que foi encomendado, sem qualquer projeto de mudança social.

Os cangaceiros construíram alianças com coronéis, governadores, policiais, comerciantes e cidadãos comuns, que queriam manter a paz ou contratar seus serviços violentos contra adversários políticos. Para isso, praticavam roubos, assassinatos, amputações, extorsões e outros tipos de crime.

Mulheres também participavam ativamente do cangaço, realizando incursões de ataques. Elas se envolviam com o movimento por diversas razões, como a procura por melhores condições materiais, o relacionamento que possuíam com membros do cangaço ou até mesmo por terem sido sequestradas.

A partir da década de 1930, os cangaceiros enfrentaram as autoridades públicas. Entre os agrupamentos de cangaceiros, o mais temido foi o de Lampião e sua mulher, Maria Bonita. Em 1938, eles sofreram uma emboscada e foram assassinados. Suas cabeças foram cortadas e expostas para a população, e suas mortes marcam o fim do cangaço.



Coleção particular

Maria Bonita e Lampião na caatinga. Sem Local, 1936.

Revoltas no mundo urbano

Nas cidades, o povo também promoveu revoltas políticas e movimentos sociais que revelavam diversas insatisfações contra as decisões políticas governamentais e contra as condições sociais em que vivia, marcadas por diversas injustiças. Independentemente dos resultados que essas revoltas e movimentos alcançaram – já que na maioria dos casos não houve grandes conquistas –, é importante estudarmos essas mobilizações, pois elas demonstram a luta de partes da sociedade contra diversos problemas e violências que marcavam seu cotidiano.

A Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina ocorreu em 1904 no Rio de Janeiro, centro financeiro, comercial e político da República – e com muitos problemas. A região central possuía ruas estreitas e sem saneamento básico, o comércio de alimentos perecíveis era feito ao ar livre e epidemias como a febre amarela, varíola, disenteria e malária eram frequentes.

Para as instituições de saúde, as condições sanitárias da capital eram um problema social e ambiental, e os casos de habitações coletivas, de lixo jogados nas ruas e de fábricas e hospitais sem protocolos de higiene deveriam ser solucionados. Nesse contexto, a prefeitura, com apoio do governo federal, deu início a uma reforma urbana e a uma política de saneamento básico. Entre as ações implementadas, as autoridades reformaram a zona portuária, construíram avenidas e ruas, derrubaram cortiços, proibiram festas populares de rua e expulsaram moradores em situação de rua do centro da cidade.

Além dessas políticas, a comissão de saúde pública do Senado instituiu a lei obrigatória de vacinação contra a varíola, com uma série de punições aos que se recusassem. A falta de ampla divulgação e informação sobre a campanha, o descontentamento da população com as reformas urbanas e a insatisfação de monarquistas, operários e oficiais do exército contra o governo republicano desencadearam uma revolta.

Entre os dias 10 e 15 de novembro de 1904, aconteceram diversas manifestações e conflitos entre cidadãos e o poder público. Bondes foram queimados, barricadas foram levantadas e ocorreram trocas de tiros. No dia 16, a lei da vacinação obrigatória foi revogada. Diversas pessoas foram mortas, presas e deportadas para a Região Norte. No entanto, a recusa da vacina teve impactos na saúde da população, e o receio de novos conflitos sociais dificultou novas campanhas de vacinação. Por conta disso, novas crises epidêmicas surgiram, como a de varíola, que em 1908 matou cerca de 6.400 pessoas.

A Revolta da Chibata

Em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, centenas de marinheiros se rebelaram contra as más condições de trabalho a que eram submetidos. A revolta foi organizada por membros de baixa patente da Marinha, em sua maioria negros. Além de trabalhar sob condições bastante precárias, os salários eram baixos, o ambiente era insalubre e havia punições físicas em caso de alguma infração, como chibatadas e palmatórias.

O estopim da revolta ocorreu em novembro, quando o marinheiro Marcelino Rodrigues recebeu uma punição com cerca de 250 chibatadas. Alguns dias depois de presenciarem a punição, liderados por João Cândido, os marinheiros iniciaram o motim, tomando os principais navios de guerra do Brasil, o São Paulo e o Minas Gerais. O líder do movimento foi João Cândido, que ficou conhecido como “Almirante negro”. Ele era um marinheiro veterano, muito respeitado por seus pares e por oficiais, tendo participado de contatos internacionais realizados pela Marinha brasileira. Os revoltosos reivindicavam o fim dos castigos físicos e a anistia. Os marinheiros ameaçavam bombardear a cidade caso não fossem atendidos.

As negociações foram tensas e, por fim, o governo acatou os pedidos. Após a entrega dos navios, no entanto, a Marinha prendeu os revoltosos. Isso provocou uma nova revolta dentro do quartel, e a repressão resultou na morte de cerca de 500 homens, enquanto outros foram presos. Nessa ação repressiva, João Cândido foi preso, sendo solto alguns anos depois. Ele morreu em 1969, aos 89 anos.

Marinheiros durante a Revolta da Chibata. No centro, um marinheiro segura um cartaz com os dizeres: “Viva a liberdade”. Rio de Janeiro (RJ), 1910.



Movimento operário

Durante a Primeira República, os trabalhadores operários formavam outro grupo insatisfeito que buscava uma sociedade com menos desigualdades e melhores condições de vida. Diversificada, a classe trabalhadora brasileira era composta de negros e brancos (estrangeiros e nacionais). Vistos pela elite como cidadãos inferiores, trabalhavam em condições insalubres, com jornadas de trabalho de mais de 12 horas, com remunerações muito baixas e sem direito a férias e ao descanso semanal. Esse contexto de grande exploração gerou tensões entre operários, empregadores e Estado.

Desde o fim do século XIX, trabalhadores organizavam greves em busca de melhores condições de vida e trabalho, como nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, compostos, principalmente, por profissionais negros. No início do século XX, com a criação de organizações políticas de trabalhadores, como a Confederação Operária Brasileira, as mobilizações aumentaram. Uma dessas mobilizações ganhou mais destaque: a greve de 1917, ocorrida na cidade de São Paulo.

A Primeira Guerra Mundial havia gerado uma crise econômica. A carestia e o aumento do custo de vida elevaram as insatisfações e os operários se mobilizaram. O Estado brasileiro entendia as greves como uma questão policial e, a favor dos empresários, reprimiu os trabalhadores com uso da violência. No entanto, apesar das repressões, os trabalhadores conseguiram pressionar o poder político e colocaram em pauta a ideia de que as relações trabalhistas eram um problema social fundamental para a República brasileira.

Uma das principais ideologias que organizou o movimento operário no Brasil foi o anarcossindicalismo, que defendia a transformação radical da sociedade a partir da eliminação de todo poder autoritário, sobretudo o poder do Estado, que serviria de instrumento de poder da burguesia. Os anarquistas criaram diversos jornais para divulgar suas ideias, como *A Voz do Trabalhador* e *O Libertário*.

Na fotografia, manifestantes empunham bandeiras pretas vinculadas ao anarquismo. Embora a economia da Primeira República priorizasse a atividade agrária, a urbanização e a industrialização nos principais centros urbanos produziam eventos como esse.

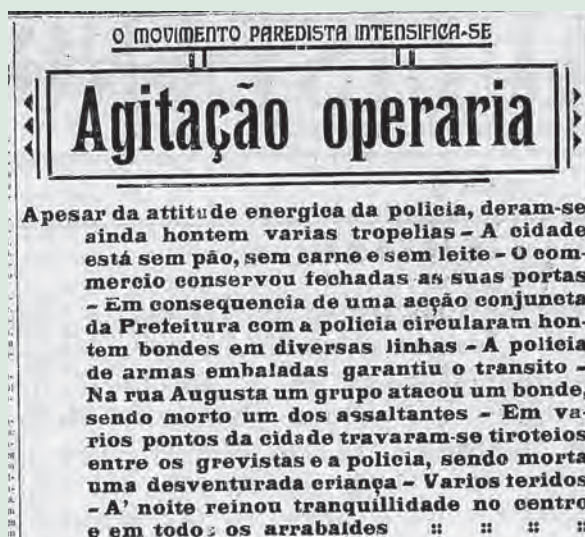


Manifestação operária durante a greve geral. São Paulo (SP), 1917.



1. Analise a notícia de jornal e responda às questões.
 - a) Em que ano e região do Brasil esse documento foi elaborado?
 - b) O que estava ocorrendo na capital paulista nesse momento?
 - c) Que motivos levaram o movimento operário a se mobilizar?
 - d) Quais informações da notícia demonstram que o governo considerava as greves como uma questão de polícia, e não social?
 - e) Com base na sua análise, o jornal estava se posicionando de que lado desse conflito social?

O jornal *Correio Paulistano* noticia, em julho de 1917, o contexto e as situações de violência física por parte das forças policiais de São Paulo.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Para ampliar

▼ Assista

Senado na História fala sobre a greve que parou São Paulo em julho de 1917 (2017, 20 min). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-greve-geral-parou-sao-paulo>. Acesso em: 3 set. 2024.

O vídeo produzido pela TV Senado sobre a greve geral de 1917, em São Paulo, apresenta fotografias e documentos, além de depoimentos de pesquisadores e descendentes de lideranças grevistas, que ajudam a contextualizar a época.

A formação de partidos políticos

A vitória do partido bolchevique na condução da Revolução Russa e os poucos resultados da greve paulista, também em 1917, fizeram com que diversos militantes, no interior do anarquismo, repensassem as estratégias do movimento operário. O resultado desses debates foi a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), que pouco após sua fundação sofreu perseguição do Estado e foi posto na ilegalidade por cinco anos. Em 1927, ao voltar à legalidade, o PCB participou das eleições e elegeu parlamentares, mas logo depois foi considerado ilegal novamente, até 1930.

O PCB defendia a necessidade de os trabalhadores conquistarem o Estado e, a partir dele, construir o caminho para o comunismo. Para isso, seria necessário ter uma organização centralizada e disciplinada junto das demais organizações trabalhistas, como os sindicatos, sem recusar as eleições. Pelo contrário: defendiam a participação com o lançamento de candidaturas aos mais diversos cargos políticos e negociações que pudessem resultar em ganhos imediatos para os trabalhadores, apesar do foco na transformação do sistema social no longo prazo.

Além do PCB, outros partidos também foram criados nesse período. Entre eles, o Partido Democrático (PD), fundado em 1926, por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP). Com o objetivo de ser uma alternativa ao PRP, seus fundadores, fazendeiros e profissionais liberais, defendiam o voto secreto, a indústria, o comércio e a agricultura, um judiciário independente e uma educação pública integral. No seu início, o PD não tinha grande força política. Em 1930, na crise de sucessão da República, alistou-se às oligarquias dissidentes na chamada Aliança Liberal.



Fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB). Rio de Janeiro (RJ), 1922.

Coleção particular

O associativismo negro

No período pós-abolição e no início da Primeira República, o Estado brasileiro não implementou políticas públicas para promover a inserção social e econômica das pessoas negras na sociedade. Com uma mentalidade marcada pelo racismo, Estado e sociedade reprimiam e criminalizavam as pessoas negras e a cultura afro-brasileira.

Nesse contexto, pessoas negras se associaram em organizações políticas para lutar contra o racismo e a violência do Estado e por direitos. Por meio desses coletivos, homens e mulheres criaram jornais que criticavam as desigualdades raciais, valorizando a cultura negra e refletindo sobre as condições de trabalho. Além disso, surgiram as associações a favor de algumas categorias profissionais, fornecendo auxílio médico, jurídico e econômico. Também surgiram grêmios literários, escolas e associações recreativas.

Por fim, a população negra também se estruturou em torno de associações político-institucionais organizadas e mantidas com recursos de seus membros associados. Em alguns casos, como a associação Centro Operário da Bahia, houve a articulação de alianças com partidos oligárquicos e a eleição de representantes para cargos municipais. Tais práticas reforçam a ideia de que o associativismo foi e ainda é um dos principais elementos de construção de relações sociais da população negra na história brasileira.

O jornal abordou a questão da liberdade da população afro-brasileira no pós-abolição, defendendo a necessidade de união entre as pessoas negras.



Capa do jornal *Clarim da Alvorada*, de 30 de agosto de 1925.

A década de 1920 e o desgaste da Primeira República

Os anos entre 1922 e 1930 marcaram o momento de crise política e o fim da Primeira República. O sistema político construído pela elite política nacional, sobretudo as oligarquias, manteve-se resistente até o início dos anos 1920, quando ocorreram as eleições de 1922 para a sucessão presidencial, que expuseram de forma mais acentuada as contradições e os desacordos entre oligarquias.

Em 1922, São Paulo e Minas Gerais indicaram a candidatura de Arthur Bernardes. O candidato da política do café com leite sofreu a oposição de militares e de civis. O círculo militar se posicionava contra a campanha do político mineiro, afirmando que Bernardes queria acabar com o Exército. Com isso, criticava-se o poder das oligarquias, as fraudes eleitorais e as trocas de favores da política dos governadores.

Os setores de oposição formaram uma “reação republicana”, com a candidatura de Nilo Peçanha, político fluminense que havia sido eleito vice-presidente em 1906 e assumido a presidência da República em 1909, com a morte de Afonso Pena. Defendiam o fortalecimento das Forças Armadas e do Poder Legislativo e acatavam algumas reivindicações do movimento trabalhista.

Arthur Bernardes ganhou as eleições e, antes de assumir, o presidente que ainda estava em exercício, Epitácio Pessoa, preocupado com uma reação violenta do Exército, fechou o Clube Militar e prendeu seu diretor, o ex-presidente Hermes da Fonseca, agravando a insatisfação militar, enquanto as críticas e oposições contrárias à ordem política oligárquica cresciam em diversos setores sociais. A situação de insatisfação se tornou ainda mais grave ao final dessa década, com a crise econômica de 29 e a Grande Depressão. Nesse contexto, as divergências entre as oligarquias ficaram mais agudas, levando ao fim a Primeira República.

Tenentismo

A prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar geraram reação entre jovens oficiais, que se insurgiram contra o governo e, em 1922, ocuparam o forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Com resistências e negociações, 17 soldados decidiram marchar até a sede do governo republicano; no caminho, um civil aderiu aos combatentes. O grupo ficou conhecido como os “18 do Forte”, mas não resistiu à ofensiva das tropas federais. A maioria foi assassinada, incluindo o civil.

O fracasso da revolta de 1922 não acabou com o tenentismo, como ficou conhecido o movimento de militares de oposição às oligarquias. Novos levantes surgiram e, em julho de 1924, em São Paulo, militares rebeldes expulsaram o presidente do estado e ocuparam várias partes da cidade. Sem um projeto político definido e sem aceitar apoio popular, acreditavam que apenas eles salvariam a pátria, acabando com a corrupção, limitando a autonomia dos poderes locais e moralizando os costumes. No Amazonas, os militares também ficaram cerca de 30 dias no poder, onde instituíram medidas como a cobrança de impostos sobre elites locais e empresas inglesas e o confisco de bens bancários.

Em todos os lugares sublevados, os tenentes não resistiram à contraofensiva federal e foram expulsos. Os de São Paulo fugiram para o Sul e encontraram-se com o grupo liderado pelo tenente Luís Carlos Prestes. A



Coletânea particular

união formou a “Coluna Prestes”, contingente militar que percorreu, entre 1924 e 1927, o interior do país tentando convencer a população camponesa a lutar contra o governo, mas sem sucesso. Em 1927, os tenentes desfizeram a Coluna; mas anos mais tarde alguns deles compuseram o movimento político-militar pela chamada “Revolução de 30”.

Registro dos “18 do Forte”. Da esquerda para direita, tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Nilton Prado e Otávio Correia. Rio de Janeiro (RJ), 1922.

Movimentos feministas

Durante a década de 1920, diversas mulheres começaram a se organizar em coletivos em prol de pautas políticas a favor da condição feminina. Antes dessa luta política, é importante ressaltar, já existia a batalha de diversas mulheres para sustentar suas famílias. Era o caso das mulheres pobres e negras, que trabalhavam em suas casas, nas residências de famílias de classe média e alta, no comércio ambulante e nas fábricas e tinham poucas possibilidades de construir movimentos políticos organizados. Sua organização era, sobretudo, em torno de redes de apoio para as dificuldades de sobrevivência diária.

O movimento feminista da Primeira República pode ser dividido em algumas tendências. A primeira delas, de maior repercussão e organização, esteve relacionada ao grupo da ativista Bertha Lutz, que articulou, em 1922, a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O movimento reivindicava o direito de voto feminino e a regulamentação do trabalho para as mulheres, mas sem maiores críticas ao poder masculino e à estrutura da sociedade brasileira. Era composto basicamente de militantes das classes médias e altas da sociedade e poucos membros da classe trabalhadora.

A segunda tendência foi marcada por ações mais difusas, a partir de manifestações de jornalistas e escritoras. Além da busca por direito ao voto, elas criticavam os privilégios masculinos e reivindicavam o direito à educação e maior participação nos espaços públicos.

Uma terceira tendência se fundamentou em ideias anarquistas e comunistas. Ela defendia a emancipação total da mulher com base em um projeto político que não transformasse somente a condição da mulher em relação ao homem, mas que eliminasse o capitalismo e a exploração sobre a classe trabalhadora. Segundo esse pensamento, o capitalismo e o machismo eram fenômenos que estavam conectados e deveriam ser combatidos em conjunto.

Almerinda Farias Gama



Coleção particular

Almerinda Farias Gama, c. 1920.

Almerinda Farias Gama nasceu em maio de 1899, em Maceió, no Estado de Alagoas. Por falta de condições materiais, ela foi enviada, por sua mãe, para viver na casa de uma tia que morava em Belém, no Pará. Ela estudava e lia muito com a sua tia e demonstrava uma grande habilidade na produção de textos. Seu gosto pela escrita a fez trabalhar redigindo artigos para os jornais da cidade paraense. Almerinda formou-se como datilógrafa e, na experiência adquirida nas relações de trabalho dessa profissão, começou a identificar as condições de desigualdade entre homens e mulheres.

Em 1929, ela decidiu sair de Belém e migrar para o Rio de Janeiro, por dois motivos. Um fator foi por uma situação familiar, e o outro por sua condição de

trabalho, que ela já não aceitava mais. Estabelecida na capital da República, empregou-se como datilógrafa e logo depois se tornou presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. A alagoana tinha contato recorrente com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e com sua líder, Bertha Lutz.

Na década de 1930, sua vida política se expandiu a partir de suas atividades exercidas no sindicato e no movimento feminista. Em 1933, com o apoio de Bertha Lutz, foi eleita ao cargo de delegada para representar diversas classes na Assembleia Nacional Constituinte, fórum para elaborar a Constituição de 1934. Chegou a se candidatar à Câmara dos Deputados e ao Senado, mas não foi eleita. Também participou do movimento de Bertha Lutz, mas logo se afastou, alegando que na Federação as mulheres brancas e da elite tinham mais espaço e pouca sensibilidade à classe trabalhadora. Continuou na vida sindical atuando como advogada. Almerinda viveu até 1999.

O Modernismo

As origens do movimento modernista no Brasil remetem a 1870, com uma geração de intelectuais que buscavam pensar a nacionalidade do país, identificando a diversidade étnica e cultural como uma marca nacional. Tratava-se de uma visão carregada de racismo, pois considerava o Brasil etnicamente inferior e autoritário, atribuindo às elites e à ciência a missão de superar esse atraso.

Na virada do século XIX para o XX, no Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais, incentivado e liderado por José do Patrocínio, passou a produzir algumas reflexões sobre a nacionalidade brasileira. Contrapondo-se às elites identificadas com a cultura europeia, ironizavam o mito da Ciência como solução única para os problemas humanos e defendiam uma aproximação com as camadas populares por meio do samba e do carnaval, construindo uma identidade do Brasil marcada pela cultura popular.

Esse trajeto do Modernismo no Brasil reverberou em São Paulo, onde grande parte da intelectualidade, rica e formada na Europa, buscou repensar a brasilidade, organizando a Semana de Arte Moderna, um festival que teve o objetivo de apresentar uma nova forma de pensar e produzir a cultura nacional.

A Semana de Arte Moderna de 1922

A Semana de Arte Moderna contou com a presença de diversos artistas, como os escritores Mário e Oswald de Andrade, o músico Heitor Villa-Lobos e a pintora Anita Malfatti. A reação do público foi diversa. Algumas apresentações foram aplaudidas e outras repudiadas, como as de Menotti del Picchia e Villa-Lobos.

O Modernismo em São Paulo foi diverso nas propostas e ideias. Uma delas foi a do grupo Verde-amarelos, de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia: eram conservadores e defendiam um retorno ao passado, representado pela pureza cultural e pelos bandeirantes, considerados desbravadores e patriotas. Outra vertente foi criada por Mário de Andrade, integrando passado e presente e reforçando a multiplicidade cultural e do tempo, ideia apresentada em seu romance *Macunaíma*, no qual aborda a história do Brasil a partir da narrativa de um herói que representa a pluralidade cultural e étnica da formação da sociedade brasileira.

Uma terceira tendência formou-se em torno do Manifesto Pau-Brasil (1924) e do Manifesto Antropófago (1928), escritos por Oswald de Andrade. No primeiro documento, o autor defendia a busca de uma síntese da cultura nacional, formada pela conjugação da cultura erudita com a cultura popular. No segundo, aprofunda a ideia de brasilidade, defendendo a integração crítica da cultura nacional com as influências estrangeiras, como forma de reafirmar o que é o brasileiro. Para isso, Oswald usa a imagem do indígena antropófago, que comia a carne do inimigo para se apropriar de suas qualidades.



Arquivo do Estado de São Paulo, SP

Anúncio da Semana de Arte Moderna publicado em *O Estado de S. Paulo* em fevereiro de 1922.

Para ampliar

Assista

Noel – Poeta da Vila, direção de Ricardo Van Steen (Movi&Art e Zohar Cinema, 2007, 99 min.)

O filme aborda a trajetória de vida de Noel Rosa e o mundo boêmio da capital da República nos anos 1920.

A antimodernidade da cultura negra modernista

A produção de cultura por parte de artistas negros durante a Primeira República foi intensa. Músicos, pintores e escritores representaram a vida cotidiana desse grupo social, destacando suas formas de socialização em espaços públicos e privados, as relações de afeto e intimidade entre homens, mulheres e crianças negras, as festas que marcam o caráter comunitário de suas interações e as brincadeiras infantis, assim como os trabalhos nas ruas, fábricas e feiras.

Nesse contexto, Pixinguinha, Donga, Heitor dos Prazeres, as comunidades de sambistas e outros artistas do período produziam uma arte que buscava romper com as ideias e práticas de inferiorização e criminalização da população e da cultura afro-brasileira. Esses artistas combatiam estigmas e revelavam uma identidade marcada pela diversidade e criatividade das populações negras. Além disso, expressavam os saberes e conhecimentos elaborados da cultura de matriz africana e transmitidos oralmente desde a colonização.

Outubro de 1930: o fim da Primeira República

O ano de 1930 marca o fim da Primeira República. O estopim desse fato foi a eleição presidencial, quando Washington Luís rompeu com a política do café com leite e designou como candidato o paulista Júlio Prestes, provocando a ruptura entre paulistas e mineiros. Em reação, Minas Gerais se aliou ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, formando a chamada Aliança Liberal, que também teve apoio do Partido Democrático (PD), e formou uma candidatura com Getúlio Vargas para a presidência e João Pessoa para vice-presidente, defendendo o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral, a proteção ao trabalho, a regulamentação do trabalho feminino e infantil e investimentos na indústria e na educação.

Júlio Prestes, porém, venceu as eleições, questionadas em sua integridade pelo histórico de fraudes do período.

No entanto, um fato extra mudaria o curso dos eventos. Em 1930, João Pessoa foi assassinado. Apesar da morte não ter sido provocada pelas disputas eleitorais para a presidência, os jornais demonstraram indignação e indicavam um atentado. O grupo da Aliança Liberal aproveitou a situação e iniciou uma revolta contra o sistema político, conquistando o apoio de militares, sobretudo de alguns tenentes.

Com esse suporte, as oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul, da Paraíba, de Minas Gerais e de Pernambuco iniciaram uma ação para tomar o poder. Washington Luís, que cumpria o final de seu mandato como presidente, foi deposto. Em seu lugar, foi colocado Getúlio Vargas, chefe do governo provisório. Assim, marcava-se o fim da Primeira República e o início de outro momento da história do país: a Era Vargas.

1930: revolução ou golpe?

O processo que marcou o fim da Primeira República ficou conhecido como “Revolução de 30”, nomeado assim por aqueles que participaram desse processo e se tornaram vitoriosos. Mas o evento é interpretado de diversas formas por historiadores. Teria sido um golpe de Estado? Quando analisada juridicamente, a Revolução de 30 conspirou contra o resultado das eleições de 1929 e resultou em um golpe de Estado e na ruptura com a Constituição de 1891. Mas cabe levar em consideração que esse sistema eleitoral era fraudulento.

A palavra **revolução** em seu nome significa que a “Revolução de 30” foi de fato revolucionária? Por um lado, o projeto implementado pelo grupo que chegou ao poder promoveu, em médio e longo prazo, transformações econômicas profundas no Brasil, como a consolidação de uma economia capitalista industrial e a urbanização do país. Por outro, por causa do caráter autoritário, dado que o governo afastou a população das decisões, não podia ser visto como um movimento revolucionário, em que não havia mudança nas relações de poder e eram mantidas as desigualdades em prol das populações mais pobres.

Função Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Ação da Aliança Liberal, durante a campanha eleitoral. Rio de Janeiro (RJ), 1929.

Para ampliar

Assista

Guerras do Brasil.doc – Revolução de 1930 (Buriti filmes, 2018, 26 min).

O quarto episódio da série faz uma abordagem histórica da Primeira República até a eclosão da Revolução de 1930 a partir de uma narrativa que contém depoimentos de importantes nomes da historiografia brasileira.



1. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

Passado o entusiasmo inicial provocado pela Proclamação da República, nem mesmo a elite conseguia, no campo das [ideias], chegar a certo acordo quanto à definição de qual deveria ser o relacionamento do cidadão com o Estado. No campo da ação política, fracassaram sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro dos padrões conhecidos nos sistemas liberais.

CARVALHO, J. M. de. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, n. 8, p. 102, set./dez. 2002.

Com base na obra de Benedito Calixto e no texto de José Murilo de Carvalho, comente como a Primeira República brasileira tratava as possibilidades políticas de participação popular em sua composição e em seu sistema eleitoral produzido a partir da Constituição de 1891.

2. (Enem PPL – 2022)

Já em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto que as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos empregados têxteis eram mulheres e crianças.

DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001 (adaptado).

Os dados apresentados indicam que o cotidiano do trabalho industrial no início do século XX estava vinculado à

- a) ampliação da mão de obra fabril.
- b) limitação da jornada laboral.
- c) exigência de qualificação profissional.
- d) elevação da produtividade feminina.
- e) ausência de direitos sociais.

3. Leia o texto e analise a fotografia.

A Prefeitura do Rio reinaugurou nesta terça-feira (22) a estátua de João Cândido, o Almirante Negro, líder do movimento conhecido como Revolta da Chibata. [...]

‘É um compromisso da Prefeitura do Rio fazer esta reparação, ouvir a sociedade civil e dar visibilidade a personagens tão importantes na história da cidade e do país. [...]’, disse o secretário de Governo e Integridade Pública, Tony Chalita.

PREFEITURA do Rio de Janeiro reinaugura estátua de João Cândido, líder da Revolta da Chibata. *Brasil de Fato*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/22/prefeitura-do-rio-de-janeiro-reinaugura-estatuade-joao-candido-lider-da-revolta-da-chibata>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Com base na reportagem, na fotografia e no que foi estudado no capítulo, explique por que, historicamente, tornou-se importante celebrar o dia que marca o início da Revolta da Chibata.



Pinacoteca Municipal de São Paulo, São Paulo

Benedito Calixto. *Proclamação da República*, 1893. Óleo sobre tela, 1,24 m x 2,00 m. Ao centro do quadro está o marechal Deodoro da Fonseca, ilustrando o protagonismo das Forças Armadas na Proclamação.



Alexandre Silva/Fotoarena

Estátua em homenagem a João Cândido, líder da Revolta da Chibata. Rio de Janeiro (RJ), 2023.



1. Leia um trecho do artigo publicado no jornal inglês *The Times*, em 1897, e republicado no jornal brasileiro *A República*, do Rio de Janeiro. Depois, responda às questões.

Documento 1

Há vários elementos que perturbam a situação do Brasil, tornando-a cada vez mais melindrosa. Entre esses elementos destacam-se os seguintes: a explosão do fanatismo religioso na Bahia; o sentimento da instabilidade política; a baixa do preço do café e a depreciação do meio circulante.

O movimento de Antônio Conselheiro não tem importância em si. A fração extremada do partido republicano no Rio acusou os monarquistas de serem cúmplices do Messias sertanejo; mas tal acusação não tem fundamento algum, embora servisse de pretexto para moles- tar, atacar e até matar ‘proeminentes monarquistas’.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de documentos históricos para o 1 grau*: 5 a 8 séries. São Paulo: SE/CENP, 1979. p. 46.

Documento 2



Angelo Agostini. *Antônio Conselheiro rechaça a República*. 1897. Ilustração publicada na *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 726, jan. 1897.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

- a) Descreva as principais características das duas fontes históricas.
- b) A qual movimento religioso os documentos se referem?
- c) Qual é a visão que o artigo e a ilustração constroem sobre Antônio Conselheiro e o movimento por ele liderado?
- d) Entre quais camadas sociais você imagina que essas fontes circularam?
- e) Pensando na época em que elas foram produzidas, qual é a relação entre essas publicações e a formação do pensamento de parte da sociedade?
- f) Com base no **documento 1**, explique como a classe política do partido republicano via esse movimento religioso.
- g) A partir das reflexões históricas elaboradas no estudo deste capítulo, é possível sustentar que o movimento de Antônio Conselheiro se caracterizou como uma “explosão de fanatismo”? Justifique sua resposta apresentando uma análise sobre a origem desse movimento.



Ficha de estudos

Capítulo 18 – A Primeira República

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos.

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O imaginário republicano
- A consolidação da República
- A República Oligárquica
- A economia na Primeira República
- A Primeira República e as “classes perigosas”
- Os movimentos religiosos nas áreas rurais do Brasil
- Revoltas no mundo urbano
- A década de 1920 e o desgaste da Primeira República
- Outubro de 1930: o fim da Primeira República

O surgimento do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial

▼ Para começar

1. Explique a importância dos direitos humanos para as sociedades.
2. Analise uma questão atual que representa uma ameaça aos direitos humanos no Brasil.

Em 2018, comemoraram-se os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948. O documento, composto de trinta artigos, estabeleceu e reafirmou direitos e liberdades fundamentais dos seres humanos no mundo contemporâneo.

Além disso, representou também um compromisso dos Estados-membros em garanti-los por meio da elaboração de leis punitivas às violações dos direitos humanos, da criação de políticas públicas que garantissem o acesso a esses direitos, principalmente aos grupos sociais marginalizados, e da conscientização social das gerações futuras do que são os direitos humanos e a importância de preservá-los.

No entanto, na atualidade, os direitos humanos têm sido constantemente ameaçados no Brasil e em diversos outros países, pois, além da sistemática violação desses direitos, houve o crescimento do pensamento autoritário e conservador, principalmente com a expansão da extrema direita.

Neste capítulo, vamos estudar o surgimento do nazifascismo, a Segunda Guerra Mundial e analisar as principais consequências que resultaram na formulação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948.

Alpha Stock/Alamy/Fotorena



Eleanor Roosevelt, presidente da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, exhibe uma reprodução ampliada da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova York, 1949.

A extrema direita surge na Europa

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Europa entrou em crise. As perdas humanas e materiais deixadas pelo conflito desorganizaram a economia capitalista e abalaram as bases sociais, políticas e jurídicas sobre as quais se assentavam diferentes governos, muitos deles de matriz liberal. Além disso, os movimentos anarquistas e comunistas cresceram no continente após a vitória bolchevique na Revolução de 1917, o que agravou o temor de diversos grupos sociais anticomunistas.

A crise do liberalismo político e econômico foi agravada pelo *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929. Nesse cenário de questionamento aos valores liberais, movimentos de caráter autoritário foram considerados alternativas às crises sociais.

À esquerda, o stalinismo consolidou-se na Rússia ao longo dos anos 1920. À direita, surgiram diferentes movimentos antiliberais e anticomunistas, dos quais os mais importantes foram o **fascismo** e o **nazismo**.

As características do fascismo e do nazismo

Embora o fascismo e o nazismo tenham suas especificidades, eles compartilham muitas características.

Entre elas, destaca-se o **anticomunismo**, caracterizado pela rejeição e pelo combate ao comunismo, e o **autoritarismo**, em que o poder é centralizado nas mãos de um líder ou de uma assembleia e as liberdades individuais e coletivas são suprimidas. Sua máxima expressão é o **totalitarismo**, um modelo político que aspira ao domínio permanente sobre todos os aspectos da vida social, política e até mesmo sobre a subjetividade dos indivíduos.

Destaca-se também o **militarismo**, ideologia que busca organizar a vida social com base em valores militares, como disciplina, hierarquia, ordem e armamentismo.

Outra característica importante é o **personalismo**, que constitui uma forma de culto ao líder, cuja imagem acaba por se confundir com a do próprio Estado.

O fascismo e o nazismo eram também **fenômenos de massa**, dada a homogeneização dos indivíduos, que se conectam por valores e referências comuns, atuando de modo mais ou menos uniforme. Foram movimentos de amplo alcance, que se impuseram ao mesmo tempo que convenciam grandes camadas da população a aderirem a seus ideais.

O **nacionalismo**, ideologia que vincula os cidadãos ao Estado, por sua vez, estimula um sentimento ufanista dos cidadãos pela nação, promovendo uma visão muitas vezes idealizada de suas histórias, tradições e cultura.

Por fim, há também a **xenofobia**, aversão a estrangeiros ou àqueles que possuem outras práticas culturais. Essas pessoas eram muitas vezes consideradas inferiores ou nocivas.

O fascismo na Itália

Ao final da Primeira Guerra Mundial, as expectativas da Itália foram, em grande parte, frustradas. Os italianos pouco receberam dos territórios austríacos reivindicados ou das indenizações de guerra fixadas no Tratado de Versalhes. Quanto aos territórios na África, nada lhes foi transferido. Dessa forma, houve grande frustração popular e crescente mobilização contra o governo, visto como fraco e corrupto.

As frustrações com os resultados da guerra se somaram a uma crise econômica no país. Esse cenário incentivou o surgimento de movimentos contestatórios de várias inclinações. À esquerda, havia forças como o Partido Socialista Italiano (PSI), do qual saíram os fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI). No campo, as Ligas Vermelhas uniam os camponeses, lutando pela reforma agrária e ocupando terras improdutivas. Nas cidades, os movimentos trabalhistas cresciam, com destaque para a Confederação Geral do Trabalho (CGT), com mais de 2 milhões de afiliados.

Photo 12/Alamy/Fotorena



Temendo a influência da Revolução Russa e vendo crescer a agitação socialista em diversas partes da Europa, grupos das elites, entre os quais os ruralistas e as forças políticas tradicionais – como o Partido Popular Italiano (PPI), conservador, monarquista e ligado à Igreja Católica – optaram por apoiar o Partido Nacional Fascista (PNF).

Em 28 de outubro de 1922, os fascistas protagonizaram a **Marcha Sobre Roma** para exigir a nomeação de Benito Mussolini ao cargo de primeiro-ministro.

Benito Mussolini, líder fascista, durante discurso. Mussolini tinha forte influência sobre as massas, exercendo uma liderança personalista. Roma, Itália, 1935.

Aprendizagens em processo • Factual



1. Relacione os impactos da Primeira Guerra Mundial ao crescimento do pensamento autoritário.
2. Identifique quatro semelhanças entre o fascismo e o nazismo.
3. Explique as razões pelas quais as burguesias italianas apoiaram a ascensão do fascismo.

A ditadura fascista e seus efeitos

Nas eleições de 1924, os fascistas obtiveram 65% dos votos, utilizando forte violência política contra opositores. Alguns meses depois, os fascistas passaram a controlar o Parlamento, ao mesmo tempo que erradicaram as liberdades sindicais e de imprensa. A pena de morte foi instaurada e foram constituídos tribunais formados principalmente pelos Camisas Negras, a milícia fascista responsável pelas ações de intimidação e violência contra opositores. A partir de 1925, a ditadura fascista foi institucionalmente instalada.

Em 1927, a **Carta del Lavoro** implantou um mecanismo corporativo pelo qual o movimento sindical passou a ser controlado pelo Estado. A ideia era implantar uma perspectiva cooperativa, que combinava concessões laborais com repressão política, limitando, por exemplo, o direito de greve.

Em 1929, o Tratado de Latrão deu fim à **Questão Romana**, disputa territorial entre o governo italiano e o papado que ocorria desde 1861, fundando o Estado do Vaticano e vinculando a Igreja Católica à aliança fascista.

O nazismo na Alemanha

Quando a Primeira Guerra Mundial terminou, a Alemanha instalou um governo liberal e democrático, conhecido como República de Weimar. Entretanto, esse modelo político não conseguiu dar uma resposta à crise social e política na qual o país estava mergulhado, crise esta que foi aprofundada pelos pesados ônus de guerra impostos à Alemanha pelo Tratado de Versalhes.

Em meio a tais condições, uma profunda crise econômica se desencadeou no país, tendo seu ápice em outubro de 1923, quando os preços aumentaram 29.500% em um ano, ou seja, mais de 20% ao dia. No campo político, a atuação das *Freikorps*, grupos paramilitares financiados pelas elites agrárias e industriais, cujo propósito era reprimir militantes de esquerda, agravou ainda mais o caos social, em um quadro já bastante penoso para os mais pobres. Foi nesse contexto que emergiu o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), ou simplesmente Partido Nazista, liderado por Adolf Hitler.

Tal como ocorreu na Itália, o cenário pós-guerra abriu caminho para a ascensão de grupos radicais na Alemanha. Se, à esquerda, segmentos como o Partido Comunista Alemão lutavam pelo socialismo, à direita, forças como o Partido Nazista ganharam destaque, contando com o apoio das elites, sempre temerosas de uma revolução nos moldes bolcheviques. Por isso, as autoridades eram quase sempre complacentes com os crimes políticos praticados pela extrema direita, embora condenassem duramente as ações revolucionárias da esquerda.

Prova dessa complacência é que, enquanto ativistas como Rosa Luxemburgo foram assassinados, sem que seus executores fossem sequer descobertos, Adolf Hitler, após o **Putsch de Munique**, tentativa de golpe de Estado contra o governo da Baviera, em 1923, ficou preso por apenas oito meses. Na prisão, Hitler escreveu *Mein Kampf* (Minha Luta), livro no qual fixou importantes princípios do nazismo, como arianismo, nacionalismo, anticomunismo e antisemitismo.

Após sua libertação, Hitler intensificou o uso dos Camisas Pardas, também denominados *Sturmabteilung* (ou SA), milícia então responsável pelas principais ações de intimidação e violência contra adversários políticos. O radicalismo do NSDAP foi potencializado pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que acentuou a crise social e econômica da Alemanha.

A partir de 1932, os nazistas ampliaram sua presença no Parlamento Alemão ao obterem a maioria das cadeiras. Foi assim que o presidente Paul von Hindenburg foi pressionado a convidar Hitler para o cargo de chanceler, na esperança de que o NSDAP ajudasse a resolver a crise vivida pelo país.

Hitler assumiu a chancelaria alemã, cargo equivalente ao de primeiro-ministro, em janeiro de 1933. No mês seguinte, um incêndio na sede do Parlamento alemão, o *Reichstag*, atribuído aos comunistas, foi usado como argumento para que Hitler declarasse estado de sítio e centralizasse o poder.

O governo nazista iniciou uma perseguição intensa, com fechamento de jornais, sindicatos e partidos de oposição, além da suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos e do cerco a judeus, comunistas e grupos considerados indesejáveis. A essa altura, os principais braços da violência nazista eram a *Schutzstaffel* (SS), a tropa de elite do partido, e a Gestapo, sua polícia secreta.

Em dezembro de 1933, todos os partidos políticos foram extintos, com exceção do NSDAP. Alguns meses depois, com a morte de Hindenburg, Hitler passou a acumular os cargos de chanceler e presidente, autoproclamando-se o *Führer*, o líder da nação.

Para ampliar

Leia

Hitler e o nazismo, de Dick Geary (Paz & Terra, 2012). Nessa obra, Dick Geary retoma as principais discussões sobre a ascensão e a consolidação do nazismo, apresentando as principais conclusões e pesquisas. São abordados pontos como os motivos do apoio da população alemã ao nazismo – e se esse apoio representava a maioria da sociedade.



Editora Paz & Terra

O encontro de Adolf Hitler com Paul von Hindenburg ocorreu pouco tempo antes do golpe de Estado que marcaria o início de seu governo totalitário. A postura curvada de Hitler, demonstrando respeito, visava projetar a imagem de que os nazistas não eram uma ameaça.



O recém-nomeado chanceler Adolf Hitler cumprimentando o então presidente alemão, Paul von Hindenburg. Potsdam, Alemanha, 1933.

Theo Eisenhart/Arquivos Federais Alemães/Wikimedia.org

GLOSSÁRIO

Caucasoide: relativo à raça caucasiana, que teria se originado no Cáucaso, região situada entre os mares Negro e Cáspio. Originalmente, designava povos indo-europeus e do Norte da África. Sob influência nazista, designou grupos raciais brancos, supostamente puros, entre os quais os arianos.

Fenótipo: traços exteriores, observáveis, que caracterizam os indivíduos.

Guetos: áreas separadas do restante da cidade por muros, nas quais os judeus eram confinados.

Sinti e roma: termos utilizados para designar os dois maiores grupos ciganos da Europa.

O nazismo e seus efeitos

O nazismo foi marcado pela intensa **propaganda política**. Fortemente personalista, visava fixar uma relação direta entre o *Führer* e a sociedade, convencendo-a do acerto ou da necessidade de todas as medidas tomadas, ainda que ilegais ou moralmente reprováveis.

O regime nazista, além de cercear os meios de comunicação, exercia severa vigilância sobre a educação e as atividades culturais, incentivando os alemães a ostentar os símbolos nazistas – como a cruz suástica –, ingressar na Juventude Hitlerista ou se filiar ao NSDAP.

Outra característica marcante foi o nacionalismo extremado, com base no ideal de uma “comunidade do povo” e na xenofobia, visto que excluía os estrangeiros e aqueles considerados estranhos aos ideais nazistas. A **Teoria do Espaço Vital**, segundo a qual os povos considerados superiores deveriam se expandir e dominar os territórios necessários ao seu desenvolvimento, também era um elemento importante do nazismo.

O nazismo também foi caracterizado pelo **arianismo**, convicção de que a raça ariana, **caucasóide**, era superior e, portanto, deveria dominar as raças inferiores. Hoje, contudo, essa ideia de raça é rejeitada pela ciência, que já comprovou que não existem raças humanas, não obstante as diferenças **fenotípicas**, como as cores da pele, dos olhos e dos cabelos.

A perseguição aos judeus e outros grupos étnicos e sociais

Em março de 1933, foi construído o primeiro campo de concentração nazista, em Dachau, na Alemanha. A justificativa utilizada pelo governo era de que, nesse local, seriam detidos os indivíduos considerados uma “ameaça à sociedade”.

Em um primeiro momento, os grupos que foram alvo da repressão nazista foram os comunistas, os social-democratas, os sindicalistas e outros opositores políticos. No campo de concentração, os prisioneiros eram submetidos ao trabalho forçado e a castigos físicos e psicológicos.

Com o aumento da repressão nazista a outros grupos sociais e étnicos, foram criados outros campos de concentração, além dos **guetos**, inclusive fora da Alemanha, em países dominados pelos nazistas. No final da década de 1930, além dos opositores políticos, milhares de judeus, **sinti** e **roma**, homossexuais, testemunhas de Jeová, negros e pessoas com deficiência foram aprisionados, constituindo uma sistemática violação dos direitos humanos.

Milhares de prisioneiros dos campos de concentração morreram. Além de estarem submetidos a trabalhos forçados até a exaustão, eles também eram vítimas da fome, de doenças e, sobretudo, dos assassinatos cometidos pelos soldados nazistas. Não tardou para que os campos de concentração se tornassem campos de extermínio.

World History Archive/Alamy/Fotorealta



Tabela de símbolos usados nos uniformes de prisioneiros para diferenciá-los nos campos de concentração alemães. Dachau, Alemanha, entre 1938 e 1942.

Olga Benário Prestes

Alemã de origem judaica, Olga Benário ingressou no Partido Comunista Alemão em 1923, mudando-se para Berlim pouco tempo depois, onde foi presa. Libertada, viveu por alguns anos na União Soviética, de onde foi enviada ao Brasil para trabalhar com Luís Carlos Prestes, com quem se casou.

No Brasil, Olga participou do Levante Comunista de 1935, passando a viver clandestinamente até sua prisão, em 1936, quando descobriu que estava grávida. Extraditada pelo Governo Vargas, foi detida pela Gestapo e teve sua filha, Anita Leocádia Prestes, dentro do cárcere. No momento de sua extradição, a qual foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, Olga estava no sétimo mês de gravidez.

Em abril de 1942, Olga foi executada em uma câmara de gás em Bernburg, após ter passado pelos campos de concentração de Lichtenburg e Ravensbrück. Na prisão, sua falta de cooperação com os nazistas lhe rendeu inúmeros castigos, como tortura física, privação alimentar e incomunicabilidade, todos devidamente documentados.

Salazarismo e franquismo: dois regimes autoritários de direita na Europa

Em Portugal, vigorou o salazarismo (1933-1974), regime liderado por António de Oliveira Salazar (1889-1970), marcado pela forte repressão política a seus opositores, bem como pela censura aos meios de comunicação e pela restrição dos sindicatos. O salazarismo era nacionalista e corporativista.

Na Espanha, foi instaurado o franquismo (1939-1975), governo fascista que teve início com o fim da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quando as forças reacionárias lideradas por Francisco Franco (1892-1975) combateram os republicanos da Aliança Liberal-Socialista, eleita democraticamente em 1931.

Inicialmente, o franquismo foi influenciado pela Falange Espanhola, grupo paramilitar fascista fundado em 1933. Após a vitória na Guerra Civil, Franco instalou um governo ditatorial, ao mesmo tempo anticomunista, corporativista, militarista, nacionalista, personalista e xenófobo, muito similar ao salazarismo, inclusive em sua feição católica. O apoio da Igreja e de grupos monarquistas foi essencial para a consolidação do regime.



Retrato de Olga Benário. Munique, Alemanha, 1908.

Arquivo Nacional da Alemanha, Berlim

Para ampliar

Assista

Jojo Rabbit, direção de Taika Waititi (Searchlight Pictures, 2020, 108 min).

Durante a ditadura nazista, Jojo, um menino de 10 anos, tem Adolf Hitler como um amigo imaginário. Com o sonho de ingressar na Juventude Hitlerista, fica confuso ao descobrir que sua mãe esconde uma jovem judia em sua casa, o que dá início a um período de mudanças que vão marcar a sua vida.



Defender Films / Searchlight Pictures

© Succession Pablo Picasso / AUTVIS, Brasil, 2024
Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid



Pablo Picasso. *Guernica*, 1937. Óleo sobre tela, 3,51 m × 7,82 m.

A obra *Guernica*, em estilo cubista, mostra os horrores sofridos pela população de Guernica, no País Basco, quando aeronaves alemãs a bombardearam, em 1937. O bombardeio, autorizado por Franco como retaliação por a cidade ter abrigado tropas inimigas durante a Guerra Civil Espanhola, foi um teste para novas armas alemãs, que seriam utilizadas na Segunda Guerra Mundial. O apoio de outros regimes nazifascistas foi fundamental para a vitória franquista na Guerra Civil Espanhola e para a consolidação do seu poder, mostrando, também, a cooperação entre os diferentes regimes autoritários.

Por que outra guerra?

Os tratados estabelecidos entre os países que participaram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), principalmente o Tratado de Versalhes, determinaram punições para os derrotados que insuflaram os nacionalismos europeus. Após 1918, as nações afetadas foram marcadas por ideais separatistas e revanchistas devido ao grande descontentamento político e social em relação aos rumos da guerra.

No entanto, as duas grandes guerras que ocorreram na primeira metade do século XX não foram exceções. O **Período Entreguerras (1919-1939)** foi marcado por conflitos e grandes massacres, como no Leste Europeu, em decorrência da Revolução Russa e da consolidação do stalinismo (1933-1938) na União Soviética, da ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, além das políticas colonizadoras estabelecidas na Ásia e na África.

Desse modo, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, milhares de civis foram brutalmente assassinados. Isso demonstra que a violência e a política de extermínio em massa de civis não foram práticas de Estado adotadas por diversas potências apenas no contexto das guerras mundiais, mas ocorreram em diversos períodos da história.

Política externa expansionista

Sob um discurso baseado no nacionalismo extremado e no revanchismo, os nazistas restabeleceram a indústria bélica e o serviço militar masculino obrigatório, logo após chegarem ao poder. Teve início, então, o processo de militarização da sociedade alemã.

A primeira ação relacionada à política expansionista nazista foi a ocupação da Renânia, em 1936. Esse território, próximo à fronteira da França e da Inglaterra, fazia parte da Alemanha, mas, por determinação do Tratado de Versalhes, deveria ser uma zona desmilitarizada. Isso demonstra que, logo no início do governo de Hitler, uma série de medidas estabelecidas pelo Tratado de Versalhes foram desrespeitadas. Além do revanchismo, outro elemento que motivou essas ações foi a ideia de que os alemães eram superiores, por isso tinham o direito de possuir o chamado espaço vital para o seu desenvolvimento.

Em 1938, com o apoio de grupos austríacos favoráveis ao nazismo, a Alemanha invadiu e anexou a Áustria (*Anschluss*). Ainda que esse episódio tenha sido realizado por meio de uma violenta ação militar, havia grupos sociais na Áustria que apoiavam o nazismo, assim como em outros países europeus.

Nesse mesmo ano, o governo nazista alegou que, em uma região da Tchecoslováquia, os Sudetos, havia uma população de maioria alemã e que, por isso, era necessário ocupá-la. Esse argumento falacioso foi utilizado como justificativa para a invasão dos Sudetos. Em março de 1939, as tropas alemãs invadiram todo o território da Tchecoslováquia.

Por sua vez, a política externa do regime fascista italiano foi fortemente marcada pelo caráter político e não por questões econômicas. O expansionismo da Itália, na década de 1930, teve como principal objetivo garantir o prestígio do regime fascista.

Dessa forma, o governo de Mussolini buscou justificar a dominação da Abissínia, atual Etiópia, por meio dos **ideais fascistas** de “restauração da grandeza” da Itália, das “virtudes guerreiras” dos italianos, da necessidade de garantir um “espaço vital” para o desenvolvimento do país e “civilizar os africanos”.

A campanha na África também era considerada a solução para a crise demográfica e econômica que a Itália enfrentava, além de ser uma revanche pela derrota na Guerra da Abissínia (1895-1896). Em 1935, a Itália invadiu a Abissínia. Dois anos depois, retirou-se da Liga das Nações. O expansionismo italiano continuou nos anos seguintes: em 1939, houve a invasão à Albânia.

A ilustração apresenta nativos saudando um soldado com o objetivo de criar a ideia de apoio social à dominação italiana.



Hitler discursando para milhares de austríacos dois dias após a invasão e anexação da Áustria pelos nazistas. Viena, Áustria, 1938.



Capa do jornal italiano *La domenica del corriere*, de 1936, que exalta a vitória italiana na Guerra da Abissínia.

No caso do Japão, a política expansionista se relaciona com a questão imperialista, como vimos no **capítulo 16**. Após passar por um processo de industrialização e modernização na segunda metade do século XIX, no século seguinte, o Japão conquistou a Manchúria (1931) e boa parte dos territórios chineses.

A partir da década de 1930, o expansionismo japonês ganhou maior dimensão devido ao crescimento dos ideais nacionalistas, o que resultou na **Doutrina Amau**, que defendia a “Ásia para os asiáticos”. Segundo essa doutrina, o Japão tinha o papel de manter a ordem e a paz no Leste Asiático. Além disso, era necessário criar uma “zona especial”, livre da influência das potências capitalistas europeias e do comunismo. Dessa forma, o Japão garantiria a coesão territorial da nação, a liberdade de mover-se livremente pelo Oceano Pacífico e o acesso aos recursos naturais necessários para o seu desenvolvimento.

Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria e, posteriormente, ampliou sua ofensiva para o sudoeste da China, o que levou à conquista de Pequim, Xangai e outras cidades. Isso resultou na Segunda Guerra Sino-Japonesa, que teve início em 1937 e durou até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

A aproximação política e ideológica entre a Alemanha, a Itália e o Japão levou ao surgimento de uma série de acordos, como o **Pacto Anticomintern**, com o objetivo de proteção contra um eventual ataque da União Soviética e do crescimento do comunismo internacional. Em 1939, esses países formaram uma aliança militar, o Pacto Tripartite, que estabeleceu o **Eixo Roma – Berlim – Tóquio**.

Embaixada japonesa, em Berlim, com as bandeiras dos países que assinaram o Pacto Tripartite expostas em sua fachada. Berlim, Alemanha, 1940.



Acordos e interesses nas relações internacionais

O rearmamento da Alemanha e a política expansionista nazista durante a década de 1930 representaram o descumprimento de uma série de determinações do Tratado de Versalhes. Diante desse contexto, a Inglaterra e a França, os principais países responsáveis pela elaboração das punições aos alemães, adotaram uma postura de neutralidade, que ficou conhecida como **política de apaziguamento**.

Uma razão que explica esse posicionamento da Inglaterra e da França foi evitar uma nova guerra. Afinal, as consequências da Primeira Guerra Mundial ainda eram sentidas pelas populações desses países.

O expansionismo nazista era considerado favorável aos interesses dos governos inglês e francês, que acreditavam em um futuro conflito entre a Alemanha e a União Soviética. Desse modo, a dominação alemã sobre áreas do Leste Europeu foi vista como uma “barreira de contenção” contra o expansionismo soviético para a Europa Ocidental.

Foi apenas em setembro de 1938 que a Inglaterra e a França se manifestaram explicitamente sobre o expansionismo nazista. Na **Conferência de Munique**, foi discutida a pretensão de dominação sobre a Tchecoslováquia. A postura da Inglaterra e da França foi ceder às exigências alemãs. Desse modo, houve o consentimento sobre a ocupação da região dos Sudetos.

A concessão foi uma tentativa de evitar um conflito. Além disso, significou a aprovação da política expansionista alemã, que não se limitou apenas à região dos Sudetos, mas se estendeu por toda a Tchecoslováquia.

Em agosto de 1939, foi anunciada a assinatura de um acordo de não agressão entre a Alemanha e a União Soviética: o **Pacto Molotov-Ribbentrop**, negociado pelos ministros das relações exteriores da Alemanha, Joachim von Ribbentrop, e da União Soviética, Viacheslav Molotov.

Foi estabelecido também o respeito à soberania dos países e o compromisso de não favorecimento dos inimigos de ambos. O acordo previa a não agressão por dez anos, sendo possível renová-lo por mais cinco anos, caso fosse do interesse da Alemanha e da União Soviética.

Contudo, esse pacto possuía cláusulas secretas que só foram divulgadas algum tempo depois. Uma delas era a divisão da Polônia entre a Alemanha e a União Soviética, além da partilha de outros territórios do Leste Europeu.

O avanço do Eixo na Europa

No dia 1º de setembro de 1939, tropas nazistas fortemente preparadas com armas, tanques, caminhões e apoio aéreo invadiram a Polônia. A reação do governo polonês foi pedir auxílio a países aliados. Além disso, essa invasão alemã representou a quebra do acordo da Conferência de Munique. Esses fatores levaram a Inglaterra e a França a declarar guerra à Alemanha.

A rápida ocupação alemã em diversas regiões da Europa deveu-se em grande parte à *blitzkrieg*. Essa tática consistia basicamente em ataques-relâmpago e foi resultado da conjugação das experiências militares da Primeira Guerra Mundial com as novas tecnologias desenvolvidas no Período Entreguerras, como veículos blindados, aviões de combate e uma rede de comunicações via rádio.

Em abril de 1940, a Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega. No mês seguinte, a dominação nazista se estendeu aos Países Baixos, a Luxemburgo, à Bélgica e, finalmente, à França. Diante desse cenário, a Inglaterra determinou a evacuação dos soldados ingleses que estavam em território francês. A chamada **Operação Dinamo** é muito lembrada na história militar, pela evacuação de mais de 300 mil soldados em condições extremamente difíceis: sob intensos bombardeios aéreos, navios militares e embarcações civis realizaram a retirada dos soldados. Nesse pe-

ríodo, a Itália também invadiu a França. Desse modo, o território francês foi dividido e ocupado por tropas alemãs e italianas.

Na França, parcelas da liderança política aceitaram as tropas nazistas e cederam uma parte do território. A chamada **“França de Vichy”** foi um governo colaboracionista que contou com o apoio de parte da sociedade francesa. Além dos grupos anticomunistas e antisemitas que apoiaram o estabelecimento de um governo favorável à Alemanha, parte da população não se opôs por não querer vivenciar os horrores da guerra.

O marechal Philippe Pétain, chefe do governo de Vichy, cumprimenta Adolf Hitler. Montoire-sur-le-Loir, França, 1940.



Em novembro de 1940, houve a expansão do Eixo com a adesão da Hungria, da Eslováquia e da Romênia que, nesse período, tinham governos de extrema direita. No ano seguinte, a Bulgária, a Iugoslávia e a Croácia também aderiram ao Eixo.

Após a vitória na França, os nazistas iniciaram a **Operação Leão Marinho**, com o objetivo de invadir a Grã-Bretanha. A principal estratégia alemã foi utilizar a força aérea com o objetivo de neutralizar as defesas britânicas para conseguir ocupar o território. Isso resultou em um intenso bombardeio a Londres e cidades próximas, por vários dias, atingindo milhares de civis.

No entanto, houve grande resistência militar e civil à ocupação da Grã-Bretanha. Diante do fracasso da operação, o governo nazista decidiu então mudar a estratégia e colocar em prática a **Operação Barbarossa**, que consistiu na invasão da União Soviética, em junho de 1941. Esse episódio representou a ruptura do pacto de não agressão, assinado em 1939, e a declaração de guerra da União Soviética.

Além do objetivo de eliminar o regime socialista, a Alemanha tinha interesse em controlar os recursos naturais da União Soviética.

A ofensiva japonesa e o ataque a Pearl Harbor

A participação japonesa na Segunda Guerra Mundial está relacionada à Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Com grande dificuldade de derrotar a China, o Japão adotou como estratégia impedir que o país recebesse auxílio externo, atacando países que apoiassem os chineses.

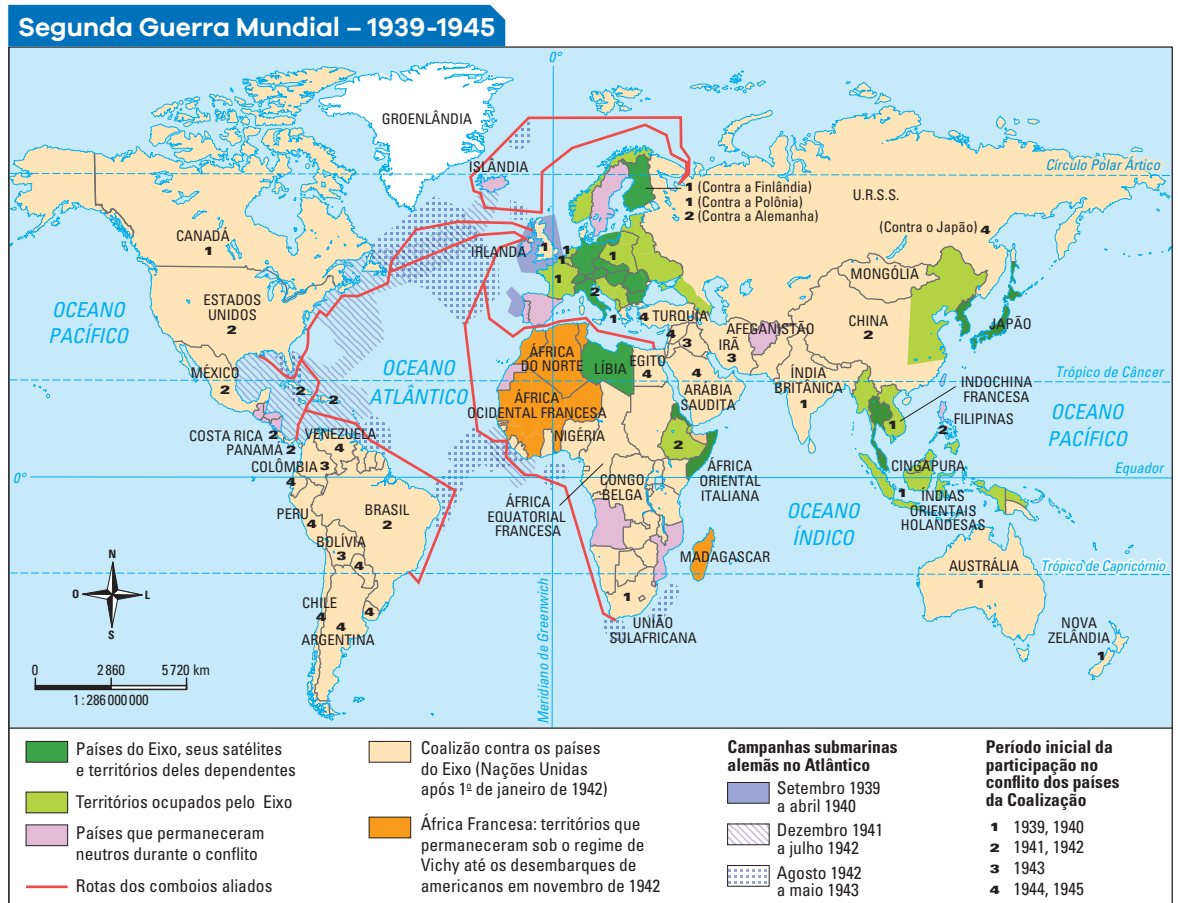
Nesse contexto, o Japão invadiu a Indochina, colônia francesa, em 1940, com o objetivo de dificultar a chegada de material bélico estadunidense à China. A reação dos Estados Unidos foi proibir a venda de petróleo e ferro ao Japão, além do congelamento de bens de japoneses no país.

Como resposta, o Japão preparou um grande ataque a possessões dos Estados Unidos, do Reino Unido e dos Países Baixos no Pacífico. Nos dias 7 e 8 de dezembro de 1941, o governo japonês fez um ataque coordenado ao Havaí, às Filipinas, a Guam e à Ilha Wake, territórios estadunidenses, e a Hong Kong, Singapura e Malásia, territórios britânicos.

O ataque a Pearl Harbor, base naval estadunidense no Havaí, gerou um elevado número de militares mortos e a destruição da Frota do Pacífico. A resposta dos Estados Unidos foi declarar guerra ao Japão. Isso deu origem à **Guerra do Pacífico (1941-1945)**. Nos meses seguintes, o Japão invadiu a Birmânia e várias ilhas no Oceano Pacífico.

A contraofensiva dos Aliados

A partir de 1942, houve uma virada nos rumos da Segunda Guerra Mundial. Isso ocorreu, principalmente, devido à entrada dos Estados Unidos no conflito, após o ataque a Pearl Harbor, e da União Soviética, em virtude da ruptura do pacto de não agressão por parte da Alemanha. Diante disso, os Estados Unidos e a União Soviética, além da China, uniram-se aos **Aliados**, aliança militar composta de países como a França e a Inglaterra, que desde o início da guerra lutaram contra o Eixo.



Apesar de a União Soviética possuir uma quantidade de armamento superior à da Alemanha, em poucos meses as tropas alemãs avançaram pela região do Báltico e da Ucrânia. Nesse cenário, era grande a demanda por soldados, o que abriu margem para a participação das mulheres nas linhas de frente do conflito, como é o caso de Marina Mikhailovna Raskova na Força Aérea Soviética.

Após o fracasso da tentativa de dominar Moscou, os esforços alemães se concentraram em dominar o Cáucaso, região rica em minérios. Uma das principais metas era conquistar Stalingrado (atual Volgogrado), cidade às margens do Rio Volga.

A ofensiva alemã teve início em agosto de 1942. Stalin impediu a retirada dos civis sob a alegação de que isso encorajaria a defesa da cidade. Nessa conjuntura, a população civil sofreu com os inúmeros ataques e bombardeios alemães, mas exerceu importantes funções de defesa ao cavar trincheiras e construir fortificações.

O exército alemão estava preparado para o ataque a Stalingrado, mas um conjunto de fatores contribuiu para enfraquecê-lo. Além da tática de **terra arrasada**, do inverno rigoroso, do amplo exército soviético e da resistência civil, a União Soviética adotou a estratégia de dificultar a chegada de suprimentos aos nazistas, que passaram a sofrer com doenças e fome. Em fevereiro de 1943, houve a rendição dos remanescentes do exército alemão.

A batalha de Stalingrado resultou em aproximadamente 2 milhões de mortos, entre militares e civis. O fracasso alemão representou uma derrota moral e o fim do mito da invencibilidade nazista. A vitória soviética também acarretou a abertura de uma frente de libertação no Leste Europeu, a partir de 1943.



Vídeo

Marina Raskova e as mulheres combatentes

GLOSSÁRIO

Terra arrasada:

tática militar de destruir quaisquer recursos de uma região que possam ser proveitosos para o invasor.

O avanço dos Aliados na Europa e na Ásia

Em 1942, o exército britânico, com o apoio dos Estados Unidos, obteve uma sequência de vitórias no Norte da África que resultaram na derrota das tropas nazistas na região. A libertação do Norte da África pelos Aliados foi seguida pela invasão ao sul da Itália. Em setembro de 1943, o governo italiano assinou um armistício com os Aliados, mas os alemães enviaram tropas para impedir a rendição da Itália. Por isso, a rendição italiana só ocorreu quase dois anos depois, em maio de 1945.

Na Conferência de Teerã, em 1943, foi acordada entre os Aliados a abertura de uma frente de libertação na Europa Ocidental. Isso deu origem à **Operação Overlord**, uma grande contraofensiva para libertar a França da ocupação nazista.

No dia 6 de junho de 1944, o chamado **Dia D**, mais de 150 mil soldados estadunidenses, britânicos e canadenses desembarcaram na Normandia, no norte da França. Poucos meses depois, os Aliados libertaram a França, a Bélgica e a Holanda.

No início de 1945, as forças Aliadas já se organizavam para a invasão da Alemanha. Hitler se recusou a abandonar o país e ordenou que o exército resistisse até o final. No dia 30 de abril, o líder nazista e Eva Braun, com quem se casara havia pouco, se suicidaram em Berlim. A rendição da Alemanha aconteceu pouco tempo depois, no dia 7 de maio de 1945.

A Guerra do Pacífico foi definida na **Batalha de Okinawa**, um grande confronto naval, aéreo e terrestre que ocorreu de abril a junho de 1945. Esse episódio resultou na morte de milhares de civis e na derrota japonesa. Após esse episódio, ampliaram-se os bombardeios às cidades nipônicas.

O objetivo dos Estados Unidos era invadir o Japão, mas a ideia foi substituída pelo **lançamento de bombas atômicas**, desenvolvidas pelo Projeto Manhattan. A principal justificativa utilizada foi proteger os soldados estadunidenses após a recusa dos japoneses em se render. Uma bomba foi lançada sobre Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, e outra em Nagasaki, três dias depois.



Ruínas do antigo Salão de Promoção Industrial de Hiroshima após o ataque atômico. Hiroshima, Japão, 1945.

Hiroshima Peace Memorial/AFP

Movimentos de resistência ao nazifascismo

A rápida dominação territorial nazifascista no início da guerra foi resultado de um conjunto de fatores, como o grande preparo militar, o uso de táticas eficazes e o apoio social obtido em diversos países dominados. No entanto, também se organizaram **movimentos de resistência** à ocupação nazifascista.

A resistência foi caracterizada pela participação de civis que usavam táticas de guerrilha, com destaque para ataques aos invasores e sabotagens, além do auxílio e da libertação de indivíduos e grupos que eram alvo da perseguição nazifascista.

Desde o início da ocupação nazista da Polônia, em setembro de 1939, houve grande resistência do exército e da sociedade. Uma das principais ações de resistência foi a criação do **Estado Secreto Polaco**, que, além de envolver militares, contou com o apoio de civis. Nesse período, uma grande infraestrutura foi organizada com a formação de partidos políticos, organizações militares, como o Exército Nacional, e até uma rede de ensino, o que possibilitou atividades científicas e culturais.

Na França, em 1940, a resistência foi marcada pela atuação de diversos grupos formados por homens e mulheres, como os **Francs-Tireurs et Partisans** (Franco-atiradores e partidários), organizados pelo Partido Comunista Francês, e os **Maquis** ("bosques"), que atuavam em regiões do interior do país. Na Iugoslávia, houve destaque para a liderança do comunista Josip Broz Tito, responsável pela organização de uma das resistências consideradas mais eficazes no contexto da guerra.

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial

Inicialmente, o governo brasileiro adotou uma postura de neutralidade. No entanto, após o ataque a Pearl Harbor, se solidarizou com os Estados Unidos. Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países que formavam o Eixo.

Esse posicionamento reforçou ainda mais os laços com os Estados Unidos e acarretou uma série de resoluções econômicas, estratégicas e militares, que ficou conhecida como **Acordos de Washington**.

Entre os termos, destacavam-se a cessão de bases militares em Natal (RN), Recife (PE) e Fernando de Noronha (PE), áreas consideradas estratégicas para a defesa dos Estados Unidos. Em contrapartida, o Brasil recebeu financiamento e auxílio técnico para a modernização das Forças Armadas e a construção de uma siderúrgica, considerada fundamental para o projeto de industrialização.

A partir de 1942, em represália ao Brasil, vários navios mercantes foram bombardeados por submarinos alemães, o que culminou na mobilização popular a favor da entrada do Brasil na guerra. Em resposta ao apelo social, o Brasil declarou “estado de beligerância” contra a Alemanha e a Itália, no dia 22 de agosto de 1942, o que na prática foi uma declaração de guerra.

No entanto, o envio de tropas brasileiras encontrou resistência dos Estados Unidos e da Inglaterra, principalmente devido à defasagem em que se encontrava o Exército. O Governo Vargas insistiu na importância do cumprimento do acordo de modernização das Forças Armadas e na participação ativa das tropas brasileiras. Em agosto de 1943, foi criada a **Força Expedicionária Brasileira (FEB)**.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro



O primeiro contingente de soldados brasileiros foi enviado para a Itália no dia 30 de junho de 1944. O governo Vargas conseguiu enviar mais quatro contingentes até fevereiro de 1945, o que totalizou 25 mil soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Soldados da Força Expedicionária Brasileira comemoram a data de 7 de setembro na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Itália, 1944.

A guerra como falência humana

A Segunda Guerra Mundial teve um saldo de aproximadamente 60 milhões de mortos, sendo considerada o conflito com o maior número de mortos da história. No entanto, essa mortandade não foi decorrente apenas das inúmeras batalhas e do longo alcance territorial da guerra, mas também da política de extermínio adotada por diversos governos.

Essa política de extermínio foi resultado da ascensão do pensamento autoritário, na década de 1920, com o surgimento de diversos grupos e movimentos de extrema direita na Europa. Além disso, é preciso levar em consideração a política do terror adotada pelo regime stalinista e a violência empreendida pelas potências capitalistas no contexto do imperialismo na África e na Ásia.

Esse contexto, marcado pela banalização da violência, da exploração e do extermínio, vai além da guerra e demonstra a falência de princípios éticos e morais fundamentais à humanidade.

Em janeiro de 1942, o governo alemão realizou a Conferência de Wannsee para discutir a questão judaica na Europa. O objetivo desse encontro era estabelecer estratégias para executar a **Solução Final**, projeto de extermínio específico de judeus, sinti e roma.

O genocídio desses grupos já estava em curso, mas, a partir de 1942, tornou-se uma política de Estado exterminá-los. Desse modo, foram utilizados esquadrões móveis de extermínio (*Einsatzgruppen*), forças especiais compostas de membros da SS e da polícia alemã. Além disso, houve campos de concentração que se transformaram em locais específicos para o extermínio, principalmente por meio das câmaras de gás, como Auschwitz, na Polônia.

O financiamento da guerra

O caráter global da guerra acarretou esforços econômicos de diversos países. Nesse contexto, houve grande investimento estatal na indústria bélica, mas também financiamento privado.

Inicialmente, a Alemanha nazista foi o país que mais dedicou recursos econômicos ao setor bélico, até praticamente os esgotar, em 1944. No entanto, com a ampliação das forças Aliadas, após a entrada dos Estados Unidos e da União Soviética, o cenário se inverteu.

Para os Estados Unidos, a guerra foi o principal fator de superação da crise econômica de 1929. Após 1941, a produção de itens de guerra aumentou exponencialmente, assim como as despesas militares. Nesse contexto, houve a criação de inúmeras fábricas, financiadas pelo governo, que foram vendidas para grandes empresários após o final do conflito.

Parte significativa do financiamento do governo nazista ao setor bélico ocorreu mediante o saque das áreas ocupadas. Além disso, houve o roubo de inúmeras riquezas, como ouro, joias e obras de arte, que foram controladas, principalmente, por membros da cúpula nazista.

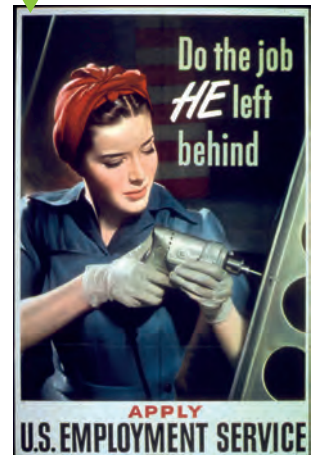
Em longo prazo, o governo passou a divulgar dados econômicos fictícios para a população alemã, tendo em vista a gradual diminuição da produção industrial em diversos setores da economia. Essa prática também afetou o âmbito militar.

Empresas alemãs da área de tecnologia, indústrias de aço e armamentos e fabricantes de veículos, entre outras, utilizaram a mão de obra escravizada nos campos de concentração. Nesse contexto, com o auxílio de uma grande empresa estadunidense de informática, os nazistas identificaram os grupos que seriam exterminados.

O Japão também utilizou mão de obra escravizada em larga escala, em várias das regiões que ocupou no Extremo Oriente, além de ser responsável pela exploração sexual de milhares de mulheres escravizadas e de ter realizado pilhagens em diversos territórios.

A União Soviética, que, no início da década de 1940, já havia estatizado praticamente toda a economia, teve menor gasto público comparado aos demais países Aliados. No entanto, para obter a vitória sobre o Eixo, o governo soviético empregou de forma desmedida soldados e civis, o que resultou em um dos maiores índices de mortes durante a guerra.

A produção de cartazes foi um importante meio utilizado para a obtenção do apoio social à guerra. Muitas dessas ferramentas de comunicação mobilizavam as mulheres para o serviço fabril, abandonado pelos homens em razão do serviço militar obrigatório.



Cartaz estadunidense de incentivo ao serviço feminino fabril. Nele, a propaganda diz: "Faça o trabalho que *ele* deixou para trás. Candidate-se. Serviço de Emprego dos Estados Unidos". Estados Unidos, c. 1943.

Os Direitos Humanos como resposta à desumanização

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Essa iniciativa foi uma resposta à sistemática violação de direitos que ocorreu não apenas durante a Segunda Guerra Mundial, mas também nas décadas anteriores, com a violência, a perseguição e o extermínio de milhares de pessoas em diversos países.

O documento é uma obra coletiva que reúne vários princípios de tradições políticas e filosóficas; mais que isso, representa um compromisso universal, nas esferas social e jurídica, da defesa da dignidade humana. Ou seja, o objetivo principal era garantir que todas as pessoas, em qualquer lugar do mundo, tivessem os seus direitos básicos assegurados.

Ainda que a Declaração simbolize a proteção dos direitos humanos no âmbito internacional, ficou a cargo de cada país criar mecanismos para a garantia e a defesa desses direitos. Assim, o documento apresenta limites, pois vincula os direitos humanos apenas aos direitos civis e políticos e trata os direitos econômicos e sociais de forma secundária.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1948, foi um marco importante no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Nela, não apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos se faria vigente, mas também um novo pacto nas relações internacionais se estabelecia, com o objetivo de evitar que possíveis conflitos entre as nações desencadeassem uma nova guerra mundial.



Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, França, 1948.



1. Qual é a importância de estudarmos, hoje, o contexto histórico de implantação dos regimes nazifascistas na Europa?
2. Em que medida é possível afirmar que, mais do que regimes **autoritários**, o fascismo italiano e o nazismo alemão eram, na verdade, **regimes totalitários**?
3. (Unesp – 2019)

– Então, todos os alemães dessa época são culpados?

– Esta pergunta surgiu depois da guerra e permanece até hoje. Nenhum povo é coletivamente culpado. Os alemães contrários ao nazismo foram perseguidos, presos em campos de concentração, forçados ao exílio. A Alemanha estava, como muitos outros países da Europa, impregnada de antissemitismo, ainda que os antissemitas ativos, assassinos, fossem apenas uma minoria. Estima-se hoje que cerca de 100 000 alemães participaram de forma ativa do genocídio. Mas o que dizer dos outros, os que viram seus vizinhos judeus serem presos ou os que os levaram para os trens de deportação?

(Annette Wieviorka. *Auschwitz explicado à minha filha*. São Paulo: Via Lettera, 2000. Adaptado.)

Ao tratar da atitude dos alemães frente à perseguição nazista aos judeus, o texto defende a ideia de que

- a) os alemães comportaram-se de forma diversa perante o genocídio, mas muitos mostraram-se tolerantes diante do que acontecia no país.
 - b) Esse tema continua presente no debate político alemão, pois inexistem fontes documentais que comprovem a ocorrência do genocídio.
 - c) Esse tema foi bastante discutido no período do pós-guerra, mas é inadequado abordá-lo hoje, pois acentua as divergências políticas no país.
 - d) Os alemães foram coletivamente responsáveis pelo genocídio judaico, pois a maioria da população teve participação direta na ação.
 - e) Os alemães defendem hoje a participação de seus ancestrais no genocídio, pois consideram que tal atitude foi uma estratégia de sobrevivência.
4. O texto a seguir é parte do discurso “Devemos conquistar a paz”, proferido por Benito Mussolini, por ocasião do 5º aniversário da Batalha do Rio Piave, na qual o Império Austro-Húngaro saiu derrotado. Após a leitura do trecho, responda no seu caderno às questões propostas.

Companheiros de armas, depois que suas fileiras, tão bem disciplinadas e de modos tão refinados, marcharam por Sua Majestade o Rei, o símbolo intangível do país; depois da cerimônia austera em sua solenidade silenciosa diante do túmulo do Soldado Desconhecido – depois desta formidável demonstração de força sagrada, minhas palavras são absolutamente supérfluas, e eu não pretendo fazer um discurso. A marcha de hoje é uma manifestação cheia de significado e alerta. [...] É um povo inteiro que, acima das inevitáveis diferenças partidárias, se encontra fortemente unido quando a segurança da pátria está em risco.

MUSSOLINI, B. In: BURNET, A. (org.). *50 discursos que marcaram o mundo*. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2017. p. 32.

- a) O texto expressa o momento de uma Itália monárquica ou republicana? Justifique.
 - b) Identifique um trecho que expressa o caráter militarista do regime fascista.
 - c) Trata-se de um texto com elevado teor patriótico? Justifique sua resposta.
5. (Enem – 2019)
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 217-A, de 10 de dezembro de 1948, foi um acontecimento histórico de grande relevância. Ao afirmar, pela primeira vez em escala planetária, o papel dos direitos humanos na convivência coletiva, pode ser considerada um evento inaugural de uma nova concepção de vida internacional.

LAFER, C. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MAGNOLI, D. (org.). *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

A declaração citada no texto introduziu uma nova concepção nas relações internacionais ao possibilitar a

- a) superação da soberania estatal.
- b) defesa dos grupos vulneráveis.
- c) redução da truculência belicista.
- d) impunidade dos atos criminosos.
- e) inibição dos choques civilizacionais.



Leia o texto e responda às questões a seguir.

Preâmbulo

[...] Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...]

Artigo 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

[...]

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos [1948]. *Unicef Brasil*, Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 3 set. 2024.



- Identifique o tema central abordado no documento.
- Explique o contexto que contribuiu para a formulação desse documento.
- Análise a importância de a aprovação desse documento ter ocorrido na Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Refleta e compartilhe com a turma os principais desafios para o cumprimento do compromisso estabelecido nesse documento no Brasil atual.

Ficha de estudos



Capítulo 19 – O surgimento do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

- Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A extrema direita surge na Europa
- O fascismo na Itália
- O nazismo na Alemanha
- Salazarismo e franquismo: dois regimes autoritários de direita na Europa
- Por que outra guerra?
- O avanço do Eixo na Europa
- A contraofensiva dos Aliados
- A guerra como falência humana
- Os Direitos Humanos como resposta à desumanização

A Era Vargas

TCT

Para começar

1. Você sabe o que é CLT e a sua importância na história do Brasil?
2. Qual é a diferença entre ter um emprego amparado pela CLT e um sem a sua proteção?
3. Em sua opinião, o trabalho de aplicativos deve ou não ser regulamentado por lei que estabelece direitos a esses profissionais?

Um grande debate sobre a regulamentação de trabalhadores de aplicativos foi realizado no Brasil, em 2024. Eles deveriam ou não estar sob a regulamentação do Estado? No início de 2024, o governo chegou a cogitar a ideia de incluí-los na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, recuou e elaborou outro projeto. Este propôs a criação de uma lei para garantir um mínimo de direitos trabalhistas para empregos de aplicativos. Auxílio-maternidade, jornada de trabalho de até 12 horas, remuneração mínima e contribuição para a Previdência seriam algumas das garantias jurídicas.

A proposta foi criticada. Os opositores afirmam que esse projeto diminuirá a autonomia dos profissionais de aplicativo. Segundo eles, estabelecer um máximo de jornada limitaria o ganho daqueles que precisam trabalhar por mais tempo, o valor da remuneração mínima não pagaria todos os custos e a contribuição previdenciária tiraria a possibilidade de escolher outras formas de contribuição. E você, o que pensa sobre isso?

Cesar Dimiz/Pulsar Imagens



conectado com
Filosofia

conectado com
Sociologia

Entregadores de aplicativos protestam contra a precarização das condições de trabalho. São Paulo (SP), 2020.

Governo provisório (1930-1934)

Após o golpe que o levou ao poder, Getúlio Vargas deu início ao seu governo adotando uma série de medidas em conformidade com o programa da Aliança Liberal, arranjo político pelo qual havia se candidatado em 1930. Assim, teve início um processo de fortalecimento do executivo federal que contou com o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e municipais e com a substituição dos presidentes dos estados por interventores nomeados pelo presidente.

Somou-se a isso a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este, como veremos, teve fundamental importância ao longo de todo o período em que Vargas ocupou a Presidência.

Fotografia oficial do primeiro mandato de Getúlio Vargas como presidente da República. Rio de Janeiro (RJ), 1930.



Governo Federal

A solução para a crise do café

Apesar de todo o destaque dado à industrialização do país por Vargas – e, antes dele, pelos tenentes envolvidos em diversos movimentos políticos na década de 1920 –, a agricultura não deixou de ocupar um papel importante na economia brasileira.

Apesar de derrotados em 1930, os cafeicultores paulistas ainda representavam uma grande força econômica. Os efeitos da crise de 1929, que derrubou os preços do produto no mercado internacional, ameaçavam a economia do país. A solução adotada foi socorrer o setor, reproduzindo as políticas de compra e queima dos estoques de café dos agricultores. Entre 1930 e 1944, queimaram-se 78 milhões de sacas de café, quantidade que poderia ter abastecido o mercado mundial por três anos inteiros.



Coleção particular

Queima de sacas de café no município de Santos (SP), 1931.

Tal política teve sucesso ao evitar o colapso de um importante setor da economia brasileira. Além disso, ao empregar recursos federais para socorrer os produtores de café, a solução adotada para lidar com a crise fez com que a população do país arcasse com a manutenção da rica oligarquia do café. Isso porque os recursos federais são provenientes dos impostos pagos pela população. Dessa forma, a oligarquia cafeeira escapou sem maiores traumas da maior crise pela qual havia passado.

A centralização do poder

Desde as suas primeiras medidas, o novo governo deixou explícita sua pouca estima pela democracia e seu interesse em um Estado forte, centralizado e profundamente atuante na sociedade. O fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas estaduais e municipais, bem como a deposição dos presidentes dos estados – à exceção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Minas Gerais, um dos principais articuladores da Revolução de 1930 – são sinalizações que apontam para esse sentido.

Além disso, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ainda em 1930, tinha o propósito de evitar atritos entre patrões e empregados, estabelecendo um controle do movimento operário, que, desde o século XIX, vinha se desenvolvendo de forma autônoma e realizando importantes greves inspiradas no ideário sindicalista revolucionário.

Dessa forma, o Estado passou a atuar como árbitro nas disputas entre trabalhadores e patrões por meio da regulamentação das profissões e da garantia de direitos trabalhistas às categorias reconhecidas pelo Ministério do

Trabalho. É claro que o reconhecimento formal de algumas categorias também era uma forma de pressionar os trabalhadores que se recusavam a seguir as diretrizes governamentais.

Por fim, a aproximação de Vargas com os militares garantiu sua longevidade no poder, mas, ao fortalecer o Exército, o presidente deu asas a uma força política que ele não seria capaz de controlar. Os militares passariam a intervir de forma permanente nas principais crises políticas pelas quais o país passaria a partir de então.

Getúlio Vargas ao lado dos militares Miguel Costa (sentado à sua direita) e Góes Monteiro (de pé, ao centro) e do civil Francisco Morato (sentado à esquerda de Vargas). A aproximação com os militares foi uma marca da Era Vargas. Rio de Janeiro (RJ), 1930.



Coleção particular

A Guerra Civil de 1932

O principal foco de insatisfação com o novo regime estava em São Paulo. Afinal, o estado mais rico da Federação viu escapar de suas mãos não só o controle dos rumos do país como sua própria autonomia política – o estado passou a ser governado por interventores oriundos de outros estados – e as principais decisões a respeito da política cafeeira, que foram transferidas do Instituto do Café de São Paulo para o recém-criado Conselho Nacional do Café (1931).

Em 1932, as elites políticas do estado se reuniram em torno de uma pauta que combinava a defesa da promulgação de uma constituição para o país – que vinha sendo governado de forma provisória e sem Constituição desde o triunfo da Revolução de 1930 – com um nítido sentimento regionalista, que recusava a submissão ao governo federal.

Coleção particular



A causa foi abraçada com entusiasmo por boa parte da população paulista. Em 9 de julho, as guarnições federais e a força pública paulista pegaram em armas contra o governo federal, recebendo prontamente o apoio de milhares de civis. As fábricas adaptaram-se ao esforço de guerra, e campanhas cívicas arrecadaram fundos para a luta. Aproximadamente 90 mil alianças de ouro foram doadas voluntariamente na campanha “Ouro pelo bem de São Paulo”, realizada entre os meses de julho e setembro.

Passeata pública com a bandeira revolucionária. São Paulo (SP), 1932.

Apenas os operários não mostraram entusiasmo com o movimento. Eles perceberam, desde o primeiro momento, que aqueles que se levantaram contra o governo central não apresentavam nenhuma reivindicação que os beneficiasse. Na verdade, os líderes da “causa paulista” preocuparam-se em evitar que os operários se aproveitassem da ocasião para pôr em marcha sua própria luta e mantiveram as fábricas e as lideranças operárias sob vigilância.

A guerra foi breve. A despeito de alguns avanços no início do conflito, os paulistas logo se viram isolados. Sob o comando de Góes Monteiro, as tropas fiéis ao governo impediram os rebeldes de alcançar a capital federal e realizaram uma ofensiva que contou com o bloqueio do porto de Santos e o bombardeio aéreo de diversas cidades, inclusive a capital paulista.

No primeiro dia de outubro, os paulistas assinaram a rendição. Vargas, então, deu início a uma política que, à primeira vista, poderia parecer ambígua: por um lado, prisões, expulsão de oficiais do exército e envio das principais lideranças do movimento para o exílio; por outro, nomeação de um interventor civil e paulista para o estado, além da convocação de uma Assembleia Constituinte, atendendo à principal reivindicação do movimento. Dessa forma, Vargas, a um só tempo, demonstrava claramente sua autoridade e estendia a mão para uma reconciliação com a elite paulista.

O governo constitucional (1934-1937)

Em 15 de novembro de 1933, foi instalada no Palácio Tiradentes, sede do Congresso Nacional, a Assembleia Nacional Constituinte, que encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934, data da promulgação da nova Carta Magna do país. Dessa forma, inaugurava-se um período de relativa liberdade democrática que duraria até o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Durante esses pouco mais de três anos, organizaram-se no país duas forças políticas de alcance nacional ideologicamente antagônicas: a Ação Integralista Brasileira (AIB), fascista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), anti-fascista. Habilidoso, Vargas soube aproveitar-se do clima de polarização política provocado pelas manifestações da AIB e da ANL para fortalecer o próprio poder.

A Constituição de 1934

As eleições para a Assembleia Constituinte foram um sopro de democracia. Para a ocasião, foram criados partidos de alcance regional e houve uma notável renovação da classe política. O governo elegeu uma forte bancada, mas teve de lidar com a oposição capitaneada por São Paulo. Por fim, foi esse processo eleitoral que elegeu a primeira mulher deputada da História do Brasil: a médica paulista Carlota Pereira de Queirós.

A despeito de não avançar no tratamento de questões como a distribuição de terras, os direitos dos trabalhadores rurais e o voto dos analfabetos, a nova Carta estabelecia alguns limites ao exercício do Poder Executivo, que passava a ser fiscalizado pelo Legislativo e deixava de poder legislar por decretos, prática comum durante o governo provisório. Além disso, o mandato presidencial foi fixado em quatro anos, sem possibilidade de reeleição.

Foi o suficiente para irritar Vargas, que escreveu em seu diário que o texto constitucional era “um tanto inclinado ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do Executivo” e que a Carta Magna “será mais um entrave do que uma fórmula de ação”, arrebatando suas considerações com um adjetivo que não dava margem a dúvidas: a nova Constituição era “monstruosa”.

A Ação Integralista Brasileira (AIB)

Os anos 1930 assistiram à emergência de movimentos de caráter fascista por todo o mundo. Para além dos países em que o fascismo alcançou o poder, como a Itália e a Alemanha, em muitos outros formaram-se movimentos ou partidos fascistas, como a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil.

No Brasil, o fascismo organizou-se por meio da AIB, fundada em 1932. Capitaneada pelo escritor modernista Plínio Salgado, a AIB foi o primeiro partido político de massas formado no Brasil. Apoiado sobretudo por parte da classe média urbana, os integralistas rapidamente ganharam alcance nacional e passaram a fazer ecoar seu discurso de defesa do corporativismo, do culto à personalidade de seu líder, de um Estado autoritário e do antisemitismo.

Vestindo camisas verdes e portando braçadeiras grafadas com a letra grega sigma – que significa soma e representa a ambição integralista de ser a síntese da sociedade brasileira –, os integralistas realizaram grandes marchas em diversas cidades brasileiras, alcançando, em 1937, o expressivo número de mais de 100 mil militantes.

Fotografia de Plínio Salgado na casa de uma família de Niterói (RJ), 1937.



Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo

Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal no Brasil. Também participou da elaboração da Constituição de 1934 e exerceu seu mandato até o golpe do Estado Novo em 1937.



Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

A médica Carlota Pereira de Queirós. Rio de Janeiro (RJ), 1934.

“A inauguração do retrato do Chefe Nacional na residência do Sr. Antonio Corrêa Dias, em Niterói.” Assim a revista *Anauê!*, de outubro de 1937, apresentava a festa de inauguração de fotografia de Plínio Salgado na casa de uma família de Niterói (RJ).

A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Se a AIB representava um lado da moeda da politização da sociedade brasileira durante o governo constitucional de Vargas, o outro lado era constituído pela Ação Nacional Libertadora (ANL). Fundada em 1934, em um evento solene organizado no Teatro João Caetano, no centro do Rio de Janeiro, que contou com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas, a ANL surgiu da articulação de uma ampla frente que contava com tenentes de esquerda, socialistas, anarquistas e comunistas.

Essa composição, aliás, já havia se desenhado no episódio da “Batalha da Praça da Sé”, em outubro do ano anterior, quando militantes do campo da esquerda impediram a realização de um comício integralista no centro de São Paulo.

O programa da ANL era antifascista e reformista: defendia a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, o aumento dos salários dos trabalhadores, a nacionalização de empresas estrangeiras e a garantia dos direitos e liberdades individuais contra o arbítrio do Estado. Assim como a AIB – e rivalizando abertamente com ela –, a ANL experimentou um crescimento vertiginoso, alcançando todo o território nacional por intermédio de seus quatrocentos núcleos espalhados pelo país.

Contribuiu para a grande repercussão da ANL a escolha de Luís Carlos Prestes como seu presidente de honra, na própria cerimônia de fundação do grupo. Fruto da manobra dos comunistas, essa escolha estendeu o prestígio e a mística que rondavam a figura do líder revolucionário desde a Coluna Prestes (1924-1927) – e que lhe renderam o apelido de Cavaleiro da Esperança – à ANL, mas também criou a falsa impressão de que a frente era majoritariamente comunista.

O levante comunista de 1935

Após a fundação da ANL e o clima de polarização política ocasionado pela rivalidade com a AIB, Vargas pôs-se à espera. A ANL era encarada pelo governo como uma força perigosa; quanto à Ação Integralista Brasileira, apesar das afinidades políticas do governo com o movimento e da presença de simpatizantes do fascismo em seu primeiro escalão, predominava a desconfiança em relação a esse movimento, que avançava na formação de grupos paramilitares e tinha um projeto político próprio.

A ocasião para a ação de Vargas veio em julho de 1935, quando, em uma manifestação política promovida pela ANL no Rio de Janeiro, foi lido – contra a vontade de muitos dirigentes da Aliança, em mais uma manobra dos comunistas – um manifesto redigido por Luís Carlos Prestes que dizia: “Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”. A defesa de uma insurreição contra o governo fez com que Vargas emitisse um decreto fechando a ANL, que passou, então, à ilegalidade.

Diante do fechamento da ANL, os comunistas decidiram partir para a ação e, em novembro de 1935, pegaram em armas contra Vargas, no episódio que ficou conhecido como **Intentona Comunista**. Esse nome (“intentona” significa “plano louco”) foi dado pelo governo como forma de depreciar a revolta organizada pelos comunistas. Em Natal (RN), Jaboatão dos Guararapes (PE) e no Rio de Janeiro (RJ), guarnições militares sublevaram-se contra o governo, mas, à exceção de Natal – que foi tomada pelos comunistas por quatro dias –, os rebelados foram facilmente derrotados pelas tropas fiéis ao governo.

O Estado Novo (1937-1945)

Apesar de derrotada, a Intentona Comunista fortaleceu nos setores conservadores da sociedade brasileira um imaginário anticomunista que foi muito bem explorado por Vargas. Assim, em 1937, militares ligados ao governo forjaram e divulgaram na imprensa um documento batizado de **Plano Cohen**. Atribuído à Internacional Comunista, o plano teria como objetivo final a derrubada de Vargas e a tomada do poder pelos comunistas. Para isso, haveria

greves, manifestações populares, ataques a prédios públicos e até mesmo assassinato de autoridades.

Aproveitando-se da comoção provocada pela divulgação do falso plano, no dia 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado e extinguiu os partidos políticos – inclusive a AIB –, fechando o Congresso Nacional, cassando mandatos e instituindo a censura à imprensa. Até 1945, o país viveria sob um regime em que se combinavam intensa repressão e uma forte propaganda política do governo e da figura do presidente da República.

Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal no Rio de Janeiro, cercado por militares no dia em que foi deflagrado o golpe do Estado Novo. Rio de Janeiro (RJ), 1937.



Coleção particular

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Criado no final de 1939 e subordinado diretamente à Presidência da República, o DIP tinha uma dupla função estratégica na ditadura do Estado Novo: por um lado, era responsável pela censura, impedindo a circulação de informações que o governo considerasse inadequadas ou prejudiciais à sua imagem ou aos valores e à ideologia oficiais; por outro, produzia diversos materiais de propaganda com o intuito de difundir entre a população uma imagem positiva do regime e, em especial, de Vargas.

Dividido em seções, o DIP atuou na imprensa escrita, no rádio, no cinema, no teatro, na música popular e onde mais conviesse para que seus objetivos fossem alcançados – o que incluía, por exemplo, a organização de festividades públicas nas quais o Estado Novo e Getúlio Vargas eram exaltados.

É célebre, por exemplo, a cruzada realizada pelo departamento contra o que chamava de “malandragem” e em defesa de uma ética de valorização do trabalho, que teve como principal alvo o samba. Com o objetivo de “organizar a batucada”, ou seja, limpar o samba de suas “impurezas”, os censores do DIP vetavam trechos de músicas que ironizavam o trabalho e promoviam aquelas que, como o samba “É negócio casar”, faziam coro aos valores do Estado Novo. Esse samba, dos compositores Ataulfo Alves e Felisberto Martins, lançado em 1941, diz que: “O Estado Novo / Veio para nos orientar / No Brasil não falta nada / Mas precisa trabalhar”.

O avanço da industrialização

No plano econômico, o Governo Vargas se caracterizou, em todas as suas fases, pelo incentivo à industrialização, pelo nacionalismo e pelo forte intervencionismo do Estado. Ele assumiu o papel de responsável pelo planejamento da economia do país, intervindo no controle dos preços dos produtos, na fixação dos salários, no estabelecimento de cotas de exportação, no câmbio, entre outros.

Essa política de incentivo à indústria contava com forte apoio entre os militares – interessados no desenvolvimento de uma indústria bélica nacional – e a burguesia industrial brasileira, que buscava o apoio do Estado para seu desenvolvimento por meio de incentivos e da proteção contra a concorrência de empresas estrangeiras.

Para viabilizar o desenvolvimento industrial do país, alguns setores foram considerados estratégicos pelo governo: a indústria de base – em especial a siderurgia –, a geração de energia elétrica e a produção de petróleo, e foram criadas empresas estatais em cada um desses setores.

A **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**, criada em 1941, foi o resultado mais celebrado da parceria do Governo Vargas com os Estados Unidos. A instalação de uma siderúrgica no país exigia alto investimento, que o governo brasileiro obteve beneficiando-se da política de boa vizinhança com os Estados Unidos na década de 1940.



Construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Volta Redonda (RJ), 1941.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

O **Conselho Nacional do Petróleo** foi criado em 1939 para definir uma política nacional da exploração do petróleo. No entanto, a solução definitiva para a questão viria apenas no segundo Governo Vargas, em 1953, com a criação da Petrobras.

A **Companhia Vale do Rio Doce**, fundada em 1942, era responsável pela exploração de minérios, em especial o ferro, de grande importância para o setor industrial.

A **Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)**, fundada em 1945, visava resolver a questão da geração de energia elétrica no país e aproveitar o potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia. Até o presente, a maior parte da energia elétrica gerada no Brasil provém de usinas hidrelétricas.

Octávio Marcondes Ferraz, engenheiro-chefe, com engenheiros, técnicos e operários na fachada da Usina de Paulo Afonso. Paulo Afonso (BA), 1954.



Coleção particular

O trabalhismo

A existência de um movimento operário forte e organizado no Brasil é anterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder, que se deu em 1930. Nas primeiras décadas do século XX, os operários brasileiros realizaram diversas mobilizações em prol da luta por direitos. Em contrapartida, o Estado brasileiro agia reprimindo e prendendo trabalhadores. A chegada de Vargas ao poder após a Revolução de 1930 trouxe novidades a esse cenário.

Desde cedo, Vargas percebeu que os trabalhadores eram atores políticos cada vez mais relevantes, sobretudo nas grandes cidades do país. Ele procurou, então, construir uma política capaz de atraí-los a fim de transformá-los em uma de suas bases de apoio, sem, no entanto, renunciar à vigilância e, quando necessário, à repressão. Na prática, esmagava com mão de ferro a estrutura autônoma pacientemente montada pelos sindicalistas revolucionários, muitos de orientação anarquista, no período anterior ao seu governo. Essa política ficou conhecida como **trabalhismo** e baseava-se em alguns aspectos fundamentais.

Um desses aspectos era o **controle do Estado sobre os sindicatos**, exercido por meio da aprovação, ainda em 1931, da Lei de Sindicalização, segundo a qual cada categoria profissional poderia ter um único sindicato, cujo funcionamento deveria ser aprovado pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Além disso, os trabalhadores que quisessem desfrutar das leis trabalhistas deveriam necessariamente ser filiados ao sindicato oficial. Tal legislação, consagrada na Constituição de 1937, buscava reduzir a autonomia das organizações operárias, colocando-as sob o controle do Estado, com o objetivo de estabelecer a “colaboração de classes”, ou seja, a supressão dos enfrentamentos entre trabalhadores e patrões.

Havia também a **defesa de uma ética de valorização do trabalho**, disseminada entre a juventude e os trabalhadores por meio da máquina de propaganda do governo. Valendo-se de um discurso segundo o qual o trabalho disciplinado era um valor a ser perseguido por todos os brasileiros, o DIP alimentava um sentimento de patriotismo vinculado ao trabalho.

Por fim, houve o **reconhecimento de direitos trabalhistas** promulgados por Vargas por intermédio de uma série de leis trabalhistas, como veremos a seguir. Tais direitos, reivindicados pelos trabalhadores ao longo de décadas por meio de uma série de lutas, foram apresentados pela propaganda oficial como dádivas de Vargas, o “pai dos pobres”.

A Consolidação das Leis do Trabalho

No dia 1º de maio de 1943, em meio às comemorações promovidas pelo governo para celebrar o Dia do Trabalhador, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislação que reunia diversos direitos trabalhistas previamente reconhecidos pelo Estado brasileiro. Entre esses direitos estavam: salário mínimo; férias remuneradas; jornada diária máxima de oito horas; proibição do trabalho de menores de 14 anos; proibição do trabalho de mulheres grávidas por seis semanas antes e seis semanas após o parto; e pagamento de valor adicional ao salário pelo exercício de atividades laborais consideradas insalubres.

Vale lembrar que, a despeito de sua formalização, na prática, a CLT não alcançou os trabalhadores rurais, que permaneceram, em sua maioria, alijados dos direitos trabalhistas básicos.



Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

Nosso modelo sindical foi, assim, construído visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava [...] impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do socialismo. [...] Além disso, e talvez o mais importante, por meio dos sindicatos, o governo tinha instrumentos poderosos para controlar as atividades desses trabalhadores, evitar greves ou até mesmo silenciar o movimento operário. Ou seja, com uma das mãos o governo reconhecia os sindicatos como instrumentos de organização, uma velha demanda dos trabalhadores em todo o mundo, e, com a outra, criava restrições para que esses sindicatos pudessem ser usados pelos trabalhadores como instrumentos de reivindicação e de mobilização.

D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, v. 2). p. 220.

1. Com base no texto e no estudo deste capítulo, descreva a política sindical da Era Vargas.
2. Por que a autonomia é importante para as organizações coletivas criadas pelos trabalhadores?
3. Em sua opinião, de que forma uma organização coletiva, como a de trabalhadores, contribui para a construção da cidadania na atualidade?

Educação e saúde na Era Vargas

Ainda no ano de 1930, logo após o movimento que levou Vargas ao poder, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que posteriormente passaria a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Por meio desse ministério, foi colocada em prática uma série de iniciativas que caracterizam a Era Vargas nos campos da saúde, da educação e da cultura.

Na saúde, foi nesse momento que as iniciativas do Estado no setor deixaram de ser isoladas e passaram a constituir uma política nacional devidamente articulada. O Ministério organizou campanhas sanitárias contra a febre amarela, a malária, a hanseníase e outras doenças infecto-contagiosas. A assistência médica individual, por seu turno, ficava na alçada do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Apenas os trabalhadores formais, incluídos no sistema previdenciário, podiam fazer uso da crescente rede de hospitais vinculada aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) criados por Vargas.

A educação também passou por importantes mudanças no período. O processo de industrialização demandava a formação de trabalhadores qualificados, enquanto a tendência autoritária de Vargas – que, como vimos, chegou a seu ápice no Estado Novo – visava formar pessoas obedientes, que compartilhassem dos valores do governo: disciplina, nacionalismo e exaltação do trabalho. O resultado foi a expansão da rede pública de ensino – sobretudo nos centros urbanos – e a consagração de um modelo pedagógico mais próximo do tradicional, a despeito do debate sobre a renovação dos métodos de ensino-aprendizagem proposto por pedagogos.

Entre as principais iniciativas do período nos campos da educação e da cultura, merecem destaque a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, transformada em Universidade do Brasil, ponto de partida da rede federal de educação superior, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), encarregado de “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”, de acordo com a Lei nº 378, artigo 46, de 1937.

A Universidade do Rio de Janeiro, de 1920, deu origem à Universidade do Brasil, em 1937, que, por sua vez, tornou-se Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965.



Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2020.

Ismar Ingber/Pulsar Imagens

“Deus, pátria, raça e família”: a Frente Negra Brasileira

Em setembro de 1931, no centro da cidade de São Paulo, um grupo de pessoas negras interessadas em criar uma entidade que simultaneamente lutasse por seus direitos e fosse um espaço de sociabilidade fundou aquela que seria a mais importante associação política de negros da década de 1930: a Frente Negra Brasileira (FNB).

Procurada por pessoas em busca de moradia, emprego e por vítimas de casos de “preconceito de cor”, a FNB rapidamente passou a desfrutar de grande prestígio entre os negros brasileiros e expandiu-se para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Em seu ápice, a entidade chegou a contar com milhares de associados – as maiores estimativas falam em 50 mil pessoas – e a exercer influência sobre negros da diáspora em países como Porto Rico, Uruguai, Estados Unidos e Moçambique.

Seu principal veículo de propaganda era o jornal *Voz da Raça*, que ficava sob a responsabilidade do departamento de imprensa da entidade. Em seu cabeçalho se lia o lema “Deus, pátria, raça e liberdade”, que indica a proximidade que havia entre a FNB e a Ação Integralista Brasileira. De fato, para além da amizade existente entre o primeiro presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, e Plínio Salgado, a tendência política hegemônica da Frente era defensora de um governo autoritário, centralizado e dotado de um líder forte.

Não por acaso, a FNB foi, ao longo de sua existência, apoiadora de Getúlio Vargas. Seus integrantes acreditavam que os objetivos da entidade, “a união do negro, a sua elevação e completa integração na vida nacional”, teriam mais chance de serem alcançados com Vargas.

No entanto, em 1937, a decretação do Estado Novo levou ao fechamento de diversos partidos e associações políticas, o que incluiu a Frente Negra. Ela ainda tentou sobreviver mudando seu nome para União Negra Brasileira, mas o esforço foi em vão.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Militantes da Frente Negra em frente a uma de suas delegações. São Paulo (SP), c. 1931-1937.

A Marcha para o Oeste

A política indigenista na Era Vargas caracterizou-se por certa ambivalência. Por um lado, havia uma exaltação da figura do “índio” e de sua importância na formação do Brasil e do povo brasileiro, em mais uma das investidas do varguismo na identidade nacional.

Por outro, o apego a uma visão genérica de “índio” deixava evidente o etnocentrismo de uma política que desconsiderava a diversidade e os interesses dos povos indígenas e cujo objetivo último era a integração dos indígenas à sociedade brasileira na qualidade de agricultores ou sentinelas da pátria, responsáveis pela guarda de suas fronteiras distantes.

Foi essa visão ambivalente que orientou a principal iniciativa de Vargas voltada para o interior do Brasil: a Marcha para o Oeste. Nesse contexto, cerca de 90% da população brasileira ocupava apenas 1/3 do território nacional, sobretudo a sua faixa litorânea. Interessado em promover o desenvolvimento econômico, a ocupação, a integração e a defesa do interior do território, o governo decidiu incentivar a migração de brasileiros para os sertões do país. Na visão disseminada pela campanha, os indígenas se integrariam aos migrantes de maneira harmoniosa e ambos contribuiriam para o sucesso da ambiciosa empreitada.

Na prática, porém, não foi bem isso que ocorreu. Os povos indígenas reagiram de maneiras diferentes à investida governamental. Na região hoje ocupada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, alguns povos indígenas – como os karajás e os xerentes –, que já viviam acossados pela presença dos não indígenas, aproximaram-se do governo, interessados na proteção e na assistência oferecidas pelo Estado.

Por outro lado, os xavantes – que até então dominavam um extenso território ao norte de Mato Grosso – reagiram com violência à tentativa de contato de uma expedição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) enviada pelo governo, recusando o contato.

As diferentes reações à ambígua política do Governo Vargas reforçam que a história dos povos indígenas não pode ser escrita sem levar em consideração as escolhas e as ações dos próprios indígenas.



A construção do conceito de populismo

As relações entre o governo de Getúlio Vargas e as classes trabalhadoras constituíram um objeto de pesquisa de historiadores e sociólogos ao longo do tempo, gerando interpretações distintas e debates. Um dos aspectos desse debate gira em torno do conceito de populismo.

A palavra populismo, inicialmente usada por acadêmicos dos campos da História e das Ciências Sociais para entender as relações entre Estado e as classes trabalhadoras no Brasil, com o tempo passou a ser empregada nos meios de comunicação e no vocabulário popular para se referir a uma forma específica de fazer política. É possível que você já tenha lido alguma reportagem ou escutado algum comentário que tenha mobilizado esse termo.

Os trechos a seguir são de uma historiadora e de um cientista político apresentando as interpretações de cada um sobre o conceito de populismo.

Texto 1

[...] O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história, alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes.

[...] O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 62-63.

Texto 2

[O texto] *A invenção do trabalhismo* [...] [teve o objetivo de] investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo a ela, durante todos os “tempos”, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem se recusava a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, não importando se mais ou menos completa. Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que, como foi visto, remetia à ideia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambiguidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado **sobre** as massas, pois inclusive uma das questões mais complexas desta formulação era a própria negação do estatuto de classe (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam.

GOMES, A. de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 14, 1996.

1. Como o autor do **texto 1**, Francisco Weffort, entende o populismo?
2. Qual seria a grande dificuldade na utilização do conceito de populismo apontada pela historiadora Angela de Castro Gomes no **texto 2**?
3. Como forma de se contrapor à ideia de manipulação do conceito de populismo, como a historiadora Angela de Castro Gomes entende a classe trabalhadora?
4. Na sua avaliação, qual seria a melhor forma de entender as relações de trabalho no Brasil, na atualidade? Ver o trabalhador brasileiro como manipulado ou com interesses próprios, agindo de acordo com as possibilidades?

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro



Trabalhadores em manifestação a favor de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (RJ), 1932.



1. Leia os textos a seguir e responda ao que se pede.

A unificação nacional é, por isso, impossível sob a dominação imperialista. Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país.

PRESTES, L. C. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. *A Platéia*, [s. l.], 5 jul. 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>. Acesso em: 27 maio 2024.

[...] Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados [...] enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. [...]

SALGADO, P. Manifesto de 7 de Outubro de 1932. *Frente Integralista Brasileira*, [s. l.], c2022. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 27 maio 2024.

Os autores dos textos, Luís Carlos Prestes e Plínio Salgado, foram lideranças de importantes organizações políticas surgidas no Brasil em meados da década de 1930. Identifique de qual organização cada um deles participou, bem como a composição social e o programa político de cada uma delas.

2. (Enem – 2022)

Decreto-Lei n. 1 949, de 27/12/1937

Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República.

Art. 2º O DIP tem por fim:

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os poderes públicos no sentido de maior aproximação da mesma com os fatos que se ligam aos interesses nacionais;

n) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

BRASIL *apud* CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1982 (adaptado).

Com base nos trechos do decreto, as finalidades do órgão criado permitiram ao governo promover o(a)

- a) diversificação da opinião pública.
- b) mercantilização da cultura popular.
- c) controle das organizações sindicais.
- d) cerceamento da liberdade de expressão.
- e) privatização dos meios de comunicação.

3. Leia atentamente o decreto-lei que criou a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941:

DECRETO-LEI Nº 3.002, DE 30 DE JANEIRO DE 1941

Autoriza a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e tendo em vista os estudos técnicos finais realizados pela Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, na conformidade do art. 3º do decreto-lei n. 2.054, de 4 de março de 1940, para a construção de uma usina siderúrgica, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o plano elaborado pela Comissão Executiva instituída pelo decreto-lei n. 2.054, de 4 de março de 1940, para construção e exploração de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

[...]

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941*. Autoriza a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3002-30-janeiro-1941-412984-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 set. 2024.

Relacione a criação da Companhia Siderúrgica Nacional aos pilares da política econômica adotada por Vargas entre 1930 e 1945, tais como o incentivo à industrialização, o nacionalismo e o intervencionismo do Estado.



Ferramentas da História

Analise as informações da tabela a seguir e responda o que se pede.

Brasil: distribuição setorial do PIB (%) 1910-1950			
Ano	Agricultura	Indústria	Serviços*
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	51,2
1950	24,3	24,1	51,6

* Inclui governo.

Fonte: LEOPOLDI, M. A. P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 237.

1. Qual é o tema central da tabela?
2. Explique o que significa o termo Produto Interno Bruto (PIB).
3. Identifique as principais transformações ocorridas na distribuição setorial do PIB brasileiro entre 1910 e 1950.
4. Qual contexto político explica a progressão da indústria no PIB nacional a partir de 1930?
5. Qual foi o papel do Estado brasileiro nesse processo de industrialização da economia do país?
6. Cite algumas políticas implementadas pelo Governo Vargas voltadas para a industrialização do país.



Ficha de estudos

Capítulo 20 – A Era Vargas

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- Governo provisório (1930-1934)
- O governo constitucional (1934-1937)
- O Estado Novo (1937-1945)
- O avanço da industrialização
- O trabalhismo
- Educação e saúde na Era Vargas
- “Deus, pátria, raça e família”: a Frente Negra Brasileira
- A Marcha para o Oeste

Para ampliar

▼ Acesso

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Atlas Histórico do Brasil*. FGV CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/>. Acesso em: 4 set. 2024.

O atlas apresenta um vasto acervo de fotografias, recursos sonoros e audiovisuais. Destaca-se o recurso de linha do tempo da história do Brasil, no qual é possível acessar documentos diversos sobre o Período Vargas (1930-1945).



1. (Uesb-BA – 2023) Após o fim da Primeira Guerra Mundial que perdurou de 1914 a 1918, iniciaram-se os tratados e acordos de paz, visando organizar o mapa europeu e resolver as pendências entre as nações. Assinale a alternativa correta quanto ao contexto geral dos tratados e acordos de paz.
 - a) Entre os diversos pontos dos tratados e acordos, destacaram-se as punições aos Estados Unidos, que pagaram pesadas multas a países como Alemanha e Rússia.
 - b) Os tratados de paz buscaram conciliar as nações, dessa forma todos que participaram do conflito tiveram perdas e ganhos semelhantes, alcançando, assim, uma conciliação entre os países.
 - c) A Alemanha nazista de Hitler e a Itália fascista de Mussolini, por terem sido as nações que iniciaram as agressões, foram as principais culpabilizadas.
 - d) Como foram as duas principais potências derrotadas no conflito, Inglaterra e França também foram as que sofreram as mais pesadas punições, com restrições de exército e armamentos.
 - e) De forma geral, a Alemanha foi considerada a maior culpada pelo conflito, dessa forma, sofreu graves sanções, como perdas de território, pagamento de indenizações e limitação do seu exército.

2. (Enem – 2020)

Chamando o repórter de “cidadão”, em 1904, o preto acapoeirado justificava a revolta: era para “não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem!”. Para ele, a vacinação em si não era importante — embora não admitisse de modo algum deixar os homens da higiene meter o tal ferro em suas virilhas. O mais importante era “mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo”.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 (adaptado).

A referida Revolta, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no início da República, caracterizou-se por ser uma

- a) agitação incentivada pelos médicos.
- b) atitude de resistência dos populares.
- c) estratégia elaborada pelos operários.
- d) tática de sobrevivência dos imigrantes.
- e) ação de insurgência dos comerciantes.

3. (Unicamp-SP – 2021)

Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu: ele era uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas. É possível conceber um movimento totalitário que consiga juntar monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado?

(Adaptado de Umberto Eco, “O Fascismo Eterno”, em *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 29-38.)

A partir da leitura do texto do escritor italiano Umberto Eco (1932-2016), é correto afirmar que o fascismo italiano

- a) era marcado pela política de integração europeia, eliminação de fronteiras nacionais e produção regulada pelo Estado.
 - b) resultou da combinação de ideários político-filosóficos inicialmente incompatíveis, valendo-se da violência como instrumento político.
 - c) era uma ditadura de direita que serviu de modelo para países como Espanha, Portugal, Brasil e Estados Unidos.
 - d) tinha como centro a figura de Mussolini, um homem carismático que assumia o papel de líder religioso e político.
4. (UECE – 2023) Há 80 anos, no dia 1º de maio, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452. Composta inicialmente por oito capítulos, essa lei apresenta temas como duração da jornada de trabalho, salário mínimo, férias anuais remuneradas, proteção ao trabalho da mulher e do menor de idade, entre outros temas ainda relevantes hoje em dia. Sobre esse instrumento normativo, é correto afirmar que
 - a) foi sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek para reduzir as tensões entre sindicatos e fábricas durante a forte industrialização do país em seu governo.
 - b) a CLT, instituída pelo regime militar que assumiu o poder após o golpe que derrubou João Goulart, foi a forma encontrada para apaziguar os trabalhadores após o golpe.
 - c) foi sancionado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo; buscava a unificação da legislação trabalhista existente no Brasil e o controle estatal sobre os sindicatos.
 - d) foi instituído pelo presidente Washington Luís, que buscava acalmar o setor industrial que se opunha ao poder dos cafeicultores que comandavam o país desde o império.



No ano de 2004, o tema de redação do Enem foi “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?”. Trata-se de um tema bastante atual, ainda que hoje a questão se volte sobretudo para as redes sociais. No ambiente das redes, os algoritmos, a inteligência artificial e o uso de robôs são elementos que agravam um problema antigo: a disseminação de notícias falsas.



A charge de Caco Galhardo, utilizada como texto motivador para a redação do Enem de 2004, faz uma crítica explícita a um importante meio de comunicação de massa: a televisão.

Os textos a seguir tratam do tema indicado na redação do Enem de 2004.

Texto 1

No Brasil, entre outras organizações, existe o **Observatório da Imprensa** – entidade civil, não governamental e não partidária –, que pretende acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Em sua página eletrônica, lê-se:

Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos na Constituição, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais.

SOBRE o Observatório da Imprensa. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, c2024. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

Texto 2

Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jul. 2024.

As atividades a seguir tratam desse tema que foi usado pelo fascismo, pelo nazismo e por outros regimes autoritários de extrema direita que ascenderam na Europa a partir da década de 1920. A partir do tema proposto pela redação do Enem, dos textos apresentados nessa seção e do que foi estudado ao longo do capítulo, faça o que se pede.

1. A Constituição Brasileira de 1988 consagra o direito à liberdade de expressão “independentemente de censura ou licença”. Nem todos os regimes políticos, no entanto, trataram do tema dessa maneira. **Explique** em linhas gerais a concepção dos regimes nazifascistas sobre a liberdade de expressão.
2. Os regimes nazifascistas fizeram uso sistemático de notícias falsas e de argumentos pseudocientíficos para justificar suas ações e obter apoio político. Uma das mais célebres mentiras disseminadas por eles no período era a da existência de um complô judaico para dominar o mundo. A partir da crítica a esse uso contumaz da mentira por parte dos regimes nazifascistas, **elabore** uma reflexão sobre os limites, a regulamentação e a responsabilização dos meios de comunicação sobre aquilo que publicam.
3. Os meios de comunicação de massa surgiram na virada do século XIX para o século XX e alteraram profundamente o cotidiano das cidades. Eles surgiram como empresas privadas, trazendo à tona, em geral, os pontos de vista de seus proprietários. Contudo, como diz o texto do *Observatório da Imprensa*, “o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos na Constituição, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais”. A partir do que foi estudado nesta unidade, **escreva** um pequeno texto sobre a função pública dos meios de comunicação de massas e seus usos políticos.

Vamos produzir um folheto?

Os folhetos, ou panfletos, são textos curtos, objetivos, que podem trazer diferentes mensagens, sejam políticas, religiosas, literárias, sejam publicitárias. Por terem baixo custo, em geral são impressos em fartas quantidades e distribuídos ou afixados em locais de grande circulação.



Na capa do folheto, leem-se os dizeres: "Olhos abertos! O livrinho de prevenção de acidentes para jovens e idosos!". Embora as cinco primeiras páginas apresentem temas relacionados à prevenção de pequenos acidentes, a partir da sexta página, o conteúdo corresponde à edição de número 8 do jornal do *Comitê Executivo da Internacional Comunista*.

Folheto antinazista produzido pela Internacional Comunista e publicado em 1937.

Essa atividade tem como objetivo produzir um panfleto político. A ideia é retomar um dos temas estudados nesta unidade. Como sugestão, você poderá trabalhar com o tema do combate ao fascismo ou ao nazismo.

A proposta é que você se situe hipoteticamente na Itália ou na Alemanha dos anos 1920 e 1930, como se estivesse em uma "máquina do tempo". Você vai elaborar panfletos contrários às violências políticas e aos crimes perpetrados pelos regimes de Mussolini e Hitler, defendendo os Direitos Humanos nos termos propostos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), editada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a qual você pode encontrar na internet ou mesmo na biblioteca de sua escola, bairro ou município. Para produzir esse folheto, você deve seguir os seguintes passos:

Etapa 1: a turma deve ser organizada em grupos, cada um responsável por um tema específico. Sugerimos que essa escolha seja feita coletivamente, mediada pelo professor.

Etapa 2: escolhido o tema, é hora de elaborar o texto, que pode ter entre 10 e 20 linhas. Afinal, folhetos devem ter textos curtos e objetivos.

Etapa 3: insira ilustrações que reforcem a mensagem central do panfleto. Essas imagens podem ser autorais, feitas por você e seu grupo, ou retiradas da internet, de jornais, revistas, entre outras fontes. Além de ajudar na fixação da ideia, as imagens também permitem a democratização da mensagem, já que é possível que algumas pessoas alcançadas pelos folhetos não saibam ler.

Etapa 4: imprima o folheto, utilizando, para isso, uma copiadora ou impressora da escola, se possível. Também é possível usar uma impressora doméstica. Caso não haja impressoras à disposição, os folhetos podem ser produzidos e distribuídos de forma eletrônica.

Etapa 5: crie um momento de circulação dos folhetos entre os colegas da turma e reserve um tempo para fazer uma apresentação coletiva dos seus respectivos conteúdos.

E aí, mãos à obra?

**FOR
COMMUNIS**

Mundo contemporâneo

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro foi fortemente marcado pelo crescimento do anticomunismo, expresso em diversas manifestações sociais e movimentos políticos, além da ascensão midiática, e até mesmo eleitoral, de seus representantes.

O anticomunismo não é novidade; ganhou maior expressividade no Brasil na década de 1930, mais precisamente após os levantes comunistas de 1935. O discurso construído nessa época e que se mantém como um traço marcante na cultura política brasileira é pautado na rejeição e no combate aos ideais considerados comunistas. Além disso, reflete o imaginário anticomunista, um conjunto de crenças, opiniões e visões de mundo que circulam na sociedade.

No entanto, foi durante a Guerra Fria (1947-1991) que o anticomunismo ganhou maior dimensão, principalmente nos países vinculados ao bloco capitalista.

Nesse contexto, marcado pelo grande temor em relação ao comunismo e à União Soviética, o anticomunismo foi intensamente estimulado por meio de propaganda em livros, revistas, jornais, filmes, entre outros recursos, com o objetivo de nutrir esse imaginário e justificar a repressão aos indivíduos e grupos considerados ameaça comunista às nações capitalistas.

1. De acordo com os seus conhecimentos, o que é comunismo?
2. Explique uma razão para a permanência do anticomunismo no Brasil atual.
3. Com base no caso brasileiro, aponte uma semelhança e uma diferença entre o anticomunismo que existiu na Guerra Fria (1947-1991) e o que existe na atualidade.

Cartaz com mensagem de repúdio ao comunismo, exposto em uma manifestação que pede ajuda às Forças Armadas contra o resultado da eleição presidencial no Brasil. São José dos Campos (SP), 2022.

A Guerra Fria e as lutas anticoloniais

▼ Para começar

1. Identifique dois fatores que motivaram a Rússia a invadir a Ucrânia em 2022.
2. Reflita sobre como esse episódio pode ser considerado uma herança da Guerra Fria.
3. Analise os principais impactos desse conflito no mundo atual.

Em 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia sob a justificativa de que era necessário “desmilitarizar e desnazificar” o governo de Volodymyr Zelensky. A Ucrânia foi um país que surgiu com a desagregação da União Soviética, em 1991, e que possui um grande potencial energético devido às suas usinas nucleares. Mesmo com o fim da Guerra Fria, a Rússia manteve uma posição de hegemonia em relação aos países do Leste Europeu, por isso ainda busca submetê-los aos seus interesses. Isso ocorre desde o início do governo de Vladimir Putin, que exerce o poder desde 2000.

A relação entre a Ucrânia e a Rússia tem sido marcada por grande tensão, especialmente após a anexação da Crimeia pelo governo Putin, em 2014. Esse episódio contribuiu para o expansionismo russo, visto que surgiram movimentos separatistas em outras regiões da Ucrânia, como Donetsk e Luhansk. Além disso, há grupos políticos e sociais que defendem a aproximação da Ucrânia com o Ocidente, principalmente a entrada do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Essa postura não é aceita pelo governo russo, o que amplia as tensões entre os dois países.



Destruição provocada pela guerra em cidade ucraniana, Kiev, Ucrânia, 2022.

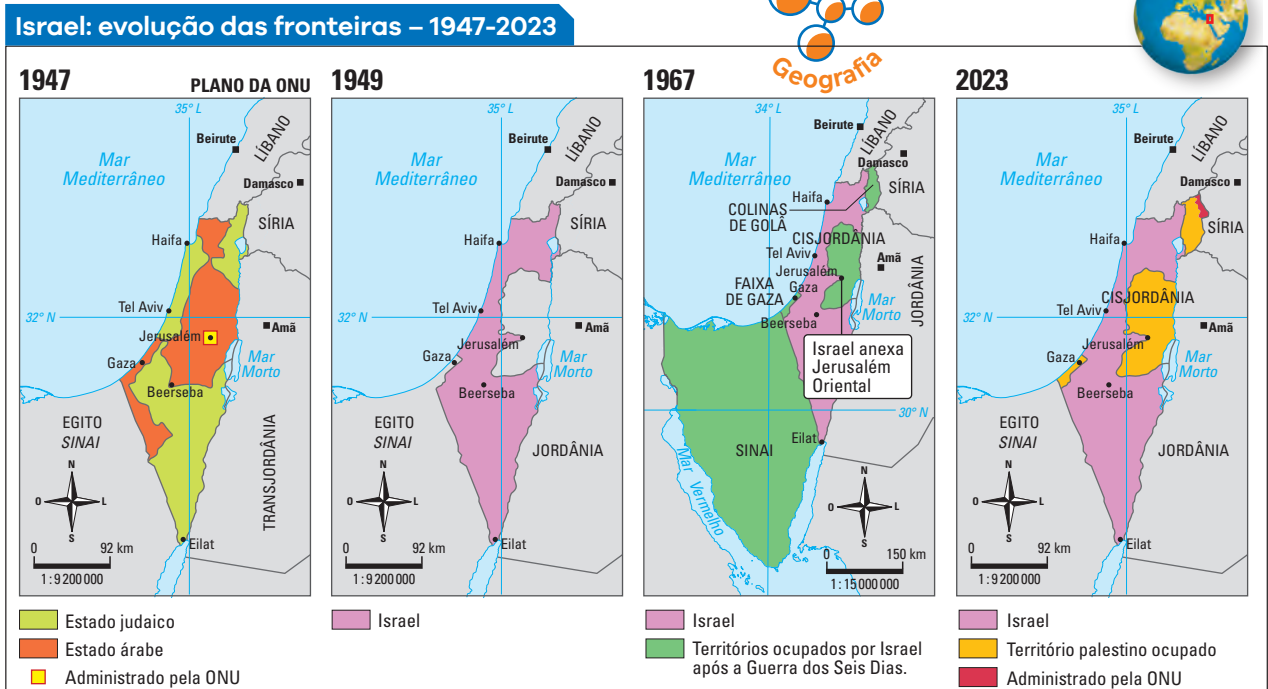
O contexto pós-Segunda Guerra Mundial

A discussão sobre a criação de uma nova organização mundial para estabelecer o diálogo entre as nações e garantir a paz surgiu durante a Segunda Guerra Mundial. Em 25 de abril de 1945, representantes de cinquenta países e de várias organizações não governamentais se reuniram em uma conferência internacional que formulou a Carta das Nações Unidas. O documento entrou em vigor no dia 24 de outubro de 1945, data que inaugurou a **Organização das Nações Unidas** (ONU).

Em 1947, foi aprovada pela ONU a divisão da Palestina para a formação de dois Estados: um judeu e outro árabe. Com relação a Jerusalém, ficou estabelecido que a área seria administrada pela ONU. A Agência Judaica, órgão criado para auxiliar a comunidade judaica na Palestina, aceitou a decisão da ONU e, no ano seguinte, proclamou a independência da região, que foi nomeada Israel. Os palestinos e os cinco países que formavam a Liga Árabe (Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque) não aceitaram essa divisão.

Além de receberem um território menor, o que foi considerado um novo colonialismo, visto que possuíam uma população maior, os palestinos alegaram o direito à soberania, defendido pela ONU. Por isso, colocaram-se contrários à proposta da ONU que representava a divisão dos palestinos e colocava-os em uma posição desigual em relação aos judeus. A resposta da Liga Árabe foi invadir Israel que, em poucos meses, saiu vitorioso. A partir desse episódio, denominado Guerra Árabe-Israelense, Israel passou a ampliar seu território, o que ocasionou uma gradual diminuição dos territórios palestinos.

O final da Guerra Árabe-Israelense, em 1949, não representou de fato a paz, visto que a tensão entre Israel e Palestina, além dos países da Liga Árabe, permaneceu, resultando em novos conflitos, como a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). Em 7 de outubro de 2023, o Hamas, grupo político que governava até então a Faixa de Gaza, invadiu Israel. O ataque teve como saldo centenas de israelenses mortos e capturados e reacendeu o conflito entre Israel e a Palestina.



Fontes: GOLDSMITH JR., A.; BOUM, A. *A concise history of the Middle East*. 11. ed. Boulder: Westview Press, 2015. p. 411; CLEVELAND, W.; BUNTON, M. *A history of the Modern Middle East*. 5. ed. Boulder: Westview Press, 2013. p. 470; ONU. *UNDOF deployment June 2024*. [S. l.]: ONU, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/content/undof-deployment-march-2024>. Acesso em: 14 ago. 2024.

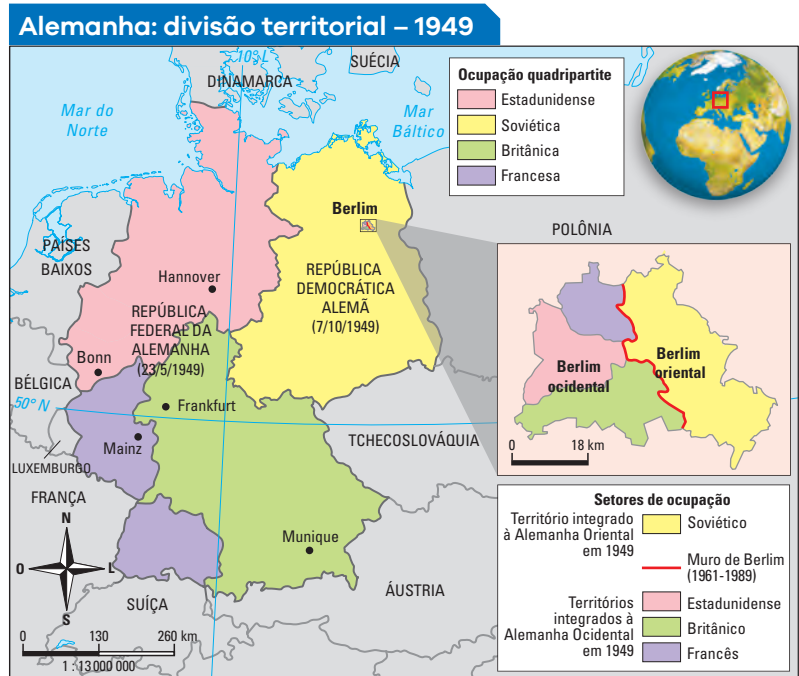
As duas Alemanhas

A ocupação e divisão da Alemanha pelos Aliados, no final da Segunda Guerra Mundial, não promoveu apenas a desnazificação, mas também refletiu a nova ordem mundial, marcada pela crescente disputa entre países capitalistas e socialistas. Nesse contexto, a cidade de Berlim foi dividida em Berlim Ocidental, área capitalista, e Berlim Oriental, área socialista. Em 1948, a União Soviética estabeleceu um bloqueio terrestre a Berlim Ocidental a fim de impedir a chegada de suprimentos. O objetivo era enfraquecer o modelo capitalista nessa área para facilitar a dominação soviética de toda a cidade. Contudo, essa medida não foi bem-sucedida, pois os Estados Unidos e a Inglaterra usaram aviões para enviar suprimentos à população de Berlim Ocidental, evitando o colapso do território.

O fracasso levou à extinção do bloqueio soviético em 1949. Nesse mesmo período, houve a formação de duas Alemanhas. Os territórios ocupados pelos países capitalistas deram origem à **República Federal da Alemanha**, que adotou o modelo capitalista, e da **República Democrática Alemã**, de regime socialista.

Nos anos seguintes, houve o aumento da tensão, principalmente em Berlim, visto o crescimento do número de pessoas que migravam de Berlim Oriental para Berlim Ocidental. Em 1961, a Alemanha Oriental proibiu a passagem da população de Berlim Oriental para Berlim Ocidental e iniciou a construção do muro, visando à separação física das duas cidades.

Fonte: SERRYN, P.; BLASSELLE, R. *Atlas Bordas: géographique et historique*. Paris: Bordas, 1993. p. 38.



A Guerra Fria

Em 12 de março de 1947, o presidente Harry Truman proferiu um discurso no Congresso dos Estados Unidos em defesa dos ideais liberais-democráticos. Esse posicionamento deu origem à **Doutrina Truman**, um conjunto de medidas para conter o avanço do comunismo. Uma das principais ações foi a criação do **Plano Marshall**, em julho de 1947, para solucionar a crise europeia por meio da reestruturação econômica. Essa medida contribuiu para a estabilização política e social e para a manutenção de regimes capitalistas em países da Europa Ocidental, pois contribuiu para inibir o crescimento dos partidos e movimentos de esquerda.

Em 1949, a União Soviética criou o **Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon)** a fim de promover a cooperação entre os países que compunham o bloco socialista. Desse modo, houve grande incentivo na reconstrução da infraestrutura econômica dos países do Leste Europeu.

A Doutrina Truman é considerada o marco inicial da **Guerra Fria**, caracterizada pela disputa política, ideológica e econômica entre o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, representado pela União Soviética. Nesse período, houve grande rivalidade e tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas nunca ocorreu um confronto direto entre as duas principais potências. Por isso o uso da expressão “fria” para caracterizá-lo.

O embate entre os Estados Unidos e a União Soviética foi marcado por uma guerra ideológica. A **propaganda** foi uma das estratégias empregadas nesse período. Ela exaltava as virtudes do modelo adotado por cada potência, além de desqualificar o modelo rival.

A propaganda capitalista se baseou na exaltação dos princípios de liberdade política e econômica, além das ideias relacionadas às possibilidades de consumo, enriquecimento e ascensão social. No que diz respeito ao anticomunismo, o discurso foi pautado em denúncias de ausência de liberdade devido aos regimes políticos autoritários estabelecidos nos países socialistas, que instituíram a censura e a perseguição política. Dessa forma, houve grandes críticas em relação ao modelo econômico, visto como ineficiente, principalmente devido à falta de produtos básicos.

Já a propaganda soviética enalteceu os direitos sociais, como educação, alimentação, saúde, emprego e moradia, garantidos pelo Estado, além de ressaltar a existência do coletivismo e da solidariedade das sociedades vinculadas a regimes socialistas. Em relação à propaganda anticapitalista, as denúncias se concentraram na existência das desigualdades, da miséria e do desemprego.

Os blocos capitalista e socialista realizaram uma **corrida armamentista**, devido ao grande investimento no setor bélico, o que também resultou na formação de alianças militares. Em 1949, os Estados Unidos, o Canadá e países da Europa Ocidental criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) com base no compromisso de assistência mútua. A resposta soviética foi a criação do Pacto de Varsóvia, em 1954, formado pelos países comunistas europeus.

Europa: divisão durante a Guerra Fria – 1947-1991



Fonte: ARRUDA, J. J. de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 1999. p. 32.

A **espionagem** se tornou uma prática comum, pois era considerada uma forma de se precaver contra ataques inimigos e descobrir a existência de ameaças internas. Nos Estados Unidos, foi criada a Agência Central de Inteligência (CIA), em 1947. O Comitê de Segurança do Estado, em russo Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (KGB), principal órgão relacionado ao serviço secreto da União Soviética, foi fundado em 1954. Além disso, em diversos países, houve a criação de sistemas de inteligência.

Nesse contexto, houve também uma **corrida espacial**, caracterizada pelo alto desenvolvimento tecnológico, para explorar o espaço. A “dominação” do espaço era um dos elementos que representava a luta pela hegemonia mundial entre as duas superpotências.

A União Soviética foi pioneira na corrida espacial, pois lançou o primeiro satélite, denominado *Sputnik*, em 1957. Além disso, realizou a viagem do primeiro homem, Yuri Gagarin, em 1961, e da primeira mulher, Valentina Tereshkova, em 1963, à órbita terrestre.

A liderança soviética na corrida espacial foi interpretada pelos Estados Unidos como uma ameaça. Isso levou o governo estadunidense a investir em estudos e tecnologias para garantir sua posição na corrida espacial. Em 20 de julho de 1969, a nave espacial estadunidense Apollo 11 pousou na Lua e, poucas horas depois, o astronauta Neil Armstrong foi o primeiro ser humano a pisar na Lua. Minutos depois, foi a vez do astronauta Edwin Eugene Aldrin Jr.

Sovfoto/UIG/Fotorena



Fotografia de Valentina Tereshkova, engenheira russa e primeira mulher a fazer uma viagem espacial, em 1963.

Países não alinhados

Em 1955, foi realizada a **Conferência de Bandung**, em defesa dos princípios de soberania e autodeterminação aos países recém-formados da Ásia e da África. No evento, foram discutidos diversos problemas enfrentados pelas populações asiáticas e africanas, como a permanência de regiões ainda dominadas pelas nações europeias.

Um dos desdobramentos desse encontro foi a elaboração do documento **Dez Princípios da Conferência de Bandung**, que ratificou vários princípios da Carta das Nações Unidas, como o respeito aos direitos humanos e o reconhecimento da igualdade entre as nações.

Na Conferência, houve uma série de discussões que refletiam os impactos da Guerra Fria, visto que as potências pressionavam as áreas recém-emancipadas a fim de inseri-las em suas zonas de influência.

A grande preocupação em relação à permanência do colonialismo contribuiu para a formação do **Movimento de Países Não Alinhados**, em 1961, que representou uma postura de neutralidade em relação à Guerra Fria.

As guerras “quentes”

O período de 1947 a 1991 foi marcado por conflitos relacionados à disputa entre o capitalismo e o socialismo em diversas partes do mundo. Nesse contexto, houve grande instabilidade política, econômica e social na Ásia, na África e na América Latina devido aos conflitos sociais, às guerras e ao estabelecimento de regimes autoritários. Os Estados Unidos e a União Soviética expandiram suas áreas de influência, principalmente por meio de apoio político, econômico e financiamento militar.

Revolução Chinesa

Após a proclamação de uma república, em 1911, o cenário político da China ficou marcado pela atuação de dois grupos políticos: o **Kuomintang**, partido nacionalista que tinha o apoio da burguesia e de países capitalistas, como os Estados Unidos, e o **Partido Comunista da China (PCCh)**, apoiado pela União Soviética.

Em 1927, teve início uma guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas. Em 1934, o Exército Vermelho, composto de camponeses, soldados e operários, iniciou a Longa Marcha pelo interior da China.

A invasão japonesa, ocorrida em 1937, levou à diminuição dos conflitos civis, visto que tanto o Kuomintang quanto o PCCh direcionaram seus esforços militares à expulsão dos invasores. Mas, com o fim da Segunda Guerra, em 1945, houve a retomada da guerra civil. Em 1949, os comunistas saíram vitoriosos e proclamaram a República Popular da China. Os nacionalistas, liderados por Chiang Kai-Shek, refugiaram-se em Taiwan e fundaram um governo independente, a República da China.

O novo governo contou, inicialmente, com o apoio da União Soviética para a recuperação econômica sob bases socialistas, promovendo a estatização da economia fundamentada na coletivização da terra e no investimento na industrialização. Contudo, esse projeto não foi aceito pela maioria da população, além de não ter conseguido solucionar de fato os graves problemas econômicos.

Para acelerar o crescimento da economia, com base no modelo socialista, o governo anunciou o **Grande Salto para a Frente**, em 1958. No entanto, devido a uma série de fatores, com destaque para a falta de planejamento, o projeto foi malsucedido e provocou o aumento da fome e a diminuição da produção industrial.

Revolução Cultural Chinesa

Jean Vincent/AFP



Jovens exibindo *O Livro Vermelho*, de Mao Tsé-Tung, em uma manifestação em Pequim, China. 1966.

Em 1959, Mao Tsé-Tung deixou a presidência e se dedicou à ampliação da politização da sociedade chinesa. Isso deu origem ao Movimento de Educação Socialista, que consistiu em uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica sob as bases do socialismo chinês. Essa iniciativa teve o objetivo de enfraquecer a oposição e recuperar o controle sobre o Partido Comunista.

O crescimento desse movimento culminou na Revolução Cultural, em 1966. Em uma campanha que mobilizou milhares de jovens, Mao Tsé-Tung perseguiu a ala moderada do Partido Comunista, assim como intelectuais, professores, engenheiros, médicos, entre outros grupos, considerados “representantes da burguesia”.

Nesse contexto, além das prisões, milhares de livros foram queimados em praças públicas, e templos e esculturas budistas foram destruídos. O objetivo principal desse movimento foi eliminar a influência burguesa e da cultura ocidental na China. *O Livro Vermelho*, que sistematizou as ideias de Mao Tsé-Tung, tornou-se leitura obrigatória. No entanto, a Revolução Cultural foi extinta após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, representando uma nova etapa para a China.

Guerra da Coreia

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 1945, resultou no fim da dominação de diversos territórios asiáticos. Nesse contexto, a Coreia, ocupada desde 1910, obteve sua independência, com o auxílio de tropas soviéticas e estadunidenses. O país foi dividido em duas zonas, com base no Paralelo 38. Essa divisão foi resultado de um acordo entre Estados Unidos e União Soviética, determinando a criação de um governo socialista, na Coreia do Norte, e um capitalista, na Coreia do Sul.

A posição da ONU foi, desde o início, em defesa da reunificação da Coreia. No entanto, houve grande resistência, principalmente, da União Soviética, que não aceitou a realização de eleições livres sob a supervisão da ONU. Em 1948, na Região Sul, se estabeleceu um governo capitalista com a República da Coreia e, na Região Norte, foi formado um governo de caráter socialista com a República Democrática Popular da Coreia.

Ainda em 1948, a ONU incentivou a desocupação das tropas soviéticas e estadunidenses da região. Contudo, mesmo com a retirada dessas tropas, houve a permanência da instabilidade, principalmente devido ao contexto internacional fortemente marcado pela Guerra Fria e pela Revolução Chinesa.

Em 1950, tropas norte-coreanas invadiram o Sul, com o apoio da União Soviética e da China, para reunificar o país. Em pouco tempo, dominaram quase a totalidade do território. Entretanto, a ONU apoiou a intervenção militar, liderada pelos Estados Unidos e com o apoio de tropas de Estados-membros, para a defesa do Sul.

Após três anos de conflito, foi assinado um armistício que representou o cessar-fogo, mas sem um vencedor. Dessa forma, houve a manutenção da divisão territorial e política da Coreia.

Revolução Cubana

A independência de Cuba ocorreu em 1898, após um longo período de luta contra o domínio espanhol. Esse processo contou com o apoio dos Estados Unidos, que, em 1901, determinaram a incorporação da Emenda Platt à Constituição Cubana. Esse mecanismo assegurou os interesses políticos e econômicos estadunidenses e impossibilitou a soberania de Cuba. A Emenda Platt foi revogada em 1934, mas o país continuou enfrentando grandes problemas políticos, econômicos e sociais.

Em 1954, foi fundado o **Movimento Revolucionário 26 de Julho**, liderado por Fidel Castro, para derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, que favorecia os interesses dos Estados Unidos. Nos anos seguintes, o movimento revolucionário ganhou adesão política e social, inclusive de Ernesto Che Guevara, médico argentino que se tornou um dos principais nomes na luta revolucionária que ocorreu na América Latina, nas décadas de 1950 e 1960. Em 1959, depois de anos de luta contra o governo de Fulgêncio Batista, o movimento guerrilheiro tomou o poder.

O governo que se estabeleceu com a Revolução Cubana possuía um caráter nacionalista e anti-imperialista. Suas primeiras ações foram o confisco de propriedades estadunidenses e a realização de uma reforma agrária. Além disso, houve a adoção de uma série de medidas para garantir direitos à população, como a redução dos preços de remédios e aluguéis, investimentos na saúde e na educação.

Os Estados Unidos não aceitaram o governo revolucionário e realizaram ações para derrubá-lo, como o embargo econômico e o rompimento diplomático com Cuba. Em 1961, um grupo de exilados cubanos, com apoio dos Estados Unidos, invadiu a Baía dos Porcos, localizada ao sul da ilha, para derrubar o governo revolucionário, mas foi derrotado.

As ações dos Estados Unidos, inclusive a pressão para a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), contribuíram para a aproximação entre o país e a União Soviética. A partir de 1962, Cuba adotou um regime socialista. O alinhamento à União Soviética representou um importante apoio econômico, colaborando para o fortalecimento do regime. Além disso, significou proteção militar diante das constantes ameaças dos Estados Unidos.

Fidel Castro discursando para a população após a vitória do movimento revolucionário. Havana, Cuba, 1959.



Fidel Castro e Che Guevara. Cuba, 1959.



AP Photo/Imageplus

A Crise dos Mísseis

Em outubro de 1962, aviões estadunidenses que realizavam o monitoramento sobre Cuba constataram a existência de uma série de equipamentos para a construção de bases militares soviéticas.

Isso foi considerado pelos Estados Unidos como uma iminente ameaça, o que levou o governo a realizar uma série de ações com o intuito de impedir a consolidação do projeto militar soviético, como o bloqueio de navios com materiais militares enviados a Cuba.

Essa situação gerou um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria e o temor mundial de uma guerra nuclear entre as superpotências. No entanto, John Kennedy e Nikita Khrushchev negociaram um acordo para evitar o agravamento da crise.

Os Estados Unidos se comprometeram a não invadir Cuba e a remover os mísseis nucleares estadunidenses que tinham sido instalados na Turquia, território próximo à União Soviética. Em troca, o governo soviético retirou os mísseis de Cuba.

Guerra do Vietnã

A Indochina, localizada no Sudeste Asiático, se tornou colônia da França no século XIX. Em 1940, a região foi invadida pelos japoneses, o que contribuiu para a criação do **Viêt Minh (Liga pela Independência do Vietnã)**, para libertar a Indochina da ocupação japonesa e francesa.

Com a derrota do Japão, o Viêt Minh fundou a República Democrática do Vietnã, mas a França pretendia manter o domínio sobre a região. O não reconhecimento da independência ocasionou a guerra pela libertação da Indochina.

Na Conferência de Genebra (1954), foi reconhecida a independência da Indochina, mas foi determinada a sua divisão em Laos, Camboja, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. Essa decisão desagradou ao Viêt Minh, mas foi acordado que ocorreriam eleições gerais para a unificação do Vietnã em 1956.

No Vietnã do Norte, foi estabelecido um governo socialista, liderado por Ho Chi Minh. No Vietnã do Sul, houve a formação de um governo capitalista, liderado por Bao Dai, último imperador do Vietnã. Contudo, em 1955, houve um golpe de Estado no Vietnã do Sul, e assumiu o poder Ngo Dinh Diem, que se recusou a realizar as eleições gerais.

A ditadura de Ngo Dinh Diem contou com o apoio dos Estados Unidos, que temiam a vitória do projeto socialista do Vietnã do Norte. Uma das principais reações políticas à ditadura foi a formação da Frente de Libertação Nacional (FLN), conhecida como vietcongue, que significa comunista vietnamita, em 1960, que recebeu auxílio do Vietnã do Norte.

O vietcongue utilizou táticas de guerrilha contra o governo do Sul que, por sua vez, recebeu assistência militar dos Estados Unidos por meio do envio de armamentos e soldados. No final da década de 1960, mais de 500 mil soldados estadunidenses foram enviados ao Vietnã.

As tropas estadunidenses promoveram intensos bombardeios ao Vietnã do Norte, inclusive com a utilização do agente laranja e de napalm, que causava graves queimaduras. O elevado número de mortos, principalmente de civis, a grande destruição material e o prolongamento da guerra foram fatores que levaram ao crescimento da opinião pública contra a Guerra do Vietnã.

Em 1973, os Estados Unidos, o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte assinaram um cessar-fogo, mas a guerra se prolongou até 1975, quando ocorreu a retirada das últimas tropas estadunidenses. Forças do Vietnã do Norte dominaram Saigon, a capital do Vietnã do Sul. No ano seguinte, houve a unificação do país e a adoção de um governo socialista.



Soldado vietcong durante a Guerra do Vietnã. Cu Chi, Vietnã, 1966.

Pictures from History/Bridgeman/Fotoarena

Os movimentos de contestação política e social na Guerra Fria

Na década de 1960, houve uma série de manifestações sociais em diversos países, com grande protagonismo juvenil. Nessa conjuntura, além das reivindicações específicas dos jovens de cada país, houve questões que ultrapassaram fronteiras e estiveram presentes nos diversos episódios que ocorreram, principalmente, em 1968.

Nos territórios capitalistas, com destaque para os Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental, parcelas das sociedades vivenciavam melhores condições de vida em virtude do crescimento econômico. No entanto, essa não era a realidade de toda a população, tendo em vista os grandes obstáculos à plena cidadania enfrentados por negros, mulheres e outras minorias. Além disso, muitos jovens contestavam os valores sociais vigentes, como o conservadorismo e o consumismo.

Esse contexto contribuiu para o surgimento da **contracultura**, um amplo movimento caracterizado pela defesa de novas experiências comportamentais, artísticas, filosóficas, religiosas, entre outras. A contracultura representou uma profunda contestação aos costumes e valores sociais e políticos vigentes.

O movimento negro

A década de 1950, nos Estados Unidos, foi marcada pela mobilização da população negra contra as políticas discriminatórias existentes em muitas regiões do país. Nos estados do Sul, vigorava uma série de leis baseadas na segregação racial, além de haver uma baixa oferta de emprego e remuneração para as pessoas negras – que sofriam, ainda, com a violência cotidiana realizada por grupos que defendiam a supremacia branca, como a Ku Klux Klan.

Em 1º de outubro de 1955, Rosa Parks, uma costureira negra, foi abordada por um homem branco em um ônibus. Ele exigiu que ela se levantasse para que ele pudesse se sentar, mas Rosa Parks recusou. A punição de Rosa Parks foi a prisão e uma multa. Esse episódio desencadeou uma série de revoltas por parte da população negra contra a segregação racial nos transportes.

Nesse contexto, destacou-se o pastor **Martin Luther King**, defensor do pacifismo por meio da adoção da estratégia da desobediência civil, e **Malcolm X**, líder mulçulmano que justificava a violência como meio de luta contra a discriminação racial. Ambos foram assassinados por extremistas brancos.

Em 1966, foi criado o **Partido dos Panteras Negras**, que defendia pautas inspiradas nas ideias de Malcolm X, como a luta contra o Estado e a polícia. Os Panteras Negras defenderam a autodefesa para enfrentar a violência policial. Esse movimento concentrou-se em grandes centros urbanos e tornou-se uma organização nacional, que realizava assistência social em comunidades habitadas por pessoas negras, por meio do estabelecimento de clínicas médicas, refeitórios e escolas. No final da década de 1960, o grupo passou a ser considerado “ameaça à segurança nacional” pelo Federal Bureau of Investigation (FBI), agência de investigação e segurança dos Estados Unidos.

A mobilização negra pelos direitos civis gerou importantes conquistas, visto que, a partir de 1964, a Lei dos Direitos Civis revogou a legislação segregacionista. No ano seguinte, foi estabelecida a Lei dos Direitos do Voto, que proibiu a discriminação racial no processo eleitoral. No entanto, essas conquistas não representaram o fim do racismo e da desigualdade racial nos Estados Unidos.

Thomas Smith e John Carlos, velocistas estadunidenses fazendo a saudação em referência aos Panteras Negras, nas Olimpíadas que ocorreram na Cidade do México, em 1968.



GG Vintage Images/UG/Bridgeman Images/Fotoarena

Rosa Parks e, ao fundo, Martin Luther King. Alabama, Estados Unidos, 1955.



Rich Clarkson/Rich Clarkson & Associates/NCAA/Getty Images

O movimento feminista

A grande participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial e as transformações sociais e culturais ocasionadas, como a ampliação do número de mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, contribuíram para o fortalecimento do movimento feminista, principalmente nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse contexto, mulheres lutavam por condições iguais de trabalho, visto que recebiam salários menores que os homens e não tinham acesso a todos os cargos. O **sexismo** não se restringia apenas ao ambiente de trabalho, mas também a outras esferas sociais, como as universidades. Além disso, lutavam para trazer visibilidade ao trabalho doméstico, considerado uma função que deveria ser realizada exclusivamente por mulheres.

O movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 adotou diversas formas de protesto para lutar por igualdade de direitos e combater as práticas sexistas. A liberdade sexual também foi uma pauta, com propostas que defendiam o uso de contraceptivos para o controle da natalidade e a liberdade sexual feminina.

Passeata de mulheres que ocorreu em Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1970.



Underwood Archives/UG/Bridgeman Images/Fotoarena

GLOSSÁRIO

Sexismo: postura ou atitude discriminatória baseada no gênero de um indivíduo, que, em geral, ocorre com mulheres e meninas.



Wally Fong/AP Photo/Imageplus

Angela Davis em manifestação pública nos Estados Unidos. Califórnia, Estados Unidos, 1970.

Angela Yvonne Davis

A professora e filósofa Angela Yvonne Davis é uma importante ativista na luta pelos direitos das mulheres e dos negros. Nascida em 1944, no Alabama, Estados Unidos, Angela Davis se envolveu na luta pelos direitos civis desde cedo, visto que seus pais atuavam na causa antirracista.

No início da juventude, ela teve maior contato com o socialismo, o que levou a sua entrada em uma organização para jovens ligada ao Partido Comunista. Após alguns anos estudando Filosofia na Europa, Angela Davis retornou aos Estados Unidos, em 1967, em um período marcado pela intensificação dos movimentos sociais.

Além de sua ligação com o Partido Comunista, Angela Davis atuou no grupo Panteras Negras e teve um importante papel nas denúncias em relação ao racismo e às prisões ilegais de pessoas negras nos Estados Unidos. Em 1970, foi acusada de vários crimes, como sequestro e homicídio, e foi presa.

No período em que esteve na prisão, houve grande mobilização social pela sua libertação por meio da campanha “Libertem Angela Davis”. Após dezoito meses de prisão, ela foi absolvida de todas as acusações e dedicou-se à luta pelo abolicionismo penal, além do feminismo negro.

O movimento hippie

O movimento *hippie* foi resultado da consolidação de subculturas juvenis, caracterizadas por uma série de hábitos, costumes e valores relacionados aos jovens, categoria social que surgiu da modernidade. Esse movimento surgiu em São Francisco, nos Estados Unidos, lutando contra os valores comportamentais vigentes e buscando novas formas de vida.

Os *hippies* eram favoráveis ao pacifismo e, por isso, eram contrários à Guerra do Vietnã. Além disso, defendiam a liberdade do indivíduo, como o amor livre, criticavam o casamento tradicional e a sociedade de consumo e defendiam, como alternativa, a vida em comunidade. Usavam roupas largas e coloridas, além dos cabelos compridos. Os adeptos desse movimento se engajaram em protestos contra a guerra e realizaram festivais de *rock*, mas não possuíam um projeto político definido.

1968: uma onda de revoltas

Nos Estados Unidos, durante todo o ano de 1968, ocorreu uma série de protestos contra a participação na Guerra do Vietnã. A Ofensiva do Tet, grande ataque realizado pelos vietcongues e pelo Vietnã do Norte, representou uma importante vitória militar dos Estados Unidos. No entanto, esse episódio contribuiu para o crescimento da opinião pública contra a Guerra do Vietnã.

Na França, a prisão de alguns jovens, em março de 1968, desencadeou uma série de protestos estudantis entre maio e junho. A luta estudantil contou com a adesão dos trabalhadores, que entraram em greve em diversas cidades francesas. A resposta do governo francês foi convocar eleições, mas também houve o uso da força policial para reprimir o movimento. A onda de revoltas repercutiu no México, na Alemanha, no Brasil e no Japão, demonstrando o caráter transnacional e geracional de 1968.

As barricadas feitas pelos manifestantes, em maio de 1968, foram uma das principais estratégias para dificultar a repressão policial.

Confrontos violentos entre policiais e estudantes ocorreram durante os protestos. Paris, França, 1968.



Jack Burlot/Apiis/Sygma/Getty Images

O movimento LGBTQIAPN+

Na década de 1960, a condição de vida dos indivíduos **LGBTQIAPN+** foi marcada pelo grande preconceito e pela violência. Em diversos países, foram estabelecidas leis para puni-los, além de a homossexualidade ser considerada uma doença. Nesse contexto, muitos indivíduos LGBTQIAPN+ foram submetidos a tratamentos psiquiátricos violentos.

Nos Estados Unidos, mesmo diante da intensa marginalização social e da violência, a população LGBTQIAPN+ resistia. Em Nova York, essa comunidade conseguia se reunir em bares e festas, localizados em Greenwich Village, ainda que sofressem ataques da polícia.

Em junho de 1969, um desses bares, o Stonewall Inn, foi alvo de uma batida policial. A ação violenta da polícia gerou uma série de protestos que ficou conhecida como **Rebelião de Stonewall**. Esse episódio contribuiu para o fortalecimento do movimento pelos direitos LGBTQIAPN+ nos Estados Unidos e em diversos países ocidentais.

GLOSSÁRIO

LGBTQIAPN+:

sigla que compreende a diversidade de gênero e sexualidade, abrangendo pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binárias e mais.

A longa agonia dos impérios coloniais

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, teve início o processo conhecido como descolonização, caracterizado pela independência de colônias na Ásia e na África.

A imposição colonial não era aceita passivamente e sempre existiu resistência. Os colonizadores lidavam com esses movimentos de diferentes maneiras, desde a violenta repressão à negociação da situação de conflito. No entanto, a manutenção da dominação colonial exigia esforços da máquina burocrática e militar, e a resistência ao domínio estrangeiro lentamente desgastava os impérios coloniais, enfraquecidos pela guerra.

Além disso, a ONU estabeleceu o princípio da autodeterminação dos povos e afirmou o direito de cada população de se autogovernar sem intervenção externa, o que não era uma realidade com o colonialismo.

Por fim, a dinâmica da Guerra Fria influenciou no processo de descolonização. Estados Unidos e União Soviética apoiavam movimentos de libertação ou governos de países recém-independentes em busca de influência. E, assim, diversos novos países surgiram.

Nick Fox/Shutterstock.com

Com 49 metros de altura, o Monumento da Renascença Africana é a maior estátua do continente africano. Foi inaugurada em 4 de abril de 2010, dia em que o Senegal completou 50 anos da sua independência em relação à França.



Monumento da Renascença Africana, Dakar, Senegal, 2023.

O fim da Índia britânica

Controlada pela Inglaterra desde 1858, a Índia era considerada a possessão mais importante do seu império colonial. No entanto, a região sofria com episódios recorrentes de carestia de alimentos, que levavam milhões de pessoas à morte por inanição em eventos conhecidos como Grandes Fomes, fortalecendo o sentimento de revolta contra a ocupação estrangeira.

No final do século XIX, surgiu o **Congresso Nacional Indiano (CNI)**, instituição que tinha como objetivo fornecer uma representação política da população indiana junto ao governo inglês. Com o tempo, tal organização se converteu em um partido de defesa da independência.

Como estratégia de dominação, os britânicos buscavam a cooperação das elites locais por meio da educação em moldes ocidentais e cargos na administração local. Esses grupos não se satisfaziam, já que o alto escalão era ocupado pelos ingleses enquanto os debates políticos reforçavam uma identidade nacional indiana.

Tais grupos, porém, eram elitistas e tinham pouca capacidade de mobilização, o que mudou na década de 1920 graças à liderança de Gandhi, um advogado que se tornou liderança política durante o período em que trabalhou na África do Sul, onde havia uma população de origem indiana que sofria forte preconceito.



Gandhi trabalhando em sua roda de fiar, Gujarate, Índia, 1925. A produção de tecidos de forma manual se tornou um dos símbolos da resistência pacífica liderada por Gandhi.

Ao retornar à Índia, Gandhi se filiou ao CNI, tornando-se líder e defendendo uma não cooperação pacífica, recusando obediência à autoridade britânica sem recorrer à violência. Uma das estratégias era o *swadeshi*, estímulo ao boicote dos produtos britânicos. Tática eficaz, pois um dos principais interesses dos ingleses era o controle do mercado consumidor indiano.

Gandhi transformou a luta pela independência em movimento de massa, com adesão das camadas mais pobres. Sua defesa do pacifismo e a simplicidade que projetava tinham apelo, o que concedeu o título **Mahatma** a ele.

As forças repressoras coloniais continuavam recorrendo à violência, enquanto o contraste com a atuação pacífica dos manifestantes produzia questionamentos sobre a ocupação britânica, inclusive por parte dos próprios ingleses. Em 1945, o Partido Trabalhista chegou ao governo inglês derrotando os conservadores e movimentou um plano para reconhecer autonomia à Índia de forma gradual, como forma de manter vínculos comerciais e diplomáticos. As crescentes tensões internas, no entanto, se aceleraram e tornaram o processo violento.

GLOSSÁRIO

Mahatma: a palavra significa “espírito iluminado”, sendo utilizada para designar pessoas que atingiram grau elevado de sabedoria e santidade.

Conflitos e divisão

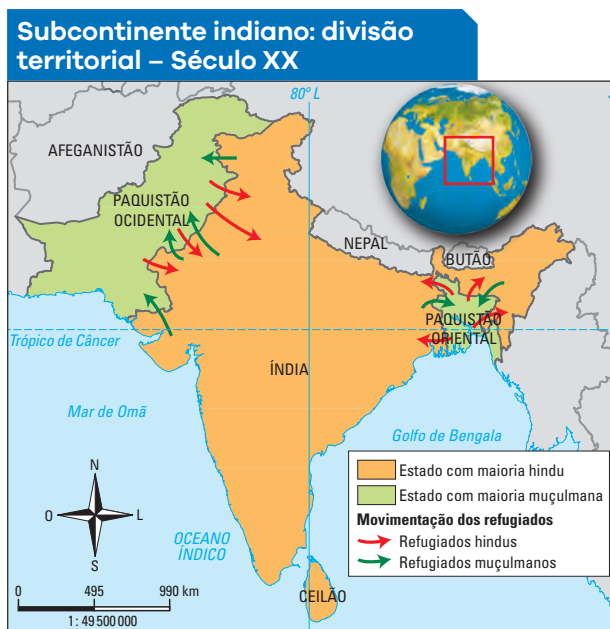
A região onde a Índia está localizada nunca foi homogênea. A colonização acirrou as disputas, particularmente entre duas religiões: o hinduísmo e o islamismo. Os ingleses buscavam a cooperação das elites locais, mas favoreciam os hindus, grupo mais numeroso, estimulando disputas internas para enfraquecer resistências.

Os movimentos pró-independência cresciam, mas os muçulmanos preocupavam-se com um domínio hinduísta. Embora Gandhi e a maioria das lideranças do CNI fossem hindus, defendiam um projeto político laico e o respeito às minorias. Ainda assim, crescia entre os islâmicos o projeto da Partição, que consistia na divisão da região em dois países: um de maioria hindu e o outro muçulmano.

As divergências acirraram as tensões e resultaram em massacres de hindus em regiões de maioria muçulmana, e vice-versa. A situação tornou-se tão grave que os britânicos, temendo uma guerra civil, aceleraram as independências, partilhando o território em 1947: República da Índia e República Islâmica do Paquistão.

A partição levou ao deslocamento de milhões de pessoas, como minorias muçulmanas migrando para as regiões que ficariam sob o controle do Paquistão, e hindus, para a Índia. Esses movimentos populacionais causaram novos episódios de violência, e as relações entre o Paquistão e a Índia permaneceram tensas, especialmente nas regiões de fronteira.

Em 1971, uma guerra civil dividiu parte do Paquistão, formando Bangladesh. Já na Índia, Gandhi se tornou uma vítima da violência política, assassinado em 1948 por um nacionalista radical que atribuía ao líder o enfraquecimento dos hindus. Sua morte, porém, gerou comoção nacional, sua memória garantiu hegemonia do CNI na Índia e estabilizou internamente o país.



Inicialmente, o Paquistão era formado por dois territórios, o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental. Em 1971, a parte oriental se tornou independente, formando o Estado de Bangladesh.

Fonte: DUBY, G. (ed.). *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse Editorial, 2007. p. 306.

O pan-africanismo e a luta anticolonial africana

O continente africano também se tornou alvo da disputa entre as potências imperialistas, mas africanos e afrodescendentes espalhados pela diáspora negra formaram um movimento de caráter internacionalista: o **pan-africanismo**, que defendia o princípio de solidariedade entre as populações negras de todo o mundo, a valorização da origem e da identidade africana e a luta contra a escravidão e o imperialismo.

Uma das formas de atuação dos pan-africanos foi a organização de movimentos de retorno à África, nos quais era incentivado o regresso ao continente de origem. A criação da Libéria foi resultado desses movimentos.

No início do século XX, diante da abolição formal da escravidão em praticamente todo o mundo e da intensificação da exploração colonial na África, o movimento focou na defesa da independência do continente. Em virtude desse objetivo, foram organizados os Congressos Pan-Africanos para debater o tema e traçar estratégias.

A Etiópia era referência: a única região africana capaz de resistir à ocupação europeia. À medida que outras nações africanas conquistaram a independência, muitas lideranças aderiram ao pan-africanismo, enquanto países recém-independentes ofereciam apoio a movimentos anticoloniais vizinhos. Formou-se também o **Movimento Negritude**, baseado na valorização da identidade africana. Era o resultado da produção artística de africanos e afrodescendentes ganhando força a partir de um grupo de intelectuais africanos residentes na França.

Era comum ainda o envio de jovens das elites locais para estudar na Europa. Esses estudantes ganharam consciência da exploração colonial e começaram a se articular em torno de publicações como a *L'étudiant noir* (O estudante negro). Além disso, por meio da literatura, iniciaram um movimento de valorização da identidade e cultura africanas, que inspiraria correntes estéticas e políticas.

Intensificavam-se as lutas anticoloniais em movimentos que uniam camadas populares, mobilizadas no combate à dura exploração, e as elites locais, desejosas de mais protagonismo com o fim do domínio europeu. Assim, entre os anos 1950 e 1970, a maioria das antigas colônias africanas conquistou autonomia e formou novos países.

A Guerra da Argélia e o fim do Império Francês

No decurso da Segunda Guerra Mundial, diversos territórios coloniais franceses foram ocupados por tropas do Eixo, fato que afetou as populações locais e abalou o poderio da França. Como reação, houve a tentativa de manter o império, criando a União Francesa, uma instituição que agrupava as colônias, que deixavam de ter oficialmente esse *status*, mas continuavam politicamente vinculadas à França e com soberania limitada. Diante disso, movimentos emancipacionistas se articularam.

Em alguns casos, o ganho da autonomia ocorreu de forma relativamente pacífica, a exemplo do Marrocos, no qual um acordo garantiu a instauração da monarquia constitucional independente, em 1956. Já na Argélia, o processo foi marcado pela violência. O domínio francês estabelecido em 1830 foi bastante violento, com a redução de um terço da população argelina até 1872.

Paralelamente a isso, houve uma forte imigração de população francesa para o território. Eles ocuparam as terras agrícolas, lugares privilegiados nas atividades industriais e cargos políticos e administrativos. Representavam ainda um contraste cultural, visto que eram católicos em um território de língua árabe e religião islâmica. E majoritariamente contrários à independência.

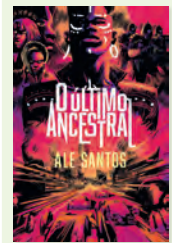
No campo oposto estavam lideranças de movimentos anticoloniais. O mais importante deles foi a **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, um grupo nacionalista de inspiração socialista que buscava a independência por meio de uma guerra revolucionária. A tensão entre os nacionalistas argelinos e os franceses resultou em revoltas e mortes. Em 1954, desencadeou-se uma guerra civil que durou até 1962. Um conflito brutal que resultou na morte de, aproximadamente, 300 mil pessoas.

Djamila Boupacha, militante do FLN, discursa em campanha eleitoral após a libertação da Argélia. Ben Aknoun, Argélia, 1962.

Para ampliar

▼ Leia

O último ancestral, de Ale Santos (HarperCollins Brasil, 2021). Ale Santos é um autor afrofuturista brasileiro. Esse livro conta a história de Elish, um jovem que vive em uma sociedade distópica pautada por uma forte segregação racial. A vida de Elish muda ao descobrir ser o portador do Último Ancestral, poderosa entidade capaz de salvar seu povo.



Editora HarperCollins Brasil



AFP

Por fim, as táticas de guerrilha, a mobilização popular e a sensibilização da opinião pública, inclusive na França, levaram o governo francês a negociar com a FLN e admitir a independência da Argélia por intermédio de um plebiscito. Milhares de colonizadores migraram de volta à França temendo represálias. O desgaste da guerra fez com que o governo francês admitisse a independência de praticamente todas as suas colônias restantes, também mediante plebiscitos. Nessas consultas, somente alguns pequenos territórios optaram por permanecer ligados à França, como Martinica e Guiana Francesa.

Independência do Congo

A ocupação do Congo foi um dos episódios mais trágicos do imperialismo, que se desencadeou com a ação colonizadora do rei belga Leopoldo II e se caracterizou pelo estabelecimento do Estado Livre do Congo como sua propriedade entre 1877 e 1908.

A população vivia uma pesada exploração, com trabalhos forçados, privação de liberdade e baixíssimas remunerações. Os que não cumpriam as cotas estabelecidas na extração de borracha e marfim sofriam punições, incluindo mutilações. Outras formas de violência também foram cometidas contra os que resistiam aos trabalhos forçados.

Mesmo para os padrões colonialistas, o nível de violência era considerado inadmissível. Além disso, Leopoldo II era um monarca endividado. Em função disso, em 1908, o Estado belga assumiu o domínio do Congo diretamente, mas a exploração continuava garantindo privilégios às grandes companhias europeias que atuavam na região.

Os belgas avançaram para a mineração de cobre e diamantes, e houve um processo de urbanização que formou um grupo social comum em outras colônias: as classes médias locais, compostas dos que conseguiam melhor inserção no sistema colonial e passavam a ter maior acesso à educação nos moldes ocidentais. Nesse grupo se formaram líderes nacionalistas.

Patrice Lumumba, filho de família camponesa pobre, foi um deles, obtendo ascensão social graças à educação e ao destaque como sindicalista. Inspirado pelas ideias socialistas e pan-africanistas, foi um dos fundadores do **Movimento Nacional Congolês (MNC)**, que atuava pelo fim do domínio belga por meio da mobilização sindical e dos protestos.

Sob pressão internacional, os belgas concordaram com a independência, em 1960, e Lumumba tornou-se primeiro-ministro da República Democrática do Congo. O país se viu mergulhado em uma disputa política entre grupos rivais. Com dificuldades, Lumumba se aproximou da União Soviética, o que fez com que Estados Unidos e Bélgica o vissem como ameaça, e que saísse do poder menos de três meses após assumir. A crise política favoreceu o coronel Mobutu, militar que estabeleceu uma ditadura e controlou o poder até 1997. Já Lumumba foi preso, torturado e executado por rivais políticos e militares belgas em 1961.

Diversos símbolos do colonialismo têm sido atacados em manifestações antirracistas ocorridas em todo o mundo. Esses atos têm a intenção de denunciar os crimes cometidos pelo imperialismo europeu.



Estátua de Leopoldo II manchada de tinta. Antuérpia, Bélgica, 2020.

Jonas Roosen/Beige/Sipa/AP Photo/Imageplus

A Revolução dos Cravos e a libertação das colônias portuguesas

No século XX, Portugal tinha uma dependência econômica grande de suas colônias remanescentes. Por isso, a nação portuguesa foi resistente em reconhecer a autonomia dessas populações.

O fato de Portugal ser, à época, uma ditadura dificultava os esforços dos africanos, se comparado às democracias liberais que possuíam territórios na África, como Inglaterra e França. O regime autoritário lusitano era menos preocupado com a opinião pública e via a manutenção do Império Português como preservação da grandeza histórica do país. Na medida em que movimentos nacionalistas se fortaleceram nas colônias, o governo português os reprimia, mobilizando recursos e dando início à Guerra Colonial Portuguesa, em diferentes partes da África, contra movimentos de libertação, que durou de 1961 a 1974.

Com a descolonização avançando em outras regiões, as colônias portuguesas ganhavam apoio das nações que surgiam, e as pressões externas cresciam além dos fóruns da ONU. Internamente, os gastos militares eram enormes, o que contribuía para o empobrecimento do país e colapsava o salazarismo, com a população portuguesa cada vez menos satisfeita com o governo. Um setor da sociedade concentrava muitos descontentamentos: os próprios militares.

A situação piorou com a morte do então ditador português Francisco Salazar, em 1968. Marcello Caetano, seu sucessor, enfrentou dificuldades para se impor. Em 1974, os militares se mobilizaram para restabelecer a democracia, e o movimento recebeu o apoio da população, que saudava os soldados com flores – daí o evento ser conhecido como **Revolução dos Cravos**. Os salazaristas foram retirados do poder, e o governo estabelecido a seguir teve como prioridade o reconhecimento da autonomia às colônias, concluída em 1975.

Moçambique

Em Moçambique, a principal organização foi a **Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)**, fusão de movimentos nacionalistas defensores da luta armada. À medida que a Frelimo conquistava territórios, passando a controlá-los, estabeleciam-se práticas comunitárias de organização social e de produção agrícola inspiradas no socialismo, aproximando-se da União Soviética e da China.

No início da década de 1970, a Frelimo representava uma ameaça ao domínio português. Foi nesse contexto que o novo governo lusitano negociou a independência de Moçambique, em 1975. A Frelimo instituiu um sistema político de partido único e um estado socialista, que recebeu o nome de República Popular de Moçambique. Em oposição, formou-se a **Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)**, dando início a uma guerra civil que perdurou até 1992.



ean-Claude Frangocolon/Gamma-Rapho/Getty Images

Soldado português do regime salazarista saudado por manifestantes durante a Revolução dos Cravos. Lisboa, Portugal, 1974.

Angola

A Guerra de Independência em Angola se caracterizou pela atuação simultânea de três movimentos.

A **Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)**, fundada em 1954, era de direita e composta de lideranças religiosas e grupos ligados à etnia dos congos; e tinha o apoio dos Estados Unidos e da África do Sul. O **Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)**, de 1956, era marxista e suas lideranças eram ligadas ao Partido Comunista de Angola e outras organizações de esquerda; esse movimento era apoiado pela União Soviética e por Cuba. A **União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita)**, de 1966, era maoista e, após aproximação com a FNLA, houve uma progressiva reorientação para a centro-direita. Sua liderança era composta de dissidentes do MPLA e grupos ligados à etnia dos ovimbundos; esse movimento era apoiado pela China e pela Coreia do Norte.

O objetivo comum era libertar Angola e lutar contra forças portuguesas no país, mas as autoridades portuguesas favoreceram o MPLA na transição para a independência. O grupo controlava mais territórios, inclusive a capital Luanda. E, em 1975, Agostinho Neto, líder do MPLA, proclamou a independência e assumiu a presidência.

A FNLA e a Unita não aceitaram a situação, o que deu início a uma guerra civil, com conflitos que se estenderam até 2002, quando o MPLA triunfou militarmente. A guerra vitimou milhares de pessoas e provocou deslocamento em massa da fome e desagregação econômica.

Outras colônias portuguesas

Portugal possuía outras possessões coloniais sobre as quais perdeu o controle no século XX, como o caso do território lusitano na Índia, Goa. A Índia requisitou os territórios, Portugal não aceitou, e os indianos os anexaram entre 1954 e 1961, sem que os portugueses conseguissem resistir. Exemplo similar ocorreu com o forte de São João Baptista de Ajudá, tomado por Benin em 1961.

Em Guiné-Bissau, a independência ocorreu em 1974. Já em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, a independência foi reconhecida em 1975. No mesmo ano, Timor Português declarou independência, mas foi anexado pela Indonésia. Os indonésios reprimiram a língua portuguesa, e o idioma chegou perto da extinção na região, mas em 2002 o Timor-Leste alcançou independência e retomou a utilização do português, uma das suas línguas oficiais.

A última colônia portuguesa foi a cidade de Macau, na China. No século XIX, Portugal firmou um tratado com a Dinastia Qing, assumindo o controle da região. O tratado, porém, foi questionado pelos dirigentes comunistas após a Revolução Chinesa, e o governo português retornou o controle da cidade para a República Popular da China em 1999.

Segregação racial na África do Sul

A África do Sul, ex-colônia holandesa e dominada pelos britânicos desde o início do século XIX, ganhou autonomia política em 1910, com a fundação da União Sul-Africana. O processo de conquista de autonomia se concluiu em 1961, com a Proclamação da República, mas o país seguia fazendo parte da *Commonwealth*.

A política, tanto durante a União Sul-Africana como na República, era controlada pela elite branca local. Esse grupo aprovava leis que asseguravam seus privilégios e limitavam os direitos e o acesso à educação das populações negras. A situação piorou com a ascensão do Partido Nacional, em 1948, influenciado por ideais de supremacia branca e que originou o **apartheid**, política oficial de segregação racial.

Entre as medidas implementadas, foi estabelecida a segregação em categorias raciais (brancos, negros, mestiços e asiáticos), a separação dos espaços públicos com base nas categorias raciais e a proibição de qualquer tipo de relacionamento entre pessoas brancas e de outras categorias raciais.

O *apartheid* recebeu recriminação internacional, incluindo o *Commonwealth* e a ONU, e causou agitação interna. A segregação racial não foi aceita passivamente pela população, principalmente pelas pessoas negras, que lutaram até sua abolição, na década de 1990.



Placa indicando que a praia é reservada exclusivamente para brancos. Durban, África do Sul, 1987.

A luta contra o apartheid

A principal organização de resistência na África do Sul era o **Congresso Nacional Africano (CNA)**. Após o *apartheid*, o movimento ganhou força, organizando manifestações e atos de desobediência civil. Foi nesse contexto que Nelson Mandela começou a se destacar. Filho de um chefe tribal xhosa, segundo maior grupo étnico originário, atrás dos zulus, Mandela recebeu uma educação ocidental, cursou Direito e militou no CNA, tornando-se dirigente do partido.

Em 1960, o CNA organizou uma manifestação contra a Lei do Passe, que obrigava pessoas negras a portarem um documento que indicava quais lugares poderiam frequentar em Joanesburgo. A polícia reprimiu o protesto, resultando em dezenas de mortos e feridos, e o episódio foi utilizado como pretexto para banir o CNA. A organização, porém, não desapareceu. Diante do fechamento das vias democráticas de atuação, assumiu a luta armada. Em 1962, Mandela acabou localizado pela polícia, com o apoio da CIA, que temia sua associação com o comunismo. Condenado à prisão perpétua, permaneceu preso por 27 anos.

A resistência interna ao *apartheid* seguiu crescendo. Externamente, as pressões pelo fim do regime e pela libertação de Mandela também, isolando a África do Sul. O país passou a ser banido de competições esportivas, sofrer embargos econômicos e, em fins da década de 1980, tiveram início reformas para acabar com o *apartheid*. Em 1990, a segregação racial foi oficialmente banida, Mandela foi libertado e o CNA foi legalizado. Ocorreram eleições livres, em 1994, e Nelson Mandela foi eleito presidente, cargo que exerceu até 1999.

Durante seu governo, o país adotou uma política de reconciliação nacional e políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais entre pessoas negras e brancas. Por fim, houve também uma reforma para tornar o sistema legal sul-africano mais democrático e inclusivo, o que resultou na criação de uma nova Constituição, promulgada em 1997. Apesar dos avanços, a África do Sul segue longe de ser um país livre do racismo e da desigualdade social.

Desafios contemporâneos

Muitas nações africanas vivenciaram guerras civis motivadas por disputas étnicas resultantes da colonização, em que fronteiras eram definidas de acordo com os colonizadores, sem levar em consideração a organização local, alianças e rivalidades entre comunidades vizinhas no passado.

Etnias rivais que dividiram o mesmo país, fomentando disputas por poder e massacres, como o de Ruanda, em 1994, quando os hutus mataram 800 mil tutsis. Além disso, minorias étnicas tiveram seus direitos mais básicos ameaçados.

As guerras civis trouxeram consequências graves para esses países. Desigualdade, atraso tecnológico e dependência externa, heranças do período colonial, foram agravados, e regiões ainda sofrem com secas e falta de água potável. Os conflitos também afetaram as frágeis estruturas produtivas locais, levando a crises de fome em algumas localidades. A instabilidade política também teve efeitos catastróficos, como na Somália. Em 1991, a guerra civil minou a autoridade central, e a sociedade passou a um estado permanente de conflito, convertendo-se em uma área de atuação de grupos criminosos, piratas internacionais e radicais islâmicos.

A África, no entanto, também é um continente com enorme diversidade e riqueza cultural. Países como Nigéria, Egito e África do Sul figuram entre as 40 maiores economias do mundo, enquanto Botswana e Cabo Verde são exemplos de estabilidade política e instituições democráticas duradouras. Além disso, as taxas de crescimento econômico são relevantes em alguns países, permitindo que projetem um futuro de recuperação e desenvolvimento.

Mandela votou pela primeira vez em sua vida em 1994, na mesma eleição geral que o conduziria à presidência do país.



John Parkin/AP Photo/Imageplus

Nelson Mandela votando em Inanda, África do Sul, 1994.

Aprendizagens em processo • Atitudinal



Com base no texto **Desafios contemporâneos**, faça o que se pede.

1. Identifique dois problemas existentes na África atual que são consequências do imperialismo.
2. Reflita como as informações sobre a situação atual da Nigéria, do Egito e da África do Sul contribuem para desconstruir estereótipos em relação ao continente africano.
3. Como podemos colaborar para a valorização da história e das culturas da África?

Relacionando

Os movimentos de contestação no bloco socialista



Protestos e revoltas também ocorreram em países do bloco socialista, ainda que por razões diferentes, sendo o caso mais emblemático a Primavera de Praga. Entre as décadas de 1940 e 1950, houve uma série de revoltas de trabalhadores na Polônia, Bulgária e Alemanha Oriental.

Em 1956, ocorreu a Revolução Húngara, um movimento popular iniciado por estudantes, mas que contou com o apoio de trabalhadores, contra o governo de influência soviética. A reação da União Soviética foi enviar tropas para reprimir os manifestantes. Além de milhares de mortes e prisões em massa, o governo soviético criou mecanismos para reprimir opositores políticos.

Na Tchecoslováquia, desde o início da década de 1960, surgiram grupos, compostos de professores, estudantes, intelectuais, artistas, entre outros, que criticavam o autoritarismo e defendiam reformas políticas e econômicas.

Em 1968, foi eleito como primeiro-secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia Alexander Dubcek, que defendeu a realização das reformas propostas. Nessa conjuntura, milhares de jovens foram às ruas em defesa de maior liberdade, como o fim da censura, e maior participação política dos cidadãos. O objetivo não era acabar com o socialismo, mas reformá-lo de modo a deixá-lo democrático, livre do modelo autoritário. Novamente, a União Soviética enviou tropas para reprimir o movimento.



Libor Hajsiky/AP Photo/Imageplus

Manifestantes observam a invasão de soldados e tanques do Pacto de Varsóvia. Tchecoslováquia, 1968.

1. Aponte duas semelhanças entre os movimentos de contestação que ocorreram no bloco socialista nas décadas de 1950 e 1960.
2. Relacione esses episódios aos movimentos de contestação que ocorreram no bloco capitalista no mesmo período.

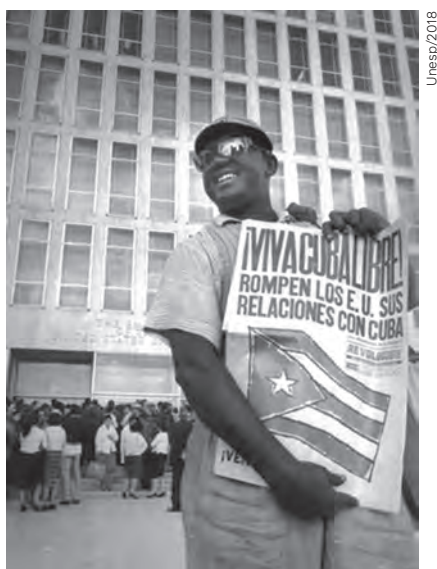


1. (Famerp-SP – 2024) “Junto com os movimentos de libertação cresceu a ideia de uma unidade africana, só possível de ser criada a partir dos efeitos da colonização, e que foi batizada com o nome de “pan-africanismo”. Por trás dessa ideia havia um forte sentimento anticolonial, e de valorização do que foi chamado de “negritude”, ou seja, um conjunto de características culturais próprias das sociedades africanas e afro-americanas, formadas a partir da diáspora atlântica.”

(Marina de Mello e Souza. *África e Brasil africano*, 2007.)

Ao analisar os processos de independência na África do século XX, o excerto

- a) critica os comportamentos racistas dos colonizadores europeus na África do Norte e no Oriente Médio.
 - b) caracteriza a luta independentista como um movimento popular e defensor de princípios socialistas.
 - c) aponta o caráter pacífico das mobilizações emancipacionistas nas áreas de domínio colonial europeu.
 - d) acentua as diferenças entre as experiências das colonizações europeias na América e na África.
 - e) indica a conexão entre emancipacionismo e consciência de semelhanças históricas entre os povos africanos.
2. (Unesp – 2018)



(Roberto Salas. “Primeiro dia”, 1961.
In: *Cien imágenes de la Revolución Cubana*, 1996.)

A fotografia, de janeiro de 1961, destaca o rompimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba.

- a) Caracterize a forma de relacionamento entre as grandes potências mundiais nesse período e o contexto internacional em que tal rompimento se deu.
 - b) Caracterize o contexto interno de Cuba no momento em que o rompimento ocorreu e cite um desdobramento desse rompimento.
3. “Desse prisma, pode-se pensar 1968 para além de um símbolo de revolta e revolução, ele poderia ser entendido também como a necessidade de transformações moleculares, do reconhecimento de vários sujeitos políticos, de afirmações identitárias, e nesse sentido ele estaria mais vivo que nunca.”

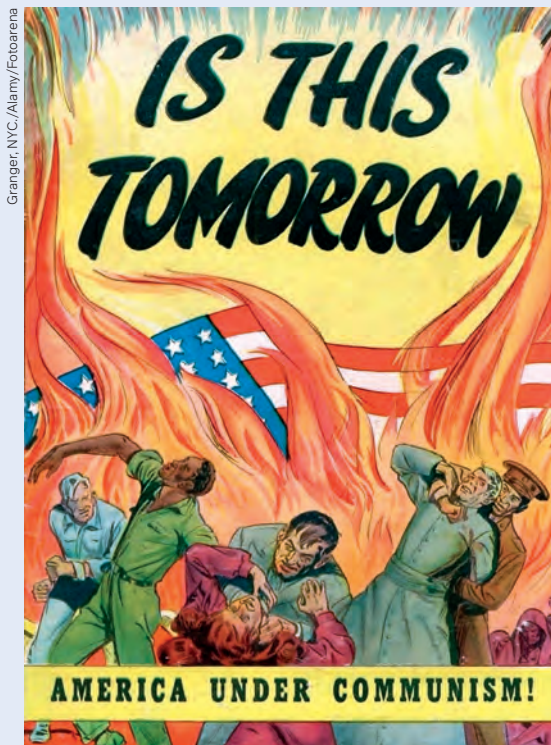
RIDENTI, M. S. 1968 Cinquentão: rebeldia e integração. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/18480/11106. Acesso em: 6 mar. 2024.

- a) Identifique um movimento de contestação que ocorreu no bloco capitalista e outro no bloco socialista que demonstram que 1968 foi um ano “símbolo de revolta e revolução”.
- b) Com base no texto e em seus conhecimentos, analise o caráter transnacional e geracional existente nos movimentos de contestação de 1968.



1. Analise os cartazes de propaganda e responda às questões.

Documento 1



Cartaz estadunidense anticomunista. Nele se lê: "É este o amanhã? América sob o comunismo!".

Documento 2



Cartaz produzido pelo governo soviético. Nele se lê: "Se isso é liberdade, o que é prisão?".

- a) Identifique o contexto ao qual se referem os cartazes.
- b) Analise o significado da propaganda exposta no documento I.
- c) Analise o significado da propaganda exposta no documento II.

Ficha de estudos



Capítulo 21 – A Guerra Fria e as lutas anticoloniais

Elabore uma ficha de estudos para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chaves com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O contexto pós-Segunda Guerra Mundial
- A Guerra Fria
- Os movimentos de contestação política e social na Guerra Fria
- A longa agonia dos impérios coloniais
- O pan-africanismo e a luta anticolonial africana

O Período Democrático de 1945 a 1964

▼ Para começar

1. Você conhece o movimento Democracia Corinthiana? O que sabe a respeito?
2. Você conhece outros episódios na história em que o esporte esteve vinculado à política? Quais?
3. Por que a defesa dos ideais democráticos voltou a ser uma pauta importante para a sociedade nos últimos anos?



Fotografia/NurPhoto/ZUMA Press/Imageplus

Torcedores de futebol em protesto em defesa da democracia brasileira. São Paulo (SP), 2020.

No dia 31 de maio de 2020, ocorreram manifestações de torcidas organizadas de times de futebol a favor da democracia em diversos municípios brasileiros. Em São Paulo (SP), torcedores de times de futebol paulistas se uniram em defesa de instituições do Estado Democrático de Direito, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, que estavam sendo alvo de ataques de grupos de extrema-direita. A postura negacionista em relação à pandemia de covid-19 adotada por esses grupos também contribuiu para mobilizar torcedores de diferentes clubes de futebol em defesa da ciência e da vida.

Assim como em 2020, manifestações em defesa da legalidade democrática também ocorreram no país em outros períodos históricos que, embora tenham sido consagrados

como "democráticos", experimentaram momentos de ruptura institucional e tentativas de golpe. É o que estudaremos neste capítulo.

A redemocratização brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial revelou uma contradição: internamente, o país era governado pela ditadura do Estado Novo, um regime simpático ao fascismo europeu, com repressão às liberdades civis e políticas; externamente, o Brasil enviou tropas para lutar ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e URSS) contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Pressionado pela elite empresarial e pelos oficiais militares que combateram com os Aliados na Europa, Getúlio Vargas iniciou o processo de abertura política, colocando o país no caminho da redemocratização. Em 1945, foram convocadas eleições gerais para presidente da República e para a Assembleia Constituinte, cujos trabalhos para a elaboração da nova Constituição seriam iniciados no primeiro semestre de 1946. Foi publicado um Decreto-Lei concedendo anistia aos presos políticos e aos que se exilaram por sofrerem perseguições políticas.

Com o processo de abertura estabelecido, foi retomada também a liberdade político-partidária. Diversos partidos políticos que tiveram seu registro cassado em 1937 puderam voltar a existir enquanto agremiações políticas, ao mesmo tempo que outros foram criados. Entre os partidos que mais se destacaram no período estavam: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

O PSD foi organizado para representar as elites agrárias que sustentaram o regime varguista no interior do país por meio de relações clientelistas com a população local. Também contava com o apoio da burguesia nacional, muito beneficiada pelos investimentos estatais durante o Estado Novo. Reunia grandes lideranças políticas aliadas a Vargas e se constituiu em um partido conservador com viés **legalista**.

Já a UDN era o partido representante de setores liberais, apoiado por empresários ligados ao capital estrangeiro e ao mercado financeiro. Seus representantes se posicionavam contra as políticas varguistas, defendendo a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro e o alinhamento político do Brasil ao bloco capitalista, no contexto da Guerra Fria.

O PTB foi fundado com participação direta de Vargas e tinha como objetivo angariar bases no movimento operário e sindical, disputando esses setores com a esquerda tradicional. De centro-esquerda, o PTB defendia o programa nacionalista implementado por Vargas entre 1930 e 1945, com ênfase nas políticas trabalhistas.

Por fim, o PCB era o principal partido socialista brasileiro, alinhado à **Internacional Comunista** e defensor de um projeto anti-imperialista. Por convicções programáticas, o PCB estava aberto à construção de alianças com setores nacionalistas, em especial a chamada burguesia desenvolvimentista, como estratégia revolucionária.

Em meio ao processo eleitoral, surgiu um movimento de apoio à permanência de Vargas na presidência durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, batizado de **Queremismo**, que tinha como um de seus *slogans* “queremos a constituinte com Vargas”.

Esse movimento contou com o apoio do PCB, que entendia a permanência de Getúlio na presidência como uma resistência à ascensão dos setores liberais. Alarmada pelos protestos na imprensa, a cúpula do Exército depôs Vargas, entregando o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Nas eleições presidenciais, venceu o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, com 55% dos votos válidos, candidato que recebeu o apoio de Vargas às vésperas da eleição. Getúlio, por sua vez, concorreu ao Senado pelo PTB no Rio Grande do Sul, sendo eleito.

A Constituição de 1946

Os trabalhos da Assembleia Constituinte foram concluídos e a Carta foi promulgada em setembro de 1946. A quarta Constituição do Período Republicano restabeleceu a normalidade democrática sob o viés liberal, refletindo a composição da Câmara e do Senado após as eleições do ano anterior. O PSD compunha a maioria dos assentos nas duas casas, com a UDN formando a segunda maior bancada. A centro-esquerda e a esquerda estavam representadas pelo PTB e pelo PCB, que elegeram 15 deputados e um senador, o ex-militante tenentista Luís Carlos Prestes.

Entre as principais características da Constituição, destacam-se a garantia dos direitos civis (liberdade individual, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, direito à propriedade e direito ao *habeas corpus*), dos direitos sociais adquiridos no período varguista (legislação trabalhista, educação como um direito universal) e direitos políticos (eleições regulares nos municípios, estados e para o governo federal, voto secreto e obrigatório para os maiores de 18 anos). Os poderes da República eram três: Executivo, Legislativo e Judiciário. O mandato do presidente era de quatro anos, sem direito à reeleição.

Embora tenha garantido direitos democráticos básicos, a Carta de 1946 tinha limitações. Os analfabetos continuavam excluídos do direito ao voto, e o direito de greve estava previsto, mas deveria ser regulamentado por lei futura. Os sindicatos eram livres para funcionar, mas a regulação estatal foi mantida, além de restrições aplicadas durante o Governo Dutra. Os trabalhadores rurais não estavam incluídos na legislação trabalhista, e a reforma agrária não tinha condições de ser efetivada, pois o documento previa a indenização em dinheiro como única condição.

O movimento queremista levou centenas de pessoas às ruas exigindo a permanência de Vargas no governo durante a Constituinte.



Comício queremista no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro (RJ), 1945.

Coletão particular

GLOSSÁRIO

Internacional Comunista:

movimento de partidos e organizações socialistas constituído a partir da Revolução Socialista de 1917 na Rússia, com o objetivo de fomentar os ideais da revolução em outras partes do mundo.

Legalista: ato de defender o cumprimento das leis e o respeito à ordem legal.

O Governo Dutra

Embora tenha sido eleito com o apoio de Vargas, Dutra se diferenciou de seu antecessor, adotando uma política econômica liberal, o que favoreceu a entrada de produtos importados, em geral insumos, maquinário e bens de consumo **supérfluos** ou de acesso restrito às classes de alta renda.

Assim, houve a queda das reservas financeiras acumuladas pela política protecionista de Vargas, o que prejudicou a capacidade do Governo Dutra de dar continuidade ao financiamento público para a indústria e infraestrutura do país.

O **Plano Salte**, iniciativa de Dutra para investir nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, acabou não sendo bem-sucedido.

GLOSSÁRIO

Supérfluo: artigo, objeto ou produto que ultrapassa as necessidades básicas; desnecessário.

O Brasil no contexto da Guerra Fria

Ao abandonar a política externa do Governo Vargas, Dutra inseriu a diplomacia brasileira no contexto da Guerra Fria, adotando o alinhamento ao bloco liderado pelos Estados Unidos. Essa postura, combinada ao sentimento anticomunista presente em diversos setores da sociedade brasileira, incluindo os militares – segmento do qual Dutra era o representante máximo –, levou o governo a tomar medidas contra o que se considerava o “perigo vermelho”. Em maio de 1947, o PCB foi fechado por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Em seguida, os parlamentares eleitos pelo partido tiveram seus mandatos cassados.

O Brasil se tornou, assim, o maior aliado dos Estados Unidos entre os países latino-americanos no enfrentamento do bloco comunista, principalmente após o rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em outubro de 1947.

O país participou da criação do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar), uma variante local da Otan, liderada pelos EUA; em 1948, foi cofundador da Organização dos Estados Americanos (OEA), também criada sob iniciativa estadunidense; em 1949, com inspiração na National War College dos EUA, foi criada no Rio de Janeiro a Escola Superior de Guerra (ESG), visando à formação do alto oficialato do Exército em política, defesa e estratégia.

O retorno de Vargas

Em 1950, Getúlio Vargas lançou sua candidatura à presidência, em uma aliança entre PTB, Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros, líder político em São Paulo, e setores do PSD.

Durante a campanha, Vargas defendeu um discurso nacionalista em relação à economia e o estabelecimento de políticas voltadas para a classe trabalhadora. No dia 3 de outubro de 1950, Getúlio venceu com 48,7% dos votos válidos. A UDN, que teve seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, derrotado pela segunda vez consecutiva (1945 e 1950), questionou o resultado das eleições, alegando que era inconstitucional, com o argumento de que o presidente tinha de ser eleito com a maioria absoluta dos votos, ou seja, mais de 50%. No entanto, a Justiça Eleitoral reconheceu a vitória de Getúlio.

Aproximando-se das classes populares com discursos nacionalistas, Vargas defendeu os interesses econômicos nacionais por meio de políticas voltadas à industrialização, de preferência baseada em capital nacional, nos moldes do que já havia sido realizado pelo próprio Getúlio durante o Estado Novo.

Esse projeto esbarrou nos interesses das grandes empresas estrangeiras, notadamente as estadunidenses, e nos setores mais conservadores da sociedade, que viam como única alternativa econômica a abertura ao capital estrangeiro.

A Era do Nacional-Desenvolvimentismo

Em seu governo, Vargas adotou uma orientação nacional-desenvolvimentista, na qual buscou priorizar a expansão industrial e a independência econômica do país em relação ao capital externo. Entre as principais ações do governo, destacam-se a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), um banco público para o financiamento da indústria e de setores estratégicos para o desenvolvimento, como energia e transporte; e o decreto assinado por Vargas que limitou o envio dos lucros das empresas estrangeiras para o exterior a uma taxa de 8%.

Um dos temas de maior controvérsia no período era o da nacionalização da extração de petróleo no Brasil. As principais divergências se davam em relação ao tipo de empresa que deveria ser criada para realizar a extração, o refino e o transporte do produto. A campanha nacionalista “O petróleo é nosso”, criada por intelectuais e políticos aliados a Vargas, com o apoio do PTB e do PCB, teve grande importância nos debates. Em outubro de 1953, foi criada a Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras, empresa controlada pelo Estado brasileiro.

Pressões internas e externas: o suicídio de Vargas

Embora o projeto nacional-desenvolvimentista pautasse as ações do governo, a economia não apresentou sinais de melhora para a população em geral. Vargas enfrentou o crescimento da inflação e das greves operárias em várias cidades do país.

Com a oposição da UDN fortemente articulada aos setores econômicos avessos ao nacionalismo varguista, o governo sofria críticas e denúncias de corrupção. Uma das maiores polêmicas se deu quando o ministro do Trabalho, João Goulart (“Jango”), do PTB, prometeu o aumento do salário mínimo em 100%, causando a imediata reação negativa dos empresários.

Em 1954, a crise institucional chegou ao seu ápice quando, no dia 5 de agosto, um dos maiores opositores de Vargas, o jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal *A Tribuna da Imprensa*, foi ferido em um atentado a tiros no bairro de Copacabana (RJ). Seu guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, faleceu no atentado. As investigações, conduzidas pela polícia e pela Aeronáutica, apontaram que o mandante do crime era o chefe da segurança pessoal do presidente, Gregório Fortunato.

A oposição exigiu a renúncia de Getúlio Vargas, com o apoio dos oficiais das Forças Armadas. Os generais do Exército chegaram a redigir um manifesto ameaçando depô-lo, caso não renunciasse. A resposta de Vargas veio na manhã do dia 24 de agosto de 1954: cometeu suicídio com um tiro no peito. Ao lado de seu corpo, foi encontrada a carta-testamento, acusando a oposição e os grupos internacionais de conspirar contra o país e o povo brasileiro. A comoção pública com a morte de Vargas fez seus adversários recuarem de qualquer plano de tomada do poder.

Governo Café Filho e a difícil transição

O vice-presidente Café Filho assumiu o governo para concluir o mandato de Vargas. Político de perfil mais conservador do PSP, partido de Adhemar de Barros (SP), Café Filho se aproximou da UDN para ter base no Congresso. A medida mais relevante do Governo Café Filho foi a Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que liberou os investimentos estrangeiros de quaisquer restrições no Brasil, atendendo aos setores liberais.

Entretanto, o curto governo de Café Filho ficou marcado pela tentativa de golpe após o resultado das eleições de 1955, nas quais foi eleito presidente Juscelino Kubitschek, do PSD, e para vice, João Goulart, do PTB.

Aproveitando uma licença médica de Café Filho, políticos da UDN se uniram a militares anti-getulistas para impedir a posse de Juscelino, alegando que este deveria ter vencido as eleições com a maioria absoluta dos votos (a mesma queixa de 1950, quando Vargas foi o vencedor).

O general legalista Henrique Lott, então ministro da Guerra, mobilizou tropas sob seu comando para um “golpe preventivo” no dia 11 de novembro de 1955, afastando as intenções golpistas e garantindo a posse de Kubitschek em janeiro do ano seguinte.

O Governo Juscelino Kubitschek

Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou JK, assumiu a presidência sob grandes expectativas da população. Considerado um político moderno e visionário, principalmente após suas gestões como prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais, JK fez grandes promessas durante a campanha, como a de construir uma nova capital para o país no centro do território. Seu mandato deu continuidade ao nacional-desenvolvimentismo consolidado no segundo Governo Vargas.

A Petrobras foi criada no Governo Vargas para garantir o monopólio nacional sobre o óleo extraído no território nacional.



Getúlio Vargas mostra a mão manchada de óleo. Mataripe (BA), 1952.

Coleção particular



Carlos Lacerda é amparado por policiais após ser ferido em atentado que vitimou o major Rubens Vaz. Rio de Janeiro (RJ), 1954.

Memorial da Democracia

“50 anos em 5”: o Plano de Metas

O lema da campanha de JK foi “50 anos em 5” e pregava ser possível, em um mandato presidencial, solucionar problemas históricos do país. O Plano de Metas lançado por JK tinha como propósito realizar uma rápida industrialização no país. O presidente destacou cinco setores básicos da economia para os quais os investimentos públicos e os incentivos para investimentos privados deveriam ser canalizados: energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação.

Seu governo estimulou a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, concedendo diversos incentivos à instalação de empresas multinacionais no país. Tais empresas teriam o papel de contribuir para o acelerado processo de industrialização idealizado por JK.

A construção de Brasília se tornou a meta-síntese de seu plano de desenvolvimento e modernização do país. A nova capital, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa, foi inaugurada em 1960, no último ano de mandato de JK.

Entre 1955 e 1961, a produção industrial brasileira expandiu-se cerca de 80%. A ampliação da indústria automobilística foi acompanhada pelo crescimento de outros setores econômicos: avançaram a produção de borracha, de material plástico, de vidro, de material elétrico e de autopeças.

As fábricas foram instaladas principalmente na região do ABC Paulista, gerando empregos indiretos em razão da maior demanda e oferta de serviços (comércio, escolas, hospitais, transporte, entre outros). Empresários estrangeiros vendiam máquinas e equipamentos para o Brasil, com taxas baixas, e controlavam as grandes montadoras.

O Brasil do “presidente bossa-nova”

As ações do Governo JK ajudaram a impulsionar a integração entre as regiões do Brasil e a criar uma autoimagem do país mais positiva para os brasileiros. Internacionalmente, o país se destacou por meio de manifestações artísticas, culturais e no esporte.

A habilidade política e o estilo empregado por Juscelino renderam-lhe o apelido de “presidente bossa-nova”, em referência ao estilo musical criado no Brasil que ganhou o mundo nas décadas de 1950 e 1960. Criada como uma fusão entre o samba e o jazz estadunidense, a bossa nova se popularizou pelas mãos e voz de João Gilberto, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Nara Leão, entre outros, obtendo sucesso cultural e comercial.

No mesmo período, cineastas como Cacá Diegues, Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos lançaram o Cinema Novo, um movimento marcado pelo descontentamento de um grupo de cineastas com relação às questões políticas e sociais do Brasil.

No esporte, o Brasil se reconciliou com sua autoestima, sobretudo após a conquista do Campeonato Mundial de Futebol de 1958, no qual a seleção brasileira encantou o mundo com craques como Garrincha, Bellini, Didi, Zagallo e Pelé.

Outras importantes conquistas no esporte foram as vitórias da seleção nacional no Mundial de Basquete de 1959; no tênis, de Maria Esther Bueno; e, no boxe, de Eder Jofre, no início dos anos 1960.

Na chamada Era JK a população urbana cresceu de modo acelerado em virtude da industrialização na Região Sudeste e da expansão da fronteira agrícola em direção a Goiás e ao Mato Grosso, com a ampliação da produção de alimentos e a construção de Brasília. Na Região Centro-Oeste, a população das cidades aumentou 10% entre 1950 e 1960.



JK durante uma apresentação do Plano de Metas em seu gabinete. Rio de Janeiro (RJ), 1958.



Construção da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional ao fundo. Brasília (DF), [195-].



Escalação da Seleção Brasileira de Futebol na final da Copa do Mundo de 1958. Essa foi a primeira Copa conquistada pela seleção brasileira. Estocolmo, Suécia, 1958.

Efeitos sociais da política econômica de JK

Embora tenha ocorrido o crescimento da produção industrial durante os anos do Governo JK, a contratação de empréstimos estrangeiros provocou o aumento da inflação no país. Juscelino solicitou empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas a instituição os condicionou à contenção de salários, cortes no orçamento e suspensão de subsídios. JK não concordou com as condições e rompeu oficialmente com o FMI.

Apesar do grande crescimento econômico, a desigualdade social brasileira se aprofundou. A concentração de indústrias no Sudeste do país acentuou as desigualdades de renda entre a população dessa região e a do restante do Brasil, especialmente do Nordeste, pois os trabalhadores das indústrias ganhavam mais do que os do setor agrícola nesta última região.

A urbanização e a mudança de perfil da sociedade brasileira também alteravam os padrões de comportamento e consumo, especialmente devido à publicidade de bens de consumo modernos e o avanço das propagandas em novas tecnologias como a televisão. Por fim, o processo de interiorização e urbanização do Centro-Oeste brasileiro, assim como a exploração econômica dessas terras, causou a expulsão e o extermínio de muitos povos indígenas da região.

O breve governo de Jânio Quadros

As eleições presidenciais de 1960 envolveram o marechal Henrique Teixeira Lott (PTB/PSD) e Jânio Quadros (Partido Trabalhista Nacional – PTN/Partido Democrata Cristão – PDC/UDN), governador de São Paulo e ex-prefeito da sua capital. Sem programa político definido, e focado em críticas à corrupção, Jânio saiu vitorioso. O vice-presidente eleito foi o da aliança PTB/PSD, João Goulart. A Constituição estabelecia que presidente e vice-presidente eram eleitos separadamente, possibilitando a combinação.

Jânio estabeleceu, no início do governo, um programa de **austeridade** econômica com o congelamento de salários, cortes nos gastos públicos e restrição ao crédito, além de retomar negociações com o FMI. Uma das características de seu mandato foi a ausência de um bom diálogo com o Congresso Nacional e até mesmo com seus ministros. Para atender o conservadorismo de seu eleitorado, dedicou-se a implementar medidas moralizantes dos costumes, como proibir as brigas de galo, as corridas de cavalo nos dias úteis e o uso de biquínis nas praias.

Em abril de 1961, o presidente determinou a criação do Parque Indígena do Xingu, impulsionado pelos irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas-Bôas, de Darcy Ribeiro e de outras personalidades que desde a década de 1940 pleiteavam a proteção dos povos indígenas, da fauna e da flora da região central do Brasil.

Jânio Quadros segura uma vassoura, que simbolizava sua postura de combate à corrupção. Santos (SP), 1959.

GLOSSÁRIO

Austeridade: em economia, significa rigor no controle de gastos por meio do corte de despesas.



A Política Externa Independente

O governo de Jânio Quadros estabeleceu que a diplomacia brasileira serviria às políticas de desenvolvimento do país. A **Política Externa Independente (PEI)** colocou o Brasil em uma posição de neutralidade em relação à conjuntura da Guerra Fria. O país buscou se aproximar dos países recém-independentes na África e na Ásia, defendendo o princípio de autodeterminação dos povos, condenou a ação dos Estados Unidos em Cuba e estabeleceu diálogos com o bloco comunista, sobretudo a China, chegando a homenagear o líder da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara, com a importante comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Crise política e renúncia de Jânio

A homenagem a “Che” foi o bastante para que a UDN, que compunha a base do governo, rompesse com Jânio. Cada vez mais isolado, Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961. O governo deveria ser assumido pelo vice-presidente, João Goulart, que retornou às pressas de uma viagem diplomática à China. Por um lado, os movimentos sociais e a esquerda se animaram com a possibilidade de um governo progressista; por outro, a direita se incomodava com a possibilidade de um presidente que reconhecia como comunista.

A saída parlamentarista

Com o impasse colocado, e diante da mobilização de setores golpistas das Forças Armadas, da UDN e do setor empresarial contra a posse de Jango, formou-se a **Rede da Legalidade**, um movimento nacional que contou com a participação de movimentos sociais e políticos do campo democrático, do movimento estudantil e sindicatos, defendendo o cumprimento da Constituição, ou seja, que o vice João Goulart fosse empossado. A liderança do movimento coube ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e contou com o apoio de militares legalistas do III Exército, sediado em Porto Alegre (RS).

Com a chegada de Jango ao Brasil, o Congresso Nacional buscou um meio de conciliar a legalidade constitucional e as desconfianças da elite, aprovando a emenda constitucional do **parlamentarismo**. Assim, João Goulart assumiu a presidência, mas com poderes reduzidos.

Jango: entre a cruz, a espada e a enxada

Tendo que dividir o Poder Executivo com o primeiro-ministro, Tancredo Neves, o presidente João Goulart teve muitas dificuldades para emplacar medidas que viessem a combater os principais problemas da população brasileira, como a inflação elevada, os baixos salários e os problemas sociais estruturais no campo e na cidade.

Havia uma grande desconfiança das classes médias e das elites econômicas com o Governo Jango. No final de 1961, foi criado o **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)**, de caráter liberal, financiado por grandes empresários e voltado à formação de lideranças para contrabalançar o crescimento das esquerdas na sociedade. As Forças Armadas dividiram-se entre os legalistas e os opositoristas a Jango.

Em contrapartida, as esquerdas também se mobilizaram dentro e fora das instituições. Leonel Brizola, do PTB, fazia um governo de esquerda no Rio Grande do Sul e causou espanto nas elites quando **encampou** uma filial da ITT, grande multinacional de telecomunicações.

O **Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)** organizava a classe operária nas cidades, enquanto no meio rural as **Ligas Camponesas**, lideradas por Francisco Julião, pressionaram as autoridades a expandir a legislação trabalhista ao campo e a efetivar a reforma agrária. **A União Nacional dos Estudantes (UNE)**, principal instituição do movimento estudantil, atuava na defesa do ensino público e de mais vagas no ensino superior.

Em janeiro de 1963, foi realizado um referendo para que a população decidisse pela continuidade ou não do sistema parlamentarista. A votação teve como resultado 80% dos votos a favor da volta do sistema presidencialista, devolvendo a Jango os poderes de chefe de governo.

O Plano Trienal e as reformas de base

O governo de Jango lançou, em dezembro de 1962, o **Plano Trienal**, para dar continuidade à industrialização, manter o crescimento da economia e diminuir a inflação, possibilitando a redução de desigualdades sociais e regionais. O Plano Trienal foi criticado por empresários e trabalhadores. No final de 1963, já era possível perceber seu fracasso.

Uma das propostas mais ousadas de Jango foi a das **reformas de base**, um conjunto de medidas que atacavam problemas estruturais da sociedade brasileira. Entre as reformas propostas estavam a tributária, habitacional, educacional, bancária e a reforma agrária, que pretendia promover a redistribuição da terra a milhares de trabalhadores rurais que trabalhavam em terras **arrendadas** de grandes proprietários e viviam sob o risco de expulsão.

Entre os apoiadores das reformas de base estavam as Ligas Camponesas, o CGT, os sindicatos, a UNE, a juventude progressista católica e parte minoritária da imprensa (como o jornal *Última Hora*). Os críticos às reformas de base eram a maior parte da elite política, empresários do mercado financeiro e ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), setores das Forças Armadas, parte da cúpula do clero católico e a grande imprensa, como os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa*, do jornalista e udenista Carlos Lacerda. Organizações da direita liberal como o Ipes e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) também se opunham às reformas.

A grave situação econômica aprofundou a polarização política e social. Protestos a favor e contra as reformas sociais eram realizados em todo o país. No Congresso Nacional, crescia a oposição da UDN e do PSD ao governo do PTB. Nos meios militares e empresariais, as conspirações a favor de um golpe contra o presidente ganhavam força.



Hélio Passos/O Cruzeiro/EM/D.A

O deputado Francisco Julião discursa para integrantes das Ligas Camponesas. Sem local, 1961.

GLOSSÁRIO

Arrendamento: propriedade cedida a uma pessoa para exploração econômica, mediante pagamento ao proprietário.

Encampar: tomar posse de uma empresa privada, geralmente com pagamento de indenização.

A crise do Governo João Goulart (1961-1964)

A proposta das reformas de base, lançadas pelo governo de João Goulart em dezembro de 1962, provocou uma crescente divisão na sociedade brasileira entre aqueles que apoiavam e os que faziam oposição ao Governo Jango. Isso se acentuou especialmente no segundo semestre de 1963.

Em 13 de março de 1964, na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizado um grande comício, no qual Jango prometeu aprofundar as reformas de base. O presidente anunciou a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação dos latifúndios improdutivos às margens de rodovias e ferrovias federais visando levar adiante a proposta da reforma agrária.

Os setores conservadores reagiram, promovendo manifestações contra o governo em diversas cidades do país. Em São Paulo, em 19 de março de 1964, foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mobilizando mais de 250 mil pessoas da classe média, do empresariado e da Igreja Católica que se colocavam contra o governo e em defesa da deposição de Jango.

A situação se agravou em 25 de março de 1964, quando um grupo de marinheiros e fuzileiros anunciou que iria lutar pelas reformas de base. O grupo reivindicou também a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis. João Goulart negociou com os marinheiros, mas não puniu os manifestantes. Isso causou descontentamento entre membros das Forças Armadas, que interpretaram tal ato como a quebra da disciplina e da hierarquia. No dia 30 de março, o comparecimento de Jango a uma manifestação de sargentos com a presença dos marinheiros rebeldes foi visto pelos militares como uma provocação.

As manchetes dos jornais do dia 31 de março de 1964 traziam críticas ao Governo João Goulart, algumas delas exigindo até mesmo sua deposição. O presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, apresentou um manifesto à nação, no qual defendia o rompimento com o governo e conclamava as Forças Armadas a tomar o poder.

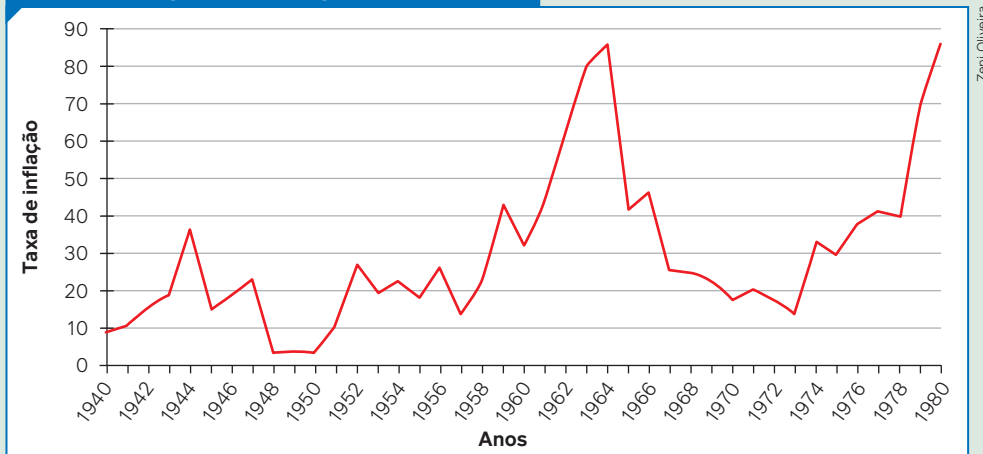
No dia 31 de março de 1964, tropas do general Olímpio Mourão Filho deixaram os quartéis de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de destituir o presidente. Jango se dirigiu a Brasília no dia seguinte, sem manifestar resistência. O Congresso Nacional declarou vaga a Presidência da República e o presidente da Câmara assumiu o cargo. Em seguida, os militares tomaram o poder e Jango se exilou no Uruguai.

Aprendizagens em processo • Procedimental



1. Analise o gráfico e responda as questões.

Brasil: variação da inflação – 1940-1979



Fonte: SILVA, U. R. U. da; NUNES, L. D. A inflação no Brasil durante a segunda metade do século XX. *Sobre economia*, [s. l.], 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2021/12/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

- a) Descreva as curvas de inflação apresentadas no gráfico entre os anos de 1950 e 1952 e de 1957 a 1964.
- b) Quais motivos levaram ao comportamento da curva inflacionária em cada um dos períodos mencionados na questão anterior?



Existia uma ameaça comunista no Brasil em 1964?

Existem *sites* e textos divulgados pelas redes sociais que afirmam que os militares ocuparam o poder no ano de 1964 porque existia um golpe comunista em curso no Brasil e que, se não agissem dessa forma, o país se transformaria em uma “nova Cuba”. Tal afirmação, entretanto, é considerada pelos historiadores como um erro histórico. Na reportagem a seguir, alguns pesquisadores especialistas da área apresentam argumentos que desmontam essa afirmação.

O historiador Carlos Fico, professor titular de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [...] explica que a versão de que havia uma ameaça comunista “não encontra bases da realidade”. “João Goulart não era comunista”, diz Fico. E acrescenta: “Não há evidência alguma de que estivesse preparando um golpe. Os golpistas vitoriosos tiveram amplas condições de investigar o governo deposto por meio de inúmeros inquéritos arbitrários e não acharam planos golpistas.”

Fico observa que [...]. “O fato de haver muitas greves e manifestações não significa que houvesse a possibilidade de aquelas escassas lideranças comunistas tomarem o poder, algo que só poderia ser feito com amplo apoio popular e recurso às armas, sendo que essas lideranças não contavam nem com uma coisa, nem com outra”, afirma o pesquisador.

O também historiador Paulo Cesar Gomes, que é pós-doutorando [...] em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e editor-chefe do *site História da Ditadura*, observa que Jango era proprietário de fazendas. “João Goulart, longíssimo de ser um comunista, era um latifundiário muito ligado ao ideário do trabalhismo, que ele herdou de Getúlio Vargas”, disse. “As reformas de base que ele propôs eram muito tímidas.”

O historiador e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Carlos Zacarias também ressalta que Jango se enquadrava como um político trabalhista. “Era um nacionalista, da tradição trabalhista, ligado ao briozolismo, vinculado aos interesses de uma burguesia brasileira, sempre associada ao capitalismo internacional.”

Para Paulo Cesar Gomes, de todas as reformas, a que ganhou mais repercussão foi a agrária. Ainda que Gomes considere a proposta “tímida”, ele lembra que a mudança mexeria com questões históricas do Brasil. “Foi uma das questões que mais incomodaram os grupos dominantes, as elites e as classes médias, que acabaram apoiando o golpe”, afirma.

[...]

Mas, afinal, se não havia ameaça comunista, por que esse discurso causou tanto impacto no período e continua a ser mobilizado, quase seis décadas depois? [...].

[...]

O historiador Caio Fernandes Barbosa fala que havia medo, mas não uma ameaça comunista real. “Basta olhar o alcance e tamanho das organizações comunistas em 1964. No entanto, o medo sempre foi um importante fator de mobilização da política no Brasil [...]. A fábula de que o Brasil e o mundo estavam sob ameaça comunista circulava bastante durante a Guerra Fria e ajudava a mobilizar vários setores da sociedade contra políticas de democratização, como eram as reformas de base de João Goulart.”

PACHECO, C. *Posts distorcem a História ao afirmar que militares em 1964 ‘impediram o comunismo’ no Brasil. Estadão*, [s. l.], 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/posts-distorcem-a-historia-ao-afirmar-que-militares-em-1964-impediram-o-comunismo-no-brasil/>. Acesso em: 6 jun. 2024.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, São Paulo (SP), 1964.

Domicio Pinheiro/Estadão Conteúdo/AE

1. De acordo com o historiador Carlos Fico, por que a afirmação de que havia uma ameaça comunista no Brasil em 1964 “não encontra bases da realidade”?
2. De que forma os historiadores no texto caracterizam o governo de João Goulart?
3. De acordo com a reportagem, por que o discurso do perigo de uma ameaça comunista causou tanto impacto na época?



1. Identifique duas características da Constituição de 1946 que garantiram o regime democrático no Brasil entre 1946 e 1964.
2. Getúlio Vargas foi eleito presidente para o período de 1951-1956. Desde a campanha, no entanto, sofreu intensa oposição da UDN. Essa campanha se acentuou principalmente devido à política nacionalista de Vargas.
 - a) Cite duas características do projeto nacionalista do segundo Governo Vargas.
 - b) Explique a crise política que levou ao fim do Governo Vargas, em 1954.
3. Apresente as iniciativas do Governo JK que estimularam a integração regional no Brasil.
4. (Albert Einstein-SP – 2022) A política econômica desenvolvida no Brasil na segunda metade da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, é caracterizada como nacional-desenvolvimentista. Essa política
 - a) acelerou a industrialização por meio do aprimoramento da infraestrutura e da associação de recursos nacionais com capitais estrangeiros.
 - b) implantou medidas estatizantes de caráter socialista, atreladas ao controle da liberdade de atuação da iniciativa privada.
 - c) ampliou o volume de investimentos externos no país e manteve o controle nacional sobre setores estratégicos, como os transportes e a indústria.
 - d) preservou a disposição nacionalista dos governos anteriores e o anseio de alcançar autonomia financeira no plano internacional.
 - e) estimulou a busca do lucro pelos empresários nacionais e criou mecanismos eficazes de melhoria da distribuição de renda.

5. (Santa Casa-SP – 2022)

“A diplomacia de Jânio de certo modo desinteressou-se do sistema interamericano. Ao menos, não o via mais como horizonte exclusivo e incontornável da sua presença no mundo. Sentia-se atraída pelos continentes e regiões que começavam a alcançar a independência. [...] Mais forte ainda foi o interesse que despertou em Jânio o esforço de Nehru, Nasser, Sukarno e Tito de organizarem um terceiro sistema, nem soviético nem ocidental.”

(Rubens Ricupero. *A diplomacia na construção do Brasil*, 2017.)

Jânio Quadros foi presidente do Brasil de janeiro a agosto de 1961. A política exterior do governo

- a) pressupunha a possibilidade de atuação autônoma de alguns Estados em um cenário internacional de tensão nuclear.
 - b) era uma continuidade das medidas nacionalistas de proteção ao processo de industrialização brasileira.
 - c) inseria-se na lógica republicana de participação do país nas decisões conjuntas dos países da América Latina.
 - d) apoiava-se nos movimentos de revolução socialista ocorridos nas nações recém-libertas do imperialismo europeu.
 - e) caracterizava-se pela defesa intransigente dos organismos internacionais como árbitros nos conflitos entre países.
6. Observe a fotografia do então presidente Jânio Quadros concedendo a comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, prestigiada honra diplomática do Estado brasileiro, a Ernesto "Che" Guevara, uma das lideranças da Revolução Cubana de 1959. Com base nos estudos do capítulo e nos conhecimentos que você adquiriu sobre o desenvolvimento da Política Externa Independente (PEI) no Governo Jânio Quadros, comente por que, apesar da contradição ideológica entre os dois personagens da fotografia, esse evento foi possível e exemplifica com clareza as características da PEI.



Jânio Quadros condecora Ernesto "Che" Guevara. Brasília (DF), 1961.



O principal símbolo da campanha de Jânio Quadros para a Presidência da República em 1960 foi a vassoura. O objeto foi exibido pelo candidato em diversas oportunidades e amplamente utilizado em panfletos, músicas de campanha, integrando inclusive o discurso de posse após a vitória nas eleições, como mostra o trecho a seguir.

[...] não haverá ninguém, a começar dos mais altos escalões administrativos, que possa situar-se fora das normas de exação, compostura e integridade que caracterizarão os negócios públicos neste quinquênio. [...] Derrogarei até o limite extremo das minhas forças a contrafacção do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis e de emissões em confiança. No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infeciona e debilita o regime, não darei quartel. A vassoura que o povo me confiou nas assembleias, trago-a comigo, para os serviços empreitados. Usá-la-ei em consonância com o que prometi e com o que me reclamam, mas em caráter da mais estreita imparcialidade.

DISCURSO do Presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”. In: MUNIZ, C. B. de A. (org.). *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 10. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.



Coleção particular

Material de campanha de Jânio Quadros, 1960.

1. A partir da análise da imagem e do trecho do discurso, responda às questões.
 - a) A vassoura (um objeto destinado à limpeza) procura associar qual imagem ao candidato?
 - b) Em contrapartida à imagem que a campanha de Jânio Quadros procurava construir, como seus adversários e o mundo político de maneira geral eram retratados?
 - c) Quais trechos do discurso exemplificam o contraste entre a imagem projetada por Jânio Quadros e a construída em relação a seus opositores, mencionado na questão anterior?
 - d) O mesmo discurso utilizado por Jânio Quadros em 1960 ainda está presente no Brasil contemporâneo? Faça uma análise sobre a presença desse tipo de manifestação em nossos tempos, sua pertinência para o debate público e possíveis consequências para nossa sociedade.

Ficha de estudos



Capítulo 22 – O Período Democrático de 1945 a 1964

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

1. Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
2. Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chave com as ideias principais que sintetizam o tópico.
3. Você pode destacar conceitos, datas, informações de seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- A redemocratização brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial
- O Governo Dutra
- O retorno de Vargas
- O Governo Juscelino Kubitschek
- O breve governo de Jânio Quadros
- Jango: entre a cruz, a espada e a enxada

Ditaduras Civil-Militares no Brasil e na América do Sul

▼ Para começar

1. Com base em seus conhecimentos sobre os atos golpistas organizados em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, por que tais grupos escolheram atacar as sedes dos três poderes da República?
2. O que significa propor a abolição do Estado democrático de direito e quais são as consequências disso para uma sociedade?



A abertura deste capítulo mostra um registro fotográfico dos atos golpistas ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. Tais atos defendiam a abolição do Estado democrático de direito e a deposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, legitimamente eleito. Os envolvidos nos movimentos antidemocráticos invadiram as sedes dos três poderes da República do Brasil – o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal – e destruíram parte do patrimônio público.

No entanto, esse não foi o primeiro momento em que determinados segmentos sociais defenderam a intervenção militar e a ruptura com o Estado democrático. Em um outro contexto histórico, no ano de 1964, diferentes segmentos da sociedade brasileira defenderam uma intervenção militar e apoiaram o golpe de Estado que levou o Brasil a 21 anos de governo ditatorial. No mesmo período, outros países da América Latina viveram experiências semelhantes. Esse é o tema deste capítulo.

Golpistas de extrema direita em invasão ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.



Sergio Lima/AFP

O início da Ditadura Civil-Militar no Brasil e os primeiros Atos Institucionais

Com o golpe de Estado, os militares impuseram um regime ditatorial que começou em 1964 e terminou em 1985. O governo do general Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) caracterizou-se pela repressão sistemática e violenta aos que se opunham ao golpe e pela criação dos primeiros **Atos Institucionais (AIs)**, decretos com força de lei expedidos pelo Poder Executivo que, gradativamente, ampliavam os poderes dos militares e limitavam as liberdades políticas e civis no Brasil.

O primeiro Ato Institucional, o **AI-1**, foi decretado por uma junta militar em 9 de abril de 1964, o que garantiu plenos poderes ao Executivo e permitiu a cassação de mandatos de vereadores, deputados e senadores; a suspensão de direitos políticos de muitos cidadãos; e a possibilidade de decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. O AI-1 estabeleceu eleições indiretas para a escolha de um presidente temporário. O general Castello Branco foi escolhido pelo Congresso Nacional para assumir a Presidência da República e permaneceu no poder até 1967.

O Governo Castello Branco (1964-1967)

Castello Branco assumiu a presidência afirmando que o governo militar seria curto. Na prática, não foi isso que aconteceu. Os militares lançaram as bases da estrutura de repressão, o que garantiu que a Ditadura Civil-Militar permanecesse por longos anos.

Ainda em 1964, foram criados os serviços secretos de espionagem, entre os quais se destacou o Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha o objetivo de analisar informações de adversários do governo. No âmbito dos Estados, houve a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), com delegacias usadas contra organizações políticas e militantes de tendência socialista ou comunista.

Em outubro de 1965, o governo decretou o **AI-2**, que determinou a extinção dos partidos políticos tradicionais, instituiu eleições indiretas para a Presidência da República e a instauração do bipartidarismo, criando apenas duas organizações partidárias: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o único partido de oposição autorizado.

O **AI-3** foi estabelecido em fevereiro de 1966 e determinou eleições indiretas para governadores e vice-governadores e a nomeação de prefeitos das capitais pelos respectivos governadores. No mesmo ano, foi editado o **AI-4**, convocando o Congresso Nacional para elaborar uma nova Constituição, outorgada em 24 de janeiro de 1967. O texto constitucional ampliou os poderes do presidente da República e incorporou os Atos Institucionais, oficializando a Ditadura Civil-Militar no país.

Em 1967, o governo criou a Lei de Imprensa, implementando a censura e limitando a liberdade de expressão e de informação nos meios de comunicação, e a Lei de Segurança Nacional, que permitia julgar e reprimir, com o apoio da Justiça Militar, qualquer manifestação particular ou coletiva. Artistas, intelectuais e jornalistas passaram a ser perseguidos e censurados.

Em outubro de 1966, o Congresso Nacional elegeu o general Arthur da Costa e Silva, então Ministro da Guerra, como o novo presidente da República. Sua escolha representou a tomada do poder de um grupo das Forças Armadas conhecido como “linha dura”, mais radical e hostil às lideranças civis do que o grupo ligado ao ex-presidente Castello Branco, os chamados “castelistas”. Em 5 de março de 1967, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência inaugurando um período de aumento da violência e da repressão policial contra os movimentos de oposição ao regime.

A política econômica da Ditadura Civil-Militar

A política econômica do governo Castello Branco caracterizou-se pelo alinhamento aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, afastando-se da política econômica nacionalista de Jango. O governo revogou a lei implementada por João Goulart que restringia a remessa de lucros das empresas para o exterior, além de realizar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), dando garantias para investimentos externos no país e podendo, desse modo, obter novos empréstimos.

A situação econômica do país permanecia difícil e, para conter a inflação, foram implementadas medidas como o corte nos investimentos e a elevação dos impostos, que trouxeram como consequência o arrocho salarial, o desemprego e o fechamento de empresas. A inflação recuou, mas trouxe um período de recessão para a população brasileira.



Padres e estudantes durante manifestação em frente ao prédio do Dops, em São Paulo (SP), 1967.

ARNALDO FIASCHI/ESTADÃO CONTEUDO/AE

Movimentos culturais de resistência

Apesar da repressão, surgiram manifestações sociais com críticas e oposição à Ditadura Civil-Militar. Em 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade. Apesar disso, os estudantes continuaram organizando congressos clandestinos para eleger representantes e debater a situação do país e da educação e definir estratégias de luta. Também se destacaram os grupos do Teatro de Arena e do Teatro Oficina. Eles promoviam uma interação entre os atores e o público, mobilizando críticas ao contexto político opressor.

Na década de 1960, surgiu o Cinema Novo. Com o lema “uma câmera na mão, uma ideia na cabeça”, esse movimento produziu filmes de baixo custo com linguagem e estética inovadoras e com temas sobre questões sociais do Brasil, como a miséria e a violência. Dentre seus cineastas, destacou-se Glauber Rocha, com o filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de 1964. Na música, compositores e cantores protestavam, denunciavam e criticavam a Ditadura Civil-Militar, os problemas sociais brasileiros e a exploração capitalista. Entre esses artistas, destacaram-se os músicos da música popular brasileira (MPB), como Zé Keti, Nara Leão, João do Vale, Edu Lobo, Geraldo Vandré, Elis Regina, Chico Buarque e João Bosco.

A televisão, que, na década de 1960, passava a substituir o rádio como meio de comunicação, transmitiu, entre 1965 e 1972, os festivais de música popular, contribuindo para a difusão de tais músicas. No III Festival de Música Popular Brasileira, em 1967, Gilberto Gil apresentou a canção “Domingo no parque”, e Caetano Veloso, a canção “Alegria, alegria”, inaugurando o movimento Tropicália. Usando guitarras elétricas, o Tropicalismo misturava elementos modernos do *rock* internacional e do movimento da contracultura dos Estados Unidos a estilos nacionais, como o samba, o frevo e o baião.

Nesse período, houve a difusão do *soul* e do *funk* estadunidense, muito diferente do *funk* atual. Nos chamados bailes *black*, a juventude negra, pobre e periférica, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, encontrou espaços de entretenimento que também eram locais para manifestações contra o racismo, valorização estética, artística e cultural da população negra, assim como denúncias contra o governo militar. Esses eventos geraram grande incômodo entre os militares, que passaram a espionar, investigar e reprimir essas festas.

Representado por Roberto Carlos, Wanderléa e Erasmo Carlos, outro gênero musical foi a Jovem Guarda, que se tornou popular entre os jovens, sobretudo por suas canções leves e dançantes voltadas ao entretenimento. Por fim, houve sambas-enredo e, principalmente, músicas sertanejas que exaltaram a Ditadura Civil-Militar, com destaque para o nacionalismo **ufanista** e a apologia ao desenvolvimentismo proporcionado pelo autoritarismo militar.



Copacabana Filmes

Cartaz do filme *Deus e o diabo na terra do sol*, 1964.

GLOSSÁRIO

Ufanista: pessoa excessivamente patriota.

Para ampliar

Assista

Narciso em férias, direção de Renato Terra e Ricardo Calil (Globoplay, 2020, 84 min). O documentário traz o depoimento do compositor e cantor Caetano Veloso no qual ele descreve o tempo que ficou preso, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. O músico fala sobre suas memórias e canta algumas canções que remetem à conjuntura do Regime Militar no Brasil.



ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

O músico Gilberto Gil se apresenta com o grupo Os Mutantes e orquestra. São Paulo (SP), 1967.

O ano de 1968 e o endurecimento do regime

Em 1968, as manifestações de civis contra o governo militar tomaram as ruas. Reapareceram as greves e as reivindicações de operários. Nesse ano, metalúrgicos de Contagem (MG) e de Osasco (SP) pararam de trabalhar por melhores salários e liberdade política e foram reprimidos de forma violenta, inclusive com prisão.

Um fato marcante da violência militar foi a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, em março de 1968, quando ele participava de um protesto no centro do Rio de Janeiro. Em junho de 1968, o movimento estudantil organizou, no Rio de Janeiro, um grande evento contra o autoritarismo militar, conhecido como **Passeata dos Cem Mil**. Participaram dessa manifestação artistas, políticos, trabalhadores e estudantes.

No campo da cultura, apesar da repressão, artistas e intelectuais criaram espaços para expressar suas críticas ao regime e denunciar a censura. O ano de 1968 foi caracterizado pela agitação social e efervescência cultural tanto no Brasil como em países da Europa e nos Estados Unidos.

Em setembro de 1968, o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, fez um discurso na Câmara dos Deputados conclamando a população a não comparecer à parada militar de 7 de setembro, em repúdio à Ditadura Civil-Militar. Os generais exigiram sua cassação; entretanto, o Congresso não acatou a ordem.

Como resposta, o presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), símbolo maior do autoritarismo militar. O AI-5 deu aos militares o poder de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, demitir juízes, intervir em estados e municípios e decretar o estado de sítio. O novo ato também suspendeu o direito ao *habeas corpus*. Com a perda de direitos, milhares de pessoas foram presas e perseguidas de forma arbitrária por serem consideradas inimigas do governo.

Os Anos de Chumbo

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame e foi afastado da presidência. Em seu lugar, assumiu Emílio Garrastazu Médici, da chamada linha-dura. O Governo Médici (1969-1974) ficou conhecido como os Anos de Chumbo da Ditadura Civil-Militar, uma vez que houve o aumento da repressão àqueles que optaram em combater o regime por meio da luta armada.

Médici promoveu o crescimento econômico do país. Por meio de empréstimos obtidos no exterior, a juros baixos, investiu na indústria, na agricultura, no setor energético e na construção civil. Foram realizadas obras de infraestrutura como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis, a ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica. A Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) expandiu-se com o uso do satélite, integrando o território nacional, sobretudo por meio da televisão que difundia valores culturais e costumes.

Foram instaladas várias empresas multinacionais no Brasil, sobretudo as que produziam bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. O sistema bancário e financeiro concedeu crédito para a população consumir carros, geladeiras, televisão, entre outros produtos.

Diante do grande crescimento da economia, esse período foi chamado de “milagre econômico”. O “milagre” beneficiou principalmente os empresários, com o aumento dos lucros; os banqueiros, com a estabilidade monetária; a classe média, com facilidades de crédito para a compra da casa própria, automóveis e eletrodomésticos; e até mesmo os trabalhadores, com ofertas de emprego. Por outro lado, no campo, os pequenos agricultores foram afetados pela expansão da mecanização da agricultura nos latifúndios.



Passeata dos Cem Mil no centro do Rio de Janeiro (RJ), 1968.

Sérgio Rocha/O Cruzeiro/EM/D.A



Cartaz da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), durante o Governo Médici, com slogan ufanista.

Coleção particular

O “milagre” legitimou a Ditadura Civil-Militar no momento em que o governo realizava uma violenta repressão. Além disso, ao mesmo tempo que ele estimulava a economia, também promovia a concentração de renda e a desigualdade social no país. Essa política econômica não visou ao fortalecimento da escola pública e do sistema de saúde pública, privilegiando escolas, hospitais e planos de saúde privados.

Em 1973, a crise do petróleo provocou uma recessão mundial e o Brasil foi duramente atingido. A partir de então, os empréstimos diminuíram e os juros da dívida externa aumentaram, pondo fim ao milagre.

A opção pela luta armada

O AI-5 elevou o autoritarismo no país. Diante disso, muitos grupos de esquerda, inspirados pela Revolução Cubana, recorreram à luta armada para combater a Ditadura Civil-Militar e implementar o socialismo no país.

Os grupos de guerrilha urbana eram, em sua maioria, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eles sequestravam diplomatas, assaltavam bancos para financiar a guerrilha e produziam documentos falsos para viabilizar a fuga daqueles que estavam sendo perseguidos pelo regime. Os principais foram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada pelo ex-deputado Carlos Marighella; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo ex-capitão Carlos Lamarca; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Para conter a luta armada, o governo criou a Operação Bandeirantes (Oban). Em 1969, com o apoio financeiro de empresários brasileiros e estrangeiros, foi montado um centro de informações e investigações em São Paulo. Ele reuniu as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal, e seu objetivo era centralizar e coordenar as atividades de combate ao que os militares chamavam de “subversão” e “terrorismo”.

Nas Forças Armadas, foi criado o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Sua finalidade era prender e interrogar os militantes de oposição, ligados ou não à luta armada. Nesses locais, os presos eram torturados. Muitos não resistiam e acabavam morrendo.

No espaço rural, foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a Guerrilha do Araguaia, na região do Rio Araguaia, na divisa dos estados do Pará, Goiás (na região que hoje pertence a Tocantins) e Maranhão. Os guerrilheiros procuraram desenvolver focos revolucionários e mobilizar a população camponesa para lutar pela reforma agrária. Eles estocavam armas e munições, além de abrigar pessoas perseguidas pela Ditadura Civil-Militar. Pretendiam que a guerrilha fosse o ponto de partida para iniciar a revolução socialista no Brasil. O governo militar enviou para a região uma grande tropa de soldados, que assassinou 59 militantes e moradores que supostamente apoiavam a guerrilha.

O Governo Médici reprimiu violentamente os movimentos de luta armada e, no final do seu mandato, quase todos os grupos de guerrilhas haviam sido desarticulados e seus militantes estavam presos, mortos, desaparecidos ou no exílio.



Presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick na base aérea do Galeão, Rio de Janeiro, antes de embarcarem para o exílio no México. Rio de Janeiro (RJ), 1969.



Cartaz com fotografias de procurados, entre eles o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, que desertou e se tornou guerrilheiro. Brasília (DF), década de 1960.

Acervo Iconographia

ANDRÉ DUSEK/FESTADÃO CONTEUDO/AE

Assista

O ano em que os meus pais saíram de férias, direção de Cao Hamburger (Buena Vista Internacional, 2006, 110 min). No contexto da Copa do Mundo de 1970, o filme narra a trajetória de Mauro, um garoto de 12 anos que sonha em ver a seleção do Brasil ser tricampeã mundial de futebol. Seus pais, no entanto, estavam envolvidos com a luta armada e de repente ele se vê separado deles, tendo de se adaptar a uma nova e estranha realidade.



Globo Filmes

Aprendizagens em processo • Factual



Com base em seus conhecimentos sobre o contexto histórico do ano de 1968 no Brasil e do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), elabore um pequeno texto contendo as palavras do quadro a seguir.

AI-5	Passeata dos Cem Mil	luta armada	deputado federal Márcio Moreira Alves	DOI-Codi	violência	tortura
------	----------------------	-------------	--	----------	-----------	---------

Perfil

Zuzu Angel

Zuleika Angel Jones (1921-1976), Zuzu Angel, foi uma estilista brasileira. Em 1970, ela abriu uma loja de roupas no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, e seu trabalho conquistou reconhecimento no mercado estadunidense e em editoriais importantes no Brasil.

Em maio de 1971, seu filho mais velho, Stuart Edgar Angel Jones, estudante de economia, foi preso no Rio de Janeiro e levado para a base aérea do Galeão. Ele era militante do Movimento Revolucionário 8 Outubro (MR-8). Diante do seu desaparecimento, Angel juntou todos os seus esforços na luta por informações sobre seu paradeiro.

Ainda em 1971, Zuzu realizou um desfile de protesto no consulado brasileiro em Nova York. As roupas apresentavam tanques de guerra, pássaros engaiolados, anjos amordaçados e meninos aprisionados. A estilista denunciou a Ditadura Civil-Militar à imprensa e aos órgãos internacionais. Segundo o preso político Alex Polari, que esteve no mesmo local que Stuart, o filho de Zuzu foi torturado até a morte.

Em 1976, ela sofreu um acidente de carro no Túnel Dois Irmãos, em São Conrado, no Rio de Janeiro e morreu no local. Em sua homenagem, o túnel onde aconteceu o acidente recebeu seu nome. Em 1993, a filha de Zuzu, a jornalista Hildegard Angel, criou o Instituto Zuzu Angel de Moda do Rio de Janeiro, em memória da mãe.



Folhapress

Zuzu Angel. Sem local, anos 1970.

O início da abertura política

Em 1973, em meio aos efeitos da crise do petróleo, como inflação, redução de créditos, elevação dos juros e desvalorização dos salários, Ernesto Geisel foi conduzido à presidência. O novo ditador prometeu iniciar a abertura política “lenta, gradual e segura” no país. “Lenta” para não desagradar a “linha dura”. “Gradual” em resposta às reivindicações da sociedade civil brasileira. “Segura” para preservar a imagem das Forças Armadas e evitar a punição dos agentes da repressão. O projeto de “abertura” visava devolver o poder aos civis sem alterar a ordem vigente.

Geisel procurou diminuir a dependência da economia brasileira em relação aos países estrangeiros. O governo propôs o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ele estimulava investimentos em indústrias de base, de comunicações, na construção da usina hidrelétrica de Itaipu e em tecnologias para aumentar a produção nacional de petróleo. Foi, então, lançado o Programa Nacional do Alcool (ProAlcool), em 1975, que incentivava a produção e o uso do etanol, combustível produzido com a cana-de-açúcar. No mesmo ano, firmou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que previa a construção de reatores nucleares no país, com o intuito de alcançar a autonomia energética.

O projeto de abertura do Governo Geisel foi marcado por momentos de retrocesso e endurecimento. As denúncias de tortura ao lado da recessão econômica favoreceram a insatisfação social da população e o crescimento do MDB, que defendia o retorno à democracia. O fortalecimento do MDB incomodou o governo. Como resposta, em 1976, os militares decretaram a Lei Falcão, que limitou a propaganda política a um pequeno currículo do candidato com sua foto, não sendo permitido o discurso político e o uso de músicas. Em abril de 1977, fechou o Congresso Nacional por 14 dias. Em seguida, lançou o Pacote de Abril, um conjunto de leis para impedir uma nova vitória do MDB nas eleições legislativas do ano seguinte. O pacote também garantiu que o presidente teria o poder de indicar um terço dos senadores, o que garantia a maioria governista no Senado Federal. Apesar desses recuos, já não era possível ignorar a oposição crescente da sociedade civil.



Athayde dos Santos/Agência O Globo

Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Os dois disputaram as eleições de 1974 como candidatos de oposição. Rio de Janeiro (RJ), 1973.

Mobilizações da sociedade civil pela redemocratização

A década de 1970 foi caracterizada pela mobilização da sociedade civil contra o Regime Militar. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog na sede do DOI-Codi, em 1975, impulsionou a retomada das manifestações. Houve um grande ato ecumênico em sua memória, no qual as pessoas aproveitaram para manifestar contrariedade ao regime.

Os movimentos estudantil e sindical voltaram a se manifestar nas ruas e a elaborar jornais alternativos criticando o regime militar. A pressão aumentava com as reivindicações da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pela liberdade de expressão e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela volta da legalidade democrática.

Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFWA), que lutava pela anistia dos presos políticos e o resgate dos exilados. Em 1977, diferentes setores da sociedade organizaram a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para todos aqueles que tinham sido punidos pela Ditadura Civil-Militar.

Em 1978, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), que organizava ações contra o racismo e a Ditadura Civil-Militar. No mesmo ano, foram realizados grandes movimentos grevistas na região do ABC paulista, nos quais se destacou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Em meio a um contexto de mobilizações crescentes da sociedade contra o autoritarismo do Regime Militar e de um clima de tensão no interior das Forças Armadas, Geisel revogou, em 1978, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e extinguiu a censura, possibilitando a ampliação dos debates e da participação política. Para a sucessão da Presidência da República foi escolhido o general João Batista Figueiredo.



Coleção particular/

Capa da revista *Brasil mulher*, que destacou o Movimento Feminino pela Anistia em 1975.

Ademir/Folhapress



Passeata dos integrantes do Movimento Negro Unificado, realizada em São Paulo (SP), 1979.

O Governo João Figueiredo (1979-1985)

O general João Batista Figueiredo assumiu a Presidência em 1979, com o compromisso de manter o processo de abertura política. Um grande avanço da sua gestão foi a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, que possibilitou a libertação dos presos políticos e o retorno legal de exilados. Por outro lado, a lei também concedeu perdão aos agentes da repressão que praticaram tortura e cometeram assassinatos durante o regime.

Em novembro do mesmo ano, houve uma reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo. A partir de então, foi permitida a formação de novos partidos, como o Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB, antigo MDB), o Partido Democrático Social (PDS, antiga Arena), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Outra medida importante para o processo da transição democrática foram as eleições diretas para governadores, deputados e vereadores, em 1982, com a vitória de vários candidatos da oposição.

Ao mesmo tempo, um setor radical militar que não aceitava a abertura agia recorrendo a práticas terroristas com o objetivo de amedrontar a sociedade: explodiram bombas em locais diversos, como em bancas que vendiam jornais da oposição e na sede de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, causando mortes.

Na noite de 30 de abril de 1981, foi planejado um atentado no Riocentro, local onde aconteceria um *show* em comemoração ao Dia do Trabalho. O sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Machado, que atuavam no DOI-Codi do Rio de Janeiro, armaram bombas dentro do carro com a intenção de detoná-las dentro do Riocentro. No entanto, a bomba explodiu no carro, matando o sargento e ferindo gravemente o capitão.

Um inquérito foi aberto para apurar o caso; no entanto, os responsáveis pela tentativa de atentado não foram punidos pelo governo. Na televisão, em rede nacional, um tenente-coronel apresentava à sociedade a versão de que a bomba dentro do carro teria sido colocada por um “terrorista de esquerda”. Tal versão foi considerada inconcebível inclusive entre muitos militares. Essas situações desgastaram o Governo Figueiredo, que no plano econômico ainda enfrentava o aumento da inflação, a recessão e o desemprego.

As Diretas Já

Em 1982, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governador. O PMDB venceu em vários estados, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás. No Rio de Janeiro, foi eleito pelo PDT Leonel Brizola, líder político cassado no início da Ditadura Civil-Militar.

Os governadores da oposição começaram a atuar pelas eleições diretas para a Presidência da República. Em 1983, o deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, reuniu assinaturas de parlamentares e propôs a emenda constitucional para tornar diretas as eleições para presidente. A Emenda Dante de Oliveira abriu o caminho para a campanha Diretas Já.

Atos e comícios populares ganharam as ruas do país. Na cidade do Rio de Janeiro, 1 milhão de pessoas se reuniram atrás da Igreja da Candelária para exigir a volta do voto direto para a Presidência. No último comício, em 16 de abril de 1984, cerca de 1,5 milhão de manifestantes ocuparam o Vale do Anhangabaú, em São Paulo. A campanha das Diretas Já foi um grande movimento cívico e popular da história do Brasil.

Apesar do impacto das mobilizações, a emenda constitucional não conseguiu os dois terços de votos necessários, sendo rejeitada na Câmara Federal. Mesmo com esse resultado, os partidos de oposição e os movimentos populares mostraram sua força, e o Regime Militar ficou ainda mais isolado.

Nesse contexto foram lançadas as candidaturas para as eleições indiretas. O novo presidente seria eleito pelo Colégio Eleitoral. Os candidatos que disputaram as eleições foram o deputado federal Paulo Maluf, do PDS, que contava com o apoio dos militares, e o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, candidato da oposição pelo PMDB.

O candidato Tancredo Neves obteve a maioria dos votos, vencendo as eleições e tornando-se o primeiro presidente civil após 21 anos de Ditadura Civil-Militar. No entanto, não assumiu o governo, pois adoeceu na véspera da sua posse. Em 14 de março de 1985, Tancredo foi internado. Em seu lugar, assumiu o poder, temporariamente, o vice, José Sarney. A sociedade brasileira acompanhava com comoção a recuperação da saúde do presidente recém-eleito, que acabou falecendo em 21 de abril de 1985. Com isso, José Sarney tornou-se o presidente, inaugurando o período da política brasileira conhecido como Nova República.



Multidão reunida no comício pelas Diretas Já, na Praça da Sé, na capital paulista. São Paulo (SP), 1984.

Oswaldo Luiz Palermo/Estúdio Conteúdo

Ditaduras Civil-Militares na América do Sul



As décadas de 1960 e 1970 também foram marcadas pela formação de Ditaduras Civil-Militares em vários países sul-americanos. No contexto internacional da Guerra Fria, os Estados Unidos procuravam impedir a expansão de regimes socialistas no continente americano, apoiando golpes de Estado na região. O governo estadunidense forneceu treinamento a interrogadores e torturadores, armamento e suporte logístico aos líderes militares que pretendiam tomar o poder.

Apesar de aspectos semelhantes, os governos autoritários apresentam especificidades, relacionadas à história e aos grupos de interesses em cada país. Embora alguns governos militares tenham se associado em maior ou menor grau aos Estados Unidos, principalmente na luta contra o comunismo, isso não era uma regra. Exemplo disso foi o caso peruano, que contou com um governo autoritário que realizou nacionalizações, ampla reforma agrária e se aproximou do bloco socialista.

Chile

Em 1970, o socialista Salvador Allende, um dos líderes da Unidade Popular, frente de partidos de esquerda do Chile, foi eleito presidente da República. Ele prometia construir a “via chilena para o socialismo”. Entre 1970 e 1972, seu governo nacionalizou as minas de cobre, responsáveis por três quartos dos lucros de exportação do país, e quase todos os bancos privados do país.

Allende também iniciou a reforma agrária, desenvolveu programas de construção de conjuntos habitacionais, duplicou a quantidade de consultas médicas gratuitas e garantiu pleno emprego para todos os adultos trabalhadores. A economia chilena crescia. A inflação e o desemprego diminuía. Havia um ganho real dos salários. No entanto, o Governo Allende sofreu com a reação das elites empresariais e bancárias ligadas aos Estados Unidos, latifundiários, políticos conservadores, setores do clero católico e classes médias. Esses grupos não aceitavam a “via chilena para o socialismo”.

Os setores empresariais interromperam a produção, gerando escassez de alimentos e de bens de consumo. Ocorreu o aumento generalizado de preços. O governo estadunidense tentou desestabilizar o Governo Allende, interrompendo a concessão de empréstimos ao Chile com o objetivo de prejudicar sua economia. A CIA colaborou para a promoção do caos social, como a greve dos caminhoneiros que interrompeu o abastecimento do país.

Em 1973, as Forças Armadas do Chile, com apoio dos Estados Unidos, articularam um golpe de Estado, liderado pelo general Augusto Pinochet, comandante do Exército. No dia 11 de setembro, as Forças Armadas invadiram e bombardearam o Palácio La Moneda, sede da Presidência da República. Allende suicidou-se depois de ter concludado a população a resistir. Pinochet assumiu a Presidência da república e permaneceu no poder até 1990.

Keystone Press/Alamy/Fotorena



Salvador Allende falando para uma multidão sobre a nacionalização das grandes empresas de cobre do Chile, em abril de 1971.

A Ditadura Civil-Militar chilena foi uma das mais violentas da América do Sul: os partidos políticos foram dissolvidos, os jornais censurados e professores universitários opositores afastados das universidades. Entre 1973 e 1990, cerca de 40 mil pessoas foram vítimas da repressão, com mortos, desaparecidos e torturados.

Do ponto de vista econômico, o governo ditatorial contribuiu para a realização de reformas neoliberais que abriram a economia do Chile aos investimentos estrangeiros e reduziram a influência do Estado por meio de privatizações de empresas e de reformas na previdência social, nas leis trabalhistas e na educação pública.

Em 2023, 50 anos após o golpe militar chileno, manifestantes protestam, pelas ruas de Santiago, mostrando imagens de pessoas desaparecidas durante o período da Ditadura Civil-Militar (1973-1990). Santiago, Chile, 2023.



Claudio Abarca Sandoval/NurPhoto/ZUMA Press/Imageplus

Argentina

Em 1973, Juan Domingo Perón retornou à presidência da Argentina por meio de eleições diretas. A economia argentina passava por uma crise econômica, a inflação aumentava e os investimentos internacionais diminuía. A oposição se fortalecia. Perón não conseguia construir uma base de apoio sólida, e as tensões sociais aumentavam, agravando ainda mais a instabilidade política do país.

Em julho de 1974, Perón faleceu e foi sucedido pela vice-presidente, sua segunda esposa, Maria Estela (Isabelita). A política econômica do governo – limitação dos aumentos salariais, duplicação do valor do dólar frente à moeda argentina e aumento das tarifas de serviços públicos e transportes – gerou descontentamento entre sindicalistas e grupos de esquerda. Uma população cada vez mais empobrecida e insatisfeita exigia políticas econômicas e sociais para resolver a crise. Os setores empresariais e as camadas médias argentinas temiam reformas radicais, como aquelas que ocorreram no Chile de Allende.

Isabelita foi deposta por um golpe de Estado liderado pelo chefe do Exército, Jorge Videla, em 1976, iniciando-se uma Ditadura Civil-Militar no país. O governo militar instaurou a censura aos meios de comunicação e proibiu manifestações contrárias ao regime. Esse Estado militarizado foi o responsável pela prisão, sequestro, tortura e desaparecimento de pessoas que se opuseram ao regime. Estima-se que, somente no ano de 1976, 1187 pessoas tenham sido assassinadas e 3500 tenham desaparecido.

Outra ação cruel do governo militar era o sequestro de filhos de opositores do regime. As crianças eram tomadas dos pais e entregues a famílias de militares, funcionários do governo ou civis que apoiavam o regime. Apesar do medo que imperava na época, as mães das crianças sequestradas manifestaram-se em busca dos seus filhos, reunindo-se na frente do palácio presidencial, na Praça de Maio, em Buenos Aires, exigindo notícias e os seus filhos de volta. A associação Madres de Plaza de Mayo (**Mães da Praça de Maio**) até hoje mantém vigília permanente em busca de seus familiares desaparecidos. Esse movimento foi fundamental para a redemocratização da Argentina.



As Mães da Praça de Maio durante manifestação em dezembro de 1985, em Buenos Aires, Argentina.



Manifestação das Mães da Praça de Maio pelos 40 anos de luta por verdade, memória e justiça. Buenos Aires, Argentina, 2017.

Rosie Betancourt/Jeffrey Greenberg/Universal Images Group/Getty

Paraguai

Após a Guerra do Chaco (1932-1935), conflito contra a Bolívia, o Paraguai passou por um período de crise econômica e instabilidade política, mesmo tendo saído vitorioso da guerra. Essa situação acabou se desdobrando em um golpe de Estado liderado pelo general Stroessner, em 4 de maio de 1954, que retirou do poder, contando com a ajuda dos Estados Unidos, o presidente eleito Frederico Chaves, do Partido Colorado.

Stroessner construiu uma estrutura de poder interdependente com a qual controlava as Forças Armadas e o Partido Colorado. Ele era, ao mesmo tempo, presidente da República, comandante das Forças Armadas e presidente honorário do Partido Colorado. O ditador reorganizou internamente o partido, perseguindo a ala democrática: os apoiadores do ex-presidente Chaves e os integrantes do Movimento Popular Colorado (MPC).

O ditador paraguaio manteve-se no poder por 35 anos. Estima-se que seu governo promoveu detenções arbitrárias, torturas, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, exílios, dentre outras violações dos direitos humanos, de mais de 20 mil vítimas.

Em 1989, em meio a uma crise econômica e de conflitos internos com os militares, ele foi derrubado por um golpe de Estado liderado pelo general Andrés Rodríguez. Este convocou eleições em um curto período, não dando margem para o surgimento de outras candidaturas. Rodríguez saiu vitorioso, mantendo-se no cargo até 1993. Seu governo não promoveu uma significativa ruptura com o período anterior. O governo ditatorial deixou para a sociedade o legado de uma profunda desigualdade social, concentração fundiária, dívida externa e corrupção generalizada nas instituições.

Uruguai

Na década de 1960, o Uruguai vivia um processo de tensão política que envolveu o período da Guerra Fria. Nesse período, as organizações sindicais, o movimento estudantil e a atuação de grupos armados se fortaleciam. Dentre os grupos de guerrilha urbana mais bem organizados e bem-sucedidos da América Latina, destacavam-se os Tupamaros (MLN-T).

Em 1968, assumiu a Presidência da República Jorge Pacheco Areco, do Partido Colorado. Para enfrentar os grupos guerrilheiros “comunistas” e a alta inflação, passou a governar com um viés autoritário por meio de medidas de segurança emergenciais: fechou jornais independentes, cassou políticos, prendeu líderes sindicais, censurou a imprensa, promoveu prisões arbitrárias e práticas de tortura, dentre outras.

Em 1973, assumiu a Presidência da República Juan María Bordaberry, que representava a continuidade do Governo Pacheco. No mesmo ano, as Câmaras de representantes foram dissolvidas e o palácio legislativo fechado. A Ditadura Civil-Militar no Uruguai empreendeu uma sistemática violação dos direitos humanos, mantendo uma grande quantidade de presos políticos. Estima-se que milhares de pessoas tenham sido feitas prisioneiras e sequestradas por motivos políticos pelas Forças Armadas, dentre as quais muitas estão desaparecidas.

A Ditadura Civil-Militar no Uruguai tem uma especificidade em relação aos demais casos de ditaduras dos países latino-americanos. Apesar da manutenção de civis na presidência, o poder de fato era exercido pela cúpula militar. Após o governo de Juan María Bordaberry (1973-76), assumiram o governo militar no Uruguai mais dois presidentes civis – Alberto Demichelli (1976) e Aparício Méndez (1976-1981) – e um presidente militar, o general Gregório Álvarez (1981-1985), que conduziu o processo de abertura do regime.

Para ampliar

▼ Acesso

Memória e Resistência. Disponível em: https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=8. Acesso em: 7 set. 2024.

O Projeto Memória e Resistência tem o objetivo de estudar e difundir a história das Ditaduras Civil-Militares na América Latina, bem como refletir sobre os lugares de construção da memória dessas ditaduras.

Peru

Desde a conquista da independência, em 1824, o Peru vivia graves crises. A concentração de terras nas mãos de poucas famílias e as condições precárias de vida e trabalho de grande parte da população rural eram uma realidade. Instituições de inspiração socialista surgiram no século XIX, como a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra), que foi perseguida e colocada na ilegalidade nos anos seguintes. Na década de 1950, foi formada a Ação Popular (AP), que defendia uma política nacionalista e a inclusão social de indígenas e mestiços. Nos anos de 1960, formaram-se grupos guerrilheiros que agiam no meio rural.

A política era instável e a economia enfrentava uma crise. Em 1963, o presidente Fernando Belaúnde Terry iniciou a reforma agrária no país, mas foi deposto do governo por um golpe militar liderado pelo general Juan Velasco Alvarado em 1968. Velasco integrava uma ala militar reformista e nacionalista. Implementou uma política anti-imperialista, nacionalizando os campos de petróleo, as minas, os transportes, as telecomunicações, dentre outros serviços. Valorizou a cultura indígena e, em 1969, iniciou a reforma agrária, expropriando latifúndios e estatizando grande parte das terras nas quais se produzia o açúcar, com o objetivo de distribuir aos trabalhadores que se organizam em cooperativas.

Em 1975, Juan Velasco sofreu um golpe de estado organizado por setores militares conservadores. A presidência foi ocupada pelo general Francisco Morales Bermúdez, que abriu o país ao capital estrangeiro e firmou acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como consequência, a população peruana viu seu poder de compra diminuir.

Na década de 1980, o poder voltou às mãos dos civis com a reeleição de Fernando Belaúnde Terry, que permaneceu no governo até 1985. O contexto foi marcado pela concentração de renda e pelo aumento da pobreza no país. Na área rural, surgiram grupos guerrilheiros socialistas, como o Sendero Luminoso, de orientação maoísta, e o Tupac Amaru. A polarização política acentuava-se no Peru.

Em 1990, quando o Peru enfrentava um contexto de hiperinflação, Alberto Fujimori foi eleito presidente. Seu programa de ajuste econômico, conhecido como "Fujichoque", cortou subsídios e salários e elevou impostos. No fim, derrotou a hiperinflação, mas provocou um aumento sem precedentes do desemprego. Seu governo caracterizou-se ainda pela repressão a grupos guerrilheiros e de oposição.

Kyodo/Imageplus



Manifestação de cidadãos peruanos contra o indulto concedido pela justiça a Alberto Fujimori. Lima, Peru, 2017.

Bolívia

De modo diferente das outras experiências de Ditaduras Civil-Militares na América Latina, os governos militares (1964-1982) bolivianos não constituíram uma única ditadura militar com um programa coeso e contínuo em torno de um mesmo projeto político e econômico.

Os governos militares na Bolívia apresentaram características diferentes e orientações políticas divergentes indicando a existência de disputas internas no seio do grupo militar. O golpe militar na Bolívia aconteceu em 4 de novembro de 1964 e a partir daí destacaram-se três governos ditatoriais de perfil contrarrevolucionário: o dos generais René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978) e a ditadura do narco-militar Luís García (1980-1981).

Uma característica comum a esses governos foi a forte repressão e a desarticulação das organizações dos trabalhadores bolivianos. As medidas adotadas pelos governos militares na Bolívia criaram sérios problemas sociais e econômicos, tornando o país um dos mais pobres do continente.



1. Explique o contexto histórico do golpe militar de 1964 no Brasil, indicando os setores sociais envolvidos.
2. Explique o que foram os Atos Institucionais e o que foi estabelecido pelos AI-1 e AI-2.
3. (Enem – 2015) No período de 1964 a 1985, a estratégia do Regime Militar abordada na charge foi caracterizada pela
 - a) priorização da segurança nacional.
 - b) captação de financiamentos estrangeiros.
 - c) execução de cortes nos gastos públicos.
 - d) nacionalização de empresas multinacionais.
 - e) promoção de políticas de distribuição de renda.



ZIRALDO. 20 anos de prontidão.
In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001.

4. Caracterize os movimentos culturais de resistência no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

5. (Enem – 2017) Elaborada em 1969, a releitura contida na Figura 2 revela aspectos de uma trajetória e obra dedicadas à
 - a) valorização de uma representação tradicional da mulher.
 - b) descaracterização de referências do folclore nordestino.
 - c) fusão de elementos brasileiros à moda da Europa.
 - d) massificação do consumo de uma arte local.
 - e) criação de uma estética de resistência.



ABRAÃO, B.
Disponível em: www.brasilcult.pro.br. Acesso em: 18 maio 2013.



Disponível em: www.zuzuangel.com.br. Acesso em: 18 maio 2013.

6. Indique o que foi estabelecido pelo AI-5 e o significado dessa medida para os brasileiros.
7. (Unesp – 2022)

O ano de 1985 foi um grande anúncio de ditadura finda, temperado pela exclusão de vozes que significaram alternativas no combate à ditadura, como se observou no silenciamento de importantes movimentos sociais [...], substituídos pelo olhar exclusivo para agentes da política institucional e da cena cultural dominante.

SILVA, Marcos. *Ditadura relativa e negacionismos*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2021.

O excerto compreende o processo de redemocratização brasileiro nos anos 1980 como

- a) o despertar de uma consciência democrática ativa na população, que foi liderada por partidos políticos e movimentos sociais ligados ao regime.
 - b) o desfecho definitivo da experiência militar autoritária, que perdeu a capacidade de resistir às pressões políticas dos partidos de oposição.
 - c) o prevaletimento de um projeto de transição negociada, que evitou confrontar diretamente os responsáveis pela ditadura.
 - d) a conjugação, no projeto de uma nova república, dos anseios e das reivindicações dos diversos setores da sociedade brasileira.
 - e) a retomada, numa nova ordem constitucional, da tradição democrática brasileira, predominante desde o início da República.
8. Compare as experiências das Ditaduras Civil-Militares do Chile e do Uruguai.



1. Analise a charge a seguir e responda às questões.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Charge do cartunista Fortuna ironizando a Lei da Imprensa. *Correio da Manhã*, 1966.

O jornal cortado faz alusão aos mecanismos de censura adotados pelo governo para controlar a opinião pública e evitar a publicação de reportagens que fizessem críticas ao governo. Na charge, lê-se: “Foi você, Maria, ou já começou a Lei da Imprensa?”.

- Descreva a cena apresentada na charge.
- A charge contém uma crítica a uma determinada ação dos governos militares. Que ação seria essa?
- A charge foi elaborada pelo cartunista Fortuna, um dos fundadores do jornal *O Pasquim*, que fazia oposição à Ditadura Civil-Militar. Baseando-se na dúvida do personagem, o cartunista introduz uma mensagem irônica. Explique a ironia da charge.



Ficha de estudos

Capítulo 23 – Ditaduras Civil-Militares no Brasil e na América do Sul

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que para cada tópico a seguir você escreva em seu caderno um pequeno texto ou faça um esquema com as ideias principais aprendidas. Para fazer sua ficha de estudos, siga os passos a seguir:

- Leia o texto do tópico (e subtópicos), tenha atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chaves com as ideias principais do tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones, setas para chamar visualmente a sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O ano de 1968 e o endurecimento do regime
- O início da abertura política
- Ditaduras Civil-Militares na América do Sul

O tempo presente

▼ Para começar

1. Quais foram as principais transformações ocorridas no mundo desde a década de 1990 para chegarmos até este momento?
2. O que ocorreu no Brasil durante estes anos?
3. Como o nosso país está lidando com os desafios deste século?

Coleção particular



A Nova Ordem Mundial representa um momento de transformações no sistema internacional que ocorre desde a passagem dos anos 1980 para os anos 1990 em diante. Ao longo desses anos, a história do Brasil esteve e ainda está conectada com essas mudanças. A reunião da Cúpula do G20 que ocorreu em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, representa parte desse processo de surgimento de mundo multipolar e do avanço da globalização, com maior fluxo de capitais e pessoas entre países. Além disso, na última década (de 2020), muito se fala sobre o desenvolvimento sustentável, o combate à fome, à pobreza e à desigualdade e nos segmentos sociais vulneráveis.

Logotipo da Cúpula do G20, que ocorreu no Rio de Janeiro, em novembro de 2024.

O surgimento da Nova Ordem Mundial

O G20 é um espaço de debate que reúne as 20 maiores economias do mundo. Seu principal objetivo é pensar em soluções para o crescimento econômico e o desenvolvimento social global. Por ter assumido a presidência do do grupo em 2024, o Brasil foi o anfitrião da Cúpula e propôs alguns pontos prioritários. Um deles foi a reforma da governança global, retomando um debate que vem sendo feito por países como Rússia e China, que são membros do Brics, grupo de países que busca uma nova configuração da ordem mundial que surgiu na década de 1990 e ficou conhecida como a Nova Ordem Mundial.

O Brics foi formado em 2009 por Brasil, Rússia, Índia e China, e dois anos depois a África do Sul aderiu ao grupo. Em 2024, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã também se tornaram membros do bloco.

Entre os anos 1990 e 2000, essa nova ordem foi marcada pela hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos, exemplificada nas invasões do Afeganistão e do Iraque após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Após a grave crise econômica de 2008, a emergência de novas potências econômicas como China e Índia e o surgimento de blocos econômicos regionais como os Brics, há uma defesa por um mundo multipolar, ou seja, marcado pela existência de vários centros de poder. Esse contexto também contribuiu para o aprofundamento da globalização, principalmente devido ao grande avanço tecnológico nos setores de transporte e comunicação. Como essa nova ordem surgiu? É isso que vamos estudar na primeira parte deste capítulo.

Lideranças dos países integrantes do Brics em 2023. Da esquerda para a direita: Lula, presidente do Brasil; Xi Jinping, presidente da China; Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul; Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia; e Sergey Lavrov, ministro das Relações Exteriores da Rússia. Joanesburgo, África do Sul, 2023.



Gianlupi Guercia/POOL/AFP

O início da crise da União Soviética

Nos anos 1970, embora a União Soviética desfrutasse de certo prestígio político internacional, com o *status* de superpotência global, o Estado soviético enfrentava graves problemas econômicos, sociais e políticos. Os crescentes gastos militares tornaram-se um peso insustentável no orçamento do Estado, e o grande investimento e desenvolvimento de setores da economia, como a indústria pesada e de defesa, dos transportes e da produção de energia, contrastavam com a fragilidade do setor de bens de consumo. O país que se orgulhava de ter lançado o primeiro ser humano ao espaço apresentava carências básicas, como a falta de itens alimentícios e vestimentas para a população. A baixa produtividade da agricultura, praticada por meio de unidades agrícolas conhecidas como **kolkhozes** e **sovkhozes**, tornou a alimentação um problema nacional, e o país antes considerado um dos maiores produtores de grãos do mundo passou a ter que importar tal produto.

Além disso, o regime político fechado e a economia planejada chocavam-se com uma sociedade cada vez mais urbana, escolarizada e diversa. A elite política do Partido Comunista, único com permissão para atuar no país, estava cada vez mais envelhecida e afastada da população, e a ineficiência e a corrupção da burocracia soviética dificultavam a vida do cidadão e tornavam o regime cada vez mais impopular.

Na década de 1980, a piora de diversos indicadores econômicos e sociais e o agravamento dos problemas estruturais aumentaram o quadro de incerteza e insatisfação na sociedade. Esse cenário se agravou com a instabilidade política após a morte de Brejnev, em 1982. Nos três anos seguintes, o país passou por dois governos breves: Iúri Andropov (1982-1984) e Konstantin Chernenko (1984-1985).

GLOSSÁRIO

Kolkhozes e sovkhozes:

unidades de produção coletiva da terra. Embora na teoria houvesse distinção entre *kolkhozes* (fazendas cooperativas) e *sovkhozes* (fazendas estatais), na prática os modelos de gestão e comando eram similares, sendo ambas as unidades controladas pelo Estado soviético.



Mesmo no cenário de crise, as homenagens ao processo revolucionário do início do século XX foram mantidas.

Desfile militar em comemoração ao 61º aniversário da Revolução de Outubro de 1917. Moscou, 1978.

O colapso

Em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista. O primeiro líder da União Soviética nascido em uma geração posterior à Revolução de 1917 pertencia a uma ala reformista do partido, que defendia a adoção de uma série de reformas econômicas e sociais para superar os problemas do Estado soviético.

O programa de reformas econômicas do Governo Gorbachev (1985-1991) ficou conhecido como **perestroika** (“reestruturação”, em russo) e previa a abertura da economia para investimentos estrangeiros; o incentivo à iniciativa privada; o fim do monopólio estatal sobre determinados setores da economia; a redução dos gastos militares; e o estímulo à inovação tecnológica e à competitividade entre as empresas soviéticas.

Em seguida, Gorbachev anunciou uma reforma política, que recebeu o nome de **glasnost** (“transparência”, em russo) e incluía o fim da censura a livros, revistas, jornais e filmes; a libertação de presos políticos; a democratização do sistema político com o fim do monopólio do Partido Comunista e o estabelecimento do pluripartidarismo; a defesa de instituições estatais autônomas em relação ao controle do Partido Comunista; e a convocação de eleições para o Legislativo.

No entanto, a *perestroika* e a *glasnost* não tiveram o efeito esperado. A pressão dos setores reformistas pelo aprofundamento e aceleração das mudanças e a resistência dos grupos conservadores, sobretudo da burocracia do Partido Comunista, impediram a implementação das novas medidas. Nesse momento, tendências reformistas ganharam força na União Soviética. Nas eleições de março de 1989, as principais cidades do país, com destaque para a capital Moscou, deram vitória expressiva aos grupos reformistas.

A desagregação da União Soviética

Em agosto de 1991, setores conservadores do Partido Comunista soviético deram um golpe de Estado, prenderam Gorbachev e tomaram o poder. Mas o movimento durou apenas três dias. Uma grande mobilização popular, liderada pelo presidente da Rússia, Boris Iéltsin, saiu às ruas e reverteu o golpe. Gorbachev voltou ao poder enfraquecido e desmoralizado; afinal, boa parte dos golpistas faziam parte de seu governo, e Iéltsin se tornou o político mais popular do país.

Nos meses seguintes, a contradição entre um governo Gorbachev cada vez mais fragilizado e incapaz de levar adiante o processo de reformas e uma sociedade insatisfeita e ávida por mudanças mostrou-se insustentável. Nesse momento, diversas **repúblicas** que faziam parte do país declararam independência, o que provocou a dissolução da União Soviética e a formação da **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)**.

Em dezembro de 1991, Gorbachev renunciou ao cargo de presidente, reconhecendo o fracasso das reformas e declarando oficialmente o fim da União Soviética. Iéltsin tornou-se o primeiro presidente da Federação Russa, agora um país independente, assumindo o governo com o objetivo de empreender reformas profundas na economia do país, transformando uma economia socialista em uma economia de livre mercado. Nos anos seguintes, seu governo adotou um amplo programa de liberalização, marcado pela abertura acelerada da economia e por um grande processo de privatização.

Liu Heung Shing/AP Photo/Imageplus



Manifestação popular no contexto do golpe de Estado para derrubar Gorbachev. No centro, Boris Iéltsin acena para a multidão. Moscou, 1991.

O fim do socialismo no Leste Europeu

Desde o início da Guerra Fria, os países comunistas da Europa adotaram um sistema político e econômico semelhante ao do regime soviético: monopólio político do Partido Comunista; economia planificada; censura aos meios de comunicação; perseguição às oposições políticas, entre outras características. Nas décadas seguintes, com o apoio do Pacto de Varsóvia, esses governos preservaram a ordem interna e calaram vozes e manifestações contrárias, como havia ocorrido na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968).

Contudo, no final da década de 1980, as mudanças políticas no regime soviético sinalizaram que os ventos da transformação também podiam soprar fora das fronteiras da União Soviética. Os regimes comunistas do Leste Europeu, sem o apoio de Moscou e enfrentando o crescimento da oposição interna, não conseguiram frear o impulso de democratização.

GLOSSÁRIO

Repúblicas:

unidades políticas que compunham a União Soviética. A nação soviética era dividida em quinze repúblicas.

A queda do Muro de Berlim

Em 9 novembro de 1989, autoridades de Berlim Oriental anunciaram o fim das restrições de viagens entre os lados socialista e capitalista da Alemanha. A declaração levou milhares de alemães à divisa entre as duas partes da cidade de Berlim. Diante da pressão popular e da falta de comunicação de seus superiores, os guardas da fronteira, sem saber o que fazer, tomaram a decisão de abrir um ponto de passagem e interromper o controle de passaportes.

Nas horas seguintes, mais de 20 mil pessoas atravessaram a fronteira em direção a Berlim Ocidental, novos pontos de passagem foram abertos e o sistema de segurança foi desligado. Nas semanas seguintes, mais alemães do lado oriental avançaram para o lado capitalista e outras partes do Muro de Berlim foram destruídas. A demolição terminou oficialmente em 30 de novembro de 1990. Era a queda do símbolo mais importante da Guerra Fria, um marco da divisão do mundo entre as áreas de influência socialista e capitalista.

No dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha foi reunificada. O novo país adotou os aspectos institucionais da Alemanha Ocidental, como organização política, modelo econômico, moeda, ordenações sociais, entre outros.

Multidão em frente ao muro que dividia a Alemanha. Berlim, Alemanha, 1989.

Gerard Malte/AFP



Enquanto uma multidão de alemães se posicionava em frente ao Muro de Berlim, guardas da fronteira da Alemanha Oriental derrubavam parte da barreira, criando um novo ponto de travessia entre as duas partes da cidade.

A desagregação nos demais países socialistas

Uma das principais consequências da queda do Muro de Berlim foi a desintegração do bloco socialista no Leste Europeu. Os acontecimentos na **Alemanha** rapidamente repercutiram nos demais países da área de influência soviética. Se os alemães podiam derrubar sua fronteira e reunificar o país, por que tchecos, poloneses, romenos, iugoslavos, entre outros, não podiam também fazer mudanças profundas em seus países? Nos meses seguintes, uma onda de protestos de massa tomou conta da região, derrubando os regimes políticos locais.

Na **Polônia**, o Solidariedade, considerado o primeiro sindicato livre de todo o bloco socialista, liderou a liberalização política do país. O regime comunista, assustado com o grande movimento popular de massa, colocou o Solidariedade na ilegalidade e mandou prender muitos de seus integrantes, inclusive sua principal liderança, o eletricitista Lech Walesa. No entanto, em 1989, no contexto da crise do socialismo soviético e após grande pressão interna e internacional, o governo comunista retirou o Solidariedade da clandestinidade e convocou eleições livres. Em dezembro do ano seguinte, Walesa elegeu-se presidente da Polônia e deu início ao fim do comunismo no país.

Na **Romênia** de Nicolae Ceausescu (1974-1989), a combinação de uma política fortemente repressiva e uma desastrosa gestão econômica gerou insatisfações no país em meados da década de 1980. Após a repressão brutal de protestos pacíficos em dezembro de 1989, teve início uma revolta armada generalizada contra o governo comunista que resultou na prisão e no fuzilamento de Ceausescu e sua esposa.

Outros países do bloco socialista passaram por processos de democratização política no período. Em 1989, uma onda de movimentos populares derrubou os regimes comunistas na **Tchecoslováquia**, **Hungria** e **Bulgária**.

Na **Iugoslávia**, a queda do comunismo foi acompanhada pela eclosão de uma série de guerras civis. O país, formado por seis repúblicas (Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia), era marcado por uma grande diferença cultural, linguística, religiosa e econômica interna. Essas divergências ficaram amortecidas durante as décadas de governo do marechal Josip Broz Tito (1944-1980), líder da resistência à ocupação nazista e liderança popular no país. Após sua morte e impulsionadas pelo início de uma crise econômica, as rivalidades entre as repúblicas afloraram, o que culminou em conflitos armados e na desintegração do país. Atualmente, sete países independentes ocupam o território da antiga Iugoslávia: Sérvia, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Kosovo.

As reformas na China

Em 1976, Mao Tsé-Tung, líder da revolução chinesa e principal governante do país, faleceu. Após dois anos de disputas políticas no interior do Partido Comunista, Deng Xiaoping assumiu o poder.

O governo de Xiaoping (1978-1990) representou uma grande mudança graças à adoção de um programa de reformas com o objetivo de tornar o país uma economia de mercado. As chamadas **Quatro Modernizações** previam mudanças na agricultura, na indústria, na defesa e nos setores de educação, ciência e tecnologia.

Na agricultura, houve a descoletivização das terras e o retorno das pequenas propriedades no campo. Os camponeses continuavam sem a propriedade da terra, mas passavam a ser os donos de sua produção. Além disso, o governo incentivava a comercialização dos excedentes. O resultado foi o aumento exponencial da produção e da produtividade agrícola e a diminuição do preço dos alimentos e da fome no país. Na indústria, ocorreu um forte investimento com a abertura gradual para a iniciativa privada e o capital estrangeiro. Na defesa, houve forte investimento e modernização das Forças Armadas. As reformas nas áreas de educação, ciência e tecnologia foram consideradas as mais importantes, o que explica o grande aumento dos investimentos nesses setores. As universidades, que estavam fechadas no país havia dez anos, desde a Revolução Cultural, foram reabertas.

No entanto, essa abertura foi apenas econômica. A expectativa de uma quinta modernização – dessa vez, política – não se concretizou. Em 1989, influenciados pelo contexto de liberalização política nos países comunistas da Europa, os chineses saíram às ruas em defesa da democratização.

Nos dias 3 e 4 de junho, milhares de estudantes ocuparam de forma pacífica a Praça da Paz Celestial, no centro de Pequim. A resposta do regime foi dura: o exército chinês disparou indiscriminadamente contra a multidão e, nos dias seguintes, a repressão se estendeu a outras partes da cidade. A violência do regime comunista chinês encerrou assim os protestos por democracia e liberdade no país.



Manifestante em frente a tanques do exército chinês na Praça da Paz Celestial. Pequim, China, 1989.

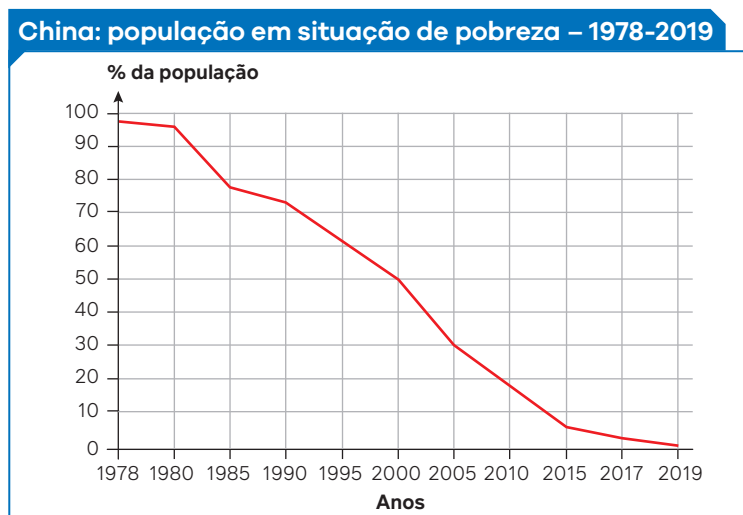
A fotografia de um homem desconhecido se colocando à frente dos tanques do exército chinês, na Praça da Paz Celestial, circulou por todo o mundo e se tornou uma das mais marcantes do século XX.

China e o socialismo no século XXI

As transformações econômicas que ocorreram na China nas últimas décadas contribuíram para o progresso e maior aproximação com outros países ocidentais. A economia permaneceu controlada pelo Estado, mas foram estabelecidas áreas em que ocorreu abertura ao capitalismo. Essas áreas foram denominadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), caracterizadas pelo incentivo aos investimentos externos e pela entrada de multinacionais. Outra importante medida foi o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que contribuiu para maior integração do país à economia global.

Um dos principais projetos defendidos pelo governo chinês é a Nova Rota da Seda, que tem o objetivo de construir rotas comerciais para ligar a China à Ásia e à Europa. Essa iniciativa busca promover a intensificação do comércio e das trocas culturais entre a China e diversos países. Além disso, revela o alto nível de tecnologia e capacidade financeira do país, que pretende aumentar sua área de influência por meio da integração regional.

No século XXI, a China agrária, pobre e politicamente isolada do mundo, transformou-se na segunda maior economia do mundo e em uma potência econômica influente nas relações internacionais. Um sintoma da mudança do padrão de vida da população e da integração do país ao mundo é que se nos primeiros trinta anos da revolução, entre 1949 e 1979, 200 mil chineses viajaram para o exterior, apenas no ano de 2017 esse número aumentou para 130 milhões de viagens. Um número ainda mais expressivo é que em três décadas o país retirou da pobreza mais de 700 milhões de pessoas.



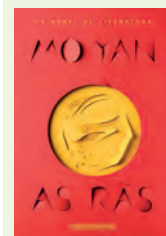
Fonte: BUREAU Nacional de Estatísticas da China. In: 70 ANOS da Revolução Comunista na China: como país pobre e rural se tornou potência mundial em 4 décadas. *BBC News Brasil*, [s. l.], 30 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49877017>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Para ampliar

Leia

As rãs, de Mo Yan (Companhia das Letras, 2015).

O livro de ficção de Mo Yan trata da história de Corre Corre, um aspirante a escritor na China comunista. Ambientado nas décadas após a revolução de 1949, a obra é uma oportunidade para conhecer um pouco mais sobre a revolução cultural, a política de planejamento familiar do Estado chinês, entre outros aspectos do período.



Editora Companhia das Letras

Permanências e rupturas do socialismo na atualidade

Assim como a China, outros três países sobreviveram ao colapso político dos regimes socialistas: **Vietnã**, **Cuba** e **Coreia do Norte**.

Em 1976, após a vitória na guerra contra os Estados Unidos, o Vietnã se unificou e adotou o regime socialista. Nos anos 1990, influenciado pelas mudanças na China, o governo vietnamita realizou uma série de reformas econômicas, que incluiu: abertura para os investimentos estrangeiros; incentivo ao setor industrial; promoção de uma política de exportações; e fim da coletivização da terra. Assim como a China, o país mantém um sistema político fechado e de orientação socialista, mas com uma economia aberta e de livre mercado. No século XXI, o Vietnã possui uma das taxas mais elevadas de crescimento econômico do planeta, o que contribuiu para a redução da pobreza e a melhora de diversos indicadores sociais da população, como saúde e educação.

Em Cuba, a década de 1990 foi atribulada. O fim da ajuda econômica soviética, que vendia suas mercadorias a valores acima do mercado internacional e comprava produtos cubanos a valores abaixo, e a permanência do bloqueio econômico estadunidense asfixiaram a economia cubana. Nesses anos, o PIB caiu mais de 30%, a pobreza disparou e a fome e a desnutrição se tornaram problemas nacionais. Nas décadas seguintes, o governo cubano adotou algumas reformas econômicas, como a abertura do país ao turismo internacional e aos investimentos estrangeiros e a liberalização de pequenas e médias empresas. Embora a situação tenha melhorado, se comparada aos anos imediatos ao fim da Guerra Fria, Cuba não conseguiu uma expansão econômica como o Vietnã e a China.

A Coreia do Norte é um caso singular no contexto pós-Guerra Fria. Diferentemente dos demais, o país não realizou nenhum tipo de reforma política ou econômica nas últimas décadas, permanecendo como um dos mais fechados do mundo. A ditadura personalista da família Kim mantém um regime autoritário que censura e persegue os dissidentes. O grande contraste da Coreia do Norte na atualidade é que essa nação pobre, predominantemente agrária e com índices elevados de desnutrição e fome possui grande desenvolvimento tecnológico na área militar, fazendo parte de um grupo restrito de países capazes de fabricar e lançar mísseis nucleares projetados para alcançar distâncias continentais.



O líder norte-coreano Kim Jong-un acena para a multidão durante festejo cívico em Pyongyang. Coreia do Norte, 2023.

O Brasil da redemocratização à Nova Ordem Mundial

O final dos anos 1980 e a década de 1990 também foram marcantes para a história do Brasil. Esse momento foi impactado pelo processo político e social que culminou no fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985, e no início da redemocratização da sociedade brasileira. Além disso, essa nova trajetória histórica teve como contexto fundamental as transformações econômicas e políticas que resultaram em uma Nova Ordem Mundial, cujo poder político e econômico era orientado pelos Estados Unidos e seus aliados europeus. Nesse cenário marcado pelas pressões de abertura econômica aos fluxos de produção e de capitais, o Brasil construiu seu novo momento democrático e novos projetos de desenvolvimento econômico e social.

Aprendizagens em processo • Conceitual



Para aprofundarmos o estudo sobre o Brasil após o ano de 1985, é fundamental refletirmos sobre o conceito de democracia.

1. Em sua opinião, o que é democracia?
2. Leia o texto e responda às questões.

[...] Democracia é muito mais do que votar, e esse ato em si não garante para o votante a alcunha de *cidadão*, nem para o Estado a alcunha de *democrático*. [...]

[...] a democracia como se apresenta hoje [...] é sobretudo um regime aberto, incompleto e imperfeito, mas que sobre ele é possível construir novas formas de sociabilidade mais efetivamente democráticas. [...]

[...] As instituições democráticas são frágeis e carecem de cidadãos vigilantes para que elas possam se aprimorar, evitando assim os riscos de aventuras autoritárias. Para que o Estado não se apodere da nossa autonomia, precisamos criar instâncias que configurem espaços políticos públicos: escolas, comunidades rurais, bairros etc. Do contrário, vamos continuar isolados, atomizados sob a força de um Estado que é democrático apenas na forma.

SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 89-92.

- a) O texto afirma que “democracia é muito mais que votar”. Explique essa afirmação.
- b) O texto também afirma que a democracia é frágil. Qual é o papel da participação popular no desenvolvimento do sistema democrático?
- c) Após esse estudo, você identifica uma mudança no seu pensamento em relação ao conceito de democracia? Justifique.



O Governo Sarney

Na década de 1980, o Brasil viveu um momento de crise econômica. Altos níveis de inflação, desvalorização da moeda, elevação do custo de vida, desemprego, fome e diversas situações de violência atingiam cotidianamente milhões de brasileiros das classes populares. Nesse contexto, em 1986, Sarney lançou o **Plano Cruzado**, que congelou os preços e os salários, além de alterar a moeda de cruzeiro para cruzado. A proposta reduziu imediatamente a inflação e aumentou a popularidade do presidente.

Sarney mobilizou a população para fiscalizar os preços no comércio. Surgiam assim os “fiscais do Sarney”, pessoas que saíam às ruas observando se os comerciantes cumpriam a lei. No entanto, o sucesso foi curto. Os comerciantes burlavam a lei do congelamento de preços, diminuindo a oferta de mercadorias e criando o ágio, isto é, a pessoa tinha que pagar um valor a mais para comprar determinado produto. A inflação continuou subindo e o governo voltou atrás, descongelou os preços e aumentou os impostos e as tarifas públicas.

A popularidade de Sarney caiu drasticamente. Acusações de corrupção e escândalos políticos marcaram o fim da presidência do político maranhense. No meio dessa turbulência política, social e econômica, aproximava-se a eleição para escolher o próximo presidente, após 29 anos, desde a eleição democrática de Jânio Quadros.



Consumidor confere preço de produto em supermercado durante a política de congelamento de preços do governo Sarney. São Paulo (SP), 1986.

A Constituição de 1988

Um dos grandes desafios do Governo Sarney foi a elaboração da Carta Constitucional de 1988, fundamentada na ideia de Estado democrático, no respeito aos direitos dos cidadãos, na dignidade humana e na ampliação da cidadania. Ser cidadão significava ter direitos e deveres políticos e maior participação em debates e formulações de políticas públicas. Com uma Assembleia Constituinte formada por grupos políticos conservadores e com o passado de apoio à Ditadura Civil-Militar, a pressão de movimentos sociais contribuiu para a construção da Constituição que foi considerada a mais democrática da história do país.

A Carta de 1988 delineou um Estado democrático e se esforçou para remover o “entulho autoritário”. As leis constitucionais expandiram os direitos fundamentais do cidadão, ratificando o sufrágio universal, incluindo o racismo como crime inafiançável e imprescritível, o **habeas data**, a proibição da tortura e da pena de morte, o direito de greve, o fim da censura e a incorporação de diversas leis da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar desse esforço, o autoritarismo de Estado continua sendo imposto à periferia, como demonstram as letras e músicas de rap.



Podcast
Da cara
virada aos
livros

GLOSSÁRIO

Habeas data: permissão para que o cidadão tenha acesso a informações sobre si mesmo que estejam sob posse do poder público.



Ulysses Guimarães e a Constituição brasileira de 1988, chamada por ele de “Constituição Cidadã”. Brasília (DF), 1988.

A eleição presidencial de 1989

O pleito de 1989 contou com 22 candidaturas. Duas candidaturas se destacaram. De um lado, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de outro, Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Collor pertencia a uma família rica e com forte tradição política. Ele iniciou sua vida política na Arena, partido da Ditadura Civil-Militar, e vinha como governador de Alagoas. Lula era de uma família pernambucana e pobre que migrou para São Paulo. Trabalhou como torneiro mecânico na região do ABC paulista e se tornou líder sindical. Foi deputado federal por São Paulo.

A campanha de Collor teve o apoio de empresas de comunicação, grupos conservadores e do capital industrial e agrário nacional. Sua propaganda política destacava a luta contra os “marajás”, que ele apontava como os servidores públicos com altos salários e trabalhos ineficientes. Collor se apresentava como o jovem representante da modernização do país, realizada com a abertura da economia e o acesso aos bens de consumo tecnológicos do Primeiro Mundo.

A campanha de Lula não teve a mesma força econômica nem o mesmo espaço na grande imprensa. O discurso do candidato petista ressaltava os problemas sociais do país, como a fome, a miséria, a exploração dos trabalhadores e outras desigualdades econômicas e sociais que assolavam a população brasileira. Nessa disputa, favorecida pelo contexto de crise do socialismo soviético e com a queda do Muro de Berlim, Collor venceu o segundo turno e se tornou o novo presidente do Brasil.

O Governo Fernando Collor de Mello

A eleição de Collor surgiu no contexto de recessão econômica provocada pelo aumento dos preços do petróleo e de crise do modelo de Estado desenvolvimentista. Nesse cenário, as ideias neoliberais ganharam força, sobretudo a partir de órgãos estatais, agências multilaterais e bancos estadunidenses e europeus, movimento conhecido como “consenso de Washington”. Esse consenso defendia que, para resolver seus problemas, os países subdesenvolvidos deveriam adotar medidas como privatização, reforma tributária e abertura econômica ao mercado externo.

Logo que assumiu o governo, Fernando Collor de Mello executou o chamado **Plano Collor**, cujas medidas foram: a abertura da economia com base na eliminação de barreiras aduaneiras sobre produtos importados; o desmonte do Estado a partir da demissão de servidores, de privatizações e da extinção de órgãos públicos; e o congelamento das poupanças e contas correntes da população com o objetivo de retirar dinheiro de circulação para atacar a hiperinflação que castigava o país. Os efeitos do Plano Collor ocasionaram o aumento da entrada de artigos estrangeiros no país, falindo empresas e aumentando o desemprego. O resultado mais esperado, no entanto, não se concretizou: o congelamento do dinheiro de milhões de brasileiros não surtiu efeito e a hiperinflação se manteve.

Enquanto presidente, Collor foi acusado por seu irmão, Pedro Collor, de participar do chamado “esquema PC Farias”, que envolvia o recebimento de propinas e desvio de verbas públicas. As notícias corroeram a imagem de Collor e provocaram diversas mobilizações políticas, com destaque para os “caras-pintadas”, jovens do movimento estudantil que saíram às ruas com os rostos marcados com tintas verde e amarela a favor do *impeachment* de Collor.

O processo de *impeachment* resultou na condenação do presidente e na perda de seus direitos políticos por oito anos. Após cumprir a pena, Collor voltou à cena política em 2007 como senador por Alagoas, sendo reeleito em 2014. Em 2023, foi condenado por corrupção, com pena a ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O Governo Itamar Franco

Com a saída de Collor, o então vice-presidente Itamar Franco deu continuidade ao mandato. O destaque de seu governo foi o **Plano Real**, coordenado por Fernando Henrique Cardoso, ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) e senador da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1993, FHC formou uma equipe de economistas liberais e deu início ao Programa de Ação Imediata (PAI), com a finalidade de acabar com a inflação, controlar os gastos públicos e incentivar as importações. Em 1994, lançou o Plano Real, que seguia os mesmos passos do PAI, conseguindo, de fato, controlar a inflação brasileira. Tal feito promoveu uma imagem positiva para FHC e seu partido. Nas eleições de 1994, Fernando Henrique venceu o pleito no primeiro turno com 55,22% dos votos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso

Os dois mandatos de FHC (1995-2002) priorizaram a manutenção da estabilidade econômica, o setor de serviços como fundamental para a economia e o incentivo aos novos investimentos da iniciativa privada. O governo expandiu as parcerias, as concessões e as privatizações com o capital privado nacional e internacional. O Governo FHC teve uma grande base de apoio no Congresso (PSDB, PFL e PTB), que lhe possibilitou aprovar diversas leis.

Entre as ações políticas, destacam-se: a quebra do monopólio do Estado sobre as telecomunicações e sobre o fornecimento de petróleo em território nacional, permitindo que outras empresas, além da Petrobras, realizassem esse serviço; e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, da Rede Ferroviária Federal e da Telebras para empresas de telefonia. As privatizações sofreram fortes críticas e mobilizações contrárias por parte de sindicatos e demais setores da sociedade.

Com a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a reeleição, em 1997, FHC pôde concorrer às eleições presidenciais de 1998. Em virtude da alta popularidade do Plano Real e do apoio da elite econômica, das empresas de comunicação e da classe média, o presidente derrotou Lula (PT) no primeiro turno, com 53,06% dos votos.

O segundo mandato foi marcado pela desvalorização do real e por denúncias de corrupção relacionadas às privatizações das empresas de telecomunicações. Além disso, houve a “crise do apagão”, de 2001, provocada por uma desestruturação do sistema de fornecimento de energia, que impôs o racionamento de energia, desgastando ainda mais o governo.

Nesse cenário e com o país passando por diversos problemas, o PSDB perdeu as eleições de 2002 para Lula, candidato do PT, que venceu no segundo turno com 61,27% dos votos.



Jovens protestam contra o Governo Collor em São Paulo (SP), 1992.



Manifestação contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro (RJ), 1997.

Os desafios da Nova Ordem Mundial

A Nova Ordem Mundial que se estabeleceu com o fim da Guerra Fria contribuiu para promover a integração mundial. No entanto, essa nova realidade global colaborou também para a manutenção de graves problemas históricos, como a fome, a pobreza, a miséria, a falta de acesso à saúde e à educação, os conflitos, as desigualdades entre os países, entre outros. A grande integração econômica, social e cultural relacionada ao aprofundamento da globalização nas últimas décadas provocou uma série de problemas que não se limitam às fronteiras nacionais, mas atingem diversas regiões do mundo.

A Primavera Árabe

Em 17 de dezembro de 2010, na Tunísia, o jovem vendedor de frutas e legumes Mohamed Bouazizi teve sua barraca confiscada por policiais sob a alegação de que a atividade que exercia era ilegal. Recusando-se a pagar propina para reaver a mercadoria, ele foi agredido pelos policiais. Como protesto, Bouazizi ateou fogo no próprio corpo. No dia seguinte, foi organizada uma manifestação popular em solidariedade ao jovem. A autoimolação de Mohamed Bouazizi tornou-se bandeira de luta de milhares de manifestantes, que foram para as ruas em protesto contra o autoritarismo e a corrupção do governo ditatorial de Zine Ben Ali, que estava no poder havia 24 anos. Outros fatores que contribuíram para a explosão da insatisfação social foram os graves problemas socioeconômicos que existiam no país, como a pobreza e o desemprego.



Khaled Desouki/AFP

Manifestantes durante a Primavera Árabe. Cairo, Egito, 2011.

A onda de protestos na Tunísia logo se disseminou para outros países do Oriente Médio e do Norte da África, como Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Iêmen, entre outros. Ainda que cada um desses movimentos possuísse suas especificidades, houve elementos em comum: a luta contra os diversos regimes autoritários e por melhores condições de vida, além da defesa dos direitos humanos e do estabelecimento de regimes democráticos. Por isso, essa série de eventos foi denominada **Primavera Árabe**.

Outro fator importante em comum entre os movimentos foi o uso das redes sociais como forma de mobilização social e divulgação dos protestos pelo mundo. Mesmo com a tentativa de alguns governos, como da Tunísia e do Egito, de suspender o acesso à internet para enfraquecer as manifestações, os movimentos ganharam cada vez mais força.

África

A região do Magreb, no norte do continente africano, é marcada pelo relevo montanhoso. A maioria da população está concentrada nas planícies litorâneas. As economias dos países da região têm como base a produção agrícola e a exportação do petróleo, o que contribui para que eles concentrem os maiores indicadores socioeconômicos da África.

Outra região do continente corresponde à África Subsaariana, localizada ao sul do Deserto do Saara. Essa extensa região abriga a maior parte dos países africanos e possui os indicadores socioeconômicos mais baixos. A população enfrenta grande instabilidade devido a conflitos internos, fome, epidemias, entre outros.

Em relação à economia, o modelo predominante é a produção agrícola voltada ao mercado externo. A agropecuária de subsistência é praticada em menor escala, em áreas próximas ao Deserto do Saara, ou seja, em uma região pouco propícia à agricultura, o que reduz a produtividade.

A África é um continente marcado por grande pluralidade étnica e cultural, além da diversidade de espaços geográficos, embora ainda seja muito frequente a ideia de uma “única África” – perspectiva que tem sua origem no eurocentrismo e na colonização europeia. Por isso é fundamental compreendermos a África com base no reconhecimento da existência de múltiplas identidades e, ao pensar no continente, não nos limitarmos apenas aos problemas políticos, sociais e econômicos que ainda o atingem em consequência da exploração colonial.

Para ampliar

Assista

Black is king,

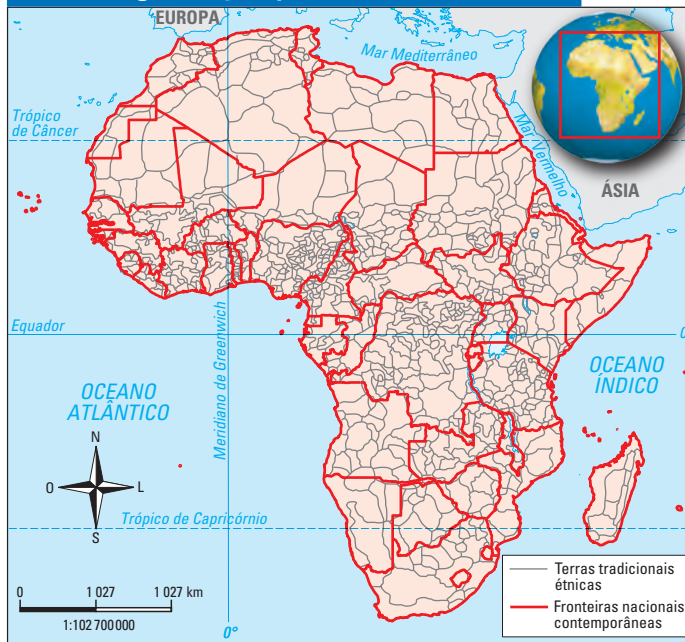
direção de Emmanuel Adjei, Ibra Ake, Blitz Bazawule e Beyoncé (Disney+, 2020, 85 min).

A obra, coescrita e dirigida por Beyoncé e que traz elementos afrofuturistas, reinterpreta algumas histórias de reis e rainhas em busca da conquista de suas próprias coroas. Essas narrativas são reveladas por meio de vozes negras da atualidade, celebrando e valorizando a cultura negra e sua ancestralidade.



Parkwood Entertainment / Walt Disney Pictures

África: organização política e étnica – 2012



Sônia Vaz

Fonte: MICHALOPOULOS, S.; PAPAIOANNOU, E. National institutions and subnational development in Africa. *Nber Working Paper Series*, Massachusetts, 2012. p. 2. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w18275/w18275.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

Culturalmente, uma das principais iniciativas africanas hoje é o **afrofuturismo**, que consiste em uma produção cultural futurística sobre as populações negras. O termo teve sua origem na década de 1990 com base em análises sobre o cenário cultural dos Estados Unidos, marcado pela ausência de personagens e autores negros em obras de ficção científica. O afrofuturismo surgiu no âmbito literário, mas se estendeu para outras áreas, como as artes visuais, o cinema, a música e a fotografia. Um dos maiores exemplos dessa manifestação foi o filme *Pantera Negra*, de 2018, dirigido por Ryan Coogler, que valoriza a cultura africana com base na ancestralidade e nos avanços tecnológicos que destacam o protagonismo da população negra.

América Latina

No início do século XXI, diversos países da América Latina foram marcados pela chegada ao poder de grupos que defendiam projetos políticos ligados à esquerda. Isso ocorreu, em grande parte, como reação ao modelo neoliberal adotado por governos latino-americanos na década de 1990, o que levou a privatizações e significativos cortes de gastos públicos em setores sociais.

A eleição desses grupos foi um fenômeno político intitulado de **Onda Rosa**, pois seus projetos não representaram um compromisso com a adoção do socialismo. De forma geral, esses governos podem ser caracterizados como progressistas: algumas experiências foram mais radicais e outras mais moderadas.

No que diz respeito ao âmbito social e econômico, os principais pontos em comum foram a adoção de políticas de distribuição de renda e o investimento em setores sociais como educação e saúde. Nesse contexto, alguns países viveram significativo crescimento econômico, como a Bolívia e o Equador, enquanto outros enfrentaram graves crises econômicas, como a Venezuela. Houve, ainda, a criação de organizações, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008, e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em 2011, com o objetivo de promover a integração regional.

Maurício Lima/AFP



Da esquerda para a direita: Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Lula (Brasil) e Rafael Correa (Equador), representantes de governos de esquerda eleitos no início dos anos 2000. Manaus (AM), 2008.

Novos problemas de ordem global

A grande integração econômica, social e cultural relacionada ao aprofundamento da globalização nas últimas décadas provocou uma série de problemas que não se limitam às fronteiras nacionais, mas atingem diversas regiões do mundo. Desse modo, a busca pela solução desses graves problemas de ordem política, econômica e social envolve reflexões e esforços que devem ser realizados de forma global, e não apenas por um único Estado.

Migração

O processo de transferência de um lugar para o outro é praticado desde os primórdios da humanidade. No entanto, os fluxos migratórios modernos costumam estar relacionados a fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, geográficos, entre outros.

Uma das principais consequências do aprofundamento da globalização foi a intensificação das migrações. Além da diminuição das distâncias devido ao aprimoramento dos meios de transporte e de comunicação, o agravamento das desigualdades sociais, as guerras e os desastres naturais são algumas das diversas questões que estimulam movimentos migratórios.

Atualmente, o fluxo migratório do Hemisfério Sul para o Hemisfério Norte é um dos mais expressivos. Isso não ocorre por acaso, mas como resultado dos problemas socioeconômicos enfrentados pelas populações dos países do Hemisfério Sul. Já os países do Hemisfério Norte, por seu maior desenvolvimento socioeconômico, são vistos como lugares que oferecem condições de vida melhores.

As redes sociais e novas sociabilidades

A disseminação do uso da internet nas últimas décadas provocou profundas transformações nas relações humanas. O acesso à informação e a comunicação entre as pessoas ocorrem de forma extremamente rápida, conquistas que não representam apenas desafios. No entanto, a maior possibilidade de acesso à informação, por meio de sites, livros, enciclopédias digitais, periódicos, entre outros, não significa a construção do conhecimento científico e a formação do pensamento crítico.

A charge, de autoria de Bruno Galvão, publicada no jornal *O Vale* em 2012, ironiza o uso das redes sociais.



Além disso, a maior facilidade de comunicação com pessoas de diversas partes do mundo também não implica necessariamente maior interação social. No caso de indivíduos em formação, como crianças, adolescentes e jovens, pode desencadear ainda uma série de problemas socioemocionais.

As redes sociais também têm sido intensamente utilizadas para a mobilização social no âmbito político. A facilidade da comunicação possibilita que cada vez mais os usuários das redes possam estar cientes das questões que envolvem os debates políticos atuais, acompanhar e cobrar ações dos políticos, entre outros aspectos que contribuem para maior participação política. No entanto, as redes sociais também têm sido utilizadas por grupos e movimentos que defendem ideologias autoritárias, baseadas em discursos de ódio, e que disseminam notícias falsas (*fake news*) com o intuito de provocar a desinformação e o pânico social.

O Brasil no século XXI

Dentro desse contexto de construção da democracia no Brasil, o século XXI trouxe consigo inúmeros desafios à sociedade brasileira, além dos já mencionados anteriormente. As questões das representatividades e da inclusão, pensando em grupos como mulheres, negros, povos originários, pessoas LGBTQIAPN+ e portadores de necessidades específicas, impactaram os debates eleitorais e as ações do Estado brasileiro ao longo deste século e constituíram-se em pontos de atenção e mobilização da sociedade.

Os governos de Lula

Após ser derrotado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, Lula foi eleito para a chefia do Poder Executivo brasileiro em 2002 e foi reeleito em 2006, governando até 2010.

Em relação às **políticas públicas**, o governo lançou os programas Fome Zero e Bolsa Família, para combate à fome e aumento do poder de compra da população. No segundo mandato, lançou o PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento), que consistia em investimentos em obras de infraestrutura, compreendendo projetos como Minha Casa, Minha Vida, voltado à construção de moradias populares, e as obras de transposição do Rio São Francisco, visando reduzir os efeitos da seca em determinadas regiões do Nordeste. Além disso, ocorreram políticas recorrentes de reajuste e aumento do salário mínimo.

No contexto econômico, houve o crescimento de exportações e da economia nacional, em especial no segundo mandato, quando a média de expansão do PIB foi de 4,6% ao ano. Ao mesmo tempo, a balança comercial favorável permitiu ao país quitar seus débitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ampliando sua autonomia para gerenciar políticas econômicas sem o compromisso de atender às exigências da instituição.

O governo foi marcado por denúncias de escândalos na administração federal. O mais conhecido foi o caso chamado de **mensalão** (2005), que consistia na denúncia de que parlamentares da base aliada votavam no Congresso a favor dos interesses do governo em troca de pagamentos mensais oriundos de manobras fiscais junto às empresas estatais. Apesar disso, a situação econômica favorável e a ampliação das políticas mantiveram a popularidade de Lula em alta e contribuíram para sua reeleição no primeiro turno, com 60,83% dos votos, e para que terminasse seu segundo mandato com cerca de 83% de avaliação positiva.

Os Governos Dilma Rousseff

Dilma Rousseff ganhou as eleições de 2010 e tornou-se a primeira mulher presidenta da República brasileira. Sua plataforma eleitoral baseou-se no compromisso de manter as prioridades do governo anterior e no desafio econômico de suportar os efeitos da recessão mundial e da redução das exportações nacionais derivados da crise global de 2008.

Em relação às políticas públicas, Dilma implementou o PAC 2 com o objetivo de gerar crescimento econômico a partir de políticas de expansão de crédito e de elevação dos gastos públicos, sobretudo, de recursos federais e subsídios governamentais.

O ano de 2010 foi marcado por manifestações de rua em diversos lugares do mundo provocadas pela crise econômica global. Esse contexto também impactou a sociedade brasileira. A proximidade da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) gerava críticas aos gastos públicos com os eventos e à precariedade dos serviços públicos na educação e saúde. Em 2013, o Movimento Passe Livre, defensor da gratuidade no transporte, iniciou protestos contra o aumento das tarifas de ônibus no município de São Paulo. Com a repressão do Estado, os protestos se espalharam para outras partes do país, com críticas aos partidos políticos e ao governo federal. Essa onda de movimentos foi chamada de **Jornadas de Junho**.

Apesar dos investimentos, a economia apresentou queda no primeiro mandato e revelava os impactos da recessão global iniciada em 2007. Mesmo com a crise e com as Jornadas de Junho, Dilma conseguiu se reeleger nas eleições de 2014 no segundo turno por uma margem apertada (51,64% dos votos válidos). O segundo mandato seguiu sob forte crise política. Em meio à crise econômica e aos protestos da população, o Governo Dilma enfrentou denúncias de corrupção e investigação judicial sobre a relação entre o governo federal e empresários e lobistas, operação que ficou conhecida como Operação Lava-Jato, iniciada em 2014.

A Operação Lava-Jato afetou a relação entre o Governo Dilma e o PMDB do vice-presidente Michel Temer. Diversos parlamentares desse partido se articularam com Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, que também era investigado, com o objetivo de conter as investigações. Como não houve mobilização da presidenta, Cunha deu início ao processo de **impeachment** sob a acusação de improbidade administrativa pelas chamadas pedaladas fiscais. Embora essa prática não tenha sido considerada crime em governos anteriores, Dilma teve seu mandato cassado em agosto de 2016. Dois dias após a saída de Dilma, o governo Temer sancionou uma lei aprovando a legalidade das pedaladas fiscais.

Evaristo SA/AFIP



Dilma recebendo de Lula a faixa presidencial na cerimônia de posse. Brasília (DF), no primeiro dia de janeiro de 2011.

Antonio Miotto/Fotoarena



Manifestantes protestam contra o aumento do valor das passagens de ônibus nas Jornadas de Junho. São Paulo (SP), 2013.

O Governo Temer

Após a cassação de Dilma, Michel Temer assumiu a presidência e, com base no programa denominado “Uma ponte para o futuro”, elaborado pelo PMDB, ainda em 2015, se esforçou para aprovar uma reforma trabalhista que reduzia direitos dos trabalhadores, além de implementar o controle e a limitação dos gastos públicos a partir da Proposta de Emenda Constitucional 95, chamada de PEC do teto de gastos. Diferentes movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, manifestaram oposição ao projeto.

Influenciados pelas ações dos estudantes de São Paulo, que lutavam contra a reforma do sistema educacional imposta pelo governo paulista, diversos estudantes passaram a ocupar as escolas contra as políticas do governo Temer. A resistência não alcançou sucesso em seu objetivo central e o teto dos gastos foi aprovado pelo Congresso Nacional. Temer, entretanto, acabou por sentir os efeitos políticos desse movimento e vivenciou uma profunda queda de popularidade até o fim de seu mandato.

A ascensão da extrema direita e o Governo Bolsonaro

O contexto de crise política desde as Jornadas de Junho e a insatisfação popular com a crise econômica desde 2014 serviram de contexto para o avanço de segmentos políticos conservadores no Congresso Nacional. As novas organizações políticas de direita e extrema direita que surgiam, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, canalizavam e expandiam o clima de descontentamento contra autoridades políticas que representassem algum obstáculo aos anseios desses grupos.

Nesse cenário, destacou-se Jair Bolsonaro, deputado de extrema direita com 27 anos no Congresso, cuja política era pautada pelo moralismo contra a união homoafetiva e pela defesa da memória positiva da Ditadura Civil-Militar, inclusive da tortura como prática política. Nas eleições de 2018, com a prisão de Lula, provocada pela Operação Lava-Jato, a candidatura de Jair Bolsonaro tornou-se mais competitiva, sobretudo após o atentado em setembro, no qual o candidato sobreviveu a uma facada durante um evento em Minas Gerais. Bolsonaro foi eleito no segundo turno, derrotando Fernando Haddad, indicado pelo PT como o substituto de Lula.

A facilitação do acesso e do comércio de armas, políticas de privatização e críticas ao trabalho de professores e de movimentos sociais tornaram-se centrais em seu governo. O maior desafio de Bolsonaro foi a gestão da pandemia da covid-19. O presidente descredibilizou os esforços voltados para conter a circulação do vírus e ridicularizou os efeitos da doença. Além disso, divulgou o uso de medicações sem eficácia comprovada para o tratamento e questionou o desenvolvimento de vacinas contra a doença. O Brasil acumulou mais de 600 mil mortos pela covid-19.

Michael Dantas/AFP



A capital do Amazonas vivenciou um colapso sanitário durante a pandemia de covid-19. A negligência do governo federal com o tema levou à escassez de oxigênio para o atendimento das vítimas na cidade.

Sepultamento coletivo de vítimas da covid-19 em Manaus (AM), em 2020.

Para ampliar

Assista

Democracia em vertigem, direção de Petra Costa (Netflix, 2019, 121 min).

Indicado ao Oscar 2020 de melhor documentário, a produção trata do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, do julgamento de Lula e da conjuntura da eleição de Jair Bolsonaro.



Netflix

O terceiro Governo Lula

Em novembro de 2019, durante o mandato de Bolsonaro, Lula recuperou a liberdade e os direitos políticos e voltou ao cenário eleitoral como o principal adversário de Bolsonaro nas eleições de 2022. A disputa entre os candidatos Bolsonaro e Lula foi bastante acirrada. Em meio aos ataques contra as urnas eletrônicas, Bolsonaro viu Lula ganhar as eleições com 50,83% dos votos. O político de extrema direita se recusou a reconhecer a derrota, e os últimos meses de 2022 foram marcados pelo questionamento do resultado das eleições e pelo crescimento de mobilizações contra a posse do candidato do PT, sobretudo em frente aos quartéis do Exército em diversos municípios brasileiros.

Esse contexto de insatisfação com o resultado das eleições resultou no ataque à Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Nesse dia, diversos edifícios do governo federal foram vandalizados e depredados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os manifestantes clamavam por um golpe de Estado por parte das Forças Armadas brasileiras e a abolição do Estado Democrático de Direito.

Manifestantes tentando invadir o Palácio do Planalto em Brasília (DF), em 8 de janeiro de 2023.



Joedson Alves/Anadolu Agency/AFP

A invasão de prédios federais em janeiro de 2023 significou a destruição do patrimônio público e uma série de atos de vandalismo que demandaria a intervenção do judiciário para processar e condenar os envolvidos no episódio, tanto manifestantes quanto financiadores.

Passados os ataques golpistas, o governo iniciou uma política de reconciliação entre os três poderes, que havia se desgastado no governo anterior. Lula buscou reconstruir canais de diálogo com o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). As ações conciliatórias também foram direcionadas às Forças Armadas, com acenos de diálogo e construção de alianças, apesar da pressão popular para não anistiar militares envolvidos no golpismo de 8 de janeiro.

O primeiro ano do terceiro governo Lula teve uma melhora em diversos indicadores, como os econômicos, em que o PIB cresceu 2,9%, com base na produção agropecuária, da retomada do Bolsa Família, da valorização do salário mínimo e de um pequeno recuo na taxa de desemprego, que ficou em 7,8%. Na saúde, o desafio do governo foi enfrentar a crise na saúde dos yanomâmis e o surto de dengue. Ainda nesse âmbito, o governo se afastou da política negacionista de Bolsonaro e retomou as campanhas e os esforços em relação à vacinação. Outro ponto importante foi a queda do desmatamento na Amazônia, ao mesmo tempo que aumentavam as queimadas no Cerrado.

O Brasil e os desafios do século XXI

A Nova República foi marcada por uma série de transformações sociais que até hoje impõem desafios à sociedade brasileira, provocando diversas tensões e debates nos mais diversos espaços políticos e sociais do país.

Demarcação de terras indígenas e quilombolas

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a pluralidade de povos indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo que garantiu a preservação de costumes e seus direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Ao longo desses anos, a demarcação de terras conviveu com a ameaça de invasões de garimpeiros, madeireiros e grileiros. O século XXI acrescentou mais uma situação desafiante para os indígenas: o marco temporal.

A tese do marco temporal busca anular as demarcações realizadas após a Constituição de 1988 e reconhecer como terra indígena ou quilombola apenas aquelas já definidas dessa maneira na publicação da Carta Magna. Embora a tese tenha sido rejeitada pelo STF, em setembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou, ao longo do ano, um projeto de lei que chancela o marco temporal. Com vetos parciais ao projeto, o Governo Lula rejeitou a aprovação da tese, mas o tema segue no centro das discussões entre os três poderes.



Leo Bahia/Fotoarena

Indígenas protestam contra o marco temporal em Brasília (DF), 2023.

Direitos, tecnologia e uberização do trabalho

Em maio de 2014, o aplicativo de transportes Uber chegou ao Brasil, tornando o sistema de contratação de serviço de mobilidade urbana mais flexível e rompendo com o tradicional sistema de táxis, em especial nos principais centros do país. A expansão dessas relações de trabalho provocou o surgimento do fenômeno da uberização. O modelo informal característico dessa relação se tornou também comum em trabalhos como o dos entregadores, por não estar vinculado à CLT. Essas características da uberização geram debates entre empregadores, aplicativos e setores políticos sobre se esse modelo deve ou não ser regulamentado e submetido à legislação trabalhista do país.

Regulamentação das redes sociais

Outro desafio importante dos tempos atuais é conter o impacto da circulação das chamadas *fake news*. As redes sociais tornaram-se terreno fértil para a difusão de notícias com conteúdo falso, de desinformação, anticientífico e que colocam em risco a própria manutenção da democracia. O desafio e o debate em torno dos marcos regulatórios sobre o ambiente virtual devem ter por princípio o respeito à liberdade de expressão. No entanto, é crucial compreender que esse valor não é absoluto e muito menos desprovido de necessária responsabilização, seja dos indivíduos, seja das corporações, sobre o que é expresso na arena pública das redes sociais e da internet de maneira geral.

Desigualdade econômica

O tema da desigualdade econômica é outra plataforma de debate importante no cenário nacional e mobiliza especial atenção de setores políticos e sociais do Brasil. A crise econômica de 2013 e a redução dessas políticas após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, por sua vez, voltaram a elevar a desigualdade de renda em algumas regiões do país. O fato é que o Brasil permanece como uma das sociedades mais desiguais do planeta, com repercussões que vão desde a diferença no acesso a serviços como saúde e educação entre os cidadãos até o fomento da violência urbana, em especial nas grandes metrópoles, onde a falta de infraestrutura e de condições dignas de moradia e subsistência assola significativamente a população mais pobre, carente de assistência estatal e muitas vezes à mercê de grupos armados, como o tráfico e as milícias. Outro desafio contemporâneo é o enfrentamento à violência cometida pelo Estado brasileiro. É nesse sentido que atua o movimento Mães de Maio, que reúne familiares de vítimas de agentes públicos na luta por memória e justiça.



Vídeo
Mães em
luta

Racismo

O racismo é uma realidade na história do Brasil. No entanto, o combate institucional contra esse grave problema é recente. O primeiro ato jurídico contra o racismo foi formulado em 1951, com a Lei Afonso Arinos, que definia como contravenção penal o preconceito racial. Em 1989, com a aprovação da Lei Caó, a prática de racismo passou a configurar crime inafiançável. Na educação, as leis número 10.639/2003 e 11.645/2008 determinam, respectivamente, a inclusão da história e cultura de povos africanos e originários nos conteúdos escolares. Já a Lei de Cotas (2012) obriga a reserva de vagas para os concursos de acesso às instituições federais de ensino superior para integrantes de minorias étnico-raciais. Esses marcos legais não são consensuais e, com certa frequência, são alvos de questionamento por parte de parlamentares e setores mais conservadores do país.

Florencia Tan Jun/Getty Images



A ausência de leis específicas claras de combate ao racismo na Espanha tem evidenciado como cenários sem estratégias definidas de criminalização dessa prática acabam por fortalecer atos racistas, transformando atletas em alvos frequentes de manifestações de discriminação racial nos estádios do país.

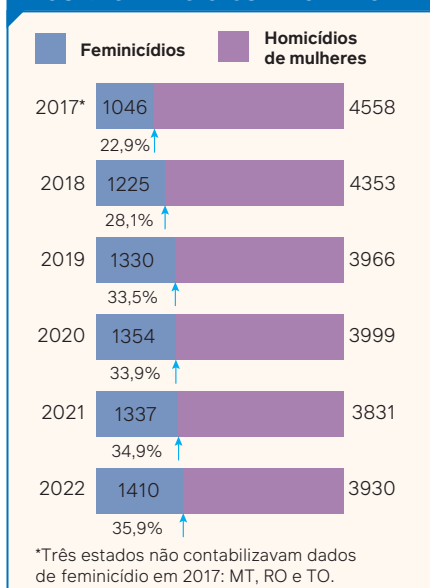
Jogadores dos clubes Real Madrid e Rayo Vallecano seguram faixa contra o racismo durante partida. Madrid, Espanha, 2024.

Machismo e sexismo

Embora tenha se verificado uma redução dos homicídios de mulheres nos últimos anos no Brasil, a atualização das formas de denúncia e da conscientização dos direitos das mulheres também sofre resistência e impacta a elevação dos índices de feminicídio (quando existe motivação de gênero no assassinato) no país. Ainda que possamos considerar o avanço nas estratégias de punição às agressões contra as mulheres, é latente, na sociedade brasileira, a permanência da desigualdade de gênero. Diferenças de remuneração e de ocupação de cargos políticos e de liderança entre homens e mulheres, a prática do feminicídio e de outras violências de matriz sexual, derivadas, por exemplo, do preconceito contra a população LGBTQIAPN+, são recorrentes e demandam mobilização constante para resguardar certas conquistas, como o direito de união de casais homoafetivos.

Fonte: BRASIL bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a 35,9% cada 6 horas. G1, São Paulo, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

Brasil: feminicídios – 2017-2022



Zeni Oliveira

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental

Uma das pautas centrais no debate sobre a economia nacional passa por como conciliar estratégias de crescimento sustentável sem ceder a mecanismos de progresso destrutivos em um cenário global em que as poucas amarras ao sistema capitalista potencializam as chances de um verdadeiro colapso global. Nesse cenário, as pressões por geração de postos de trabalho e ampliação de recursos energéticos convivem com os alertas constantes sobre os impactos potencialmente irreversíveis provocados ao meio ambiente pela exploração cada vez mais predatória dos recursos naturais em nome do progresso e da modernização. Dessa forma, tornam-se cada vez mais urgentes e necessários para o crescimento econômico o uso racional dessas riquezas e a busca pelo desenvolvimento de recursos alternativos e menos destrutivos.

Os povos indígenas são a principal resistência contra obras e estratégias de desenvolvimento que interferem diretamente na natureza, o que, conseqüentemente, afeta suas existências, modificando seus modos de vida e causando danos para sua saúde e sua cultura.



Mario Tama/Getty Images

Em 2015, manifestantes protestaram no canteiro de obras de Belo Monte, próximo à Altamira (PA), contra a construção da usina hidrelétrica.



Para ampliar

Leia

Ideias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak (Companhia das Letras, 2019).

Escrito pelo primeiro indígena integrante da Academia Brasileira de Letras, o livro aborda o processo histórico da humanidade e propõe reflexões acerca do nosso futuro com base em uma revisão de nossos comportamentos.



Editora Companhia das Letras

As causas da crise da União Soviética

Texto 1

...a ironia é que, pelo menos de acordo com as estatísticas oficiais, apesar da desaceleração econômica e desarranjos sociais na década de 80, a União Soviética chegou a produzir substancialmente mais que os EUA em alguns setores da indústria pesada: ela produzia 80% mais aço, 78% mais cimento, 42% mais petróleo, 55% mais fertilizantes, [...] e cinco vezes mais tratores. O problema era que, entretanto, a ênfase do sistema produtivo mundial se havia transferido para a eletrônica e química especializada e estava começando a ocorrer a revolução biotecnológica. Em todas estas áreas a economia soviética estava em atraso considerável. Ou seja, a URSS perdeu o bonde da revolução nas tecnologias da informação que tomou forma no mundo em meados dos anos 70.

CASTELLS, M.; KISELYOVA, E. The Collapse of Soviet Communism: a view from the information society. In: SEGRILLO, A. de O. *Reconstruindo a "reconstrução": uma análise das principais causas da Perestroika soviética*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. p. 70.

Texto 2

A *questão nacional*, inclusive porque mal compreendida pela direção soviética, e também por M. Gorbatchev, que a consideravam resolvida, desempenhou evidentemente um papel-chave. Mas a ela se somaram a *crise econômica* e a *incapacidade política* dos partidários das reformas que, sendo muito precisos nos diagnósticos, manifestaram, em todo o período da Perestroika, notável incapacidade de traduzir em políticas concretas seus ideais reformistas [...], cabe enfatizar o papel da *desestruturação cultural*, uma crise de referências que levou grandes contingentes da sociedade soviética a perderem os rumos e a identidade, desvalorizando seus feitos e conquistas, [...]. Foi este conjunto de fatores que, afinal, conjugados e simultaneamente, geraram a tempestade perfeita que levou a URSS ao colapso.



REIS, D. A. *União Soviética: da Revolução ao fim do comunismo*. São Paulo: Contexto, 2024. p. 146-147.

1. De acordo com o autor do **texto 1**, qual foi a razão para a crise da União Soviética?
2. Como o autor do **texto 2** analisa a crise soviética?
3. Para você, os dois trechos são complementares ou antagônicos? Justifique.

MICHAEL EVSTAFIEV/AFP



Manifestantes ocupam a região central de Moscou, 1991.



1. (UEM-PR – 2022) Sobre conflitos e tensões que marcaram o mundo pós-Guerra Fria, assinale o que for **correto**.

01) Houve a divisão interna das lideranças nos movimentos de libertação, como os movimentos palestinos do Hamas e do Fatah e suas lutas contra o Estado de Israel.

02) Ocorreu o desenvolvimento de milícias armadas em várias regiões do mundo e sua atuação nos conflitos internos de seus países, tal como a milícia Talebã no Afeganistão.

04) A guerra dividiu países, como foi o caso da Guerra da Coreia, conflito que levou à separação do país em duas partes, que se mantém até os dias atuais.

08) Com a crise de vários regimes comunistas da Europa, alguns países viveram a intensificação de movimentos nacionalistas, como aconteceu na Iugoslávia, cuja guerra entre sérvios, croatas e muçulmanos foi marcada por extrema violência.

16) A população civil ficou mais exposta aos conflitos armados, como aconteceu em algumas regiões da África, cujos conflitos provocaram massacres e expulsão em massa da população civil, em guerras marcadas por mutilações, torturas, estupros e grandes ondas de refugiados civis.

2. (Unicentro-PR – 2020) No final do século XX, a economia globalizada da Nova Ordem Mundial apresenta como características principais

a) o colonialismo, a rígida regulamentação dos mercados financeiros e a não intervenção do Estado na economia.

b) o neoliberalismo, a desregulamentação das atividades financeiras e a não intervenção estatal nas matérias relativas às finanças.

c) a tendência nacionalista da produção, a desregulamentação dos mercados e o aumento da intervenção estatal no sistema financeiro.

d) o internacionalismo capitalista, a crescente regulamentação dos mercados financeiros e a não intervenção estatal nesse terreno.

e) o internacionalismo socialista, a rígida regulamentação dos mercados financeiros e a crescente intervenção estatal nos assuntos econômicos.

3. Leia o texto e responda às questões.

[...]

O movimento das Jornadas de Junho começou como um protesto legítimo com pauta e atores bastante delineados: contra o aumento da tarifa de ônibus e o Movimento Passe Livre (MPL). Em alguns dias, de alguns milhares de pessoas na capital paulista, após forte repressão policial, os protestos passaram a ocorrer aos milhões de participantes por diversas cidades pelo país. Resultado: a pauta definida em torno de uma demanda específica por

determinado movimento foi por água abaixo. [...]

“Teve um momento que os protestos cresceram bastante. [...] E, nesse momento que a manifestação cresce a esse nível, é evidente que a coesão entre os posicionamentos políticos de quem está ali se perde em algum nível”, afirma Gabriela Dantas, militante do MPL e que esteve presente nas manifestações de 2013.

Neste mesmo momento, as demandas começaram a ir em outras direções, mais dispersas [...]. Surgiram, ou ganharam força, grupos ligados à direita, como Movimento Brasil Livre (MBL, fundado em novembro de 2014), Vem Pra Rua e Revoltados Online, todos que, posteriormente, vieram a apoiar o impeachment de Rousseff.

“É evidente que setores mais próximos das elites, mais à direita, vão tentar buscar usar também esses instrumentos e recursos [das manifestações], com a diferença de que eles estavam do lado dominante e a gente não estava. [...]”, explica Dantas.

Naquele momento, pesquisas indicavam que a popularidade da presidente petista, que havia atingido um recorde de 79% em março daquele ano, após as manifestações, caíra para 31%. Em agosto de 2015, desceu a 8% e a crise aumentou.

[...]

OLIVEIRA, C. *Impeachment 5 anos: a relação entre junho de 2013 e a ascensão da extrema direita*. *Brasil de Fato*, São Paulo, 18 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Com base no texto e nos estudos do capítulo, comente a relação dos protestos de junho de 2013 com os desdobramentos da política nacional ao longo dos anos seguintes.

4. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

[...] O governo federal brasileiro atuou para sabotar medidas de distanciamento e isolamento social adotadas por estados e municípios, consideradas a melhor maneira de barrar a doença na ausência de remédios e vacinas. Dois médicos que comandavam o Ministério da Saúde foram substituídos, e a pasta passou a ter a sua frente um general que admitiu em entrevista não saber o que era o SUS (Sistema Único de Saúde). [...]

BERTONI, E. O anticientificismo explícito como estratégia de governo. *Nexo*, São Paulo, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/serie/2020/12/17/o-anticientificismo-explicito-como-estrategia-de-governo>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Com base no texto e no estudo deste capítulo, explique a relação do governo Jair Bolsonaro com a adoção dos protocolos recomendados por especialistas para o combate da pandemia da covid-19.

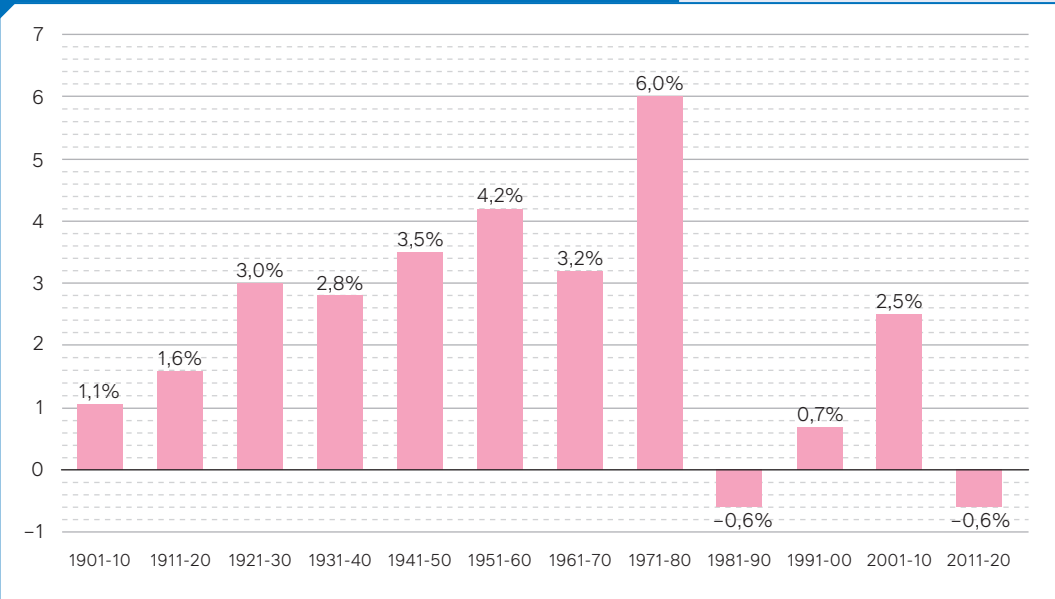


Ferramentas da História

- O produto interno bruto (PIB) é um índice macroeconômico que fornece uma ideia geral da economia de uma região, país ou estado, por exemplo. Analise o gráfico a seguir e responda às questões.



Brasil: variação anual média do PIB (%) – Século XX



Zeni Oliveira

Fonte: IPEDATA; IBGE. In: CONSIDERA, C.; TRECE, J. A nova década perdida brasileira e o resto do mundo – resultados *per capita*. *Blog do IBGE*, Brasília, DF, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/nova-decada-perdida-brasileira-e-o-resto-do-mundo-resultados-capita>. Acesso em: 19 jul. 2024.

- Descreva a trajetória da economia brasileira entre o início do século XX e o fim da década de 1990.
- Indique aspectos políticos e sociais do contexto histórico brasileiro entre os anos de 1981 e 1990.
- Como é possível explicar a queda da produção econômica brasileira entre 1981 e 1990?
- Quais foram as políticas implementadas pelos governos brasileiros a partir de 1990 para tentar resolver a crise econômica?



Ficha de estudos

Capítulo 24 – O tempo presente

Elabore uma **ficha de estudos** para organizar o que aprendeu no capítulo. A ideia é que, para cada tópico indicado a seguir, você escreva no caderno um pequeno texto ou faça um esquema com as ideias principais. Para fazer sua ficha de estudos, siga os seguintes passos:

- Leia o texto do tópico (e subtópicos) com atenção ao tema que está sendo desenvolvido.
- Pense e escreva três ou quatro frases e/ou palavras-chaves com as ideias principais do tópico.
- Você pode destacar conceitos, datas, informações do seu texto ou esquema que considere importantes usando cores variadas, ícones e setas para chamar visualmente sua atenção. O importante é que o fichamento ajude a organizar as principais ideias referentes ao tópico em estudo. Vamos lá!

- O início da crise da União Soviética
- O fim do socialismo no Leste Europeu
- As reformas na China
- Permanências e rupturas do socialismo na atualidade
- O Brasil da redemocratização à Nova Ordem Mundial
- O Brasil e os desafios do século XXI



1. (Unicamp-SP – 2022)

Trinta anos atrás, um muro veio abaixo, marcando o início do que parecia ser uma nova era de abertura e internacionalismo. Em 1987, o presidente Ronald Reagan foi ao Portão de Brandemburgo, na Berlim dividida, e desafiou seu homólogo na União Soviética: “Sr. Gorbachev, derrube este muro!”. Dois anos depois, o muro caiu. Berlim, a Alemanha e, por fim, a Europa estavam unidos de novo. Nos últimos anos, o apelo “Derrube este muro!” tem perdido para a “mentalidade de fortaleza”. Pelo menos 65 países, mais de um terço dos Estados-nações do planeta, construíram barreiras ao longo de seus limites; metade das que foram erigidas desde a Segunda Guerra Mundial surgiram entre 2000 e agora.

(Adaptado de Tim Marshall, *A era dos muros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 4-6.)

A partir do texto e de seus conhecimentos, responda:

- Cite e explique duas características de “Berlim dividida”.
 - Explique o sentido e as causas da “mentalidade de fortaleza” que, para o autor, tem imperado no mundo. Cite dois exemplos que ilustrem a “mentalidade de fortaleza”.
- ## 2. (FMJ-SP – 2021)

A chave para atingir a modernização é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Agora parece que a China está uns bons vinte anos atrás dos países desenvolvidos em ciência, tecnologia e educação. Já na Restauração Meiji, os japoneses começaram a fazer um grande esforço em ciência, tecnologia e educação. A Restauração Meiji foi uma campanha de modernização empreendida pela emergente burguesia japonesa. Como proletários devemos, e podemos, fazer mais.

(Deng Xiaoping. “Respeitem o conhecimento, respeitem o pessoal treinado”. Citado por Eric Hobsbawm. In: *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, 1995. Adaptado.)

O discurso, pronunciado em 1977, demonstra que a modernização da China foi um projeto do Partido Comunista Chinês. No entender de Deng Xiaoping, a China comunista

- devia ajustar o esforço de modernização social à manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção.
 - projetava a modernização das estruturas produtivas como meio de resistência ao domínio das economias capitalistas.
 - possuía condições econômico-sociais para realizar a modernização científico-cultural sem contatos com o exterior.
 - precisava democratizar o sistema político revolucionário como condição essencial para a modernização das forças produtivas.
 - podia realizar o processo de modernização econômico-cultural de maneira mais eficaz do que os países capitalistas.
- ## 3. (Uece – 2023)
- Entre 1945 e 1964 o Brasil viveu um período democrático entre dois longos períodos ditatoriais; nessa época diversos presidentes foram eleitos e governaram o país. Relacione corretamente os presidentes desse período de acordo com seus feitos e características, numerando os parênteses abaixo de acordo com a seguinte indicação:

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- | | |
|----------------|----------------|
| a) 4, 1, 3, 2. | c) 4, 3, 2, 1. |
| b) 1, 3, 4, 2. | d) 3, 1, 2, 4. |

No exercício dissertativo proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os alunos devem ser críticos e capazes de “elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (INEP. *A redação do Enem 2023*: cartilha do participante. Brasília, DF: MEC, 2023. p. 5).

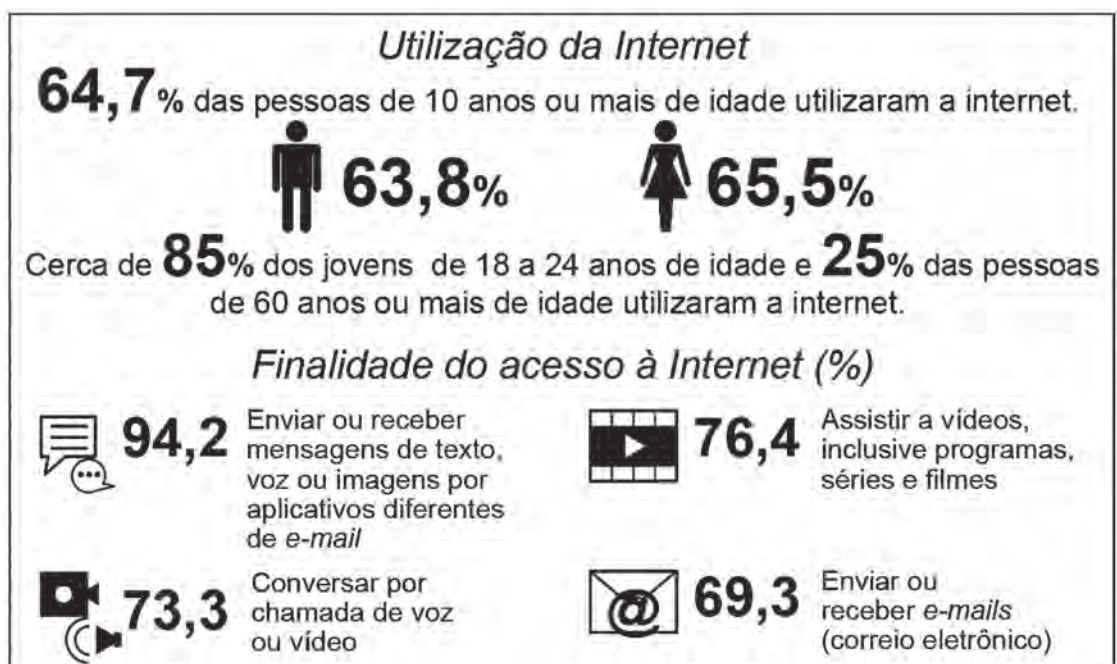
Ao refletir sobre temas contemporâneos, como os que compõem esta unidade, é crucial atentar-se para a necessidade de atender fundamentos inegociáveis dos nossos tempos, como o respeito às diferenças e às minorias e a realização do exercício da tolerância; aspectos muitas vezes negligenciados ou ignorados no ambiente virtual, tema da proposta de redação do Enem de 2018.

Documento 1

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas então a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embrulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

PEPE ESCOBAR. *A silenciosa ditadura do algoritmo*. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acesso em 5 jun. 2017 (adaptado)

Documento 2



Fonte: Internet no Brasil em 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2018 (adaptado).

Considerando o tema da redação do Enem de 2018, “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, e os conteúdos e conhecimentos trabalhados nesta unidade:

1. **Identifique** o tema central proposto, destacando a avaliação que o título da proposta faz acerca da autonomia dos indivíduos no uso da internet.
2. Considerando que cada usuário é responsável pela utilização que faz das redes e pelas opiniões que manifesta, **cite** um compromisso fundamental na expressão de ideias para que o respeito aos direitos humanos não seja violado na internet.
3. Na introdução de uma dissertação, o autor apresenta os argumentos mobilizadores de seu texto. Com base na tabela com informações do perfil de utilização da internet, **elabore** um parágrafo introdutório que dialogue com os conhecimentos históricos obtidos ao longo da unidade.
4. Propor soluções também é aspecto fundamental em uma dissertação. **Desenvolva** um parágrafo de intervenção que compreenda uma proposta para o problema que encerra o primeiro texto de orientação: “a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida”.

Vamos apresentar um seminário?

A Constituição de 1988 representou um importante marco para a democracia no Brasil. O documento, elaborado três anos após o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi resultado de uma grande mobilização política e social em prol do estabelecimento de um regime democrático, que garantisse os direitos civis, políticos e sociais à população brasileira. Nesse contexto, foi de suma importância a atuação da sociedade, com destaque para os diversos movimentos sociais.



A Assembleia Constituinte de 1988 foi composta por 559 integrantes, em que apenas 26 eram mulheres. Apesar de minoria, as deputadas participaram ativamente do processo, lutando por pautas que diziam respeito aos direitos fundamentais do povo brasileiro.



Gilberto Alves/CB/D.A. Press./D.A.

Parlamentares constituintes durante a instalação da Assembleia Nacional Constituinte no Congresso Nacional. Brasília (DF), 1987.

Com base nos estudos desta unidade, vamos analisar a atuação dos movimentos sociais para a conquista de direitos nas décadas de 1970 e 1980, e refletir sobre os desafios para a consolidação da democracia no Brasil atual. Para isso, faça o trabalho que se pede obedecendo às seguintes etapas:

Etapa 1: reúna-se em grupo e juntos escolham um movimento social específico. Sugerimos que essa escolha seja feita coletivamente, mediada pelo professor.

Etapa 2: pesquisem sobre a origem do movimento social e suas principais reivindicações e formas de atuação nas décadas de 1970 e 1980, além dos principais desafios para a garantia dos direitos conquistados na atualidade. Em seguida, elabore um texto com as informações obtidas pela pesquisa, que deverá ser entregue ao professor.

Etapa 3: cada grupo deverá apresentar o resultado da pesquisa em um seminário que será organizado pelo professor.

Etapa 4: após a apresentação dos trabalhos, a turma deverá organizar uma roda de conversa para propor ações que podem ser tomadas para a consolidação da democracia no Brasil a partir da garantia dos direitos civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de 1988.

Gabarito

Capítulo 1

Para retomar

3. E.

Capítulo 2

Para retomar

2. B.

Capítulo 3

Para retomar

1. D.
2. E.

Capítulo 4

Exames Brasil afora

1. E.
2. A.
3. B.
4. E.

Capítulo 5

Para retomar

2. A.

Capítulo 7

Para retomar

2. C.
3. C.

Capítulo 8

Para retomar

3. D.

Exames Brasil afora

1. E.
2. D.
3. A.
4. B.

Capítulo 9

Para retomar

10. E.
11. B.

Capítulo 10

Para retomar

1. C.
4. a) No século XVI, os portugueses ocuparam a costa da África, onde estabeleceram feitorias. No contexto de expansão do capitalismo comercial, eles buscavam se associar a reinos poderosos locais. Três séculos depois, no contexto de expansão do capitalismo industrial, os europeus ocuparam territórios na África, sob a política imperialista. O objetivo central era assegurar matérias-primas, mão de obra barata e mercado consumidor para suas mercadorias. A posse de territórios na África também garantia posições estratégicas nas disputas entre as principais potências europeias do período.
b) Houve o aumento das agressões, assim como das guerras de conquista, que tinham o objetivo de escravizar pessoas.

Capítulo 11

Para retomar

1. a) O excerto aborda a exploração dos trabalhadores no contexto da Revolução Industrial, a luta de classes e a crítica ao ideal de liberdade da Revolução Francesa.
b) A formação de uma consciência da exploração a que os operários eram submetidos, as estratégias de luta para a conquista de direitos, entre outras.

- c) A menção à Revolução Francesa diz respeito à crítica ao ideal de igualdade, visto que a condição de vida dos trabalhadores, marcada pela exploração, não era condizente com os ideais revolucionários franceses; a menção à limitação da cidadania em razão da grande desigualdade social entre os trabalhadores e a burguesia, entre outras.

Capítulo 12

Para retomar

4. C.

Exames Brasil afora

1. a) As práticas sociais e políticas vinculadas ao vodu, como cantar e dançar, criavam condições propícias para a concepção de rebeliões e outras estratégias, que exigiam ação coletiva, a fim de enfrentar as duras condições de vida no cativeiro e os obstáculos à cidadania dos libertos.
b) As notícias da Revolução Haitiana inspiraram a ação política entre a população negra em regiões do Caribe e das Américas. Simultaneamente, o mundo atlântico temia que essas ideias revolucionárias alcançassem outros lugares onde a escravidão era bastante difundida. No Brasil, por exemplo, o haitianismo levou à elaboração de leis mais rígidas e a punições mais severas aos escravizados, como forma de conter rebeliões. No plano econômico, a Revolução no Haiti resultou na queda da produção de açúcar nas Antilhas, aumentando a produção no Brasil. Isso gerou novas dinâmicas sociais e políticas, bem como a necessidade de reorganização das áreas agroexportadoras.

2. E.
3. 01, 02 e 04.
4. A.

Capítulo 13

Para retomar

3. C.
4. A.

Capítulo 14

Para retomar

3. C.
4. A.

Capítulo 15

Para retomar

3. E.

Capítulo 16

Exames Brasil afora

1. E
2. 01, 02 e 04.
3. B.
4. C.
5. A.

Capítulo 17

Para retomar

3. D.
4. B.
6. A.

Capítulo 18

Para retomar

2. E.

Capítulo 19

Para retomar

3. A.
5. B.

Capítulo 20

Para retomar

2. D.

Exames Brasil afora

1. E
2. B.
3. B.
4. C.

Capítulo 21

Para retomar

1. E.
2.
 - a) A relação entre os Estados Unidos e a União Soviética foi marcada por grande rivalidade política, econômica e militar na disputa pela hegemonia mundial. O rompimento de relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba ocorreu em um contexto marcado pela Guerra Fria e pela recusa estadunidense em aceitar o governo revolucionário que se estabeleceu na ilha em 1959.
 - b) O contexto interno de Cuba foi marcado por mecanismos políticos que centralizaram o poder nas mãos do governo de Fidel Castro e do Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (renomeado posteriormente como Partido Comunista de Cuba). Na economia, houve a nacionalização de empresas estrangeiras, o confisco e a socialização de grandes propriedades rurais.

Capítulo 22

Para retomar

4. A.
5. A.

Capítulo 23

Para retomar

3. B.
5. E.
7. C.

Capítulo 24

Para retomar

1. 01, 02, 08 e 16.
2. B

Exames Brasil afora

1.
 - a) Berlim foi dividida por um muro que separava as partes oriental e ocidental da cidade. Essa divisão física também representou uma divisão ideológica entre o bloco comunista, liderado pela União Soviética, no Leste, e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, no Oeste. O lado oriental era controlado pelo regime comunista da Alemanha Oriental (República Democrática Alemã), enquanto o lado ocidental era parte da Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha), alinhada com os interesses capitalistas e democráticos.
 - b) A “mentalidade de fortaleza” é uma abordagem política e social que prioriza a segurança e a proteção das fronteiras nacionais, muitas vezes à custa da cooperação internacional e da abertura. Isso é impulsionado por preocupações com segurança, imigração, nacionalismo e protecionismo econômico. Exemplos incluem a construção de barreiras físicas em fronteiras e a retórica anti-imigração adotada por alguns líderes políticos.
2. E.
3. D.

Referências comentadas

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.
A obra apresenta dados estatísticos e discute como o racismo se evidencia na estrutura social, política e econômica do Brasil, a partir do conceito de racismo institucional apresentado por Kwame Turu e Charles Hamilton na década de 1970.
- BETHELL, L. (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. (Coleção História da América Latina, v. 1 e 2).
A obra reúne análises detalhadas de especialistas sobre os processos históricos da América Latina colonial. Os dois primeiros volumes abordam desde a organização das civilizações nativas da América até a economia e a cultura do Período Colonial.
- BETHELL, L. (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. (Coleção História da América Latina, v. 3).
O livro aborda a queda do domínio colonial espanhol e português na América Latina no século XIX, passando pelas revoluções e guerras de independência e pela consolidação dos novos Estados Nacionais, bem como apresenta um panorama social, político, cultural e econômico dos países hispano-americanos após a independência.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
A obra apresenta diferentes aspectos do trabalho historiográfico, como a relação entre a história, os seres humanos e o tempo; a identificação de aspectos que envolvem a observação histórica; o método crítico; além de uma ampla análise histórica.
- CARDOSO, C. F. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
A obra analisa as estruturas socioeconômicas e a história política da civilização egípcia ao longo de 2 700 anos, isto é, desde a Antiguidade até a formação do atual Egito.
- CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
Nessa obra, o Quilombo dos Palmares é estudado sob as perspectivas da organização política, social, cultural, econômica e militar, destacando sua relação com a experiência da diáspora e a história da África.
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
O livro explora o movimento feminista brasileiro e a formação de sua consciência militante na luta de classes, abordando também os desafios da construção do sujeito revolucionário, individual e coletivo.
- COGGIOLA, O. (ed.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995.
O livro aborda as consequências globais da Segunda Guerra Mundial, destacando o impacto no Brasil, na América Latina e nas dinâmicas geopolíticas pós-guerra, instigando reflexões sobre os perigos das disputas contemporâneas e o risco de novos conflitos.
- CUNHA, M. C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Essa obra reúne artigos de pesquisadores do Núcleo de História Indígena da Universidade de São Paulo (USP) dedicados a escrever uma história das populações indígenas brasileiras, com ênfase na região da Amazônia.
- FALCON, F. J. C.; RODRIGUES, A. E. M. *A formação do mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
A obra aborda as questões econômicas, políticas e sociais que caracterizaram o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, também conhecido como a Era Mercantilista, que culminou no advento da Modernidade.
- FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.
O livro aborda o processo histórico de perseguições às mulheres na Idade Média, explorando a relação dessas perseguições aos interesses de ordem econômica e os impactos nas questões de gênero. A obra mostra também como as acusações às mulheres do passado se refletem na atualidade.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil republicano, v. 5).
O livro explora o período democrático de 1985 até 2016, abordando os acontecimentos políticos, econômicos e culturais desde a ascensão da Nova República até a crise política que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff.
- FICO, C. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.
A obra oferece uma visão abrangente da história do Brasil desde a morte de Getúlio Vargas até o início do século XXI, com foco em questões sociais, econômicas e políticas, destacando acontecimentos da república de 1946, da Ditadura Civil-Militar, da redemocratização e da Nova República.

- FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002.
A obra analisa as histórias grega e romana com base em aspectos políticos, econômicos e culturais, ressaltando a importância de fontes diversas, como murais, esculturas e construções, para o estudo dessas civilizações.
- GRANT, S.-M. *História concisa dos Estados Unidos*. São Paulo: Edipro, 2014.
O livro explora a construção da nação dos Estados Unidos e suas ambiguidades, destacando a escravidão, a Guerra Civil e outros aspectos e desafios enfrentados que moldaram a identidade estadunidense.
- GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2.
O livro trata da formação nacional do Brasil entre as décadas de 1830 e 1860, período marcado pelo apogeu do império, colocando em pauta os processos hegemônicos e contra-hegemônicos da sociedade brasileira.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
O livro retrata como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial pavimentaram o caminho para o desenvolvimento das ciências, da filosofia, religião e das artes ao mesmo tempo que não resolveram os impasses das contradições sociais.
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
O livro apresenta a visão do autor sobre o século XX, destacando a ambiguidade das catástrofes de conflitos militares em relação aos níveis de desenvolvimento econômico e social.
- HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
O livro aborda a história e a formação dos povos árabes desde o século VII até a atualidade, ressaltando a riqueza da cultura da região e explicando as origens dos diversos conflitos étnicos, nacionais e religiosos da contemporaneidade.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
O livro apresenta críticas à concepção de humanidade separada da natureza, evidenciando a relação entre as raízes dos desastres socioambientais atuais e essa visão de mundo.
- LE GOFF, J. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
Essa obra é um compilado das principais características e curiosidades da Idade Média, com denúncia aos atos cometidos nesse período, como a perseguição aos hereges e aos judeus, e discussões acerca de um lado otimista proveniente da época, como os romances de cavalaria.
- LINHARES, M. Y. (org.). *História geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
O livro traça a história do país desde a colonização até os dias atuais, explorando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, com ênfase na transição do regime autoritário para a democracia, bem como analisando a posição do Brasil no contexto global.
- LOWER, W. *As mulheres do nazismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
O livro revela uma faceta pouco conhecida da história ao analisar a participação de jovens mulheres alemãs no regime nazista, buscando compreender o que as motivou a apoiar e participar das atrocidades nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.
- MORAES, L. E. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2017.
O livro analisa como os marcos temporais entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial produziram um impacto profundo tanto na época dos acontecimentos como ainda hoje.
- NIANE, D. *História Geral da África: África do século XII ao XVI*. Brasília, DF: Unesco, 2010. v. 4.
O quarto volume da coleção trata dos diversos povos, reinos e impérios da África entre os séculos XII e XVI, período equivalente ao final da Idade Média e início da Idade Moderna na periodização clássica europeia.
- REIS FILHO, D. A. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
O livro revisita, com base em uma ampla e qualificada bibliografia, a experiência da União Soviética e seus antecedentes, ao mesmo tempo que aponta para tendências da Rússia após 1991.
- SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
O livro oferece uma perspectiva multifacetada sobre como a escravidão influencia profundamente a sociedade brasileira contemporânea, destacando questões como liberdade, heranças do passado e a complexidade do tema.